

Dossiê

História Intelectual,

Impressos e

Culturas Políticas na

América Latina

Ficha Catalográfica

Temporalidades [recurso eletrônico] /Departamento de História,

T288 Programa de Pós-Graduação em História. --
v. 4, n. 1 (jan./ago. 2012) -- Belo Horizonte : Departamento de História
História, FAFICH/UFMG, 2012.

Semestral
ISSN: 1984-6150

Modo de acesso: <http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades/>
1. História - Periódicos 2. Historiografia - Periódicos I. Universidade
Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
Departamento de História.

CDD 901

Endereço:

Temporalidades revista discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG
Av. Antonio Carlos, 6627 Campus Pampulha
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH), 4º andar.
31270-910 – Belo Horizonte/MG
e-mail: temporalidades@gmail.com / temporalidades@fafich.ufmg.br
home page: <http://fafich.ufmg.br/temporalidades>

Expediente

Editor Chefe

Prof. Dr. Magno Moraes Mello

Editor Chefe *Protempore*

Kátia Gerab Baggio

**Editor Chefe do Dossiê – História
Intelectual, Impresses e Culturas Políticas
na América Latina**

Adriane Vidal

Conselho Editorial:

Ana Marília Carneiro
André Cabral Honor
Deborah Cristine Silva Gomes
Fabiana Léo Pereira Nascimento

George Silva do Nascimento
Lorena Lopes da Costa
Paloma Porto Silva
Taciana Almeida Garrido de Resende

Conselho Consultivo

Adriana Romeiro (UFMG)
Adriana Vidotte (UFMG)
Beatriz Gallotti Mamigonian (UFSC)
Carlos Alvarez Maia (UERJ)
Eduardo França Paiva (UFMG)
Eliana Regina de Freitas Dutra (UFMG)
Hal Langfur (University of Buffalo)
Henrique Estrada Rodrigues (UFMG)
Iranilson Buriti de Oliveira (UFMG)
João Pinto Furtado (UFMG)
Jonas Marçal de Queiroz (UFV)
Jorge Luiz Bezerra Nóvoa (UFBA)
José Antônio Dabdab Trabulsi (UFMG)
José Carlos Reis (UFMG)
Júnia Ferreira Furtado (UFMG)
Kátia Gerab Baggio (UFMG)
Márcia Sueli Amantino (Universo)
Marco Morel (UERJ)
Maria Juliana Gambogi Teixeira (UFMG)
Mauro Lúcio Leitão Condé (UFMG)
Patrícia Maria Melo Sampaio (UFAM)
Paulo Pinheiro Machado (UFSC)
Pedro António de Almeida Cardim (UNL)
Regina Helena Alves da Silva (UFMG)
Renato Pinto Venâncio (UFOP)
Rodrigo Patto Sá Motta (UFMG)
Samantha Viz Quadrat (UFF)

Sérgio Ricardo da Mata (UFOP)
Virginia Maria Trindade Valadares
(PUCMG)

Universidade Federal de Minas Gerais

Reitor: Clélio Campolina Diniz
Vice-reitora: Rocksane de Carvalho Norton

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Diretor: Jorge Alexandre Barbosa Neves
Vice-diretor: Mauro Lúcio Leitão Condé

Departamento de História

Chefe: Cristina Campolina
Vice-chefe: Adalgisa Arantes Campos
Secretária: Kelly C. Canesso Agostini e
Valteir
Gonçalves Ribeiro

Colegiado de Graduação

Coordenadora: Adriana Romeiro
Secretários: Marinho Nepomuceno, Paulo
Afonso Maia e Sonia Mara Pacheco

Colegiado de Pós-Graduação

Coordenador: José Newton Coelho
Meneses
Secretária: Edilene Oliveira

Designer

Deborah Gomes

Diagramação

Deborah Gomes
Taciana Garrido

Contato:**Temporalidades**

Revista Discente do Programa de Pós-
Graduação em História da UFMG
Av. Antonio Carlos, 6627 – Campus
Pampulha. Faculdade de Filosofia e
Ciências
Humanas (FAFICH), 4º andar. 31270-910
Belo Horizonte/MG
e-mail: temporalidades@gmail.com /
temporalidades@fafich.ufmg.br
home page:
<http://fafich.ufmg.br/temporalidades>

Agradecimentos aos pareceristas ad hoc

A revista *Temporalidades* é uma publicação discente, que almeja divulgar trabalhos científicos de excelência, que contribuam para o incremento dos debates na área de História. Esse objetivo vem sendo atingido graças à colaboração prestimosa de inúmeras pessoas, em especial dos pareceristas ad hoc, que, a partir de todas as regiões do Brasil, disponibilizam seu tempo, e seus conhecimentos, para a avaliação criteriosa dos textos confiados ao periódico. Agradecemos a esses pesquisadores pelo seu trabalho voluntário, na certeza de que, graças ao seu empenho e dedicação, esta edição de *Temporalidades* desponta como mais um capítulo de sucesso na trajetória acadêmica da revista.

Alberon de Lemos Gomes (EPE)	Francisco Firmino Sales Neto (UFCG)
Alessandra Soares Santos (UFMG)	Gabriel Passetti (USP)
Álvaro Luiz Ribeiro da Silva Carlini (UFPR)	Gabriela Pellegrino Soares (USP)
Ana Claudia Martins dos Santos (UFMT)	Giancarlo Michel de Almeida (UFRGS)
Ana Elisa de Arruda Penteadó (UNICAMP)	Gilberto Gornati (USP)
Ana Flavia Cernic Ramos (UFU)	Gilvan de Melo Santos (UEPB)
Ana Lice Brancher (UFSC)	Giselda Brito Silva (UFRPE)
Ana Waleska Pollo Campos Mendonça (PUC-RJ)	Gustavo Rodrigues Mesquita (USP)
Anderson Luis Venâncio (UNIFRAN)	Gustavo Naves Franco (PUC-RJ)
André Acastro Egg (FAP)	Heloisa Helena Siqueira Correia (UNICAMP)
André Kaysel Velasco e Cruz (USP)	Heloisa Jochims Reichel (UFRS)
Andréia Firmino (UNB)	Henrique Estrada Rodrigues (PUC-Rio)
Anita Martins Rodrigues de Moraes (UFF)	Hilton Costa (UFPR)
Antônio Fernando de Araujo Sá (UFS)	Harlei Aparecida Elbert Raymundo (UFRJ)
Artur de Moraes Silva (UFF)	Irene Nogueira de Rezende (UFMG)
Caio Ricardo Bona Moreira (FAFIUV)	Jacqueline Hermmann (UFRJ)
Carlos Eduardo Sampietri (Arquivo Público do Estado de São Paulo, Centro de Acervo Iconográfico e Cartográfico)	Jair dos Santos Júnior
Carlos Henrique Armani (UFSM)	João Batista Cardoso (UFMG)
Carolina Torres Alves de Almeida Ramos (UFF)	João Fábio Bertonha (USP)
Celso Gestermeier do Nascimento (UFCG)	João Henrique de Castro de Oliveira (Mestre - UFF)
Celso Rodrigues (PUC-RS)	João Pinto Furtado (UFMG)
Ceres Moraes (UFGD)	Jonh Érick Augusto da Silva (UFTM)
Clara Miguel Asperti Nogueira (UNESP)	José Antonio Vasconcelos (USP)
Cláudio de Sá Machado Júnior (UFPEL)	José Benjamim Gomes (UFPE)
Daniel Barbo (UFMG)	José Damiro de Moraes (UFVJM)
David Antonio de Castro Neto (Univ. Estadual de Londrina)	José Pedro Cabrera Cabral (UFT)
Davis Moreira Alvim (IFES)	José Luis Bendicho Beired (UNESP)
Denise Maria Ribeiro Tedeschi (CEFET/MG)	Leila Maria Inoue (UNESP)
Diogo da Silva Roiz (UFPR)	Lício Romero Costa (UFPB)
Éder da Silveira (UFCSPA)	Liliana Müller Larocca (UFPR)
Eduardo Scheidt (USS)	Luciano da Silva Moreira (UFMG)
Elisa Verona (UNESP)	Luciene Pereira Carris Cardoso (USP)
Erahsto Felício de Sousa (IFBA)	Luisa Stella de Oliveira Coutinho Silva (FMN-João Pessoa)
Eugênio Rezende de Carvalho (UFG)	Luiz Eduardo Simões de Souza (UFAL)
Fernando Luiz Vale Castro (UFRJ)	Luiz Estevam de Oliveira Fernandes (UFOP)
	Luiz Henrique dos Santos Blume (Universidade Estadual de Santa Cruz)



Agradecimentos aos pareceristas ad hoc

Luiz Roberto Velloso Cairo (UNESP)
Maísa Faleiros da Cunha (UNESP)
Marcos Vinícius Scheffel (UFAM)
Maria Antonia Dias Martins (USP)
Maria Ligia Coelho Prado (USP)
Maria Luciane Gobbo dos Santos Astolfi (UPF)
Maria Silvia Cristofoli (Univ. Federal da Fronteira do Sul)
Maria Thereza Miguel Peres (Univ. Metodista de Piracicaba)
Mariella De Oliveira Amaral Moreira (UESC)
Mateus Fávaro Reis (UFMG)
Mateus Rodrigues Pinto (UFF)
Mauro Marcos Farias da Conceição (UERJ)
Miquéias Henrique Mügge (UFRJ)
Nara Maria Carlos de Santana (UFF)
Natália Ayo Schmiedecke (UNESP)
Natally Vieira Dias (UFMG)
Neuma Brilhante Rodrigues (UnB)
Nikelen Wiiter
Patrick Walsh Netto (UFC)
Paulo Alves Junior (Unifesp/FMU)
Paulo Renato da Silva (UNILA)
Priscila Ribeiro Dorella (UFV)
Raphael Nunes Nicoletti Sebrian (UNIFAL)
Raquel Paz dos Santos (Univ. Santo Amaro)
Ricardo Figueiredo de Castro (UFRJ)
Rodrigo Acioli Peixoto (UFPE)
Rodrigo Bianchini (UFMG)
Rodrigo Fialho Silva (UEMG)
Rodrigo Santos de Oliveira (UFRG)
Rômulo Garcia de Andrade (UFRRJ)
Ronaldo Pereira de Jesus (UFOP)
Sabina Maura Silva (UFMG)
Sérgio César da Fonseca (UNESP)
Sheila Schvarzman (Universidade Anhembi/Morumbi, AM)
Sidney Oliveira Pires Júnior (USP)
Simone Ramos Marinho (UFBA)
Sílvia Ilg Byington (PUC-Rio)
Taís Campelo Lucas (PUCRS)
Tenylle Nascimento Silva Soares (SEC/BA)
Ticiane Discher
Thiago Lenine Tito Tolentino (UFMG)
Valdemir Ferreira Lopes (UFOP)
Vanderlei Machado (UFRGS)
Veronica de Jesus Gomes (Faculdade Redentor)
Walter da Silva Fraga (SEMEC- Belém)
William de Souza Martins - UFRJ
Wlamir José da Silva (UFRJ)



Sumário

Editorial.....	7
Apresentação.....	13
Entrevista.....	14
Borges: metodologias e práticas para críticas utópico-contextualistas.....	22
A vertente editorial do projeto socialista de Mariátegui.....	42
O herói revivido: Martí e o discurso revolucionário cubano.....	63
“La cuestión de la América latina”: Martín Garcia Mérou e os impasses da produção intelectual no continente.....	77
Reflexões sobre o marxismo na América Latina nos anos 1920: José Carlos Mariátegui, Haya de la Torre e Julio Antonio Mella.....	89
As ideias políticas de Francisco Bilbao: entre a influência intelectual francesa e as especificidades hispano-americanas.....	113
Debates teóricos na imprensa libertária uruguaia no começo de 1917: revolução, evolução e anarquia.....	137
Intelectuais e República: Educação Integral no pensamento de Dario Vellozo.....	154
As representações sociais sobre as mulheres na revista Careta (1910 – 1920): entre a mulher ideal e a independente.....	175
Integração e Desenvolvimento. As relações entre Brasil e Argentina (1822-2012).....	189
A construção do sertão de Padre Cícero a partir de um discurso urbano-moderno.....	212
Liberdade Religiosa em um Estado Religioso: liberalismo e catolicismo nos debates da Assembleia Constituinte de 1823.....	229
Representação, Memória e Consciência Histórica Através da Música.....	251
O agenciamento no cativo: estudos de caso como ferramenta metodológica para o entendimento da dimensão da subjetividade nos processos decisórios numa sociedade escravista.....	265
Trabalho e combate à vadiagem: representações da mão-de-obra nos discursos dos periódicos de São João del-Rei (1871-1888).....	278
A Organização do Trabalho Médico em Minas Gerais: a Sindicalização como Alternativa.....	303
Resenha - Agua, poder urbano y metabolismo social. Puebla: Editora de La Benemerita Universidad Autónoma de Puebla, 2009. (Coleção Estudios Urbanos y Ambientales, v. 1).....	319
Resenha - O Brasil contado às crianças: Viriato Corrêa e a literatura escolar Brasileira (1934-1961). São Paulo: Annablume, 2011.....	323

A *Temporalidades*, iniciativa do corpo discente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, começou a ser publicada há três anos como um espaço privilegiado de divulgação de trabalhos inéditos de pesquisadores discentes das diversas áreas do conhecimento histórico. Compromissados com esse propósito, conseguimos ao longo desses anos ampliar e aperfeiçoar a revista como lugar de divulgação e diálogo da produção historiográfica contemporânea, por um lado promovendo publicações internacionais e alcançando o conceito B4 na avaliação de periódicos da Capes e por outro trazendo trabalhos científicos de alta qualidade e privilegiando a produção de jovens pesquisadores. Naturalmente, o crescimento da revista se deu através de um caminho permeado por uma série de percalços e desafios, mas acreditamos que com dedicação e trabalho acabamos por tornar a *Temporalidades* uma grande conquista dos alunos da Pós-Graduação da UFMG. Com essa sétima edição, esperamos ter atendido à expectativa de todos os leitores, proporcionando o acesso a uma produção acadêmica que estimule pesquisas, discussões e diálogos relevantes nos campos da história e das ciências humanas. Essa tarefa, certamente, teria sido mais árdua – e bem menos divertida – sem o direcionamento firme e a pronta disposição dos membros de transição da *Temporalidades*, André Cabral Honor e Paloma Porto Silva, a quem somos gratos pela ajuda, companheirismo e generosidade constante.

É com grande satisfação que o novo Conselho Editorial apresenta a sétima edição da *Temporalidades*, cujo dossiê temático *História intelectual, impressos e culturas políticas na América Latina* surpreendeu-nos com o elevado número de submissões de trabalhos provenientes de variados Programas de Pós-Graduação do país – rede de discussão que enriqueceu o trabalho do Conselho e, sem dúvida, tornou mais convidativa a leitura. A constatação expressa, por um lado, o crescimento, a pluralidade e o maior interesse nas pesquisas sobre história da América Latina nos programas de pós-graduação nacionais, e, por outro, indica um intercâmbio com a produção historiográfica produzida em outros países. Dentre diversos artigos de excelente qualidade, assumimos a difícil tarefa de selecionar trabalhos que, a partir de diferentes perspectivas, apresentassem análises e reflexões pertinentes na área da história dos intelectuais e dos impressos na América Latina. Buscamos escolher onze artigos que abrangessem diversas temporalidades e espacialidades, e expressassem a pluralidade dos temas, problemas, metodologias e fontes que vêm sendo mobilizados no panorama recente a respeito dessa temática.

Para a organização do dossiê *História intelectual, impressos e culturas políticas na América Latina*, além de Ana Marília Carneiro, George Nascimento e Lorena Lopes, membros do Conselho Editorial e alunos do PPGHIS, convidamos para compor a organização do mesmo a professora Adriane Vidal Costa, do Departamento de História da UFMG, cuja produção historiográfica centra-se em discussões acerca de culturas políticas, intelectuais, literatura e movimentos sociais na América Latina, assuntos afinados com a temática desta edição. Agradecemos à professora pela valiosa contribuição, o compromisso com a função proposta e pela gentileza em nos ajudar.

Apresentamos ainda nesta edição uma belíssima entrevista com a historiadora argentina Patricia Funes, especialista em História da América Latina no século XX, doutora em História pela Universidad Nacional de La Plata, pesquisadora do Instituto de Investigaciones Gino Germani e professora titular da Universidad de Buenos Aires. Patricia Funes explora ao longo da sua produção historiográfica os processos singulares de conformação do pensamento latinoamericano, analisando as continuidades e as rupturas nas representações das tradições políticas e culturais mobilizadas pelos intelectuais ao longo do século XX. Em *Salvar La Nación. Intelectuales, cultura y política em los años veinte latinoamericanos*, livro procedente da sua tese de doutorado, a autora focou a análise na década de 1920, eleita como período privilegiado para se pensar de que maneira se deu a lógica de configuração de categorias teóricas clássicas como socialismo, comunismo, revolução, anticolonialismo e democracia, tópicos que adquiriam distintas leituras, sentidos e interpretações nos discursos da época em diferentes regiões. As chaves de leitura e interpretação acerca da América latina – e sua problemática adequação como objeto de estudo – sempre foi tensa e complexa, passando por defensores da ideia de uma comunidade de interesses regionais, por essencialismos identitários (regionais, nacionais, étnicos), pela ideia de revolução continental, da teoria de dependência, pelo realismo mágico, enfim, por diversas interpretações que, por sua vez, serviram a diversos movimentos políticos, estéticos e culturais. Os artigos que compõem o dossiê e a entrevista que apresentamos aqui visitarão essas reflexões e argumentos, e, sem dúvida, contribuirão para o conhecimento da nossa história latinoamericana, bem como para pensar e repensar a figura do intelectual, seu significado e sua função.

No primeiro artigo que compõe o dossiê, *Borges: velhos mitos para as contemporâneas críticas contextualistas sobre a literatura*, Breno Anderson Souza de Miranda, mestre em História e em Letras pela Universidade Federal de Minas Gerais, nos propõe uma reflexão acerca

das possíveis configurações de diálogos e sugestões teórico-metodológicas presentes na teoria da literatura e nas críticas contextualistas na obra de Jorge Luis Borges, importantes instrumentais que podem, de alguma forma, contribuir para um historiador que venha a trabalhar com a literatura.

A vertente editorial do projeto socialista de Mariátegui, artigo de Ricardo Neves Streich, mestrando em História Social pela Universidade de São Paulo, traz uma análise das propostas socialistas de Mariátegui através das iniciativas editoriais presentes em cada uma das fases da sua trajetória política e intelectual, expondo importantes reflexões sobre o seu interesse pelo mundo da política e sobre as discussões que mobilizaram o seu projeto de construção do socialismo na especificidade da realidade peruana. A linha argumentativa do autor defende uma centralidade nas iniciativas editoriais de Mariátegui, manifestada através das diferentes vertentes (intelectual, sindical e partidária) articuladas de maneira concreta no seu projeto socialista.

Visitamos mais uma análise acerca do pensamento marxista na América Latina em *Reflexões sobre o marxismo na América Latina nos anos 1920: José Carlos Mariátegui, Haya de la Torre e Julio Antonio Mella*, artigo de Raphael Coelho Neto, pós-graduando na Especialização em Culturas políticas, História e Historiografia pela UFMG. O artigo é dedicado à análise do pensamento revolucionário de José Carlos Mariátegui, Victor Raúl Haya de la Torre e Julio Antonio Mella, três intelectuais latino-americanos de formação marxista que buscaram, cada um à sua maneira, compreender as possibilidades de desenvolvimento e afirmação da soberania das nações do continente em relação às oligarquias locais e à influência dos Estados Unidos.

Chile, Cuba e Uruguai são espacialidades representadas nesse dossiê por três artigos. No primeiro deles, *O herói revivido: Martí e o discurso revolucionário cubano*, José Antônio Ferreira da Silva Júnior, mestrando pela Universidade Estadual de Campinas, nos permite conhecer um pouco do projeto editorial da revista *Casa de las Américas*, fundada em 1960, que identificava na figura e obra de José Martí aspectos valorativos para a construção da identidade revolucionária cubana. George Fellipe Zeidan Vilela Araújo, mestrando em História pela UFMG, responsável pelo artigo *Debates teóricos na imprensa libertária uruguaia no começo de 1917: revolução, evolução e anarquia*, nos revela a presença da discussão dos conceitos de revolução, evolução e anarquia na imprensa, indicando que esses temas eram discutidos na América Latina antes mesmo da Revolução Russa.

O trabalho de Mauro Franco Neto, graduando em História pela UFOP, *La cuestión de la América latina: Martín García Mérou e os impasses da produção intelectual no continente*, baseia-se na obra do diplomata argentino Martín García Mérou, *El Brasil Intelectual*, para propor uma análise comparativa com a produção intelectual brasileira com o intuito de problematizar a existência de um campo conceitual compartilhado.

As ideias políticas de Francisco Bilbao: entre a influência intelectual francesa e as especificidades hispano-americanas, artigo de Martha V. Santos Menezes, mestranda pela Université Paris VII, apresenta e discute as ideias do pensador chileno Francisco Bilbao (1823-1865), procurando situá-lo em um momento em que os pensadores da América hispânica se voltam fortemente para a história e a tradição de seu continente. Martha busca compreender e debater suas principais influências teóricas e os principais diálogos travados em suas reflexões sobre a identidade hispano-americana.

A segunda parte do dossiê foi dedicada à reunião de artigos que trataram de problemáticas mais próximas à realidade brasileira. Em *Educação Integral no pensamento de Dario Vellozo*, Ernando Brito Gonçalves Junior, doutorando em História pela Universidade Federal do Paraná, apresenta e discute a proposta de “educação integral” idealizada por Dario Vellozo – importante intelectual, escritor e professor que viveu no Paraná entre os anos 1885 e 1937. Segundo a proposta, as educações física, intelectual, moral, estética e cívica, aliadas, preparariam o cidadão para o ingresso na sociedade e, mais que isso, orientariam-no a atuar.

Já o artigo de Douglas Josiel Voks, mestrando pela Universidade do Estado de Santa Catarina, intitulado *As representações sociais sobre as mulheres na revista Careta (1910 – 1920): entre a mulher ideal e a independente*, analisa as representações sociais do feminino presentes na revista *Careta* entre as décadas de 1910 e 1920. A análise é feita de modo não internalista e o papel da mulher presente nas páginas do periódico indicam expectativas e visões de mundo que são problematizadas no artigo.

Em *Integração e Desenvolvimento. As relações entre Brasil e Argentina (1822-2012)*, Iuri Cavlak, professor adjunto da Universidade Federal do Amapá, traça as relações diplomáticas entre Brasil e Argentina, caracterizadas, conforme sua leitura, pela diáde aproximação – distanciamento. O artigo convida a pensar que os maiores ganhos na geopolítica mundial tornaram-se possível quando ambos os países tenderam para a união.

O próximo artigo que apresentamos é de autoria de Harley Abrantes Moreira, mestre pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, intitulado *A construção do sertão*

de Padre Cícero a partir de um discurso urbano-moderno. Tendo como problema central as identidades e as relações de poder, o artigo trata do discurso urbano, moderno e intelectual, objetivado na obra de Lourenço Filho, datada do início do século XX. Para tanto, o autor explora o tratamento dado pelo intelectual à representação do sertão do estado do Ceará, em especial em torno do povoado de Juazeiro e da personalidade de Padre Cícero.

Em *Liberdade Religiosa em um Estado Religioso: liberalismo e catolicismo nos debates da Assembleia Constituinte de 1823*, último artigo do dossiê, a autora Françoise Jean de Oliveira Souza, doutora em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, trata dos debates transcorridos na Assembleia Constituinte de 1823, atentando-se para a discussão de temas concernentes à religião do Estado. A autora busca refletir acerca das relações entre a tradição e a modernidade na dinâmica da construção do Estado nacional, bem como acerca da relação entre o catolicismo com o universo intelectual do liberalismo nesse contexto.

Além do dossiê, essa edição conta com cinco artigos que se dedicam a objetos e temáticas variadas, localizados em tempos e espaços distintos. O primeiro artigo é de Milton Joeri Fernandes Duarte, doutor em Educação pela Universidade de São Paulo. Em *Representação, Memória e Consciência Histórica através da música*, o autor pesquisou a consciência musical no contexto de uma cultura escolar. Para tanto, Duarte investigou o processo de construção do conhecimento histórico dos alunos e do professor através da relação dos sujeitos com a música.

O *agenciamento no cativo: estudos de caso como ferramenta metodológica para o entendimento da dimensão da subjetividade nos processos decisórios numa sociedade escravista*, artigo de Leonara Lacerda Delfino, doutoranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora, apresenta considerações teóricas a respeito dos processos de individuação e agenciamento no cativo, tecendo considerações acerca dos fatores imperativos e subjetivos vinculados aos *processos decisórios* e à efetuação de escolhas de escravos e libertos. Traçando paralelos entre a *microhistória italiana* e a sociologia de Norbert Elias, a autora procura explorar os potenciais analíticos de categorias como *incerteza, racionalidade limitada, modelos generativos, maximização de ganhos, rede social, identidades*, para situar os limites e alcances do agenciamento escravo e dos grupos subalternos na sociedade escravista.

O terceiro artigo, *Trabalho e combate à vadiagem: representações da mão-de-obra nos discursos dos periódicos de São João del-Rei (1871-1888)*, de Flávio Raimundo Giarola, doutorando em História pela UFMG, traz uma análise acerca da campanha pelo combate à vadiagem

conduzida pela imprensa periódica da cidade de São João del-Rei, buscando compreender a representação de negros, nacionais e imigrantes no contexto da crise do escravismo e da transição para o trabalho livre.

No último artigo dessa seção, Keila Auxiliadora Carvalho, doutoranda em História pela Universidade Federal Fluminense, discute o papel ocupado pela questão da sindicalização nos debates sobre a profissionalização da categoria médica em Minas Gerais ao longo dos anos 1930. Em *Organização do Trabalho Médico em Minas Gerais: a Sindicalização como Alternativa*, a autora analisa alguns periódicos da área médica para demonstrar as diferentes perspectivas sobre o que significava o exercício da medicina nessa época.

Finalizamos essa edição com duas resenhas: a primeira delas diz respeito ao livro *Agua, poder urbano y metabolismo social*, autoria de Alexis Nascimento Araújo, graduado em História pela UFMG. A segunda resenha é de Mariana Tavares, sobre o livro *O Brasil contado às crianças: Viriato Corrêa e a literatura escolar Brasileira (1934-1961)*.

O Conselho Editorial agradece a colaboração de todos os autores e pareceristas, que contribuiram mais uma vez para o crescimento do nosso periódico, tanto no que diz respeito à qualidade dos textos submetidos, como também na troca de experiências que o processo de avaliação textual proporciona. Desejamos, sinceramente, a todos uma boa leitura!

Ana Marília Carneiro

George Nascimento

Lorena Lopes

Belo Horizonte, 09 de setembro de 2012

O nome da revista, *Temporalidades*, expressa uma das problemáticas centrais do trabalho do historiador: as temporalidades históricas. Uma das tarefas do historiador é problematizar o tempo histórico ou como diria Fernand Braudel, "os ritmos do tempo". A revista *Temporalidades*, a cada número, tem se mostrado como um importante espaço de divulgação de novas pesquisas promovendo importantes reflexões históricas em suas páginas. Em seus três anos de existência, a revista constituiu-se como um espaço de publicação que permite a jovens pesquisadores de diversas regiões e instituições, inclusive internacionais, divulgarem seus trabalhos para seus pares e para a sociedade em geral.

Com o dossiê História intelectual, impressos e culturas políticas na América Latina, a revista contribui para o fortalecimento dos estudos que privilegiam a história intelectual e a história latino-americana. Nos últimos vinte anos a história intelectual experimentou um desenvolvimento crescente e dinâmico no campo historiográfico com uma proposta que a localiza no cruzamento da história social, política e cultural. Ela prioriza as formas nas quais os pensamentos se inscrevem e se reproduzem socialmente em um determinado espaço e tempo. A história intelectual permite observar e compreender a circulação dos discursos e das ideias na conformação de práticas e imaginários políticos na sua interação com a história. Como aponta a historiadora Patricia Funes - na entrevista que concedeu à revista - a história intelectual é marcada pela articulação necessária com outras ciências humanas, como, por exemplo, a sociologia.

Há um ponto de intercessão entre os impressos e a história intelectual: são os intelectuais que, em grande medida, os produzem e os utilizam como espaço para a ação. Os impressos podem ser percebidos como pontos de encontro de itinerários individuais e coletivos e como difusores de culturas políticas. Neste caso, as ideias e os discursos que os intelectuais propagam nas revistas, as suas intervenções e os debates que suscitam, possibilitam redes de sociabilidades que se relacionam também com a história intelectual.

Parabenizo os membros editoriais da revista *Temporalidades* pela organização do dossiê e convido o leitor para refletir sobre História intelectual, impressos e culturas políticas na América Latina.

Adriane Vidal Costa

Belo Horizonte, 23 de agosto de 2012



Entrevista

Profa. Dra. Patrícia Funes



Entrevistadores

Ana Marília Carneiro
George Nascimento
Lorena Lopes da Costa

Intelectuais e América Latina: história e atualidade

Entrevista com a Professora Doutora Patrícia Funes¹

Por
Ana Marília Carneiro
George Nascimento
Lorena Lopes da Costa

Temporalidades: Gostaríamos que a senhora contasse um pouco sobre sua trajetória acadêmica: como se deu seu interesse pela história, pela história da América Latina e dos intelectuais latino-americanos?

Professora Patrícia Funes: Desde el comienzo de mi carrera pertencí a espacios docentes ligados a la Historia de América Latina. Mi ingreso a la universidad como auxiliar docente coincidió con la transición de la dictadura a la democracia y había una gran avidez por recuperar debates, análisis, itinerarios que habían estado congelados durante el gobierno militar. Ahora bien ¿Por qué elegí América Latina? Probablemente no sea una respuesta muy académica pero siendo sincera con la biografía debo decirlo. Tengo la misma edad que tendría hoy *Mafalda* (una tira humorística de Quino) que mis padres (intelectuales progresistas) leían con fruición. Como niña de clase media de padres intelectuales quizás era demasiado inapetente para comer, sobre todo sopa. Odiaba la sopa, como Mafalda (la identificación fue instantánea). Y un día leí una tira en la que Mafalda se preguntaba por qué Fidel Castro no decía que le gustaba la sopa así en mi país la prohibían. Allí pregunté quién era Fidel Castro (aún estaba en la escuela primaria) y mis padres me contaron como un cuento de hadas de la revolución cubana y de que allí los niños tomaban la sopa y eran felices. Pues bien, quizás allí está el origen. Ese clima de época que se habitaba en mi casa. Mis padres leían a Borges pero también a Drummond de Andrade, a García Márquez, a Vargas Llosa, a Alejo Carpentier. Además compraban una Historia de América Latina en fascículos que sacaba el Centro Editor de América Latina. Y yo la leía con entusiasmo aún sin entender seguramente del todo sus sentidos. Muchos, muchos años después trabajé con el coordinador de esa obra: Alberto Pla. Y con Juan Carlos Grosso y con Waldo Ansaldi, todos referentes intelectuales del estudio de las sociedades latinoamericanas en la transición a la

15

¹ Professora Doutora da Universidade de Buenos Aires e Pesquisadora do Conselho Nacional de Investigações Científicas y Técnicas - CONICET

democracia y en el proceso de reconstrucción de la universidad. Fui una privilegiada en ese sentido.

Temporalidades: A História intelectual latino-americana foi, habitualmente, reduzida a uma História das Ideias, focada nas obras e nos processos ideológicos. Na produção historiográfica atual sobre intelectuais observamos uma diversidade de enfoques teóricos, de recortes temáticos e de estratégias de investigação, devido ao diálogo com outros campos e disciplinas, como a história política, a história cultural, a sociologia da cultura. Podemos perceber, em seu trabalho, a influência de algumas categorias, como a noção de *campo* de Pierre Bordieu, *élites intelectuais*, *redes de sociabilidade* e *geração*, de Jean-François Sirinelli, para elencar apenas alguns dos autores com os quais a senhora dialoga. Gostaríamos, então, de saber um pouco mais sobre suas escolhas teórico-metodológicas.

Professora Patricia Funes: Qué buena pregunta y qué bien fundamentada! Pues bien, llegué a la historia de las ideas, la historia de los intelectuales de la mano de la historia política. Mi primer proyecto de investigación en CONICET fue un estudio comparado de los partidos políticos de clases medias en Argentina y Perú (la Unión Cívica Radical –UCR- y el APRA peruano). A partir de la lectura de Haya de la Torre se me abrió el *zoom* de discusiones que creo fundantes en América Latina que ocurrieron en la década de 1920. ¿Cómo aprehenderla? Pues bien, soy cada vez más historiadora pero he trabajado muchos años con sociólogos y tengo una particular sensibilidad sobre la literatura de la región. Allí Bourdieu vino en mi auxilio, por ejemplo. Pero quizás mi tesis de doctorado también tuvo que ver con las revisiones y actualizaciones de esos autores en América Latina. En ese sentido mis diálogos y lecturas de intelectuales mexicanos, peruanos y brasileños me convencía de que se podía armar una tesis comparativa sobre un objeto que en mi país aún era algo “herético”: América Latina.

Temporalidades: Em seu livro *Salvar la Nación: intelectuales, cultura y política en los años veinte latinoamericanos*², a senhora trata de eixos fundamentais da estruturação de um pensamento latino-americano, que envolvem questões como a identidade hispano/latino-americana; o antiimperialismo, o indigenismo, a modernidade e a ideia de nação. Apesar de serem pontos comuns na ensaística do início no século XX, em seu trabalho, esses elementos foram pensados distintamente a partir de configurações socioculturais específicas. Nesse sentido, podemos falar em um campo intelectual latino-americano? Quais são as especificidades desse intelectual latino-

² FUNES, Patricia. *Salvar la nación: intelectuales, cultura y política en los años veinte latinoamericanos*. Buenos Aires: Prometeo Libros, c2006. 442 p. (Colección Historia extramuros)

americano da década de 20, que o diferenciam da figura do intelectual, por excelência, europeu, que nasce com o caso Dreyfus?

Professora Patrícia Funes: Creo que - como decía Borges - se trata de una identidad “conversadora con el mundo”. Es decir, traté de demostrar en esas tesis que reescribí como libro que los “intelectuales” como “cofradía”, “colectivo”, con sus reglas y sobre todo su autoreconocimiento como tales, surge en los años veinte. Me parece que ese campo se delimita en una intersección equidistante entre las coordenadas: crisis- modernidad; nación y revolución”. Cruzadas por la intención de “cambiar el orden” vs. “ordenar el cambio”. En esa equidistancia, a mi juicio, se crea un campo intelectual, un colectivo que se reconoce a sí mismo, tiene ciertas reglas de reproducción, y aborda los mismos temas. Pero hay que tener cuidado que aborde los mismos temas no implica que lo hagan de manera similar, las territorialidades nacionales cuentan y mucho. De allí que la idea más audaz de la tesis fuera no trabajar por países ni por biografías intelectuales sino por problemas. Y que resistiera la construcción de ese objeto hipotético, era la contrastación empírica, si se quiere, de la existencia de ese campo intelectual. Ahora bien, las diferencias con el caso Dreyfus es que los dreiffusards esgrimen sus títulos académicos (Durkheim, por ejemplo) y en el caso latinoamericano los campos profesionales aún están definiéndose y el terreno del “ensayo” aparece como la forma expresiva más adecuada para transmitir ideas.

Temporalidades: Pensando na configuração desse campo, qual o lugar da tradição no pensamento intelectual moderno latino-americano? Que desafio a tradição representa para esses intelectuais que encontram na ruptura com as raízes ibéricas o caminho para o reconhecimento de outras tradições, como, por exemplo, o indigenismo?

Professora Patrícia Funes: Considero que los años veinte son años de búsquedas por la crisis de todos los paradigmas decimonónicos. Todas esas mayúsculas que poblaban los textos de la época: “Progreso”, “Civilización”, “Razón”, incluso “Occidente” y en esas búsquedas aparece “el otro”. El “otro” obrero, campesino, indígena, negro. Es decir, estos intelectuales hablan por o para las subalternidades, y son muy socialistas. Los años veinte son años de gran creatividad y de “heterodoxias” respecto de las precedencias. En Brasil está el interesantísimo movimiento antropofágico, hoy tan citado cuando se piensa “epistemologías-otras” para pensar la región. Y probablemente el intelectual y la revista más emblemática de la década “Amauta” y su mentor, José Carlos Mariátegui, haya puesto temas que forman parte hasta hoy (quizás sobre todo hoy) una agenda de problemas centrales del debate de ideas en la región: el indigenismo, la nación, el cruce entre problema indígena y el de la tierra, pero también los sentidos de la comunidad y del ayllu en el mundo andino y las tentativas de pensar también el socialismo con ojos vernáculos. De

allí que sean hoy temas de debates muy actuales en la actual geografía del pensamiento regional frente a los desafíos de estados plurinacionales.

Temporalidades: A senhora reconhece, para a América Latina, nas décadas de 1920 e de 1960, guardadas certas peculiaridades, um universo de temas comuns, como o latino-americanismo, o socialismo, o antiimperialismo, a tensão rural/urbano, a fragmentação da esquerda. Como você justifica a escolha dessas décadas?

Professora Patrícia Funes: Creo que resiste el esquema de esas coordenadas sobre las que hablaba anteriormente. Las reformulaciones de la crisis (en este caso de la segunda posguerra y la Guerra Fría), la modernidad, los años sesenta son casi la representación de la modernidad y la “renovada” juventud de esta parte del mundo llevada adelante por los jóvenes (la impronta juvenilista es muy fuerte en ambas décadas) el pensamiento sobre las identidades nacionales/regionales a la luz del antiimperialismo y sobre todo la Revolución que en este caso ya no era la Soviética o la Mexicana sino que era socialista y se había gestado en el Caribe a 144 kms. de EEUU. Es interesante el approach de clase o nacional –según el caso- de las distintas corrientes en el interior de la a mi juicio mal llamada “Teoría de la dependencia” que, sin embargo retoma esa diáda de los años veinte: “Reforma/revolución”. Donde antes se leía “progreso” en los sesenta se lee “desarrollo”. Pero nunca olvidemos que en la historia siempre hay cosas nuevas bajo el sol y la experiencia comparativa nos ayuda a marcar ciertas continuidades pero sobre todo rupturas y diferencias ¿no? Incluso –y a veces es difícil evitar las interpretaciones “evolucionistas”. Por ejemplo: en los años sesenta la revolución también se da en las costumbres (la píldora anticonceptiva habilita a opciones sexuales menos ligadas a la procreación y a los roles más atávicos de las mujeres). Sin embargo encuentro más visibles –en el campo artístico e intelectual a las mujeres de los años veinte. Si uno rápidamente pasa revista la encuentra a Gabriela Mistral (la primer Premio Nobel de literatura) que además recién ahora se puede “decir” que tenía una sexualidad muy libre, o Tina Modotti, o Magda Portal, o Tarsila Do Amaral, o la controvertida Blanca Luz Brum.

Temporalidades: Alguns desses temas (latino-americanismo, socialismo, antiimperialismo) foram retomados e apropriados nas últimas décadas por governos latino-americanos: na Venezuela, com Hugo Chávez; na Bolívia, com Evo Morales; no Equador, com Rafael Correa. Como se dão essas novas apropriações na América Latina contemporânea?

Professora Patrícia Funes: A mi juicio hay tres momentos históricos cuando la región se piensa colectivamente: las independencias, los años veinte y los años sesenta. Probablemente esta

sea la cuarta época. Pero hay grandes diferencias. Primero, que por primera vez los Estados, es más podría decirse que hasta los gobiernos impulsan políticas de integración. Los momentos anteriores fueron más desde el pensamiento y/o contraestatales. En los tres momentos anterior la idea de crisis y de anticolonialismo/antimperialismo contribuían a dibujar un perímetro de la región que incluía de manera muy protagónica a México y casi excepcionalmente a Brasil. Hoy esto se instalado más claramente en el Sur. Creo que la mayor novedad es la inclusión de Brasil (finalmente!) Pero hay otra característica sobre la que vengo pensando y lo digo en borrador porque aún lo tengo que pensar más. Probablemente el pensamiento latinoamericano hoy esté “más atrás” que las políticas de integración que se llevan a cabo. Me parece que hay ciertas vacancias del campo intelectual. Pero, insisto es una intuición. De hecho que no hayamos encontrado otra palabra que “postneoliberalismo” para caracterizar esta época algo dice. Tanto prefijo ¿no? Y sabemos que esta parte del mundo ha sido prolífica en miradas colonizadas que se expresaron bajo el imperio de los “sub”, los “pre”, o los post. Quizá debemos buscar pensamientos más afirmativos desde el campo intelectual. Aunque a veces me pregunto qué es un intelectual hoy, tan cercado por el profesionalismo, las credenciales y los “técnicos”.

Temporalidades: O lugar do intelectual está situado entre o campo da cultura e o campo político, conforme sua abordagem. Muitos intelectuais – sobretudo no México e no Brasil – estiveram a serviço de órgãos governamentais ou serviram a um determinado modelo político. Como se deu essa relação na América Latina?

Professora Patrícia Funes: Pienso que, a excepción de México que en los años veinte debe reconstruir el Estado desde su aparatos más elementales después de diez años de guerra civil (el caso de José Vasconcelos y su fáustico proyecto regenerador de la Secretaría de Educación Pública es emblemático), los intelectuales de los años veinte piensan la política desde y hacia la sociedad, la interpelan, a veces como “vanguardias”, a veces con pretensiones de “ventrílocuos” de determinados sectores (la clase obrera, los indios, los campesinos, etc.) y hay más bien renuencia a participar en el Estado que se convierte más bien en un contradictor (pensemos en las lógicas cerradas de estados excluyentes y oligárquicos y también las pretensiones de esa “nueva generación” de ser la renovación de las elites políticas). Sin embargo hacia finales de la década advierten los límites de ese accionar y apelan a formas más clásicas de concebir la política. Por ejemplo, Mariátegui que en su creativa obra no aborda el tema del Estado (es la gran ausencia en su pensamiento) crea el Partido Socialista Peruano en 1928 y por causas muy coyunturales. Leopoldo Lugones en Argentina ingresa a la política escribiendo la proclama del primer golpe de Estado, en 1930. Ricardo Rojas se afilia al Partido Radical como gesto de protesta frente al golpe. Nuevamente Vasconcelos va más allá y se presenta a competir en las elecciones presidenciales de

México. El escenario que abre la crisis de 1929 separa aguas y anima a otro tipo de intervenciones. Basta a pensar que el movimiento estudiantil cubano, que retoma la herencia de Julio Antonio Mella, es el único actor que sostiene la presidencia de Grau San Martín que ya por entonces era llamado “el presidente de los estudiantes”. A mi juicio en los años treinta el “hacer”, frente a sociedades de masas y a otro rol del Estado, más que el “pensar”. Advierto salidas más pragmáticas que guardan relación con los desafíos de administrar el escenario de la crisis con fórmulas heterodoxas. Muchas veces se ha hablado de políticas “keynesianas” “avant la lettre” en la región. Pienso, en cambio que fueron intentos llevados más por las urgencias de los cambios en la economía mundial y la necesidad de dar respuestas a sociedades cada vez más complejas.

Temporalidades: No mundo de hoje, marcado pelo predomínio dos interesses privados no Estado, pela inserção de novos meios de comunicação e pela *mass media*, pela ascensão da figura do *expert* nos debates públicos e na academia e pela racionalização burocrática das instituições – sobretudo da universidade – como você pensa o papel dos intelectuais? Haveria a possibilidade de uma retomada de um *ethos* para o intelectual atual ou a saída é outra?

Professora Patrícia Funes: Estimo que la figura clásica del intelectual, esa representación algo sartreana que solemos tener de la intervención intelectual que remite fundamentalmente a la palabra escrita e impresa, a las cartas, al Manifiesto a la profecía, incluso, es irrecuperable. Pero no ese espíritu, ese ethos de la crítica al poder y sobre todo a espacios de libertad para pensar formas alternativas de la política y la acción colectiva. Pero eso también, me parece, que va de la mano de un giro gnoseológico que aún no estamos muy dispuestos a hacer o no sabemos hacer. Es cierto que la burocratización de nuestro trabajo tampoco lo favorece. Y ese giro tiene que ver con formas nuevas (la imagen, Internet, comunidades globalizadas, etc, etc) por un lado pero, por otro, con los “saberes”, con considerar sabidurías a formas menos retóricas quizás pero que conforman ricos imaginarios y sentidos alternativos de los muy activos movimientos sociales de la región.



Autores

Breno Anderson Souza de Miranda
Ricardo Neves Streich
José Antônio Ferreira da Silva Júnior
Mauro Franco Neto
Raphael Coelho
Martha V. Santos Menezes
George Fellipe Zeidan Vilela Araújo
Ernando Brito Gonçalves Junior
Douglas Josiel Voks
Iuri Cavlak
Harley Abrantes Moreira
Françoise Jean de Oliveira

Borges: metodologias e práticas para críticas utópico-contextualistas

Breno Anderson Souza de Miranda

Mestre em História e Mestre em Letras (UFMG) e Doutorando em História Social (USP)

brenomiranda@yahoo.com.br

RESUMO: Pretendemos nesse trabalho apontar algumas metodologias, que de alguma forma, contribuam para um hipotético e utópico historiador que trabalhe com a literatura, em direto diálogo com a teoria da literatura presente na obra de Borges. As críticas contextualistas em Borges seriam interessantes instrumentais para o historiador, uma vez que problematizariam o que se entende por realismo na literatura. Tentaremos, portanto, interseções da criação literário-ficcional borgiana com práticas utópico-contextualistas de leituras críticas. Para tanto, aproximaremos a teoria borgiana à recepção sociológica de Pierre Bourdieu, e convidaremos o historiador Roger Chartier para adentrar-se ao debate texto/contexto/autor em Borges, buscando diálogos da criação literário-ficcional com a história, a política e a sociologia.

PALAVRAS-CHAVES: Borges, Críticas, Teorias.

ABSTRACT: We intend in this work to point out some methodologies that somehow, contribute to a hypothetical and utopian historian who works with the literature, in direct dialogue with the theory of literature present in Borges' work. The contextualist criticisms in Borges would be interesting instrumental for the historian, since they would problematize what is meant by realism in literature. We will try thus, intersections of the borgesian literary-fictional creation with contextualist-utopian practices of critical readings. To do so, we will approach the borgesian theory to the sociological reception of Pierre Bourdieu, and we will invite the historian Roger Chartier to enter to the debate text / context / author in Borges, seeking dialogues of the literary-fiction creation with the history, the politics and the sociology.

KEYWORDS: Borges, Criticisms, Theories.

Introdução e tentativa de aproximação de Borges à recepção sociológica de Pierre Bourdieu

Nessa introdução apresentamos nosso objeto/fonte de estudo, Jorge Luis Borges (sua literatura e algumas de suas críticas), como uma fortuna crítica problematizável por diversificadas recepções — Borges é lido (mais citado que lido) por diversos campos das ciências humanas (história, sociologia, política, etc., além, é claro, da literatura). É um escritor teórico-crítico que não tem uma literatura didático-explicativa e de fácil assimilação (sua literatura não vem a ser generosa e piedosa com o historiador que espere a literatura enquanto reflexo da realidade).¹

¹ Não custa nada lembrar o ato crítico de nosso literato-historiador Machado de Assis, em sua recusa a beneficiar a leitura de um leitor comum. Nele, o leitor entra, muitas vezes, como um personagem que dialoga com o narrador machadiano, que já o prepara de antemão, uma vez que não terá uma leitura fácil, e completamente aprazível. Com Borges não seria muito diferente.

Nossa proposta não seria, portanto, uma análise documental-objetivista-linear pormenorizada, sequer um minucioso levantamento documental para uma determinada reconstituição de um fato histórico, e sim, algo mais próximo a configurações de diálogos para sugestões de hipóteses teórico-metodológicas, que, de alguma forma, tragam para os estudiosos de história, como também para os de literatura, alguns apontamentos sobre práticas de estudar a literatura através de críticas contextualistas. Como essas críticas poderiam ser complementares, ou até mesmo repulsivas a outras tradições críticas opostas?

O nosso contexto teórico pode ser beligerante, mas pode também possibilitar encontros. Percebemos em uma primeira aproximação, que mesmo Borges não escapara aos estudos históricos, mas estamos cientes dos velhos mitos que ainda poderiam circunscrever algumas de suas recepções. Entretanto, como objetos para o historiador, isto é, como aquilo que muda no decorrer do tempo, críticas contextualistas se apresentam em relação a outros mitos, que reconstróem seus antecessores, recriando o que se entende como a sempre porosa, lacunar e comunicante tradição.

Para falar em invenções de tradições na escritura borgiana, contribuiu uma girada de perspectiva na crítica sobre Borges, que tentou afastar-se das ironias e paródias do próprio autor sobre os realismos, e passou a preocupar-se também com traços documentais, biográficos, autobiográficos, e com interseções de sua criação literário-ficcional com a política, a sociologia² e a história. Nem Jorge Luis Borges estaria imune a um *fin-de-siècle* e início de outro, atormentado por esmiuçar a realidade a todo o momento e em todas as partes. Pululam atualmente publicações de manuscritos, cartas, diários e biografias sobre o autor em todo o mundo, e diríamos que Borges já não é mais o que até então sempre fora, ou o que quisera (sempre?) ter sido — o mito do escritor fantástico-fantasmático-niilista, tanto em sua obra, como em sua vida.

Ainda na sociologia densa e nada líquida de Pierre Bourdieu, no que ela tem de práxis importante para os estudos literários contextualistas (numa atualização do que já vinha sendo feito por E. Durkheim, Lukács³, Gramsci, Weber, Marx, Hegel, Lévi-Strauss, dentre outros), as estratégias de “campo intelectual” e “*habitus*” até que permitiriam que adentrássemos

² O sociólogo da Universidade de São Paulo (USP), Sergio Miceli, divulgador da obra e metodologia de Pierre Bourdieu, rendeu-se aos encantos de um possível realismo em Borges. “Este artigo examina condicionantes e práticas sociais que viabilizaram a trajetória literária de Jorge Luis Borges, autor que teria logrado apagar as marcas de sua vida pessoal. Por meio da análise dos textos de juventude, das relações familiares e do campo literário argentino no início do século XX, o artigo deslinda novas chaves para a compreensão da obra borgeana”. MICELI, Sergio. Jorge Luis Borges: história social de um escritor nato. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n.77, p. 155, mar. 2007.

³ Marcos Rogério Cordeiro atenta ao esforço de teorização das relações entre forma e conteúdo, literatura e história, nas obras de Lukács e outros materialistas. CORDEIRO, Marcos Rogério. Considerações sobre a teoria e o método histórico-literário. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, São Paulo, n.14, p. 141-171, 2009.

de certa forma na escritura irrealista-circular-fechada borgiana, tida muitas vezes como uma releitura “pós-moderna” dos idealismos platônico e alemão. Mas até que ponto o meramente, o especificamente literário teria o poder de escapar aos desígnios do determinismo histórico-sociológico, perguntaria Bourdieu?

Bourdieu distancia-se de qualquer assertiva estruturalista, ou pós-estruturalista, que apregoe o desaparecimento do sujeito, e da filosofia do sujeito, nas tramas da obra literária. Aproxima-se de Chomsky de uma maneira peculiar, frisando as “disposições adquiridas, socialmente constituídas” em meio às intencionalidades inventivas. Mas, como é amplamente difundido em sua sociologia, o *habitus* tem uma necessidade voraz pela incorporação da objetividade.

Percebe-se a que ponto é absurda a catalogação que inclui no estruturalismo destrutor do sujeito um trabalho que se orientou pela vontade de reintroduzir a prática do agente, sua capacidade de invenção, de improvisação. Mas eu queria lembrar que essa capacidade “criadora, ativa, inventiva”, não é de um sujeito transcendental como na tradição idealista, mas a de um agente ativo. [...]. Tratava-se de retomar no idealismo o “lado ativo” do conhecimento prático que a tradição materialista, sobretudo a teoria do “reflexo”, havia abandonado. Construir a noção de *habitus* como sistema de esquemas adquiridos que funciona no nível prático como categorias de percepção e apreciação, ou como princípios de classificação e simultaneidade como princípios organizadores de ação, significava **construir o agente social na sua verdade de operador prático de construção de objetos**.⁴

Sedutoras para o cientista social, para o historiador, essas teorizações muito sociologizantes não podem abarcar os espectros e pontos cegos da ficção de Borges, dada sua acentuada carga antifísica⁵, que sempre flui, mesmo em qualquer tentativa compactadora de objetivação. Borges é tido como o *Midas* das intenções de purismo literário de seu tempo, e sua narrativa, altamente provocadora, mexe com as delimitações rígidas da “práxis”. Borges ganhou de muitos de seus críticos um papel condensador de uma gigantesca biblioteca, imaginária e infinita que, no âmbito da desconstrução (guardadas as devidas proporções e inversões), talvez possa ser comparado com o que Hegel fora para a progressão (?). Haveria em Borges aquela utopia dialógica, que tanto repetem de Bakhtin? E/ou uma utopia que atravessasse alguns confinamentos institucionalizadores (para lembrar Foucault), e unisse por alguns instantes, sem resolver o litígio — ficção, história, memória e vida — com as várias temporalidades do texto?

Hipóteses para uma teoria da leitura libertária e guerrilha crítica na relação texto/contexto em Borges

⁴ BOURDIEU, Pierre. “Fieldwork in philosophy”. In: _____. *Coisas ditas*. Trad. Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorin. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 25-26. (grifos nossos).

⁵ COSTA LIMA, Luiz. A antiphysis em Jorge Luis Borges. In: _____. *Mimesis e modernidade: formas das sombras*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003, p. 237-265. Para Costa Lima neste ensaio, a *antiphysis* borgiana teria o poder de se opor à *mimesis*.

Em nossas introdutórias colocações acima, não defendemos que a teoria desenhada por Borges em sua literatura, como também em sua crítica, seja a única e a ideal teoria contextualista. Contenhamos ao território teórico borgiano, que por si só, já é demasiadamente abrangente. Interessa-nos também, como objeto para o historiador que lida com a literatura, e como metodologia para sua prática, elencar algumas hipóteses utópicas para a crítica em Borges. Elas seriam generalistas, porque não implicariam em uma prática restritiva, isto é, não podemos descaracterizar Borges ao ponto de requerer uma teoria do reflexo da sociedade em sua literatura. Buscar-se-ia então uma prática mais pluralista.

Nossas hipóteses não são tanto determinismos que impomos ao viés literário, e sim utopias, isto é, estão presentes em nossa realidade, mas não foram ainda totalmente efetivadas — apresentam-se como projetos de um construto teórico-literário transdisciplinar. Aqui, o historiador não teria receios da literatura, e buscaria tentar humildemente compreendê-la. Seus méritos não estariam apenas na análise documental, isto é, na literatura contextualizando uma época. Ao aproximar-se com maior esmero da estética, visualizar-se-ia o quanto proposições formal-ficcionais do escritor, em nosso caso, um escritor-crítico, tentam romper com práticas institucionalizadas do fazer literário, e com recepções unilaterais. A literatura de Borges é atual, e tenta ultrapassar várias barreiras teóricas. Cabe assim ao estudioso de práticas humanas no tempo, colocar essa arte (ou artifício) no calor dessas hipóteses (não necessariamente demonstráveis por documentos e bibliografias), sobretudo porque utópicas.

A literatura de Borges importa sim àqueles que queiram deter-se ao estudo de problematizações que envolvam as recepções institucionalizadoras das fontes literárias, modificáveis e nunca definitivas no decorrer do tempo. Nossa principal hipótese é que a literatura de Borges permita avançar no estudo prático de uma complicada utopia literário-crítica (que não almeje ser didática e busque despertar o leitor de alguma morosidade, como é próprio do literato argentino que estudamos), exposta vivamente em meio a tantas ruínas críticas. Ruínas porque são restos, remendos de outras teorias, vindas de diversos “lugares”. Ainda se tenta re-construir esse objeto histórico, apontar quais seriam essas fontes e com quais instituições ele buscaria dialogar. Para isso contribuem, mas não determinam, nossa experiência latino-americana (mais que simplesmente argentina) e os diversos autoritarismos político-discursivos, que tanto incomodaram a Borges. Qual seria a contribuição de um literato argentino para a formulação de uma teoria abrangente e humanista, apropriada por vários lugares epistemológicos? O que sua literatura teórica poderia alcançar de *ethos* libertário-político?

Any reading of Borges should take into account the ethics that sustains it. For certain readers, the term might seem strange, even dubious. By ethics I mean the honest

conduct and conveyance of text, seemingly deceitful yet aware of its deceptions, admitting to its inevitable traps, confessing to the creation of simulacra it does nothing to conceal.⁶

Nossas hipóteses também tentam atravessar uma cartografia crítico-pedagógica (que emanaria do próprio autor-narrador?), que se posiciona contra rigores determinista-metodológicos, ao lidar com o objeto literatura. Em nossas ponderações, ou nas borgianas, as discriminações técnico-criativas, e procedimentos de leitura e crítica, aproximam-se e querem aproximar-se (se possível até por instâncias do desejo e do erotismo — vide Barthes⁷) de autoritarismos discursivos, justamente para procurar alguma forma de libertação.

Nossas utopias caminham por propósitos um tanto quanto alheios aos cânones, mesmo que estes sejam nosso foco principal — Borges quer-se realisticamente enquanto cânone e mito da literatura argentina e universal. O crítico-leitor-autor do discurso utópico em Borges busca algum não-sentido no CORPO DA LETRA, no vazio da PALAVRA, no submundo da narrativa literária monumental, nas possibilidades do impossível, e tenta sublinhar alguns lugares da escritura crítica.

A técnica historiográfica seria meio essa: o universo da imaginação crítica, da utopia, da memória literária, afasta-se (ao aproximar-se) da grande narrativa mítica, seja ela qual for. O crítico-historiador-ficcionista em Borges, encarrega-se de despertar o leitor intrínseco ou extrínseco de sua letargia, para tentar dialogar com outras consciências, sempre debatendo, registrando, criptografando ou descriptografando os preenchimentos, os exílios, as tensões, as falhas, rupturas e ausências do corpo da escrita. Autor-leitor-crítico-personagem em Borges, busca respostas envoltos em uma sensibilidade democrática, aristocrática, anarquista e realista, e porque não — “bárbara”.

Podemos perceber, sem nenhum espanto, certos traçados autoritários e sistemático-compactadores na narrativa borgiana. Mas eles (nem sempre) ganham ares libertários, uma vez que são sintetizados e centralizados a partir de certa inversão (já tão discutida por muitos) na centralidade hegeliano-iluminista. Sylvia Molloy afirma que o “texto borgiano tenta ignorar a fixidez, por causa de sua imperfeição”; diríamos que só poderia ser um perfeccionismo em meio à perfeição imperfeita. Antes, ela ressalta a natureza do discurso borgiano: “a vocação de

⁶ “Qualquer leitura de Borges deve levar em conta a ética que a sustenta. Para certos leitores, o termo pode parecer estranho, até mesmo duvidoso. Pela ética eu quero dizer a conduta honesta e transmissão de texto, aparentemente enganoso, ainda consciente de seus enganos, admitindo às suas armadilhas inevitáveis, confessando à criação de simulacros, que ele não faz nada para esconder-se”. (tradução nossa). MOLLOY, Sylvia. *Signs of Borges*. Transl. Oscar Monteiro. Durham and London: Duke University Press, 1994, p. 4.

⁷ BARTHES, Roland. *O prazer do texto*. Trad. J. Guinsburg. 4. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2004.

marginalidade que move esses textos”⁸. Marginalidade para almejar incansavelmente alguma fama e centralidade, diríamos, o sonho de chegar ao topo por vias tortas e ousadas.

Como Borges atuaria nas táticas de guerrilha crítica, com uma narrativa tão esparramada, que estilhaça a narrativa de outros escritores, convidados através da leitura a fazerem parte de sua ficção? Daniel Balderston, em *Menard and his contemporaries: The arms and letters debate*, mostra a nostalgia do tempo “pós-moderno” por uma temporalidade moderno-quixotesca, em que ações da escrita dos homens de letras circulavam no sentido moral das “*rules of dueling*” [regras de duelo], tão comuns aos cavaleiros andantes.

Polêmicas à parte, a crítica de Balderston intenta atualizar a recepção do famosíssimo conto de Borges. Preocupa-se com intencionalidades, alicerçadas na construção do artefato ficcional, descartando o fato de que o narrador no conto de Borges enumerava um escritor qualquer e imaginário, que plagiaria a obra mais conhecida de Cervantes, apropriando-a despudoradamente como sua. “There is a nostalgia for time before there were intellectuals, a refusal to entertain the Sorelian distinction between bourgeois (and state) repressive force and proletarian violence, a desire to discuss modern war as if it were still conducted by rules of dueling”⁹. Borges engendra algo popular e antropológico calor folhetinesco pela atualidade modificadora e atuante (mesmo inserida em uma massificação comunicativa), em construções formais abstratas e altamente sofisticadas.

Borges [...] contradiz a pretensão de totalidade de uma estética que funda o valor literário na unidade compacta de ideias de um texto hegemônico. Pelo contrário, reivindica a superfície cheia de gretas e semanticamente pobre, cuja unidade frágil só se mantém pelas operações da forma: isso é literatura, um discurso composto de discursos, onde o procedimento decide a eficácia da invenção. (tradução nossa).¹⁰

Realismos e “condições sociais de possibilidades de leitura” em Borges?

Retorno a Bourdieu

Atentos acima, também à forma em Borges, importante para o historiador de críticas utópicas, fazemos aqui mais um movimento em nosso texto, com o objetivo de retornarmos à teoria sociológica de Pierre Bourdieu. Uma atenção à forma, não significa que defendemos que Borges e seus narradores estariam indiferentes às “condições sociais de possibilidades de leitura”. “Interrogar-se sobre as condições de leitura significa interrogar-se não só sobre as condições

⁸ MOLLOY, Sylvia. *Signs of Borges*, p. 6 e p. 3. (tradução nossa).

⁹ “Há uma nostalgia por um tempo antes de existirem intelectuais, uma recusa para entreter a distinção soreliana entre a força burguesa (e do estado) repressiva e violência proletária, um desejo de discutir a guerra moderna como se ainda estivesse conduzida por regras de duelo”. (tradução nossa). BALDERSTON, Daniel. *Menard and his contemporaries*. In: _____. *Out of context: historical reference and representation of reality in Borges*. Durham and London: Duke University Press, 1993. p. 33, p. 18-38.

¹⁰ SARLO, Beatriz. *Borges, un escritor en las orillas*. Buenos Aires: Ariel, 1998, p. 114.

sociais de possibilidade das situações em que se lê [...], mas também sobre as condições sociais de produção de *lectores*”¹¹. A teoria de Bourdieu provoca a teorização de alguns leitores de Borges, a partir do momento em que se choca com supostos projetos filológicos universalizantes e essencialistas.

Os filólogos correm o risco de projetar nas palavras que estão estudando a filosofia das palavras implicada no fato de estudar as palavras, e de assim deixar escapar o que constitui a verdade das palavras, quando, no uso político, por exemplo — que joga sabiamente com a polissemia —, elas têm como verdade o fato de terem diversas verdades. [...]. Percebe-se que, se o filólogo refletisse sobre o que é ser filólogo, seria obrigado a se perguntar se o uso que ele faz da linguagem por ele estudada coincide com o uso que dela faziam os que a produziram; e se não há o risco de que os descompassos entre o uso e os interesses linguísticos introduza na interpretação um viés essencial [...].¹²

Em proposições instigadoras, Bourdieu coloca o crítico e o intérprete (filólogo ou etnólogo) da literatura à margem do logocentrismo abstratizante da contemporaneidade, e retorna à crítica que Platão faz à poesia, na qual “a relação mimética, com a linguagem que ela implica, envolve todo o corpo: o poeta, o aedo, evoca poesia como se evocam os espíritos, e a evocação (isso vale também para os poetas berberes) é inseparável de toda uma ginástica corporal”¹³.

Aqui, não há a separação moderna entre poesia, poema, prosa, ritual, etc., e o objeto de estudo — o mito grego ou “primitivo” — é produto da própria alteração logocêntrica que se propõe na atualidade. O sacerdote, aquele que prepara e exerce o ritual coletivo, é meramente humano e singular. “De fato os letrados nunca entregam ritos em estado bruto (o ferreiro talha, corta, aniquila, separa o que está reunido, logo, é especialmente indicado para operar todas as separações rituais, etc.)”¹⁴.

Quando o objeto experimental é narrado, ele já não é mais apenas uma “práxis mimética”, e está atravessado por uma “lógica corporal orientada para algumas funções”. “Mudam os interesses e os alvos que estão em jogo, ou, para dizer as coisas de um modo simples: acredita-se neles de uma forma diferente”¹⁵. Assim, não poderia haver a distanciada cultura letrada-erudita-autorreferencialista. “O jogo da reinterpretação não é inteiramente livre; ele supõe, da parte do narrador hermeneuta (Homero, Hesíodo ou o poeta cabilia), uma familiaridade

¹¹ BOURDIEU, Pierre. Leitura, leitores, letrados, literatura. In: _____. *Coisas ditas*. Tradução de Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorin. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 135.

¹² BOURDIEU, Pierre. Leitura, leitores, letrados, literatura, p. 137.

¹³ _____. Leitura, leitores, letrados, literatura, p. 138.

¹⁴ _____. Leitura, leitores, letrados, literatura, p. 140.

¹⁵ _____. Leitura, leitores, letrados, literatura, p. 141.

imediatamente com a estrutura de primeiro grau, uma espécie de intuição estrutural dessa estrutura, característica da relação viva com a cultura viva”¹⁶.

Essas explicações sobre a teoria sociológica de Bourdieu (aqui não tão determinista como poderia supor), em interseção com a antropologia, são desculpas para adentrarmos ao Borges construtor e atuante em uma *civitas* literária. Não é difícil perceber na obra borgiana, quão grande são o apreço e a paixão pela materialidade da prática artesanal da leitura, algo que busque fincar um lugar no vasto “horizonte de expectativa”¹⁷, que luta contra a instantaneidade do tempo presente da “modernidade” ou “pós-modernidade”.

O *locus* da leitura intimista de outros textos expõe uma direta consonância com sua exterioridade pública — o “consenso flutuante”, que o literato-crítico cria com seus pares e com o mundo. A atualidade (o instante) da crítica subjetiva inscreve-se na con-figuração e interseção de vários espaços, temporalidades, utopias e distopias, que se comunicam em constante trânsito. A leitura seria possibilidade de refundação da tradição? Haveria alguma relação entre o “eu” empírico — a experiência íntima do eu —, e a construção extemporânea da “função autor”, para retornar a Foucault em *Qu’est-ce qu’un auteur?* e *L’ordre du discours?*

É ali onde se fixam as categorias fundamentais que organizam a ordem do discurso literário moderno, tal como Foucault o caracterizou em dois textos célebres, *Qu’est-ce qu’un auteur?* e *L’ordre du discours*: o conceito de *obra*, com seus critérios de unidade, coerência e persistência; a categoria de *autor*, que faz com que a obra seja atribuída a um nome próprio; e, por último, o *comentário*, identificado com o trabalho de leitura e interpretação que traz à luz a significação já presente de um texto.¹⁸

O historiador Roger Chartier adentra-se ao debate texto/contexto/autor em Borges

Se acima tentamos aproximar Borges à teoria de Pierre Bourdieu, agora, convidamos Roger Chartier para adentrar-se a este complexo debate, principalmente após o decreto pós-morte do autor, via Barthes, e as implicações sobre o ressurgimento do mesmo, recentemente. Chartier pode auxiliar-nos em nossas construções de hipóteses utópicas, sobretudo porque lança mão do Borges teórico de sua própria obra, como no conto “*Borges y yo*”, publicado em *El hacedor* (1960). “À experiência íntima do eu se opõe a construção do autor por parte das instituições”¹⁹. Irremediavelmente, cai-se na temática do duplo, tão caracteristicamente borgiano, e nas

¹⁶ BOURDIEU, Pierre. *Leitura, leitores, letrados, literatura*, p. 145.

¹⁷ KOSELLECK, Reinhart. “Espacio de experiencia” y “Horizonte de expectativa”, dos categorías históricas. In: _____. *Futuro pasado: para una semántica de los tiempos históricos*. Trad. Norberto Smilg. Barcelona: Ediciones Paidós, 1993, p. 333-357.

¹⁸ CHARTIER, Roger. Conferência. In: CHARTIER, Roger; HANSEN, J. A.; DAHER, A. *Debate Literatura e História*. Roger Chartier, João Adolfo Hansen e A. Daher. *Topoi*, Rio de Janeiro, n° 1, p. 198, jan./dez. 2000.

¹⁹ _____. Conferência, p. 199.

oscilações sempre não resolvidas entre realismo e ficção. A partir de qual momento, Borges que era o “primeiro” deixou de sê-lo? Então, talvez o “segundo” Borges seja mais institucionalizado e institucionalizador que o “primeiro”...?

O caso autoral borgiano constitui-se por si só um agravante, pela quase completa diluição entre obra, crítica e vida, mesmo nos momentos mais fantasmáticos. “Aos gostos secretos que definem o indivíduo em sua irreduzível singularidade se opõe o exagero teatral das preferências exibidas pelo autor, figura pública e ostentativa”²⁰.

A crítica de Chartier é apurada no estudo do “*El espejo y la máscara*”, conto publicado em *El libro de arena* (1975). Rejeita-se a interpretação da literatura enquanto representação de uma verdade-realidade una e previamente estabelecida, e “descobre em alguns textos literários uma representação aguda e original dos próprios mecanismos que regem a produção e transmissão do mistério estético”²¹. Não há nada que não seja historicizável e cotidianizado (mesmo que a história não seja capaz de abarcar toda e qualquer prática), e o leitor, enquanto personagem no texto literário, está inserido na “*ekphrasis*”, como “prática dentro da escrita”. O personagem leitor constrói a institucionalização, a canonização e a mitologização da leitura, ao mesmo tempo em que particulariza a “noção universalizada de ‘público’, que costumamos generalizar como ‘autonomia crítica’, ‘opinião pública, ‘livre-concorrência’ etc.”²². Está exposta para aquele que quiser, e puder ler, a relação visceral entre poeta, rei (poder) e comunidade de leitores; entre o discurso, o enredo e o fazer poético.

Para realmente superar a oposição artificial que se estabelece entre as estruturas e as representações, também é preciso romper com o modo de pensamento que Cassirer denomina substancialista e que leva a não reconhecer nenhuma outra realidade além das que se oferecem à intuição direta na experiência cotidiana os indivíduos e os grupos. A contribuição maior daquilo que realmente se deve chamar revolução estruturalista constitui em aplicar ao mundo social um modo de pensamento relacional, que é o modo de pensamento da matemática e física modernas e que identifica o real não a substâncias, mas a relações.²³

Determinismos sociológicos e históricos à parte, nesse conto e também em outros do mesmo autor, estão em jogo visões de mundo sobre o poder simbólico da palavra, que não deixam de ser capturáveis nos limiares da estética, ainda que sua centralidade consigne uma intencionalidade de vazio. Os vários textos (escritos e declamados) e contextos do conto chamam a “realidade” da escrita para a alquimia do fazer-se movimento. A estética borgiana prima pela

²⁰ CHARTIER, Roger. Conferência, p. 200.

²¹ _____. Conferência, p. 197.

²² HANSEN, João Adolfo. Debate. In: CHARTIER, Roger; HANSEN, J. A.; DAHER, A. Debate Literatura e História. Roger Chartier, João Adolfo Hansen e A. Daher. *Topoi*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 209, jan./dez. 2000.

²³ BOURDIEU, Pierre. “Espaço social e poder simbólico”. In: _____. *Coisas ditas*. Trad. Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorin. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 152.

relação com diversas temporalidades, que se coadunam na porosa e descontínua linha do tempo e da tradição, sempre intercalada com a presença ou ausência da palavra. Seria aí onde o literato e sua literatura buscariam fundar algum tipo de parâmetro, apontaria propósitos e movimentaria soluções para a prática da escrita e crítica literária, tanto para o passado, como para o presente e o futuro? O narrador borgiano é também teórico e crítico de sua escritura.

As lutas simbólicas a propósito da percepção do mundo social podem adquirir duas formas diferentes. Do lado objetivo, pode-se agir através de ações de representação, individuais ou coletivas, destinadas a mostrar e a fazer valerem determinadas realidades: penso por exemplo, nas manifestações que têm por objetivo tornar manifesto o grupo, seu número, sua força, sua coesão, fazê-lo existir visivelmente; e, ao nível individual todas as técnicas de apresentação de si [...]. Do lado subjetivo, **pode-se agir tentando mudar as categorias de percepção e apreciação do mundo social, as estruturas cognitivas e avaliatórias**: as categorias de percepção, os sistemas de classificação, isto é, em essência, as palavras, os nomes que constroem a realidade social tanto quanto a exprimem, constituem o alvo por excelência da luta política, **luta pela imposição do princípio de visão e divisão legítimo**, ou seja, **pelo exercício legítimo do efeito de teoria**. Mostrei no caso de Cabília, que os grupos, as famílias, clãs ou tribos, e os nomes que os designam, são os instrumentos e os alvos de incontáveis estratégias e que os agentes **estão continuamente ocupados a negociar a propósito de sua identidade**: por exemplo, **eles podem manipular a genealogia**, como nós manipulamos, e com os mesmos fins, os textos dos *founding fathers* da disciplina. [...] Do mesmo modo, ao nível da luta de classes cotidiana que os agentes sociais travam de maneira isolada e dispersa, **estão os insultos, enquanto tentativas mágicas de categorização (*kathegoresthai*, de onde vêm nossas “categorias”, significa, em grego, “acusar publicamente”)**, os mexericos, os boatos, as calúnias, as insinuações, etc. Ao nível coletivo, mais propriamente político, há todas as estratégias que visam impor uma nova construção da realidade social rejeitando o velho léxico político, ou que visam conservar a visão ortodoxa conservando as palavras, que muitas vezes são eufemismos (lembrei agora mesmo a expressão “classes modestas”), destinadas a designar o mundo social. **As mais típicas dessas estratégias de construção são as que visam reconstruir retrospectivamente um passado ajustado às necessidades do presente** — como quando o general Flemming diz ao embarcar em 1917: “La Fayette, aqui estamos!” — ou construir o futuro, por meio de uma predição criadora, destinada a delimitar o sentido, sempre aberto, do presente.²⁴

Em “*El espejo y la máscara*”, a comunidade de autores, críticos e leitores está arquitetada em poucas páginas, pelo incrível poder de síntese borgiano. Outros poderiam escrever o mesmo enredo em um romance de grosso volume, mas talvez a própria alternativa ao conto curto, já condiz com uma escritura-crítica oposta às grandes narrativas épicas, tanto de antigamente, quanto da modernidade. O triunfo na batalha é o que se quer narrar, durante os muitos anos que perpassam o enredo. A narrativa do poeta seria uma constante tentativa de refundar a imortalidade do instante sublime. O poeta está a serviço de vossa majestade para ser um novo Virgílio, que cantaria as loas do novo Enéias. A escrita é a pretensão de congelar o presente e reconstruir o passado; já o futuro, é a indeterminação do tempo perante a comunidade política

²⁴ BOURDIEU, Pierre. Espaço social e poder simbólico, p. 161-162. (grifos nossos).

renovadora da escrita e leitura. O niilismo não é a previsibilidade que a massa receptiva tenta impor sobre a narrativa borgiana, e sim construção dentro da escrita.

O rei da Irlanda quer o poeta, para o que ele entende como a narração de si, e o poeta se diz capaz de correspondê-lo, pois domina toda a arte e mitologia da palavra, capaz de produzir a “verdadeira poesia”. O poeta quer diluir a política, a história e a poesia oficiais na elaboração de uma unidade compacta da escrita. “Domino a escrita secreta que defende nossa arte do indiscreto exame do vulgo”²⁵. Porém, a transcrição que trinta escribas fazem do panegírico doze vezes, demonstra que a constante reescrita da história pelos cortesões não consegue abarcar nenhuma totalidade, e só faz ressaltar os silêncios da escrita; ou, a releitura e transcrição feita pelos que foram silenciados, corresponde apenas ao simulacro de perceber a *mimesis* na literatura como *imitatio* da realidade que quer-se narrar.²⁶

Não cairemos também em uma solução revolucionária de luta de classes antagônicas — oprimidos contra opressores, leitores (ouvintes) contra o autor. O articulador da narrativa consegue dar a corda (no caso borgiano, o pesadelo do espelho e da máscara), para que o poeta (o indivíduo, esteja ele onde estiver) enfoca por si próprio. Borges retorna ao pesadelo do espelho, que reflete a distopia de tantos sonhos, tanto na ficção como na realidade. O poeta prestes a despir-se de sua palavra mágica e bela não é ninguém, ou é inteiramente humano como qualquer outro. Traços autobiográficos do autor Borges apresentam-se em sua escritura-crítica, que insulta e incomoda a escrita de tantos outros.

— O que agora compartilhamos os dois — murmurou o Rei. — O de haver conhecido a Beleza, que é um dom vedado aos homens. Agora nos cabe expiá-lo. Dei-te um espelho e uma máscara de ouro; eis aqui o terceiro presente, que será o último. Pôs em sua mão direita uma adaga. Do poeta, sabemos que se matou ao sair do palácio; do Rei, que é um mendigo que percorre aos caminhos da Irlanda, que foi seu reino, e que nunca repetiu o poema.²⁷

Roger Chartier talvez procure alguma compatibilidade com a “estética da recepção”²⁸, ao discorrer que, cada nova escrita e publicização do poema épico de “*El espejo y la máscara*”,

²⁵ BORGES, Jorge Luis. O espelho e a máscara. In: _____. *O livro de areia (1975)*. Trad. Lígia Morrone Averbuck. *Obras Completas, v. 3, 1975-1985*. São Paulo: Editora Globo, 1999, p. 50.

²⁶ A *mimesis* como não *imitatio*, e a *imaginatio* como não semelhança foi estudada por Luiz Costa Lima em diversas obras.

²⁷ BORGES, Jorge Luis. O espelho e a máscara, p. 53.

²⁸ Segundo Hans Robert Jauss, “a experiência estética não se distingue apenas do lado de sua produtividade, como *criação através da liberdade* [...], mas também do lado de sua receptividade, como “*aceitação em liberdade*”. À medida que o julgamento estético pode representar tanto o modelo de um julgamento desinteressado, não impondo uma necessidade [...], quanto o modelo de um consenso aberto, não determinado a priori por conceitos e regras [...], a conduta estética ganha, indiretamente, significação para a práxis da ação. É o caso exemplar, distinguido por Kant como o procedimento de sucessão (*Nachfolge*) em face do mero mecanismo da imitação (*Nachahmung*), que medeia entre a razão teórica e a prática, entre a universalidade lógica da norma e do caso e a vigência apriorística da lei moral, possibilitando, deste modo, a ponte entre o estético e o ético”. JAUSS, Hans Robert. *A estética da recepção*:

corresponde a diferentes motivações. “Três vezes, cada vez com um ano de distância, o poeta retorna diante do rei com um poema cujo objeto é idêntico: celebrar o rei triunfante. Mas diferente. E cada vez são diferentes a escritura poética, a estética que a governa, a forma da publicação do texto e a figura de seu destinatário”.²⁹

No início, o poeta está a serviço dos caprichos e regras da idiomática para depois, não querer mais respeitá-las. “A obra não se ajusta às convenções da arte literária: ela não é mais imitação, mas invenção”³⁰. Para o que nos importa, a invenção e a impossibilidade de imaginar a completude e a abrangência do fato, assumem lugares antes delegados à *imitatio* de projetos realistas, à consagração do gênio autoral, e ao entendimento da literatura e da crítica como reflexo da natureza mítica. João Adolfo Hansen retoma instâncias políticas do acontecimento crítico nas análises que Chartier faz sobre Borges e Pirandello, e propõe uma teoria da resistência do tempo presente, que pode reler o passado, visando destruir e reconstruir monumentos.³¹

Outra vez cantou o rouxinol nas selvas saxônicas e o poeta retornou com seu códice, menor que o anterior. **Não o repetiu de memória; leu-o com visível insegurança, omitindo certas passagens, como se ele mesmo não as entendesse completamente ou não quisesse profaná-las.** A página era estranha. Não era a descrição da batalha, era a batalha. Em sua desordem bélica, agitavam-se o Deus que é Três e é Uno, os numes pagãos da Irlanda e os que guerrearíamos centenas de anos depois, no princípio da *Edda Maior*. A forma não era menos curiosa. Um substantivo singular podia reger um verbo plural. As preposições eram alheias às normas comuns. A aspereza alternava com a doçura. As metáforas eram arbitrárias ou assim pareciam. O Rei trocou umas poucas palavras com os homens de letras que o rodeavam e falou deste modo: — De tua primeira loa pude afirmar que era um feliz resumo de quanto se cantou na Irlanda. Esta supera tudo o que a antecedeu e também o aniquila.³²

Críticas sociais e políticas nas inter(invenções) das tradições canonizadoras, e a utopia de uma mescla entre lugares institucionalizadores em Borges

Ainda falamos em leituras e críticas borgianas, e em invenções de tradições. Contudo, buscaremos nesse momento, relacionar a teoria crítica borgiana não apenas aos aspectos sociais, mas também aos políticos. Assim, a crítica borgiana poderia hipoteticamente, adquirir mais uma problematização — esta também objeto de estudo para o historiador da literatura. Lembremos seu conhecidíssimo ensaio sobre Franz Kafka, melhor, o “exame” que faz dos “precursores de Kafka”. Neste texto, cuja temática central também se repete em outras publicações, o que nos comove é a *mezcla* das institucionalizadas identidades do ficcionista, do crítico literário e do

colocações gerais. Trad. Luiz Costa Lima e Peter Naumann. In: _____. et al.; COSTA LIMA, Luiz (Sel.; Coord.; Trad.). *A literatura e o leitor: textos de estética da recepção*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, p. 67-84.

²⁹ CHARTIER, Roger. Conferência, p. 201-202.

³⁰ _____. Conferência, p. 203.

³¹ HANSEN, J. A. Debate, p. 215.

³² BORGES, Jorge Luis. O espelho e a máscara, p. 51-52. (grifos nossos).

historiador da literatura, suas rupturas e inter(invenções) nas tradições canonizadoras. O narrador borgiano chama atenção para as diversas vozes no texto e para as falsificações nas recepções de diversas épocas, isto é, para o caráter construtor da leitura e da literatura. “Se não me engano, os heterogêneos textos que enumerei parecem-se a Kafka; se não me engano, nem todos se parecem entre si”³³.

O fato de cada escritor criar seus próprios precursores interage com nossa inquirição, na medida em que a crítica ao texto oral ou escrito pode intuir, nesse intenso fluxo, certas intencionalidades, “crenças e valores literários”. Seria nas palavras de Sergio Pastormerlo, uma “*crítica estratégica de intervenciones políticas*” [“crítica estratégica de intervenções políticas” (tradução nossa)]³⁴. Nesse ponto, é interessante estabelecer pontes com desejos e sonhos, às vezes pretensiosos, mas que não deixam de expor e assombrar os limites e alcances da imaginação crítica. “Modifica(m) nossa concepção de passado, como há de modificar o futuro”³⁵. Isso é o que podemos chamar de figurações utópicas.

Em outro de seus tantos textos que falam de crítica, Borges esboça uma genealogia crítica, que vai das alegorias aos romances. Dessa maneira, explanar sobre os conceitos de alegoria e romance é mais um pre-texto para traçar precursores e tradições. Croce *versus* Chesterton (críticos), Platão *versus* Aristóteles (fundadores), universos *versus* indivíduo — ordem *versus* erro — realismo *versus* nominalismo (conceitos); enfim **tradições-traduições-leituras**: [Parmênides, Platão, Spinoza, Kant, Francis Bradley] Dupin (razão) *versus* [Heráclito, Aristóteles, Locke, Hume, William James] Don Segundo Sombra (*gaucho*). Borges não decide para qual tradição crítica irá pender e prefere os “tantos anos [que] multiplicaram até o infinito as posições intermediárias e as distinções”.

O tempo, ou os “tantos anos”, são as trajetórias que atravessam a alegoria e o romance, e permitem que a “monstruosa” alegoria, enquanto “arte arremedando ciência” (como defende Croce), possa ser vista como o alegórico, que “nega que a arte esgote a expressão da realidade” (como propõe Chesterton). Assim, o narrador borgiano traz a parcialidade e o “erro” para as proposições universais do realismo. Nessa mistura de gêneros, a alegoria ganha ares de romance, e se preocupa também com fatos concernentes às coisas meramente humanas.³⁶

³³ BORGES, Jorge Luis. Kafka e seus precursores. In BORGES, Jorge Luis. *Outras Inquisições (1952)*. Trad. Sérgio Molina. *Obras Completas, 1952-1972*. São Paulo: Editora Globo, 2005, p. 98. v. 2.

³⁴ PASTORMERLO, Sergio. Sobre el declive de una ideología literaria romántica en la crítica de Borges. *Variaciones Borges*. Revista del Centro de Estudios y Documentación J. L. Borges. Copenhague: Borges Center, n. 9, p. 100, 2000.

³⁵ BORGES, Jorge Luis. Kafka e seus precursores, p. 98.

³⁶ BORGES, Jorge Luis. Das alegorias aos romances. In: BORGES, Jorge Luis. *Outras Inquisições (1952)*, p. 134-137. v. 2.

As abstrações são personificadas; por isso em toda alegoria há algo de romanesco. [...]. A passagem da alegoria ao romance, de espécies a indivíduos, do realismo ao nominalismo, demandou alguns séculos, mas ousou apontar uma data ideal. Aquele dia de 1832 em que Geoffrey Chaucer, que talvez não se julgasse nominalista, tentou traduzir para o inglês o verso de Bocaccio “*E con gli occulti ferri i Tradimenti*” (“E com ferros ocultos as Traições”) e reproduziu deste modo “*The smyler with knyf under the cloke*” (“Aquele que sorri, com o punhal sobre a capa”).³⁷

O *desplazamiento* das leituras ou alegorias “realistas”, ou “universais”, declara (como na crítica que Borges faz de Chesterton) a “insuficiência da linguagem”. Mitos perpassam e são perpassados pelo urbanismo da crítica, que é “feita de palavras, mas não é uma linguagem da linguagem, um signo de outros signos da virtude valorosa e das iluminações secretas que essa palavra indica”³⁸. Nesse aspecto, esboçam-se alguns contornos de geografias imaginadas no ato de leitura. Constrói-se um estatuto de “valores e crenças”, mesmo perene, nas fronteiras, margens e centros da tradição crítica. “A literatura tenta desenhar fronteiras geográficas e corporais, e inscrever a topografia da individualidade em uma topografia comunitária”³⁹.

Como ocorreria o embate na literatura de Borges sobre possibilidades presentes, passadas e futuras do ser, do vir-a-ser, e também do não-ser bárbaro ou civilizado, latino-americano ou europeu, atrasado ou moderno? Tudo isso num cenário intelectual híbrido ou *mezclado*, onde uma modernidade paradoxal poderá propor utopias, como o “entre-lugar”⁴⁰ ou *orillas*, e mesmo contra-utopias e distopias. Velhas problemáticas, tanto formais quanto alegóricas, vindas do romantismo e do realismo-naturalismo (como o mito da refundação e configuração da literatura, do sujeito literário, e comunidade de leitores e críticos nacionais, ou universais), ainda ressoam em Borges, mesmo em um momento mais maduro de sua obra.

Ainda continuamos no espaço das relações entre a literatura de Borges, os realismos e os contextos. Sergio Pastormerlo vê as relações de Borges com a “ideologia romântica” a partir de “*declives*”, manifestos nas amarras mais sólidas dos projetos dos escritores intelectuais do século XIX. Borges seria, dentre outras coisas, um “*ateo literario*” nesse complexo e denso sistema de crenças utópicas, e ironizaria o “culto romântico do artista individual”. O caráter experimental em Borges, estaria em seu desejo de criar um “público novo”, um “leitor futuro”, livre e sensato, que se desligaria dos rastros religiosos deixados pelo romantismo. Essa seria a fé borgiana, uma espécie de contra-crença — a possibilidade da dúvida e da ironia. Borges duvida dos valores

³⁷ BORGES, Jorge Luis. “Das alegorias aos romances”, p. 137.

³⁸ BORGES, Jorge Luis. “Das alegorias aos romances”, p. 135.

³⁹ RODRÍGUEZ PÉRSICO, Adriana. “Identidades nacionais argentinas 1910 y 1920”. In: ANTELO, Raúl (Org.). *Identidade e representação*. Florianópolis: Pós-graduação em Letras/ Literatura Brasileira e Teoria da Literatura — UFSC, 1994, p. 83. (tradução nossa).

⁴⁰ SANTIAGO, Silvano. O entre-lugar do discurso latino-americano. In: _____. *Uma literatura nos trópicos: ensaios sobre dependência cultural*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000, p. 9-26.

literários que ele mesmo formula. “A crítica borgiana não só mudou as coisas de lugar, mas se viu obrigada a interrogar os pressupostos de toda crença e valor literário”⁴¹.

Isto não quer dizer que Borges não acreditasse em nada, que fosse um incorrigível niilista. Em *Borges Crítico*⁴², Pastormerlo desenha, dentre outras, uma interessante “*crítica del gusto*” em Borges. Nada mais parcial, mais pessoal, mais autobiográfico, uma vez que em Borges, suas leituras podem confundir-se com sua própria vida. “Hablar del problema del valor en la crítica borgiana es hablar de[] carácter resueltamente valorativo de sus textos críticos, que nunca acataron el precepto de Menard: ‘Censurar y alabar son operaciones sentimentales que nada tienen que ver con la crítica’”⁴³. As colocações de Pastormerlo recusam uma prática rotineira na crítica sobre Borges, a de alçar o lugar bem definido do autor ou escritor (real), sem nenhum despropósito, à mera continuidade de sua obra crítico-ficcional. Mas isso não é uma questão somente da crítica sobre Borges, ele mesmo ajudou, como nenhum outro, a institucionalização de sua fantasmagoria em uma “*nadería de la personalidad*” pública— não faltaram entrevistas para revistas e televisão, e conferências, nas quais parecia não existir ao falar de si e de sua obra.⁴⁴

Robin Lefere propõe uma não simples continuidade entre o escritor empírico, isto é, aquele que se situa fora do texto, e o “autor implícito”, o que está no interior das margens do livro. A instituição literária “Borges” não seria um homogêneo “*bookman*”, como querem muitos, e sim um espaço de tensões e conflitos, onde convergem múltiplas facetas. “Deberemos estar

⁴¹ PASTORMERLO, Sergio. Sobre el declive de una ideología literaria romántica en la crítica de Borges, p. 85 e seguintes. (tradução nossa).

⁴² PASTORMERLO, Sergio. *Borges crítico*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007.

⁴³ “Falar do problema do valor na crítica borgiana é falar do caráter decididamente valorativo de seus textos críticos, que nunca acataram o preceito de Menard: ‘Censurar e elogiar são operações sentimentais que nada tem a ver com a crítica’”(tradução nossa). PASTORMERLO, Sergio. *Borges crítico*, p. 141. (alterações nossas).

⁴⁴ “[...] *Soy una superstición y quizás una cariñosa superstición. Según he comprobado en mis últimos viajes, hay mucha gente que me quiere, que ha leído unas líneas, quizá me quieran por eso. En todo caso, hay una imagen de un escritor Borges, en Buenos Aires; además, yo sentí eso cuando fui a los Estados Unidos por primera vez, en el año sesenta y uno, con mi madre. Pensé, bueno, tengo muchas cartas fuertes, una es que soy un hombre viejo, la otra es que soy sudamericano, eso me hace pintoresco, es casi si fuera un indio pampa; y la otra, una carta fuerte también, es la de ser ciego (tengo que darme cuenta de que es una combinación fuerte), y poeta: un viejo poeta sudamericano; eso ya crea una figura simpática para la gente. A mí, la idea de ser viejo no me es simpática. La idea de ser sudamericano no me llama tanto la atención, aunque en lo de ser poeta, no estoy seguro, pero de todos modos, la gente me ve así: un viejo poeta sudamericano y ciego, lo cual me convierte en Milton o en Homero*”. Entrevista de Borges a Antonio Carrizo em um canal de televisão, dezembro de 1981. Publicada como: Borges el memorioso. *Cuadernos Hispanoamericanos*, Madrid, p. 104, 505-507, jul./set. 1992. “Sou uma superstição e talvez uma carinhosa superstição. Segundo comprovei em minhas últimas viagens, há muita gente que gosta de mim, que leu umas linhas, talvez gostem de mim por isso. Em todo caso, há uma imagem de um escritor Borges, em Buenos Aires; também, eu senti isso quando fui aos Estados Unidos pela primeira vez, no ano de sessenta e um, com minha mãe. Pensei, bem, tenho muitas cartas fortes, uma é que sou um homem velho, a outra é que sou sul-americano, isso me faz pitoresco, é quase se fosse um índio pampa; e a outra, uma carta forte também, é a de ser cego (tenho que me dar conta de que é uma combinação forte), e poeta: um velho poeta sul-americano; isso já cria uma figura simpática para as pessoas. Para mim, a ideia de ser velho não me é simpática. A ideia de ser sul-americano não me chama tanta atenção, embora na de ser poeta, não estou seguro, mas de todos os modos, as pessoas me vêem assim: um velho poeta sul-americano e cego, os quais me convertem em Milton ou em Homero”. (tradução nossa).

atentos tanto a las convergencias como a las divergencias, incoherencias o incluso contradicciones: entre el Borges de la escritura y el de las relaciones públicas”⁴⁵.

[...] Hoy parece imposible acercarse a la obra prescindiendo de la personalidad de su autor. No sólo vuelve a un primer plano la consabida y discutible fórmula “el hombre, la obra”, sino que el hombre amenaza la obra. Se puede lamentar que lo anecdótico acabe encubriendo lo literario, pero lo cierto es que tanto el hombre como la obra han permitido, incluso fomentando el equívoco. Aquél no rehuyó dicho protagonismo, sino que lo asumió y jugó con su imagen pública. Y la obra, por muy intertextual y metaliteraria que sea, encierra un importante y variado componente autobiográfico (*lato sensu*) que, como sus demás aspectos referenciales, ha sido infravalorado. Por otra parte, compiten con los textos que critican la “nadería de la personalidad” y la superstición del autor otros que reivindican ambas nociones, al mismo tiempo que todos afirman una voz y un universo inconfundibles, y significativamente constantes.⁴⁶

Essas “novas” leituras críticas da obra de Borges, respondem de certa forma as acusações veementes, imputadas pelos que se dizem combatentes à “máquina céptica” da “pós-modernidade”. Borges e Paul De Man são tratados, por exemplo, como uma só personalidade, real e estético-literária, pelo historiador italiano Carlo Ginzburg, que travou em muitas obras, uma luta acirrada contra teorias, que supostamente tenderiam a transformar a historiografia em aparatos ficcionais. O niilismo de Nietzsche, o poder da duplicidade e apropriação em Borges e o poder mágico que leitor teria de transformar-se no que lê, inclusive no autor, seriam inspiração (no sentido de respirar ficção) para as “inverdades” e “relativismos” de De Man. “De Man tratava de Borges ou o utilizava para expressar-se? Mas aqui estamos ainda no plano, relativamente simples, dos conteúdos. Muito mais significativo é o fato de De Man ter chegado a elaborar uma teoria crítica que via, no ato de ler, um processo interminável no qual a verdade e a mentira estão inextricavelmente entrelaçadas”⁴⁷.

As proposições de Robin Lefere sobre as relações entre Borges e a dita “pós-modernidade” são mais apropriadas, pois não visam pasteurizar como negação, as complexidades inerentes à construção de um possível realismo que permeia a obra, em paralelo ou transversalmente aos seus muitos con-textos. “[...] No me parece resuelta la cuestión de ‘Borges

⁴⁵ “Deveremos estar atentos tanto às convergências como às divergências, incoerências e inclusive contradições: entre o Borges da escritura e o das relações públicas”. (tradução nossa). LEFERE, Robin. *Borges: entre autorretrato y automitografía*. Madrid: Editorial Gredos, 2005, p. 9.

⁴⁶ “[...]. Hoje parece impossível aproximar-se da obra prescindo da personalidade de seu autor. Não apenas volta a um primeiro plano a consagrada e discutível fórmula “o homem, a obra”, mas que o homem ameaça a obra. Pode-se lamentar que o anecdótico acabe encobrendo o literário, mas o certo é que tanto o homem como a obra tem permitido, inclusive fomentado o equívoco. Aquele não evitou dito protagonismo, mas o assumiu e jogou com sua imagem pública. E a obra, por mais intertextual e metaliterária que seja, encerra um importante e variado componente autobiográfico (*lato sensu*) que, como seus demais aspectos referenciais, foram supervalorizados. Por outra parte, competem com os textos que criticam a “*nadería de la personalidad*” e a superstição do autor outros que reivindicam ambas noções, ao mesmo tempo que todos afirmam uma voz e um universo inconfundíveis, e significativamente constantes”. (tradução nossa). LEFERE, Robin. *Borges: entre autorretrato y automitografía*, p. 8.

⁴⁷ GINZBURG, Carlo. *Relações de força: história, retórica, prova*. Trad. Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 34.

y la posmodernidad’, a pesar de una nota de Jaime Alazraki sobre el tema (1988). Mejor dicho, me parece mal resuelta”.⁴⁸ Se pesa uma definição de “pós-modernidade”, como uma epistemologia do irrealismo e algo pretensiosamente antimoderno (interpretação simplista), não caberia reduzir a literatura de Borges a esse conceito.

Si bien Borges comparte con muchos modernos una actitud crítica hacia el lenguaje, en especial tiene la convicción de que es inadecuada para representar el mundo y expresar al hombre, dicha convicción, además de ser vacilante (recuérdense cierto realismo, el concepto del texto como autorretrato...), no desemboca claramente en la crítica de una metafísica de la verdad. No encontramos aquí una crítica de corte kantiano, marxiano o freudiano de la expresión y de la representación, sino una frustración y una nostalgia, incluso un anhelo que no duda de satisfacerse a nivel simbólico (en las ficciones, los ensayos, los poemas). Piénsese en las evocaciones complacidas de la palabra verdad.⁴⁹

Interseções da ficção borgiana com o biografismo, o autobiografismo e os contextualismos

Interseções da ficção com o biografismo ou autobiografismo impedem uma contraparte unilateral do textualismo em Borges. Se relembarmos os comentários de Chartier citando Foucault, de que nem toda prática seria textualizável em um discurso, e que algumas poderiam até escapar aos contornos da escrita, perceberemos então na atualidade, certa condescendência com propostas de reabilitação autoral em Borges. “Soy de los que piensan que conviene rehabilitar al autor, en el mismo plano teórico; es decir, no se trata por supuesto de volver a la situación anterior, sino de reinterpretar al autor, [...] de reevaluar el papel de la ‘noción’ desde los puntos de vista genético y hermenéutico”⁵⁰. Seguindo a crítica de Lefere, a interpretação em chave hermenêutica puxa de alguma maneira, a revalorização de algum traço de propriedade sobre o estilo do texto. Entretanto, a hermenêutica e a estilística constituiriam seu próprio limite, ao não se renovarem enquanto caricatura do velho “*ego-cogito*” cartesiano.

El autor ‘efectivo’ (el hacedor, relativamente distinto del hombre y del escritor) es a la vez principio, función y producto: es, sustentada en un sujeto que es “Yo”, “Ello” y “Superyo”, en un cuerpo y sus ritmos, una mente polémicamente determinada,

⁴⁸ “[...] Não me parece resolvida a questão de ‘Borges e a pós-modernidade’, apesar de uma nota de Jaime Alazraki sobre o tema (1988). Melhor dito, me parece mal resolvida”. (tradução nossa). LEFERE, Robin. Borges ante las nociones de “modernidad” y “posmodernidad”. *Rilce*: Revista de Filología Hispánica, Pamplona: Navarra: España, 18.1, p. 51, 2002.

⁴⁹ “Se bem, Borges compartilha com muitos modernos uma atitude crítica pela linguagem, em especial tem a convicção de que é inadequada para representar o mundo e expressar o homem, dita convicção, além de ser vacilante (recordem certo realismo, o conceito de texto como autorretrato...), não desemboca claramente na crítica de uma metafísica da verdade. Não encontramos aqui uma crítica de corte kantiano, marxiano ou freudiano da expressão e da representação, mas uma frustração e uma nostalgia, inclusive um anseio que não duvida de satisfazer-se a nível simbólico (nas ficções, nos ensaios, nos poemas). Pensemos nas evocações comprazidas da palavra verdade”. (tradução nossa). LEFERE, Robin. Borges ante las nociones de “modernidad” y “posmodernidad”, p. 57.

⁵⁰ “Sou dos que pensam que convém reabilitar o autor, no mesmo plano teórico; quer dizer, não se trata claro de voltar à situação anterior, mas de reinterpretar o autor, [...] de reavaliar o papel da ‘noção’ desde os pontos de vista genético e hermenêutico”. (tradução nossa). LERERE, Robin. *Borges: entre autorretrato y automitografía*, p. 13.

comprometida y articulada en el lenguaje, que, al transmutarse en le texto que va creando, proyecta en éste una imagen de sí, de forma indirecta e implícita (el “autor implicado”), y a veces directa y explícita (el “autor representado”).⁵¹

Tudo o que falamos sobre as diversas distinções da subjetividade no texto borgiano (poema, conto, ensaio-crítico), sobre o autor que se projeta como personagens ou narrador, sobre o escritor empírico que não fala outra coisa publicamente (nos meios de comunicação de massa), que sua presença ou ausência marcante em seus repetidos textos, encontra confluências com a teoria da citação e da crítica — discursos sobre outros discursos, formas dos textos e misturas de gêneros (literatura, ficção, história, política, sociologia, etc.). As obras críticas e literárias, como discursos e ações políticas, são decisivas nos processamentos temporais do texto. Contudo, não são determinadas pela “exterioridade” e fixidez de contingências realistas.⁵²

O conjunto da obra borgiana quer-se enquanto cânone (uma literatura marginal que se torna cânone), que lê outros cânones. Entretanto, não deixa de marcar a presença de uma *persona* imaginária, ficcional, autoconstrutora, ou até autodestrutiva. Às vezes sarcástica com esse mesmo cânone, pode escapar aos trâmites da própria escrita e do processo criativo autoral, não buscando diálogo em público (na multidão das vozes altissonantes), mas somente uma conversa curta, ao pé do ouvido, com o leitor em sua intimidade.

Trabalho a citação como uma matéria que existe dentro de mim; e, ocupando-me, ela me trabalha; não que eu esteja cheio de citações ou esteja atormentado por elas, mas elas me perturbam e me provocam, deslocam uma força, pelo menos a do meu punho, colocam em jogo uma energia [...]. Mais que a fotografia, mais que a biografia, é a bibliografia que me informa e é capaz de despertar meu desejo.⁵³

“A ênfase na leitura deixa de incidir na tópica e desloca-se para questões referentes à disposição textual”⁵⁴. As preocupações sobre os deslocamentos espaciais, temporais e contextuais da tradição crítica, estão interiorizadas nas problematizações e posturas físico-corporais dos objetos, figuradas através da prática da reescritura autobiográfica.⁵⁵ O texto relaciona-se com a

⁵¹ “O autor ‘efetivo’ (o fazedor, relativamente distinto do homem e do escritor) é ao mesmo tempo princípio, função e produto: é sustentada em um sujeito que é “Eu”, “Ele” e “Super-eu”, uma mente polemicamente determinada, comprometida e articulada com a linguagem, que, ao transmutar-se no texto que vai criando, projeta neste uma imagem de si, de forma indireta e implícita (o “autor implícito”), e às vezes direta e explícita (o “autor representado”). (tradução nossa). LEFERE, Robin. *Borges: entre autorretrato y automitografía*, p. 17.

⁵² “O uso rígido de critérios de exterioridade e interioridade da construção textual é prejudicial tanto ao objeto historiográfico quanto ao ficcional”. COSTA LIMA, Luiz. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 37.

⁵³ COMPAGNON, Antoine. *O trabalho da citação*. Trad. Cleonice P. B. Mourão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007, p. 45 e 112.

⁵⁴ GÁRATE, Miriam. *Civilização e barbárie n’os sertões: entre Domingo Faustino Sarmiento e Euclides da Cunha*. Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: Fapesp, 2001, p. 16.

⁵⁵ “Quanto à crítica, penso que é uma das formas modernas de autobiografia. A pessoa escreve sua vida quando pensa estar escrevendo suas leituras. Não é o contrário do Quixote? O crítico é aquele que reconstrói sua vida no interior dos textos que lê”. PIGLIA, Ricardo *apud* BRANDÃO, Ruth Silviano. *A vida escrita*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006, p. 9.

historiografia crítico-literária e com a historiografia do contexto. Há ainda mais um complicador em Borges: os referenciais teórico-metodológicos podem estar inseridos e prefigurados no *corpus* das leituras. Há um trânsito e deslocamento crítico, em constante comunicação, e não uma simples sobreposição.

Considerações finais

A tradição crítica em Borges é convergência de experiências ímpares e compartilhadas, além de temporalidades e utopias diversas. Tentar emergir na tradição é reconhecer propostas teóricas no campo da leitura, da autobiografia, da citação, da intertextualidade, da autobi(bli)ografia, além das relações, sempre porosas e não resolvidas, entre texto e contexto. Intenções e inter(invenções) utópicas, políticas e estéticas podem ser “capturáveis” por atitudes subjetivas, às vezes partidárias, outras vezes fluidas — claramente autobi(bli)ográficas — que entram na esfera pública em tensão e conflito, ou em encontro, através de alguma corporificação crítico-textual.

Assim chegamos às considerações finais. Defendemos que Borges possa vir a ser um sugestivo teórico para metodologias e práticas de críticas contextualistas e/ou realistas — objeto e prática para o historiador da literatura. Reiteremos aqui, que nossa intenção não é uma análise documental pormenorizada, sequer uma reconstituição de determinado fato, evento ou momento histórico, usando a literatura como prova. O que almejamos foram modestas tentativas de mapear hipóteses, que são gerais, abrangentes, o que não diz que não venham a ser também realidades e práticas pontuais. A literatura de Borges marca seus fundamentos, ao recusar verdades consolidadas e resolvidas sobre as recepções do texto literário, e sempre traz a dúvida, a ironia e o paradoxo para o ato da leitura. As proposições borgianas não são as únicas, muito menos receituários ideais para o terreno literário. Vive-se atualmente o dilema da canonização daquilo que não buscara (necessariamente) percorrer os trâmites, para que se consolidasse enquanto monumento e didática “pós-moderna”. O texto de Borges não é facilitador — no sentido que sempre dialoga com a provocação. Se a leitura dessa literatura não é facilitadora, assim também suponhamos que, utopicamente, apresente sua crítica contextualista. Ela mexeria portanto, com delimitações rígidas de práticas disciplinares que lidam com o realismo literário, ou mesmo com a desconstrução.

A racionalidade história, com a revolução dos *Annales*, se coloca fortemente como a submissão daquilo que ocorre à condição de sua possibilidade. Com isso ela chega a **identificar o tempo como o sistema das condições dessa possibilidade**, identificação que resumirei numa fórmula: ***só existe possível segundo o tempo***. Essa forma de racionalidade que submete o real ao possível segundo o tempo — e, ao contrário, **identifica a inexistência com a impossibilidade segundo o tempo**, ao

que ela chama anacronismo — tem duas propriedades notáveis. A primeira é sua capacidade de ocupar o lugar de crença política. [...]. Só existe possível segundo o tempo: o possível autorizado pelo “século”, segundo o estado do desenvolvimento, das riquezas e dos costumes; o possível que se define em termos de ritmos temporais: formação, desenvolvimento, tendência, indícios e prazos [...]. Se são os historiadores que usam correntemente, diante da opinião, o discurso da política realista, não é em virtude de algum tipo de sabedoria ou lição da história. É porque a racionalidade segundo a qual eles pensam sua ciência é a única enunciação teórica apresentável da política realista. [...]. O tempo é idêntico à própria crença. Pode-se escapar ao controle de um tempo como esse? [...]. Pode-se imaginar a exceção, **um homem que recusa a crença imanente ao tempo, um precursor?** [...]. Assim, o historiador exemplar de nosso tempo condiciona estritamente a questão da verdade à da possibilidade, identificando a questão dessa possibilidade com a própria questão do tempo. O que ele demonstra, no fundo, é a impossibilidade de que jamais comece o tempo que tornaria possível o tempo da ruptura com o tempo da impossibilidade. [...]. Em outras palavras, **não há de um lado a questão da análise dos fatos históricos e do outro a questão platônica da mentira e do não-ser.**⁵⁶

O leitor crítico do discurso utópico, entranhado na literatura, procura o “não-sentido”, segundo a interpretação de Jacques Rancière. Se espaço e tempo são ingredientes básicos da utopia, ela experimenta, nos contos de Borges, sopro de vida fora, ou dentro, de sua matriz compactadora. Há impossibilidades possíveis fora do espaço fundado pelo sentido unificador e unilateral da “verdade”; que, no labirinto (imagem borgiana), pode levar-nos a outros lugares, a infinitas séries de tempo e espaços. Talvez assim, a história de uma utopia pudesse ser reescrita pelo seu “duplo” (outra imagem borgiana) — a literatura-crítica.

Recebido: 15/05/2012
Aprovado: 05/08/2012

⁵⁶ RANCIÈRE, Jacques. *A política da Escrita*. Trad. Raquel Ramallete. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995, p. 242-247. (grifos nossos).

A vertente editorial do projeto socialista de Mariátegui

Ricardo Neves Streich

Mestrando em História Social pela USP
ricardostreich@gmail.com

RESUMO: Este artigo se propõe a analisar as características centrais da proposta socialista concebida pelo peruano José Carlos Mariátegui por meio de suas diversas iniciativas editoriais.

PALAVRAS-CHAVE: Mariátegui, Socialismo latino-americano, Revista Amauta.

ABSTRACT: This article aims to analyze the main aspects of the socialist approach conceived by the Peruvian José Carlos Mariátegui through his publishing initiatives in this political project.

KEYWORDS: Mariátegui, Latin-American Socialism, Amauta Magazine.

Introdução

José Carlos Mariátegui (1894-1930) foi um importante intelectual militante da causa socialista no Peru. Figura excepcional na história do marxismo latino-americano, em função da originalidade com que se utilizou do marxismo em seus estudos, sua *magnum opus* (*Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*) é obra que ainda hoje se configura como referência nos campos da história e das ciências sociais.¹

Autodidata, sua vasta produção intelectual abrangeu diversas áreas do conhecimento, como a crítica literária e as análises político-históricas da realidade peruana, que se aproximam muito da sociologia.

O autor exerceu grande influência na vida política e cultural do Peru dos anos de 1920, pois foi um nome central na fundação no *Partido Socialista do Peru* (PSP) e da *Confederación General de los Trabajadores del Peru* (CGTP). Já no campo cultural, além de escrever poesias e duas peças de teatro na década de 1910, foi responsável pela produção de *Amauta*, uma das revistas vanguardistas mais importantes da história latino-americana.

Mariátegui foi escritor muito produtivo. O conjunto de suas *Obras Completas* conta com vinte volumes, cujos artigos foram, em sua grande maioria, publicados nos grandes jornais

¹ Sobre a importância da primeira tentativa de compreensão da realidade latino-americana a partir de uma perspectiva marxista, nos diz Florestan Fernandes no prefácio da primeira edição brasileira dos *Sete Ensaios*: “Obra lúcida e notável, que já granjeou, desde que foi publicada, suficiente reconhecimento de valor para ser incluída entre os principais clássicos do pensamento latino-americano. Quanto à sua significação para as correntes socialistas, já foi estabelecido o consenso de que ela é ‘a mais importante obra marxista latino-americana’”. In: FERNANDES, Florestan. Prefácio. In: MARIÁTEGUI, José Carlos. *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*. Trad. Salvador Obiol Freitas. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1975, p.XIII.

limenhos de sua época (ele publicou apenas dois livros em vida), fato que nos permite duas constatações.

A primeira delas é a fragmentação da obra de José Carlos Mariátegui. Os escritos produzidos para os diários da capital peruana não possuíam um caráter estritamente teórico, justamente porque buscavam responder sempre a questões colocadas pelo momento. Evidentemente, não se trata de dizer que não há reflexão teórica nestes artigos, mas sim que não houve uma preocupação em *sistematizá-la*. Neste sentido, é interessante observar que mesmo os dois livros publicados em vida foram constituídos a partir da expansão e do desenvolvimento de artigos que o autor já havia publicado anteriormente, ou seja, mesmo neles há um caráter fragmentado.

A segunda constatação é o peso que a perspectiva editorial ocupa no projeto político de Mariátegui, já que ele elegeu a mídia limenha como *locus* de debate e atuação política, possivelmente com a esperança de alcançar um número maior de pessoas. Todavia, ocupar o espaço dos grandes jornais de Lima parece não ter sido suficiente. Por isto o autor participou de diversas iniciativas editoriais, dentre as quais se destaca a fundação da Editora Minerva, que traria à luz as mais importantes intervenções de Mariátegui no debate político do Peru da década de 1920. Como, por exemplo, a já citada revista *Amauta*, o jornal *Labor*, além dos dois livros que o autor publicou em vida (*La escena contemporánea*² e *Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana*³).

Estas iniciativas editoriais caminharam junto com o desenvolvimento das posições políticas e intelectuais de José Carlos Mariátegui. Num primeiro momento, buscamos demonstrar como o trabalho na imprensa proporcionou que o jovem Mariátegui se interessasse pelas grandes questões políticas peruanas de seu tempo. Seu posicionamento ao lado dos trabalhadores lhe rendeu um exílio na Europa (entre 1919 e 1923), onde travou contato com o marxismo.

A segunda fase, “madura”, dá conta dos anos finais de sua breve vida. Trata-se do período entre o regresso ao Peru, em 1923, até a sua morte em 1930. A separação não deve ser entendida, como adverte Leila Escorsim Machado⁴, de maneira abrupta e estanque. Se houve rupturas (e a adesão ao marxismo foi a maior delas), ocorreram também diversas continuidades, como, por exemplo, o interesse por questões estéticas. A adesão ao marxismo trouxe consigo a necessidade de compreender as particularidades da realidade peruana. Foi este o objetivo que guiou seu projeto intelectual da fase “madura” e que estimulou as suas mais importantes

² MARIÁTEGUI, José Carlos. *La escena contemporánea*. Lima: Editora Amauta, 1976.

³ _____. *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*. Trad. Felipe José Lindoso. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.

⁴ MACHADO, Leila Escorsim. J.C. *Mariátegui: marxismo, cultura e revolução*. 2004. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Rio de Janeiro.

iniciativas editoriais. Por isto, o presente trabalho se propõe a discutir a importância das iniciativas editoriais em cada uma das fases da trajetória política e intelectual do socialista andino.

O(s) trabalho(s) na imprensa e o interesse pelo mundo da política

Em certa medida, a biografia intelectual de Mariátegui, até sua viagem à Europa, se confundiu tanto com seus trabalhos na imprensa limenha quanto por suas iniciativas editoriais que deram vazão às suas primeiras indagações políticas.

Entre 1909 e 1919, trabalhou nos mais variados cargos (de assistente de linotipista a redator-chefe) em periódicos de diversos matizes (de revistas femininas a colunas de política) da capital peruana. A ascensão no meio jornalístico lhe proporcionou o contato com o mundo político, pois em 1916 assumiu uma coluna de análise do parlamento no grande jornal *El Tiempo*. Paralelamente a esta ascensão profissional, o jovem jornalista viveu dias de inquietação artística.

Neste mesmo ano, em parceria com Valdelomar, escreveu a peça *La mariscal*: “poema dramático en seis jornadas y un verso”. Além de escrever, ao lado de Julio Baudoin, *Las tapadas*, que chegou a ser representada no teatro *Colón* e recebeu críticas desfavoráveis.⁵ Este período de descobrimento literário e estético do jovem jornalista se sintetizou na participação da publicação da efêmera, mas influente, revista *Colónida* entre os meses de janeiro e maio de 1916.

O grupo *Colónida* tinha como características principais o antiacademicismo e a rebeldia boêmia. Tratava-se de um grupo pautado pelo “anticapitalismo romântico” – protesto contra as formas de sociabilidade do mundo burguês sem uma proposição política imediata – que buscava uma estetização da vida social.

É interessante notar que mais tardiamente, Mariátegui definiu *Colónida* como um “estado de espírito”, que sem se pressupor político e organizado, era crítico ao *status quo*. Em suas palavras:

‘Colónida’ representou uma insurreição – dizer uma revolução já seria exagerar sua importância – contra o academicismo e suas oligarquias, sua ênfase retórica e seu gosto conservador, sua galanteria à moda do século XVIII e sua melancolia medíocre e de olheiras. Os ‘colónidas’ virtualmente exigiam sinceridade e naturalismo. Seu movimento, demasiadamente heteróclito e anárquico, não pôde se condensar em uma tendência nem se concretizar em uma fórmula. Esgotou sua energia no seu grito iconoclasta e seu no seu orgasmo esnobe.⁶

⁵ É interessante observar que estas peças de teatro escritas pelo jovem Mariátegui contrastam radicalmente com as concepções literárias e estéticas defendidas pelo autor em sua maturidade crítica, notadamente nos *Sete ensaios*. Cf. ALIMONDA, Héctor. *José Carlos Mariátegui*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983, p. 19.

⁶ MARIÁTEGUI, José Carlos. *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*, p. 265-266.

Já no ano de 1918, devemos destacar a fundação da revista *Nuestra Época*, fundada em conjunto com Félix del Valle, César Vallejo, Valdelomar e César Falcón. O periódico se inspirou na revista *España*, dirigida inicialmente por Ortega y Gasset e depois por Luis Araquistain.

No primeiro número temos o anúncio de que “[...] nosso companheiro José Carlos Mariátegui renunciou totalmente a seu pseudônimo de Juan Croniqueur, sob o qual é conhecido, e resolveu pedir perdão a Deus e ao público pelos muitos pecados que, escrevendo sob tal pseudônimo, cometeu”⁷.

O pseudônimo de Juan Croniqueur começou a ser utilizado quando as letras de Mariátegui passaram a figurar na mídia de maneira mais frequente a partir de 1911. A renúncia ao pseudônimo representou uma inflexão na trajetória intelectual de Mariátegui, pois se tratou de um primeiro esforço de definição político-ideológica. Seu interesse naquele momento, tal qual a base programática da revista *Nuestra Época*, consistia em “dizer a verdade”⁸.

As palavras do jovem jornalista logo alcançaram eco e, por isto, foi fisicamente agredido, em função do artigo *El deber del Ejército y el deber del Estado*, no qual defendia:

Política de trabalho e não política de armamento: é disso que precisamos. Política de trabalho e também política de educação. Que se explore nosso território e que se ponha fim ao nosso analfabetismo: então, teremos dinheiro e soldados para a defesa do território peruano.⁹

A repressão invadiu a redação de *El Tiempo*, onde também era editada a revista *Nuestra Época*, inviabilizando a continuidade de sua publicação. Mariátegui, contudo, não se afastou da política. Muito pelo contrário, pois em maio de 1919, depois de sair de *El Tiempo* por divergências ideológicas, fundou o periódico *La Razón*. O novo jornal assumiu publicamente a defesa das causas dos trabalhadores e, por isto, pretendia ser o “porta-voz do povo peruano”¹⁰. Aqui já podemos perceber que o jornalista possuía claras intenções políticas.

É importante assinalar que, em linhas gerais, a inflexão de Mariátegui rumo a uma atuação política (que se manifestou tanto na fundação de *Nuestra Época*, quanto de *La Razón*) foi resultado de diversos fatores, dentre os quais se destacam os vetores supracitados, a saber: o caráter questionador – ainda que sem nenhum ideário político – de *Colónida* e sua atuação no jornal *El Tiempo*. Neste último, além de se ocupar diretamente da vida política peruana,

⁷ Cf. BELLOTTO, Manoel L; CORRÊA, Anna Maria Martinez. Mariátegui: Gênese de um pensamento latino-americano. In: _____. (Orgs.). *Mariátegui: Política*. São Paulo: Ed Ática, 1982, p.11.

⁸ Cf. PERICÁS, Luiz. Bernardo. José Carlos Mariátegui e o marxismo. In: _____. (Org.). *Do sonho às coisas: retratos subversivos*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005, p.14.

⁹ Cf. ALIMONDA, Héctor. *José Carlos Mariátegui*, p.26.

¹⁰ Cf. PERICÁS, Luiz. Bernardo. José Carlos Mariátegui e o marxismo, p.15.

Mariátegui estreitou relações com César Falcón, que sempre buscou aliar suas atividades jornalísticas às questões de cunho social.

Desta maneira, queremos apontar que não houve nenhuma espécie de “colonização” do viés estético pelo político. Ou seja, o posicionamento político não implicou considerar a arte como mera propaganda de posições políticas. Muito ao contrário, pois ambos andam juntos na mesma direção, como demonstrou o projeto estético e editorial que o jornalista peruano desenvolveu na década de 1920.

A situação política peruana: Crise do Civilismo

Este movimento de inflexão em direção à política vivida pelo jovem Mariátegui ocorreu justamente no contexto da emergência de novos atores sociais, como estudantes, classes médias radicalizadas, proletariado urbano e campesinato indígena, que não sentiam seus anseios realizados no pacto oligárquico. Tratava-se do momento de *crise do civilismo*.

Sinteticamente, podemos dizer que o *Civilismo* (1895-1919) foi o resultado do pacto entre as elites para estabilizar a situação política do Peru após a derrota na Guerra do Pacífico em 1883. Com o consenso entre Democratas e Civilistas, sob a hegemonia destes últimos, o Peru viveu um período de relativa modernização, que não superou as diferenças regionais entre costa (“branca e dinâmica”) e serra (“indígena e atrasada”), por exemplo. A economia continuava nas mãos de uma pequena parcela de privilegiados (na agricultura, os latifundiários; no comércio, frações burguesas) que viam de bom grado a subordinação ao imperialismo britânico.

No governo Pardo (1915-1919) a crise econômica que assolava o país fez com que os preços dos alimentos aumentassem, sem que houvesse reposição salarial. Às manifestações, seguiu-se uma radicalização da repressão. Ainda assim, uma greve geral foi realizada em 1919, buscando-se a regulamentação da jornada de oito horas diárias de trabalho. Esta greve representou o pico da tensão entre a classe trabalhadora e governo, e, por isto, configurou-se no marco definitivo do desgaste do modelo político *civilista*.

No pleito de maio daquele ano, Augusto Leguía, que já havia governado o Peru entre os anos de 1908 e 1912, contou com o apoio de setores da esquerda como a Federação dos Estudantes e o jornal *El Tiempo*, e também de setores da direita, como integrantes da burguesia e do exército. Vencedor nas eleições, Leguía receou que os civilistas impossibilitassem sua posse, dado que eram a maioria do parlamento e apoiavam o antigo presidente. Por isto, com o apoio de militares, em 4 de julho deu um golpe preventivo: deportou José Pardo e fechou o Parlamento.

Pouco tempo depois da posse de Leguía, uma greve geral em Lima e Callao foi decretada pelo Comitê Pró-Barateamento das Subsistências. Através da articulação do jovem delegado Victor Haya de la Torre, a Federação de Estudantes do Peru (FEP) apoiou a greve dos trabalhadores. Haya de la Torre também mantinha relações com os líderes do movimento estudantil argentino. Desta maneira, inspirados pelo espírito do *Manifiesto de Córdoba* de 1918, os estudantes da Universidade de San Marcos realizaram uma greve que durou quatro meses.

É interessante observar que Mariátegui, cujo contato com a vida universitária foi bastante limitado e episódico, e que, por isto, atribuía a si um “caráter extra-universitário e, talvez, até mesmo *antiuniversitário*”¹¹ se sensibilizou, em conjunto com os editores de *La Razón*, com as demandas dos estudantes e sua aliança com os trabalhadores.

A atuação de Mariátegui foi bastante crítica em relação à postura autoritária do governo, o que lhe rendeu uma forma dissimulada de exílio. Por conta de vínculos familiares, Leguía optou por enviar ao jovem jornalista, ainda em 1919, uma proposta de trabalhar como agente de propaganda peruana no exterior.

A viagem à Europa e as peculiaridades do marxismo de Mariátegui

Na Europa, Mariátegui teve a chance de conviver com artistas e intelectuais como Henri Barbusse, e outros membros do grupo *Clarté*, além de tomar contato com as discussões vanguardistas (estéticas e políticas) de uma Europa que procurava se repensar e se reconstruir após a Primeira Guerra Mundial.

Foi na Itália que o jornalista andino passou a maior parte de sua estadia europeia. Apesar de estar do outro lado do Atlântico, Mariátegui continuou a escrever nos periódicos da capital peruana. Estes textos são rico testemunho do fervor cultural, político e intelectual em que se encontrava a Itália daquele período.

A Itália, parte do bloco dos vencedores da Guerra, saiu com ganhos minúsculos do Tratado de Versalhes. O espólio da Grande Guerra não foi suficiente para deter a crise econômica (inflação e desemprego) e a crise do liberalismo político. A Guerra, que não foi bom negócio para a Itália, trouxe para o cenário político italiano uma enorme polarização política. À direita, houve a ascensão do fascismo. Fenômeno que Mariátegui analisou com perspicácia enfatizando seu caráter violento e extraparlamentar – visto que, para ele, se tratava basicamente

¹¹ “Matriculei-me certa feita na Faculdade de Letras, em Lima, mas somente com interesse em seguir o curso de latim de um agostiniano erudito. E, na Europa, frequentei alguns cursos como ouvinte livre, mas sem nunca me decidir a perder meu caráter extra-universitário e, talvez, até mesmo *antiuniversitário*.” MARIÁTEGUI, José Carlos. Autobiografia de ocasião. In: PERICÁS, Luiz Bernardo. (Org.). *Do sonho às coisas: retratos subversivos*, p. 136. (grifo nosso).

da “ação ilegal” dos setores conservadores que buscavam, diante das manifestações dos trabalhadores, manter a todo custo o Estado e a ordem vigente.

Já à esquerda, houve a ocupação das fábricas do norte industrializado, no que ficou conhecido como Biênio Vermelho (1919-1920), além da influência da Revolução de Outubro. Foi o momento em que o comunismo começou a aparecer de maneira relevante no campo de forças dos revolucionários.

Tratava-se de um movimento de renovação do marxismo. O cisma do Partido Socialista Italiano (PSI) que deu origem ao Partido Comunista da Itália (PCI) sintetiza a busca por alternativas ao evolucionismo economicista e ao objetivismo “grosseiro” típicos da II Internacional. Mariátegui estava atento a estas discussões, como indica seu trabalho de cobertura jornalística do Congresso de Livorno em 1921, durante o qual ocorreu o referido cisma.

As proposições dos teóricos e dirigentes que fundaram o PCI devem muito, intelectualmente, ao filósofo Benedetto Croce¹² que naquele momento era o maior expoente das críticas ao evolucionismo positivista. De maneira geral, podemos dizer que para os marxistas esta crítica ao evolucionismo positivista se traduziu na recuperação da categoria de *vontade*. O socialismo, então, não seria inexorável como professavam os teóricos da II Internacional. Ele só poderia ser fruto da *ação* e da *vontade de intervenção consciente* no devir histórico.

Para Mariátegui, em particular, também foi esta crítica ao socialismo de matriz positivista que orientou todo o seu plano de ação política no Peru da década de 1920. Neste sentido, para sustentar esta sua posição, as *Reflexões sobre a violência* (1908), obra do sindicalista revolucionário francês Georges Sorel foi referência fundamental em função da ênfase que o pensador francês concedeu à *vontade* humana em sua análise do curso histórico.

O ambiente italiano forneceu outra referência crucial para Mariátegui no que tange a abordagem de problemas concretos. A análise de Piero Gobetti, teórico italiano com cujo espírito Mariátegui afirmava sentir a “mais amorosa sintonia”, sobre o processo do *Risorgimento* (unificação italiana) foi bastante importante para Mariátegui.

A tese de Gobetti sobre o consenso estabelecido “pelo alto” entre as classes dominantes italianas no processo de unificação italiano serviu de “modelo”¹³ para Mariátegui. Sobre a

¹² Podemos assinalar, como o faz Robert Paris, que Croce representou para Mariátegui, mais do que um criador de ideias prontas e acabadas, uma abertura a determinados temas filosóficos, além de certos métodos de raciocínio a respeito de problemas concretos. Cf. PARIS, Robert. El marxismo de Mariátegui. In: ARICÓ, José. (Org.). *Mariátegui y los orígenes del marxismo latinoamericano*, México: D.F. Ediciones Pasado y Presente, 1978, p. 119.

¹³ Do livro póstumo de Gobetti, *Risorgimento senza eroi* – onde o autor se propõe a fazer uma exegese do Risorgimento – Mariátegui retém os elementos que introduzem e explicam a situação do presente. “Hasta tal punto esto es cierto, como él lo explica, que se trata allí de un ‘modelo’, de una reconstrucción histórica que le parece directamente

participação popular, aponta Mariátegui, utilizando-se da explicação de Gobetti sobre a Itália para interpretar o Peru:

La lucha por la libertad y la democracia no fue sentida suficientemente, en sus fines ideales, en su necesidad histórica por el pueblo. ‘El problema de nuestro Risorgimento: construir una unidad que fuese unidad del pueblo’ – escribe Gobetti – ‘permanece insoluto porque la conquista de la independencia no ha sido sentida, tanto como para tornarse vida íntima de la nación misma, no ha sido obra fatigosa y autónoma de formación activamente espontánea’.¹⁴

A tese de Gobetti foi fundamental para Mariátegui questionar como construir o socialismo em um país como o Peru, em que as condições clássicas do desenvolvimento capitalista não estavam dadas. Com a finalidade de organizar as forças sociais que se encontravam dispersas (a incipiente classe proletária, em particular, e os trabalhadores em geral), José Carlos Mariátegui transformou o *socialismo* em um *mito* – no sentido que Sorel propunha, ou seja, como um apelo à *ação* e à *mobilização*. Afinal, se o marxismo era lugar da angústia, o socialismo só poderia advir das forças da vontade.

É importante assinalar que as concepções marxistas de Mariátegui não desembarcaram prontas e acabadas da Europa para serem “aplicadas”¹⁵ na realidade peruana. Por isto, podemos dizer que para Mariátegui o marxismo seria uma bússola – ou seja, um método – cujo norte era entender a realidade peruana para nela intervir e assim construir o socialismo.¹⁶

49

O Regresso ao Peru: as iniciativas políticas e editoriais

O país onde Mariátegui lutou pelo socialismo, depois do seu regresso da Europa em 1923, ainda se encontrava sob o governo autoritário de Leguía. O período em que ele esteve no poder (1919-1930) foi designado de *oncênio* e teve como principal característica o estímulo a um processo conservador de modernização do Peru. Desta maneira, houve um endurecimento político acompanhado de um relativo desenvolvimento econômico, com algum grau de aumento das massas assalariadas tanto no campo quanto na cidade.

Este processo ocorreu de maneira subordinada ao imperialismo estadunidense que desde o início da primeira guerra mundial vinha ameaçando a hegemonia britânica do período

traducible a la “realidad peruana”. PARIS, Robert. *La formación ideológica de José Carlos Mariátegui*. México: D.F. Ediciones Pasado y Presente, 1981, p. 160.

¹⁴ MARIÁTEGUI, José Carlos. El Labour Party. In: _____. *La Escena Contemporánea*. Lima: Editora Amauta, 1976, p. 120.

¹⁵ MACHADO, Leila Escorsim. *J.C. Mariátegui: marxismo, cultura e revolução*, p.145.

¹⁶ O impulso inicial, face à fertilidade com que o autor trabalha as categorias teóricas do marxismo, seria logo classificá-lo como “heterodoxo”, ainda mais quando temos em mente que sua produção teórica se deu concomitantemente ao processo de *bolchevização* e *stalinização* do movimento comunista internacional. Contudo, não podemos limitar o pensamento deste brilhante marxista peruano à condição de “reativo”, tal qual o termo “heterodoxo” parece sugerir. Afinal, seu marxismo não se limitou a “responder” a ortodoxia, pois sua maior característica foi se utilizar do marxismo de maneira aberta e criativa.

anterior. A burguesia peruana que, como dizia Mariátegui, chegou atrasada demais à cena do capitalismo internacionalizado¹⁷, longe de buscar um projeto de desenvolvimento autônomo e nacionalista, preferiu estabelecer uma relação de *associação*, ou *dependência*, com a burguesia dos países de capitalismo avançado.¹⁸

Foi neste contexto que ocorreu a elaboração do projeto socialista do jornalista peruano. Grosso modo podemos dizer que as disputas ocorreram em três frentes: a sindical, a partidária e a intelectual. A separação é estritamente conceitual e em hipótese alguma deve dar margem a compreender quaisquer das três vertentes de maneira isolada, pois elas não apenas dialogam e se misturam entre si, mas possuem o mesmo objetivo: a construção do socialismo.

Com isto em mente, podemos analisar como se desenvolveu este projeto de construção do ideário socialista. Após seu regresso à América do Sul, Mariátegui logo se engajou na luta política de que se ocuparia até o fim de sua breve vida. Naquele momento, a agitação política estudantil, ainda motivada pelo espírito de *Córdoba*, fundou a *Universidad Popular González Prada* (UPGP), que significou a tentativa de articular e aproximar a camada estudantil e os trabalhadores.

Durante esta iniciativa, ocorreu uma aproximação política entre as figuras de Mariátegui e Victor Haya de la Torre, fundador da *Alianza Popular Revolucionaria Americana* – APRA. A Aliança inicialmente funcionou como uma *frente única*, na qual se encontravam representantes dos diversos setores sociais, incluindo a pequena burguesia e os estratos médios radicalizados, que lutavam contra o imperialismo. Naquele momento, o programa da Aliança consistia em basicamente 5 pontos:

- 1) a ação contra o imperialismo ianque; 2) a unidade política da América Latina; 3) a nacionalização das terras e da indústria; 4) a internacionalização do canal do Panamá; 5) a solidariedade de todos os povos e classes oprimidas do mundo. Propunha também a organização de partidos nacionais incumbidos de realizar o seu programa.¹⁹

Além da convergência política, que possibilitou a atuação conjunta dentro da APRA, Haya de la Torre e Mariátegui possuíam, naquele momento, concepções bastante próximas sobre diversos pontos como, por exemplo: a questão agrária, o problema nacional peruano, o bloco social das forças antiimperialistas e o papel da comunidade indígena. Contudo, é necessário

¹⁷ “Estamos na época dos monopólios, vale dizer, dos impérios. Os países latino-americanos chegam com atraso à concorrência capitalista. Os primeiros postos já estão definitivamente ocupados. O destino destes países, dentro da ordem capitalista, é o de simples colônias.” MARIÁTEGUI, José Carlos. Aniversário e balanço. In: LÖWY, Michael (Org.). *Por um socialismo indo-americano*: José Carlos Mariátegui. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005, p.119-120.

¹⁸ Cf. MARIÁTEGUI, José Carlos. Economia Colonial. In: LÖWY, Michael (Org.). *Por um socialismo indo-americano*: José Carlos Mariátegui. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

¹⁹ BELLOTTO, Manoel L; CORRÊA, Anna Maria Martínez. Mariátegui: Gênese de um pensamento latino-americano, p.20.

salientar que Mariátegui sempre defendeu, dentro da APRA, a necessidade de uma presença autônoma do proletariado – na figura, por exemplo, de uma central única dos trabalhadores.

Em janeiro de 1924, Haya de la Torre foi preso e seguiu exilado rumo ao México. Mariátegui assumiu de maneira interina a direção da revista *Claridad* – fundada por Haya de la Torre. A primeira experiência editorial de Mariátegui em sua fase madura dá pistas relevantes sobre o seu projeto político. *Claridad*, sob sua direção, se radicalizou. Inicialmente considerado o órgão de comunicação oficial das Universidades Populares, o periódico acabou por se aproximar dos setores operários organizados e se transformou em referência da Federação Operária Local de Lima.

A aproximação de uma revista como *Claridad* com os trabalhadores demonstra como as três vertentes do projeto de Mariátegui estão conectadas. Afinal, se tratava de projeto intelectual que se articulou com um sindicato para auxiliar na organização política dos trabalhadores. Por isto, o objetivo desta associação aos trabalhadores era editar um jornal classista, além de abrir livrarias e editar livros, panfletos e revistas que colaborassem na difusão da cultura das classes mais populares. Nota-se como o trabalho de divulgação, conscientização e convencimento político dos trabalhadores possui um caráter também cultural.

Os planos de *Claridad* não conseguiram ir adiante, em função da doença que obrigou Mariátegui a amputar uma perna em 1924. Já em 1925, os esforços para fundar a editora Minerva tiveram resultados diferentes. Por lá saíram à luz as obras de vários escritores peruanos importantes como Mariano Iberico Rodríguez, Luis Valcárcel, José María Eguren, Panait Itrati e também o primeiro livro de Jose Carlos Mariátegui: *La escena contemporánea*, uma coletânea de artigos, originalmente publicados em *Mundial* e *Varietades*, que versavam sobre arte e política.

A revista *Amauta* e a interpretação da realidade peruana

O desenvolvimento de seu projeto editorial – cujo maior objetivo era fundar uma revista difusora das ideias socialistas e das artes de vanguarda – levou Mariátegui a articular esforços com um grupo de vanguardistas e ativistas políticos das causas das classes populares, como Ricardo Martínez de la Torre e César Falcón, para iniciar a publicação de *Amauta*, palavra que em língua quéchua significa sábio, sacerdote.²⁰ O nome foi escolhido por sugestão de José Sabogal, pintor peruano que produziu a arte de capa para todos os 32 números da revistas que foram publicados entre 1926 e 1930, interrompida entre maio e dezembro de 1927.

²⁰ “El título no traduce sino nuestra adhesión a la Raza, no refleja sino nuestro homenaje al Incaísmo. Pero específicamente la palabra ‘Amauta’ adquiere con esta revista una nueva acepción. La vamos a crear otra vez.” MARIÁTEGUI, José Carlos. Presentación de ‘Amauta’. In: _____. *Ideología y Política*. Lima: Editora Amauta, 1974, p.238.

Desta maneira, em setembro de 1926, com uma tiragem de 3.000 exemplares foi publicada a primeira edição de *Amauta*. Dela participaram os nomes mais importantes da vanguarda intelectual peruana, assim como opositores do regime Leguía, muitas vezes deportados, como Haya de la Torre.

Grosso modo, como sugeriu Alberto Tauro²¹, podemos dividir a história da revista em 3 fases. A primeira que vai dos números 1 ao 9 (justamente o período anterior à interrupção); a segunda, caracterizada pela radicalização política da revista, que corresponde os intervalos entre os números 10 e 29 (dezembro de 1927 a março de 1930), e a última fase que abarcou os números 30, 31 e 32. Esta última fase foi publicada entre os meses de abril e setembro de 1930, ou seja, após a morte de seu fundador e por isto não nos ocuparemos dela aqui.

As palavras iniciais – “Esta revista, en el campo intelectual, no representa un grupo. Representa, más bien, un movimiento, un espíritu”²² – do texto de apresentação da revista apontam a ambição inicial de Mariátegui. Nesta primeira fase da revista, o “movimento” teria apenas o objetivo de construir um Peru novo, dentro de um mundo novo. Para realizar tal ímpeto, não bastava um grupo homogêneo dotado de um programa fechado e acabado, pois era antes necessário criar espaço de debate, cuja pauta era conhecer a realidade (social, política, econômica) peruana, em particular, e latino-americana, em geral.

Tratou-se, podemos dizer sinteticamente, de um esforço de definição ideológica realizado justamente a partir da *organização* do debate intelectual sobre as questões do Peru de princípios do século XX. Pois, como lembra Tauro: “*Amauta* iba a ser una tribuna hospitalaria para todo aquel que se aportara un elemento a la discusión. Iba a plantear los problemas: no a resolverlos”.²³

A função de *organizar e divulgar* os debates sobre os problemas peruanos pode ser constatada no fato de que a seção *Libros y Revistas*, na qual se divulgava os lançamentos da Editora Minerva, foi a única constante durante toda a vida da revista. Outra seção importante, embora mais irregular, foi o *Boletín de Defensa Indígena*, que foi publicado inicialmente no número 5 da revista e buscava discutir e denunciar as dificuldades enfrentadas pela população indígena.

Já o espírito cosmopolita do periódico se fez sentir com a presença de assuntos, temáticas e autores internacionais. Nas páginas da revista podemos encontrar textos de autores como Trotsky, Gorki, Ortega y Gasset, Romain Rolland, Marinetti, Miguel de Unamuno. É interessante observar, contudo, que não há nenhum registro de colaboração brasileira na revista.

²¹ TAURO, Alberto. *Amauta y su influencia*. Lima: Editoria Amauta, 1970, p.14-15.

²² MARIÁTEGUI, José Carlos. Presentación de ‘Amauta’, p. 237.

²³ TAURO, Alberto. *Amauta y su influencia*, p.9.

Logo no primeiro número uma inovação: o artigo *Resistencia à psicanálise*, de Freud, em sua primeira tradução para o castelhano. Publicaram-se também poemas, como os de Neruda e de César Vallejo, capítulos de romances importantes, como *Los de Abajo* de Mariano Azuela e *La Vorágine* de José Eustasio Rivera. Borges, Alberto Hidalgo e Vicente Huidobro também colaboraram em suas páginas.

Em meados de 1927, sob o pretexto de uma conspiração comunista, o governo Leguía prendeu José Carlos Mariátegui e os editores da revista *Amauta*. Por causa de suas condições de saúde o jornalista ficou detido em hospital militar, enquanto sua residência foi invadida pela polícia, que confiscou muitos de seus livros.

Em dezembro do mesmo ano a revista voltou a circular, apesar das dificuldades impostas pelo governo. Por isto, Mariátegui escreveu para vários jornais denunciando os feitos arbitrários do governo, de quem se mostrou, neste período, um grande crítico. Foi com este tom politicamente mais incisivo que se iniciou a segunda fase da revista.

No número 17, de setembro de 1928, o esforço de definição ideológica teve fim. Nele apareceu a declaração de adesão dos integrantes da revista ao socialismo (e o fato de isto ter ocorrido *antes* da fundação do Partido Socialista é muito importante, como demonstraremos à frente) e o seu afastamento das posições de Haya de la Torre e dos antigos companheiros da APRA (cuja importância merece um tratamento mais detalhado). Foi também com este espírito que Mariátegui lançou em novembro de 1928 o “quinzenário de informações e ideias” *Labor*, que com 5.000 exemplares de tiragem foi o mais importante periódico socialista no Peru da época.

Labor, então, se tornou verdadeiro complemento da revista *Amauta*, pois, como nos lembra Tauro,

[...] se a revista atendía a la dotación de los recursos ideológicos indispensables para fijar y acercar de los objetivos finales. *Labor*, que ascultaba y esclarecía los menudos problemas del presente, contribuyendo a formar una disciplina crítica.²⁴

O jornal, então, buscava discutir as necessidades mais urgentes e concretas do movimento proletário peruano. Por isto, publicou em suas páginas os textos de fundação da CGTP – *Confederación General de los Trabajadores Peruanos* – e foi fechado pelo governo menos de um ano após o início de sua publicação.

Neste mesmo agitado ano de 1928, José Carlos Mariátegui publicou na coleção *Biblioteca Amauta* da Editorial Minerva a sua obra mais conhecida e que sintetiza todo o esforço intelectual do projeto de *Amauta*. Os *Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana* – coletânea com versões

²⁴ TAURO, Alberto. *Amauta y su influencia*, p. 9.

ampliadas de artigos anteriormente publicados em *Mundial* e na própria *Amauta* –, tinham como meta entender as *especificidades* do desenvolvimento histórico peruano a partir dos conceitos marxistas. Nos dizeres de Mariátegui:

Todo este trabalho não passa de uma contribuição à crítica socialista dos problemas e da história do Peru. Não falta quem me acuse de europeizado, alheio aos fatos e às questões do meu país. Que a minha obra se encarregue de me justificar contra essa especulação barata e interessada.²⁵

As acusações de “europeizado” de que nos fala Mariátegui partiram principalmente de um grupo de apistas exilados no México, dentre eles Victor Haya de la Torre, que em princípios de 1928 defenderam a transformação da APRA em um partido político nacionalista peruano, cuja composição social seria de estudantes, camponeses, trabalhadores industriais, além das camadas médias radicalizadas e dos intelectuais que deveriam hegemonizar o novo partido. Opção que desagradou Mariátegui, pois este defendia a presença autônoma do proletariado na Aliança. A divergência, como observamos, ocupou espaço nas principais iniciativas editoriais do socialista andino e por isto vamos abordá-la de maneira mais detida.

Divergências com Haya de la Torre e a fundação do Partido Socialista do Peru

Em linhas gerais, Haya de la Torre passou a entender que o Estado seria o agente da libertação nacional, e por isto reclamava que o Aprismo seria a *adaptação* do marxismo à situação da América Latina. Ele acusava o marxismo europeu de possuir um tom universalista que desprezava as especificidades do “espaço-tempo” – e aqui a referência é o pensamento relativista de Einstein - americano. Por isto, Haya de la Torre sentenciava a Mariátegui: “Póngase en la realidad y trate de disciplinarse no con Europa revolucionaria, sino con América revolucionaria”²⁶.

A situação desagradou Mariátegui, para quem a APRA deveria manter seu caráter de frente única, pois assim haveria um espaço privilegiado de agitação política e articulação dos socialistas. Desta maneira, criticou veementemente a guinada eleitoral proposta por Victor Haya de la Torre. Como apontamos, a primeira resposta de Mariátegui apareceu na revista *Amauta*. É notável que a adesão ao socialismo e o próprio anúncio do cisma com a APRA (assunto da vertente política) tenham aparecido na Revista *Amauta*. O fato evidencia a articulação concreta das vertentes do projeto mariateguiano que caminhavam rumo ao mesmo norte. O editorial –

²⁵ MARIÁTEGUI, José Carlos Mariátegui. Advertência. In: MARIÁTEGUI, José Carlos. *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*, p. 32.

²⁶ Cf. QUIJANO, Aníbal. Caracter de la Revolución y del Partido: Debate con el APRA. In: _____. (Org.). *Textos básicos*. México: D.F. Fondo de Cultura Económica, 1991, p.122.

Aniversário e balanço – que anunciou o cisma, é um dos textos mais importantes da história política do Peru²⁷:

Na nossa bandeira, inscrevemos esta única, simples e grande palavra: socialismo. (Com este lema, afirmamos nossa absoluta independência frente à ideia de um Partido Nacionalista, pequeno-burguês e demagógico).²⁸

Os argumentos de Mariátegui se tornam mais claros quando observamos que para ele:

O socialismo não é, certamente, uma doutrina indo-americana. Mas nenhuma doutrina, nenhum sistema contemporâneo não é nem pode sê-lo. E o socialismo, embora tenha nascido na Europa, tal como o capitalismo, tampouco é específica ou particularmente europeu. É um movimento mundial, a que não se subtrai nenhum dos países que se movem dentro da órbita da civilização ocidental. Esta civilização conduz, com uma força e com meios de que nenhuma civilização dispôs, à universalidade. A Indo-américa, nesta ordem mundial, pode e deve ter individualidade e estilo, mas não uma cultura e um destino particulares.²⁹

Mariátegui, portanto, não considerava que a realidade indo-americana fosse antagônica ao marxismo, já que a doutrina de Marx seria um “método” que deveria ser utilizado de forma criativa e original pelos teóricos do continente, de modo a compreender as especificidades da realidade latino-americana dentro do amplo processo das relações políticas e econômicas do capitalismo internacional.

Este debate sobre “o lugar das ideias” são manifestações de divergências ideológicas e concepções políticas muito mais profundas. A principal delas é a relação entre a questão nacional e a revolução socialista. Se a perspectiva da frente única era comum aos dois grandes teóricos da esquerda peruana, o papel revolucionário atribuído a cada força do bloco de classes é radicalmente distinto. Enquanto Haya defendia a liderança dos setores intelectualizado e pequeno-burgueses, Mariátegui defendia que a hegemonia do processo revolucionário deveria ser dos setores proletarizados.

A ruptura com Victor Haya de la Torre frustrou os planos de José Carlos Mariátegui de acumular forças, dentro da APRA, para fundar um partido socialista. Afinal, como nos lembra Aricó, para Mariátegui:

O momento do partido político deveria ser mais um resultado que um pressuposto das lutas de massa, e o partido político devia crescer não como um todo completo, mas em seus elementos constitutivos, no quadro do movimento de massas em desenvolvimento; só em relação a tal movimento o partido encontrava sua razão de existir, a garantia contra um sectarismo que o levasse a buscar em si mesmo os motivos de sua existência.³⁰

²⁷ QUIJANO, Aníbal. *Caracter de la Revolución y del Partido...*, p. 122-123.

²⁸ MARIÁTEGUI, José Carlos. *Aniversário e Balanço*, p. 118.

²⁹ _____. *Aniversário e Balanço*, p. 120.

³⁰ ARICÓ, J. O marxismo latino-americano nos anos da Terceira Internacional. In: HOBSBAWM, E. (Org.). *História do Marxismo*. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Nemésio Sales. São Paulo: Paz e Terra, 1987, p. 458. v. 8. D,O autor

Desta maneira, como resposta política à APRA, em outubro de 1928, Mariátegui fundou o Partido Socialista do Peru (PSP), que se alinhou à III Internacional, o que não ocorreu sem tensões. Dentro da Internacional Comunista àquela época – na qual o processo de *bolchevização stalinista*³¹, iniciado com a morte de Lênin em 1924, já se encontrava em processo de consolidação – havia uma tensão entre aqueles que buscavam utilizar a organização da Internacional Comunista para fomentar e impulsionar processos revolucionários nos países onde atuam e entre os que buscavam estabelecer uma organização baseada em sucursais nacionais submetidas às diretrizes moscovitas.

Nesse sentido, a política oficial moscovita propunha que a classe operária dos países semifeudais, ou semicoloniais (como o Peru), deveria se aliar à burguesia nacional para que esta realizasse a revolução anti-imperialista e o regime democrático-burguês. Mariátegui, com uma perspectiva diferente, defendia que “só a ação proletária pode, primeiro, estimular e, depois, realizar as tarefas da revolução democrático-burguesa, que o regime burguês é incompetente para desenvolver e cumprir”³².

O próprio nome “socialista” do partido foi alvo de tensões, pois era distinto dos outros partidos que integravam a Internacional Comunista. Este é, sem dúvida, forte indicativo das concepções mais flexíveis do marxismo de Mariátegui que guiaram a fundação do novo partido peruano. Por isto, ele dizia: “Não queremos, certamente, que o socialismo seja na América decalque e cópia. Deve ser criação heroica. Temos de dar vida, com nossa própria realidade, na nossa própria linguagem, ao socialismo indo-americano”³³.

O socialismo indo-americano

O partido proletário no Peru, então, deveria se chamar “socialista”, pois, ao contrário da Europa onde o termo significava reformismo, o país andino ainda não havia vivido um período de acúmulo de força e de organização proletária. Esta foi a tarefa à qual o jornalista devotou os anos finais de sua breve vida.

Este processo de acúmulo de forças, no país andino, deveria necessariamente dialogar com as questões indígenas:

ainda acrescenta que estas são as razões que explicam o “atraso” com o qual o partido comunista peruano se constituiu, provocando críticas da Internacional Comunista a Mariátegui.

³¹ Cujos primeiros indícios já se fizeram sentir no V e no VI Congresso da Internacional Comunista. Logo após a morte de Lênin, nota-se o início do processo de bolchevização da IC, ou seja, sua paulatina subordinação aos interesses do núcleo stalinista, dominante no PC soviético. Cf. FERREIRA, John Kennedy. *A questão indígena-camponesa e a luta pelo socialismo: apontamentos sobre a contribuição de José Carlos Mariátegui*. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, p. 53.

³² MARIÁTEGUI, José Carlos. Princípios programáticos do partido socialista peruano. In: LÖWY, Michael. (Org.). *Por um socialismo indo-americano*: José Carlos Mariátegui, p. 122.

³³ _____. Aniversário e Balanço, p.120.

O socialismo ordena e define as reivindicações das massas, da classe trabalhadora. E, no Peru, as massas – a classe trabalhadora – são indígenas na proporção de quatro quintos. Nosso socialismo, pois não seria peruano – sequer seria socialismo – se não solidarizasse, primeiramente, com as reivindicações indígenas.³⁴

Esta preocupação – “etnográfica”, diríamos contemporaneamente – com o elemento indígena foi um dos alicerces das proposições políticas e intelectuais de Mariátegui. Então, qual seria o problema do índio?

Se da cuenta [la nueva generación] de que el problema fundamental del Perú, que es el del indio y de la tierra, es ante todo un problema de la economía peruana. La actual economía, la actual sociedad peruana tienen el pecado original de la conquista. El pecado de haber nacido y haberse formado sin el indio y contra el indio.³⁵

Daqui se extrai a questão que orientou a trajetória política e intelectual até o fim de sua vida. Tratava-se de deslocar a explicação do campo racialista (índio “preguiçoso” e inapto para o progresso) para os campos social e econômico.³⁶ Com isto em vista, como pensar e realizar o socialismo, a partir de uma perspectiva peruana?

Uma política realmente nacional não pode prescindir, não pode ignorar o índio. O índio é o alicerce da nossa nacionalidade em formação [...]. Quando se fala da peruanidade, seria preciso começar investigando se esta peruanidade compreende o índio. Sem o índio não há peruanidade possível.³⁷

Peruanizar o Peru – título de um dos volumes das obras completas e da coluna que Mariátegui manteve na revista *Mundial* entre 1925 e 1929 – ou seja, elaborar um projeto intelectual e político que considerasse também o elemento indígena era o primeiro passo para a construção do socialismo no Peru. As iniciativas editoriais de Mariátegui cumpriram, portanto, o importante papel de suscitar debates e criar espaços de discussão sobre a caracterização (e as especificidades) da realidade peruana.

Mariátegui ambicionava explicar a articulação peculiar entre a propriedade coletiva agrária inca (*ayllu*) e a servidão imposta pelos oligarcas latifundiários, sendo ambos determinados (e determinando também, já que a perspectiva era dialética) pelo capitalismo “retardatário”. Esta

³⁴ MARIÁTEGUI, José Carlos. Indigenismo e socialismo. Intermezzo polêmico. In: LÖWY, Michael. (Org.). *Por um socialismo indo-americano*: José Carlos Mariátegui, p. 110.

³⁵ _____. El hecho económico en la historia peruana. In: MARIÁTEGUI, José Carlos. *Peruanicemos al Peru*. Lima: Editora Amauta, 1972, p.61.

³⁶ “A suposição de que o problema indígena é um problema étnico se nutre do repertório mais envelhecido das ideias imperialistas. O conceito de raças inferiores serviu ao Ocidente branco para sua obra de expansão e conquista. Esperar a emancipação indígena de um cruzamento ativo da raça aborígine com imigrantes brancos é uma ingenuidade anti-sociológica, [...]” MARIÁTEGUI, José Carlos. *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*, p.57. É interessante verificar que para Mariátegui, em função da sua perspectiva histórica, não declara uma fórmula única e universal para a Revolução, quando nos diz que: “El problema de la razas no es común a todos países de la América Latina ni presenta en todos los que sufren las mismas proporciones y caracteres. En algunos países latinoamericanos tiene una localización regional y no influye apreciablemente en el proceso social y económico.” MARIÁTEGUI, José Carlos. El problema de las razas em América Latina. In: _____. *Ideología y Política*. Lima: Editora Amauta, 1986, p. 32.

³⁷ _____. O problema elementar do Peru. In: LÖWY, Michael. (Org.). *Por um socialismo indo-americano*: José Carlos Mariátegui. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005, p. 87.

perversa articulação, em que a dicotomia entre oprimidos (indígenas) e dominantes (o latifúndio, a servidão) se mantém, era funcional a uma burguesia que, distante do seu povo, preferia se associar aos grandes centros do capitalismo mundial (Londres, inicialmente, e depois Nova Iorque).³⁸

Esta articulação entre os setores burgueses e oligárquicos pode ser constatada desde a fundação da República – que deveria ser o lugar, por excelência, do regime burguês –, pois, na medida em que não eliminou os *gamonales*³⁹, não realizou sua tarefa fundamental: destruir a herança colonial.

Pode-se dizer, portanto, que a República foi fundada, sem, e contra, os índios. Por isto, do baixo grau de coesão na formação social do Peru (além das diferenças regionais entre Costa, Serra e Selva, havia, por exemplo, a questão das línguas diversas que até hoje coexistem como espanhol e quéchua), “Mariátegui depreende sua tese mais cortante: o Peru, seu contemporâneo, é uma *formação nacional incompleta*, um *esboço de nação*”⁴⁰.

A questão nacional, sempre enfrentada pelos marxistas com grande dificuldade⁴¹, se tornou uma variável importante no projeto político de Mariátegui:

El nacionalismo de las naciones europeas – donde nacionalismo y conservatismo se identifican y consustanciase propone fines imperialistas. Es reaccionario y anti-socialista. Pero el nacionalismo de los pueblos coloniales – sí, coloniales económicamente, aunque se vanaglorien de su autonomía política – tiene un origen y un impulso totalmente diversos. En estos pueblos, el nacionalismo es revolucionario y, por ende, concluye con el socialismo. En estos pueblos la idea de nación no ha cumplido aún su trayectoria ni ha agotado su misión histórica.⁴²

O conceito de nação só pode ser revolucionário, portanto, nos países que, no contexto da realidade econômica do capitalismo monopolista, ocupam um papel estruturalmente colonial.⁴³

³⁸ “No Peru atual coexistem elementos de três economias diferentes. Sob o regime de economia feudal nascido da conquista subsistem na serra alguns resíduos ainda vivos da economia comunista indígena. Na costa, sobre um solo feudal, cresce uma economia burguesa que, pelo menos em seu desenvolvimento mental, dá a impressão de ser uma economia retardada”. MARIÁTEGUI, José Carlos. *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*, p.46.

³⁹ Referente a *Gamonal*, conceito que trata das grandes propriedades latifundiárias, nas quais o trabalho ocorria sob o regime de servidão.

⁴⁰ BOSI, Alfredo. A vanguarda enraizada o marxismo vivo de Mariátegui. *Revista do IEA*, São Paulo, n. 8, p. 60, jan./abr. 1990. (Grifos no original).

⁴¹ Cf. HOBBSAWM, Eric. Nacionalismo e Marxismo. In: Jaime Pinsky. (Org.). *Questão Nacional e Marxismo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

⁴² MARIÁTEGUI, José Carlos. Réplica a Luiz Alberto Sánchez. In: _____. *Ideología y Política*. Lima: Editora Amauta, 1986, p. 221.

⁴³ “A economia do Peru é uma economia colonial. Seu movimento e seu desenvolvimento estão subordinados aos interesses e às necessidades dos mercados de Londres e Nova Iorque. Esses mercados veem no Peru um depósito de matérias-primas e um mercado para suas manufaturas. A agricultura peruana consegue, por isso, créditos e transporte apenas para os produtos que possam proporcionar uma vantagem nos grandes mercados. A banca estrangeira se interessa dia pela borracha, outro dia pelo algodão, outro dia pelo açúcar. O dia em que Londres pode receber um produto por melhor preço e em quantidade suficiente da Índia ou do Egito, abandona instantaneamente à sua própria sorte seus provedores do Peru. Nossos latifundiários, nossos fazendeiros, quaisquer que sejam as

Nestes países, subordinado aos interesses imperialistas de Londres e Nova Iorque, lutar pela nação, “esgotar o seu sentido histórico”, significava lutar contra o imperialismo. Contudo, note-se que, para o autor, o nacionalismo só pode ser verdadeiramente revolucionário quando ele *acaba* no socialismo. Desta forma, a nação é um meio e não a finalidade da agitação política.

Esta sutil diferenciação é importante, pois é ela que se encontrava na base das divergências de José Carlos Mariátegui com a APRA de Victor Haya de la Torre. Os que colocavam a nacionalidade em primeiro plano como a APRA, de acordo com Mariátegui, assim explicava sua posição: “somos de esquerda (ou socialistas), porque somos anti-imperialistas”. De tal forma que, para estes grupos:

El anti-imperialismo resulta así elevado a la categoría de un programa, de una actitud política, de un movimiento que se basta a sí mismo y que conduce, espontáneamente, no sabemos en virtud de que proceso, al socialismo, a la revolución social. Este concepto lleva a una desorbitada superestimación del movimiento anti-imperialista, a la exageración del mito de la lucha por la ‘segunda independencia’, al romanticismo de que estamos viviendo ya las jornadas de una nueva emancipación. De aquí la tendencia a reemplazar las ligas anti-imperialistas con un organismo político. Del APRA definida como el Kuo Min Tang latinoamericano.⁴⁴

Ainda assim, Mariátegui afirmava sua divergência à concepção nacionalista democrático-burguesa, quando dizia:

El antiimperialismo, para nosotros, no constituye ni puede constituir, por sí solo, un programa político, un movimiento de masas apto para la conquista del poder. El antiimperialismo, admitido que pudiese movilizar al lado de las masas obreras y campesinas, a la burguesía y pequeña burguesía nacionalistas (ya hemos negado terminantemente esta posibilidad) no anula el antagonismo entre las clases, no suprime su diferencia de intereses.⁴⁵

O alerta de que o antagonismo das classes persistia, mesmo quando articuladas em torno de um projeto nacional, era importante, pois, ao contrário do que supunham os nacionalistas, os interesses econômicos das classes latifundiárias e do capital imperialista não eram os mesmos.

La creación de la pequeña propiedad, la expropiación de los latifundios, *la liquidación de los privilegios feudales, no son contrarios a los intereses del imperialismo, de un modo inmediato*. Por el contrario, en la medida en que los rezagos de feudalidad entraban el desenvolvimiento de una economía capitalista, ese movimiento de liquidación de la feudalidad, coincide con las exigencias del crecimiento capitalista, promovido por las inversiones y los técnicos del imperialismo; que desaparezcán los grandes latifundios, que en su lugar se constituya una economía agraria basada en lo que la demagogia burguesa llama la "democratización" de la propiedad del suelo, que las viejas aristocracias se vean desplazadas por una burguesía y una pequeña burguesía más

ilusões que tenham sobre sua independência, atuam na verdade como intermediários ou agentes do capitalismo estrangeiro.” MARIÁTEGUI, José Carlos. *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*, p.108-109.

⁴⁴ MARIÁTEGUI, José Carlos. Punto de vista Anti-Imperialista. In: _____. *Ideología y Política*. Lima: Editora Amauta, 1986, p. 90.

⁴⁵ _____. Punto de vista Anti-Imperialista, p.90.

poderosa e influyente -y por lo mismo más apta para garantizar la paz social-, nada de esto es contrario a los intereses del imperialismo.⁴⁶

Por isto, Mariátegui conclui, na direção oposta da corrente aprista e nacionalista:

[...] *somos anti-imperialistas porque somos marxistas, porque somos revolucionarios, porque oponemos al capitalismo el socialismo como sistema antagónico*, llamado a sucederlo, porque en la lucha contra los imperialismos extranjeros cumplimos nuestros deberes de solidaridad con las masas revolucionarias de Europa.⁴⁷

Para Mariátegui, então, o anti-imperialismo não pode ser elevado à categoria de programa e a nação não deve ser a finalidade da ação política (que deveria ser o socialismo). Podemos dizer, neste sentido, que a nação é justamente o “suporte” onde se acumulam as forças da esquerda, é o *locus* da hegemonia. No Peru este projeto não pode ser realizado sem o índio, que deveria participar de maneira ativa⁴⁸ neste processo de criação do Peru, pois desta forma o fator racial poderia ser transformado em fator revolucionário.

Evidentemente, ao valorizar a contribuição do elemento indígena, Mariátegui não defendia nenhuma espécie de retorno ao passado incaico. E para sustentar filosoficamente sua tese, procurou diferenciar *tradição* de *tradicionalismo*, como nos lembra Fernanda Beigel:

Mediada ya por el desarrollo de la polémica indigenista que atravesaba a todos los grupos culturales, la preocupación de Mariátegui se organizó en torno a diferenciar la *tradicción* del *tradicionalismo*. Explicaba que – contra lo que deseaban los tradicionalistas – la tradición era heterodoxa, “viva y móvil”, y estaba en permanente creación gracias a la acción de quienes la “negaban” para renovarla y enriquecerla. La aniquilaban en cambio quienes la querían “fija” e imprimían en ella un presente sin fuerza y estático. Los revolucionarios – así gustaba Mariátegui llamar a los vanguardistas –, aunque actuaran sobre la realidad “por medio de negaciones intransigentes”, no podían rechazar la tradición en bloque.⁴⁹

60

O projeto defendido por Mariátegui consistia justamente em renovar e enriquecer a tradição coletivista incaica que à sua época subsistia na parte serrana do Peru. Renovar esta tradição significava relacioná-la ao mundo industrial capitalista, ou seja, propor que o coletivismo incaico “se transforme, *bajo la hegemonía de la clase proletaria*, en una de las bases más sólidas de la sociedad colectivista preconizada por el comunismo marxista”⁵⁰.

Essa reinvenção (ou continuação na hipótese de Mariátegui) da tradição tem justamente como base o seu trabalho intelectual e suas iniciativas editoriais. Trata-se, portanto, de uma unidade orgânica e dialética entre as intervenções no campo da cultura e da política que busca “peruanizar” os projetos e possibilidades vanguardistas postas naquele momento.

⁴⁶ MARIÁTEGUI, José Carlos. Punto de vista Anti-Imperialista, p.93. (grifo nosso).

⁴⁷ _____. Punto de vista Anti-Imperialista, p.95. (Grifos no original).

⁴⁸ “A solução do problema do índio tem que ser uma solução social. Seus realizadores devem ser o próprios índios”. In: _____. *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*, p. 65.

⁴⁹ BEIGEL, Fernanda. Mariátegui y las antinomias del indigenismo. *Revista Utopía y Praxis Latinoamericanas*, Maracaibo, v. 6, n.13, p.44-45, jun. 2001.

⁵⁰ MARIÁTEGUI, José Carlos. El problema de las razas em América Latina, p.68.

Organização dos trabalhadores e da cultura: a centralidade da iniciativa editorial no projeto socialista de Mariátegui

Seguindo os passos de Leila Escorsim Machado⁵¹, assumimos, então, que a principal tarefa que Mariátegui se outorgou foi a da inserção do Peru nas discussões da modernidade socialista. Por esta razão é que a proposta de “peruanizar” os projetos e possibilidades vanguardistas foi tão importante para o socialista andino.

Grosso modo, procuramos demonstrar que para realizar tal objetivo Mariátegui atuou em três frentes, a sindical, a partidária e a intelectual, sempre com o objetivo de ajudar a *organizar* as lutas e as demandas dos trabalhadores. Contudo, ao contrário do que propuseram grande parte dos comunistas ao longo do século XX, organizar os trabalhadores não era apenas organizar o partido. Como nos lembra Galindo:

El partido era necesario e imprescindible para introducir en el Perú esa especie de planta europea que era el socialismo; pero el partido no era exactamente el inicio de esa tarea, sino casi su estación final. La idea intuida en el Perú, madurada en Europa, debía discutirse y prepararse al regreso. Es en ese derrotero que se inscribe el proyecto de *Amauta* y toda la labor publicista desplegada por Mariátegui. También sus conferencias en las Universidades Populares González Prada y sus chalas con los jóvenes dirigentes obreros, como Larrea, Portocarrero o el ferroviario Avelino Navarro. El partido exigía el desarrollo de la “conciencia de clase.”⁵²

A insistência do projeto mariateguiano em “desenvolver a consciência de classe” se traduziu justamente no caráter intelectual de seu projeto, o qual – longe de se limitar a legitimar posicionamentos políticos já estabelecidos – deveria se ocupar da crítica, da investigação e do debate. Nas palavras de Mariátegui:

La línea doctrinal es función de partido. Los intelectuales, en cuanto intelectuales, no pueden asociarse para establecerla. Su misión, a este respecto, debe contentarse con la aportación de elementos de crítica, investigación y debate.⁵³

Esta preocupação de Mariátegui com os debates nos permite afirmar que ele cumpriu o papel do que o marxista italiano Antonio Gramsci denominou como “Intelectual Orgânico”:

Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc., etc.⁵⁴

⁵¹ MACHADO, Leila Escorsim. J.C. *Mariátegui*: marxismo, cultura e revolução.

⁵² FLORES GALINDO, Alberto. *La agonía de Mariátegui*. Lima: DESCO, 1982, p.75-6.

⁵³ MARIÁTEGUI, José Carlos. Prensa de doctrina y prensa de información. In: _____. *Ideología y Política*. Lima: Editora Amauta, 1986, p.176.

⁵⁴ GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1982, p. 3.

Esta noção de um *organizador da cultura* trazida pelo conceito de Gramsci dialoga diretamente com a dimensão de “processo” e de “preparação espiritual” que existem no pensamento de Mariátegui. A revolução socialista não se limita, então, ao momento de tomada do poder, pois Mariátegui se recusa a considerá-la um fenômeno político, antes do que social. Pois, como nos diz o socialista peruano: “la idea revolucionaria tiene que desalojar a la Idea conservadora no sólo de las instituciones sino también de la mentalidad y del espíritu de la humanidad. Al mismo tiempo que la conquista del poder, la Revolución acomete la conquista del pensamiento”.⁵⁵

Assim, podemos observar que para o autor, “a conquista do pensamento” não é uma *consequência automática* da conquista do poder político. Ou seja, não há uma correspondência automática e inevitável entre Infraestrutura e Superestrutura, daí a necessidade da *ação consciente* na construção de um projeto nacional peruano que também conquiste o pensamento. Afinal, para Mariátegui, “a premissa política e intelectual não é menos dispensável que a premissa econômica”⁵⁶.

Por fim, ressaltamos que esta “premissa intelectual” se relacionava justamente com a dimensão nacional do projeto socialista de Mariátegui. Tratava-se, justamente, de estabelecer o elemento nacional como *locus* da hegemonia socialista. Desta forma, superar a condição peruana de “esboço de nação” só seria possível com o estabelecimento de espaços de debates, onde as forças políticas fossem acumuladas – eis aqui a “conquista do pensamento”.

Às iniciativas editoriais cabia, portanto, o papel de possibilitar e articular estas discussões. A discussão intelectual, longe de ser mero instrumental legitimador das políticas do partido, deveria orientar as decisões políticas que “conquistariam o pensamento”. Exatamente por isto é que podemos concluir que existiu uma *centralidade* das iniciativas editoriais no projeto socialista de Mariátegui, pois foram justamente nestas iniciativas que as três vertentes (intelectual, sindical e partidária) de seu projeto socialista apareceram articuladas de maneira concreta.

Recebido: 14/05/2012
Aprovado: 27/06/2012

⁵⁵ MARIÁTEGUI, José Carlos. Henri Barbusse. In: _____. *La Escena Contemporanea*. Lima: Editora Amauta, 1976, p.156.

⁵⁶ _____. Henri Barbusse, p.73.

O herói revivido: Martí e o discurso revolucionário cubano

José Antonio Ferreira da Silva Júnior

Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP

Graduado e Mestrando em História

joseafsj@gmail.com

RESUMO: A revista cubana *Casa de las Américas* foi fundada em 1960 no contexto da Revolução Cubana (1959), constituindo-se como espaço de discussão e debate entre intelectuais envolvidos com o processo revolucionário. A publicação atuou no campo cultural e político latino-americano, não só difundindo e circulando ideias e noções, mas também construindo e estabelecendo discursos acerca de uma perspectiva oficial do processo cubano. Assim, buscou validar um modelo revolucionário no qual se insere seu projeto editorial. Neste artigo, pretende-se analisar um mecanismo de legitimação empregado por *Casa de las Américas* que se constitui sobre a figura e a obra de José Martí (1853-1895). Este intelectual cubano surge na revista como base de discursos de identidade, de apropriação histórica e de modelo revolucionário. A premissa central é de que o estudo da produção e da circulação destes discursos e concepções em tal contexto permite uma abordagem e aproximação diferenciadas da história intelectual latino-americana.

PALAVRAS-CHAVE: *Casa de las Américas*, José Martí, Revolução Cubana

ABSTRACT: The Cuban review *Casa de las Américas* was founded in 1960 in the context of the Cuban Revolution (1959), constituting a space for discussion and debate among intellectuals involved with the revolutionary process. The publication has acted in the Latin American cultural and political field, not only spreading and circulating ideas and concepts, but also building and establishing discourses about an official view of the Cuban process. Therefore it attempted to validate a revolutionary model in which is inserted its editorial project. This article aims to analyze a mechanism of legitimation employed by *Casa de las Américas* that was erected on the figure and work of José Martí (1853-1895). Thus, this Cuban intellectual appears in the journal as basis of discourses of identity, historical appropriation and revolutionary model. The central premise is that the study of the production and circulation of these discourses and concepts in this context allows a differentiated approach of Latin American intellectual history.

KEYWORDS: *Casa de las Américas*, José Martí, Cuban Revolution

***Casa de las Américas*: política e cultura**

A Revolução Cubana, em 1959, inaugurou um período inédito no que se refere às relações entre política e cultura. Isso porque o processo revolucionário superou a esfera política e se propôs a transformar a sociedade cubana a partir de seus diversos setores, abarcando também o campo cultural, econômico e social. Para a história da América Latina, estes eventos abrem possibilidade de novas perspectivas e novas aproximações já que o processo revolucionário envolveu inúmeros sujeitos históricos que permitem análises diferenciadas das relações travadas em dado contexto. A participação dos intelectuais, desde o triunfo revolucionário em 1959, e durante as décadas seguintes até os dias de hoje, ficou marcada por sua relação com o poder

político e com o campo cultural, em uma dinâmica por vezes conflituosa. Dada a centralidade que a cultura e suas expressões adquiriram no projeto revolucionário, não nos surpreende que a literatura, as artes e a história tenham se tornado campos de disputas políticas intensas protagonizadas por escritores, artistas, pintores, dramaturgos, *etc.* Muitos destes produtores culturais e intelectuais buscaram se inserir, e reivindicaram participação política na Revolução Cubana a partir de seu ofício e atuação no campo cultural e o fizeram majoritariamente através das inúmeras publicações e periódicos que se difundiram por Cuba e pela América Latina a partir dessa metade do XX. É assim que jornais, revistas literárias e culturais, suplementos e encartes se convertem em objetos privilegiados de estudo da história intelectual latino-americana.

A revista cultural e suas variações (revista literária, revista política) é um destes periódicos que tiveram grande circulação e difusão nos circuitos de impressos em diversos países da América Latina. O grande apelo que as revistas ofereciam está ligado à sua própria constituição que, à diferença dos diários e jornais, conta com uma periodicidade mais dilatada, reduzindo, assim, o impacto do imediatismo e da transitoriedade na sua elaboração e organização. Segundo a historiadora Regina Crespo, a materialidade da revista atribui maior permanência e uma validade diferenciada aos textos e autores que nela publicam se comparada com os jornais. No entanto, a autora destaca que, ao contrário dos livros, as revistas são mais flexíveis e dinâmicas, têm um valor transcendental e atemporal mais tênue e são mais ligadas ao seu presente e à sua conjuntura política. No contexto da Revolução Cubana, é este caráter de impresso intermediário entre livro e jornal que torna as revistas um alvo preferencial dos intelectuais ávidos por participarem de discussões e travarem diálogos com seus pares em diversos países do continente. Construídas sobre um projeto editorial formulado por um grupo, as revistas tornam-se pontos de reunião de intelectuais, constituindo assim uma rede de sociabilidade que supera fronteiras nacionais e atinge outros contextos, aproximando perspectivas e pontos de vista em comum e criando enfrentamentos e disputas entre posições e projetos conflituosos. A busca por um público e por um espaço de discussão configura a revista como suporte de inúmeros ensaios, artigos e textos de diversos autores que se constituíram como atores políticos e agentes culturais através justamente do alcance e visibilidade que as revistas constroem no campo político-cultural.¹

Estas características destacam um objeto importante para a história intelectual, mas foram críticos e teóricos literários que tornaram as revistas culturais da América Latina um

¹ CRESPO, Regina. Revistas culturais e literárias latino-americanas: objetos de pesquisa, fontes de conhecimento histórico e cultural. In: FRANCO, Stella Maris. JUNQUEIRA, Mary Anne (Org.). *Cadernos de Seminários de Pesquisa*. São Paulo: Usp/Humanitas, 2011, p. 98-102. v. 2. Disponível em: <<http://www.historia.fflch.usp.br/sites/historia.fflch.usp.br/files/CSP2.pdf>> Acesso em: 30 abr. 2012.

material de estudo sistemático a partir da segunda metade do XX, abordando-as dentro da compreensão e análise da constituição e circulação de movimentos literários e artísticos. Paulatinamente e ao longo das décadas de 1960, 1970 e 1980, a centralidade das revistas cresceu e inspirou cada vez mais estudos e eventos dedicados aos pesquisadores que provinham de diferentes áreas. Atualmente, o aporte interdisciplinar está bem constituído e congrega saberes de diversas disciplinas como a sociologia, a teoria literária, a linguística, a ciência política e a história. Essa abordagem ajudou a atribuir às revistas um papel central na dinâmica cultural e política da América Latina, tornando-as objetos privilegiados para o estudo da história do continente a partir de uma metodologia e problemáticas próprias à sua materialidade que passa a ser vista conformando um gênero de escrita próprio, não sendo apenas suporte de outros gêneros.² A revista cultural que nos interessa como objeto de estudo neste trabalho já foi alvo de diversas análises devido a sua centralidade no contexto político-cultural do pós-Revolução Cubana.³

A revista *Casa de las Américas* foi fundada em 1960 com o mesmo nome da instituição a que está vinculada. Foi publicada bimestralmente desde sua fundação até a década de 1990, quando passou a ser publicada a cada três meses, periodicidade que conserva até os dias de hoje. A crescente tiragem da revista é um primeiro indício de seu sucesso e da importância que ocupa no cenário intelectual latino-americano: iniciada com dois mil exemplares, chegou à cifra de quatro mil já em 1962; em 1965, este número subiu a nove mil; o crescimento continuou nas décadas seguintes e atingiu seu auge na década de 1980, com quinze mil exemplares.⁴ Esteve sob direção de Antón Arrufat desde sua fundação até 1965, quando passou a ser dirigida por Roberto Fernández Retamar, intelectual conhecidamente ligado aos dirigentes políticos e alinhado às políticas oficiais do regime cubano. Assim, a partir do número 30, de maio-junho de 1965, a direção de Retamar empreendeu algumas alterações: se fixaram seções e a presença de um editorial a cada número se tornou constante. O ano de 1965 costuma ser nos estudos sobre a revista um marco divisor. Nadia Lie atesta esta diferença entre uma fase e outra através da análise de categorias como a periodicidade, a produtividade e a coletividade expressas na revista. O estudo da autora conta com um amplo levantamento estatístico, o qual mostra que a bimestralidade tornou-se muito mais respeitada após 1965, sendo escassos os números duplos

² CRESPO, Regina. *Revistas culturais e literárias latino-americanas*, p. 103-115.

³ A revista *Casa de las Américas* figura em diversos estudos monográficos e teses como fonte principal de investigação ou ao lado de outras publicações em estudos mais amplos ou comparativos. Entre os principais, Cf. WEISS, Judith A. *Casa de las Américas: An Intellectual Review in the Cuban Revolution*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1977; LIE, Nadia. *Transición y transacción: la revista cubana Casa de las Américas (1960-1976)*. Leuven: Universiteit Leuven, 1996; QUINTERO-HERENCIA, Juan Carlos. *Fulguración del espacio: Letras y el imaginario institucional de la revolución cubana*. Rosario: Beatriz Viterbo, 2002; ARNAIZ, Idalia Morejón. *Política y polémica en América Latina: las revistas Casa de las Américas y Mundo Nuevo*. México: Educación y cultura, 2010.

⁴ GONZÁLES BAZÚA, Alejandra. *Viaje a Casa de las Américas en dos números*. In: CRESPO, Regina Aída (Org.). *Revistas en América Latina: Proyectos literarios, políticos y culturales*. México: UNAM/Eón, 2010, p. 481.

que cobriam períodos de quatro meses, um mecanismo muito usado nos primeiros anos de existência de *Casa de las Américas* para driblar a pressão da apertada periodicidade. Também o número médio de páginas e artigos por edição praticamente dobra nesta segunda fase. Quanto à coletividade, a mudança estaria expressa na presença agora fixa de um “comitê de colaboração”, constituído por intelectuais cubanos e estrangeiros envolvidos com o processo revolucionário e com o projeto que a revista representava.⁵

A criação da instituição *Casa de las Américas* em 1959 se insere num esforço do recém-instituído regime revolucionário de fundar órgãos responsáveis por promover a cultura e a arte e desenvolver atividades que tornassem estas expressões culturais acessíveis a toda a população.⁶ Isto mostra o espaço que a cultura tinha na proposta revolucionária: a transformação não passava só pela democratização das linguagens culturais e artísticas. Tratava-se de criar espaços de produção que colocassem em diálogo os diferentes setores da sociedade cubana. Mais que isso, a proposta cultural da Revolução Cubana englobava uma concepção de cultura comum entre os países da América Latina. Por isso a ideia de diálogo cultural estava encarnada no projeto editorial da revista *Casa de las Américas*, várias vezes reafirmado em seus editoriais.

O caráter internacional da revista, já figurado em seu nome, é constantemente recolocado pela colaboração frequente de autores estrangeiros não só com textos, mas também na confecção e no funcionamento editorial da revista. As problemáticas e discussões propostas pela publicação abarcam contextos amplos e tratam de análises de casos nacionais ressaltando sua significação para todo o continente e para a comunidade latino-americana. Podemos observar melhor como a cultura é um elemento central para a concepção de comunidade da revista num editorial de 1964 redigido sob o embargo das relações internacionais imposto pelos EUA e pela OEA (Organização dos Estados Americanos). A cultura seria o elo que o embargo não poderia superar: “Mientras en Washington se acrecentaba la política de división, nosotros trabajábamos por la comunicación, mutuamente enriquecedora, de las culturas nacionales”⁷. Neste trecho surge a proposta de comunicação a que se propõe a revista. A publicação, como meio de discussão cultural, pretendia ser o espaço de efetivação desta comunidade. Assim, a revista *Casa de las Américas* se colocava dentro do projeto revolucionário e representou um veículo de exportação do discurso oficial, das concepções e noções que figuravam neste ideário revolucionário que

⁵ LIE, Nadia. *Transición y transacción*, p. 25-28.

⁶ Um bom exemplo destes órgãos é o *Instituto Cubano del Arte e Industria Cinematográficos*, o ICAIC, também fundado em 1959, e que se constituiu como referência no cenário cinematográfico latino-americano já em seus primeiros anos. Cf. VILLAÇA, Mariana. *Cinema cubano: Revolução e política cultural*. São Paulo: Alameda, 2010.

⁷ EDITORIAL Nuestra respuesta. *Casa de las Américas*, Havana, n. 26, p. 2, out./nov. 1964.

colocava Cuba na liderança das esquerdas latino-americanas em um movimento rumo à revolução continental.

Na conformação de seu ideário revolucionário oficialista, *Casa de las Américas* lança mão de vários elementos e fatores que legitimam e autorizam seu discurso, que lhe auxiliam na construção discursiva da identidade latino-americana e na validade de seu projeto diante de grupos intelectuais dispersos pelos mais diferentes contextos. Um desses elementos é a presença constante dos grandes nomes e figuras da Revolução na revista. Dentre Fidel Castro e Che Guevara um nome se destaca mais: José Martí. Cubano, nascido em 1853, torna-se herói nacional e mártir ao dedicar sua vida à busca pela independência de seu país. Morre em 1895, durante os conflitos que levariam à independência cubana em 1898. Martí deixa uma obra poética e ensaística considerável que é em parte republicada e reeditada no século XX, dada a vigência de sua figura entre os cubanos. Mostra disso é a autodefesa de Fidel Castro em 1953 em seu julgamento pelo ataque ao quartel Moncada.⁸ No discurso, publicado em formato de livro sob o título de *A história me absol verá*, Castro atribui a Martí a autoria intelectual do movimento rebelde.

Nadia Lie ressalta como a figura de Martí é fortemente apropriada pela revista: o “apóstolo”, epíteto atribuído a Martí, adquire onipresença temporal, constantemente “ressuscitado” pelas referências a sua obra e a sua pessoa. Na verdade, a autora revela uma presença maior ainda de Martí quando empreende uma análise dos editoriais da revista entre os anos 1960 e 1976 e constata que a maior parte das citações que aí aparecem são dele. A autora defende que estas citações nos editoriais contribuem para a construção da figura martiana como o primeiro denunciador do imperialismo americano que sacrificou sua vida pela realização da segunda independência de Cuba e da América Latina, aquela que livraria os povos do continente da dominação e do neocolonialismo empreendido pelos EUA.⁹

Assim, nos propomos a investigar o lugar que a figura de Martí ocupa no projeto da revista *Casa de las Américas*. Sua presença no ideário revolucionário é significativa e a revista, ao trazer para suas páginas o discurso oficial do regime, também se apropria de Martí e o torna parte essencial deste projeto editorial conformado pela Revolução Cubana. Nossa proposta é indicar três mecanismos de apropriação e uso de sua figura que revelam como a revista atuou no campo político-cultural cubano e latino-americano no contexto revolucionário. A partir desta análise,

⁸ O ataque ao Moncada foi resultado de uma ação organizada por Castro em um movimento contra a ditadura de Fulgencio Batista. O ataque seria realizado a dois quartéis, o Moncada e o Bayamo, no dia 26 de julho de 1953, data significativa porque era o centenário de aniversário de Martí. O assalto falhou e a maioria dos rebeldes foi morta. Fidel Castro foi preso, sendo libertado dois anos depois, quando se exilou no México.

⁹ LIE, Nadia. *Transición y transacción*, p. 91-112.

queremos discutir como a revista procedeu para a concretização de sua proposta e debater sua função social no âmbito da Revolução Cubana.

Identidade e resistência

O primeiro mecanismo a que queremos nos referir diz respeito às referências feitas a Martí sobre o tema da identidade e unidade. O discurso conformado na revista, através das várias vozes que a compõem¹⁰, recorre frequentemente ao ideário e pensamento martiano ao tratar desta temática e, assim, usa a figura de Martí para a constituição de um discurso identitário que, segundo nosso argumento, faz parte de uma função revolucionária. A importância que este autor conferiu à constituição de uma identidade cubana e latino-americana fica patente em sua obra. Ao pensar e construir uma proposta de modelo educativo, Martí deixa claro que a valorização da identidade do homem latino-americano agiria no sentido de resgatar sua dignidade, destruída após os longos anos de colonialismo e condição de inferioridade a que teria estado submetido. Este seria um passo essencial na consolidação das independências do continente.¹¹

A revista tomou o empenho de Martí pela libertação da também colônia antilhana de Porto Rico para constituir exemplo de como sua noção de identidade supera as fronteiras cubanas, abarcando o Caribe e também todos os países latino-americanos: “La conjunción cubano-puertorriqueña quiere salvar a la América del peligro que la asecha”¹². Em um famoso texto de 1891, Martí desenvolveu a concepção de *nuestra América* para se referir a esta comunidade latino-americana que estaria unida por seus traços culturais comuns existentes antes da chegada dos colonizadores europeus.¹³ Tal conceito será utilizado pela revista *Casa de las Américas* para apelar à América Latina como unidade cultural, conformando um “latino-americanismo”. Num editorial de 1964, já anteriormente citado, o conceito surge pela primeira vez nas páginas da revista sob aquele contexto do embargo a Cuba:

Sin embargo, Cuba es y seguirá siendo una parte de América Latina, pues a ella está ligada por sus orígenes, su formación, su lengua, su desarrollo cultural, por su esfuerzo de liberación y justicia. Estamos y continuaremos dentro de la comunidad

¹⁰ A autora Nadia Lie desenvolve o conceito de “enunciante” para explicar como os vários autores e os vários textos integram-se num discurso que, apesar da polifonia, tem unidade na mensagem. Cf. LIE, Nadia. *Transición y transacción*, p. 91.

¹¹ As concepções e ideias de Martí sobre a educação e sua importância no projeto de independência que este autor propõe estão reunidas em sua obra *La edad de oro*. Cf. ALBERINI, Alexandra. *Educar o Povo: uma leitura de La Edad de Oro de José Martí (1889)*. 2012. Monografia (Graduação em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas.

¹² MORALES, S. Martí en la génesis de la solidaridad antillana. *Casa de las Américas*, Havana, n. 90, p. 51, mai./jun. 1975.

¹³ Originalmente publicado no jornal mexicano *El Partido Liberal*, em 1891, este texto foi republicado inúmeras vezes. A versão que usamos está disponível em: MARTÍ, José. *Nuestra América*. *Casa de las Américas*, Havana, n. 68, p. 6-11, set./out. 1971.

latinoamericana, de esta parte ‘nuestra’ de América, tal como la concibiera Martí, a cuya cultura hemos contribuido en la medida de nuestras fuerzas.¹⁴

Nadia Lie destaca que, desde então, a expressão *nuestra América* tornou-se onipresente nos editoriais da revista.¹⁵ O conceito de Martí torna-se corriqueiro e transforma-se em designação corrente da América Latina nos textos e ensaios da revista, por exemplo: “Pocos personajes históricos en la América Nuestra se prestan mejor para esta interpretación [...]”¹⁶. Assim, esta concepção foi frequentemente usada pelo discurso da revista para fazer referência a uma unidade e homogeneidade cultural construída sobre o pensamento martiano.

Outro elemento central para esta construção identitária de *Casa de las Américas* é a presença do imperialismo norte-americano que, como vimos, segundo a revista, vem sendo denunciado por Martí desde o século XIX. A abrangência geográfica e espacial do imperialismo conforma também o alcance deste discurso identitário: “El imperialismo se manifiesta, antes de 1898, como penetración de capitales [...] en las tierras subdesarrolladas que se extienden entre el Río Grande y la Patagonia”¹⁷. O pensamento de Martí é, assim, apropriado como uma análise e denúncia do imperialismo norte-americano e foi usado pela revista como fator de união:

José Martí no penetró el resorte determinante del fenómeno imperialista, pero sí su *naturaleza opresora* y su *magnitud continental*. Nadie como él definió, por la conciencia de estas dos notas primordiales, la necesidad, presente y futura, de derrotarlo con la cerrada unidad de sus víctimas. De la unión – clamaba Martí – *depende nuestra vida* (grifos do autor).¹⁸

69

Neste trecho está presente um outro elemento extraído da obra de Martí que foi utilizado para a conformação do discurso de identidade: a unidade dos explorados. Essa era uma proposta recorrente que Martí denominava “união indispensável” e figurava em sua estratégia de luta e resistência ao imperialismo norte-americano. É através desta noção de unidade que *Casa de las Américas* inseriu Cuba no contexto mundial de revolução e resistência da segunda metade do século XX. A revista traçou um paralelo discursivo com outros processos políticos a partir de conceitos como “terceiro mundo” e “países subdesenvolvidos” e também a partir da compreensão da existência de um mesmo inimigo que aflige essa comunidade: “De ahí que el neocolonialismo o el neoimperialismo entrañe determinados métodos económicos, militares y políticos, destinados a la penetración en los tres continentes”¹⁹. Isso permite à revista aproximar

¹⁴ EDITORIAL Nuestra respuesta. *Casa de las Américas*, Havana, n. 26, p. 2, out./nov. 1964.

¹⁵ LIE, Nadia. *Transición y transacción*, p. 94.

¹⁶ MALDONADO-DENIS, M. El Martí de Martínez Estrada. *Casa de las Américas*, Havana, n. 50, p. 167, set./out. 1968.

¹⁷ PORTUONDO, J. Martí y Darío, polos del modernismo. *Casa de las Américas*, Havana, n. 42, p. 68, mai./jun. 1967.

¹⁸ MARINELLO, J. “Fuentes y raíces del pensamiento antimperialista de José Martí”. *Casa de las Américas*, Havana, n. 90, p. 7, mai./jun. 1975.

¹⁹ *Casa de las Américas*, n. 57, p. 113, nov./dez. 1969. “Três continentes” se refere à América Latina, África e Ásia. Esta foi uma compreensão bem estabelecida nos anos 1960 no discurso revolucionário cubano que buscava marcar

Martí de figuras como Ho Chi Minh, líder vietnamita na luta contra os EUA nos anos 1960, e afirmar a importância da união que superasse o nacional, como podemos notar neste excerto de um artigo publicado em 1975: “Ho Chi Minh y Martí, que se dieron a la tarea de la unidad de sus pueblos en la lucha por la independencia, convinieron en que dicha lucha trascendía el marco nacional”²⁰. Mais adiante, o texto continua: “¿Qué es la historia de Cuba, sino la historia de la América Latina? ¿Qué es la historia de la América Latina sino la de Asia, Africa y Oceanía?”²¹.

Assim, a figura de Martí se prestou à constituição de uma identidade que supera o contexto cubano, envolve a América Latina e chega à Ásia, passando pela África. Esta construção identitária, mais do que marcar a unidade dos explorados, estabeleceu um inimigo comum, único: os EUA e sua política imperialista. Isso garante a Martí o posto de “[...] héroe mayor de veinte pueblos atacados por el mismo enemigo”²². Esse discurso fez parte do projeto revolucionário cubano expresso nesta frase de Fidel Castro: a verdadeira independência “solo puede ser antimperialista, socialista e internacionalista”²³.

O século XIX e a Revolução Cubana

A revista *Casa de las Américas* não esgota, no entanto, o pensamento e a obra martiana na temática da identidade. Martí, através de seu legado intelectual, contribuiu para o estabelecimento de uma aproximação e apropriação do passado e da história de Cuba. Isto marca uma busca por legitimar o processo revolucionário iniciado em 1959, busca essa que conforma-se através da noção de que o povo cubano esteve sempre em luta pela liberdade, desde os primeiros movimentos pela independência do jugo espanhol no século XIX. O discurso da revista se pautou, então, pela difusão de uma série de noções que ligassem a Revolução Cubana a Martí e ao século XIX.

que os três continentes são as vítimas históricas da exploração e do capitalismo europeu e norte-americano nos últimos séculos. Foi esta ideia que gerou vários eventos para a aproximação e discussão de um projeto revolucionário que englobasse as esquerdas mundiais. Neste sentido, em 1966, em Havana, foi realizada a I Conferência Tricontinental de Havana e foi fundada, um ano mais tarde, a OLAS (Organización Latinoamericana de Solidaridad), entidade com sede em Havana que congregava lideranças e movimentos anti-imperialistas mundiais.

²⁰ DEL DÍA, M. Ho Chi Minh y José Martí, revolucionarios anticolonialistas. *Casa de las Américas*, Havana, n. 90, p. 64, mai./jun. 1975.

²¹ DEL DÍA, M. Ho Chi Minh y José Martí, revolucionarios anticolonialistas, p. 64.

²² MARINELLO, J. Fuentes y raíces del pensamiento antimperialista de José Martí, p. 10.

²³ DEL DÍA, M. Ho Chi Minh y José Martí, revolucionarios anticolonialistas, p. 62. O projeto revolucionário cubano foi se desenhando ao longo da década de 1960 e 1970. A crescente aproximação com a URSS marca várias mudanças nas políticas empreendidas pelo regime cubano. A dependência das relações exteriores com o bloco socialista se sobressai no campo econômico, sendo soviéticos os principais capitais investidos em Cuba, mas o campo cultural também sentiu um enrijecimento das políticas culturais que passaram a se apoiar, em certa medida, nas orientações do modelo socialista soviético. Isso foi alvo de grandes discussões, o que gerou atos de censura do governo e rompimento com o processo revolucionário cubano por parte de vários intelectuais. Cf. PERICÁS, Luiz Bernardo. *Che Guevara e o debate econômico em Cuba*. São Paulo: Xamã, 2004; MISKULIN, Sílvia. O ano de 1968 em Cuba: mudanças na política internacional e na política cultural. *Revista Esboços*, Florianópolis/UFSC, v. 15, n. 20, p. 47-66, 2008; MISKULIN, Sílvia. *Os intelectuais cubanos: a política cultural da Revolução (1961 - 1975)*. São Paulo: Alameda, 2009.

A primeira destas ideias já foi abordada rapidamente e se trata de mostrar Martí como o primeiro a notar e alertar para o perigo que representava o imperialismo. Com os EUA encarnando o papel de mal maior e principal inimigo da Revolução Cubana, Martí ajuda o discurso oficial a localizar esta ameaça no século XIX. Já em seu texto “Nuestra América”, o autor marcava a diferença entre os dois povos que habitavam a América e o conflito inevitável entre eles. O desenvolvimento norte-americano surge como opressor da América Latina e Martí estava lá para denunciá-lo:

Quando comienza, en las últimas décadas del siglo pasado, el desbordamiento opresor, deja de justificarse el elogio a las fuerzas que lo impulsan, pero son escasas las voces – la de Martí entre las primeras y más altas – que denuncian desde la hora inicial el peligro en marcha.²⁴

Tratava-se assim de localizar a “hora inicial” da ameaça imperialista no século XIX, sob a tutela das denúncias de Martí. A revista vai estabelecendo, assim, uma linha de continuidade e paralelo entre o período de vida e luta de Martí no século XIX e a Revolução Cubana na segunda metade do XX: o primeiro elemento que constitui o elo é o imperialismo perpetuado no posto de opressor.

A formação de Martí enquanto homem revolucionário e a construção do processo de independência que culmina em 1898 é outro tema que fundamenta esta legitimação nas páginas de *Casa de las Américas*. Assim, o discurso constituído na revista quer reforçar a ligação entre os problemas de Cuba enquanto colônia e a atuação de Martí neste quadro político. Os primeiros movimentos independentistas, iniciados em 1868, durariam até 1878, conflito conhecido como Guerra dos Dez Anos. A participação de Martí neste processo foi curta: logo acaba preso e enviado para o exílio na Espanha em 1871. Até sua morte em 1895, viveu em diversos países como Venezuela, México e EUA. Na revista, é muito grande a importância atribuída a estas experiências (a prisão e o exílio) para a formação de seu caráter revolucionário e seu pensamento crítico:

Hubo dos etapas definidas en la formación de Martí: una primera [...] en que el pensamiento y la acción adquieren algunos de sus caracteres permanentes al compás de la experiencia propia nacional; y una segunda, en que aquellos elementos se vieron enriquecidos por los aportes de una universal contemplación del mundo de la época.²⁵

Assim o século XIX teria formado Martí. Durante seu longo período afastado de Cuba, enquanto seu país vivia uma convulsão política oprimida pelos espanhóis, as atividades de Martí que são traçadas pelos textos e artigos da revista, remontam a um incansável revolucionário. Para ele, os conflitos iniciados em 1868 representariam para o povo cubano uma tarefa a ser

²⁴ MARINELLO, J. Fuentes y raíces del pensamiento antimperialista de José Martí, p. 7.

²⁵ RIVEREND, J. Martí en la revolución de 1868. *Casa de las Américas*, Havana, n. 50, p. 109, set./out. 1968.

cumprida.²⁶ E, por isso, todo seu trabalho e sua vida estariam dedicados à organização da “guerra necessária”, a guerra de independência definitiva de Cuba. Dentre seus esforços é destacada a fundação do Partido Revolucionário Cubano, em 1892. Este partido, concebido e efetivado durante sua estadia nos EUA, ao congregar a luta de independência e as reivindicações do povo cubano, estaria criando um movimento distinto daquele de 1868 que falhou, segundo Martí, por falta de organização dos envolvidos.²⁷

Portanto, é alto o valor da preparação de Martí da independência cubana para o discurso legitimador de *Casa de las Américas*. Vendo nesta organização a concretização de seu pensamento político, a revista marca aí, com forte ênfase, o momento onde a luta do povo cubano teria surgido. A Revolução Cubana seria só mais um desdobramento do projeto revolucionário martiano, como podemos observar neste trecho:

Así, enraizado en una firme unidad ideológica, nació el Partido Revolucionario Cubano que alzó la guerra con un sentido y una faz nuevos, pero que, por la aviesa intervención imperialista, en 1898, quedó inconclusa. Mas la teoría martiana había clavado hondas sus raíces en el pueblo cubano, y reverdeció, medio siglo después, en una nueva batalla que, como la que él iniciara, desborda los límites entecos de una simple lucha de liberación nacional, para hacerse pelea de toda Nuestra América, y de todos los pueblos subdesarrollados, contra el imperialismo, por lograr, como él predijera, y por eso le tuvieron por loco o delirante, ‘el equilibrio del mundo’.²⁸

Fica clara neste trecho a continuidade estabelecida entre a Revolução de 1959 e o movimento organizado por Martí no XIX, com apenas um intervalo forçado pelas forças imperialistas. A legitimidade que o herói nacional empresta ao processo revolucionário do XX só é enriquecida com sua luta estando enraizada no povo cubano. A Revolução Cubana passa a significar, assim, ruptura com o período de ingerência norte-americana na ilha. Com as reivindicações e com o projeto martiano do século XIX, a relação estabelecida é de continuidade. Para construir uma tradição revolucionária cubana, o discurso da revista não precisa de grande esforço:

No hay, pues, que trasladarse a remotos confines para ver la grandeza humana actuante, sino que la podemos encontrar aquí, en nuestros pueblos, entre aquellos prohombres que nos han legado una tradición revolucionaria y humanística, y cuya prédica con el ejemplo dará a las generaciones presentes y por venir ese entronque que les permitirá identificarse con la auténtica tradición histórica – hasta hoy distorsionada por el colonialismo y el neocolonialismo – de pueblos que han sabido luchar tenazmente por su libertad.²⁹

Martí, modelo de revolucionário

²⁶ RIVEREND, J. Martí en la revolución de 1868, p. 109.

²⁷ PORTUONDO, J. Teoría martiana del partido revolucionario. *Casa de las Américas*, Havana, n. 90, p. 14-23, mai./jun. 1975.

²⁸ PORTUONDO, J. Teoría martiana del partido revolucionario, p. 23.

²⁹ MALDONADO-DENIS, M. El Martí de Martínez Estrada, p. 167-168.

Como já afirmamos, as relações entre intelectuais e dirigentes políticos se tornam especialmente intrincadas no contexto da Revolução Cubana. Esta proximidade e convivência de ambos os grupos nem sempre foi pacífica ou construída sobre o consenso. Rafael Rojas, em um texto publicado em 2007, defende que, nos processos revolucionários, há um período inicial de entusiasmo, que aproxima líderes políticos e vanguardas artísticas. No caso da Revolução Cubana, o autor nota que este encantamento dos primeiros momentos diminuiu conforme o regime foi estabelecendo seu governo e ditando as políticas que regulavam o campo cultural dentro da proposta revolucionária. Podemos perceber, então, que intelectuais e políticos se uniram quando do triunfo em 1959, e foram, ao longo dos anos 1960, se afastando em vista de uma série de eventos e atritos que revelaram um descompasso entre os dois grupos, culminando num rompimento entre parte da intelectualidade e o regime político de Fidel Castro.³⁰

Ao reivindicar participação política, os intelectuais afirmaram seu compromisso com a revolução e com a construção do socialismo em Cuba. Para as linguagens artísticas, este compromisso representou um peso considerável quando a demanda por uma cultura revolucionária passou a ser posta aos intelectuais. Assim, os escritores se defrontaram com uma série de concessões a serem realizadas que caracterizavam o entendimento do regime político acerca do que seria uma literatura verdadeiramente revolucionária. Fantasia e inventividade, por exemplo, eram elementos que dariam um caráter “alienado” e burguês às narrativas e, portanto, caíram em reprovação. Foi neste contexto, onde várias cobranças eram colocadas à literatura e aos seus autores, que cresceram e se difundiram debates e discussões sobre a liberdade de expressão, a validade do realismo e suas implicações políticas, que cercavam, na verdade, uma questão central: qual a função social do intelectual na revolução? Neste âmbito se constituiria um discurso de desautorização e deslegitimação da postura do intelectual que se tornava crítico ao regime, que demandava liberdade artística para suas obras e que lutava contra o crescente controle da política sobre a cultura e a arte. Este discurso anti-intelectualista configurou-se, então, sobre a afirmação de um modelo de atuação intelectual e cultural de acordo com as premissas

³⁰ ROJAS, Rafael. Anatomia do entusiasmo: cultura e revolução em Cuba (1959-1971). *Tempo social*, São Paulo, v.19, n. 1, p. 71-88, jun. 2007. O primeiro momento de atrito se deu em 1961, quando o governo, através do ICAIC, censurou o curta *PM*, realizado na ilha sobre a vida noturna em Havana. Os debates que desse caso procederam indicavam já o tipo de política cultural que o regime estava disposto a executar. Mas a intelectualidade cubana e internacional só se dividiria em razão das ingerências políticas na cultura alguns anos mais tarde, principalmente a partir de 1968, com os eventos do caso Padilla. O poeta Herberto Padilla, neste ano, havia sofrido uma repressão da *Unión Nacional de Escritores y Artistas de Cuba* (UNEAC) que condenava seu livro *Fuera del juego* por discurso contrarrevolucionário. O caso culmina em 1971 com a prisão do poeta, e com parte dos intelectuais envolvidos com o processo cubano retirando seu apoio ao regime. O período entre 1971 e 1976 fica conhecido por *Quinquenio Gris*, uma fase na qual a historiografia ressalta o rígido controle sobre o campo cultural a partir das políticas governamentais.

revolucionárias, e estabeleceu a condenação dos que não mostravam alinhamento com as condutas esperadas pelo regime.³¹

A revista *Casa de las Américas* é um espaço privilegiado para observarmos toda essa dinâmica intelectual que descrevemos nos parágrafos anteriores. Sendo um dos principais periódicos da América Latina e envolvida diretamente com a Revolução Cubana, ajudou a constituir estes debates e discussões, bem como contribuiu para a conformação do discurso anti-intelectualista. Mais uma vez, a figura de José Martí surge para nós como um elemento que serve à revista para a construção de um discurso destinado a atuar no contexto da Revolução Cubana e na rede intelectual ligada a ela que estava dispersa por vários países da América Latina e do ocidente.

Para se tornar um modelo de conduta intelectual, Martí foi revestido pela revista por uma aura exemplar. Em um texto publicado em 1968, podemos observar Martí como um “revolucionário por convicção”, porque acreditava que o sistema só poderia ser mudado a partir da violência. Martí está descrito como “[...] un iluminado que rindió su vida en la guerra que él mismo había invocado y que absorbió sus energías hasta su muerte en Dos Ríos, el 19 de mayo de 1895”³². Assim, o sacrifício surge como fator constantemente associado ao autor que, segundo sua imagem construída pela revista, sempre pensou no bem coletivo antes de pensar em si: “Ninguna faceta de su vida, ningún aspecto de su obra, ninguna dirección de su espíritu escapan a ese destino rendido, gozosamente, con una dosis impar de sacrificio”³³. E, num texto de 1975, numa comparação entre José Martí e Ho Chi Minh, podemos ler: “Y decir revolucionarios es decir que fueron hombres de su tiempo, tan vinculados a sus pueblos que son su propia imagen; que se dieron prisa en conocer, denunciar y combatir”³⁴.

Neste trecho, podemos perceber como o revolucionário deveria estar ligado ao seu povo e ser um homem de seu tempo. Estes são dois argumentos que surgem no discurso anti-intelectualista para defender uma literatura que fizesse da revolução seu material criativo. Assim, vinculado ao mundo que o cerca, o escritor estaria cumprindo seu papel social de denúncia e combate em acordo às premissas revolucionárias. Esses argumentos mostram o entendimento de que a realidade circundante, a vida do escritor, é o que constitui seu referencial e, portanto,

³¹ GILMAN, Claudia. *Entre la pluma y el fusil: debates y dilemas del escritor revolucionario en América Latina*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2003. p. 57-231. Cabe ressaltar que o realismo socialista, tal como podemos ver configurado na arte soviética da primeira metade do século XX, nunca foi defendido como verdadeira expressão revolucionária no contexto da Revolução Cubana. Mas a busca por essa expressão envolveu, sim, a estética realista como fica exposto nesta obra de Claudia Gilman.

³² MALDONADO-DENIS, M. *El Martí de Martínez Estrada*, p. 167.

³³ SABOURÍN, J. Martí: literatura y política. *Casa de las Américas*, Havana, n. 54, p. 122, mai./jun. 1969.

³⁴ DEL DÍA, M. Ho Chi Minh y José Martí, revolucionarios anticolonialistas, p. 59.

vivendo em uma revolução é natural que sua expressão artística passe pelos temas revolucionários, sem que isso constitua propaganda política.

O excerto destacado também nos permite vislumbrar um uso da figura de Martí: ele constituiu exemplo do que seria o verdadeiro revolucionário. A revista construiu a partir de sua imagem uma definição de conduta revolucionária e, sendo Martí um poeta, um pensador, este modelo foi aplicado também, e principalmente, aos intelectuais. Neste texto de 1969, intitulado “Martí: literatura y política”, vemos sendo construída a relação do poeta do XIX com a arte e podemos perceber como já estava bem instituído este tipo de discurso na revista. É ressaltado durante todo o artigo que, para Martí, literatura significou, acima de tudo, responsabilidade. O autor também deixa claro que uma das virtudes de Martí foi a conjugação entre ato e discurso, entre vida e obra. Estes pares, que no fundo remetem ao par ação revolucionária/expressão artística, configuram um outro elemento do discurso anti-intelectualista que diz respeito a oposição construída entre o “homem de ação” e o “homem de letras”. Aqueles intelectuais que defendiam a liberdade artística estavam sendo vistos como apenas preocupados com a arte, o que lhes afastava da ação política e revolucionária. Assim, quando surge neste texto a argumentação de que para Martí “[...] literatura y política son [...] esferas que lejos de oponerse se influyen y condicionan entre sí, como manifestaciones de una realidad histórica en que se reconocen, a la vez, criaturas y creación”³⁵, podemos notar o teor quase didático deste discurso que pretendia mostrar como o intelectual pode ser revolucionário.

Uma radicalização deste discurso de reprovação ao literato e escritor que estariam preocupados apenas com a literatura, permite que surja na revista este tipo de ataque: “[...] en el momento culminante de su vida el revolucionario que hay en Martí eclipsa todo lo que hay en él de hombre de letras, de intelectual”³⁶. Essa frase é significativa do ambiente criado no campo político-cultural cubano: a supremacia da ação política e do compromisso revolucionário sobre as artes e as expressões culturais estava dada. A hostilidade aos intelectuais estava encarnada na figura do herói máximo cubano. Não seguir os passos de Martí era estar contra o modelo oficial revolucionário e, portanto, implicava atitude contrarrevolucionária.

Conclusão

A revista *Casa de las Américas* se mostrou um importante suporte de debates e discussões que permearam a história política e cultural da América Latina. Mais do que oferecer um espaço para estas discussões, pudemos perceber que ela participou dos debates tomando posições,

³⁵ SABOURÍN, J. Martí: literatura y política, p. 123.

³⁶ MALDONADO-DENIS, M. El Martí de Martínez Estrada, p. 169.

construindo e articulando discursos, defendendo seu projeto editorial e revolucionário. As ideias e noções impressas em suas páginas mostraram-se inseridas em uma rede intelectual, em um diálogo que superou fronteiras geográficas e aproximou intelectuais espalhados pela América Latina. Mais do que expressa, fica clara a importância dos periódicos e impressos para a constituição da história intelectual deste continente que figurou nos planos da Revolução Cubana com uma única identidade.

A figura de José Martí mostrou-se onipresente no projeto destes revolucionários. Sua importância como herói e símbolo nacional superou os monumentos e feriados comemorativos para atingir as páginas de uma publicação que representou a posição oficial do regime cubano. Através dele a revista criou um discurso identitário que unia América, África e Ásia, entendidas como vítimas do imperialismo. A revista, também, encontrou lá no século XIX as origens da Revolução Cubana, juntas ao herói e revolucionário autêntico. Martí tornou-se a base constitutiva de noções, argumentos e entendimentos que serviram para a conformação da face discursiva do processo revolucionário cubano iniciado em 1959. Sua vida e obra foram apropriadas e adequadas às propostas políticas de transformação empreendidas pelos cubanos. Pelo menos na *Casa de las Américas*, o herói reviveu e cumpriu um papel importante no combate intelectual travado entre o campo cultural e o político.

“La cuestión de la América latina”: Martín García Mérou e os impasses da produção intelectual no continente¹

Mauro Franco Neto

Graduando em História pela UFOP

franconeto.m@hotmail.com

RESUMO: No interior dos problemas levantados pelo recente aporte metodológico da “história cruzada” (*histoire croisée*), a noção de “intersecção” permite evidenciar que entidades ou objetos afetados pelo cruzamento não devem ser considerados por eles mesmos, mas sim em suas transformações ocorridas uma vez em contato com uma referência exterior. É sob essa premissa que este estudo toma como ponto de partida a obra *El Brasil intelectual*, do diplomata argentino Martín García Mérou, publicada em Buenos Aires no ano de 1900. O estudo objetiva avaliar em quais pontos a obra de García Mérou, à medida que se contrastava/cruzava a produção intelectual de Brasil e Argentina, se mostra reveladora de um campo conceitual que apela à cultura local como explicação última dos problemas políticos da região, em outras palavras, o que o autor chama de “la cuestión de la América latina”.

PALAVRAS-CHAVE: História intelectual, América Latina, História cruzada.

ABSTRACT: Within the problems raised by the recent methodological approach of the *histoire croisée* the idea of “intersection” allows to witness that entities or objects affected by the cross-over shouldn't be considered by themselves, but through the transformations occurred once in contact with an external reference. It is through this point of view that the following study based on *El Brasil intelectual*, by the argentinian diplomat Martín García Mérou, published in Buenos Aires in the year of 1900, takes place. The study aims to evaluate in which points the work of García Mérou, as they contrasted/crossed with the intellectual production of Brasil and Argentina, reveals a conceptual field that appeals to local culture as the ultimate explanation of the political problems pertaining to the region, in other words, what the author calls "la cuestión de la América Latina".

KEYWORDS: Intellectual history, Latin America, Crossed history.

Possibilitando um “ir além” do quadro epistemológico da historiografia nacional, as recentes abordagens metodológicas das “transferências culturais”, da *connected history* e da “história cruzada” são pontos de partida interessantes para o estudo de mecanismos de apropriação e recepção de valores e discursos estrangeiros. Segundo formulação de Helenice Rodrigues, a questão fundamental colocada por essas abordagens é “como proceder à análise das apropriações de ideias vindas de outros contextos culturais?”² Para ser mais preciso, utilizar o referencial da

¹ Agradeço a Mateus Pereira (UFOP) e a Gabriel Conselheiro Campos pelas leituras e sugestões a uma primeira versão desse texto. Apoio: CNPq.

² RODRIGUES, Helenice. Transferência de saberes: modalidades e possibilidades. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 53, p. 203-225, jul./dez. 2010.

“história cruzada”, tal como proposto por Werner e Zimmerman³, e juntamente a isso a noção de “intersecção”, permite evidenciar que entidades ou objetos afetados pelo cruzamento não devem ser consideradas por elas mesmas, mas sim em suas transformações ocorridas uma vez em contato com uma referência exterior.

É desse modo que se estabelece uma historicização da própria noção de “cultura” revelando o grau de permeabilidade da sua formação. Com isso, propõe-se neste texto tomar a obra *El Brasil Intelectual*, do escritor-viajante argentino Martín García Mérou como um “caso” revelador de uma dupla problemática: a da alteridade como postulado fundamental nas construções das culturas nacionais e que, por sua vez, são tomadas como explicações últimas dos problemas político-intelectuais latino-americanos.

Não se pode passar por cima, contudo, de prévios apontamentos a respeito da categoria “intelectual” que aqui se utiliza. Em uma análise desse conceito, Christophe Charle defende que este só pode ser entendido na diacronia das representações anteriores de figuras dominantes da cultura. Assim, a conquista de legitimidade do campo intelectual ocorreu de maneira gradual, passando pelo elitismo de certas figuras correspondentes a um campo intelectual fechado em si, até uma transformação do campo intelectual nas décadas finais do século XIX com a expansão das profissões intelectuais, um crescimento do público e uma contestação das hierarquias culturais mais antigas. Do homem de letras iluminista e do poeta romântico, passando pelos “*savants*” integrantes de disciplinas que cada vez mais se chamavam ciências, além mesmo de uma nova divisão do trabalho intelectual com a efervescência de modelos simbólicos, se visualizava um campo cada vez mais abrangente e integrador.⁴ Tese, em certa medida, similar à de Pierre Bourdieu na sua coleção de ensaios *Campo de poder, campo intelectual*. Tal possibilidade do intelectual ser localizado histórica e socialmente só se faz na medida em que este faz parte de um campo que o legitima, recorrendo a um código em comum com seus pares, temas e problemas da ordem do dia e formas de raciocinar e perceber.⁵

Na América Latina de fins século XIX, as condições de existência desse intelectual-mediador, como é aqui o caso de García Mérou, extrapolam uma categoria sócio-profissional, pois, em geral, estes se reúnem em instituições, periódicos e movimentos. De forma similar, também dependem dos debates com outros intelectuais, das impressões e edições e do trabalho da imprensa. Segundo Carlos Altamirano, o pressuposto básico assumido é que “a noção de

³ WERNER Michael; ZIMMERMANN Bénédicte. Pensar a história cruzada: entre empiria e reflexividade. *Textos de História*, vol. 11, n.1 e 2, p. 89-127, 2003.

⁴ CHARLE, Christophe. *Naissance des “intellectuels” (1880-1900)*. Paris: Éditions de Minuit, 1990.

⁵ BOURDIEU, Pierre. *Campo de poder, campo intelectual: itinerário de un concepto*. Buenos Aires: Montessoro, 2002.

intelectual tem uma história, uma história que se desenvolveu em diferentes contextos sociais, culturais e políticos, e a América Latina foi um deles”⁶.

O mesmo teórico, quando procura situar uma agenda de estudos para a história intelectual, prefere a utilização do termo “literatura das idéias” em detrimento de outros como “ensaio” ou “manifesto político”. Sendo os textos clássicos da produção político-intelectual latino-americana objetos fronteiros e confluentes do interesse de várias disciplinas, o uso de “literatura das idéias” cairia melhor como ferramenta de análise do que “pensamento latino-americano”, por exemplo, que renegaria aspectos formais de uma obra como metáforas, retóricas e ficções, indispensáveis à sua composição. O programa de estudo da história intelectual se mostra, dessa forma, claramente reforçado por uma abordagem que privilegia as estratégias discursivas dos agentes e as condições que tornaram possível a existência de uma obra em um determinado contexto.⁷

Estratégias de aproximação: a produção intelectual brasileira segundo García Mérou

Quando no ano de 1900 Martín García Mérou⁸ inicia sua obra *El Brasil Intelectual* agradecendo ao Tenente General Julio Argentino Roca – já no seu segundo mandato a frente da República Argentina – pelo estímulo concedido ao liberá-lo de suas funções oficiais no seu país de origem, logo o autor registra aquele que seria seu principal intuito na passagem pelo Brasil, isto é, estudar o país vizinho “não somente sob o aspecto político, econômico e comercial, mas também sob o aspecto intelectual”⁹. Tal objetivo vem a preencher a lacuna apontado pelo autor em relação ao desconhecimento da produção intelectual brasileira em território argentino.

79

⁶ ALTAMIRANO, Carlos (Dir.). *Historia de los intelectuales en América Latina*. Madrid/ Buenos Aires: Katz editores, 2008, p. 15. (Tradução do autor, assim como todos os outros textos traduzidos neste artigo. NR)

⁷ _____. Idéias para um programa de história intelectual. *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, São Paulo, n. 1, v. 19, Jun. 2007.

⁸ Martín García Mérou (1862 – 1905) iniciou sua carreira em 1877 “como corretor de provas no diário *La Nación*. Também colaborou no ‘*Él Álbum del Hogar*’, com Santiago Estrada no ‘*La América del Sud*’, e em outros meios periódicos. Em 1878 ganhou seu primeiro prêmio literário. Ingressou na carreira de direito, mas logo a abandonou. Contudo, a passagem pelo Colégio Nacional quando jovem, tal Diário e esta Faculdade foram suficientes para que na época Manuel Láinez o apadrinhasse para acompanhar Miguel Cané em um itinerário diplomático que começou pela Venezuela e Colômbia. Este escritor-diplomata o aproximou por sua vez a Pallegriani, a Vicente López, a Roque Sáenz Peña e um círculo que o incluiu no Partido Federal. Em 1884 realizou sua primeira estadia no Brasil como secretário da representação do Rio de Janeiro. Permanecendo pouco tempo em cada lugar, logo passou às embaixadas de Madrid e Paris até se tornar secretário do Presidente Roca entre 1885 e 1886. Nesse ano foi nomeado Ministro Plenipotenciário no Paraguai até 1891, quando o designaram Consul no Brasil”. In: SORÁ, Gustavo. *Traducir el Brasil: Una antropología de la circulación internacional de ideas*. Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2003, p. 80.

⁹ MÉROU, Martín García. *El Brasil Intelectual*. Buenos Aires: Editor Félix Lajouane, 1900, p. V.

As únicas obras que, incipientemente, levaram para a Argentina as primeiras impressões intelectuais do Brasil foram as de Juan Maria Gutierrez em comentário da *Confederação dos Tamoios*, de Gonçalves de Magalhães, alguns juízos de Ernesto Quesada, uma descrição da natureza fluminense de Groussac e as páginas da obra *Viajes* na qual Sarmiento descreve sua visita ao Brasil. Nesse contexto é que García Mérou fundamenta sua preocupação em fornecer aos argentinos maiores subsídios em relação aos publicistas do país vizinho.

Gustavo Sorá, em seus estudos sobre as publicações de obras brasileiras na Argentina do século XX, descreve as preocupações do diplomata aqui analisado sob a expressão “fórmula Mérou”. É através desta que segundo Sorá

[...] o Brasil emerge como referência de alteridade fundamental. Escreveu [Mérou] um esquema de interpretação que posteriormente foi cristalizado por muitos dos que, ao apresentar a real cultura brasileira no cenário cultural argentino, buscaram herdar a posição de ‘embaixador literário’.¹⁰

Uma maneira também coerente de visualizar o trabalho, e nesse caso as consequências da obra de García Mérou, é o aparato fornecido pelo “contextualismo lingüístico” na versão de John G. A. Pocock. O questionamento inicial de Mérou sobre o desconhecimento em solo argentino da produção intelectual brasileira traz a relevo a ainda incipiente tradição de mediação cultural entre os dois países naquele contexto de fim de século. Sendo assim, o que Pocock chama de emissão de “lances”, isto é, os “cortes” que um autor é capaz de sancionar dentro de uma linguagem constituída, podem ser visualizados através do exemplo merouniano renovando (iniciando?) um discurso que será muito retomado na Argentina do século XX sobre o que se produz no Brasil em matéria intelectual.¹¹ O que está em jogo, segundo o historiador inglês é observar um conjunto de convenções, de modos de enfrentar as questões perante uma comunidade de falantes de uma linguagem política. Restaria então rastrear os rearranjos dessa linguagem e assim se pode responder a pergunta fundamental: “o que o autor estava fazendo?”¹²

Sobre os dados editoriais, o livro surgiu como uma coleção de ensaios publicados na revista *La Biblioteca* dirigida por Paul Groussac e editada pela Biblioteca Nacional. *El Brasil Intelectual* só tomou seu formato final em 1900 quando a edição de Félix Lajouane, principal livreiro editor de Buenos Aires, colocou em circulação a obra de 470 páginas com 200 exemplares de luxo impressos em papel *vergé*. Entre as outras principais publicações de Mérou, atestadas no início dessa edição, podem ser observadas uma multiplicidade de temáticas abordadas: a obra

¹⁰ SORÁ, Gustavo. *Traducir el Brasil*, p. 85.

¹¹ Ver novamente o trabalho de Sorá sobre obras brasileiras publicadas na Argentina do século XX. SORÁ, Gustavo. *Traducir el Brasil*.

¹² POCOCK, John G. A. *Linguagens do ideário político*. Trad. Fábio Fernandes. São Paulo: Edusp, 2003.

com a qual estreou no cenário intelectual argentino, *Poesias* (Barcelona, Jacobsen ed, 1884), suas memórias de viagens em *Impresiones de Buenos Aires a Paris. Recuerdos de Venezuela y Recuerdos de Colombia* (Madrid, Murillo ed., 1884), trabalhos sobre *Livros y Autores* (Buenos Aires, F. Lajouane, 1886) seus *Estudios Literarios* (Madrid, Murillo ed., 1884), além dos *Estudios Americanos* (Buenos Aires, Félix Lajouane ed., 1900) e até mesmo uma *Historia de la Republica Argentina* (Angel Estrada y Cia. ed., 1899).

Tal amplitude de interesses de García Mérou se refletiu na narrativa composta em *El Brasil Intelectual*, sobretudo ao oferecer um quadro composto de literatos, políticos, periodistas, historiadores e escritores, num sentido mais amplo. Distribuiu os 39 capítulos que compõem a monumental obra entre autores como a tríade naturalista Sílvio Romero, José Veríssimo e Araripe Jr., debatedores do abolicionismo como Joaquim Nabuco e Ruy Barbosa, além dos notáveis Visconde Alfredo de Taunay e Tobias Barreto. A proximidade entre literatura e política e a consequente derivação que o autor tira dos dilemas enfrentados pelo campo intelectual e político comporiam aquilo que Mérou descreve como “la cuestión de la América Latina”. A estratégia utilizada pelo autor consiste na união de Brasil e Argentina em um mesmo campo discursivo, o dos obstáculos para uma produção intelectual latino-americana emancipada e, através do cruzamento de suas trajetórias, apontar soluções comuns para tal problema.

As semelhanças entre os dois países ainda que se revelem, segundo o autor, nas alianças político-militares traçadas ao longo do século XIX na qual “favoreceram o nascimento de outras nacionalidades”, podem ser mais claramente observadas no fato de terem “esvaziado no mesmo molde suas instituições políticas” e quando “se chocaram com os mesmos obstáculos ao levar a prática seus princípios liberais”¹³. Tais obstáculos, semelhantes no trajeto dos dois países, levam o autor a se questionar como tinha se mantido assim o Brasil distante “de nossas modalidades nacionais, de nossas virtudes nativas, do nosso estado de civilização e de cultura, da forma e da importância da nossa produção intelectual?”¹⁴. Para enfim chegar àquilo que será o centro de sua argumentação na obra: “temos uma cultura artística própria, algo que possa chamar-se uma literatura nacional, ou estamos em condições de tê-la”¹⁵?

Com essa pergunta fundamental que atravessa o continente Mérou retoma um argumento que aponta para a influência do meio físico como fator determinante na produção intelectual de uma região. Assim, os agentes apontados como capazes de amenizar essa ação

¹³ MÉROU, Martín García. *El Brasil Intelectual*, p.4.

¹⁴ _____. *El Brasil Intelectual*, p.4.

¹⁵ _____. *El Brasil Intelectual*, p.4.

eram, respectivamente, a facilidade do contato com povos do velho mundo, as correntes imigratórias e a influência de novas gentes para lidar com as forças da natureza tropical. Dentro dessas “condições de produção” é que derivava o “espírito de imitação que estraga a cultura intelectual daquela nação”¹⁶. Ainda assim, no Brasil “se sublevam contra esta submissão do espírito e clamam por uma ‘independência moral’, como complemento da independência política”¹⁷.

Mesmo com esse trunfo o Brasil se situa no meio do caminho para a independência desejada, pois: “Podem aspirar a ela nossos vizinhos e vangloriarem-se de possuir um ‘espírito brasileiro’, quando não têm, todavia uma nacionalidade formada e homogênea, e uma verdadeira etnografia moral”¹⁸?

É sob essa proposição que surge a primeira tese merouniana. O autor escolhe uma passagem do francês Joseph Texte, em obra publicada em fins do XIX sobre as origens do “cosmopolitismo literário francês”, para lançar o argumento de que tal cosmopolitismo não se explicaria por si só, mas somente através dos cruzamentos que sofreu com outras produções intelectuais como a alemã, inglesa e dos demais vizinhos. De tal modo, encerra: “o estudo de um ser vivente se compõe, em grande parte, do estudo das relações que o unem aos seres vizinhos. Do mesmo modo, não há literatura cuja história se encerre nos limites do seu país de origem”¹⁹. Além de estar justificando sua atuação no Brasil, defendendo o estreitamento dos vínculos com o seu vizinho mais proeminente, propõe uma solução possível para o dilema da originalidade da produção intelectual na América Latina, nesse caso, pensar soluções sob o olhar da alteridade para este problema que permearia o “fazer intelectual” nos dois países.

Não obstante, sua impressão da atuação desses publicistas no Brasil se revelava cada vez mais positiva, principalmente no que tange às circunstâncias existentes no país. Em uma perspectiva comparada dos dois países, diz Mérou:

A atividade intelectual daquela nação [Brasil] é superior, sem dúvida alguma, à que apresentam suas irmãs do continente. Ela pode mostrar com orgulho, no passado e no presente, um núcleo compacto de sábios, de escritores e de estadistas dignos de figurar em qualquer dos centros mais avançados do velho mundo. Uma instrução metódica e séria, em que predominaram os estudos clássicos, um gênero de vida mais reduzido que o nosso, menos subordinado aos atrativos do prazer e aos esplendores e o refinamento de um sibaritismo elegante, uma larga época de tranquilidade e de desenvolvimento pacífico, sob uma administração tranquila e de móveis elevados, - todas essas causas associadas à inteligência natural de seus homens, às tendências

¹⁶ MÉROU, Martín García. *El Brasil Intelectual*, p.7.

¹⁷ _____. *El Brasil Intelectual*, p.8.

¹⁸ _____. *El Brasil Intelectual*, p.8.

¹⁹ _____. *El Brasil Intelectual*, p.9.

artísticas da raça e às vantagens de um meio mais igual, mais interessado nas coisas do espírito, - propenderam a dar ao Brasil uma cultura literária mais sólida e original que a de outras nações sul-americanas.²⁰

A Argentina por sua vez sofria com as contendas políticas internas e com a tirania de líderes locais. O exemplo maior do grau de “ilustração” promovido pelo Brasil e o concomitante atraso argentino se revela para o autor na criação em 1838 do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Ali, “o cultor das letras, o investigador tranquilo e assíduo da história pátria, encontravam um centro propício e silencioso, em que unir seus esforços e colaborar na obra benéfica de sua civilização e de seu progresso material.” Nesse mesmo momento, na visão do autor “as sombras da ditadura tratavam de apagar todos os direitos da inteligência argentina”²¹. Mas não só. Para além do empecilho político visualizado em terras argentinas, o intelectual latino-americano tinha que se livrar daquilo que mais emperrava suas potencialidades, o afã pela imitação europeia. Essa é a principal crítica de Mérou a um dos pilares das letras brasileiras daquele momento, Sívio Romero.

Se Romero critica as presenças francesas nas obras dos intelectuais brasileiros, ele não abre mão da influência alemã que herdou de Tobias Barreto, e de tal forma para Mérou recai no mesmo dilema daqueles que sofrem com sua pena crítica: “influência por influência não parece que escapar de uma para enfeudar-se em outra é simplesmente mudar de amo”²²?. Queixa-se por ler em autores brasileiros aquilo que poderia ter sido lido nos próprios alemães citados, e não encontrar a tão procurada “originalidade” como observou em Veríssimo, Araripe, Ruy Barbosa e outros. É através também de um artigo de Antônio Herculano de Sousa Bandeira, publicado na *Revista Brasileira* que a crítica a Sívio Romero se intensifica, pois Mérou após lê-lo diz corroborar com o argumento o qual todo o afã filosófico de Romero se perde no seu ecletismo inconsciente, e principalmente nem mesmo deixa um plano de renovação da filosofia brasileira.

Chama a atenção na descrição de García Mérou a amplitude de espaços e formas de ação desses intelectuais na virada do século. Relembremos que na definição de Bourdieu a constituição de um campo intelectual se faz a partir de uma infinidade de relações sociais específicas, relações entre o editor e o autor, relações entre o autor e a crítica, relações entre os autores, e também com o público.²³ Sendo assim, as evidências trazidas por Mérou desses componentes que aglutinam intelectuais no Brasil são cada vez maiores. Dedicou também um capítulo do livro ao retrato da vida periodística daquele contexto.

²⁰ MÉROU, Martín García. *El Brasil Intelectual*, p. 18-19.

²¹ _____. *El Brasil Intelectual*, p. 20.

²² _____. *El Brasil Intelectual*, p. 49.

²³ Cf.: BOURDIEU, Pierre. *Campo de poder, campo intelectual*.

Ao contrário dos diários argentinos que segundo Mérou encarnam e representam ideais de grupos políticos, nos brasileiros “predomina por outro lado, o elemento nacional, mais suscetível de compreender as questões locais e palpitar com a alma popular”²⁴. Entre os mencionados estão a *Gazeta de Notícias*, o *Jornal do Brasil* dirigido por Fernando Mendes de Almeida, *O Paiz* que trouxe ao público Quintino Bocaiuva, além também do *Jornal do Commercio*. No campo literário aquele citado em diversas passagens é a *Revista Brasileira*, nesse momento dirigida por José Veríssimo e que conglomerava os grandes debates intelectuais do período. Essa rica vivência cultural se vivia também nas discussões em torno da presença do positivismo no país, tal como na contenda Veríssimo/Romero. Enquanto o autor de *Doutrina contra Doutrina* resistia às postulações de Comte naquele momento triunfante nos homens do Estado brasileiro, José Veríssimo não via com bons olhos o afã crítico de Romero a Comte quando na verdade o que este faz é simplesmente substituí-lo por Spencer. A impressão de Mérou em relação a toda essa efervescência de ideais representa um desapontamento com sua Argentina, enquanto no Brasil uma obra como a de Romero “é ao mesmo tempo um timbre de honra para sua pátria, ao mostrar a seriedade e a competência com que no Brasil se discutem e se esmiúçam as mais árduas questões que preocupam o pensamento contemporâneo”²⁵.

Um campo intelectual preocupado, sobretudo, com os aspectos políticos que o cercam e, conseqüentemente, atento às barreiras enfrentadas pelas instituições dessa mesma natureza na América Latina. É assim que Mérou descreve os estudos de Assis Brasil sobre a democracia representativa, pois “A brilhante monografia [...] examina sucessivamente os fundamentos do voto, seus defeitos e sua utilidade; a competência do povo para influir no seu próprio destino”²⁶. Mas isso tudo sem ignorar os “obstáculos que apresenta a situação atual da sua pátria, como a do resto da América, para fazer uma realidade de instituições que requerem um alto grau de desenvolvimento intelectual e uma preparação especial no povo que as adota”²⁷. A recorrência dos ditos “obstáculos” no texto de Mérou é finalmente precisada quando afirma serem as oposições às teses de Assis Brasil derivadas da “ferocidade tão comum do cacicado político e que seria essa oposição de vistas que caracteriza os caudilhos de aldeia, tão influentes e funestos em sociedades como as nossas”²⁸. O experimento republicano latino-americano se apresenta naquele momento para Mérou repleto de mal-entendidos.

²⁴ MÉROU, Martín García. *El Brasil Intelectual*, p.416.

²⁵ _____. *El Brasil Intelectual*, p.96.

²⁶ _____. *El Brasil Intelectual*, p.187.

²⁷ _____. *El Brasil Intelectual*, p.190.

²⁸ _____. *El Brasil Intelectual*, p.190.

Inclusive no Brasil onde o cruzamento das experiências políticas com a Argentina permitiram ao autor tecer críticas à forma pela qual o vizinho de língua portuguesa se organizava na então recente República:

As novas instituições foram implantadas sem dificuldade, impostas pela vontade do Exército e da Armada e aclamadas ou suportadas sem um leve surto de resistência pela imensa maioria da nação. Como se explica então a reação produzida pouco tempo mais tarde e as agitações incessantes de que, durante os anos de sua vida nova, o Brasil foi teatro? Em todas as seções do nosso continente, essas agitações precederam geralmente à época da organização definitiva do país.²⁹

As teorias abstratas de governo elaboradas por Assis Brasil são para Mérou um desvio de foco daqueles que seriam problemas elementares da vida política no Brasil e que, se almeja descobri-los, é necessário:

descender até a raiz histórica do povo brasileiro e examinar a raça, o meio em que ela se desenvolveu, os caracteres sociológicos e morais que o distinguem, sua falta de educação para a vida democrática, todo este vasto conjunto de elementos que é necessário ter em conta para definir e compreender uma situação dada em um período de transição e em uma nação despojada de caracteres próprios definitivos.³⁰

Em uma ajuda mútua, enquanto as instituições republicanas argentinas, debatidas antes mesmo da sua instalação, podem, mesmo com todas as deficiências e instabilidades apontadas pelo autor, fornecer ao Brasil formas de gerir o novo governo, pode o Brasil subsidiar através de exemplos o crescimento intelectual argentino.

O tema da subserviência político-intelectual latino-americana, do descompasso entre seus sistemas institucionais e a realidade social, entre o mundo das ideias e a cultura local, é aqui abordado não para chamar a atenção para seu caráter mitológico ou real, mas tomando por minhas as palavras do historiador argentino Elías José Palti, para averiguar em que ponto estas “têm repercussões concretas na realidade, condicionando o agir dos atores”³¹. É o que se nota quando García Mérou toma da autoridade do discurso de diplomata para afirmar que

a verdade deplorável e que todos ocultamos por um sentimento talvez nobre de orgulho nacional, é que no fundo da maior parte das contendas políticas sul-americanas não se debatem questões de princípios, sim lutas de paixões e de apetites vergonhosos.³²

Contudo, nem por isso deixa o autor argentino de buscar formas de sanar tal dilema político-intelectual que corta o continente. É na apresentação que este faz de Joaquim Nabuco e da sua obra *Balmaceda* que se visualiza isso mais claramente. Utilizando-se das críticas

²⁹ MÉROU, Martín García. *El Brasil Intelectual*, p.198.

³⁰ _____. *El Brasil Intelectual*, p. 201.

³¹ PALTÍ, Elías José (Org.). *Mito y realidad de la “cultura política latinoamericana”*: debates em IberoIdeas. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2010, p. 15.

³² MÉROU, Martín García. *El Brasil Intelectual*, p. 202.

monarquistas feitas no início da República no Brasil, Nabuco se valeu da crise política enfrentada pelo governo de José Manuel Balmaceda no Chile, para comparar as situações de cada país e defender a superioridade do governo monárquico sobre aquele então instalado no Brasil.

A República, ainda com seus impasses, era uma forma de governo vista como mais adequada do que a Monarquia que trazia à memória os tempos coloniais, como se pode ler nas associações que Meróu faz do monarquista Nabuco como um escritor de “antigo regime”, defensor da ordem e da lei propiciadas pela Monarquia. É sob esse viés republicano que Mérou rebate a tese de Nabuco sobre a incapacidade de todos os governos do continente, com exceção do Chile, em se organizarem na estrutura republicana. Segundo ele, o próprio Chile é “governado invariavelmente até hoje por uma oligarquia aristocrática”³³. A fase do total “estado de desgoverno” já estaria em momentos finais e retoma Juan Baptista Alberdi, Mitre, Lopez, Avellaneda e outros intelectuais argentinos como fornecedores das melhores explicações sobre o que estava em jogo. Diz:

‘La cuestión de la América latina’ deve ser considerada desde três pontos de vista diferentes, porém harmônicos: os antecedentes históricos da nossa vida política e administrativa, os caracteres étnicos dos grupos das populações latino-americanas, as condições sociais de nosso continente na época da independência e posteriores à nossa emancipação.³⁴

A expressão “cuestión de la América Latina” traz então a relevo um ideal de unidade que coloca lado a lado história, condições políticas, caracteres étnicos e condições sociais, que sintetizados e removidos da sua obscuridade seriam capazes de revelar um significado oculto, as razões pelas quais a emancipação intelectual não se faz sentir. É com esse recurso discursivo que segue o autor afirmando que nada mais contrário aos antecedentes e costumes do continente que o sistema republicano, no entanto é o que há a disposição e assim, é através deste “ideal ao que marchamos em meio a tropeços e desfalecimentos de uma evolução difícil e perigosa”³⁵.

Ao fim, a conclusão: “la cuestión de la América latina fica assim reduzida a um problema de educação”³⁶. Não seria possível pensar a emancipação do intelectual latino-americano e mesmo de suas instituições políticas sem antes solucionar problemas que permeariam todos os “tipos” que compunham o continente:

A educação das massas, a transformação do índio analfabeto, do negro liberto ou descendente de escravo, do gaúcho, do roto, do charro, a transformação do elemento

³³ MÉROU, Martín García. *El Brasil Intelectual*, p. 285.

³⁴ _____. *El Brasil Intelectual*, p. 291

³⁵ _____. *El Brasil Intelectual*, p. 294.

³⁶ _____. *El Brasil Intelectual*, p. 295.

crioulo e a amalgamação do elemento estrangeiro por meio da escola, - é aqui a velha e única solução que tem 'la cuestión de la América latina'.³⁷

Após descrever a conjuntura da produção intelectual brasileira naquele momento, passando pelas contendas literárias, o debate político, as atuações em periódicos, além de outros temas e autores rapidamente citados, García Mérou não poderia terminar sua obra senão tecendo um profundo elogio da contribuição da nação vizinha para a emancipação intelectual do continente. Para estreitar os vínculos com o país onde atuou como diplomata, enfatiza Mérou:

[...] quis apresentar aos meus compatriotas alguns dos aspectos da vida literária brasileira. Os nomes e as obras que desfilam nessas páginas, não são senão uma parte mínima de todas as que poderiam figurar em elas com honra, porém bastaram para apreciar quão alto é o grau da cultura do Brasil e quão digna é sua produção de ser analisada e conhecida por todos os que rendem culto ao espírito[...].³⁸

Considerações finais

O Brasil aparece dessa forma como um contraste ideal para a proposta de análise merouniana. A relação entre as duas nações assume uma via de mão dupla, na qual o universo intelectual brasileiro emerge como modelo no continente e a experiência republicana argentina, que já contava com sete décadas, coloca-se como provedora em lições de administração à república recém instalada no Brasil. Em *El Brasil Intelectual*, revela-se mais uma vez que o estudo de “mediadores culturais”, sejam eles indivíduos ou grupos, que ganharam espaço no campo dos estudos culturais recentes, tornou possível abordar processos de rompimento de fronteiras e cruzamentos culturais que desde o século XIX se cristalizaram na atuação de intelectuais, livreiros, editores, viajantes, entre outros.

Uma história intelectual conforme aqui executada buscou colocar em dúvida a consolidação das historiografias unicamente nacionais. Assim, ainda que pareça banal afirmar que as interpretações possuem dimensões políticas e não são um empreendimento hermenêutico autônomo, segue-se aqui a linha de Dominick La Capra, reforçando que “a interpretação é uma forma de intervenção política que introduz o historiador em um processo crítico que relaciona passado, presente e futuro através de modos complexos de interação que entranham tanto continuidade como descontinuidades”³⁹. A escolha aqui feita assume, dessa forma, que é pelo estudo das trocas que se produz uma abordagem mais rica da cultura de recepção e consequentemente que se questiona a lógica de reflexão de uma história das ideias tradicional,

³⁷ MÉROU, Martín García. *El Brasil Intelectual*, p. 299.

³⁸ _____. *El Brasil Intelectual*, p. 453.

³⁹ LA CAPRA, Dominick. “Repensar la historia intelectual y leer textos.” IN: PALTI, Elias José. “Giro Lingüístico” e *historia intelectual*. Buenos Aires: Universidade Nacional de Quilmes, 1998, p. 284.

que afirma a existência de “distorções” do pensar na transposição de ideias em um espaço distinto daquele da sua suposta origem.

Espera-se assim, através da escolha inicial do aporte metodológico da história cruzada para o estudo deste caso, ter contribuído para a complexificação da própria percepção que associa problemática da produção intelectual latino-americana às formas culturais nela presentes. É ao transformar essa mesma percepção em objeto de estudo que se desvenda os fundamentos epistemológicos sob os quais está pautada e como ela se constituiu conceitualmente num momento que não interessava para um autor como García Mérou responder apenas quem é a Argentina ou a América Latina enquanto espectro de identidade, mas porque não eram de uma determinada maneira uma vez vistas sob o ângulo da alteridade.

Recebido: 15/05/2012
Aprovado: 19/07/2012

Reflexões sobre o marxismo na América Latina nos anos 1920: José Carlos Mariátegui, Haya de la Torre e Julio Antonio Mella

Raphael Coelho Neto

Pós-graduando em História e Culturas Políticas pela UFMG

raphaelcneto@yahoo.com.br

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo fazer um breve estudo acerca do pensamento revolucionário de José Carlos Mariátegui, Victor Raúl Haya de la Torre e Julio Antonio Mella. Na década de 1920, os três intelectuais latino-americanos, tendo como base, em maior ou menor grau, o pensamento marxista, forjaram suas teorias voltadas para uma maior soberania e desenvolvimento da América Latina, em face da atuação das oligarquias locais junto aos interesses imperialistas das potências capitalistas, sobretudo dos Estados Unidos. Entretanto, eles discordaram em relação à formação das alianças políticas e quanto ao caráter da revolução pretendida. Uma análise comparativa das formulações teóricas dos intelectuais em questão será o foco deste texto.

PALAVRAS-CHAVE: América Latina, Marxismo, Intelectuais.

ABSTRACT: This essay is a brief study on the revolutionary thought of José Carlos Mariátegui, Victor Raúl Haya de la Torre and Julio Antonio Mella. In the 1920s, these three Latin American intellectuals, basing their work, in varying degrees of influence, on Marxist thought, created theories focused on providing a greater sovereignty and development for Latin America. This focus was a response to the action of the local oligarchies, which followed the imperialist interests of the capitalist powers, especially the United States. However, they disagree concerning the creation of political alliances and in relation to the character of the intended revolution. This essay aims to compare and to analyse the theoretical formulations of these intellectuals.

KEYWORDS: Latin America, Marxism, Intellectuals.

Introdução

Durante a década de 1920, a América Latina conviveu com intensas discussões e debates no campo das esquerdas acerca de “projetos” político-econômicos que poderiam ser implantados em seus países, aproximadamente um século após a independência de grande parte deles. Como representativo desse processo efervescente de debates entre as esquerdas, destacamos três intelectuais e as aproximações e divergências que tiveram concernentes ao processo de revolução e libertação nacional latino-americano: José Carlos Mariátegui (1894-1930), Victor Raúl Haya de la Torre (1895-1979) e Julio Antonio Mella (1903-1929). A ênfase dar-se-á na concepção do marxismo pelos três pensadores, bem como na discordância entre eles quanto à composição de uma frente popular revolucionária.

A escolha por estes três pensadores se deu em virtude do debate teórico que travaram acerca do modelo de mudança estrutural que propuseram para a América Latina, ou, de maneira mais específica, para os seus países – Peru, de Haya de la Torre e de Mariátegui; Cuba, onde Mella nasceu e atuou politicamente; e o México, país no qual o cubano teve grande participação na militância comunista e onde Haya criou as bases para propagação de suas ideias. Consideramos que as discussões teóricas nas quais os três se envolveram possuíam caráter militante e político, de proposições efetivas para modificações socioeconômicas na América Latina por parte dos atores políticos envolvidos.

Acreditamos que suas ideias têm sido pouco estudadas de maneira comparativa no Brasil. Embora o embate intelectual envolvendo Haya de la Torre e José Carlos Mariátegui tenha tido maior notoriedade entre os estudiosos brasileiros, as elaborações teóricas do jovem Mella e suas aproximações e discordâncias com os dois peruanos foram pouco debatidas no país. Luís Bernardo Pericás¹, Bernardo Ricupero² e Michael Löwy³ se destacam nestes estudos no Brasil. Todavia, a maior parte das produções acadêmicas sobre estes três intelectuais advém dos nossos países vizinhos, sobretudo através dos trabalhos dos argentinos Juan Carlos Portantiero⁴, Patricia Funes⁵ e José Aricó⁶ e, especificamente sobre Julio Antonio Mella, destacamos as publicações de Caridad Massón Sena⁷ e Jaime Tamayo.⁸

Desta forma, estudar esses três intelectuais de destaque dentro da história do pensamento político latino-americano, ainda que de maneira exploratória, torna-se tarefa premente deste artigo. Pretendemos despertar o interesse pela temática do pensamento revolucionário no subcontinente,

¹ PERICÁS, Luiz Bernardo. *Do sonho às coisas: retratos subversivos*. São Paulo: Boitempo, 2005.

² RICUPERO, Bernardo. Existe um pensamento marxista latino-americano? In: PERICÁS, Luis B.; BARSOTTI, Paulo. *América Latina: história, idéias e revolução*. São Paulo: Xamã, 1999, p. 55-76.

³ LÖWY, Michael. *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

⁴ PORTANTIERO, Juan Carlos. *Estudiantes y política en América Latina: el proceso de la reforma universitaria (1918-1938)*. México: Siglo Veintiuno, 1978.

⁵ FUNES, Patricia. *Salvar la nación: intelectuales, cultura y política en los años veinte latinoamericanos*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2006.

⁶ ARICÓ, José. *Mariátegui y los orígenes del marxismo latino americano*. México: Siglo Veintiuno Editores, 1978; _____. O marxismo latino-americano nos anos da Terceira Internacional. In: HOBBSAWM, Eric J. (Org). *História do marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 419-459. v. 8.

⁷ MASSÓN SENA, Caridad. Imágenes y reflexiones de Julio Antonio Mella. *Regiones, suplemento de antropología...*, n. 43, oct./dic. 2010.

⁸ TAMAYO, Jaime. Julio Antonio Mella y el marxismo en el movimiento obrero jalisciense. In: PONENCIA PRESENTADA EN EL XI CONGRESO INTERAMERICANO DE FILOSOFIA. Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Guadalajara, 1985.

acreditando no aprofundamento dos estudos referentes a estes ou demais intelectuais que buscaram empreender transformações sociais e autonomia nacional, em um período, década de 1920, de grande ingerência internacional nos países da América Latina, principalmente por parte dos Estados Unidos.

Torna-se relevante, de antemão, estabelecermos uma breve caracterização a respeito da América Latina, principalmente do processo histórico de consolidação de seus Estados e sociedade. De acordo com o sociólogo José Aricó, os países que a compõem possuem pontos em comum, principalmente, no que se refere às suas evoluções históricas, e que, em função disso, justificar-se-ia, em parte, o tratamento desse bloco de países em torno do conceito ou denominação *América Latina*. Assim se referiu o mencionado autor:

O caráter assumido pela colonização europeia e, em seguida, pela guerra de independência, a marca decisiva que as estruturas coloniais deixaram como herança para as repúblicas latino-americanas, sem que estas [...] tenham conseguido superá-la inteiramente; o fenômeno comum da inclusão maciça num mercado mundial, que as pôs numa situação de dependência econômica e financeira em relação às economias capitalistas dos países centrais; o papel excepcional desempenhado em nossos países pelos intelectuais enquanto portadores e organizadores de uma problemática ideológica e cultural comum; as lutas que as classes populares, com toda a carga de ambiguidade e diferenciações, empreenderam para conquistar um espaço “nacional” e “continental” próprio, uma independência nacional real e efetiva – tudo isto são elementos que contribuem para indicar a presença de uma matriz única.⁹

Destacamos, dessa forma, apoiando-nos na ideia supracitada de José Aricó, que os países da América Latina, embora guardem particularidades geográficas, históricas e culturais, possuem, todavia, características muito similares no que tange à formação social e à construção dos seus Estados. Embora pudéssemos nos referir a várias “Américas Latinas”, optamos por abordá-la enquanto unidade, observando mais seus pontos em comum, sobretudo quanto aos problemas sociais e econômicos. Essa escolha se deu muito em função dos próprios intelectuais estudados, que discutiam os problemas de ordem política, econômica e social da América Latina e que, embora seus pensamentos estivessem voltados para a realidade local, especialmente no caso de Mariátegui, não deixavam de cogitar a revolução para todo o subcontinente, especialmente Haya de la Torre e Mella.

De acordo com Alain Rouquié,

Se a existência de uma América Latina é problemática, se a diversidade das sociedades se impõe, [...] não deixa de ser verdade que uma relativa unidade de destino, mais sofrida que

⁹ ARICÓ, José. O marxismo latino-americano nos anos da Terceira Internacional, p. 420.

escolhida, aproxima as “repúblicas irmãs”. Ela é legível nas grandes fases da história, perceptível na identidade dos problemas e das situações que enfrentam.¹⁰

O que Rouquié e Aricó defendem é que a influência profunda de 300 anos de colonização marcou as configurações e desenvolvimento sociais e econômicos dos Estados da América portuguesa e espanhola, influenciando na maneira como essas sociedades se integraram ao mercado e às relações internacionais. Esses países estiveram, nos anos 1920, em vias de desenvolvimento, com boa parte de suas economias voltadas para a produção e exportação de produtos primários, e marcados, sobretudo, por três aspectos fundamentais, de acordo com Rouquié: concentração da propriedade da terra; industrialização incipiente, tardia e de pouca autonomia em relação às economias centrais; e amplitude dos contrastes regionais, opondo um centro opulento a periferias miseráveis.¹¹ Foram essas características, ligadas à divisão internacional do trabalho, mais a atuação das oligarquias e elites locais em consonância com o processo de dependência econômica e ingerência política e cultural por parte das principais economias ocidentais, que incitaram a vociferação questionadora de pensadores latino-americanos.

Devemos, ainda, destacar neste artigo o que entendemos por *intelectuais*, tendo como suporte para a construção deste conceito os estudos de Patricia Funes e de Jean-François Sirinelli. Situada no cruzamento dos campos biográfico e político, a história dos intelectuais tornou-se um campo histórico autônomo e de grande interesse por parte dos historiadores a partir da segunda metade da década de 1970.¹² De acordo com Sirinelli, o termo *intelectual* traz em si duas acepções de natureza sociocultural, sendo uma mais ampla, marcada pela noção de “mediador” cultural, abrangendo escritores, jornalistas, professores secundários, eruditos etc., e outra mais restrita, amparada na noção de engajamento na vida social.¹³ Já Patricia Funes explica que os intelectuais são figuras dotadas de competência cognitiva, capacidade de criação e difusão de ideias, possuindo um discurso crítico-reflexivo. Adotam, em geral, posições beligerantes, tornando-se antagonistas ou

¹⁰ ROUQUIÉ, Alain. *O Extremo-Occidente*: introdução à América Latina. São Paulo: EDUSP, 1991, p. 26.

¹¹ _____. *O Extremo-Occidente*: introdução à América Latina, p. 28-9.

¹² SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma História Política*. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003, p. 232-7. O artigo de Sirinelli é voltado para os intelectuais franceses. Ao referir-se ao crescimento do interesse pela história dos intelectuais por parte dos historiadores, ele embasa sua argumentação a partir da observação do contexto acadêmico de seu país. Lembremos, apenas, que o renovado interesse pelas temáticas referentes ao político na França e, por conseguinte, aos intelectuais, repercutiu na historiografia latino-americana e, em especial, na brasileira. Para maiores informações sobre o retorno da temática política na historiografia, ver artigo de René Rémond, neste mesmo livro, p. 441-450.

¹³ _____. Os Intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma História Política*, p. 242-3.

colaboradores do poder político vigente.¹⁴ Para ambos os autores, a condição de intelectual deve ser reconhecida e legitimada pela sociedade. Acreditamos que os intelectuais objetos deste estudo foram mediadores culturais, produtores e transmissores de ideias, engajados na vida social da América Latina, detentores de posicionamento político e grande capacidade interpretativa da realidade na qual viveram.

Segundo Funes, a geração de 1920 empunhou a bandeira da intervenção social, dialogando com o operariado, as massas, o exército, os indígenas, em nome da nação, da revolução ou de ambas.¹⁵ A crítica social, a polêmica e a ironia fizeram parte das argumentações muitas vezes passionais destes intelectuais latino-americanos.

Promover a revolução e superar a ordem oligárquica e de exclusão social tornava-se questão premente para o pensamento intelectual e político da década. Nos três autores estudados, a concepção de *revolução* aparece como uma superação do *status quo*, mudança de regime político, social e econômico na qual se imponham profundas transformações de ideias e valores, possibilitando a participação efetiva de novos grupos sociais nas políticas de Estado. Negros, índios, camponeses, trabalhadores urbanos foram incorporados à discussão do nacional em uma demonstração evidente de ruptura com a ordem oligárquica e toda exclusão social, política, econômica e étnica que ela provocava.¹⁶ Todavia, no caso dos intelectuais ora estudados, diferiam quanto à composição da frente revolucionária e o caráter da revolução: socialista para Mariátegui e Mella; nacional-estatista, no caso de Haya de la Torre.

A ideia de *libertar a nação* também estava associada a isso, a uma modificação estrutural que possibilitasse autonomia, autodeterminação, soberania e independência econômica em relação aos países do ocidente europeu e, sobretudo, aos Estados Unidos, país que expandia sua economia e sua influência cultural e política sobre os vizinhos latino-americanos. “*Para algunos, la revolución es un camino para completar, construir o ensachar la nación*”¹⁷. Na década de 1920, um nacionalismo revolucionário, diretamente ligado ao anti-imperialismo, com influências do ideário marxista-leninista, permeou intensamente o pensamento político-social latino-americano, marcando as reflexões sobre o nacional, delimitando as fronteiras culturais e econômicas da América Latina frente ao outro, ao externo,

¹⁴ FUNES, Patricia. *Salvar la nación: intelectuales, cultura y política en los años veinte latinoamericanos*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2006, p. 43.

¹⁵ _____. *Salvar la nación...*, p. 15.

¹⁶ _____. *Salvar la nación...*, p. 18.

¹⁷ _____. *Salvar la nación...*, p. 369.

contra a dominação estrangeira. É precisamente a partir dessas questões que analisaremos os intelectuais Mariátegui, Haya e Mella.

O marxismo por Julio Antonio Mella, Haya de la Torre e José Carlos Mariátegui

Nas palavras de Michael Löwy, o cubano Julio Antonio Mella foi

o primeiro e mais brilhante exemplo de uma figura frequentemente encontrada na história social da América Latina: o estudante ou jovem intelectual revolucionário, o espírito anticapitalista romântico, que encontr[ou] no marxismo uma resposta para a paixão pela justiça social.¹⁸

Tratou-se de um dos marxistas pioneiros na análise do fenômeno da dominação imperialista sobre os países da América Latina, sua relação com as ditaduras locais e a estratégia necessária ao movimento operário na tentativa de resolução da condição de dependência latino-americana.

Antonio Mella foi líder estudantil em Cuba, durante o processo de reforma universitária ocorrido neste país.¹⁹ Participou da criação do Partido Comunista Cubano, em 1925, tendo sido eleito membro do seu comitê central. Teve uma vida política ativa também no México, a partir de 1926, quando foi exilado pelo ditador cubano Gerardo Machado (1925-1933). Neste país, participou da ocupação de vários conventos quando o presidente Plutarco Elias Calles (1924-1928) empreendeu uma ofensiva contra as grandes propriedades de terra da Igreja Católica; ajudou a fundar a *Liga Nacional Campesina*, vinculada ao Partido Comunista Mexicano; representou este mesmo partido no *Congresso Mundial contra o Imperialismo e a Opressão Colonial*, em Bruxelas, no ano de 1927; foi um dos líderes do movimento operário de Jalisco, um dos estados do México.

A *Confederación de Agrupaciones Obreras de Jalisco* (1926) foi organizada a partir de um processo unitário alternativo ao colaboracionismo e corrupção da *Confederación Regional Obrera de México* (CROM) e ao anarcosindicalismo da *Confederación General de Trabajo* (CGT), estabelecendo um projeto comunista de sindicalismo, abarcando o grosso do proletariado industrial.²⁰ Julio Antonio Mella foi, em grande medida, o ideólogo e criador da política sindical que resultou na central jalisciense. Os comunistas do estado de Jalisco elaboraram uma política de trabalho sindical que implicava em permanente atenção às bases, aos quadros dirigentes e aos trabalhadores industriais e sua organização em sindicatos por ramo. Tal política sindical comunista ia além, ao organizar festas político-culturais,

¹⁸ LÖWY, Michael. *O marxismo na América Latina...*, p. 15.

¹⁹ PORTANTIERO, Juan Carlos. *Estudiantes y política en América Latina...*, p. 118.

²⁰ TAMAYO, Jaime. Julio Antonio Mella y el marxismo en el movimiento obrero jalisciense, p. 64.

teatros, edição de periódicos e panfletos, criação de centros revolucionários de mulheres, buscando solidificar nessa organização trabalhista uma cultura política socialista.

Por todo seu envolvimento com o movimento operário e por ter em mente a revolução a partir da tomada dos meios de produção e do poder político pelo operariado (a revolução proletária), José Aricó classificou Mella como marxista ortodoxo ligado aos preceitos soviéticos.²¹ Diferentemente, Löwy o considerou integrado à cultura e à tradição revolucionária cubana, o que lhe teria permitido desenvolver um pensamento dialético no qual a teoria marxista-leninista adequava-se a realidade da América Latina e de Cuba. Concebe-o, portanto, como portador de um pensamento independente, verdadeiramente revolucionário, mas, obviamente, com influências teóricas internacionais.²² Jaime Tamayo, mesmo que suas ideias não se oponham as de Löwy, ameniza o ponto de vista deste autor, ao destacar em Mella seu objetivo em encontrar as vias próprias para a revolução na América Latina a partir de suas condições específicas, apesar de considerar a experiência da classe trabalhadora europeia uma experiência internacional, sendo seus problemas e necessidades semelhantes em cada país.²³ Caridad Massón Sena segue perspectiva semelhante, afirmando que Julio Antonio Mella considerava os traços, a atuação e as consequências do imperialismo comuns a todos os países, e que a aplicação dos princípios de luta deveria diferir em detalhes, de acordo com as circunstâncias concretas de cada país.²⁴ Assim, nas palavras do próprio Mella:

No pretendemos implantar en nuestro medio copias serviles de revoluciones hechas por otros hombres en otros climas, en algunos puntos no comprendemos ciertas transformaciones, en otros nuestro pensamiento es más avanzado pero seríamos ciegos si negásemos es paso de avance dado por el hombre en el camino de su liberación.²⁵

Ressaltamos, então, que, embora Mella tivesse reservas em simplesmente importar modelos teóricos e *práxis* europeus, considerando os problemas e realidade locais, julgava, contudo, que as causas para a revolução eram similares, como a opressão e submissão ao capital por parte dos trabalhadores e que, desta maneira, a luta pelo socialismo deveria ser internacional. Considerava os exemplos de outras revoluções importantes para a América Latina, especialmente o exemplo russo de

²¹ ARICÓ, José. O marxismo latino-americano nos anos da Terceira Internacional. In: HOBBSAWM, Eric J. (Org). *História do marxismo...*, p. 446-7.

²² LÖWY, Michael. *O marxismo na América Latina...*, p. 17. Mella considerava-se herdeiro da mensagem revolucionária e anti-imperialista de José Martí (1853-1895), principal líder da luta pela independência de Cuba em relação à Espanha e opositor da intervenção norte-americana nas questões cubanas.

²³ TAMAYO, Jaime. Julio Antonio Mella y el marxismo en el movimiento obrero jalisciense, p. 58.

²⁴ MASSÓN SENA, Caridad. Imágenes y reflexiones de Julio Antonio Mella. *Regiones, suplemento de antropología...*, n. 43, p. 14, oct./dic. 2010.

²⁵ MELLA *apud* TAMAYO, Jaime. Julio Antonio Mella y el marxismo en el movimiento obrero jalisciense, p. 58.

1917. Possuía uma perspectiva de revolução amparada nos preceitos leninistas, com uma visão mais ortodoxa e classista do processo revolucionário, com vias a se atingir o socialismo por intermédio dos trabalhadores, como nos mostra Massón Sena, ao afirmar que, para Mella,

[...] la socialización se debía hacer por fases: una primera rápida, inmediata, insurreccional, que tomara la posesión de los medios fundamentales de producción, y otra más larga e difícil, con el objetivo de atraer a esas clases [clase média] poco a poco.²⁶

Julio Antonio Mella concebía que a libertação nacional resultaria de uma revolução operária e considerava que a hegemonia do proletariado pudesse se concretizar na América Latina, tal qual na Europa, sob a liderança do partido comunista. Delegava, então, ao partido, a potencialidade teórica e prática para a realização da libertação nacional e transformação social, o que, para nós, tornava-se insuficiente, dado o forte vínculo dos partidos comunistas, em geral, aos preceitos revolucionários soviéticos da *Terceira Internacional*, concebidos mais a partir do conhecimento das realidades russa e chinesa do início do século XX do que da América Latina.

Também no Peru dos anos 1920, no contexto da ditadura de Augusto Leguía (1919 - 1930) e preponderância das oligarquias, as discussões sobre os projetos de transformação social estiveram na ordem do dia entre as esquerdas. Durante esta década, Leguía perseguiu, prendeu e levou ao exílio muitos de seus opositores políticos – estudantes, operários, políticos, intelectuais - dentre eles Victor Raúl Haya de la Torre e José Carlos Mariátegui. Este teria sido exilado, de 1919 a 1923, de maneira disfarçada, já que recebeu do Estado, mediante financiamento governamental, proposta para viajar à Europa para servir o governo peruano como agente de imprensa. Tal iniciativa estatal, aceita por Mariátegui, teria servido para anulá-lo em relação às críticas que fazia à administração Leguía. Já Haya de la Torre, envolvido em uma tentativa de golpe contra Augusto Leguía em setembro de 1923, foi deportado para o Panamá a 9 de outubro deste mesmo ano. Foi durante o exílio que Haya se articulou com líderes políticos de outros países, fundando a *Aliança Popular Revolucionária Americana (APRA)*, no México, em 7 de março de 1924.

De acordo com Patricia Funes, Victor Raúl Haya de la Torre e José Carlos Mariátegui possuíam inicialmente ideias comuns, diagnósticos semelhantes sobre a realidade peruana, especialmente no que diz respeito à questão indígena e a meta de *peruanizar al Perú*.²⁷ Esta expressão guardava o sentido de dotar o país de características autóctones, ligadas a sua história incaica e à preponderância de sua população indígena, desvinculando valores oriundos, sobretudo, das elites

²⁶ MASSÓN SENA, Caridad. Imágenes y reflexiones de Julio Antonio Mella. *Regiones, suplemento de antropología...*, n° 43, p. 15, octubre-diciembre de 2010.

²⁷ FUNES, Patricia. *Salvar la nación...*, p. 354.

ligadas ao capital externo e ao modo de vida europeu. Modificar a ordem social vigente era imperativo nesses dois intelectuais peruanos, que buscavam alternativas para pensar o Estado e a nação peruana.

Dividiram o mesmo espaço de denúncia e crítica no começo da década: as *Universidades Populares Gonzales Prada*²⁸, seu órgão de difusão, a revista *Claridad*, e as páginas da revista *Amauta*²⁹. Mariátegui integrou a APRA na época de sua criação, e os dois intelectuais reconheciam “*en su formación un análisis tributario del pensamiento marxista. La ruptura entre ambos se opera a partir de la transformación del APRA en un partido político en 1928*”.³⁰

Segundo Luis Bernardo Pericás, a APRA foi uma organização política com um programa de ação revolucionária, tornando-se posteriormente um partido internacional, que se estendeu pelos países latino-americanos, possuindo como pontos principais o anti-imperialismo, a unidade política da América Latina, a estatização das riquezas minerais, das propriedades agrárias e da indústria, a internacionalização do Canal do Panamá e a solidariedade com os povos oprimidos.³¹ Michael Löwy explica que a APRA foi ideologicamente eclética, tendo por base o marxismo, o conceito einsteiniano de espaço-tempo e, sobretudo, os preceitos da Revolução Mexicana, elaborando uma teoria “indo-americanista” particular.³²

Após a separação com o grupo aprista de Haya por incompatibilidade de projetos políticos para a nação peruana, Mariátegui funda o *Partido Socialista Peruano (PSP)*, em 1928. O PSP seria constituído pelo proletariado, pelas massas camponesas indígenas e por intelectuais radicalizados,

²⁸ Tendo como um dos seus principais fundadores Victor Raúl Haya de la Torre, as *Universidades Populares Gonzales Prada* (UPGP), criadas em 1921, foram importantes centros de discussão e difusão de ideias anti-imperialistas no Peru. Tais Universidades receberam este nome em homenagem ao homônimo líder indigenista, precursor na análise da questão do índio peruano por um viés não racial. Ele observou que a condição marginal dos indígenas na sociedade pudesse ser resolvida em termos pedagógicos, pressupondo uma transformação econômica e social na qual os próprios nativos seriam atuantes nesse processo. BELLOTTO, Manoel Lelo; CORRÊA, Ana Maria Martínez (Orgs.). *José Carlos Mariátegui: política*. São Paulo: Ática, 1982, p. 29. A criação das UPGP aparece no bojo da reforma universitária de Córdoba, na Argentina, em 1918, que, com um viés político crítico, propunha uma renovação das formas de ensino e maior democratização no ambiente acadêmico, postando-se também contrária ao imperialismo. Para aprofundamento nesta questão, ver PORTANTIERO, Juan Carlos. *Estudiantes y política en América Latina: el proceso de la reforma universitaria (1918-1938)*. México: Siglo Veintiuno, 1978.

²⁹ Criada por Mariátegui em setembro de 1926, a *Amauta*, palavra *quechua* que possuía uma dupla conotação, sacerdote e sábio, de acordo com as tradições populares peruanas, foi resultado de um projeto de publicação de uma revista crítica, aberta a escritores e artistas de vanguarda da América Latina, em especial do Peru, destinada à veiculação de temas referentes à cultura, à arte, à literatura, à filosofia, à política e às ciências. Teve 32 números publicados de 1926 a 1930. BELLOTTO, Manoel Lelo; CORRÊA, Ana Maria Martínez (Orgs.). *José Carlos Mariátegui...*, p. 18-9. Sua postura intelectual foi marcadamente política e antidogmática, tornando-se ponto de partida para o entendimento do Peru e solidificando as bases da transformação no país sob o viés socialista.

³⁰ FUNES, Patricia. *Salvar la nación...*, p. 354. (grifo nosso).

³¹ PERICÁS, Luiz Bernardo. *Do sonho às coisas: retratos subversivos*. São Paulo: Boitempo, 2005, p. 23.

³² LÖWY, Michael. *O marxismo na América Latina...*, p. 10.

orientados pelo método revolucionário marxista-leninista, adaptando “sua práxis às circunstâncias concretas do país”³³. Aos moldes da ideia leninista de *vanguardia*, seguindo uma orientação da *Internacional Comunista*, o Partido Socialista exerceria um trabalho de formação da consciência política entre seus membros, fundamental para acelerar o amadurecimento do pensamento revolucionário. Não obstante estivesse vinculado à *Internacional*, o PSP não se manteve preso às rígidas normas impostas pelo *Comintern* à criação de partidos comunistas. Sua própria designação socialista, e não comunista, já era um indicativo disso.

José Carlos Mariátegui deixou expresso seu posicionamento sobre o partido aprista ao redigir uma carta endereçada a sua sede no México, em 16 de abril de 1928, quando Haya havia acabado de lançar o *Plan de México* que, inspirado nos princípios da APRA, pretendia iniciar uma insurreição desde o México até o Peru, destituindo Augusto Leguia e criando o Partido Nacional Libertador Peruano. Segundo Mariátegui:

Bajo el lema de “tierra y libertad”, este partido proclamó la lucha contra la oligarquía y el imperialismo prometiendo una “revolución libertadora” que tras la toma del poder nacionalizaría las industrias y los latifundios improductivos, convertiría las comunidades en las bases de la agricultura nacional, y establecería una auténtica “democracia funcional”. Todo ello se haría de conformidad con los auténticos intereses nacionales. [...] he leído el manifiesto [...] y su lectura me ha cotristado profundamente: 1º porque como pieza política pertenece a la más detestable literatura eleccionaria del viejo regimen y 2º porque acusa tendencia a cimentar un movimiento [...] y no hay ahí una sola vez la palabra socialismo.³⁴

Embora a luta contra a oligarquia, a grande propriedade e o imperialismo de Haya e seu partido fosse compartilhada por Mariátegui, este se mostrava descrente com a possibilidade de consolidação destas propostas da forma como Haya de la Torre as pretendia. Isso fica evidente nas aspas do próprio autor na carta, remetendo a supostas expressões de Haya concernentes à revolução pretendida. Essa “desconfiança” de Mariátegui tratava-se, na verdade, de discordância e descontentamento quanto à via para a realização das mudanças sociais no Peru, pois, como fica evidente na última frase do trecho acima, não existe no *Plan de México* uma só menção ao socialismo. Mariátegui ainda o acusava de possuir interesses eleitoreiros, a partir do momento em que a APRA se transformou em um partido político com células em vários países.

Segundo José Aricó, embora os peruanos Mariátegui e Haya tivessem discordâncias evidentes, diferenciavam-se dos demais intelectuais do subcontinente por possuírem concepções e

³³ MARIÁTEGUI *apud* BELLOTTO, Manoel Lelo; CORRÊA, Ana Maria Martinez (Orgs.). *José Carlos Mariátegui...*, p. 76.

³⁴ _____. *apud* FUNES, Patricia. *Salvar la nación...*, p. 355.

elaborações teóricas próprias quanto aos problemas de seu país e à possibilidade de revolução. Nas palavras do sociólogo argentino,

as afinidades consistiam em algo que distinguia notavelmente os dois intelectuais peruanos dos outros intelectuais americanos: uma aguda percepção do problema nacional e uma obsessiva preocupação com os aspectos de originalidade de todo o processo revolucionário e, no caso específico, do latino-americano.³⁵

Dessa forma, na tentativa de edificação de um projeto de transformação da realidade social do Peru, Mariátegui e Haya de la Torre empreenderam reflexões sobre a questão nacional. Objetivaram, então, realizar uma revisão crítica teórica e prática do marxismo, amparados no conhecimento da situação econômica, social e política internacional e nacional, o que lhes conferiu uma originalidade em suas elaborações teóricas.

Não obstante pontos de vista semelhantes sobre o Peru, a começar pela convicção que ambos tinham de resolver primeiro o problema da terra e da servidão indígena, bem como almejarem modelos de desenvolvimento identificados com um marxismo heterodoxo, divergiam, por exemplo, quanto à correspondência entre teoria marxista e *práxis*. Haya e Mariátegui concordavam que o marxismo deveria ser repensado para as condições estruturais da América Latina. No entanto, a abordagem de Haya de la Torre, adotada também pela APRA, caracterizada por Michael Löwy como uma propensão ao “excepcionalismo indo-americano”³⁶, tendia a absolutizar a especificidade cultural, histórica e social do subcontinente, inferindo sobre a teoria marxista como exclusivamente europeia, portanto inaplicável ao território latino-americano, que possuía situações sociopolíticas diversas daquelas nas quais foi concebido o marxismo. Löwy afirma que “para Haya de la Torre, o espaço-tempo indo-americano é governado pelas suas próprias leis”, sendo dessa forma diferente do “espaço-tempo europeu analisado por Marx e, por isso, exig[indo] uma nova teoria que neg[asse] e transcend[esse] o marxismo”³⁷.

Nas palavras de Oliveiros S. Ferreira, o marxismo, para Haya de la Torre, foi sobretudo “uma filosofia da História construída na observação das condições gerais do capitalismo inglês do século XIX, a qual se transformou, por obra dos repetidores, numa antevisão necessária do futuro da humanidade”³⁸. Os apuristas opunham-se à redução do marxismo a uma filosofia quase universal da história. Criticavam especialmente os seguidores de Marx orientados pela *III Internacional*, que tinham

³⁵ ARICÓ, José. O marxismo latino-americano nos anos da Terceira Internacional, p. 445.

³⁶ LÖWY, Michael. *O marxismo na América Latina...*, p. 10.

³⁷ _____. *O marxismo na América Latina...*, p. 10.

³⁸ FERREIRA, Oliveiros S. *Nossa América Indoamericana: a ordem e a revolução no pensamento de Haya de la Torre*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1971, p. 275.

na Rússia dos *soviets* o exemplo concreto e possível para a ascensão do socialismo. Assim, “a posição de Haya de la Torre responde, pois, a uma compreensão teórica e a uma reação prática à ação dos partidos comunistas ligados à Internacional”³⁹. Fazemos uma observação, porém, que Haya propôs a superação do marxismo e sua aplicação a contextos distintos a partir de uma determinada visão reducionista e dogmática operada por ele em relação ao marxismo, baseada no que ele extraía do pensamento marxista clássico, de fato eurocentrista, bem como do marxismo preconizado pela *Terceira Internacional* em seus primeiros anos, marcadamente leninista. Muito embora criticasse a aplicação dogmática da teoria marxista à América Latina, as discussões de Haya de la Torre em torno da aliança de classes e sua visão etapista do processo revolucionário, como veremos a seguir, são claras influências do próprio marxismo.

Mariátegui, por sua vez, teria realizado uma fusão entre a teoria europeia marxista e a realidade peruana, sendo acusado pelos apristas, com isso, de possuir ideais eurocêntricos. Os estudiosos da obra de Mariátegui afirmam que o pensador peruano foi fortemente influenciado pelas vertentes historicista, idealista e marxista italianas durante o tempo em que esteve “exilado” no país europeu, entre 1919 e 1923. Isso teria ocorrido através do contato com Benedetto Croce e, por via deste, do pensamento de Georges Sorel.⁴⁰ Estes, mais o grupo do jornal turinense *L'Ordine Nuovo*, marcaram em Mariátegui uma visão oposta ao determinismo, ao evolucionismo e ao fatalismo do desenvolvimento das relações sociais, ressaltando a potencialidade para a transformação social de elementos nacionais e populares e não apenas do operariado. Havia, por parte de Mariátegui, a aceitação do marxismo como um universo teórico comum, pelo qual as sociedades latino-americanas, bem como qualquer outra realidade, poderiam ser analisadas, determinando as possibilidades de transformação. Essa posição em relação à importação do marxismo se justifica, em parte, por considerar que o “espírito hispanoamericano está en elaboración”, assim como “el continente”, e que, portanto, ainda não havia um pensamento originalmente latino-americano.⁴¹ Todavia, para este pensador, tal condição não anulava a necessidade de intervir na realidade do Peru e da América

³⁹ FERREIRA, Oliveiros S. *Nossa América Indoamericana...*, p. 275.

⁴⁰ De acordo com Michael Löwy, Mariátegui recebeu influências de Georges Sorel em virtude da crítica feita à civilização burguesa “inspirada pela nostalgia das comunidades pré-capitalistas do passado”. Foi precisamente na fusão que Mariátegui exerceu, na elaboração do seu pensamento, “entre os aspectos mais avançados da cultura europeia e as tradições milenares da comunidade indígena, em uma tentativa de assimilar a experiência social das massas camponesas através da reflexão teórica marxista”, que ele se aproximou do pensamento de Sorel. LÖWY, Michael. *O marxismo na América Latina...*, p. 18-20. Georges Sorel assim o fez com o operariado europeu, criando o *mito da greve geral*, no qual se referia à esfera produtiva como a base para se estabelecer uma nova civilização, com fundamentos morais e econômicos do socialismo.

⁴¹ MARIÁTEGUI, José Carlos. ¿Existe un pensamiento hispanoamericano? *Mundial*, Lima, p. 41, 1925.

Latina pelo prisma das especificidades de cada região. O marxismo, portanto, seria um método, uma doutrina que deveria ser utilizada de forma criativa e original pelos teóricos latino-americanos para adaptá-la à realidade local. Assim, para ele:

El marxismo, del cual todos hablan pero que muy pocos conocen y, sobre todo comprenden, es un método fundamentalmente dialéctico. Esto es, un método que se apoya íntegramente en la realidad, en los hechos. No es, como algunos erróneamente suponén, un cuerpo de principios de consecuencias rígidas, iguales para todos los climas históricos y todas las latitudes sociales. Marx extrajo su método de la entraña misma de la historia.⁴²

O marxismo foi a principal base teórica para os três intelectuais discutirem sobre a questão nacional, o anti-imperialismo, o socialismo, as alianças de classe, temáticas estas que se aproximavam, embora com evidentes divergências, em Julio Antonio Mella e José Carlos Mariátegui, mas que se tornaram os principais aspectos da polêmica de ambos com Haya de la Torre. Destacamos que as principais discussões entre os três intelectuais latino-americanos aconteceram em torno da composição política das alianças de classes para a libertação nacional.

Alianças de classe: a frente popular para a libertação nacional

As políticas de alianças de classe em prol da revolução na América Latina foram resultado de uma das fases da *Internacional Comunista*, sobretudo a partir do seu V Congresso realizado em 1924, que incentivou a formação de frentes pluriclassistas, inclusive com a participação da burguesia. Embora esse congresso não contemplasse a América Latina, o que aconteceria de maneira mais evidente apenas no VI Congresso em 1928, sua influência não deixou de existir sobre alguns intelectuais e partidos comunistas do subcontinente. Segundo Bernardo Ricupero, na América Latina, a influência da *Terceira Internacional* fez com que se considerasse, dentro de uma visão de nossos países como atrasados, a “via chinesa”, baseada na revolução democrático-burguesa de libertação nacional.⁴³

No caso de Mariátegui, Haya e Mella, partindo do diagnóstico de atraso das economias dos países latino-americanos devido à associação entre imperialismo e oligarquias, influenciados também por essa tendência mundial de alianças de classe, propuseram a formação de um bloco social de forças anti-imperialistas e revolucionárias, embora somente Haya de la Torre tenha se aproximado da perspectiva de revolução democrático-burguesa.

⁴² MARIÁTEGUI *apud* FUNES, Patricia. *Salvar la nación...*, p. 356.

⁴³ RICUPERO, Bernardo. Existe um pensamento marxista latino-americano? In: PERICÁS, Luis B.; BARSOTI, Paulo. *América Latina...*, p. 66.

Havia entre eles uma proximidade na concepção dos traços definidores das formações econômico-sociais do subcontinente latino-americano. Os três intelectuais estavam de acordo que tais formações seriam marcadas especialmente pela condição de economias periféricas e dependentes na conjuntura capitalista global, imperando a atuação das oligarquias e estando as massas urbanas e rurais à margem do desenvolvimento econômico. Todavia, o reconhecimento das condições nacionais e a distinção de suas elaborações teóricas possibilitaram a emergência de opções políticas diversas na tentativa de transformação e superação das realidades locais.

Assim, José Aricó destaca que entre Haya, Mariátegui e Mella produziu-se no final dos anos 1920 uma diferenciação política referente à composição do bloco de forças sociais revolucionárias e o papel que a cada classe caberia na aliança formada, o que desembocou em rupturas abertas e francas entre eles.⁴⁴ As interlocuções eram feitas principalmente entre Haya de la Torre e os outros dois intelectuais, Mella e Mariátegui, que combatiam algumas propostas da APRA. Mella, por exemplo, opunha-se ao projeto aprista por considerar que esta organização se colocava à frente do processo revolucionário na América Latina negando tanto o papel hegemônico do proletariado na revolução como a necessidade de um partido da classe trabalhadora. A forte reação de Mella contra a APRA teve sua origem em solo mexicano, onde o cubano presenciou a criação desta organização. Ele afirmava que, no caso do México, as intenções de Víctor Raúl Haya de la Torre, como a nacionalização de terras e de indústrias e o combate ao imperialismo, já eram contempladas através da Constituição de 1917, não possuindo, portanto, nenhuma originalidade.

102

Vejamos, então, de maneira mais detida, aproximações e discordâncias entre eles no que tange às alianças de classe para libertação da América Latina.

Haya de la Torre e José Carlos Mariátegui

No que tange às alianças de classe, tanto Haya quanto Mariátegui estavam de acordo que o sujeito histórico da transformação revolucionária no Peru deveria ser uma frente de forças populares composta por operários, camponeses, intelectuais e classe média. Todavia, ao contrário de Haya, que não acreditava na capacidade do proletariado e dos camponeses para se constituírem autonomamente como sujeitos políticos, condutores do processo de transformação social, transferindo essa função à pequena burguesia, José Carlos Mariátegui se manifestava a favor das mudanças históricas “a partir

⁴⁴ ARICÓ, José. O marxismo latino-americano nos anos da Terceira Internacional. In: HOBBSAWM, Eric J. (org). *História do marxismo...*, p. 452-3.

de baixo”, das massas populares, de suas formas expressivas, de seus mitos e valores.⁴⁵ Mariátegui sugere com isso que a via socialista no Peru seria facilitada, particularmente no campo, em virtude das tradições milenares da comunidade indígena, havendo vestígios de um “comunismo inca”⁴⁶. Isso fica evidente em sua obra máxima, *Sete Ensaios de Interpretação da Realidade Peruana*, publicada em 1928, principalmente quando trata do problema do índio e do problema da terra. De acordo com o intelectual peruano,

A história universal tende hoje como nunca a se reger pelo mesmo quadrante. Porque haveria de ser o povo incaico, que constituiu o mais desenvolvido e harmônico sistema comunista, o único insensível a essa emoção mundial? [...] Já disse que cheguei à compreensão e à valorização justa do indígena pela via do socialismo.⁴⁷

José Carlos Mariátegui, ao enfatizar o comunismo incaico, não propõe o retorno ao modelo de vida dos incas, irrealizável em virtude de toda a dinâmica econômica, social e política pela qual passou a sociedade peruana até constituir-se como tal. Para tanto, o intelectual peruano deixa latente no *Sete Ensaios de Interpretação da Realidade Peruana* a distinção entre o comunismo moderno, elaborado em um contexto de civilização industrial, e o comunismo incaico, estabelecido em uma civilização agrária. Em suas palavras, “um e outro comunismo são produtos de diferentes experiências humanas”⁴⁸. No entanto, como forma de atingir o socialismo, Mariátegui acreditava na potencialidade revolucionária do indígena, considerando-o, junto com o proletariado urbano, principal segmento social na composição das alianças de classe, em função não somente do seu grande contingente, explorado pelos *gamonales* (latifundiários), mas especialmente pelo fato das comunidades terem conservado seu caráter natural e de instituição quase familiar, preservando tradições coletivistas dos incas na cooperação dos trabalhos no campo. Essa parece ser a associação que Mariátegui estabelece quando evoca o comunismo incaico e a maior possibilidade de desenvolvimento do socialismo a partir das massas camponesas da região andina e do proletariado urbano, ancorados na direção política do Partido Socialista Peruano. Nas palavras do próprio Mariátegui:

Acreditamos que, entre as povoações “atrasadas”, nenhuma como a população indígena incásica reúne condições tão favoráveis para que o comunismo agrário primitivo, subsistente em estruturas concretas e em um profundo espírito coletivista, se transforme,

⁴⁵ ARICÓ, José. O marxismo latino-americano nos anos da Terceira Internacional. In: HOBBSAWM, Eric J. (Org.). *História do marxismo...*, p. 456.

⁴⁶ Destacamos, novamente, que este tipo de análise de Mariátegui advém da influência soreliana.

⁴⁷ MARIÁTEGUI, José Carlos. *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975, p. 21.

⁴⁸ _____. *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*, p. 54.

sob a hegemonia da classe proletária, em uma das bases mais sólidas da sociedade coletivista pregada pelo comunismo marxista.⁴⁹

Haya de la Torre divergia terminantemente de José Carlos Mariátegui nesse ponto, pois teria reduzido o papel revolucionário do índio à constatação de sua imaturidade para exercer o poder, em nome de toda sociedade peruana, através de um partido que o organizasse como classe explorada e oprimida, alijada de sua organização econômico-social em função da grande propriedade.⁵⁰ Embora fosse numericamente a massa trabalhadora de maior expressão no país, ela não estaria capacitada a dominar por si só a coletividade e conduzir o governo do Estado. Haya de la Torre, desta forma, não via os camponeses indígenas como força social de ação típica, devendo ser conduzidos, então, por outros segmentos sociais mais aptos para isso, o que o fez ressaltar a função de liderança, na aliança interclassista, da pequena-burguesia, durante o processo de libertação em relação às forças imperialistas.

Patricia Funes explica que a ênfase dada à classe média, no processo revolucionário latino-americano, por Haya de la Torre, acontece em função do peruano julgar que o contexto latino-americano, fundamentalmente agrário e com uma industrialização incipiente, não creditava ao proletariado urbano a condição de protagonista. Tampouco acreditava nos camponeses, por considerá-los com pouca consciência de classe, em razão de seu isolamento geográfico.⁵¹ Atribuía à classe média o caráter de agente transformador, principal segmento social capaz de realizar a integração de uma frente nacional, em especial pelo fato de advir dela grande parcela da intelectualidade.

De acordo com Ferreira, no pensamento original do fundador do aprismo, os intelectuais, chamados a conduzir a luta contra o imperialismo e contra o *status quo*, “não só deveriam provir da, mas situar-se, enquanto orgânica e espontânea, na pequena burguesia, a ‘porção mais culta, mais consciente, mais alerta de nossas coletividades’”⁵². Assim, “*el ingeniero, maestro de escuela, el médico, [...] el profesionista en general son elementos de clase media indispensable para la organización del Estado Antiimperialista*”⁵³.

⁴⁹ MARIÁTEGUI, José Carlos. O problema indígena na América Latina, 1929. In: LÖWY, Michael. *O marxismo na América Latina...*, p. 112.

⁵⁰ FERREIRA, Oliveiros S. *Nossa América Indoamericana...*, p. 280.

⁵¹ FUNES, Patricia. *Salvar la nación...*, p. 358.

⁵² FERREIRA, Oliveiros S. *Nossa América Indoamericana...*, p. 285. Os trechos da citação que se encontram entre aspas são palavras do próprio Haya de la Torre, citadas por Oliveiros Ferreira.

⁵³ HAYA DE LA TORRE *apud* FUNES, Patricia. *Salvar la nación...*, p. 359. (grifo nosso).

Porém, terminado o processo revolucionário, Haya realçou a intervenção do Estado na sociedade latino-americana. Ele temia que, superado o problema do imperialismo, a pequena burguesia pudesse se converter em força de dominação e exploração da classe trabalhadora. Propunha, então, que a direção política da Indo-América⁵⁴ fosse exercida por um Estado anti-imperialista. De acordo com Oliveiros Ferreira:

Esse Estado, representante e defensor da Nação ou de suas maiorias, isto é, o proletariado, o campesinato e a classe média, e que economicamente se estruturará como Capitalismo de Estado, além da “implantação progressiva de um sistema cooperativo de produção e de consumo”, será incumbido de apoiar e impulsionar, nelas intervindo, as classes médias, e de defender as classes produtoras (o camponês e o operário) que “necessitam da escola experimental, do trabalho organizado e tecnicamente aperfeiçoado para se desenvolver em termos de classe, enriquecendo sua consciência e elevando seu nível de cultura”.⁵⁵

Tal proposição supracitada levou José Aricó a caracterizar o pensamento de Haya como estatista, já que sua posição era “bastante semelhante aos projetos de industrialização baseados no fortalecimento e na intervenção do Estado, elaborados na Europa do segundo pós-guerra nos países socialistas”⁵⁶. Questões concernentes aos problemas do Estado, à industrialização e à “planificação” econômica estiveram presentes na reflexão de Haya de la Torre.

Percebemos, outrossim, que o caráter da revolução pretendida por Haya não era socialista. O pensador peruano defendeu a atuação de um Estado forte e anti-imperialista dentro de um sistema econômico capitalista. Por ter uma visão etapista da revolução, herança do marxismo clássico que ele próprio combatia enquanto teoria que não se efetivaria na prática para os países latino-americanos, considerava que a América Latina não se encontrava no estágio de desenvolver uma revolução socialista, pois não era altamente industrializada. Assim, segundo ele,

[...] como el socialismo no puede imponerse mientras el industrialismo no haya cumplido su gran etapa histórica, para la industrialización de nuestro pueblos será necesario, en tanto exista el capitalismo, tener capitales, y el Estado deberá condicionarlos.⁵⁷

⁵⁴ Este é o termo concebido por Victor Raúl Haya de la Torre para se referir à união dos países da América Latina. Ao referir-se à Indoamérica, ele realçava a condição de espaço-tempo único do subcontinente latino-americano, que necessitava de teorias e *práxis* próprias. Muito embora debatesse sobre os problemas peruanos, devemos observar que Haya desenvolvia seu pensamento a partir de toda a região, propondo a organização de um Estado aprista que necessitaria da união política e econômica da América Latina.

⁵⁵ FERREIRA, Oliveiros S. *Nossa América Indoamericana...*, p. 286. Os trechos da citação que se encontram entre aspas são palavras do próprio Haya de la Torre, citadas por Oliveiros Ferreira.

⁵⁶ ARICÓ, José. O marxismo latino-americano nos anos da Terceira Internacional. In: HOBSBAWM, Eric J. (Org.). *História do marxismo*, p. 454.

⁵⁷ HAYA DE LA TORRE, Victor Raúl. *Aprismo*, Berlin 1930. In: HAYA DE LA TORRE, Victor Raúl. *Ideologia Aprista*. Lima: Ed. Pueblo, 1961, p. 19.

Esse estatismo, denominado por José Aricó, não se apresenta em Mariátegui, que se voltou aos elementos econômicos, políticos, ideológicos e culturais das massas trabalhadoras do Peru, sobretudo dos indígenas. A recusa de Mariátegui à proposta de Haya amparava-se em uma concepção democrática e popular do socialismo e da teoria marxista, que o levou também a questionar as orientações da *Internacional* e suas pressões para a constituição de um partido comunista. Do ponto de vista de Aricó, “Mariátegui fez emergir de modo inédito o problema da nação peruana”, ao estabelecer como eixo teórico e político de sua análise socialista um “universo que se definia mais em termos de cultura do que naqueles estritamente de classe”, aos moldes da ortodoxia marxista.⁵⁸

Mariátegui considerou o índio, aproximadamente $\frac{3}{4}$ da população do Peru à época, como alicerce da nacionalidade em formação, não podendo ficar à margem da luta pelo socialismo. O problema indígena no Peru estava diretamente ligado ao problema da terra, do latifúndio, e que, por essa ótica, tratava-se de uma questão socioeconômica, e não racial, étnica ou moral, como insinuava a ala mais conservadora do país. Para Mariátegui, não seria possível acabar com a servidão que afetava a população indígena sem extinguir o latifúndio. A expropriação dos nativos de suas comunidades pelos espanhóis e, por conseguinte, sua gradual absorção pelo latifúndio provocaram a destruição das antigas instituições jurídicas e econômicas da civilização incaica, vinculando o índio ao trabalho servil, situação que não foi quebrada com a República e que vigorava de maneira semelhante até os anos 1920. Segundo Aricó,

[...] es sin duda la vinculación estrecha con grupo de indigenistas lo que permite a Mariátegui encarar el problema del índio desde el punto de vista original en el que se coloca. [...] Mariátegui encuentra en la estructura agraria peruana las raíces del atraso de la nación y las razones de la exclusión de la vida política y cultural de las masas indígenas.⁵⁹

José Carlos Mariátegui desacreditava no papel da burguesia em liderar uma oposição ao imperialismo, considerando-a frágil e tendo chegado “tarde demais à cena histórica”. A emancipação da economia do país só seria possível “por meio da ação das massas proletárias em solidariedade com a luta anti-imperialista em todo o mundo”⁶⁰. Em *Sete Ensaios de Interpretação da Realidade Peruana*, ele afirma que jamais existiu no Peru uma burguesia, com sentido nacional, que se professasse liberal e democrática e que inspirasse sua política nos postulados de sua doutrina. A classe burguesa não teria, portanto, uma posição nacionalista revolucionária. Assim, opondo-se às perspectivas de Haya

⁵⁸ ARICÓ, José. O marxismo latino-americano nos anos da Terceira Internacional. In: HOBSBAWM, Eric J. (Org). *História do marxismo...*, p. 457.

⁵⁹ ARICÓ, José. *Mariátegui y los orígenes del marxismo latino americano*, p. XLVI.

⁶⁰ MARIÁTEGUI *apud* LÖWY, Michael. *O marxismo na América Latina...*, p. 19-20.

de la Torre, não seria possível creditar à burguesia peruana a liderança do processo de emancipação nacional.

Julio Antonio Mella e José Carlos Mariátegui

Entre as proposições políticas de Julio Antonio Mella em prol da libertação nacional dos países latino-americanos, especialmente Cuba, estava a formação de uma frente única anti-imperialista, composta por trabalhadores diversos, camponeses, intelectuais e estudantes, recusando peremptoriamente a participação da burguesia nacional, considerada por ele como complacente ou mesmo aliada das economias centrais no processo de dominação imperialista. Acreditava que, embora a burguesia nacional quisesse, por alguma razão, defender-se do imperialismo, não se podia confiar nela, pois era possível que abandonasse o proletariado e passasse para o lado imperialista, já que não abdicaria da propriedade privada.

De acordo com Löwy, as questões do nacionalismo e da libertação nacional ganharam grande destaque na obra de Mella, que apoiou, por exemplo, o luta de Sandino (1895-1934) e seu exército de guerrilheiros camponeses contra a invasão norte-americana na Nicarágua.⁶¹ Outrossim criticou o nacionalismo “populista” da APRA de Haya de La Torre, não aceitando a aliança classista encabeçada pela burguesia, “a traidora clássica de todos os movimentos nacionais verdadeiramente emancipatórios”⁶².

Em Mella, existe uma evidente identificação do imperialismo, em particular o estadunidense, como o principal inimigo dos povos latino-americanos, e defende que “*la única fuerza capaz de luchar con probabilidades de triunfo es el proletariado, cuya causa es la causa nacional*”⁶³. Acreditava que através de cooperativas, sindicatos, partidos políticos, escolas proletárias, editoriais revolucionários etc., os trabalhadores latino-americanos conquistariam espaços na sociedade, avançando na luta contra o imperialismo e pela consolidação do socialismo. Para isso, não nega a necessidade de participação de outros segmentos sociais nesta mudança, desde que não perdessem o propósito de estabelecimento do socialismo, e que a liderança na condução do processo revolucionário estivesse com o proletariado. Discordava quanto à introdução de novos atores sociais revolucionários, como Haya e, sobretudo, Mariátegui fizeram com os indígenas peruanos.

⁶¹ LÖWY, Michael. *O marxismo na América Latina...*, p. 16.

⁶² MELLA *apud* LÖWY, Michael. *O marxismo na América Latina...*, p. 16.

⁶³ _____. *apud* TAMAYO, Jaime. Julio Antonio Mella y el marxismo en el movimiento obrero jalisciense..., p. 59. (grifo nosso).

Mesmo considerando que no México os índios e os mestiços trabalhadores contribuíram para a constituição da nacionalidade, na composição da sociedade deste país, Julio Antonio Mella não contemplou em seus escritos teóricos, ao contrário de Mariátegui e Haya de la Torre, a especificidade da problemática indígena por ter em conta que ao fazê-lo, estaria substituindo um enfoque que deveria ser classista para uma abordagem racial. A penetração do imperialismo na América Latina, para ele, converteu índios, mestiços, brancos e negros em massa trabalhadora explorada, e que, portanto, seria este conjunto, enquanto classe trabalhadora, que deveria atuar para a libertação nacional.

Como já dito, rechaçava a aliança policlassista proposta por Haya de la Torre, pois “a frente única do APRA, ao não falar abertamente do papel do proletariado” apresentava, assim, “uma frente única abstrata em prol da burguesia”⁶⁴. O comunista cubano acreditava que os apistas defendiam o anti-imperialismo como luta pela independência nacional, quando o que estava em discussão para ele era a revolução socialista. Segundo Mella, a libertação nacional e a transformação social podiam ser resultado apenas de uma revolução operária, amparada na potencialidade teórica e prática do partido comunista, apegando-se, nesse ponto, aos preceitos da *Terceira Internacional*. “Para falar concretamente: libertação nacional absoluta, o proletariado só obterá por meio da revolução operária”⁶⁵. Por defender essa linha mais ortodoxa ligada aos preceitos soviéticos, autores como Ricupero⁶⁶ entenderam o marxismo de Julio Mella como “obreirista”, resultado da sua “bolchevização” em virtude da transplantação direta das condições impostas aos partidos comunistas pela *Terceira Internacional*. Embora isso seja discutível, já que alguns autores apontam para discordâncias entre Mella e a *Internacional Comunista*, o que este pensador propunha eram pequenas adaptações da teoria leninista à realidade local, como já exposto no subtítulo anterior deste artigo.

Em uma perspectiva semelhante a Mella, Mariátegui questiona o radicalismo da classe média para a mudança de ordem. Acreditava que as burguesias nos países dependentes, mais do que prejudicadas com a ingerência de outros países na economia latino-americana, como defendia Haya, estariam, sim, associadas ao capital estrangeiro, pactuando com o imperialismo ianque, sendo seus interesses complementares. O papel do proletariado urbano e rural, portanto, é realçado por

⁶⁴ MELLA, Julio Antonio. O proletariado e a libertação nacional, 1928. In: LÖWY, Michael. *O marxismo na América Latina...*, p. 100.

⁶⁵ _____. O proletariado e a libertação nacional, p. 101.

⁶⁶ RICUPERO, Bernardo. Existe um pensamento marxista latino-americano? In: PERICÁS, Luis B.; BARSOTI, Paulo. *América Latina...*, p. 67.

Mariátegui, e sua concepção de nação está associada ao rompimento com o capitalismo e edificação do socialismo.

[...] El nacionalismo, para ser consecuente y poder llegar hasta el final, debía estar hegemonizado por aquella clase que implicara una verdadera negación del imperialismo. En la medida en que enfrentar al imperialismo era también romper con el capitalismo, sólo el proletariado [...] estaba en condiciones de poder realizar las tareas.⁶⁷

Para isso, em sua estratégia frentista, aceitava até mesmo a participação de elementos da classe média na composição das alianças políticas, desde que estivessem comprometidos com a transformação social. Porém, não abria mão, assim como Mella, de que a revolução devesse ser proletária e socialista.

Percebemos que em muito Mella e Mariátegui estão acordados sobre o caráter da revolução na América Latina. Divergiam, todavia, quanto à composição das alianças políticas e em alguns aspectos teóricos. Mella, ligado de maneira mais dogmática ao leninismo, à tomada dos meios de produção e do poder pelo operariado, à luta de classes, à ditadura do proletariado como etapa essencial para a consolidação do socialismo; já Mariátegui, embora expressamente leninista, como exposto no programa de seu partido socialista⁶⁸, trabalhava ainda com elementos do historicismo e idealismo italianos, teorizando sobre o marxismo de maneira mais heterodoxa.

Considerações Finais

A partir do ponto de vista desses três intelectuais latino-americanos, percebemos aspectos similares em Julio Antonio Mella, Victor Raúl Haya de la Torre e José Carlos Mariátegui quanto ao diagnóstico dos problemas da América Latina. Os três se opunham veementemente ao imperialismo, acreditando ser este um novo estágio do capitalismo que condicionava o atraso e a dependência dos países latino-americanos em relação às principais economias ocidentais, sobretudo os Estados Unidos. Relacionavam, então, revolução e mudança social à libertação nacional, a uma maior autonomia política, econômica e cultural das sociedades do subcontinente. Sobressai entre eles, no entanto, divergências quanto à concepção e aplicação da teoria marxista e à maneira pela qual deveriam ser formadas as alianças políticas de classe, a participação, liderança e hegemonia dos grupos sociais no processo de libertação nacional na América Latina.

⁶⁷ MARIÁTEGUI *apud* FUNES, Patricia. *Salvar la nación...*, p. 359.

⁶⁸ Para apreciação do programa do *Partido Socialista Peruano*, ver BELLOTTO, Manoel Lelo; CORRÊA, Ana Maria Martínez (Orgs.). *José Carlos Mariátegui...*, p. 76-8.

Destacamos que cada um, a seu modo, refletiu sobre a via revolucionária para alcançar o socialismo, no caso de Mella e Mariátegui, ou nacional-estatismo, como almejava Haya. Enquanto Mella esteve vinculado a um pensamento marxista clássico, Haya e Mariátegui buscaram empreender uma teoria voltada para a *práxis* marcada pela originalidade, na qual a resolução do problema indígena e sua afirmação identitária faziam-se necessárias para a revolução social e, por conseguinte, para a libertação nacional peruana.

Todavia, enquanto Haya de la Torre objetivava repensar profundamente o marxismo, ressaltando que tal teoria teria sido elaborada em um “espaço-tempo” diferente do contexto da América Latina, José Carlos Mariátegui afirmava que o socialismo, ainda que tenha nascido na Europa, não era particularidade desse continente. Este estabeleceu, então, uma revisão crítica do marxismo mediante a análise da realidade do seu país, identificando a questão indígena como central no Peru. Mariátegui procurou entender a fragilidade da nação peruana ao vincular o problema indígena à questão agrária e às relações de produção. Utilizou-se do marxismo como aparato teórico que, moldado às condições locais, conduziria a ação prática das classes subalternas para a conquista de sua autonomia político-econômica. Outras correntes de pensamento apreendidas de suas leituras e influências na Europa foram associadas ao marxismo e contribuíram para a singularidade de seu pensamento.

A tendência do pensamento da APRA, liderada por Haya, ao localismo, como se refere Bernardo Ricupero⁶⁹, ou ao excepcionalismo indo-americano, como defende Michael Löwy⁷⁰, ambas com uma conotação semelhante, sofreu duras críticas tanto de Mella quanto de Mariátegui, especialmente porque Haya falava em unidade nacional, nacionalização, anti-imperialismo, mas não em socialismo. Até admitia a possibilidade do socialismo, mas como etapa avançada da nacionalização dos meios de produção pelo Estado. Tratava-se, portanto, de um pensamento mais nacional-estatista do que socialista.

As diferentes apropriações do marxismo por estes três intelectuais os levaram, conseqüentemente, a conceber distintas formas de aliança política revolucionária. Mariátegui defendeu uma frente policlassista sob a liderança do proletariado urbano e rural, acreditando no potencial revolucionário indígena. Haya de la Torre, mesmo com influências do indigenismo

⁶⁹ RICUPERO, Bernardo. Existe um pensamento marxista latino-americano? In: PERICÁS, Luis B.; BARSOTI, Paulo. *América Latina...*, p. 70.

⁷⁰ LÖWY, Michael. *O marxismo na América Latina...*, p. 10.

peruano, depositou na classe média o papel principal na condução do processo revolucionário, acreditando ser esta classe a mais preparada intelectualmente para orientar a transformação social. Já Mella, mesmo aceitando as alianças de classe, condicionou a transição revolucionária e a libertação nacional à liderança do proletariado urbano.

Acreditamos que a concepção de Antonio Mella, ao depositar no operariado latino-americano a maior responsabilidade para se alcançar a revolução socialista, dificilmente obteria êxito, na medida em que a industrialização nos países latino-americanos era ainda incipiente e que, por conseguinte, o proletariado urbano era uma classe em formação, não possuindo forças, capacidade de mobilização e experiências suficientes para combater o imperialismo e o *status quo*. Ao tentarem empreender teoria e prática a partir da observação das peculiaridades da América Latina, Haya de la Torre e José Carlos Mariátegui, no nosso entender, aproximaram-se mais de uma transformação social possível, em especial Mariátegui, por considerar o elemento indígena, de presença marcante no Peru, como central no processo de mudança estrutural da sociedade do país, mediante atuação do Partido Socialista Peruano. Para nós, Mariátegui foi capaz de observar que o marxismo poderia sofrer uma flexibilidade teórica para se adaptar às diferentes realidades, expressando-se de maneira distinta e criativa, ao contrário de Haya de La Torre, que negou muitos aspectos da teoria marxista por enxergá-la de forma limitada e reduzida, assimilando dela os padrões soviéticos ou do próprio Marx no século XIX, o que, de fato, seria inaplicável para a América Latina.

111

Pensamos que tais divergências no campo das esquerdas latino-americanas exemplificam bem a multiplicidade de tendências e caminhos para a transformação social, o que possivelmente contribuiu para que nenhuma delas alcançasse, mediante suas propostas, a hegemonia no continente latino-americano. No entanto, acreditamos que os debates intelectuais nas esquerdas, ainda que não tenham se convertido em formas de governo e sistemas políticos de maior relevância no subcontinente durante a década de 1920, exerceram grande influência no pensamento político latino-americano, com proposições claras para superação dos problemas de seus países.

As interpretações dos três intelectuais estudados neste artigo legaram duas linhas gerais de pensamento político para a América Latina, no século XX: uma primeira, com forte influência da APRA e de Haya de la Torre, favorável a uma transformação social no interior do capitalismo, baseado em um Estado forte, nacionalista, próximo ao que contemporaneamente é chamado de pensamento nacional-popular ou populista; e a outra corrente política, não hegemônica, mas forte e

tradicional no ideário político latino-americano, é a que considera a via socialista ou comunista a maneira de se atingir a autodeterminação dos povos e uma condição de vida mais justa e igualitária.⁷¹

Por fim, buscamos apontar neste estudo uma possibilidade de análise comparativa entre Haya, Mariátegui e Mella que de maneira alguma esgota as proposições e formulações teóricas deles. Um dos caminhos possíveis a ser seguido, pela observação das fontes consultadas, diz respeito a suas análises e propostas sobre o processo de reforma universitária ocorrido em grande parte da América Latina a partir de 1918.

Recebido: 15/05/2012
Aprovado: 15/07/2012

⁷¹ Embora não seja a conclusão nem a discussão principal de Patricia Funes, esta ideia, com a qual trabalhamos em nossa conclusão em virtude de toda a argumentação sustentada neste artigo, foi aventada pela autora. FUNES, Patricia. *Salvar la nación...*, p. 245.

As ideias políticas de Francisco Bilbao: entre a influência intelectual francesa e as especificidades hispano-americanas

Martha V. Santos Menezes

Mestranda em “Sociologia e Filosofia Política” pela Université Paris VII - Diderot

martha.santos@gmail.com

RESUMO: Este artigo discute as ideias do pensador chileno Francisco Bilbao (1823-1865), em dois tempos: (1) análise do contexto sociopolítico latino-americano no qual Bilbao atuou, e (2) discussão dos conceitos-chave mobilizados por ele; minha hipótese de leitura consiste em afirmar que estes conceitos devem ser entendidos como um diálogo entre a obra de Bilbao e os trabalhos de Edgar Quinet, Jules Michelet e Félicité Lamennais.

PALAVRAS-CHAVE: Revolução Americana, Representações do político, Romantismo chileno.

ABSTRACT: This paper discusses the main ideas of the Chilean thinker Francisco Bilbao (1823-1865), following two axes: (1) analyze of the Latin-American socio-political context in which Bilbao has acted, and (2) discussion of the key-concepts mobilized by the author; my hypothesis in this paper consists in affirming that these concepts must be understood as a dialog established among Bilbao’s works and those of Edgar Quinet, Michelet and Felicité Lamennais.

KEYWORDS: American Revolution, Representations of the political, Chilean Romanticism.

113

Introdução

O pensador chileno Francisco Bilbao (1823-1865) pertence a um momento da história hispano-americana¹ em que o debate das ideias se voltava cada vez mais para uma reflexão sobre o continente, sua história, sua tradição e sua inserção no curso de um processo mais amplo, que ultrapassava as fronteiras americanas. Bilbao, amiúde definido como liberal, republicano, romântico ou mesmo socialista utópico, expressa através dessa mesma pluralidade de designativos um elemento partilhado com os letrados de sua geração, cujo ideário poderia ser definido por categorias igualmente múltiplas e, ao mesmo tempo, explicitar uma síntese bastante particular de todas elas. Isso porque cada um daqueles conceitos – liberalismo, republicanismo, romantismo – poderiam significar coisas muito distintas: o que implica, portanto, em que nenhum dos termos do debate estava dado, abrindo um campo de disputas que eram, também, semânticas. Essa indefinição estava presente, ademais, no próprio mundo europeu, espécie de “matriz” que verteu grande parte dos conceitos e modelos a que os hispano-americanos recorriam para pensar a própria realidade, mas era especialmente concreta para o contexto americano, cuja construção de significados se dava em total ruptura e negação à herança colonial

¹No presente trabalho, seguindo o referencial do próprio Bilbao, os termos “América” e “Hispano-américa”, como também seus derivados, serão intercambiáveis.

anterior, e em que cumpria estabelecer os próprios alicerces da nacionalidade em cada um dos países recém-fundados.

Segundo Leopoldo Zea², o movimento intelectual que melhor expressa a produção literária, filosófica e política do período no qual se insere a obra de Bilbao é o romantismo – entendido, para aquele autor, como um conceito mais propriamente *geracional* do que filosófico ou estético. Falar em geração romântica implica, portanto, na noção de uma série de experiências e eventos que, partilhados pelos letrados dessa época, lhes imprimirá certa forma comum de apreender a realidade e a história americanas, distinta tanto da geração que lhes precedeu como da que lhes sucedeu. Esse romantismo hispano-americano, no entanto, apenas pode ser definido de forma volátil e eclética, tanto porque cada um desses autores irá se apropriar à sua maneira de influências teóricas que são igualmente múltiplas e polissêmicas, como porque lhes distancia também uma série de pressupostos, preocupações, contextos e influências diversas.

O movimento romântico

Os autores românticos pertencem à geração imediatamente posterior àquela dos *libertadores*. Estes, entre 1810 e 1830, protagonizaram as guerras de independência que libertaram a então América espanhola do jugo metropolitano, forjando unidades nacionais ainda não existentes e constituições para esses Estados. O que se seguiu ao processo de formação da maioria daquelas nações, no entanto, foram lutas entre facções e emergência de caudilhos que prolongaram os conflitos armados e deram continuidade a um estado de guerra, conflitos e disputas – dessa vez, não mais em relação a uma potência externa, mas a rivalidades internas pelo poder político – que, o mais das vezes, levaram à imposição de regimes ditatoriais que pela força tentaram pacificar as convulsões sociais e políticas de nacionalidades instáveis, onde não havia, entre os diversos extratos sociais, laços fortes de identidade ou o senso de um destino comum.

Para a geração romântica, cujo período de atuação corresponde principalmente aos anos entre 1840 e 1860, esse estado de coisas se devia ao fato de a Independência ter realizado a emancipação do continente apenas no que dizia respeito à independência política: esse ato se mostrava ainda lacunar e incompleto, uma vez que os impulsos visionários dos libertadores não foram capazes de alçar os países americanos à condição de nações prósperas e modernas. Segundo os românticos, os libertadores, fortemente influenciados pela filosofia das luzes, tomaram *libertação* por *liberdade* e acreditaram que, uma vez despojados da condição de colônia, os novos países seriam capazes de unir soberania a progresso e seguir um caminho de

² ZEA, Leopoldo. *The Latin-American Mind*. Trad. James H. Abbot; Lowell Dunham. Norman: Univ. Oklahoma Press, 1963.

desenvolvimento econômico, cultural e político. Acreditando que o povo americano poderia se formar a partir de um arranjo institucional virtuoso, os primeiros constitucionalistas da Hispanoamérica incorreram no erro de desconsiderar suas condições e conformações particulares, e, sobretudo, a sobrevivência da mentalidade e das instituições coloniais. Para os letrados que farão parte da geração romântica, contudo, era necessário entender a realidade americana naquilo que lhe era próprio, em seus vícios e suas virtudes, para que se a pudesse efetivamente transformar. E isso implicava uma leitura do passado americano, e em especial daquilo que fora legado pela conquista hispânica e que deixara suas marcas no espírito e nas tradições da sociedade. A história da América fora inexoravelmente marcada pela colonização espanhola, e se fazia necessário compreender os sentidos que ela imprimira no modo de ser do continente. Ainda de acordo com Zea,

Talvez nenhum outro período de nossa história expresse melhor um modo de ser próprio ao homem hispano-americano do que este [período romântico]. É durante essa época que emerge o dilema de um homem que se percebe portador de um ser ou modo de ser que ele não considera pertencente a si mesmo, que ele vê como algo que lhe fora dado, ou pior, como algo que lhe fora imposto.³

O que os homens dessa geração têm em comum é, especialmente, a percepção daquilo em que consistiria o estabelecimento efetivo da soberania americana contra as travas da tradição hispânica e que representaria, portanto, a complementação da obra dos libertadores: a emancipação mental do homem americano. Uma vez conquistada a independência política, restava ainda a tarefa essencial de se estabelecer no continente sua independência intelectual, em um sentido amplo, que envolvia a fundação de uma literatura, de uma filosofia e de uma cultura propriamente americana e nacional – ainda que isso resultasse, não poucas vezes, em uma compreensão da cultura americana que a colocava como derivação da matriz europeia, não em um sentido que hoje chamaríamos de “imitativo”, mas de pertencimento a uma cultura universal que tem seu berço na Europa. Os modelos culturais, políticos e literários por eles mobilizados funcionavam, portanto, enquanto inseridos em um processo natural de movimento de ideias, e não como uma tributação passiva ou acrítica da produção europeia, prática que era tida, aliás – pelo menos de parte do grupo aqui tratado – como erro crasso e evidente. Tratava-se, portanto, de uma operação teórica e discursiva bem mais complexa, que oscilará de diferentes formas entre o referencial local e o universal, ou dizendo de outra forma, entre a realidade americana da qual se visava dar conta e outro mundo, moderno e civilizado, que funcionará como espécie de horizonte a ser atingido.

³ ZEA, Leopoldo. *The Latin-American Mind*, p. XIII. (tradução nossa).

Essa geração compartilhou, ademais, uma visão do processo de Independência – e do processo correlato de emancipação mental – que os representava como reflexos de um duelo referente, de modo amplo, à história do Ocidente moderno. A luta americana entre o passado colonial e a civilização fazia parte da disputa, iniciada e parcialmente resolvida na Europa, entre as formas modernas de relação entre os sujeitos, que se gestaram na Europa liberal e reformada, e os valores tradicionais, organicamente hierárquicos e estanques, encarnados na Europa católica – mais especificamente na Espanha, que incorporava para os americanos o próprio espírito da Idade Média e do atraso, que os românticos lutavam por extirpar.

Essa construção ideológica ecoava e reforçava a referência identitária americana em oposição à espanhola, que havia se originado com a independência política como forma de diferenciação da identidade metropolitana. A partir da geração romântica, no entanto, essa identidade foi dando lugar, não sem tensões, à consolidação de uma identidade nacional, a partir da necessidade de estabelecer uma distinção entre um Estado e outro. De fato, os românticos foram os primeiros a se preocuparem com a legitimidade da Nação e com a busca de seus fundamentos. Segundo Jorge Myers,

A introdução, feita pelos românticos, do conceito de nação como trama articuladora pela qual deveria interpretar-se a cultura regional [...] tornou urgente a tarefa de esclarecer quais eram os limites da nação aludida, no espaço e no tempo.⁴

O estabelecimento de um projeto de Nação se ligava, para eles, à fundação de uma Nação literária, de novas formas de expressão de uma história e de uma memória coletivas contra uma tradição colonial que ainda estava viva no espírito americano. A literatura possuiria uma função interpretativa e educacional, consistindo no meio através do qual o caráter nacional podia ser desvendando (em seus valores, costumes e crenças particulares, tanto positivas quanto perniciosas) ao mesmo tempo em que estabelecia as possibilidades de superação do legado espanhol. Estava em questão a construção de um modo de acesso a uma modernidade que punha em cena, pela via política e econômica, um amplo leque de valores liberais e democráticos – cujo conteúdo será alvo de variadas interpretações –, e pela via literária, uma escrita que encarnava uma nova experiência dos sujeitos com o tempo, enunciada em um discurso que se pretendia uma ruptura com o passado e, concomitantemente, uma abertura e uma criação, e enquanto tal portava uma “violência fundadora” que lograva “impor e imprimir o imaginário da nação”⁵. O romantismo marcará, como mencionado anteriormente, também um campo de disputas: não só o

⁴ MYERS, Jorge. *Hacia la Completa Palingenesia y Civilización de las Naciones Americanas*: literatura romántica y proyecto nacional, 1830-1870, p. 245. (tradução nossa).

⁵ RODRIGUEZ MONARCA, Claudia. Del Parnaso a la Cordillera: Metatextos fundacionales (1842). *Estudios filológicos*, Valdivia, n. 42, set. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0071-17132007000100013&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 06 abr. 2012.

próprio adjetivo romântico era alvo de apropriações e reapropriações, como também os referidos significados de liberalismo, república e democracia no interior de cada projeto político e, ademais, os próprios termos de instituição do referencial identitário, que remetia ora à identidade nacional, ora à americana.

As gerações ligadas ao movimento romântico, ou de alguma forma influenciados por ele, se reuniram em torno de círculos literários que representaram espaços de criação de uma “opinião pública” onde a imprensa teve papel essencial enquanto foco de debate e interlocução a partir dos discursos, manifestos, ensaios e narrativas publicadas nos periódicos da época.⁶ Ainda que aquele *público* se restringisse à esfera letrada da sociedade, esses grupos foram importantes ambientes de contestação e de expressão, que se concebiam, ademais, como espaços alternativos e críticos à querela travada entre os partidos que disputavam o poder.

As sociedades literárias na Argentina e no Chile

Os grupos de letrados formados na Argentina e no Chile estabeleceram uma relação de influência e diálogo que se deveu, em grande parte, à presença neste país de alguns dos principais membros da chamada “geração de 1837” argentina, que haviam fundado e participado do *Salão Literário*, e depois da extinção deste, da *Joven Argentina* ou da *Asociación de Mayo*. Para os “filhos do Prata”, exilados do regime rosista, o sistema político chileno figurará como imagem da estabilidade e da ordem, em contraste evidente com a pátria natal, ainda dividida pela briga política entre unitários e federalistas, que prolongava os conflitos internos da região e obstava não apenas sua pacificação, como também seu progresso econômico e cultural – que, na visão daqueles autores, não poderia subsistir em um contexto de fragmentação interna. Duas das principais obras dessa geração – *Facundo - Civilização e Barbárie* de Sarmiento e as *Bases* de Alberdi⁷ – foram escritas durante o exílio chileno e expressam, cada uma à sua maneira, essa preocupação com a instabilidade do país e as conseqüências dela decorrentes.

Em 1842, os românticos chilenos inauguraram a *Sociedade Literária*, impulsionada, em boa medida, pela presença dos argentinos: trazendo consigo a experiência dos círculos literários que fundaram em seu país, como também uma sofisticada bagagem cultural, os argentinos estabeleceram com os chilenos uma rivalidade no campo intelectual cuja reação, em parte, será a criação da Sociedade de 1842. Sintomaticamente, o discurso inaugural de José Victorino Lastarria explicita a necessidade de criação de uma literatura propriamente chilena:

⁶ Esses círculos literários serão formas de sociabilidade que possibilitarão um impulso novo às letras e ao pensamento nacional, ao possibilitarem a expressão de inovações e deslocamentos em relação aos meios “oficiais”, bastante refratários às mudanças trazidas pelos românticos.

⁷ *Bases y Puntos de Partida para la Organización Política de la República Argentina*, escrito em 1853, exerceu grande influência na elaboração da Constituição argentina do mesmo ano.

Que modelos literários serão, pois, os mais adequados a nossas circunstâncias presentes? Vastos haveriam de ser meus conhecimentos, e claro e atinado meu juízo para resolver tão importante questão; mas chame-se arrogância ou o que se queira, devo dizê-los que muito pouco temos que imitar: nossa literatura deve ser-nos exclusivamente própria, deve ser inteiramente nacional.⁸

No que tange ao aspecto mais estritamente político, as relações dos exilados argentinos com os grupos existentes no espectro ideológico chileno são complexas, e embora admirassem a capacidade do regime impor a ordem e possibilitar o desenvolvimento econômico do país, isso não implica em uma adesão completa ao projeto do partido conservador, sendo antes um reflexo de uma diferença mais ampla entre os dois países. Para além dos diversos processos de formação nacional e consolidação do território, a composição das elites em cada caso exerceu grande influência sobre a conjuntura política e as percepções de seus atores. Os conflitos intraelite no caso chileno foram consideravelmente menos agudos do que na Argentina, que só começou a se unificar de fato após a queda de Rosas em 1852. Dessa forma, após a tomada do poder pelo partido conservador em 1830, as lutas no Chile se restringiam o mais das vezes à disputa eleitoral entre esse partido, também chamado de partido *pelucón*, e o partido liberal ou *pipiolo*. Os *pelucones* permaneceram no poder entre 1830 e 1861 – período que ficou conhecido como “Era Portaliana” em razão da permanência dos ideais lançados por Diego Portales ainda em inícios da década de 1830 –, tendo sucedido uma época de agitações e desordens dos governos *pipiolo*s e estabelecendo, pela força, um governo forte e centralizador onde a conservação da ordem pública foi tida como meta precípua.

O argumento portaliano, sobre o qual foi construída a legitimidade do governo *pelucón*, se baseava na concepção de que o povo carecia de qualidades democráticas que o habilitassem ao pleno exercício da cidadania política; sua atualização enquanto sujeito soberano deveria ser precedida pela consolidação de um governo capaz de tutelar a nação, espécie de demiurgo necessário ao estabelecimento das diretrizes sociais, políticas, educacionais e econômicas a serem trilhadas por um país ainda nascente.⁹ Essa aceção do povo como sujeito a ser fundado – falta do quê ele não seria capaz de exercer sua soberania – era compartilhada por muitos membros da geração romântica, conquanto suas preocupações fossem em outras direções e nada tivessem a ver com uma tarefa exclusivamente Estatal. De toda forma, mantendo o país em relativa estabilidade, os conservadores fizeram do Chile um referencial para o restante da América Hispânica, cujas repúblicas se consumiam ainda em lutas internas; para os argentinos, a

⁸ LASTARRIA, José Victorino (1842). *Discurso de incorporación de D. J. Victorino Lastarria a una Sociedad de Literatura de Santiago, en la sesión del tres de mayo de 1842*. Valparaíso: Impr. de M. Rivadeneyra, 1842, p. 10. Disponível em: <<http://www.memoriachilena.cl>>. Acesso em: 06 abr. 2012.

⁹ GAZMURI RIVEROS, Cristián. *El “48” chileno: igualitarios, reformistas radicales, masones y bomberos*. Santiago: Universitaria, 1999. Disponível em: <<http://www.memoriachilena.cl>>. Acesso em: 06 abr. 2012.

Constituição chilena havia sido capaz de engendrar a pacificação de que tanto se ressentiam para o desenvolvimento de seu próprio país. Para os românticos chilenos, no entanto, essa forma de organização será vista como insuficiente e, ao longo da década de 1840, começarão a surgir manifestos e discursos apontando para as lacunas não resolvidas pelo autoritarismo do regime.

Trajetória de Francisco Bilbao

Em 1844 é publicado em Santiago o artigo *Sociabilidad Chilena*, uma inflamada manifestação desse descontentamento gerado pela situação política e social do país, escrito pelo estudante Francisco Bilbao, que então tinha 21 anos e era membro da Sociedade Literária. Na obra, Bilbao aponta a administração conservadora, e especialmente a manutenção do Catolicismo, como os principais vetores da herança hispânica no Chile. Para ele, a imposição da ordem a partir da ascensão *pelucona* ao poder não foi mais que a reação da oligarquia e do clero às mudanças iniciadas pelos governos *pipiolo*s, as quais tinham como objetivo dar continuidade à obra da Independência – por ele concebida, assim como entre a generalidade dos autores românticos, enquanto obra universal, que tinha a ver com a humanidade em seu conjunto, e não como evento particular e restrito ao continente.

Para Bilbao, nisso se diferenciando de sua geração, esse espírito hispânico – associado, como se viu, à conquista colonial e ao medievalismo – se encarnava não apenas nas instituições e nos costumes, mas na própria crença fundamental da sociedade, a doutrina católica, exposta pelo chileno como dogma da obediência cega e da fé não raciocinada. Fazia-se necessária, dessa forma, uma reforma em dois sentidos precípuos: o da ruptura com qualquer entrave à instituição da liberdade da consciência individual, e a supressão das barreiras à soberania política e das desigualdades extremas sustentadas por uma elite míope a tudo o que não dissesse respeito a seus interesses imediatos. Segundo o autor, o povo se fundaria pela soberania, e não por “golpes democráticos” como o que levou os *pelucones* ao poder. A “anarquia” da década *pipiolo* era decorrente da incitação e dos maniqueísmos dos próprios conservadores sobre uma população ainda marcada pelo passado colonial, e não a justificação de necessidade da ordem centralista e despótica imposta em 1831.

Sociabilidad Chilena foi acusado, por setores do governo e da Igreja, de subversivo, imoral e sedicioso, tendo seu processo gerado manifestações em que compareceram estudantes e artesãos. Exilando-se na Europa em 1845, Bilbao se estabeleceu na França e lá intensificou seu contato com a cultura intelectual do país e com alguns dos pensadores mais influentes de sua trajetória, em especial Jules Michelet, Edgard Quinet e Felicité de Lamennais, com os quais estabelecerá relações que, se inicialmente se enquadram numa ligação mestres-discípulo, se

estenderá ao desenvolvimento de laços pessoais e demonstrações de admiração mútua, expressas em citações, elogios, e na comunicação epistolar entre Bilbao e cada um dos literatos.

Na Europa entre 1845 e 1850, Bilbao vivenciou as movimentações, esperanças e fracassos das revoluções de 1848, notadamente da francesa, cujo desfecho foi sentido, por grande parte das correntes republicanas de alguma forma ligadas à França, como uma fratura nas aspirações e expectativas que o país poderia simbolizar enquanto berço da Revolução. Esse esgotamento foi mais evidente, sobretudo, a partir do golpe de Luis Napoleão que instaurou o II Império em 1852, cujo efeito foi tanto mais agudo porque apoiado em plebiscitos populares: para as vertentes que desejavam erigir a República em bases democráticas, especialmente, se colocava ainda uma vez o paradoxo entre a vontade e a razão da maioria, seus fundamentos, e o sentido mesmo do “povo”.

No momento mesmo de seu estalido, contudo, a revolução de 48 produziu enorme comoção na sociedade chilena. O “espírito *quarante-buitard*” teve considerável ressonância entre a juventude liberal do país, não apenas em função da mobilização e dos eventos imediatos que levaram a ela, mas pela carga ideológica que esse espírito representava no que dizia respeito aos princípios de liberdade, igualdade e fraternidade, ecoados pela revolução de 1789, e que agora pareciam renovar suas promessas. Segundo Cristián Gazmuri¹⁰, esse fator circunstancial, associado à crescente insatisfação e questionamento do regime *pelucón* por parte de setores liberais e por artesãos, serão elementos que conformarão a conjuntura em meio à qual surgiu a Sociedade da Igualdade, fundada em março de 1850 por Santiago Arcos – que também se encontrava na França em 1848 – e à qual se unirá Francisco Bilbao pouco depois de seu retorno ao Chile.

A Sociedade da Igualdade foi, segundo Gazmuri, uma expressão do espírito *quarante-buitard* chileno enquanto *pathos* revolucionário e republicano – tomados esses conceitos de forma ampla, uma vez que a Sociedade congregou nuances políticas bastante distintas. Construída nos moldes dos *clubs* republicanos franceses, a Sociedade da Igualdade se constituiu em organização política, social e ideológica inteiramente inovadora para o panorama do Chile:

apesar dos vínculos com a oligarquia opositora, a Sociedade da Igualdade nascia com características novas que a diferenciavam das organizações prévias em que se esta agrupava; assim como também, a nosso juízo, dos grupos obreiros ‘instrumentais’ dos anos anteriores [...]. Isso foi assim não apenas porque ela incorporou artesãos em um número elevado e desde seus inícios, mas, especialmente, por sua característica de novidade enquanto ‘forma de sociabilidade política’ [...]. Era uma sociedade republicana estruturada por seções de 24 indivíduos cada uma, formando uma rede territorial [...].¹¹

¹⁰ GAZMURI RIVEROS, Cristián. *El “48” chileno*.

¹¹ _____. *El “48” chileno*, p. 74. (tradução nossa).

A Sociedade promoveu aulas, conferências, cursos e discussões públicas voltadas tanto para a camada letrada quanto para a população artesã, que contava com membros na própria Junta Diretora. Quanto aos letrados, fizeram parte da Sociedade da Igualdade alguns dos nomes mais importantes da juventude *pipiolo* da época – além de um dos principais liberais da história do Chile, José Victorino Lastarria. Foi esse círculo de literatos o principal portador do imaginário *quarante-huitard* de que se fez menção, alimentados, em boa parte, pelo impacto do livro *História dos Girondinos* de Lamartine, que, chegado no Chile em 48, ajudou a revigorar os ideais revolucionários do grupo: manifestação disso foi que, durante leituras da obra, aquele grupo de jovens liberais acabou por adotar os nomes dos personagens de Lamartine como espécie de apelidos conferidos por afinidade de comportamento ou simples simpatia às figuras da Revolução Francesa. A Francisco Bilbao – como conta Benjamín Vicuña Mackena, que fez parte desses “Girondinos Chilenos” – se conferiu o nome de Vergniaud, “o mais ilustre orador da Gironda”¹². De fato, como conta o mesmo autor, Bilbao se tornou o principal orador da *Sociedade da Igualdade*.

A primeira contenda política grave da *Sociedade da Igualdade* se deu com a Igreja Católica, por conta da publicação de um capítulo de *Palavras de um Crente*, de Felicité de Lamennais, no periódico da Sociedade, *El Amigo del Pueblo*. Por conta disso o periódico foi fechado – sendo substituído por outro, *La Barra* – e alguns membros cogitaram a expulsão de Bilbao, de quem havia sido a iniciativa, que foi defendido pelos artesãos e por Santiago Arcos. Bilbao continuou seus ataques ao catolicismo desde o opúsculo *Los Boletines del Espíritu*, que lhe valeram novos problemas com a Igreja.

Os problemas políticos da *Sociedade*, no entanto, foram se tornando mais graves à medida que se incorporavam a ela, crescentemente, membros do Partido Liberal aglutinados em torno da oposição ao candidato presidencial conservador, Manuel Montt.¹³ A partir de julho de 1850, quando um clube ligado ao partido se dissolveu, a *Sociedade da Igualdade* passou a representar, na prática, a única força política de oposição. Isso levou, no entanto, a uma mudança em suas orientações – de associação republicana de discussão e crítica à realidade chilena, foi tomando os moldes, por influência desses novos membros *pipiolo*s, de grupo político conspiratório. A associação entre essa conjuntura insurrecional contra a candidatura de Montt e o sentimento anti-*pelucón* e anti-conservador presente, como já mencionado, entre os artesãos e os jovens liberais, levou a uma radicalização dos atos da *Sociedade* e a uma série de conflitos com o

¹² VICUÑA MACKENNA, Benjamín. *The Girondins of Chile: reminiscences of an eyewitness*. New York: Oxford University Press, 2003.

¹³ É importante destacar que havia uma diferença notável entre o que se chamou anteriormente de “juventude *pipiolo*”, que está na origem da Sociedade da Igualdade, e o grupo político liberal que afluí posteriormente à Sociedade, muito mais envolvido que os primeiros nas intrigas e pelejas entre os partidos e guardando com aquela juventude uma considerável diferença ideológica. Cf. GAZMURI RIVEROS, Cristián. *El “48” chileno*.

governo cujos desfechos foram a decretação do estado de sítio, o fechamento da *Sociedade* e o mandato de prisão a seus dirigentes, em novembro de 1850. Atuando na clandestinidade até a suspensão do estado de sítio, Bilbao e outros membros voltaram a se reunir e protagonizaram, junto aos *pipiolo*s opositores a Montt, um golpe que tentou derrubar o presidente eleito, em abril de 1851.

Derrotado o golpe, Bilbao se exilou do Peru, onde suas manifestações pela libertação dos escravos no país lhe valeram problemas com o governo e a imposição de afastamento da vida pública peruana. Apoiando uma sublevação vitoriosa que derrubou essa administração, voltou a ser perseguido, dessa vez por setores católicos, por conta de seus posicionamentos em condenação desse dogma. Exilou-se novamente na Europa em 1854, passando um período em Bruxelas com Edgar Quinet que, de sua parte, se encontrava também proscrito. Durante esse período, sua desilusão com o continente europeu – e especialmente com a França imperial –, como também as sucessivas intervenções norte-americanas na América Hispânica, o levaram a perceber uma crescente tendência imperialista por parte dos Estados Unidos e da Europa. Em 1856 organizou um congresso em Paris em que tentou congregar os americanos em torno da ideia de união das Repúblicas hispano-americanas em uma espécie de federação, como forma de defender sua independência e sua soberania em face da ameaça externa.

122

Voltou à América em 1857, se instalando em Buenos Aires – onde permaneceu até sua morte em 1965 –, atuando publicamente através da imprensa, tendo fundado a *Revista del Nuevo Mundo* e colaborado com diversos outros periódicos. Na capital argentina, posicionou-se a favor da Confederação liderada por Justo José Urquiza contra a província de Buenos Aires, que tinha à frente Bartolomé Mitre. Tratava-se de mais um episódio da luta interna do país, o último deles, a partir do qual, com a vitória de Mitre em 1861, estabeleceu-se um acordo acerca adoção de uma constituição republicana federativa e da nacionalização do porto de Buenos Aires, que possibilitaram a pacificação da Argentina e tiveram como conseqüências sua consolidação e rápido desenvolvimento a partir de fins do século XIX.

O ideário de Francisco Bilbao - a questão do teológico-político

O ideário de Francisco Bilbao passou por mudanças, reformulações e incoerências, naturalmente decorrentes de seu próprio percurso intelectual, mas foi, desde seus primeiros textos publicados na imprensa chilena, orientado por duas ideias centrais e precípuas: a ideia de Revolução e a ideia de República. Esses dois conceitos nortearão, e serão norteados, por suas interpretações e percepções da realidade da América Hispânica, mas também serão, por sua vez, influenciados pelos referenciais que fizeram parte de sua formação teórica, em especial os

mencionados autores franceses com os quais manteve vínculo e diálogo. Nesse sentido, a hipótese de leitura que se pretende lançar aqui – evidentemente longe de se pretender esgotar o assunto – é a de que Bilbao manteve com Michelet, Lamennais e Quinet uma unidade de pressupostos em relação a certos temas fundamentais e que se referem, de um lado, ao “cristianismo da raça humana”¹⁴ adotado por Lamennais, e de outro, ao que Claude Lefort nomeou “teológico-político”, e que foi uma questão partilhada por Quinet e por Michelet.

O que se alude como teológico-político não diz respeito, como o termo pode fazer pensar, a questões relacionadas à Igreja e ao Estado enquanto instituições autônomas de uma sociedade, ou tampouco à religião e à política como esferas diferenciadas da vida social – cisão que começava a se concretizar no próprio século XIX e à qual esses pensadores não são estranhos. Quanto ao que entendemos nesses termos nossos autores são claros: não têm dúvida de que a liberdade de culto deve ser estabelecida e condenam a união entre Igreja e Estado. Aquilo sobre o qual eles se debruçam e pretendem dar testemunho, no entanto, nada tem a ver com a forma como a questão se desdobrou ao longo da modernidade até nossos dias, quando a religião, e tudo o que pertence ao domínio da crença, passa a fazer parte do âmbito privado das relações sociais, para onde foi relegada após um longo processo de separação entre a instituição religiosa e a política. Que essa dissensão assegure de fato a independência entre os dois campos, porém, é algo a ser interrogado. Lefort aponta, aliás, que esse exílio da religião no domínio do particular pode significar uma ofuscação do público, e não sua independência: o perigo reside em imputar qualquer assunto religioso ao abrigo do privado e, por isso, interdita-lo à discussão pública, permitindo, pela própria interdição, que o dogmatismo continue a investir e comandar o mundo social, conformando um “santuário comum de princípios nos quais não se deve tocar”¹⁵.

Os marcos do teológico-político concernem, já se disse, a outra dimensão da questão. Aquilo que se entende sob a denominação de teológico e de político deve, por isso, ser também explicitado. O domínio do religioso, para Lefort, diz respeito a uma “sensibilidade religiosa” que atesta relações – atitudes, representações, convicções – que reportam a uma fidelidade a certos valores, mas que não remetem necessariamente a qualquer credo religioso enquanto tal. Nesse sentido, pouco importa que a crença à qual se adere seja laica; o sentimento religioso é aquilo que coloca, para um determinado conjunto de sujeitos, o sentido de um pertencimento comum, e nessa medida não há comunidade de homens que dele não partilhe. Por sua vez, o político –

¹⁴ A expressão é de Michel Winock, em: WINOCK, Michel. Deus e a Liberdade. In: _____. *As vozes da Liberdade - os escritores engajados do século XIX*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

¹⁵ LEFORT, Claude. *Desafios da Escrita Política*. São Paulo: Discurso Editorial, 1999, p. 42.

designado no masculino justamente em contraposição à “política” enquanto sistema social delimitado – pretende apreender a própria instituição do social,

“seu esquema diretor, o modo singular de sua instituição, que torna pensáveis (aqui e acolá, no passado e no presente) a articulação de suas dimensões e as relações que estabelecem em seu bojo entre classes, grupos, indivíduos, assim como entre práticas, crenças, representações”.¹⁶

Em função disso o político informa também, e essencialmente, o *lugar do poder* de uma sociedade, que é definido e operado pela adesão dos homens a uma determinada dinâmica de autoridade e de distribuição do poder estabelecida na (ou sobre) a coletividade - que comanda, em suma, a adesão a um regime.

As obras de Michelet, Quinet e Bilbao são atravessadas por uma preocupação comum, que busca desvendar as articulações entre o teológico e o político, suas direções e sentidos, no que elas são capazes de responder ao fenômeno de transformação social que eles tinham diante de si.¹⁷ Na medida em que a Revolução se instaura em relação a uma antiga ordem, entender a significação de sua ruptura demanda que se apreenda, igualmente, as raízes dessa ordem na História. A Revolução se institui, no caso francês como no caso americano, em oposição e em decorrência de uma formação social cujas instâncias do político e do religioso postulavam, ambas, a obediência a uma potência transcendente. Tratava-se, portanto, de um registro teológico-político, onde o entrelaçamento entre os dois domínios estabelecia sobre os sujeitos uma dupla servidão, encarnada, em um caso, na experiência católico-colonial americana, e no outro, na experiência católico-monárquica francesa.

O que aqueles autores colocavam em evidência, assim, era o caráter simbólico de qualquer ordenação de autoridade, seja ela política ou religiosa, entendendo-se o simbólico segundo a acepção de Lefort, enquanto aquilo que “define um acesso ao mundo”¹⁸. Essa reflexão se liga, sem se confundir, com a “verdade religiosa da revolução política”¹⁹, a percepção de que essa Revolução possuía, ela mesma, um estatuto religioso: de que, portanto, os princípios estabelecidos por ela teriam validade enquanto liame moral a unir os sujeitos. Que essa dimensão religiosa tenha um caráter laico não impede que possa estabelecer uma nova fé, fundada em uma crença que não mais remete a uma salvação extra-humana, mas em um destino dos homens que os prende ao seu mundo comum.

¹⁶ LEFORT, Claude. *Pensando o político*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p 254.

¹⁷ Transformações suscitadas, em grande medida, pela consolidação de um mundo moderno, expresso em diversos aspectos das relações sociais, e que não era alheia ao fato mesmo da Revolução naquilo que ela trazia de novidade – e de percepção do novo – aos sujeitos e suas representações de si e do mundo.

¹⁸ _____. *Pensando o político*, p 259.

¹⁹ _____. *Pensando o político*, p 251.

Essa convicção foi partilhada não apenas por Quinet, Michelet e Bilbao, mas também por Lamennais (como, ainda, por boa parte do século XIX, embora em direções as mais variadas). Uma diferença essencial entre eles, no entanto, diz respeito às respectivas concepções de Cristianismo, das relações deste com a Revolução, e daquilo em que esta lhe deve enquanto nova crença. Para Quinet e Michelet, a Revolução consistia no “*outro*” do Cristianismo, porque, enquanto tal, não era o seu oposto absoluto: dele herdava seu alicerce último na fraternidade e no amor entre os homens. Mas a postulação cristã de indivíduos eleitos, seu recurso a um plano extramundano, sua ideia de um pecado original, fazem com que, para eles, o cristianismo não possa ser mobilizado enquanto fundamento religioso.

Bilbao, nessa questão, se posiciona mais próximo ao cristianismo de Lamennais. Isso não quer dizer que eles aceitem os princípios rejeitados por Quinet e Michelet, muito antes pelo contrário, igualmente os recusam. Sua concessão ao simbolismo cristão se dá por uma total desvinculação entre o Cristianismo e qualquer de suas versões, católicas ou protestantes, e pelo abandono de fórmulas instituídas pela Igreja. Retendo o Evangelho, acentuando seu alicerce na fraternidade e na igualdade entre os homens, Bilbao e Lamennais veem no Cristianismo um princípio conciliável com a Revolução e com a fé que esta institui. O que eles recuperam no Cristianismo, portanto, é uma versão bastante particular, laica, igualitária e republicana das bases da fé cristã, à qual Michel Winock chama, em termos que se aplicam a Bilbao, de “cristianismo da raça humana”.

125

A República e a Revolução no pensamento de Bilbao

No ideário de Bilbao, a Revolução e a República são ideias entrelaçadas a uma determinada concepção de religião e possuem um duplo desdobramento: de um lado, serão elementos que conformarão sua forma de pensar a História e de dar sentido aos acontecimentos humanos, e de outro, serão alicerces de projetos políticos que, tendo sua ancoragem naquela mesma interpretação do mundo, dirão respeito a uma ordem e a princípios que, embora eternos e imanentes ao homem enquanto tal, só poderiam ser postos no plano da experiência por meio da ação humana.

Dessa forma, enquanto *princípio*, a República diz respeito ao cumprimento de uma ordem atemporal, concernente à condição livre e soberana de cada indivíduo: “Essa lei, esse governo, essa República fundamental e primitiva, essa soberania, esse *self-government*, apareceram com o homem, desde o primeiro momento de sua consciência: É por isso que a República é

eterna”²⁰. Essa concepção quase providencial da República e da liberdade, contudo, se prende ao mesmo tempo a uma leitura da História cujo ator por excelência é, também, o próprio homem, através de cuja atuação esses princípios podem se realizar ou permanecer submersos. Trata-se, portanto, de uma espécie de filosofia da história que, ao mesmo tempo em que apresenta certa teleologia das potencialidades humanas, tira delas qualquer sentido de necessidade histórica. Se os homens, por sua própria condição, portam aqueles princípios de liberdade e soberania, podem também, eles mesmos, sufocá-los ou mantê-los fora da história, como que em latência, abdicando de sua condição em favor de uma soberania exterior a ele, encarnando-a acima de si, seja em um Deus vingador, seja em um Rei cuja vontade define todo o Direito. É nisso que reside o sentido mesmo da Revolução: ela traz em si o impulso pela restauração da liberdade onde quer que ela se encontre domesticada ou soterrada.

A República representa, em contrapartida, a afirmação da soberania do indivíduo, nas mais diversas esferas de relação, e da independência de sua consciência quanto a qualquer autoridade localizada fora dele. Consiste, assim, em um modo de sociedade pautado pelo *self-government*, entendido como governo da razão individual e autônoma, cuja existência efetiva não pode prescindir de um sistema moral que o sustente. Para Bilbao, qualquer regime social subsiste tendo como base um *dogma*, uma forma de crença moralmente instituída, que organiza os valores e as paixões implicadas nas relações dos homens entre si e com o mundo. Na concepção do autor deveria haver, sempre, uma correspondência entre um princípio político e um princípio que informa determinada crença. Para ele, ocultar as vinculações entre religião e política, supor que “o dono da minha consciência não é o dono do meu voto”, seria ignorar o papel do dogma na orientação da ação e do entendimento dos sujeitos.

A servidão está, também ela, imbricada a dogmas, a sistemas de pensamento que produzem crenças e símbolos. A Revolução carrega, portanto, um significado teológico-político, porque teológico-político é o sentido da República e, igualmente, o de seu oposto, a tirania, em qualquer de suas formas de dominação. A tarefa da Revolução diz respeito, destarte, não apenas à fundação de um novo sistema político, mas a uma ruptura no plano das representações dos sujeitos e à instituição de um modo de ser em sociedade – e nessa medida ela é, também, religiosa. E que se lembre, ainda, que ela diz respeito a princípios eternos, que concernem à própria condição do homem e que, por isso, dependem de sua ação para serem postos no tempo: o sinal de sua universalidade, por conseguinte, é o que ela realiza no plano do humano. Deste

²⁰ BILBAO, Francisco. El Evangelio Americano. In: GOYENECHÉ, José Alberto Bravo de (Editor). *Francisco Bilbao: el autor y la obra*. Santiago: Editorial Cuarto Propio, 2007, p. 683. (tradução nossa).

modo, a Independência da América, conquanto portasse os princípios da Revolução, trazia desdobramentos que iam além suas fronteiras.

Como já foi dito, Bilbao partilhou da visão da geração romântica quanto à associação entre os atrasos do continente e a herança espanhola e a ela deu sua própria interpretação. A Revolução se iniciou, na América, em reação à dominação espanhola, uma configuração sócio-histórica específica cujos sentidos não são gratuitos. Se cada tipo de sociedade possui dogmas que dotam de significação o passado e o presente, a experiência colonial funciona enquanto lastro explicativo tanto dos eventos e ações que tiveram lugar na América, quanto daquilo em que consiste o trabalho de sua Revolução, que, segundo Bilbao, ainda não completou sua obra.

De acordo com Bilbao, “o mal não foi apenas a conquista, mas, ademais, a conquista espanhola”. Foi através da conquista que a Espanha fez perpetuar na América o dogma da submissão cega, fundado em uma imbricação profunda entre a Monarquia e a Igreja. Esse dogma, assentado no Catolicismo, conformou na Espanha um modo de sociabilidade que engendrou uma dupla abdicação da liberdade, ao fazer do Rei e do Clero autoridades incondicionais sobre o pensamento, as instituições, valores e crenças dos sujeitos. Formação teológico-política na qual, de um lado, a Monarquia instituiu um governo centralista e absoluto que, ao fundar em si mesmo o lugar da Lei, impossibilitava o exercício da soberania por parte do povo; e de outro, a Igreja, sustentando a fé em um Deus arbitrário e uma hierarquia eclesiástica que tomava para si a capacidade de julgar e decidir sobre o bem, o mal, o herege e o santo. O dogma católico, dominando a vida do povo espanhol, se estabeleceu como fundamento transcendente à consciência individual, e projetando-se acima dela, levou a uma escravização do pensamento pela associação entre fé, obediência e virtude.

Através do horror e da barbárie da conquista, os espanhóis levaram à América sua “civilização”, suas instituições, sua administração, sua religião: “com a Espanha veio o catolicismo, a monarquia, a feudalidade, a inquisição, o isolamento, o silêncio, a depravação e o gênio da intolerância exterminadora, a sociabilidade da obediência cega”²¹. Essa “educação da conquista” projetou-se sobre condutas e costumes, estendendo-se à percepção de realidade, à concepção de ciência e de arte, às práticas coletivas, à política.

A revolução de independência foi a reação do dogma da liberdade contra o dogma católico: é esse o sinal de sua grandiosidade e sua dimensão heroica, enquanto reação a uma servidão profundamente enraizada na vida do continente. A revolução representou uma rebelião contra a tradição hispânica e contra a história da conquista, e essa tarefa, exatamente porque

²¹ BILBAO, Francisco. *El Evangelio Americano*, p. 692. (tradução nossa).

extraordinária, é também lenta. A revolução está ainda inacabada, mas suas insuficiências – a permanência de instituições centralistas, o sistema de justiça ainda falho, a desigualdade profunda entre os indivíduos – não significam uma negação de seus propósitos, mas a obra que lhe resta completar, não apenas nos feitos, mas essencialmente no plano das representações e do dogma:

Se a religião, as crenças, os costumes, as superstições, os maus hábitos de abdição, obediência, servilismo, ociosidade, formavam o espírito, constituíam a índole, a lei da conquista, determinando o caráter dos colonos, é então necessário, ante toda mudança, a reforma, a revolução, no espírito, no pensamento, na crença radical, que é o que forma a essência da personalidade e funda a verdadeira autonomia do homem soberano.²²

Faz-se necessária a eliminação do dogma católico, incompatível com a soberania individual e com o livre pensamento. Quando se crê que toda a Lei é derivada de um Deus que faz tudo a seu bel-prazer, que as desigualdades têm sua origem na graça concedida por Deus e que o sofrimento tem sua justificação na promessa de uma felicidade em outro mundo, a ação dos homens perde, perante eles mesmos, qualquer capacidade de mudança, e todo o mal passa para um plano além-do-humano. Quando se crê que a salvação virá por uma fé inquebrantável e que a dúvida é uma heresia, todo o questionamento passa a ser interdito e o julgamento não mais repousa na razão individual, mas numa instituição que impõe a ela tudo o que é verdade.

128

Ao proclamar a soberania do povo a Revolução nega o catolicismo, mas este, contudo, ainda persistia na América, levando à coexistência contraditória entre a proclamação da liberdade política e a ausência de uma “religião do livre exame”. Os conflitos que dividiam o continente repousavam, para Bilbao, nessa dualidade última, como reflexos e conseqüências da incompatibilidade de orientações entre os dois princípios. Ambos se negam na medida em que não se pode, sem ambigüidade, adotar o universo postulado pelo catolicismo e, ao mesmo tempo, professar a autonomia de cada sujeito, uma vez que “o católico [se inclinaria] a favor da Igreja, e [seria] mau republicano. E o racionalista [se inclinaria] a favor do Estado e não [poderia] ser bom católico”.²³ Enquanto o espírito americano permanecesse cindido, não se seria capaz de crer firmemente em suas instituições e tampouco de segui-las de maneira convicta. Perdurar uma divisão entre os dois elementos seria manter o continente oscilante, de forma que se fazia necessária uma escolha entre o dogma católico e o dogma republicano.

Esse dogma republicano reside, para Bilbao, na soberania absoluta da razão de cada sujeito e na independência de pensamento, que são para ele o cerne de qualquer ordem coletiva efetivamente livre:

²² BILBAO, Francisco. *El Evangelio Americano*, p. 716. (tradução nossa).

²³ _____. *América en Peligro*. Buenos Aires: Impr. y Litogr. a vapor de Bernheim y Boneo, 1862, p. 44. (tradução nossa).

Compreenda-se, pois, nossa religião como a liberdade de pensar. [...] Se não pensasses, ou outro pensasse por ti, não serias indivíduo, serias *parte* de outro. Tu és a personalidade. Se não pensasses, ou outro pensasse por ti, não serias *persona*, serias coisa. Tu és a justiça. Se não pensasses ou outro pensasse por ti, serias instrumento de todo o mau. Pensando, és a justiça, porque pensar é ver a lei, e ver a lei constitui a responsabilidade e o dever. Pensando, Deus fala em você. É por isso que os sacerdotes te separam de teu pensamento e fazem crer o que eles querem. Pensar é ver a lei.²⁴

A liberdade de pensamento é, assim, a essência da soberania do homem e a recusa da opressão. O tirano é, em última instância, aquele que se interpõe – pela força ou pela crença – entre o sujeito e sua consciência, encarnando a autoridade e a legitimidade em um fundamento que deve ser aceito sem questionamento. A Verdade, portanto, jamais pode se pretender uma revelação: é nisso que reside a principal lacuna da revolução dos Estados Unidos, cuja crença subjacente foi um desdobramento da Reforma; esta, se por um lado representou uma superação do Catolicismo ao estabelecer cada homem como intérprete da palavra divina, por outro, manteve a vontade divina no plano do insondável e sustentou a fé numa palavra revelada.

A crítica de Bilbao é mais contundente, no entanto, quanto ao legado da revolução francesa. Tendo proclamado o direito e a igualdade entre os homens, essa revolução não foi capaz de cumprir suas promessas e degenerou em despotismo exatamente por pretender outorgar uma determinada via de emancipação da humanidade, negando a liberdade pelo motivo mesmo de que pretendia *impô-la*. Bilbao nega, ademais, qualquer filiação direta entre a revolução americana e a francesa, tanto por essa ter degenerado em tirania – negando a individualidade e pretendendo estabelecer a soberania do Estado sobre a dos cidadãos –, quanto pelo próprio caráter da Revolução: se a *experiência* da liberdade se dá no tempo e na história, sua *existência*, em contrapartida, é imanente ao homem e, portanto a-histórica:

O restabelecimento da justiça não é consequência de um desenvolvimento histórico, não é consequência fatal do desenvolvimento da história. A revolução nesse sentido é inata, *onipresente*, não é histórica. Sentir o mal, odiá-lo, atacá-lo, não é consequência da tradição encadeada dos séculos. É um *feito-lei* [*hecho ley*] da autonomia do homem.²⁵

Bilbao não nega que tenha havido influências de um movimento sobre o outro. Mas chama atenção, de saída, ao fato de que o acento que correntemente se coloca sobre a revolução francesa obscurece outras revoluções anteriores e igualmente (ou mais) importantes, como a própria Reforma e a revolução norte-americana. O que ele realmente deseja rechaçar, no entanto, é a atribuição de qualquer “paternidade” que furete à revolução americana o caráter e a lógica que lhes são próprios, atentando para as consequências políticas e ideológicas disso. Essa “fórmula cômoda”, que remete toda a causalidade à influência europeia, retira à revolução a sua

²⁴ BILBAO, Francisco. *El Evangelio Americano*, p. 737. (tradução nossa).

²⁵ _____. *El Evangelio Americano*, p 719. (tradução nossa).

espontaneidade e silencia a pluralidade de seus agentes, colocando a elite ilustrada como protagonista precípua dos eventos e mantendo na sombra aqueles que foram seus atores por excelência, notadamente os povos indígenas livres (que recusaram viver sob o julgo do catolicismo e mantiveram na América “o protesto sempre vivo”²⁶ pela conservação de sua soberania), e o povo – a massa mestiça e assalariada, urbana ou campesina – que aderiu à causa da pátria livre e por ela combateu.

Os ilustrados que estiveram à frente da Revolução, contudo, recuaram diante do peso da tarefa. Uma vez conquistada a emancipação política, era necessário que se avançasse no estabelecimento das bases do dogma da soberania individual, que supõe a liberdade e a igualdade entre os homens. Por fraqueza e por temor ao povo, no entanto, esses princípios permaneceram, quando muito, no plano da formalidade. Como coloca Leopoldo Zea, o que se seguiu, segundo Bilbao, foi o “despotismo constitucional”,

uma designação nova para uma velha forma de exercício político. De acordo com Bilbao aqueles homens não tiveram fé, nem no povo nem nas ideias pelas quais lutaram. Sem fé, eles não se esforçaram em assegurar as liberdades adquiridas ou em lograr as prometidas; eles se importaram apenas em manter o poder que eles haviam conquistado.²⁷

Foi por esse motivo que os primeiros governos sucumbiram e foram sucedidos pelas lutas internas, que pouco mais foram do que disputas intra-elite. Se tivessem se voltado para o povo e nele alicerçado os princípios da República, o povo os teria apoiado “pois dessa forma estariam apoiando a si mesmos”²⁸. Mas o que se seguiu, pelo contrário, foram restrições à cidadania, limitações do sufrágio, e outras formas de exclusão das camadas populares da vida política, sob o argumento de que era necessário educar as massas para a República e a liberdade antes de lhes garantir efetivamente a ampliação de direitos políticos.

Bilbao sustenta, em contraposição, que é apenas no exercício da liberdade que os homens são livres. Não há, por isso, “aprendizagem” da liberdade: a educação republicana é a própria soberania dos indivíduos na prática de seus direitos e deveres, orientada pela igualdade e pela fraternidade entre os sujeitos. O autor rechaça qualquer doutrina que sugira uma imaturidade dos homens para a liberdade, ou que postule qualquer ordem de coisas que lhe deve anteceder: a autonomia e a independência individuais são a realização da condição do homem enquanto tal e, por isso, nascem com ele. Aos que associam as massas a uma barbárie irreflexiva, que se deixa influenciar por demagogos e no seio da qual se fortalecem fenômenos como o do caudilhismo, Bilbao indica que isso não deve ser atribuído a qualquer ignorância ou ingenuidade própria ao

²⁶ BILBAO, Francisco. *El Evangelio Americano*, p. 726.

²⁷ ZEA, Leopoldo. *The Latin-American Mind*, p. 68. (tradução nossa).

²⁸ _____. *The Latin-American Mind*, p. 68.

povo, mas às condições de existência desses indivíduos: “dai-me párias, ou seja homens sem pátria em sua própria pátria, e tereis sempre os elementos [flotantes] do caudilho!”²⁹

O problema social, Bilbao percebe, se torna ainda mais pernicioso porque tende a estender a desigualdade às outras esferas da sociedade, como a política e a judicial, que reproduzem em seu próprio campo as diferenças sociais e econômicas. O que ele propõe é a descentralização dessas instâncias como forma de permitir ao máximo a participação dos indivíduos nas decisões concernentes a cada um dos campos – pela igualdade política, portanto, e não pelo igualitarismo. A descentralização é, ademais, um meio de instituir a prática da liberdade, que segundo ele são “os atos cotidianos da vida para estender a ação de todos ao governo de todos os interesses e direitos”³⁰, e abolir os “hábitos de obediência” herdados da Espanha, que fazem do Estado o concessor de todas as decisões e medidas.

A Revolução Americana diante da ameaça externa

Na visão de Bilbao não apenas a Espanha, mas o Velho Mundo como um todo, sinalizava cada vez mais claramente para uma tendência à centralização e para a “mania de unidade”. Segundo o chileno, a Europa unificava o Estado – fazendo dele um centro a irradiar sua vontade sobre todas as outras, sufocando as iniciativas individuais – ao mesmo tempo em que dividia o homem: através de uma modernidade industrial que cada vez se acelerava mais, cada indivíduo era, ao mesmo tempo, um átomo e uma massa. À América cabia inverter esses valores de divisão e união, unificando os sujeitos através de sua associação – e não de uma centralização que os uniformize – e resgatando a integridade do homem, de forma que o progresso não levasse a um individualismo pernicioso, mas, pelo contrário, que cada um se realizasse na variedade de seus atributos – pela multiplicidade, e não pela fragmentação.

Bilbao rejeita o modo europeu de civilização não apenas pelas relações que via emergir de sua via de modernização, mas também por perceber que as potências europeias se mostravam uma ameaça para a própria consolidação da Independência da América – e para a possibilidade de realização plena do ideal da República – na medida em que o nacionalismo daqueles países se transformava, cada vez mais, em um imperialismo que avançava sobre o Novo Mundo. Para Bilbao, a Europa, e a França em particular, já indicavam desde 1848 o abandono de possibilidades revolucionárias gestadas desde o velho continente; a intervenção francesa no México, contudo, foi a evidência definitiva de que o avanço europeu sobre a América era uma ameaça à sua soberania e em 1862, um ano depois daquele fato, publicou *América en Peligro*, livro

²⁹ BILBAO, Francisco. *El Evangelio Americano*, p. 731. (tradução nossa).

³⁰ _____. *El Evangelio Americano*, p. 748. (tradução nossa).

em que alarma sobre a possibilidade de invasão e sobre as vulnerabilidades físicas e morais da América.

Para Bilbao, era necessário que a América Hispânica articulasse seus objetivos e suas ações para que pudesse garantir o cumprimento de sua Revolução. O advento da República Americana, por isso, dependia da capacidade de união dos países do continente – uma união que os associe e que preserve a soberania de cada um, e não uma união centralizadora que, à maneira da monarquia hispânica, sufoque quaisquer manifestações de autonomia. A simultaneidade das Revoluções de Independência, seu caráter ainda recente e, especialmente, a situação delicada daquelas repúblicas frente ao contexto mais amplo, atestavam uma unidade de espíritos que demandava, para Bilbao, a existência de uma espécie de federação de repúblicas. Essa necessidade já havia sido apontada por ele outras vezes, como em 1856, no Congresso que promoveu em Paris. Nesse contexto, no entanto, Bilbao tinha presente outro perigo, igualmente concreto: as manifestações expansionistas dos Estados Unidos sobre a América Hispânica. Em *Iniciativa de América*, texto produzido para o referido Congresso, Bilbao coloca:

[Temos] uma mesma origem, e vivemos separados. Um mesmo e belo idioma, e não nos falamos. Possuímos um mesmo princípio, e buscamos isolados o mesmo fim. Sentimos o mesmo mal, e não unimos nossas forças para conjurá-lo. Entrevemos uma idêntica esperança, e nos viramos as costas para alcançá-la. Temos o mesmo dever e não nos associamos para cumpri-lo.³¹

132

Bilbao foi um dos iniciadores, na América Hispânica, de um discurso que colocava em cena a problemática imperialista, avançando além das interpretações colonialistas que se centravam na Espanha e operando uma rejeição ao próprio progresso europeu – com a ressalva, que ele deixa clara, de que não se rejeitam seus homens ou sua ciência, mas aquilo que emergia de sua modernidade nos moldes do industrialismo e do imperialismo. Importante lembrar que essa interpretação se dá em referência ao próprio debate hispano-americano, que se cindia entre, de um lado, a busca de relações com a Europa como forma de atualizar a América ao Ocidente moderno, de que Alberdi é exemplo, e de outro uma posição, em que se podem situar Bilbao e Lastarria, que sustentava que a América descobriria sua via ao encontrar-se consigo mesma – opinião que oscilava, no entanto, quanto à inclusão ou exclusão da América no Norte na concepção dessa espécie de aliança interna.

Esses distintos posicionamentos se pautam por um elemento fundamental do universo discursivo romântico, o historicismo, que como coloca Jorge Myers, foi o “retículo ideológico” através do qual os diversos agentes da cena político-literária hispano-americana conformaram

³¹ BILBAO, Francisco. *Iniciativa de la América. Idea de un congreso federal de las Republicas*. México: Facultad de Filosofía y letras - Universidad Autónoma de México, 1983, p. 20. (tradução nossa).

suas interpretações e possibilidades de transformação da realidade. As “filosofias da história” produzidas – e os debates formados em torno delas – tiveram papel essencial na busca de uma filosofia americana, tão cara aos românticos, e na compreensão teórica do que seria *possível* para o destino do continente. Para Bilbao, as direções dadas à fundamentação da história se ligavam, também, ao desenrolar das disputas entre o velho e o novo mundo: o discurso histórico poderia servir de campo de apologia de uma “história dos vencedores” que encontra

justificação para todos os erros e indulgência a todos os crimes. Essa teoria é a que há produzido a doutrina do *éxito*, a condenação de todas as grandiosas tentativas dos homens livres que têm sido desgraçados; enfim, a teoria da *liberdade prematura*, para justificar a sustentação em série de déspotas e reis.³²

Esse fatalismo histórico legitima quaisquer ideias triunfantes sob a alegação mesma de que triunfaram, e autoriza o soterramento de todas as versões dissidentes, vencidas e dominadas, como se a história não fosse o plano dos acontecimentos humanos, mas um curso linear que os determina indiferentemente às ações concretas dos sujeitos que as realizam. Bilbao atentava para as consequências disso: a conquista, o imperialismo, o extermínio, encontram sua justificação nessa doutrina, sob a qual a liberdade perde o seu lugar. Para Bilbao, o fatalismo era um modo de absolvição da Europa frente à responsabilidade dos fatos, mas era necessário que esses feitos não fossem ofuscados. Bilbao quer advertir aos americanos, dessa forma, que a dominação não se dá apenas pela força, mas pela ideologia. E que cumpria estabelecer as bases de uma filosofia americana – uma filosofia da liberdade em que, ademais, não se obscureça o fato de que “a justiça pode ser vencida”³³.

A Lei da História

Desconstruindo as bases fatalistas da filosofia da história, Bilbao se movia contra as interpretações que erigiam os fatos em realizações providenciais e, em nome disso, se convertiam em instrumento ideológico de justificação dos acontecimentos. Essa doutrina se tornava tão mais combatível porque, além de desculpar e suspender o juízo dos feitos, também isentava o homem da responsabilidade sobre seus atos e de suas possibilidades de intervenção no mundo. Em contraposição, segundo Bilbao, a construção de uma filosofia americana deveria se sustentar numa interpretação da história em bases bem diversas, que abarcassem as possibilidades humanas de ação: “elevamos, pois, como lei da humanidade, a força da vontade”³⁴.

Ao mesmo tempo, e não sem tensões, Bilbao não deixava de supor que a história possuía leis cujos fundamentos poderiam ser descobertos. Uma vez que “a humanidade não foi

³² BILBAO, Francisco. *El Evangelio Americano*, p. 718. (tradução nossa).

³³ _____. *América en Peligro*, p. 26.

³⁴ _____. *La Ley de la Historia*. In: *Francisco Bilbao: el autor y la obra*, p 456. (tradução nossa).

lançada ao acaso”³⁵, ela possuiria um *princípio* que, guiando sua marcha, todavia não a determinava nem impunha. Havendo uma lei na história, ela deveria derivar, assim, da intuição do princípio, e não de uma coroação dos eventos. Segundo Arturo Andrés Roig,

Bilbao nos desenha esse princípio *a priori* que está mais para cá do empírico e mais para lá do inutilmente especulativo: o Ideal, que não é alheio ao direito entendido dentro dos termos de um desenvolvimento pleno da individualidade mediante um exercício da liberdade. E por suposto que esse Ideal implica um sujeito, a saber, cada um de nós que o compartilha e um sujeito último, a Humanidade, que funciona como uma espécie de garantia metafísica de todo o sistema.³⁶

Enquanto princípio, a lei da história – na qual está contido o Ideal – possui uma dupla natureza: consiste tanto naquilo que move e impulsiona a história dos homens quanto em seu próprio impulso. Dizendo de outra forma, essa lei é a razão de ser e o motor primeiro dos negócios humanos, cuja origem se liga, por sua vez, a Deus. Dessa forma, a ideia de divindade opera enquanto articulação entre a autonomia de ação dos sujeitos e a referência a um sistema moral que lhes dá a chave de inteligibilidade, uma vez que a liberdade e a responsabilidade sobre as ações são duas faces da mesma questão. A filosofia da liberdade antevista por Bilbao não se isenta, assim, da exigência de um fundamento acerca do moral ou imoral, do justo ou injusto, e que fornece, nesse sentido, um critério de julgamento da própria história enquanto aventura dos homens no mundo, a qual não é necessariamente progressista e, ao mesmo tempo, não se desvincula de um fim último.

A manifestação dessa dualidade entre o ideal e sua instância crítica não se dá apenas em relação ao juízo histórico, mas diz respeito a muitos outros aspectos da obra de Bilbao. Ao falar do povo, por exemplo, se evidencia uma recusa a qualquer “tutelagem da liberdade”, uma vez que o homem possui uma autonomia inata; Bilbao parece, ao mesmo tempo, não guardar ilusões quanto a esse povo: enquanto permanecesse sob a antiga fé, o catolicismo, sua inclinação para a liberdade seria, no máximo, intuição. A encarnação de um povo efetivamente soberano dependia de uma mudança no plano do dogma, sem a qual qualquer reforma estaria incompleta.

Apontamentos finais

Não, eles não enterrarão sua palavra, pois você a semeou junto à nossa nessa natureza do Peru e do Chile que eu tanto desejei ver e que você me revela.
(Carta de Edgar Quinet a Francisco Bilbao, 13 de julho de 1855, tradução livre)

³⁵ BILBAO, Francisco. *La Ley de la Historia*, p. 453. (tradução nossa).

³⁶ ROIG, Arturo Andrés. *Las Formas de Ejercicio de la Razón Práctica*. *Revista UNIVERSUM*, n. 16, 2001, p. 215. (tradução nossa).

Para o leitor contemporâneo a leitura deste trecho, tirado de uma carta escrita por Edgar Quinet a Francisco Bilbao, deixa transparecer um sentido ao mesmo tempo irônico e profético. Irônico porque, ao final, os dois pensadores foram soterrados e esquecidos pelas tradições de pensamento posteriores, embora tenham sido grandemente influentes em sua própria época. E profético porque aponta para um “destino partilhado” de suas respectivas ideias, *igualmente* esquecidas mesmo em seus respectivos países.

Esse destino se deve, quem sabe, ao fato de que a própria linguagem que eles mobilizavam se tornou obscura a uma leitura imediata. Sintomaticamente, não apenas Quinet e Bilbao, mas também outros pensadores associados a uma determinada forma de pensar as articulações entre o político e o religioso tiveram a mesma sina. Submergiu-se, com eles, uma forma de pensar. Isso explica também o motivo pelo qual um pensamento que foi extremamente radical entre seus contemporâneos não foi resgatado nem mesmo pelas tradições nacionais de esquerda – o tom teológico e a mobilização da Providência (ainda que um sentido bastante particular de divindade) são elementos que, no mínimo, lhes causaria certo incômodo. Ou, quando são lembrados, é com frequência como menção a uma trajetória heroica, em rechaço ou em glorificação, o que é, nos dois casos, outra forma de não levá-los a sério e de não prestar atenção ao que poderiam ter a dizer e apontar.

Este trabalho teve como objetivo, por isso, uma análise mais profunda do pensamento de Bilbao. Tentou-se aqui, dessa forma, sistematizar suas ideias em torno a dois eixos principais, a Revolução e a República, e aos temas correlatos. Esforcei-me por demonstrar que para além de uma linguagem aparentemente teológica, suas ideias eram marcadas por uma preocupação com a liberdade e com uma cidadania igualitária. Bilbao formulou uma interpretação original das conexões entre a religião e a política, e acreditava que as representações individuais e coletivas eram indissociáveis das formas de exercício do poder em uma sociedade. Dessa análise vinha sua convicção de que o dogma católico seria incompatível com o dogma republicano. O combate ao catolicismo, no entanto, não poderia para o autor reproduzir os modelos de intolerância legados – segundo ele – por essa religião; para Bilbao a intervenção das ideias no mundo deveria dar-se pela ação e pelo discurso, o qual se punha em cena para levar os sujeitos a pensar. Que a verdade pudesse ser comunicada ao entendimento, contudo, não se segue o direito de fixá-la de maneira unilateral:

Impor (e dou por hipótese de que se imponha a verdade) um princípio, um dogma, uma moral, sem a livre aceitação, é impor ao indivíduo que resiste ou não

compreende, é lhe impor um princípio, que crê falso, um dogma que crê mentira, uma moral que crê injusta.³⁷

É significativo, por isso, que falando sempre nos ideais de Verdade, Razão e Justiça, Bilbao jamais lhes feche o conteúdo ou as defina de uma forma acabada. Deixando indefinidos os seus termos, talvez Bilbao tenha tencionado, justamente, deixá-las em aberto, como ideias cuja única via de cumprimento seja, exatamente, a permanente busca.

Recebido: 09/04/2012
Aprovado: 26/05/2012

³⁷ BILBAO, Francisco. *El Evangelio Americano*, p. 733. (tradução nossa).

Debates teóricos na imprensa libertária uruguaia no começo de 1917: revolução, evolução e anarquia

George Fellipe Zeidan Vilela Araújo

UFMG - FAFICH

Graduado em História e Mestrando em História e Culturas Políticas

geoaraujo@ymail.com

RESUMO: O escopo deste trabalho é analisar os debates teóricos travados no começo de 1917 no interior da imprensa libertária uruguaia, utilizando como fontes primárias dois periódicos que circulavam em Montevideú: *La Batalla* e *El Hombre*. Ocorridos antes da Revolução de Fevereiro na Rússia, esses debates giravam em torno dos conceitos de revolução, evolução e anarquia. Nossa intenção é demonstrar como a análise das fontes revela mesmo antes da Revolução de Fevereiro na Rússia que os debates sobre a revolução não eram marginais no anarquismo uruguaio nessa época específica, mas, ao contrário, constituíam o verdadeiro núcleo das discussões da *práxis* libertária por fazerem parte de seu horizonte de expectativa.

PALAVRAS-CHAVE: História da América Latina, História do Uruguai, História das Ideias Políticas e Sociais

ABSTRACT: The scope of this paper is to analyze the theoretical debates in early 1917 within the libertarian Uruguayan press, using two journals that circulated in Montevideo: *La Batalla* and *El Hombre*. Occurred before the February Revolution in Russia, these debates were about the concepts of revolution, evolution and anarchy. The intention is to demonstrate how the analysis of the sources reveals that even before the February Revolution in Russia the discussions about the revolution were not marginal in Uruguayan anarchism, but rather, constituted the very core of the libertarian *praxis's* discussions because they were part of their horizon of expectations.

KEYWORDS: History of Latin America, History of Uruguay, History of the Political and Social Ideas

Introdução

O ano de 1917 foi um marco importante para o anarquismo uruguaio, setor majoritário do movimento operário-social no país à época. Era nada menos que o terceiro ano de uma guerra que desde o princípio lhe gerava repúdio e indignação. Para muitos libertários, no entanto, a Grande Guerra era vista como uma oportunidade ideal para que os povos oprimidos ao redor do mundo se levantassem contra a sociedade existente. De fato, naquele contexto de *débâcle* econômica, guerra e destruição na Europa — o “centro da civilização ocidental” —, *revolução* tinha passado (ou voltado) a ser a palavra-chave. Havia uma sensação generalizada de crise da sociedade existente e dos valores burgueses, o que, somados ao recrudescimento das lutas dos

trabalhadores, fazia com que muitos realmente esperassem que a revolução viesse a ocorrer em um futuro bastante próximo.

Com efeito, se nos anos anteriores havia predominado nos periódicos libertários uruguaiaos *La Batalla* e *El Hombre* a prédica antibelicista, com críticas aos governos dos “países imperialistas” e lamentos pela morte de milhares de pessoas inocentes em prol dos interesses da burguesia mundial, iniciado o ano de 1917, houve uma significativa mudança na política editorial. Sem que tenha havido um abandono dessa prédica antibelicista, o tema da revolução não apenas começou a atrair mais e mais a atenção dos editores de ambos os periódicos, como passou a ocupar um papel de destaque nessas publicações.

Já em janeiro daquele ano, *La Batalla* publicou um extenso artigo intitulado *Anarquía y Revolución*, no qual reconhecia haver uma pluralidade de interpretações sobre o significado de revolução e anarquia, ao mesmo tempo em que defendia caber aos anarquistas a busca pelo fim da miséria e da exploração, bem como o estabelecimento de uma sociedade justa e livre. Essa sociedade só seria possível através de uma necessária revolução.¹

Decididamente, há no campo anarquista, vários conceitos sobre nosso título. Uns fazem da Revolução a santa destruidora das materialidades e moralidades velhas, e sublime criadora na terra dos gozos e felicidade do humano. Outros declaram com muita lentidão, como se medissem as palavras, que a revolução não é necessária, e mais ainda, afirmam que não se fará, e que a ação anarquista deve realizar-se exclusivamente no cérebro e no coração do homem. Ante a sonhadora declaração dos primeiros, exponho: que não apenas à Revolução devemos confiar o porvir do homem, mas que também é necessária a obra educadora, a obra de despertar da consciência individual e, portanto, a anulação dos preconceitos que atam o homem ao atual estado de coisas. [...] Cabe a nós, anarquistas, aos que se sublevam diante das injustiças e das misérias que vemos, aos que temos o sangue ardente de juventude e o pensamento são, livre de preconceitos e convencionalismos, cabe a nós [...] lutar contra a opressão do tirano, do monstro que estende suas garras arrebatando a vida das flores do jardim, para semear por toda parte a semente do bem e encaminhar pelas sendas da Luz, os homens que carregam junto conosco, o grande peso da injustiça social; realizar nossa ação anarquista no cérebro e no coração do homem, para arrancá-lo das garras do preconceito e da ignorância [...]. E logo, quando desperta já a consciência popular, quando o coração humano tenha retirado de si as amarras que o atam e impossibilitam que se manifeste livremente em todos os âmbitos da atividade humana, unidos pelo sublime e elevado laço de solidariedade, daremos o golpe de misericórdia ao atual estado de coisas, e não será por outro meio que pela Revolução.²

Apesar do reconhecimento da importância da educação para a transformação social, o anarquismo não deveria ser apenas uma atitude psicológica, uma mudança dos valores, da moral.

¹ Todos os textos traduzidos no artigo são de responsabilidade do autor. N.R.

² Cf.: *LA BATALLA*, Montevideu, n. 31, p. 2, jan. 1917.

Ao contrário, os anarquistas deveriam trabalhar pela revolução, já que esta levaria ao anarquismo, destruindo o estado de coisas então existente.

O arcabouço teórico de *La Batalla* era composto por uma pluralidade de autores libertários, dentre os quais havia uma predominância dos que possuíam afinidades com as correntes anarcocomunista, anarcocoletivista e anarcossindical. Um deles era o russo Mikail Bakunin, considerado um dos mais importantes representantes da tendência anarcocoletivista, e partidário da revolução que tudo destruiria e tudo criaria. O artigo de *La Batalla* sem dúvida mostra alguma influência de suas ideias. Nesta passagem de *A reação na Alemanha* (1842), Bakunin clamava àqueles desejosos de mudar o mundo que confiassem “[...] no eterno espírito que destrói e aniquila apenas porque é a inexplorada e eternamente criativa origem de toda a vida. A ânsia de destruir é também uma ânsia criativa”.³ A revolução seria transformadora tanto das condições materiais, quanto das ideias:

Haverá uma transformação qualitativa, uma nova maneira de viver, uma revelação que será como dádiva de vida, um novo paraíso e uma nova Terra, um mundo jovem e poderoso no qual todas as nossas atuais dissonâncias serão resolvidas, transformando-se num todo harmonioso.⁴

Certamente, também as palavras do anarcocomunista Errico Malatesta ressoam nesse artigo de *La Batalla*. Escrevendo para o periódico londrino *Freedom*, em novembro de 1914, o italiano criticava os anarquistas que manifestavam apoio a um dos lados no conflito bélico, perguntando se eles haviam se esquecido de seus princípios. Ao mesmo tempo, afirmava que existiam lutas justas, como a luta revolucionária pela emancipação humana.

Eu não sou um “pacifista”. Eu luto, como todos lutamos, pelo triunfo da paz e da fraternidade entre todos os seres humanos [...]. Além disso, eu penso que os oprimidos estão sempre em um estado de legítima defesa, e sempre possuem o direito de atacar os opressores. Eu admito, portanto, que existem guerras que são necessárias, guerras sagradas: e estas são guerras de libertação, como em geral são as “guerras civis” — i.e., revoluções.⁵

Outro importante autor que servia como referencial teórico para as análises de *La Batalla* sobre as realidades uruguaia e internacional era o príncipe russo Piotr Kropotkin, considerado um dos mais importantes anarcocomunistas. Além dessa filiação, ele professava uma

³ BAKUNIN, Mikhaïl [1842]. The reaction in Germany. In: DOLFF, Sam (Ed.). *Bakunin on Anarchy*. Nova York: Vintage Books, 1972, p. 57.

⁴ _____. Die Reaktion in Deutschland. In: BEER, Reiner (Ed.). *Bakunin: Philosophie der Tat*. Köln: Verlag Jakob Hegner, 1968, p. 66.

⁵ MALATESTA, Errico [1914]. Los anarquistas han olvidado sus principios. In: RICHARDS, Vernon (Comp.). *Malatesta: Pensamiento y acción revolucionarios*. Buenos Aires: Tupac Ediciones, 2007, p. 235.

vertente do evolucionismo social em voga na época, o que fará com que também embase as opiniões veiculadas por *El Hombre*. Ainda que tivesse ressalvas quanto à violência revolucionária, Kropotkin acreditava na necessidade da revolução para uma mudança efetivamente consequente da sociedade. Revolução que, aliás, seria inevitável.

Kropotkin [...] absorvera o revolucionismo multifacetado do seu tempo na própria estrutura do seu pensamento de tal forma que, para ele, a ideia de revolução como sendo um processo natural era inevitavelmente mais simpática do que a concepção bakuniana de revolução como apocalipse.⁶

De qualquer maneira, ainda que inevitável, era dever dos anarquistas agir em prol da revolução, apressando sua chegada. Quando ela finalmente acontecesse, caberia ao povo organizado estabelecer comunitariamente as bases da nova sociedade.

Quando esse dia chegar — e cabe a vocês [anarquistas] apressar a sua chegada —, quando toda uma região, quando grandes cidades com seus subúrbios tiverem se libertado dos homens que as governam, nossa tarefa está definida: é preciso fazer com que todos os equipamentos retornem às mãos da comunidade; que todos os recursos sociais, hoje em poder de indivíduos isolados, sejam devolvidos aos seus verdadeiros donos, ou seja, a todos, para que cada um possa desfrutar o seu quinhão no consumo, para que a produção de tudo que for necessário e útil possa continuar sem interrupções e para que a vida social, longe de sofrer uma interrupção, possa prosseguir com renovada energia.⁷

A afinidade dessas ideias com a argumentação contida no artigo de *La Batalla* é clara.

Em relação a esse último, houve uma reação do grupo vinculado ao periódico *El Hombre*. No seu 13º número, de 20 de janeiro de 1917, foi publicada uma resposta, intitulada *Orientaciones: El artificialismo en la Revolución*, na qual foi feita uma crítica aos “impacientes” que queriam forçar uma revolução através da violência.

Há camaradas impacientes, ainda que talvez bem-intencionados, que falam da revolução e da violência como o único modo transformador e evolutivo da sociedade, dando à força e à violência um papel preponderante sobre a inteligência, as ideias e os sentimentos do homem sociável. Tais camaradas, que pretendem utilizar os grandes males sociais como dinamismos da revolução, trazem ao florido campo das ideias novas, não o valor da concepção última, recém-chegada, mas sim o programa negativo dos dias da Internacional que fazia depender o problema da felicidade universal, não da liberdade de pensar e de agir, mas sim da facilidade de alimentar-se com o menor esforço. [...] Para os que assim veem a realidade, o problema vital do anarquismo não será nada mais que uma revolução, rápida, fulminante, decisiva. Uma revolução destruidora do que hoje é, em todas as suas fases de valor, ativas, determinadoras do mal e do bem. Uma revolução que mude radicalmente o meio social, para que uma

⁶ WOODCOCK, George. *Anarquismo: uma história das ideias e dos movimentos libertários*. Porto Alegre: L&PM, 2007, p. 209. v. 1.

⁷ KROPOTKIN, Piotr. L'Expropriation. In: *Le Revolté*, n. 21, p. 1-2, 25 nov. 1882. Disponível em: <http://dwardmac.pitzer.edu/Anarchist_Archives/journals/revolte/index.html>. Acesso em: 11 nov. 2011.

vez esse meio mudado por golpe audaz da força, os homens se transformem em bons, sensatos, pacíficos e racionais para sempre. Uma suposição semelhante é completamente equivocada, negativa nos efeitos aspiradores, contrária à ordem evolutiva, em discordância com a psicologia, não já das raças e dos povos, mas sim dos homens mesmos observados individualmente. [...] Muitos confundem revolução com anarquia; e essa confusão deve desvanecer-se quanto antes melhor, para bem das ideias mesmas. [...] A anarquia é o que se sobrepõe ao que já é: não necessita destruir para brilhar, basta-lhe construir acima dos valores velhos uma mentalidade nova, a mais alta como ideia, o melhor como arte. Anarquia significa não a mudança de meio político e econômico pela revolução simplista, mas também, e muito especialmente, a transformação dos valores psicológicos do homem: uma nova mentalidade consciente, com ritmo de evolução sobre a escala infinita da vida.⁸

Esse importante artigo estabelece já muitas diferenças de interpretação sobre os significados de revolução e anarquia em relação ao grupo de *La Batalla*. Para os editores de *El Hombre*, anarquia não significava apenas a satisfação das necessidades materiais, e a revolução política violenta não era o modo adequado de se transformar a sociedade. Isso assemelhava-se bastante às ideias do anarquista mutualista individualista francês Pierre-Joseph Proudhon, para quem a revolução social estaria comprometida caso fosse alcançada através de uma revolução política.⁹ *El Hombre* compartilhava da opinião de Proudhon, para quem

[...] um *coup-de-main*, aquilo que antigamente se chamava de revolução [...] na verdade não é mais do que um choque. [...] Creio que não precisamos disso para vencer e que, conseqüentemente, não deveríamos apresentar a ação revolucionária como meio de obter as transformações sociais, porque esse pretensão meio seria apenas um apelo à força, à arbitrariedade — em resumo, uma contradição.¹⁰

Ou seja, para os responsáveis por *El Hombre*, a revolução significava, primordialmente, um processo interno de aperfeiçoamento constante a ser trabalhado pelo indivíduo, isto é, uma evolução consciente, infinita. Antes de ser um fim a ser perseguido pela ação, era muito mais um meio para a mudança individual geral, que, por sua vez, seria responsável por uma transformação de toda a sociedade. Não seriam os males sociais os agentes que levariam à revolução, e por consequência, à anarquia, mas esta adviria do aperfeiçoamento moral e psicológico de cada indivíduo.

Aliás, entre muitos anarquistas de começos do século XX, se bem já não havia a crença na capacidade infinita da razão, perdurava a convicção forjada por alguns intelectuais europeus no século XVIII, e que foi predominante durante a maior parte do século XIX, de que o ser

⁸ *EL HOMBRE*, Montevideú, n. 13, p. 1, 20 jan. 1917.

⁹ WOODCOCK, George. *Anarquismo: uma história das ideias e dos movimentos libertários*, p. 130. v. 1.

¹⁰ PROUDHON, Pierre-Joseph. *Correspondance entre Karl Marx et Pierre-Joseph Proudhon, 17 de maio de 1846*. Disponível em: <http://fr.wikisource.org/wiki/Correspondance_entre_Karl_Marx_et_Pierre-Joseph_Proudhon>. Acesso em: 11 dez. 2011.

humano estava em contínuo aperfeiçoamento e que o progresso da ciência seria responsável pela evolução da humanidade em sua caminhada em direção a um futuro que seria melhor do que o presente. Ainda que o progresso de que falavam os anarquistas do século XIX não pretendesse alcançar uma maior eficiência ou aperfeiçoamento do funcionamento da sociedade existente, e sim a eliminação de várias instituições e procedimentos burocráticos que levasse a uma simplificação virtuosa da vida, não podemos deixar de notar que muitos libertários manifestavam uma fé quase absoluta na transformação dos indivíduos e da sociedade através do esclarecimento proporcionado pela educação e pelos avanços da ciência. Combinadas, elas teriam um efeito libertador, pois eliminariam os enganos propagados pelo obscurantismo religioso, os preconceitos e os erros frutos da ignorância, e a influência “nefasta” do modo de ser e viver burguês.¹¹

Duas edições depois, no 15º número de *El Hombre*, de fevereiro de 1917, no texto intitulado *Evolución y Revolución*, tentou-se desenvolver um pouco mais o raciocínio esboçado na edição anterior.

[...] [O]s problemas da anarquia não são problemas econômicos, mas sim psíquicos; e sendo psíquicos, são de evolução incessante. Logo, a fome não pode determinar a Anarquia. A dor é a consequência de um estado especial de sensibilidade. É de ordem psicológica, e pode ser que tenha uma grande importância como determinante nos meios que utiliza a anarquia para manifestar-se, mas não na concepção ideológica. Estabelecer uma diferença entre a anarquia e a revolução é necessário. Revolução é o modo de manifestar-se a anarquia em um momento dado. Sendo a anarquia uma ideia motora, pode se definir como *a energia consciente da evolução*. Logo, a revolução é um dos modos de manifestar-se essa energia em um momento e um meio dado, mas não o único modo. Portanto, anarquia não é revolução, mas sim, como dissemos, evolução consciente.¹²

Essas palavras foram, sem dúvida, dirigidas aos editores de *La Batalla* por, supostamente, considerarem que revolução e anarquia eram sinônimos. Para os editores de *El Hombre*, a anarquia seria um processo de evolução consciente, sendo a própria energia consciente dessa evolução. Por sua vez, a revolução seria apenas uma das maneiras que a anarquia tinha de manifestar-se em um momento específico. A mudança individual deveria ser não uma imposição externa, uma obrigação, mas uma evolução interna motivada pelo autoconvencimento.

Vários autores anarquistas debruçaram-se sobre o tema das relações entre evolução, revolução e anarquismo. Um dos mais importantes foi o conhecido geógrafo francês Élisée

¹¹ WOODCOCK, George. *Anarquismo: uma história das ideias e dos movimentos libertários*, p. 25-32. v. 1.

¹² *EL HOMBRE*, Montevideu, n. 15, p. 3, 3 fev. 1917.

Reclus, autor de *L'évolution, la révolution et l'idéal anarchique*. No livro, Reclus afirma que a evolução é um movimento infinito e constante, que independe da vontade dos homens: é uma lei natural, irreversível, irresistível e que atua sobre tudo aquilo que existe, das estrelas aos seres mais diminutos. As revoluções, além de não serem capazes de deter o movimento evolutivo, não diferiam desse mesmo movimento evolutivo, pois eram parte dele:

A evolução é o movimento infinito de tudo aquilo que existe, a transformação incessante do Universo e de todas as suas partes desde as origens eternas e durante o infinito das eras. As vias lácteas que surgem nos espaços sem limites, que se condensam e se dissolvem durante os milhões e bilhões de séculos, as estrelas, os astros que nascem, que se agregam e morrem, nosso turbilhão solar com seu astro central, seus planetas e suas luas, e, nos limites estreitos de nosso pequeno globo terráqueo, as montanhas que surgem e desaparecem de novo, os oceanos que se formam para em seguida secar, os rios que se vê formar nos vales, depois secar como o orvalho da manhã, as gerações das plantas, dos animais e dos homens que se sucedem, e nossos milhões de vidas imperceptíveis, do homem ao mosquito, tudo isto nada mais é senão um fenômeno da grande evolução, arrastando todas as coisas em seu turbilhão sem fim. Em comparação com esse fato primordial da evolução e da vida universal, o que são todos esses pequenos acontecimentos chamados revoluções, astronômicas, geológicas ou políticas? Vibrações quase imperceptíveis das aparências, poder-se-ia dizer. É por miríades e miríades que as revoluções se sucedem na evolução universal mas, por mínimas que sejam, fazem parte desse movimento infinito. Assim, a ciência não vê qualquer oposição entre essas duas palavras, — evolução e revolução, que se parecem tanto, mas que, no linguajar comum, são empregadas em um sentido completamente distinto de seu significado primeiro.¹³

Acreditamos que, pela semelhança de vocabulário e de argumentação utilizados pelos editores de *El Hombre*, essas concepções os tenham influenciado decisivamente, como poderemos observar mais adiante.

Outro importante autor a debruçar-se sobre as relações entre o ideal anarquista e os conceitos de evolução e revolução foi Kropotkin. Assim como Reclus, também era geógrafo, e “procurava diligentemente estabelecer ligações entre o anarquismo e a evolução”¹⁴. Observem-se estas passagens de *A ciência moderna e o anarquismo*, cujo texto original data de 1901:

E dado que o homem é parte da natureza, e uma vez que a vida de seu “espírito” — tanto pessoal quanto social — é um fenômeno da natureza tanto quanto o crescimento de uma flor ou a evolução da vida social entre as formigas e as abelhas, não há motivo para mudança súbita em nosso método de investigação quando passamos da flor ao homem, ou de um assentamento de castores a uma cidade humana. [...] O método indutivo-dedutivo provou seus méritos tão bem, naquilo que o século XIX o aplicou, que fez com que a ciência avançasse mais em cem anos do que tinha avançado nos duzentos anos

¹³ RECLUS, Elysée [1897]. *L'évolution, la révolution et l'idéal anarchique*. Paris: P.V. Stock, 1914, p. 1-3.

¹⁴ WOODCOCK, George. *Anarquismo: uma história das ideias e dos movimentos libertários*, p. 25. v. 1.

precedentes. E quando, na segunda metade desse século, esse método começou a ser aplicado para a investigação da sociedade humana, não se atingiu nenhum ponto onde descobriu-se necessário abandoná-lo e adotar de volta a escolástica medieval [...].¹⁵

Kropotkin defende aqui que a utilização de um método científico, que ajudou a comprovar a existência de uma força evolutiva na natureza, deveria ser empregado também para a análise do ser humano e das sociedades por ele criadas. O anarquismo seria adequado para essa análise, uma vez provido da necessária base científica.

O anarquismo é a tentativa de se aplicar, ao estudo das instituições humanas, as generalizações obtidas por meio do método natural-científico indutivo, e uma tentativa de prever os passos futuros da humanidade no caminho à liberdade, igualdade e fraternidade, tendo em vista a realização da maior soma de felicidade para cada unidade da sociedade humana.¹⁶

Isso se justificaria porque a essência da natureza e do homem era, para Kropotkin, a mesma, sendo o próprio homem parte da natureza; argumento também utilizado pelos editores de *El Hombre*.

Fosse na forma de lenta evolução ou de irrupção súbita, a insistência no tema da revolução nos permite afirmar que, por fazer parte do horizonte de expectativa¹⁷ dos anarquistas da época, ela era amplamente discutida entre os libertários uruguaiois. No número seguinte de *El Hombre*, em mais um “texto de orientação” com o título de *Revolución y Anarquía*, voltou-se a debater as relações entre os dois conceitos. No texto, o paralelo que havia sido traçado, relacionando natureza e homem agora, é estendido para relacionar os homens e os povos. Revolução e evolução se complementam, são parte tanto da história natural quanto da história humana.¹⁸

A semelhança com a argumentação contida na obra de Reclus é cristalina. Em mais um trecho dos escritos do geógrafo, podemos verificar o uso de uma analogia entre o “movimento geral da vida” e o “movimento geral da história”. A evolução intelectual seria uma consequência lógica do movimento de emancipação individual, precedendo a revolução que engendraria outra evolução e assim sucessivamente. A evolução — e, portanto, a revolução — seriam inevitáveis

¹⁵ KROPOTKIN, Piotr. *Modern science and Anarchism*. Londres: Freedom Press, 1912, p. 27-28.

¹⁶ KROPOTKIN, Piotr. *Modern science and Anarchism*, p. 43.

¹⁷ Estamos utilizando aqui o conceito cunhado por Reinhart Koselleck. Cf. KOSELLECK, Reinhart. Espaço de experiência e horizonte de expectativa: duas categorias históricas. In: *Futuro passado: Contribuição a uma semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora; Editora PUC-Rio, 2006.

¹⁸ *EL HOMBRE*, Montevideu, n. 16, p. 2, 10 fev. 1917.

por tratarem-se de leis naturais da espécie humana. Aliás, elas são fenômenos complementares. Reclus demonstrava confiança na realização da ideia, na “evolução revolucionária”.

Virá o dia no qual a Evolução e a Revolução, sucedendo-se imediatamente, do desejo ao fato, da ideia à realização, se confundirão em um único e mesmo fenômeno. É assim que funciona a vida de um organismo saudável, de um homem, de um mundo.¹⁹

Revolução e evolução seriam, portanto, apenas faces diferentes de um mesmo processo. A (r)evolução, antes de ser algo determinado por fatores externos, seria um passo saudável em direção a uma fase superior da existência. A evolução sofrida pelo organismo humano estender-se-ia ao organismo social, revolucionando-o.

É interessante determo-nos mais nesse ponto. Entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, as ciências humanas encontravam-se em uma grave crise teórica e de identidade. Enquanto as ciências naturais alcançavam progressos significativos respaldados por seu modelo científico, questionava-se a validade do conhecimento produzido pelas ciências humanas mais tradicionais (como a história), devido ao fato de, entre outras coisas, não disporem de um método de análise social objetivo. O progresso alcançado pelas ciências naturais havia influenciado os pensadores de várias áreas no interior das ciências humanas a utilizarem metodologias semelhantes ou a estabelecerem paralelos entre as ciências naturais e as humanidades.²⁰

Já vimos em Kropotkin a tentativa de aproximar anarquismo e evolução através da defesa da utilização do método científico das ciências naturais para análise dos problemas humanos, e em Reclus a aproximação entre evolução humana e evolução natural. Entre parte significativa dos pensadores anarquistas da época, foi popular ainda uma variação do darwinismo social — termo pelo qual ficou conhecido um conjunto de teorias sociais que surgiram na Inglaterra e nos Estados Unidos da América, a partir dos anos 1870, que buscava aplicar à sociologia e à política os princípios da seleção natural que o naturalista inglês Charles Darwin havia enunciado em *A Origem das Espécies* (1859) —, inspirada principalmente pelos escritos do filósofo, biólogo e sociólogo britânico Herbert Spencer (ainda que durante sua vida ele não tenha sido classificado como sendo um “darwinista social”).

¹⁹ RECLUS, Elysée [1897]. *L'évolution, la révolution et l'idéal anarchique*, p. 292.

²⁰ REIS, José Carlos. História da História (1950/60) – História e estruturalismo: Braudel X Lévi-Strauss. In: *História da Historiografia*, [Mariana], n. 1, ago. 2008.

Spencer desenvolveu uma concepção bastante abrangente da evolução — na qual as ideias de “luta pela sobrevivência” e “sobrevivência do mais apto” são cruciais — como sendo o desenvolvimento progressivo do mundo físico, dos organismos biológicos, das sociedades, da mente humana, da cultura. O desenvolvimento da sociedade comprovava, para ele, que a progressão evolutiva dava-se de uma homogeneidade simples e indiferenciada em direção a uma heterogeneidade complexa e diferenciada.²¹ Ressalte-se que muitos autores consideram que o pensamento de Spencer teria sofrido grande influência da noção cunhada por Jean-Baptiste de Lamarck, que defendia a possibilidade de um organismo transmitir a seus descendentes caracteres adquiridos durante a sua vida (ideia conhecida como teoria da herança de caracteres adquiridos) e da sociologia positivista de Auguste Comte.

As teorias deterministas não eram raras entre os anarquistas, pois muitos [...] aceitaram o determinismo científico dos evolucionistas do século XIX. Na verdade, a tendência anarquista para confiar na lei natural e o desejo de retornar a um modo de vida baseado em seus preceitos levam, por uma lógica paradoxal, a conclusões deterministas que obviamente entram em choque com a crença na liberdade de agir do indivíduo.²²

Isso não significa, contudo, que as teorias deterministas naturalistas ou mesmo o darwinismo social de Spencer tenham sido unanimidades entre os anarquistas. O próprio Kropotkin, por exemplo, que também foi influenciado pelas ideias de Darwin, contestava o darwinismo social de Spencer, valendo-se basicamente de seus próprios argumentos: a aplicação do método científico das ciências naturais nas humanidades e a analogia entre evolução natural e evolução social.

[...] [Q]uando [...] naturalistas de espírito vulgar, aparentemente baseando seus argumentos no "Darwinismo", começaram a ensinar, "Esmague todo aquele que for mais fraco que você; tal é a lei da natureza," foi fácil para nós provarmos pelo mesmo método científico que tal lei não existe: que a vida dos animais nos ensina algo inteiramente diferente, e que as conclusões dos filisteus eram absolutamente não-científicas. Elas eram tão não-científicas quanto, por exemplo, a asserção de que a desigualdade da riqueza é uma lei da natureza, ou que o capitalismo é a forma mais conveniente de vida social calculada para promover o progresso. Precisamente esse método científico-natural, aplicado aos fatos econômicos, nos permite provar que as assim chamadas “leis” da sociologia da classe média, incluindo também sua economia política, não são leis de forma alguma, mas simplesmente suposições, ou meras asserções que nunca foram verificadas. Além disso, toda investigação só dá frutos quando se tem um objetivo definido — quando ela é realizada com a finalidade de obter uma resposta a uma pergunta definida e claramente formulada. E é tão mais fecunda quanto mais claramente o observador vê a ligação que existe entre o seu

²¹ SPENCER, Herbert [1862]. *First Principles of Sociology*. Nova York: D. Appleton, 1888, p. 360.

²² WOODCOCK, George. *Anarquismo: uma história das ideias e dos movimentos libertários*, p. 75-77. v. 1.

problema e seu conceito geral do universo — o lugar que ocupa o primeiro no segundo. Quanto melhor ele compreenda a importância do problema no conceito geral, mais fácil será a resposta. A questão, pois, que o anarquismo coloca a si mesmo pode ser assim enunciada: "Quais formas de vida social que asseguram a uma determinada sociedade, e à humanidade em geral, a maior quantidade de felicidade, e, portanto, também de vitalidade?" "Quais as formas de vida social que permitem essa quantidade de felicidade crescer e se desenvolver, tanto quantitativa como qualitativamente, — isto é, tornar-se mais completa e mais variada?" (da qual, diga-se de passagem, uma definição de progresso é derivada). O anseio de promover a evolução nessa direção determina tanto a atividade científica, como a social e artística do Anarquista.²³

O que sim se pode afirmar é que o anarquismo uruguaio, à semelhança do anarquismo mundial, se viu obrigado a discutir essas questões que circulavam entre sua militância. O periódico *El Hombre* foi especialmente sensível às discussões envolvendo as relações entre evolução e revolução, ainda que, em linhas gerais, ele possa ser considerado como mais próximo à corrente anarco-individualista, pela grande incidência de textos que tratavam das relações entre indivíduo e sociedade, bem como de reproduções de autores anarquistas afeitos a essa corrente.

De qualquer maneira, a transformação social e individual realmente estava no horizonte de expectativa dos libertários uruguaio em 1917. Prova disso é que *La Batalla* voltou a insistir no tema da revolução já no número seguinte, lançado na 2ª quinzena de fevereiro. Além dos costumeiros ataques feitos à “inutilidade do Parlamento e dos políticos” na resolução dos problemas sociais, e as denúncias sobre o papel da religião e do Estado na preservação das hierarquias sociais, há no texto uma ideia que gostaríamos de chamar a atenção. Os editores de *La Batalla* se autointitulavam apóstolos dos conceitos de uma nova redenção a infiltrar-se na consciência dos homens, e que anunciava a “alvorada próxima do apocalipse social”²⁴. O vocabulário utilizado e o estilo épico não deixam dúvidas da sensação de iminência da eclosão da revolução.

Na mesma edição, o artigo *Sobre la interpretación de la anarquía*, tece críticas às concepções sobre o anarquismo de *El Hombre*, acusando o periódico de incorrer no grave erro de querer fazer do anarquismo “um valor puramente ético”²⁵. Para *La Batalla*, não apenas os valores éticos interferem na evolução mental dos indivíduos, também os fatores externos, os exemplos de luta transformadora. Buscar enriquecer o anarquismo apenas no campo das ideias era deixar intacto o estado de coisas então existente e contemporizar com a desigualdade e a exploração promovida

²³ KROPOTKIN, Piotr. *Modern science and Anarchism*, p. 28.

²⁴ LA BATALLA, Montevideu, n. 32, p. 1, fev. 1917.

²⁵ LA BATALLA, Montevideu, n. 32, p. 2, fev. 1917.

pelos opressores. Há ainda uma espécie de inversão do argumento de *El Hombre*: era a revolução que precedia e abria caminho para a evolução, e não o contrário.

A polêmica conceitual continuou no número seguinte de *El Hombre*. A réplica esteve calcada nas já analisadas concepções de Reclus sobre a essência humana e do universo serem a mesma, e de neles operarem forças antagônicas de conservação e mudança²⁶, e nas ideias de Kropotkin sobre as revoluções serem “saltos ou mutações inerentes ao processo evolutivo”²⁷. Mas, decididamente, os ecos mais particularmente fortes aqui são advindos da obra *Ideia geral sobre a Revolução no século XIX* (1851), de Proudhon.

[...] [Assim] como o instinto de reação é inerente a toda instituição social, o desejo de revolução é igualmente irresistível [...]. [Esses] dois termos, reação e revolução, correlativos um ao outro e engendrando-se reciprocamente, são, não obstante o conflito entre eles, essenciais à Humanidade [...]. [...] A Revolução é uma força à qual nenhum poder consegue vencer, seja ele divino ou humano; sua tendência é crescer em função da própria resistência que encontra.²⁸

De acordo com Woodcock, essa ideia de revolução está em consonância com a concepção anarquista que “vê a sociedade como parte do mundo da natureza, governada por forças determinantes que representam o domínio do destino, dentro de cujas fronteiras o homem deve trabalhar e alcançar a sua liberdade”²⁹.

O anarquismo pleiteado por *El Hombre* não queria ser simples *resultado* de determinações externas, mas desejava fazer com que o meio externo fosse *resultante* das ideias internas. Nesse sentido, o anarquismo seria progresso, evolução constante do espírito e não algo que desapareceria uma vez que tivessem sido resolvidas as penúrias materiais.³⁰ *El Hombre* voltou a tocar no tema das relações entre anarquia e revolução no nº 18, de 24 de fevereiro de 1917, no artigo *Revolucionarismo y culturalismo*:

Muitos camaradas supõem fundamentalmente que a revolução social, igualitária, niveladora, pode produzir-se em um momento dado. Vamos apresentar uma análise breve do ponto e veremos a quase certeza do finalismo negativo que essa crença informa. Primeiramente, devemos deixar de lado a possibilidade de uma revolução social universal e levar em conta a eficácia das revoluções parciais. Os que conhecem um pouco de psicologia sabem bem as diferenças de ordem mental existentes de indivíduo para indivíduo, que se acentuam cada vez mais, em relação com a progressiva cultura intelectual. Como diz Spencer, marchamos de uma

²⁶ *EL HOMBRE*, Montevideu, n. 17, p. 2, 17 fev. 1917.

²⁷ WOODCOCK, George. *Anarquismo: uma história das ideias e dos movimentos libertários*, p. 147. v. 1.

²⁸ PROUDHON, Pierre-Joseph. *Idée générale de la Révolution au dix-neuvième siècle*. Paris: Garnier frères, 1851, p. 4-5.

²⁹ WOODCOCK, George. *Anarquismo: uma história das ideias e dos movimentos libertários*, p. 146-147. v. 1.

³⁰ *EL HOMBRE*, Montevideu, n. 17, p. 2, 17 fev. 1917.

homogeneidade inconsciente em direção a uma heterogeneidade consciente. Daí que quanto mais o homem cultiva seu cérebro, mais diferença assinala sua mentalidade da de seus semelhantes. E, se como é evidente, há diferenças fundamentais nos povos — diferenças que representam etapas de sua evolução — difícil é, para não dizer impossível, que aqueles que estão ainda agindo em planos inferiores possam compreender a necessidade de uma mudança fundamental, de uma transformação radical de seu meio social, como aqueles outros povos que escalaram planos superiores, atuando dentro de meios de relativo progresso. Não supomos que apenas a revolução dos espíritos seja a conveniente. O pensamento busca sempre objetivar-se na obra, realizando-se, assim, a fusão necessária do pensamento e da ação. Mas, como não seja por ação reflexa, não concebemos a obra sem a ideia que a origine, e por isso é que aceleramos a ação cultural e preconizamos a atividade ora em revoluções silenciosas que se efetuam no espírito em tempos de evolução já nos estalos populares quando nos enfrentamos com a tirania. Na verdade, que revolucionarismo e culturalismo não podem nem devem conceber-se antagônicos, salvo quando esse revolucionarismo é filho da ignorância e responde a fins políticos, baseado na audácia e na conveniência de uns quantos ambiciosos de domínio.³¹

São Spencer e Proudhon quem mais uma vez deram o tom das posições de *El Hombre*. A teoria spenceriana da diferenciação cada vez maior dos organismos, provocada pela contínua evolução, é estendida para os povos do mundo, e juntamente com as ressalvas de Proudhon com respeito a um “revolucionarismo” ignorante, constituíram-se nas bases para que se afirmasse a inconveniência de uma revolução mundial sem nuances, baseada apenas em “fins políticos” e não em “elevados ideais”.

No mesmo número, o texto *Anarquía* afirmava que a grandeza do ideal anarquista residia na liberdade de interpretação, ao mesmo tempo em que ressaltava a noção de que a anarquia não se resumia a problemas materiais, mas envolvia também questões morais.³² Ao silêncio de *La Batalla* a essas palavras, seguiram-se dois artigos do primeiro número de *El Hombre* do mês de março daquele ano. No primeiro deles, sustentou-se haver um renascer do movimento anarquista e afirmou-se ser um grande enigma o que ocorreria quando finalmente terminasse a Grande Guerra.

Nota-se uma espécie de ressurgimento de forças libertárias, um despertar que começa, depois desse rude golpe, que pôs à prova os homens e não as ideias. O momento tem uma transcendência maior que a que lhe é dada. Está-se discutindo sobre muitas coisas que estão em jogo [...]. Provavelmente se equivocam os que esperam que, no fim desse massacre, tudo se acerte dentro do mesmo anormal regime social do presente. O final desta guerra é um enigma muito grande. A semente das ideias estava semeada, e essa semente não se pode perder. O adversário começou uma defesa desesperada, o clericalismo e o patriotismo lutam por conservar seu lugar, e o fazem com precipitação, como se algo muito importante os apressasse. Não é isso um bom

³¹ *EL HOMBRE*, Montevideú, n. 18, p. 2, 24 fev. 1917.

³² *EL HOMBRE*, Montevideú, n. 18, p. 2, 24 fev. 1917.

sintoma?... No caos tremendo, na grande confusão, quando seja como um dilúvio, o desborde do sangue humano no Planeta, então, na terra mais fecunda se fará aberto o gérmen e mais promissora se apresentará a colheita. Se fazem, os anarquistas, o que devem, isso bastará.³³

O autor parecia intuir que o momento vivido era ímpar, que a guerra mundial acabaria proximamente e que o mundo não seria ordenado sob o mesmo regime social de antes. Os anarquistas, que com tantos obstáculos haviam semeado a ideia, deveriam estar preparados para quando chegasse o momento de colher seus frutos.

No mesmo número, encontramos ainda o artigo *Vamos a ver*, um libelo contra os que afirmavam que *El Hombre* não era revolucionário. Nele, era concedido crédito aos que atuavam motivados por outras razões que não as de altruísmo desinteressado e superioridade espiritual, chegando-se a afirmar que, em alguns casos, as necessidades materiais poderiam ser melhor satisfeitas se cada um buscasse o que lhe fosse mais conveniente. Ainda que não o fosse por evolução moral, o importante seria agir em prol do ideal. Entretanto, utilizando mais uma vez os argumentos de que a motivação revolucionária resultante da evolução moral e biológica era superior àquela oriunda das determinações do meio, *El Hombre* reafirmava seu compromisso com a revolução e com o ideal anarquista. A revolução e o estabelecimento do anarquismo seriam inevitáveis, já que se tratava de um movimento que não poderia ser detido, uma “lei natural” da evolução humana e social. Mas esse anarquismo — fruto da evolução “sadia” e não de aleatórias contingências — deveria determinar a sociabilidade e não ser determinado por ela.³⁴ Aqui transparecem outras importantes influências do anarquismo individualista para as posições dos editores de *El Hombre*: o francês Émile Armand e o norte-americano Josiah Warren.

Figura polêmica no movimento anarquista, Armand “[...] conjugará o pensamento neomalthusiano de Paul Robin, o movimento eugenista de fins do século XIX e a prática de um emergente naturismo nudista, com a filosofia de Stirner”³⁵. Armand acreditava que não se deveria esperar até a chegada da revolução para que a pessoa empreendesse uma mudança radical em sua vida diária. Com efeito, ele via o individualismo como a

[...] superação da dimensão social, a partir da vontade individual, da dimensão vital de cada indivíduo que se autoafirma. Nesse aspecto, o “eu” aparecerá como um ponto de partida que permitirá criar qualquer coisa [...] [e] [...] desconstruir as doutrinas, desmontar os preconceitos, sucatear as ideias que entraram de maneira inconsciente

³³ *EL HOMBRE*, Montevideú, n. 19, p. 1, 3 mar. 1917.

³⁴ *EL HOMBRE*, nº 19, 3 de março de 1917.

³⁵ DIEZ, Xavier. *L'anarquisme individualista a Espanya (1923-1938)*. 2003. (Tese de doutorado). Universitat de Girona, Departamento de Geografia, Història i Història de l'Art, p. 57.

nas mentalidades a partir do acatamento das ideias absolutas; Deus, o Estado, a moral, a religião...³⁶

Segundo Armand, o anarquista não poderia ser um mero reflexo do meio, mas deveria esforçar-se por manter e defender sua independência moral e intelectual das influências externas.

O anarquista deseja viver sua vida, o tanto quanto possível, moral, intelectual e economicamente independente do resto mundo, [...] sem a intenção de dominar ou explorar os outros, mas pronto a reagir por quaisquer meios àqueles que venham a intervir em sua vida ou a proibi-lo de expressar sua opinião através da pena ou da fala.³⁷

Ora, esse é justamente um dos pontos nos quais *El Hombre* vinha insistindo há tempos, isto é, a capacidade do indivíduo de proceder a uma transformação interna a despeito das determinações do meio externo.

A influência de Warren, por sua vez, pode ser percebida na passagem em que se afirma em que há algumas vezes em que as necessidades materiais poderiam ser melhor satisfeitas se cada um buscasse o que lhe fosse mais conveniente. Warren é conhecido por sua defesa do princípio da soberania individual, o qual sustenta que somente a própria pessoa possui direitos morais e naturais sobre o controle de seu corpo e de sua vida — ideia posteriormente retomada por John Stuart Mill e Herbert Spencer. O desenvolvimento de seu pensamento está intimamente relacionado ao fracasso da colônia Nova Harmonia, situada no Estado de Indiana, nos EUA. Idealizada nos moldes de uma espécie de socialismo cooperativista pelo empresário inglês Robert Owen, funcionou entre 1825 e 1829. Warren, que foi um dos primeiros participantes da comuna, associou o insucesso da colônia aos conflitos inerentes à “intrínseca lei natural da diversidade” e ao instinto de autopreservação. Em texto publicado em seu jornal, *Periodical letter on the principles and progress of the Equity movement*, afirmou:

Parecia que a diferença de opinião, gostos e fins aumentou na mesma proporção que as exigências à conformidade [...]. Parecia que era a intrínseca lei natural da diversidade que havia nos conquistado [...] nossos "interesses unidos" estavam diretamente em guerra com as individualidades das pessoas e das circunstâncias, e com o instinto de autopreservação.³⁸

Mas o fracasso de Nova Harmonia em conciliar interesses coletivos e independência individual não fez com que Warren abandonasse a ideia de que certa cooperação entre os

³⁶ DIEZ, Xavier. *L'anarquisme individualista a Europa (1923-1938)*, p. 59-61.

³⁷ ARMAND, Émile. *Petit Manuel Anarchiste Individualiste*. Paris: L'En dehors, 1911, p. 1.

³⁸ WARREN, Josiah *apud* BUTLER, Ann Caldwell. Josiah Warren and the Sovereignty of the Individual. *Journal of Libertarian Studies*, v. 4, n. 4, p. 438, (Fall, 1980). Disponível em: <http://mises.org/journals/jls/4_4/4_4_8.pdf>. Acesso em: 15 out. 2011.

indivíduos fosse necessária para a vida em comum. A diferença era que deveria ser a “sociedade” a adaptar-se aos indivíduos e não o contrário. Em seu *Manifesto* (1841), ele escreveu:

[...] [A] formação de sociedades ou quaisquer outras combinações artificiais é o primeiro, maior e mais fatal erro [...] cometido por legisladores e reformadores. [...] [T]odas essas combinações exigem a renúncia da *soberania natural* do INDIVÍDUO sobre sua pessoa, tempo, propriedade e responsabilidades, para o governo [...]. [...] [E]ste tende a prostrar o indivíduo — para reduzi-lo a uma mera peça de uma máquina, envolvendo outros na responsabilidade por seus atos, e sendo responsabilizado pelos atos e sentimentos de seus associados, vive e age, sem o controle adequado sobre seus próprios assuntos, sem certeza quanto aos resultados de suas ações, e quase sem ousar usar o cérebro por conta própria [...]. [...] [O que defendo] está baseado sobre um princípio exatamente oposto ao da combinação; este princípio pode ser chamado de Individualidade. Deixa cada um na posse imperturbada de sua natural e apropriada soberania sobre sua própria pessoa, tempo, propriedade e responsabilidades; e não se espera que ninguém adquirida ou renuncie a qualquer "parte" de sua liberdade natural, juntando-se a uma sociedade qualquer, nem para se tornar de alguma forma responsável pelos atos ou sentimentos de ninguém a não ser de si mesmo, nem há qualquer acordo através do qual o conjunto possa exercer qualquer governo sobre a pessoa, a propriedade, tempo ou responsabilidade de um só indivíduo.³⁹

Para Warren, portanto, a vida em comum não poderia, de maneira alguma, subtrair os atributos “naturais” do indivíduo: a soberania irrevogável e intransferível de seu corpo, propriedade, tempo e responsabilidades.

Voltando à polêmica entre os diários libertários uruguaiois, os responsáveis por *El Hombre* acusaram os editores de *La Batalla*, de exclusivismo e revolucionarismo ocioso, que não considerava as questões psicológicas e baseava-se apenas nas contingências materiais. Apesar de ter sido publicado em março, portanto após a chamada Revolução de Fevereiro na Rússia (ocorrida, de acordo com o calendário gregoriano, entre 8 e 12 de março), o texto a seguir foi escrito no mês anterior.

Não confundamos *revolta* com *revolução*. [...] Revolução é a mudança do meio econômico-social, de uma transformação verificada pelos homens em cujos corações aninham-se sentimentos formosos e elevados de Amor e Justiça — liberados de valas e véus, que impeçam seu desenvolvimento e a irradiação da luz do cérebro — e sustentada por esses homens, não com o entusiasmo do arrastado ou do neófito, mas sim com a firmeza e a certeza do convencido. Revolução é o período álgido, o momento mais demonstrativo da atividade evolutiva. Logo, a Revolução não é uma simples expansão, não é o produto de uma rebeldia instintiva, mas sim a consequência das reflexões acerca do meio mais eficaz e digno de realizar a transformação do meio econômico atual, em outro que possa garantir ao homem o que hoje lhe custa milhares de fadigas e sofrimentos e nem ainda o consegue para sua própria satisfação. [...] E para terminar, repito com um pensamento cujo nome não me recordo neste

³⁹ WARREN, Josiah. [1841]. *Manifesto*. New Jersey: Oriole Press, 1952, p. 1-2.

momento: “A revolução há de suceder necessariamente à evolução, como o ato sucede à vontade”, parágrafo esse que vem robustecer minhas afirmações de integralismo, em face de todos os exclusivismos.⁴⁰

Em resumo, para os editores de *La Batalla*, revolta e revolução diferiam pelo fato de que apenas esta última era motivada por ideais elevados que conduziam à transformação e melhora das condições de vida existentes. Os problemas econômicos eram tão importantes para a anarquia quanto os problemas psíquicos, pois a realidade material não podia ser ignorada na gênese da ideia ou dos questionamentos que são colocados. O final do texto reservava-se uma ironia aos responsáveis por *El Hombre*. O autor cita uma frase da qual diz não se lembrar do autor, para reforçar sua posição e negar qualquer “exclusivismo”. O autor da frase citada é justamente Elysée Reclus⁴¹, um dos grandes referenciais teóricos do grupo opositor.

A análise dessas fontes demonstra que os debates sobre a revolução não eram marginais no anarquismo uruguaio nessa época específica. Ao contrário, constituíam o verdadeiro núcleo das discussões da *práxis* libertária por fazerem parte de seu horizonte de expectativa. O advento da Revolução de Fevereiro fez com que as polêmicas se intensificassem cada vez mais e mudassem de perspectiva, já que a realidade tinha passado a interferir agudamente nas discussões teóricas: a tão discutida revolução parecia finalmente ter-se iniciado.

Recebido: 15/05/2012
Aprovado: 20/07/2012

⁴⁰ LA BATALLA, Montevideú, n. 33, p. 2, mar. 1917.

⁴¹ RECLUS, Elysée [1897]. *L'évolution, la révolution et l'idéal anarchique*, p. 15.

Intelectuais e República: Educação Integral no pensamento de Dario Vellozo

Ernando Brito Gonçalves Junior

Professor colaborador da Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná -

UNICENTRO

Doutorando em História pela Universidade Federal do Paraná

ernandobrito@yahoo.com.br

RESUMO: A pesquisa em apreço possui como objetivo discutir a proposta de “educação integral” apresentada por Dario Vellozo - importante intelectual, escritor e professor que viveu no Paraná entre os anos 1885 e 1937. Segundo Vellozo, seria por meio das educações física, intelectual, moral, estética e cívica que o cidadão estaria apto a ingressar e atuar na sociedade. Nossa análise tomou como fonte seu manual didático intitulado *Compêndio de Pedagogia*, publicado em 1907, buscando compreender como o autor articula suas ideias de formação do aluno. Assim, na presente pesquisa, buscamos fazer uma análise pautada pela História Intelectual, levando em consideração os elementos textuais e contextuais. Por fim, concluímos que Vellozo defendia que a educação do cidadão deveria ser fomentada pela ideia de formação do corpo e da mente, com base na ciência e em alguns ideais republicanos.

PALAVRAS-CHAVE: Dario Vellozo, Educação, História Intelectual.

ABSTRACT: The research aims to discuss the proposed "integral education" by Dario Vellozo - an important intellectual, writer and teacher who lived in Parana between 1885 and 1937. According to Vellozo, through physical, intellectual, moral, aesthetic and civic educations, citizens would be able to enter and act in society. Our analysis took as its source his *Summary of Pedagogy*, published in 1907, seeking to understand how the author articulates his ideas about student education. Thus, in this research, we make an analysis marked by the Intellectual History, taking into account the textual and contextual elements. Finally, we conclude that Vellozo endorses that the education of citizens should be encouraged by the idea of training the body and mind, based in science and some republican ideals.

KEYWORDS: Dario Vellozo, Education, Intellectual History.

Introdução

A transição do século XIX e o início do século XX foram marcados por intensas transformações em diversos âmbitos no Brasil. Essas mudanças interferiram de maneira substancial na sociedade brasileira, pois, além de transformações no cenário político do país, questões culturais e sociais sofreram impactos devido às novas formas de pensamento e de projetos sociais.¹ Nesse sentido, seguindo o exemplo dos grandes centros brasileiros, como São Paulo e Rio de Janeiro, o estado do Paraná também respirou esses ares de transformação. De acordo com Etelvina de Castro Trindade e Maria Luiza Andreazza, “[...] qualquer pessoa que

¹ CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

chegasse às cidades paranaenses no período da Primeira República encontraria, em maior ou menor grau, alguns signos da então moderna tecnologia: telégrafo, telefone ou luz elétrica; depois automóveis e bondes”².

Nesse sentido, Amélia Siegel Corrêa aponta, em sua dissertação acerca da imprensa e política no Paraná, que as ideias de modernização:

[...] refletiam-se no desenvolvimento material da cidade, cada vez mais urbanizada, com alterações arquitetônicas, difusão da luz elétrica, bondes, calçadas, telégrafo. Obras como a Estrada da Graciosa, concluída em 1873, e a ferrovia, entregue em 1885, trouxeram, para a capital, vários engenheiros.³

O projeto de expansão da capital paranaense foi desenvolvido pelo governo do Estado pautado em um discurso de modernidade e civilização. A higienização do centro da cidade, a expansão das redes de esgoto, o alargamento das praças, a arborização e os calçamentos das ruas foram algumas das prioridades do governo paranaense.

Em virtude de todo esse processo de transformação vivenciado em Curitiba, várias correntes de pensamento ganharam adeptos e começaram a se destacar no cenário intelectual curitibano. Entre elas, o Anarquismo⁴, movimento de defesa de ideias anticlericais⁵, liderado por Dario Vellozo⁶, o qual travou uma intensa batalha contra os clérigos paranaenses; os Católicos⁷, que lutavam para manter o ensino religioso; e o Simbolismo⁸, movimento literário que também teve a participação de Dario Vellozo.

² TRINDADE, Etelvina Maria de Castro; ANDREAZZA, Maria Luiza. *Cultura e Educação no Paraná*. Curitiba: SEED, 2001, p. 12.

³ CORRÊA, Amélia Siegel. *Imprensa e Política no Paraná: prosopografia dos redatores e pensamento republicano no final do século XIX*. 2006. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, p. 35.

⁴ Sobre o anarquismo, em Curitiba nos remetemos a VALENTE, Silza Maria Pazello. *A presença rebelde na Cidade Sorriso: contribuição ao estudo anarquista em Curitiba (1890-1920)*. 1992. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

⁵ Essa questão é bem discutida no livro de MARCHETTE, Tatiana Dantas. *Corvo no galho das acácias: o movimento anticlerical em Curitiba (1896-1912)*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999.

⁶ Gonçalves Junior, Ernando Brito. *O impresso como estratégia de intervenção social: educação e história na perspectiva de Dario Vellozo (1885-1937)*. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

⁷ Para maiores informações sobre os projetos educacionais católicos, ver: CAMPOS, Nevio de. *Laicato Católico: o papel dos intelectuais no processo de organização do projeto formativo da Igreja Católica no Paraná (1926-1938)*. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

⁸ Movimento pode ser entendido, segundo D’Onofrio: “[...] como movimento estético. Surgiu na França e vigorou nas duas últimas décadas do século passado, na fase da *belle époque*, época da boemia de Montmartre, chamados de ‘poetas decadentes’, tomados pela sensação do *fin du siècle*. Acusa a crise dos ideais do complexo cultural positivista e apresenta uma nova proposta estética, fundamentada em valores espirituais. [...] Voltando, de um certo modo, à estética romântica, o Simbolismo aperfeiçoa o gosto pelo mistério das coisas, na tentativa de captar a realidade secreta do universo, nesse, encontrando uma Alma e descobrindo a correspondência entre os diversos elementos da natureza, expressa artisticamente através da metáfora sinestésica: ideias aromáticas, flor canora, luz falante, cheiro das cores, etc.”. D’ONOFRIO, Salvatore. *Literatura Ocidental. Autores e obras fundamentais*. 2. ed. São Paulo: Ática, 2002, p. 405.

Nesse sentido, entre os vários personagens que se destacaram nesse cenário, elegemos como foco de nossa pesquisa o carioca Dario Vellozo, que viveu no Paraná entre os anos de 1885 até 1937, e teve toda sua produção intelectual gestada nesse Estado.

A escolha de Dario Vellozo se deve pela sua importância no cenário intelectual paranaense. Vellozo foi profícuo poeta, tipógrafo e professor de História, fundou e teve participação na criação de várias revistas e jornais, foi um dos participantes da fundação do IHGPR (Instituto Histórico e Geográfico Paranaense) e criou o INP (Instituto Neo-Pitagórico). Além disso, Vellozo acreditava que a educação era o principal caminho para transformar a sociedade, empenhando-se ao máximo para a instrução da população, fosse através de suas aulas nas escolas ou no Instituto Neo-Pitagórico, ou de seus textos para conduzir a uma nova forma de sociedade.

Trajetória de Dario Vellozo

Dario Persiano de Castro Vellozo nasceu no Rio de Janeiro, em 26 de novembro de 1869, e mudou-se para Curitiba no ano de 1885, com 16 anos, na companhia de seu pai e irmão; fez do Estado do Paraná seu “lar” e defendeu, perante os novos traços da República, o lugar do Estado no cenário nacional.

Desde cedo esteve relacionado ao mundo da imprensa e da literatura. Em seu primeiro emprego, ainda no Rio de Janeiro, trabalhou como aprendiz de encadernador e posteriormente tipógrafo. Pouco depois de sua chegada à cidade de Curitiba, trabalhou como tipógrafo do jornal mais antigo do Paraná, o *Dezenove de Dezembro*.

Vellozo logo entrou em contato com diversos intelectuais e passou a integrar esse rico cenário que se configurava na cidade de Curitiba. Juntamente com outros pensadores do período - como Ermelino de Leão, Emiliano Pernetta, Júlio Pernetta, Silveira Neto, Romário Martins, entre outros -, fundou várias revistas e escreveu diversos livros revelando-se um dos mais fecundos e importantes escritores do Paraná.

Dario Vellozo era também adepto da Maçonaria, assim como muitos dos intelectuais curitibanos desse período, e defensor de ideias “neopitagóricas”⁹. Foi um dos membros fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense, em 1900, e fundou, em 1909, o

⁹ O INP funciona até hoje. Nesse instituto são organizadas reuniões, palestras, cursos e oficinas abertas ao público sobre diversos temas como filosofia, história das religiões e ocultismo, entre outros. Além disso, a instituição possui uma biblioteca com vários livros publicados por sua editora no período que aqui nos interessa. O INP possui um *site* com mais informações. Disponível em: <<http://www.pitagorico.org.br>>. Acesso em: 16 jul. 2009.

Instituto Neo-Pitagórico. Nesse instituto, além de reuniões para discussões de obras, eram promovidas festas ao estilo dos cultos helênicos.¹⁰

No que diz respeito ao ensino, o autor também possuía, para o quadro em pauta, um olhar diferenciado. Foi professor no Ginásio Paranaense a partir de 1899, além de colaborador, redator ou editor de revistas voltadas ao ensino, como *A Escola* (órgão do grêmio dos professores; 1906-1910), *Pátria e Lar* (1912-1913) e *Brazil Cívico* (1918-1919).¹¹

Sua atuação editorial obteve uma maior visibilidade, principalmente, devido à sua fama e respeito, adquiridos em seu trabalho como professor. No papel de educador, ele pôde demonstrar sua vasta erudição:

[...] formando em seus alunos verdadeiros discípulos que se constituiriam, com o grupo dos “novos”, em continuadores das preocupações literárias do grupo do *Cenáculo*. Foi no periódico fundado por esses seus alunos, o *Fanal*, que essa admiração ficou expressa, tanto na deferência com que se referiam a Dario, como nas afirmações de que ele os inspirava.¹²

Sendo assim, suas preocupações pedagógicas, “[...] aliadas às suas preocupações com a formação teórica e prática do cidadão, além de seu perfil intelectual”¹³, culminaram na fundação da Escola Brazil Cívico, na cidade de Rio Negro, ao sul de Curitiba, em 1913. A escola trazia, além das disciplinas teóricas curriculares, cursos profissionalizantes de agricultura, comércio, artes e indústria. Devido aos conflitos entre o Exército e os revoltosos do movimento do Contestado, a escola foi obrigada a se transferir para Curitiba. Porém, não durou muito tempo e antes de completar um ano foi fechada.

No que se refere à concepção de escola de Dario Vellozo, segundo Maria Lucia de Andrade, para ele a “escola moderna [...] deveria ser antes de tudo laica, pública, profissionalizante e obrigatória”¹⁴. Ele ainda escreveu dois livros didáticos que foram muito utilizados pelas escolas curitibanas: *Lições de História* (1902) e *Compêndio de Pedagogia* (1907).

Devido ao seu grande reconhecimento como professor, as obras de Dario Vellozo supracitadas tiveram repercussão após suas publicações. *Compêndio de Pedagogia*¹⁵ teve grande receptividade no cenário educacional paranaense: os livros didáticos de Dario Vellozo contavam

¹⁰ ANDRADE, Maria Lucia. *Educação, cultura e modernidade: o projeto formativo de Dario Vellozo*. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

¹¹ DENIPOTI, Cláudio. Um homem no mundo do livro e da leitura. *Revista de História Regional* (UEPG), Ponta Grossa, v. 6, n. 2, p. 75-91, 2001.

¹² _____. Um homem no mundo do livro e da leitura, p. 85

¹³ _____. Um homem no mundo do livro e da leitura, p. 84

¹⁴ ANDRADE, Maria Lucia. *Educação, cultura e modernidade*, p. 192.

¹⁵ VELLOZO, Dario. *Compêndio de Pedagogia*. In: *OBRAS IV*. Curitiba: Instituto Neo-Pitagórico, 1975.

com um público cativo entre os professores de todo o país. Mesmo antes de sua publicação, já se criava uma grande expectativa em torno do *Compêndio de Pedagogia*.¹⁶

Vellozo se aposenta do cargo de professor em 1930, porém, dedicando-se a escrever textos e livros até próximo ao seu falecimento. Em 1933, publica seu último livro, *Atlântida*, e continua escrevendo textos menores e liderando as reuniões do INP. Em 1937, escreve o que seria seu último texto, *Jesus Pitagórico*, já com a saúde debilitada, e falece em 28 de setembro daquele ano.

Intelectuais e História Intelectual

Para compreendermos melhor as propostas educacionais presentes na obra *Compêndio de Pedagogia*, faremos uma análise da relação entre texto e o contexto no qual ela foi concebida. Para tanto, utilizaremos como proposta de abordagem a História Intelectual, para que possamos entender melhor a questão da participação dos intelectuais na sociedade e saber como interpretar suas ações.

Nesse sentido, surgem as seguintes questões: como podemos definir os intelectuais? Quem são esses personagens? Como podemos compreender, mesmo que parcialmente, seus projetos, anseios, disputas e objetivos? Essas não são questões para as quais obtemos respostas facilmente, para tanto, precisamos mergulhar nas teias históricas, sociais e culturais que perpassam a realidade do intelectual, para que possamos tentar vislumbrar, mesmo que de maneira parcial, quais foram as condições que possibilitaram a construção de determinados pensamentos e/ou ideias.

Vários autores se propuseram a discutir o papel dos intelectuais na sociedade e alguns traços que pudessem qualificar um indivíduo como tal. Carlos Eduardo Vieira¹⁷ nos apresenta quatro aspectos que, segundo ele, são fundamentais para concebermos os intelectuais como agentes sociais que possuem certa visibilidade na esfera cultural e atuam no campo político. Assim, Vieira nos apresenta os aspectos:

- 1) sentimento de pertencimento ao estrato social que, ao longo do século dezenove e vinte, produziu a identidade social do intelectual; 2) engajamento político propiciado pelo sentimento de missão ou de dever social; 3) elaboração e veiculação do discurso

¹⁶ Segundo Cristiane Vitória de Souza, em dissertação sobre as leituras pedagógicas de Silvio Romero, Romero possuía uma biblioteca específica de livros sobre educação e, entre eles, existe um exemplar da primeira edição do livro *Compêndio de Pedagogia*, de Vellozo. Para mais informações, ver: SOUZA, Cristiane Vitória de. *As leituras pedagógicas de Silvio Romero*. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão.

¹⁷ VIEIRA, Carlos Eduardo. *Erasmus Piloto: identidade, engajamento político e crenças dos intelectuais vinculados ao campo educacional no Brasil*. Curitiba, 2010. Mimeografado.

que estabelece a relação entre educação e modernidade; 4) assunção da centralidade do Estado como agente político para a efetivação do projeto moderno de reforma social.¹⁸

Partindo desse pressuposto traçado pelo autor, identificamos que Dario Vellozo, objeto de nossa pesquisa, pode ser relacionado com as dimensões descritas acima. Longe de pensarmos em uma definição forçada e engessada, essas ideias de atuações e vinculações dos intelectuais, propostas por Vieira, nos possibilita enxergarmos as diversas possibilidades de ações desses agentes sociais. Ao longo do texto, evidenciaremos como Dario Vellozo pode ser compreendido, a partir das características descritas.

Para entendermos melhor as ideias do autor, dialogaremos com a proposta de pesquisa denominada História Intelectual. A História Intelectual possui interesses muito diversificados e não há uma definição absoluta para a mesma, contudo, alguns autores delimitaram pontos importantes para compreendermos melhor esse campo.

Existe uma gama de teóricos que estão se debruçando sobre essa perspectiva e o fazendo de diversas maneiras. A título de exemplo, podemos citar a *histoire intellectuelle*¹⁹, que foi concebida na França e que possui como principais expoentes Jean-François Sirinelli²⁰, Michel Winock e Roger Chartier²¹; a *intellectual history*, gestada principalmente nos Estados Unidos, tendo como nomes de destaque Robert Darnton e Dominique LaCapra; além de uma História Intelectual proposta pelos ingleses do chamado “contextualismo lingüístico”²², idealizado por Quentin Skinner e John Pocock.

Entre essas correntes de pensamentos, nos aproximamos da proposta concebida por Skinner. Segundo esse autor, não podemos interpretar um texto por ele mesmo, ou seja, apenas olhando para o que está escrito. Skinner acredita que compreender um texto:

[...] implica procurar o sentido que lhes está subjacente e a forma como os seus autores pretendiam que esse sentido fosse apreendido. Compreender um texto deve ser, pelo menos, compreender tanto a intenção que é suposto captarmos, como a intenção de que essa intenção seja compreendida, a qual o texto como ato de comunicação intencional deve corporizar.²³

¹⁸ VIEIRA, Carlos Eduardo. *Erasmus Pilotto: identidade, engajamento político...*, p. 20.

¹⁹ SILVA, Helenice Rodrigues da. *Fragments da história intelectual: entre questionamentos e perspectivas*. Campinas, Papirus, 2002.

²⁰ SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Trad. Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 231-269.

²¹ CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude*. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre, EDUFRGS, 2001.

²² VIEIRA, Carlos Eduardo. *Intelligentsia e intelectuais: sentidos, conceitos e possibilidades para a história intelectual*. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas: Autores Associados, n. 16, p. 63- 85, jan./abr., 2008.

²³ SKINNER, Quentin. *Visões da Política: sobre os métodos históricos*. Trad. Algés: Difel, 2005, p. 123.

Isso implica em lançarmos um olhar mais apurado ao texto, com o objetivo de buscar a intenção do autor ao escrevê-lo, buscar um sentido no que foi escrito, para que possamos tentar chegar próximo à mensagem transmitida pelo autor. Assim, devemos perguntar não somente o significado do enunciado propriamente dito, mas também qual é a força que se agrega ao significado desse enunciado e que revela a intenção do autor ao proferi-lo.

Entretanto, essa tarefa se torna ainda mais árdua devido à utilização do que Skinner chama de “estratégias retóricas obliquas”²⁴. Essas estratégias, segundo Skinner, fazem com que: “[...] se distinga aquilo que é dito e aquilo que se pretendia dizer”²⁵. Alguns exemplos dessas estratégias seriam a raiva, ordem, sarcasmo, ironia, etc. Portanto, uma frase pode ser escrita com diversas intenções, logo, a simples constatação do significado semântico do texto não captura as intenções concretas que podem estar implícitas pelos vários atos que podem ser executados através de um texto. A compreensão dessa intenção é uma condição essencial para que possamos vislumbrar um possível objetivo do autor.

Muitas vezes, essas estratégias podem ser desvendadas em questões presentes no contexto extratextual. Assim, mergulhar no contexto de produção da obra é outra condição fundamental para entender as intenções do autor. Precisamos visualizar as questões que fazem parte do universo em que o autor estava inserido no momento da escrita - discussões políticas, religiosas, intrigas, desafetos, grupos dos quais fazia parte ou criticava, etc. Tudo isso pode nos dar pistas para entendermos se realmente o texto se trata de uma estratégia retórica oblíqua e quais os motivos que levaram à utilização dessa estratégia. Logo, “o contexto social constitui o quadro de análise fundamental que nos permite saber quais os significados que alguém poderia ter tentado comunicar”²⁶.

Nesse sentido, nossa pesquisa busca fazer uma análise visando uma articulação entre os elementos internos e os externos da obra, transparecendo uma preocupação em fazer uma análise sempre levando em conta o binômio texto-contexto, como bem apontou Vieira:

De forma similar, a história intelectual investe na análise dos processos de produção, circulação e recepção das idéias e dos discursos científicos, políticos, pedagógicos ou artísticos, desenclausurando-os da lógica e do método internalista da tradicional história das idéias.

Reassociar as idéias, os sentidos, as representações e/ou os discursos aos seus contextos de produção e de recepção é condição para construir uma história intelectual intimamente articulada à história das linguagens, das profissões ligadas à

²⁴ SKINNER, Quentin. *Visões da Política: sobre os métodos históricos*, 2005.

²⁵ _____. *Visões da Política: sobre os métodos históricos*, p. 113.

²⁶ _____. *Visões da Política: sobre os métodos históricos*, p. 124.

esfera cultural, das formas de transmissão da cultura e dos meios e dos lugares de difusão do conhecimento.²⁷

Isso posto, acreditamos que uma pesquisa feita a partir da perspectiva da História Intelectual deve ter como foco de análise sempre uma relação entre o conteúdo das obras e o contexto de produção em que a mesma foi concebida.

A educação pelo livro: o *Compêndio de Pedagogia*

O objetivo desse texto é tentar perceber alguns pressupostos teóricos que embasaram a concepção de educação e de pedagogia que Dario Vellozo postulava. Mergulharemos na obra *Compêndio de Pedagogia* para tentar compreender de que forma Vellozo utilizou diferentes autores e correntes de pensamentos para forjar algumas de suas ideias pedagógicas.

O livro em questão foi escrito para a utilização de alunos da Escola Normal de Curitiba. Nesse sentido, esse livro foi elaborado para fins didáticos e merece que lancemos um olhar nessa direção, para entendermos melhor a concepção de manual didático. Esse artefato da cultura escolar se constitui em um objeto de difícil definição. Segundo Bittencourt: “é um objeto de múltiplas facetas, e para a sua elaboração e uso existem muitas interferências”²⁸.

O manual didático é um material de grande importância no processo de construção de uma cultura escolar e de uma tecnologia de gestão da sala de aula e do coletivo de alunos, em que as noções de ordem e de método assumem uma enorme centralidade. Os manuais didáticos foram, simultaneamente, instrumentos de inovação e de controle, pois atribuíam legitimidade a um conjunto de ideias e de práticas, ao mesmo tempo em que apelavam à socialização e afirmação profissional dos futuros professores com base num conjunto em que se articulavam o saber, o saber-fazer e o saber-ser.²⁹

Entendemos que os manuais didáticos “[...] não são apenas instrumentos pedagógicos: são também produtos de grupos sociais que procuram, por intermédio deles, perpetuar suas identidades, seus valores, suas tradições, suas culturas”³⁰. Assim, esses livros imprimem as ideias, técnicas e métodos que um grupo social acreditava ser necessário perpetuar às novas gerações.

Logo, os manuais didáticos podem nos revelar um pouco mais sobre a atmosfera educacional da qual esse livro foi concebido, além de serem compreendidos como “[...] estratégias

²⁷ VIEIRA, *Intelligentsia e intelectuais: sentidos, conceitos e...*, p.80

²⁸ BITTENCOURT, Circe (Org.). *O Saber Histórico na Sala de Aula*. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2004, p. 301.

²⁹ CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Uma biblioteca pedagógica francesa para a Escola Normal de São Paulo (1882): livros de formação profissional e circulação de modelos culturais. In: BENCOSTTA, Marcus Levy. (Org.). *Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos*. São Paulo: Cortez, 2007.

³⁰ BITTENCOURT, Circe (Org.). *O Saber Histórico na Sala de Aula*, p. 69.

de introdução de inovações das práticas pedagógicas e como exemplares da circulação e apropriação de ideias”³¹. Nesse sentido, olharemos para o livro de Vellozo com essas questões em mente.

Como já discutimos, os manuais didáticos foram uma ferramenta importante para a educação e nos mostram um pouco mais sobre os saberes pedagógicos. O livro de Vellozo foi escrito para auxiliar os normalistas no processo de aprendizagem, bem como para ser um guia para suas práticas futuras, contendo conhecimentos pedagógicos que, segundo o autor, seriam imprescindíveis para a formação de um bom professor das primeiras letras. Assim, para compreender melhor esse artefato educacional, Marta Chagas de Carvalho nos apresenta três modelos de configuração material desse impresso entendido como manual didático de Pedagogia: a caixa de utensílios, o guia de aconselhamento e o Tratado.³²

Com base nas discussões apresentadas pela autora acerca das características de cada modelo, acreditamos que o livro de Vellozo se assemelha à noção do manual enquanto um Tratado. Nesse sentido, devemos entender a ideia de que o Tratado de Pedagogia se constitui como um “[...] *corpus* sistematizado de saberes e de doutrinas dedutivamente estabelecidos com base em princípios de natureza científica ou filosófica”³³.

Outra definição importante é entender que o Tratado “[...] é compêndio ou súpula, que opera dissertativamente, aplicando o estilo médio, caracterizado pela propriedade vocabular, pela clareza e pela objetividade das definições, argumentos e exemplos”³⁴. Esses aspectos são identificados na obra de Vellozo, o que nos possibilita fazer essa aproximação com esse conceito desenvolvido por Carvalho.

Vellozo utilizou termos e conceitos pertencentes ao vocabulário da pedagogia, seguindo as discussões e regras pertinentes a esse setor do conhecimento, mostrando sua adequação ao campo do saber específico do Tratado. Sua preocupação com a questão da objetividade e da clareza de seus argumentos é evidente. Na introdução, o autor afirma que o livro foi “[...] escrito em linguagem singela e compreensível, como devem ser as obras didáticas [...]”³⁵. No decorrer da leitura da obra, percebemos que Vellozo utiliza uma linguagem mais direta e objetiva, destoando

³¹ VALDEMARIN, Vera Teresa. Interfaces de pesquisa sobre manuais didáticos. In: BENCOSTTA, Marcus Levy. (Org.). *Culturas escolares, saberes e práticas educativas...*, p. 316.

³² CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Uma biblioteca pedagógica francesa para a Escola Normal de São Paulo (1882): livros de formação profissional e circulação de modelos culturais. In: BENCOSTTA, Marcus Levy. (Org.). *Culturas escolares, saberes e práticas educativas...*

³³ _____. Uma biblioteca pedagógica francesa..., p. 28.

³⁴ _____. Uma biblioteca pedagógica francesa..., p. 30.

³⁵ VELLOZO, Dario. *Compêndio de Pedagogia*, p. 391.

de suas outras obras, que possuem como característica a utilização de palavras mais rebuscadas e metáforas, herdadas principalmente de sua veia simbolista.

Assim, entendemos o *Compêndio de Pedagogia* como um Tratado de Pedagogia, caracterizado por se basear em conhecimento científico, expondo suas ideias de maneira analítica por meio de argumentos de autoridades com base em renomados pensadores da educação. Visto dessa forma, o compêndio pode nos auxiliar a entender um pouco mais sobre a sua visão sobre a educação, bem como algumas das ideias que estavam em voga no cenário educacional curitibano e, quiçá, em nível nacional.

O compêndio foi publicado pela primeira vez em 1907 e reeditado em 1975³⁶. Na introdução do livro, Vellozo escreveu pensando no curso de Pedagogia da Escola Normal, que era dividido em três anos e para cada ano deveria ser utilizada uma parte do compêndio. Porém, analisaremos apenas a primeira parte do compêndio, que corresponde ao primeiro ano do curso de Pedagogia, pois, tanto na edição de 1907 quanto na edição que analisamos, não consta as duas partes restantes. Também não foi possível localizar essas duas partes e não conseguimos constatar se elas foram realmente escritas. Temos conhecimento dessa divisão por constar na introdução do livro, bem como no parecer de aprovação de subsídios para a publicação da obra pelo governo do Estado do Paraná.

Assim, a primeira parte do livro é dividida em nove lições, começando com uma definição de Pedagogia. As lições dois, três e quatro abordam uma trajetória histórica da Pedagogia, chamada por Vellozo de antiguidade histórica, discutindo sobre a educação entre os povos chineses, egípcios, hebreus, hindus, persas, gregos e romanos. Na quinta lição, discute-se a educação no período medievo, tempos modernos e “até nossos dias”³⁷. Essa última passagem trata principalmente do século XIX.

A lição seis apresenta uma discussão sobre a didática e sobre a metodologia dentro da Pedagogia. A sétima inclui modos e métodos de ensino. A oitava, intitulada “da educação geral”, aborda a questão da educação integral formada pela física intelectual, moral e estética. A última lição destaca o papel do professor no processo de ensino e como a escola deve ser organizada para oferecer um ambiente de ensino apropriado.

³⁶ Em nossa pesquisa utilizaremos a segunda edição da obra de 1975, que foi editada pelo INP como parte de uma coletânea de livros de Vellozo.

³⁷ VELLOZO, Dario. *Compêndio de Pedagogia*, p. 380.

Antes de fazermos um aprofundamento nos elementos textuais da obra, lançamos um olhar para as questões que a cercaram em seu contexto de produção. O ano de 1907 nos mostra um Dario Vellozo com sua carreira no magistério mais sólida e contando com oito anos de experiência em sala de aula. Além disso, já havia escrito um manual didático de história e a revista *A Escola* estava em seu segundo ano de circulação e contava com Vellozo como redator-chefe. Isso nos mostra que, no momento da feitura do seu compêndio, o autor era conhecido e atuante no cenário educacional de Curitiba, além de todo o seu prestígio como um personagem atuante do cenário cultural curitibano. Devido a esse seu grande reconhecimento como professor, o *Compêndio de Pedagogia* chegou a circular em outros Estados.³⁸

A primeira edição do livro foi subsidiada pelo governo e adotada como manual oficial da Escola Normal, devendo ser utilizado por todos os professores. Porém, para conseguir tal feito a obra em questão seguiu a seguinte trajetória: segundo o Regimento da Instrução Pública do Paraná do período, os livros adotados para serem utilizados no ensino primário seriam escolhidos por uma Congregação de professores do Ginásio Paranaense e da Escola Normal, submetidos à aprovação do governador que, por sua vez, nomearia uma comissão de três professores para avaliar os livros a serem adotados e cujo parecer voltaria para a Congregação para debate. Essa Congregação também dava pareceres sobre obras didáticas a serem editadas ou patrocinadas pelo governo estadual.

Os três professores que foram escolhidos para analisar a obra de Vellozo foram: João Podeleck Boué, Lisymaco Ferreira da Costa e Francisco Azevedo Macedo, esse último, o relator do parecer. O texto do parecer é uma apresentação geral da obra, com alguns apontamentos sobre a relevância do livro para o cenário educacional, afirmando que: “não só à Escola Normal interessa a publicação dessa obra utilíssima: todo o magistério primário neste e nos outros Estados do Brasil terão um guia seguro”³⁹. O parecer é concluído da seguinte forma: “entendem, pois, sinceramente, os abaixo-assinados que a publicação de *Compêndio de Pedagogia* do sr. Dario Vellozo é o melhor serviço que, no momento, pode o Governo do Estado prestar à instrução popular”⁴⁰. Com o texto favorável, o parecer foi submetido à discussão na congregação e, não havendo nenhuma contestação em relação ao parecer apresentado, o livro de Vellozo foi

³⁸ Segundo Cristiane Vítório de Souza, em dissertação sobre as leituras pedagógicas de Silvio Romero, Romero possuía uma biblioteca específica de livros sobre educação e, entre eles, existe um exemplar da primeira edição do livro “*Compêndio de Pedagogia*”, de Vellozo. Para mais informações, ver: SOUZA, Cristiane Vítório de. *As leituras pedagógicas de Silvio Romero*. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão.

³⁹ MACEDO, Francisco Azevedo. *A Escola*, Curitiba, n. 7, p. 73-74, 1907.

⁴⁰ _____. *A Escola*, p.74.

aprovado por unanimidade para ser subsidiado e adotado como livro oficial de pedagogia da Escola Normal.

Podemos tirar algumas conclusões desse trâmite percorrido pelo livro de Vellozo. É possível perceber que os livros adotados e financiados pelo governo do Paraná não eram escolhidos aleatoriamente, devendo passar por um processo de análise mais cuidadoso. Isso nos mostra que os livros que eram aprovados estavam de acordo com as políticas educacionais do governo, pois era o governador quem escolhia os professores que iriam construir o parecer acerca do livro, logo, essa escolha não era aleatória. Eram escolhidos professores que, de alguma maneira, possuíam relação com o governo e com as diretrizes que o mesmo empregava.

Da mesma maneira, o livro a ser aprovado deveria estar no mesmo horizonte que das propostas educacionais do governo, pois dificilmente este publicaria e adotaria como livro oficial uma obra que não estivesse de acordo com os seus interesses. Isso nos mostra que Vellozo comungava, pelo menos em algumas questões educacionais, com as preocupações e ideias as quais o governo estadual estava interessado em propagar nesse período e que, em contrapartida, o governo enxergava no autor e em suas obras instrumentos de divulgação e formação de ideias e de motivação de ações. Assim, acreditamos que o livro de Vellozo nos mostra um pouco mais sobre como o governo do Paraná do período estava entendendo a educação.

No que tange a elementos textuais da obra, o livro é dividido em três partes que correspondem aos três anos dos cursos normais. O primeiro ano é composto por dez lições e começa com uma definição de Pedagogia; em seguida, apresenta-se uma trajetória histórica da educação, começando pela educação na Antiguidade, passando pelos povos chineses, egípcios, pelo período medieval e terminando no que Dario Vellozo chama de tempos modernos. Nessa primeira parte, Vellozo mostra, portanto, sua definição de Pedagogia. Segundo ele, a “Pedagogia é a arte e a ciência da educação. Ensina a ensinar: indica os meios, regras e preceitos de que deve servir-se o professor a fim de instruir e educar os alunos”.⁴¹

A segunda parte do livro (o segundo ano), para a qual dedicaremos um olhar mais cuidadoso, também é formada por dez lições, tendo início com uma descrição dos métodos de ensino indutivo e dedutivo, passando por princípios didáticos, modos, formas e processos de ensino. As últimas lições dessa parte serão tomadas como os principais objetos de análise e reflexão, pois são as que melhor representam a tentativa de formar alunos/professores condizentes com os ideais republicanos. Essas lições estão divididas em Educação Física,

⁴¹ VELLOZO, Dario. *Compêndio de Pedagogia*, p. 395.

Intelectual, Moral, Estética e, por fim, a Educação Cívica, cada uma com algumas ramificações que serão discutidas e apresentadas mais adiante.

A última divisão da obra (o terceiro ano) abarca 11 lições, que se iniciam com uma abordagem sobre a iniciação à leitura e à escrita, passando por estudos da língua portuguesa, bem como estudos de geografia, de história, de ciências, de desenho, de música, de canto, além de instruções morais e cívicas que o professor deveria ensinar para o aluno.

Indicaremos, *a priori*, um itinerário para que se possa compreender por que esses pontos são essenciais para entendermos como Vellozo concebia a educação. Para ele, a educação era um “[...] conjunto de ponderados esforços no sentido de desenvolver as faculdades físicas, intelectuais e morais do indivíduo, facultando-lhe meios de aperfeiçoamento, para felicidade própria e alheia”⁴². Assim, entendia que a educação deveria ocorrer em vários âmbitos, pois o cidadão pleno deveria ser bem instruído, possuir aptidões físicas e zelar pelo convívio, buscando uma sociedade harmônica.

No início da primeira lição do livro, Vellozo nos mostra o caminho teórico que irá adotar. Segundo o autor, a “[...] pedagogia é a arte e a ciência da educação”⁴³. Aqui, percebemos que Vellozo transita em um campo que estava longe de ser um ponto pacífico entre os teóricos da educação do período, ou seja, conceituar a Pedagogia e apresentar uma resposta final a uma pergunta que definiria esse campo do conhecimento: a Pedagogia é uma arte, uma ciência ou arte e ciência concomitantemente? Para entendermos melhor essa questão, precisamos compreender como estava sendo entendida a Pedagogia como arte e como ciência, no período e por Dario Vellozo.

A Pedagogia enquanto arte pode ser entendida como “[...] um acúmulo de habilidade prática que supõe um conhecimento além dos adquiridos nos livros, ou seja, remete para a dimensão prática e aplicada da educação baseada na observação e aplicação dos conhecimentos adquiridos ao longo do tempo”⁴⁴. Nesse sentido, a Pedagogia como arte da educação era baseada em experiências e vivências da sala de aula e não contava com um estudo mais teórico sobre a forma como ocorria o ensino. Focava um conhecimento adquirido através da prática.

Por seu turno, a Pedagogia como ciência se tornou mais forte no século XIX, com base em todo o contexto de crença na ciência que se constituiu nesse período. Nesse sentido, para

⁴² VELLOZO, Dario. *Compêndio de Pedagogia*, p. 390.

⁴³ _____. *Compêndio de Pedagogia*, p. 395.

⁴⁴ FRANCO, Maria Amélia do Rosário Santoro. *A pedagogia como ciência da educação*. 2. ed. ver. ampl. São Paulo: Cortez, 2008, p. 27.

ganhar o *status* de científica, a Pedagogia precisou adequar-se à lógica que presidia a ciência da época e isso implicou em sistematizar suas ações práticas, com base nas teorizações dos experimentos possíveis ao momento histórico. Assim, a Pedagogia científica acaba “[...] renovando seu método e seu conteúdo pela adoção do paradigma científico, indutivo e experimental, articulando em conhecimentos baseados em fatos”⁴⁵.

Dessa maneira, o paradigma científico passa a dar um caráter mais teórico à Pedagogia, haja vista que a arte da Pedagogia era baseada muito mais em questões práticas do que em um estudo mais profundo sobre o método do ensino. Porém, a Pedagogia como arte e a Pedagogia como ciência não são excludentes, pelo contrario, a ciência deveria auxiliar através de suas regras e leis, e atualizar os métodos da arte de ensinar, ou seja, da prática do ensino.

Assim, com seus métodos, leis e regras, a ciência prestaria auxílio à prática do ensino, tentando tornar esse ensino mais eficaz por estar baseado nos métodos modernos da ciência.

Nesse mesmo sentido exposto acima, Vellozo afirma que foi através de um “[...] conjunto de tentativas, dessa respeitável soma de experiências, cujos resultados têm sido apreciados através de milênios, que formou-se a arte pedagógica, a arte da educação”⁴⁶. Ou seja, a arte da educação é a forma de ensino adquirida por varias gerações através da prática. E, a partir de “[...] seus métodos, modos, formas e processos; formou-se a ciência pedagógica, a ciência da educação, com suas regras, princípios e leis”⁴⁷.

167

Uma característica importante do compêndio é mostrar algumas divergências existentes em relação a determinada temática e posicionando-se diante da discussão. Um exemplo dessa característica é a discussão feita sobre a noção de Pedagogia que discutimos. Outro exemplo dessa forma de escrita está presente na discussão elaborada por Vellozo a respeito dos modos de ensino. Segundo o autor, os modos de ensino são a maneira com que são organizados os alunos na escola para que haja um melhor aproveitamento do ensino.

Assim, o autor apresenta o modo individual, no qual o professor leciona para um aluno de cada vez; o modo simultâneo, que é caracterizado pela divisão dos alunos em classe com base em seus níveis de conhecimento; o modo mútuo, que se assemelha ao modo simultâneo, possuindo como diferença a utilização de alunos mais avançados como monitores para auxiliar o professor; e o modo misto, que é a possível combinação dos outros modos. Após o autor descrever esses modos, ele afirma que o modo simultâneo “[...] é o mais adotado, de

⁴⁵ CAMBI, Franco. *História da Pedagogia*. São Paulo: UNESP, 1999, p. 498.

⁴⁶ VELLOZO, Dario. *Compêndio de Pedagogia*, p. 396.

⁴⁷ _____. *Compêndio de Pedagogia*, p. 396.

incontestável vantagem, talvez o único que, dada a atual organização escolar, possa aproveitar o ensino”⁴⁸.

Entendemos que essa característica de escrita de Vellozo, de apresentar alguns pontos de vista em determinados momentos e se posicionando sempre a favor do que ele considera mais atual ou mais utilizado, nos revela questões importantes. Assim, mostra o seu conhecimento amplo e domínio sobre o tema o qual está tratando, mostrando uma preocupação em apresentar um estudo com uma densidade teórica mais consistente e não apenas um apanhado de ideias.

Outra questão que gostaríamos de levantar diz respeito à preocupação de Vellozo em apresentar autores e correntes de pensamento que estavam em voga no pensamento pedagógico da época. Autores como Pestalozzi, Spencer, Bain, Compayrè e Fröebel, que gozavam de um grande prestígio entre os teóricos da educação do final do século XIX e início do século XX, são citados por Vellozo como referências de novas propostas de ensino. O método de ensino intuitivo, que foi uma das grandes apostas de renovação do ensino no século XIX e XX, também é apresentado pelo autor como uma nova proposta educacional.

Dessa forma, Vellozo procurou estar em sintonia com as discussões educacionais que estavam ocorrendo em âmbito mundial, atentando para sua preocupação de ser moderno e estar atualizado sobre as principais transformações que estavam ocorrendo no cenário educacional. Entendendo que essa modernidade⁴⁹ que Vellozo buscava pode ser entendida por uma confiança na ação construtora da razão que, através da ciência, da tecnologia, da instrução e das políticas sociais universalizaram um novo modo de pensar, sentir e transformar a realidade.

Essa necessidade do autor de ser moderno está atrelada com a noção de intelectual com a qual estamos trabalhando, ou seja, a preocupação de estabelecer uma relação entre a educação e a modernidade, apontando a educação como um caminho a ser trilhado para alcançar a meta que seria a modernidade social. Característica essa que não era exclusividade de Vellozo, e sim de uma gama de agentes sociais do final do século XIX e início do século XX.

Nesse sentido, lançaremos um olhar mais apurado à lição VIII do compêndio intitulada “da educação em geral”. Nesse item, o autor discute a educação e suas ramificações, explicando a importância de cada uma para formar um indivíduo apto para os desafios da vida e para bem servir à família, à pátria e à humanidade. Acreditamos que nessa parte do compêndio se concentra o cerne principal da concepção de educação formulada por Vellozo.

⁴⁸ _____. *Compêndio de Pedagogia*, p. 433.

⁴⁹ Ver, entre outros, BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. Trad. Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

Vellozo acreditava que a educação dividia-se em física, intelectual, moral e estética. O autor também cita a educação cívica que perpassaria as outras formas de educação e teria como objetivo ensinar os direitos e deveres do cidadão. Assim, a educação física, intelectual, moral e estética propiciariam ao cidadão cumprir suas atuações cívicas.

Nesse sentido, Vellozo defendia que a educação era um: “[...] conjunto de ponderados esforços no sentido de desenvolver as faculdades físicas, intelectuais e morais do indivíduo, facultando-lhe meios de aperfeiçoamento, para felicidade própria e alheia”⁵⁰. Assim, entendia que a educação deveria ocorrer em diversos âmbitos, pois o cidadão pleno deveria ser bem instruído, possuir aptidões físicas e zelar pelo convívio, buscando uma sociedade harmônica. Vale lembrar que a ideia de formação do indivíduo apto para atuar na sociedade era a premissa central da educação para Vellozo.

A ideia de educação integral apresentada pelo autor fazia parte de um esforço de reorganização da educação brasileira que ocorreu no final do século XIX e início do século XX. Essa reorganização buscou renovar o método de ensino, bem como ampliar o programa escolar. A base dessa ampliação seria calcada no princípio da educação integral, que englobaria a educação física, intelectual e moral.⁵¹ Percebemos que Vellozo estava em sintonia com as mudanças educacionais que estavam ocorrendo em cenário nacional, na medida em que, em seu livro, o autor defende algumas das ideias de renovação do ensino, como o método intuitivo e a perspectiva de educação integral, que estavam sendo propostas por alguns pensadores da educação, como, por exemplo, Rui Barbosa.

A prerrogativa de educação integral, formada pela tríade educação física, intelectual e moral, foi formulada e difundida a partir da obra de Herbert Spencer⁵², intitulada: “Educação Intelectual, Moral e Física”, e publicada em 1861. Essa obra buscava unir uma concepção de educação com as aspirações e necessidades da sociedade moderna. O apelo de Spencer à correspondência entre a lei da evolução biológica e o progresso social possibilitou a naturalização da evolução da sociedade e a compreensão da ciência como o conhecimento mais relevante, o conhecimento útil com aplicação no trabalho, na arte e na vida diária.

Nessa concepção, corpo e espírito são indissociáveis. O princípio da educação integral expressava essa compreensão unificada pela qual a educação seguia as leis da natureza e a ciência

⁵⁰ VELLOZO, Dario. *Compêndio de Pedagogia*, p. 397.

⁵¹ SOUZA, Rosa Fátima de. Inovação educacional no século XIX: A construção do currículo da escola primária no Brasil. *Cadernos Cedes*, Campinas, n. 51, nov. 2000.

⁵² SPENCER, H. *Educação: Intelectual, moral e física*. Porto: Casa Editora Alcino Aranha, 1901.

revelava-se como o melhor meio para a disciplina intelectual e a disciplina moral. Da mesma forma, Vellozo acreditava que apenas a ciência poderia mostrar um real conhecimento, assim defendeu em diversos momentos a importância da ciência na educação como a melhor maneira de se alcançar o conhecimento. Além dessas proximidades, Vellozo cita o livro de Spencer como uma das referências suas utilizadas para escrever o compêndio e recomenda-o para ser lido pelos professores.

A inserção do pensamento de Spencer na educação brasileira não se faz apenas por essa discussão de Vellozo, haja vista que Rui Barbosa, em seu parecer acerca da “Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública”, publicado em 1883, compartilhava das ideias de Spencer e as recomendava à educação pública brasileira.

Nesse sentido, o primeiro ponto abordado por Vellozo é a Educação Física. Segundo o autor do “compêndio”, ela é importante na medida em que auxilia o aluno a se tornar um indivíduo “robusto” e “sadio”. O autor ainda argumenta que, para que o aluno possua uma boa compreensão do que lhe está sendo ensinado, necessita de um físico forte, pois: “sem robustez, sem saúde o corpo é débil, fraca a memória, a compreensão mais difícil”⁵³.

A Educação Física, segundo Vellozo, possui dois elementos principais: a ginástica e a higiene. Para o pensador, a ginástica tem por finalidade fortalecer os músculos e aumentar a força do aluno. Já a higiene possui por finalidade eliminar “maus hábitos” e melhorar a saúde do aluno e a qualidade do ambiente escolar. Assim, a educação física possibilitaria a constituição de corpos saudáveis, fortes e vigorosos, auxiliaria a disciplinar os hábitos e costumes responsáveis pelo cultivo dos valores cívicos e patrióticos. De acordo com Soares⁵⁴, a educação física das crianças no Brasil emerge atuando na preparação do corpo feminino para a reprodução dos filhos da pátria e na preparação do corpo do soldado tornando-o útil à pátria e ao capital, além de vincular algumas questões de moral, saúde e produtividade do trabalho a essa educação. Para Vellozo, o futuro cidadão deveria possuir uma saúde e vigor físicos apurados para bem servir à pátria e à família, que foram duas preocupações de Vellozo.

O segundo ponto destacado no livro é a Educação Intelectual. De acordo com ele: “a educação intelectual é o sistema que trata de desenvolver, elucidar, enriquecer e orientar a mente”⁵⁵. Destaca-se a explicação que Vellozo elabora para justificar a Educação Intelectual: “a educação intelectual proporciona o saber, o conhecimento exato das coisas, a consciência e a

⁵³ VELLOZO, Dario. *Compêndio de Pedagogia*, p. 438.

⁵⁴ SOARES, C.L. *Educação física: Raízes européias e Brasil*. Campinas: Autores Associados, 1994.

⁵⁵ VELLOZO, Dario. *Compêndio de Pedagogia*, p. 440.

verdade, pela ciência”⁵⁶. O autor estava encantado com a ciência, encanto esse que atingiu vários pensadores do século XIX, período que foi marcado por uma grande adesão às ideias científicas. Novamente evocamos a figura de Spencer para elucidar a fonte com a qual Vellozo dialoga. Spencer teceu questões importantes para entendermos a concepção moderna do papel social da ciência na sociedade e na educação ao apontá-la como o conhecimento de maior valor:

Assim, para a pergunta que formulamos – quais são os conhecimentos de maior valor? – há uma resposta uniforme – a Ciência. É o veredicto para todas as interrogações. Para a direta conservação própria, para a conservação da vida e da saúde, o conhecimento mais importante é a Ciência. Para a indireta conservação própria, o que se chama ganhar a vida, o conhecimento de maior valor é a Ciência. Para o justo desempenho das funções da família, o guia mais próprio só se encontra na Ciência. Para a interpretação da vida nacional, no passado e no presente, sem o qual o cidadão não pode justamente regularizar o seu procedimento, a chave indispensável é a Ciência. Para a produção mais perfeita e para os gozos da arte em todas as suas formas, a preparação imprescindível é ainda a Ciência, e para os fins da disciplina intelectual, moral e religiosa – o estudo mais eficaz é, ainda, uma vez, a Ciência.⁵⁷

Para esse autor, a ciência era o conhecimento que melhor revelava o sentido do progresso e da sociedade dita civilizada do século XIX. Para tanto, a ciência sobressaía como um conhecimento essencial para a vida moderna, o conhecimento útil e válido cujas verdades podiam ser aplicadas aos mais variados negócios da vida prática: na indústria, no trabalho, na conservação da saúde, no exercício dos deveres políticos e sociais, na condução da vida moral. Vellozo foi um adepto dessa fé na ciência, e em seu livro podemos perceber a importância que ele atribui à ciência empírica, defendendo que apenas essa ciência pode levar ao conhecimento verdadeiro da sociedade.

A próxima questão abordada por Vellozo é a Educação Moral. Ele acreditava que as faculdades morais formariam o caráter do aluno. Assim, a Educação Moral tinha por objetivo “[...] desenvolver e formar a vontade, estabelecendo normas de conduta, ensinando os deveres e as virtudes, para o Bem”⁵⁸.

Vellozo ainda defendia que o caráter da criança deveria ser desenvolvido por uma prática de ensino pautada na verdade científica, pois, para ele, o “saber leva à verdade; a educação intelectual contribui para a educação moral, dando ao indivíduo o máximo grau possível de consciência pelo conhecimento exato das coisas”⁵⁹. Dessa forma, notamos em Vellozo a crença no princípio segundo o qual quanto maior for o conhecimento fomentado pela verdade científica, melhor será o caráter do indivíduo.

⁵⁶ _____. *Compêndio de Pedagogia*, p. 441.

⁵⁷ SPENCER, H. *Educação: Intellectual, moral e physica*, p. 73.

⁵⁸ VELLOZO, Dario. *Compêndio de Pedagogia*, p. 441.

⁵⁹ _____. *Compêndio de Pedagogia*, p. 443.

A concepção de educação moral de alguns republicanos mais radicais no período da primeira República brasileira - caso de Dario Vellozo - colocou em evidência a secularização da moral de natureza cívica em detrimento à moral religiosa. Nesse sentido, convinha, pois, desenvolver sentimentos e hábitos, cultivar valores morais desejáveis, tais como: respeito à ordem, disciplina, tolerância, amor ao dever, apreço ao trabalho, o bom emprego do tempo, a sinceridade, a lealdade e o amor à pátria.

A separação entre o Estado e a Igreja foi a motivação dessa mudança de moral, que passou a ser voltada ao culto da nação. Vale lembrar que a transformação não se deu de maneira abrupta e nem por completa, haja vista que muitas práticas religiosas ainda continuaram a ser realizadas após essa separação. Nesse sentido, Vellozo acreditava que a moral deveria fazer com que o aluno soubesse respeitar o próximo para que houvesse uma melhor convivência e, assim, o país conseguiria uma união melhor para alcançar o progresso. Portanto, a ideia de respeito e união não estava atrelada a uma visão religiosa, e sim pautada em uma perspectiva e união para o desenvolvimento econômico e social do país.

Concomitantemente com a educação moral está a educação estética para Dario Vellozo. Segundo o autor, “a educação estética desenvolve os sentimentos superiores, não só é fonte de emoções supremas, como fator da educação moral”⁶⁰. Essa educação era dividida, para ele, em belas letras - que englobava a literatura - e belas artes - compostas por esculturas, pinturas, arquitetura, música e canto. Vellozo ainda atentava para o ensino do senso crítico da arte.

A questão da educação estética se fazia presente em discussões de alguns teóricos educacionais - como Spencer, Froebel e Pestalozzi - como uma importante faceta da educação. Vale lembrar ainda que Schiller, em suas cartas, foi categórico ao defender que não é possível elevar moralmente e racionalmente o ser humano sem cultivar a sua emoção e sensibilidade, sendo possível apenas o desenvolvimento completo do homem a partir de um equilíbrio entre a razão e a emoção.⁶¹

Aproximando essa discussão para o cenário republicano brasileiro, a educação estética ganhou um componente a mais: o caráter de cívico, ou seja, foi utilizada, algumas vezes, como forma de auxiliar o ensino cívico. Assim, “[...] o despertar para a civilidade não se faria apenas

⁶⁰ VELLOZO, Dario. *Compêndio de Pedagogia*, p. 443.

⁶¹ SCHILLER, Friedrich. *A educação estética do homem*. Trad. Roberto Schwarz e Márcio Suzuki. São Paulo: Iluminuras, 1995.

com a abertura de escolas, mas com uma educação estética que envolvesse habilidades manuais, educação das mulheres para o lar, o contato com a literatura brasileira, os cantos, a dança [...]”⁶².

Além dessas questões que estavam em voga no período, Vellozo ainda possuía um apego a mais à educação estética: sua própria veia artística. Vellozo ganhou notoriedade no cenário curitibano como poeta e produziu literatura até a sua morte. Tinha familiaridade com a música, pois tocava instrumentos de sopro, além de ter pintado algumas telas. Seu interesse pelas artes faz com que ele acrescente importância a essa dimensão, pois, segundo Vellozo: “os mais delicados prazeres da vida são propiciados pela arte”⁶³. Isso além de entender que “pedagogicamente a arte e a moral são inseparáveis”⁶⁴. Assim, uma boa educação estética pode ajudar a ter uma boa educação moral.

Por fim, Vellozo discute a educação cívica. O pensador defendia que todas as outras “educações” deveriam trabalhar juntas para que fosse formada esta. De acordo com ele: “a função principal da escola é formar futuros cidadãos, aptos e conscientes”. Nesse sentido, a educação cívica teria por finalidade ensinar os deveres e os direitos do cidadão, estabelecidos em relação à sociedade e à pátria.

Para Dario Vellozo, a educação cívica seria o fim a ser alcançado pela educação, pois, segundo ele, “educados física, intelectual, moral e esteticamente, o homem e a mulher ficam em condições de bem servir à família, à pátria e à humanidade – que tal é o fim da educação cívica”⁶⁵. Assim, percebemos que a educação possuía uma missão específica no pensamento de Vellozo: a formação de pessoas para servir à pátria e família para que o país pudesse alcançar o seu progresso pleno, tanto na área econômica, quanto na social.

Considerações finais

Após a leitura e análise da obra *Compêndio de Pedagogia*, podemos perceber que o sentido de servir à pátria se apresenta em consonância com o discurso republicano em voga no Brasil do final do século XIX e início do século XX, tanto em âmbito nacional, como em âmbito estadual. Nota-se assim, novamente, que Vellozo era adepto do discurso republicano. Dessa forma, apresentados os elementos fundamentais da educação humana, o indivíduo seria também um homem político atuante. Nesse mesmo sentido, percebemos que a educação integral era entendida por Vellozo como um dos fatores essenciais na formação humana, pois, para alcançar

⁶² VEIGA, Cynthia Greive. Educação estética para o povo. In: LOPES, Eliane Marta; MENDES, Luciano & VEIGA, Cynthia, (Orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 406.

⁶³ VELLOZO, Dario. *Compêndio de Pedagogia*, p. 443.

⁶⁴ _____. *Compêndio de Pedagogia*, p. 444.

⁶⁵ VELLOZO, Dario. *Compêndio de Pedagogia*, p. 443.

um progresso, a evolução social que Vellozo acreditava, o homem deveria estar educado em seus diversos sentidos. Percebemos novamente relações entre Vellozo e Spencer, no sentido da crença em uma evolução humana, tendo como base a ciência.

À guisa de conclusão, nossa análise procurou discutir alguns aspectos do pensamento pedagógico de Dario Vellozo manifestados em sua obra *Compêndio de Pedagogia*. Seu manual didático, além de indicar aspectos muito significativos de seu pensamento pedagógico, mostra-nos uma possível tendência que pairava sobre o cenário da educação paranaense no período em apreço. A educação, para Vellozo, deveria construir um homem capaz de pensar politicamente de forma livre (leia-se: republicana) e apto a desenvolver a sociedade rumo à ordem e ao progresso.

Recebido: 15/05/2012
Aprovado: 25/06/2012

As representações sociais sobre as mulheres na revista *Careta* (1910 – 1920): entre a mulher ideal e a independente

Douglas Josiel Voks

Mestrando pela UDESC

douglas_voks@hotmail.com

RESUMO: O início do século XX foi marcado por diversas transformações urbanísticas. A cidade do Rio de Janeiro tinha sido modernizada seguindo os modelos arquitetônicos europeus; junto dessas transformações, ocorreu também a tentativa de mudanças comportamentais, pois algumas camadas mais abastadas pretendiam que a sociedade brasileira se tornasse “civilizada”, tal como a europeia. Essas transformações são evidenciadas nas páginas da revista de variedades denominada *Careta*, entre 1910 e 1920. Neste estudo, analisamos as representações sociais acerca do feminino, presentes nesta revista de circulação nacional, para o estabelecimento de um tipo ideal de mulher. A mulher moderna ideal era aquela que usufruía dos espaços públicos, mas que não contestava as hierarquias sociais existentes. Em contraposição, encontramos na revista outra representação social atribuída à mulher. Esta mulher era independente, questionava as hierarquias existentes, “a frente do seu tempo” na forma de vestir e de agir. Todavia, esta mulher independente deveria ser combatida, pois não aceitava o papel de mãe e esposa.

PALAVRAS-CHAVE: História, Imprensa, Relações de gênero.

175

ABSTRACT: The beginning of the 20th century was marked by many urban transformations. The city of Rio de Janeiro had been upgraded following european architectonic models; with this transformations, also happened the attempt of comportamental changes, because some of the richer levels of society intended that the brazilian society became civilized, just like, the european. This transformations are well notice in the pages of the diversity magazine called *Careta* between 1910 and 1920. In this study were analized the socials representations among the female in this magazine of national impression for the establishment of the role model of woman. The ideal modern woman was the one that went to public spaces, but didn't have an objection of the social hierarchy of the time. However, in the magazine, we find another social representation to the woman. This woman was independent, criticized the hierarchy of the time, "foward of her time" in the way of dressing and actions. But, this independent woman should be banished, because she didn't accept the role of mother and wife.

KEYWORDS: History, Press, Gender.

Introdução

A revista *Careta* pode ser considerada o fruto de um sonho que tinha o propósito de levar informação, novidades e entretenimento para uma classe que desejava ser moderna e civilizada. Com a *Careta*, o seu fundador, o tipógrafo Jorge Schimidt trouxe um novo modelo editorial para o Brasil, inaugurando em 1908 uma revista semanal com um ousado *design*, mas, sobretudo, uma ousada proposta: transformar por meio de ideias a sociedade brasileira. Em 1919, a revista possuía um pouco mais de dez anos de existência e, juntamente com a revista *Fon-Fon*, caracterizou-se como uma das publicações de variedades com uma considerável projeção social,

abrangendo diversos estados brasileiros.

Na maior parte de sua existência, a *Careta* se caracterizou como uma revista de generalidades, lançando uma nova publicação todo sábado, tendo aproximadamente quarenta páginas, e suas dimensões variavam entre trinta centímetros de comprimento e vinte centímetros de largura. Em suas capas havia a presença de charges, sempre com um tom satírico, e razoavelmente coloridas, pois isso dava um aspecto mais moderno para a revista, visto que uma de suas preocupações era a estética. Em suas primeiras páginas internas encontravam-se alguns anúncios, com fotografias impressas em papel tipo *couché*, o que dava mais brilho e luminosidade para a imagem.¹ Em suas páginas centrais, destacavam-se fotos da vida cotidiana carioca, críticas expressas em charges a respeito da política brasileira, referências sobre moda e comportamento, além de artigos diversos sobre os seguintes temas: cinema, cultura, arte, crônicas, curiosidades, artigos de opinião, fofocas hollywoodianas, piadas etc. Mas, por vezes, a revista assumiu também uma posição mais informativa e crítica.

Durante os seus quase cinquenta anos de publicação, a *Careta* não seguiu um padrão nas suas colunas; essas variavam e se modificavam de tempos em tempos. Porém, nos anos analisados neste trabalho, destacam-se as colunas *Verdades e Mentiras*, *Crônicas da Vida Cotidiana* e *Vida Social*. Em nenhuma dessas colunas encontramos qualquer assinatura que possa nos indicar quem foi o autor, sendo que, com exceção das charges e dos textos literários, as demais colunas raramente vinham com uma identificação de autoria.

A *Careta* tinha um *design* muito ousado para a sua época, fato que pode ser atribuído à permissão de experimentalismos gráficos por iniciativa de Jorge Schmidt, que em outra publicação chamada *Kosmos* transferiu para o Brasil o modelo editorial que estaria em voga nas principais cidades europeias e norte-americanas.² A revista *Kosmos* foi publicada entre 1904 e 1909, sendo uma revista com uma apresentação visual extremamente requintada e de acabamento mais refinado, apresentando uma temática voltada ao progresso urbano e ao cosmopolitismo, defendendo a concepção *art-nouveau* como padrão gráfico indispensável durante o apogeu da Belle Époque. Posteriormente todo esse requinte e “bom gosto” foram adaptados e transferidos para a *Careta*. Essa transferência de modelo editorial pode ser entendida como a inserção de um modismo que reiterava a tradição do país de transplantes precipitados, por vezes anacrônicos, o que reforça o caráter de busca de nossa modernidade por meio de fantasias, miragens e sonhos e

¹ MACHADO JUNIOR, Cláudio de Sá. *Fotografias e Códigos Culturais: representações da sociabilidade carioca pelas imagens da revista Careta (1919-1922)*. 2006. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, p. 12.

² _____. *Fotografias e Códigos Culturais*, p. 11.

não da realidade social.³

As duas revistas fundadas por Schimidt possuíam um modelo editorial muito parecido, porém a *Kosmos* era uma revista claramente voltada para um público mais restrito, já que pressupunha um conteúdo mais erudito; conseqüentemente, por ter esse acabamento mais requintado, tornou-se um investimento extremamente oneroso para o público em geral.⁴ A *Kosmos* contava com a participação de literatos como Olavo Bilac, Artur de Azevedo, José Veríssimo, Paulo Barreto Capistrano de Abreu, Euclides da Cunha, entre outros, sendo ela uma revista completamente literária e com um conteúdo mais denso e uma linguagem totalmente formal, direcionada apenas para um consumidor altamente alfabetizado e intelectualizado. Já a *Careta* possuía um público consumidor muito mais amplo, pois inaugurou um modelo de variedades, com um caráter de leitura mais espirituosa e divertida, muito distante das demais revistas ilustradas que seguiam um modelo literário.

Observando a diferença dessas duas publicações é que podemos perceber por que a *Careta* conseguiu fixar-se e ser amplamente aceita em várias regiões brasileiras. Mas para além dessa diferença, a *Kosmos* serve para nos mostrar esse grupo de intelectuais e literatos do qual Schimidt fazia parte, o qual era o principal grupo intelectual do Brasil e que participava em muito nas decisões políticas, econômicas, culturais e sociais, sendo também essa mesma elite que possuía o projeto “civilizador” para o Brasil, pretendendo transferir para cá os moldes europeus.

Para alguns membros da elite carioca e consumidores da *Careta*, o que se almejava era uma sociedade europeizada. Nesse sentido a revista servia como um espelho, refletindo os desejáveis padrões comportamentais, políticos, culturais e sociais. Em suas páginas a revista tentou representar uma forma de sociabilização elegante que era almejada por alguns indivíduos abastados, ou seja, ela imprimia em suas edições um estilo de vida que se tentou implantar no Brasil.

Por ser uma revista de generalidades, as charges se faziam presentes em grande quantidade em cada edição. Na *Careta*, as charges não apareciam com um texto explicativo. Essas charges ilustravam as mais diversas representações do universo político, do social e do cultural. No entanto, destacam-se as representações sociais acerca das mulheres. Tais charges eram sempre imbuídas de uma comicidade de duplo sentido que evocavam o comportamento desejável para a sociedade carioca, como também o que não se aceitava.

³ ZANON, Maria Cecília. A sociedade carioca da Belle Époque nas páginas do fon-fon!. *Revista Patrimônio e Memória*, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 226, jun. 2009.

⁴ NOGUEIRA, Clara Asperti. Revista Careta (1909 – 1922): símbolo da modernização da imprensa do século XX. *Miscelânea Revista de Pós-Graduação em Letras*, Assis, v. 8, p. 68, nov. 2010.

Mannoni, fazendo um balanço das representações sociais, afirma que:

Situadas no ponto de encontro do individual e do social, do racional e do pulsional, da consciência e do inconsciente, do imaginário e do discursivo, as representações sociais são, ao mesmo tempo, elementos mentais constitutivos e conteúdos de pensamento muito importantes. Não existem representações sociais sem pensamento, claro, mas não há pensamento sem representação social. Ora determinantes, ora determinadas, elas dirigem nossa vida psicológica e orientam, de maneira decisiva, nosso saber – aquele de sentido comum, pelo menos.⁵

As charges da *Careta* demonstram o que o chargista e a revista desejavam que fosse colocado em evidência naquela sociedade. Desta forma, como indicou Mannoni, tais representações sociais teriam o poder de mudar ou de reforçar certas práticas ou valores dos indivíduos receptores. No entanto devemos ressaltar também que por trás de tais representações sociais vamos encontrar formas de discursos.

Para Michel Foucault, em toda sociedade a produção do discurso é controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos e dominar seu acontecimento aleatório.⁶ Mas, no entanto, Foucault resalta também as condições do funcionamento do discurso, as quais impõem aos indivíduos certo número de regras de forma a não permitir que todo mundo tenha acesso a ele. Desta forma, Foucault questiona quem possui legitimidade para emitir o discurso.⁷ Por mais que o discurso seja aparentemente pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com as relações de poder. Foucault aponta que o discurso não é simplesmente aquilo que manifesta o desejo, é também o objeto de desejo.⁸

178

Se a revista *Careta* pode ser vista como um espelho do seu tempo, devemos ressaltar que é um espelho com alguns desfoques, pois, para além de apresentar determinados fatos históricos, ela esboça também certas práticas que não eram características da sociedade carioca, mas que representavam as expectativas das camadas abastadas. Além disto, a *Careta* serve como uma excelente fonte documental, já que ela foi um meio de comunicação que soube adaptar-se ao seu tempo. Um tempo que se modernizava, adaptando os seus editoriais as novas exigências de um fiel público consumidor.

As matérias e ilustrações presentes na revista eram pautadas pela crítica ou pelo humor. A revista, ao mesmo tempo em que criticava determinados comportamentos vistos como inadequados para os padrões esperados e até tidos como ousados, também por vezes satirizava

⁵ MANNONI. *Apud.* CARDOSO, Ciro Flamarion e Jurandir Malerba (Orgs.). *Representações – contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas, Papyrus, 2000, p.30.

⁶ FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. 8. ed. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2002, p. 8-9.

⁷ _____. *A Ordem do Discurso*, p. 37.

⁸ _____. *A Ordem do Discurso*, p. 10.

comportamentos antiquados frente às transformações sociais inauguradas com o novo século. Por conseguinte, entendemos que se havia opiniões discordantes na própria revista, certamente essas mesmas discordâncias se faziam presentes entre os seus leitores.

Tais contradições se fazem presentes entre as charges e textos escritos. Nas charges encontramos a visão das mulheres submissas ao marido, que cuidavam da casa e da família, sem qualquer possibilidade de uma vida fora do ambiente doméstico. As suas realizações se encontravam no casamento e na prole, pois eram os homens que deveriam buscar a realização profissional fora de casa. Já nos textos, o que percebemos é um humor satírico que zombava dos valores rígidos de uma sociedade que não conseguia perceber o processo de modernização inaugurado com o início do século XX no país.

Nas próximas páginas pretendemos esboçar o perfil feminino apresentado pela *Careta* e, ao mesmo tempo, o perfil masculino, demonstrando as relações conflituosas entre estes dois campos. Junto disto, reconstruiremos a trajetória de um grupo em que aqui, nesse artigo, não se destaca nomes ou personagens específicos, mas que é entendido como um grupo de mulheres que estavam dispostas a quebrar barreiras e lutar por direitos; não um grupo organizado coletivamente, mas que, individualmente, cada uma com seu modo de negar a submissão e a passividade ajudou a construir um novo panorama e fazer com que muitas outras mulheres pudessem enxergar um novo horizonte em suas vidas.

A representação social das mulheres e homens na revista *Careta*

Para Machado as transformações urbanísticas e tecnológicas ocorridas no início do século XX fizeram com que a imprensa crescesse e perdesse o seu caráter artesanal, transformando-se em empresas voltadas para uma maior lucratividade.⁹ Periódicos, tais como, as revistas ilustradas, são produtos do ramo empresarial que buscava sustentar-se com a permanência de seu produto no mercado. Nesta perspectiva empresarial o periódico devia corresponder às expectativas de seu público consumidor, visando sempre atingir um maior número de clientes. Desde o seu início as revistas tiveram essa preocupação de abranger um grande público letrado, tendo seu conteúdo direcionado àqueles que possuíam condições socioeconômicas de se tornarem consumidores efetivos. Nesse sentido, textos e imagens deveriam responder aos interesses de um determinado público leitor, tornando-se assim um produto destinado à comercialização e ao consumo.¹⁰

A capital da República, Rio de Janeiro, estava ficando cada vez mais cosmopolita e, por

⁹ MACHADO JUNIOR, Cláudio de Sá. *Fotografias e Códigos Culturais*, p. 10.

¹⁰ _____. *Fotografias e Códigos Culturais*, p. 11.

consequente, a população estava crescendo junto com a cidade. A partir deste desenvolvimento social, econômico e urbano emerge um público para as revistas, que, favorecidas pelo desenvolvimento gráfico, se preocupavam cada vez mais com a estética das ilustrações, publicando inclusive fotografias dessa camada social em ascensão.¹¹ Nesse sentido, a revista *Careta* atendia os desejos e necessidade dos seus consumidores, como por exemplo, instituindo concursos de robustez infantil, dando dicas de moda e criando colunas sociais em que divulgava o modo de vida dessa camada social. Nesse período de efervescência da *Belle Époque* brasileira, aumentavam cada vez mais as fotografias não só de cenas cotidianas, mas também de eventos sociais destes homens, mulheres e crianças.

No início do século XX, vários visitantes estrangeiros comentavam as transformações espaciais e urbanas ocorridas nas principais capitais brasileiras. Para diversos autores como Ana Beatriz Barel¹² e Jeffrey Needell¹³ esse processo de transformações ocorrido nas primeiras décadas do século XX, que foi o auge da *Belle Époque* brasileira, não se deu de um dia para o outro. Foi um longo processo de transformações materiais e principalmente no modo de agir e pensar, que se iniciou desde a vinda da família real, mas que já nas primeiras décadas da República vai atingir o seu ponto máximo. A instituição da República inaugurou um período onde mais do que nunca se almejava transformar a sociedade. Com o advento da República que fica mais clara essa ligação do Brasil com os ideais franceses, já que nessa época as elites vão tentar reproduzir ao máximo a cultura francesa no Brasil, principalmente na capital, Rio de Janeiro, com as reformas urbanísticas de Pereira Passos.

Porém, mesmo com tais reformulações, as classes abastadas, que mantinham um contato com a Europa, percebiam que existia uma distância muito grande entre a sociedade brasileira e o que se considerava “civilização”. Needell indica que:

Embora os brasileiros invejassem a civilização e o progresso do Atlântico Norte, eles também os consideravam uma conquista específica da Europa. [...] Por outro lado, aceitava-se com naturalidade a precária adoção de tecnologias, costumes e capitais estrangeiros no Rio de Janeiro, reflexo das realidades neocoloniais. Na verdade, os habitantes das províncias pensavam no Rio como uma cidade magnífica, capaz de conferir prestígio urbano a quem a visitasse. Apenas os brasileiros que conheciam o estrangeiro vislumbravam a enorme distância que separava sua pátria da Civilização.¹⁴

Neste sentido o prefeito Francisco Pereira Passos planejou a reformulação da cidade do

¹¹ BUITONI, Dulcília Schroeder. *Mulher de Papel: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira*. São Paulo: Summus, 2009, p. 51.

¹² BAREL, Ana Beatriz. *Um romantismo a oeste: modelo francês, identidade nacional*. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2002.

¹³ NEEDELL, Jeffrey D. *Belle Époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. Tradução de Celso Nogueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

¹⁴ _____. *Belle Époque tropical*, p.48

Rio de Janeiro, assim como Hausmann, prefeito de Paris havia feito. Junto dessas transformações físicas, ocorreram também mudanças comportamentais, pois havia a pretensão do alcance de uma “civilidade” tal qual a existente na Europa.¹⁵ Entre as diversas medidas de Pereira Passos para transformar a cidade do Rio de Janeiro, podemos destacar a pavimentação de ruas, construção de calçadas e asfaltos, embelezamento de praças e passeios públicos, proibição da venda ambulante de alimentos, proibição da criação de porcos dentro do limite urbano, combate ao ato de cuspir no chão dos bondes e o descuido com a pintura das fachadas, assim como a proibição de uma série de outros costumes que passaram a ser tidos como “bárbaros” e “incultos”.¹⁶

Devemos ressaltar que houve uma tentativa de imposição de tais mudanças comportamentais, tentando fazer com que as pessoas incorporassem esses novos hábitos. Todavia, tais mudanças não necessariamente aconteceram. Podemos perceber então que para além das medidas para as transformações urbanísticas, procurou-se também mudar hábitos e costumes. Conseqüentemente, essa tentativa de construção de novas práticas consideradas elegantes em grandes centros urbanos gerou outra mudança social: um número cada vez maior de mulheres¹⁷ das classes altas caminhando pelas grandes avenidas recém-abertas, fazendo compras, passeando, tomando chá, indo ao cinema, e tudo isso sem a presença masculina.¹⁸



Fig. 1 – *Revista Careta*, março de 1917. Ed.456

Essas mulheres, desde o início da publicação da *Careta*, eram retratadas pelo periódico

¹⁵- D' INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: DEL PRIORE, Mary (org). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997, p. 226.

¹⁶- NEEDELL, Jeffrey D. *Belle Époque tropical*, p.57.

¹⁷- Nossas análises a partir da categoria 'gênero' são feitas através do diálogo com Joana Maria Pedro, Margareth Rago, Joan Scott, entre outras, compartilhando do entendimento destas do que seja a categoria gênero. Para essa última gênero é “um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder”. SCOTT, Joan W. *Gênero: Uma Categoria Útil para a Análise Histórica*. Recife: Corpo e Cidadania, 1990, p. 14.

¹⁸- HAHNER, June Edith. *Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940*. Florianópolis: Mulheres, 2003, p.183.

em suas colunas sociais andando pelos *boulevards*¹⁹ do Rio de Janeiro. Tais colunas demonstravam as transformações urbanísticas e sociais ocorridas pela intensificação da *Belle Époque*. Elas serviam não apenas como um “retrato” de um grupo social, mas também tinham a função de qualificar quem poderia ser representado em suas páginas.

As inovações culturais e tecnológicas ocorridas no início do século XX no Brasil afetaram igualmente tanto as mulheres quanto os homens. As mulheres das classes abastadas além de frequentarem as casas de chá ou teatros, também passaram a dirigir carros e ir sozinhas ao cinema. Os filmes retratavam as mulheres como jovens trabalhadoras independentes e heroínas modernas e, ao mesmo tempo, sexualmente sedutoras. Desta forma, o cinema ajudava as mulheres da elite a adquirirem novas ideias e aspirações, fugindo assim do confinamento doméstico.²⁰

O Código Civil de 1916²¹ subordinou as mulheres frente aos seus maridos, pois a estes cabia a administração dos bens comuns do casal e de bens particulares da esposa. O artigo 266 do referido Código Civil²² afirma que “Na constância da sociedade conjugal, a propriedade e posse dos bens é comum”, mas em seu parágrafo único aponta que “A mulher, porém, só os administrará por autorização do marido”. Percebemos então a legalização da subordinação das mulheres em relação aos homens, já que os direitos civis e patrimoniais que elas possuíam só eram garantidos se houvesse o aval do marido.

De forma concomitante à legislação encontramos também o saber médico como uma forma de controle e disciplina social, que no início do século XX passou a ter uma forte influência no meio familiar. As doutrinas médicas, em especial o higienismo sanitaria, instituíram um conjunto de preceitos que deveria orientar a vida em diversos aspectos: na vida urbana, no trabalho, no comércio de alimentos, no domicílio, na família, nos corpos.

Esse processo de intervenção começou no século XIX, quando as teses médicas se dedicavam aos cuidados infantis, a fim de evitar a degeneração, atingindo o comportamento materno através da ideia de contágio dos males sociais.²³ Desta forma, as mulheres e as crianças eram as principais personagens no cuidado da ordem higiênica, no qual o saber médico se

¹⁹ *Boulevard*, palavra de origem francesa, que na tradução para o português significa avenida. Porém, *boulevard* não caracteriza qualquer avenida, mas sim uma avenida arborizada com preocupações paisagísticas.

²⁰ HAHNER, June Edith. *Emancipação do sexo feminino*, p.248.

²¹ _____. *Emancipação do sexo feminino*, p.191.

²² As informações sobre o artigo citado foi retirado do Livro I Do Direito de Família, do código civil brasileiro de 1916. Disponível em: <<http://www.soleis.adv.br/direitodefamiliacodcivil.htm>>. Acesso em: 13 out. 2011.

²³ NASCIMENTO, Kelly Cristina. *Entre a mulher ideal e a mulher moderna: representações femininas na imprensa mineira, 1873-1932*. 2006. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, p. 83-84.

preocupava com temas como gravidez, aborto, aleitamento, mortalidade infantil e educação da mulher e da criança. A partir de argumentos de cunho científico advindos de sua formação universitária, a figura do médico passava a opinar sobre tudo o que envolvesse as mulheres, indo desde os aspectos da sua constituição física e mental até o vestuário e os hábitos da moda.²⁴

As mudanças de comportamento de algumas mulheres nas primeiras décadas do século XX, como a presença na política, em profissões que eram tidas até então como exclusivas do sexo masculino e, principalmente, a busca pela independência, fizeram com que elas, em algumas situações, fossem vistas e tratadas como “loucas”. Este fato não foi comum, mas é um exemplo de situações extremas. De acordo com o saber psiquiátrico da época, em relação à teorização do “normal” e do “patológico”, o desvio de conduta do considerado como feminino significava, de alguma forma, a recusa ou a resistência ao papel “natural” de ser mãe, por isso classificado como loucura.

Uma classificação muito utilizada na época era a “loucura moral”. Segundo um psiquiatra da época, esse termo era empregado para mulheres “vaidosas, independentes, voluntariosas, atrevidas por vezes em suas expressões [...] procura exhibir as pernas o mais que pode quando sentada, realçar o contorno dos quadris quando anda”²⁵. Nos hospícios havia também uma grande diferenciação entre as mulheres das camadas abastadas e as pobres. As mulheres ricas não trabalhavam, exceto por vontade própria.²⁶ Já para mulheres pobres estavam reservadas atividades “condizentes” com a condição feminina, ou seja, cozinhar e bordar. No discurso da época, presente na imprensa, as mulheres eram retratadas como frágeis, submissas e carentes de proteção; na revista *Careta*, as mulheres eram representadas como um “instrumento” da casa, que não deveria ou não conseguiria administrá-la sozinha e, mais do que isto, era retratada como uma incapacitada em relação ao homem, tanto no mercado de trabalho, como socialmente.

Se tua mulher scisma de fumar um cigarro – dá-lhe o cigarro e agradeça aos céos não ter sido um charuto... Nunca se deve contrariar uma mulher nas pequenas cousas. As pequenas cousas são, para as mulheres, as grandes cousas.²⁷

Conforme a citação acima, percebemos que, de uma forma indireta, a revista insinua que as mulheres são histéricas por natureza. Sendo assim, todo o cuidado era pouco para não

²⁴ ENGEL, Magali. O lugar do discurso: a academia dos médicos In. *Meretrizes e doutores, saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 43-44.

²⁵ CUNHA, Maria. C. Perreira. Loucura, Gênero Feminino. As Mulheres do Juquery na São Paulo do início do século XX. *Revista Brasileira de História*, v. 18, n. 35, p. 121-144, 1989.

²⁶ Não se negava ou restringia o acesso da mulher pobre ao trabalho, pois se reconhecia a necessidade econômica que estas possuíam. Porém, o trabalho braçal feminino para as elites era tido como algo vulgar associado à corrupção moral.

²⁷ *Careta*, n. 1191, abr. 1931, p. 27. As frases retiradas da *Careta* foram transcritas tal como se encontravam na revista. Por isso, algumas palavras apresentam uma ortografia diferente da qual utilizamos hoje. Como por exemplo, as palavras scisma, céos, cousas, entre outras.

despertar essa fúria indomável, que por coisas banais, como por exemplo, um simples cigarro, poderia vir à tona. Em contrapartida, o cigarro nas mãos das mulheres sugeria que elas seriam pessoas com hábitos modernos. Então, essa não era a “mulher” idealizada nas páginas da revista, mas sim a combatida. As atividades das mulheres era cuidar da família, e para isso necessitava de um casamento. Afirmava-se, então, que a “profissão” das mulheres era o casamento. Na cidade catarinense de Desterro, posteriormente conhecida como Florianópolis, o jornal *A República* apresentava inúmeras matérias que se dedicavam à figura feminina. Nestes textos as mulheres eram retratadas como “caçadoras de marido”.²⁸ Esse tipo de argumentos se fazia presente também na revista *Careta*.

Esse exemplo catarinense é importante para mostrar que essa não era uma visão exclusiva da *Careta* e muito menos uma perspectiva restrita à cidade do Rio de Janeiro. Porém, a revista *Careta* vai mais longe em relação às demais publicações deste tipo. Em seu quadro “A Arte de ser Marido”, coluna de pequenas frases sobre o comportamento feminino no casamento, temos um pequeno manual de como o homem deveria agir no casamento.

O casamento é uma coisa que acontece – como um desastre de bonde. Fica-se marido como se fica com uma perna só. Ora, assim como há o guia do perneta, pode-se também fazer o manual dos maridos. Dahi, este ensaio. Na vida de uma mulher casada, uma dôr de cabeça é um facto mais alarmante do que um filho. O filho era esperado, a dôr de cabeça não.²⁹

Estudos, tais como o da historiadora Margareth Rago mostram que as mulheres intelectualizadas das camadas mais abastadas não necessariamente negavam o “papel” de mãe e dona de casa, mas entendiam que poderiam exercer estas atividades sem permanecerem confinadas dentro de casa o dia todo; defendiam que a entrada das mulheres no mundo do trabalho ou da política não significava o fim da família ou dos valores morais. Rago afirma ainda que algumas revistas femininas como *A Mensageira*³⁰ e a *Revista Feminina*³¹ insistiam em que não se

²⁸ PEDRO, Joana Maria. As crises das elites e as mulheres como “pilares” da sociedade. In: PEDRO, Joana Maria. *Mulheres honestas e mulheres mal-faladas, uma questão de classe*. Florianópolis: Editora UFSC, 1994, p.53.

²⁹ *Careta*, n. 1191, abr. 1931.

³⁰ *A Mensageira* foi uma revista literária dedicada à mulher brasileira. Lançada por Presciliana Duarte de Almeida, circulou em São Paulo entre os anos de 1897 a 1900. Destinada à produção literária feminina, publicava também artigos que defendiam a emancipação das mulheres, reivindicando especialmente uma educação de qualidade. Em suas páginas figuravam nomes como os da escritora Júlia Lopes de Almeida e da portuguesa Guiomar Torrezão, escritora e líder feminista. Cf. KAMIT, Rosana Cássia. Revista “A Mensageira”: alvorecer de uma nova era? *Estudos feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 164-168, 2004. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/10268/9513>>. Acesso em: 15 out. 2011.

³¹ A *Revista Feminina* foi uma publicação “escrita” e dirigida por mulheres, inteiramente voltada ao público feminino, sendo criada no início do séc. XX (1914-1936). A *Revista Feminina* ao trazer assuntos ditos de “interesse da mulher” estabelecia um discurso sobre as referências socialmente condicionadas e condicionantes da natureza dos femininos e masculinos possíveis. SOARES, Ana Carolina Eiras Coelho. Tinturas petalina, creme dermina e a felicidade ao alcance de uma página: a revista feminina e seus anúncios publicitários. In: FAZENDO GÊNERO 9: DIÁSPORAS, DIVERSIDADES, DESLOCAMENTOS. *Anais Eletrônicos...* Florianópolis: UFSC, 2010. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277927718_ARQUIVO_ArtigoFazendotrabalhocompleto>.

deveria confundir liberdade com libertinagem, e que a grande participação das mulheres no mundo do trabalho resultaria no oposto do que se esperava, ou seja, a valorização das mulheres.³² Desta forma, percebemos que havia uma luta não apenas para a entrada no mercado de trabalho, mas também a aceitação e o fim dos estereótipos construídos em torno do trabalho feminino.

No início do século XX, as mulheres no âmbito do discurso eram identificadas como dóceis, submissas, sensíveis e dependentes. Já em relação aos homens essa identificação estava associada à razão e à força no campo pessoal e no social. Nesse sentido, a noção de autoridade na esfera privada e pública era entendida como masculina.

A assimetria de poder na família era reforçada pela disposição da nova ordem em promover uma separação total entre homens e mulheres: pensava-se na época que quanto mais feminina a mulher e mais masculino o homem, mais saudáveis a sociedade e o Estado. Nessa separação, a autonomia do gênero masculino contrastava com a submissão feminina. A subjugação da mulher ia ao encontro da constituição de uma família nuclear para qual o lar, com as afazeres domésticos e os cuidados com as crianças, se tornaria se espaço legítimo, enquanto aos homens ficaria destinada a esfera pública, a esfera do poder.³³

Estas noções eram difundidas no ambiente escolar das primeiras décadas do século XX entre as crianças e jovens. O historiador Vanderlei Machado aponta que nas cartilhas escolares de 1910 eram comuns histórias de mulheres representadas como “cuidadoras” e afetuosas. Dos homens se esperava um respeito às hierarquias e não demonstrações de carinho.³⁴ Nessas cartilhas encontravam-se também ensinamentos de como o menino deveria ser na escola, e que por consequência deveria seguir esses comportamentos na sua vida social.

Na educação dos meninos se fazia também muito constante a questão do trabalho, pois só com o trabalho os homens seriam úteis para a sociedade. Este papel cabia única e exclusivamente aos homens, visto que trabalho exigia força física e capacidade intelectual, atributos não compatíveis com a fragilidade e incapacidades das mulheres. Na educação dos meninos era uma constante a preocupação com a questão do trabalho. Nesse sentido, os homens que desejassem ser percebidos como honrados, além de possuírem uma boa educação e um labor, deveriam ter também preocupações com a saúde do corpo e principalmente com a sua aparência física.

pdf> Acesso em: 19 out. 2010.

³² RAGO, Margareth. *Relações de Gênero e classe operária no Brasil, 1890-1930*. In: MELO, Hildete Pereira de; PISCITELLI, Adriana; MALUF, Sônia Weidner; PUGA, Vera Lucia. (Orgs.). *Olhares Feministas*. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2006, p. 223-242. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001545/154563por.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2012.

³³ OLIVEIRA, Pedro Paulo de. *Religião, Ideias Burguesas e a Masculinidade*. In: *A construção social da masculinidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004, p.103.

³⁴ MACHADO, Vanderlei. *Entre Apolo e Dionísio: A imprensa e a divulgação de um modelo de masculinidade urbana em Florianópolis, 1889-1930*. 2007. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, p. 251.

A moda masculina diz muito em relação aos comportamentos sociais da época, por isso merece um destaque. Na imprensa em geral eram muito comuns colunas sociais apresentando o homem galante. Na revista *Careta*, além de fotografias encontramos muitas charges fazendo menção aos homens ricos e também, em oposição, aos homens pobres. Paulo Knauss afirma que “a imagem é capaz de atingir todas as camadas sociais ao ultrapassar as diversas fronteiras sociais pelo alcance do sentido humano da visão. Como lembra John Berger, a visão vem antes das palavras”.³⁵

Por isso as imagens da *Careta* se fazem tão importantes, já que este tipo de distinção social que se tinha através do vestuário se fazia muito presente nas páginas da revista, como uma forma visual de caracterizar cada camada social.

Nas representações abaixo (figuras 2 e 3), da revista *Careta*, percebemos claramente as diferenças entre os homens pobres e os ricos, não só pelo vestuário, mas também pela aparência física. Na primeira imagem, vemos homens de classes populares. As figuras são desajeitadas, com aparência cansada e nada saudável, além das vestimentas simples indicarem a sua classe social. Já na segunda imagem temos a representação social de um homem de classe abastada. A revista retrata-o com uma postura ereta, firme, forte e com aspecto saudável, já que como afirmamos a beleza e a higiene eram sinônimos de saúde.

186



Fig.2 - Revista *Careta*, novembro de 1911. Ed. 181



Fig. 3 - Revista *Careta*, julho de 1919. Ed. 578

A aparência era muito importante no início do século XX. Martins afirma que “um indivíduo que andasse pelas ruas da capital [...] que tivesse aparência de pobre, corria o risco de ser detido pelos inspetores de segurança [...] e recolhido à delegacia sob a alegação de prática de

³⁵ KNAUSS, Paulo. O desafio de fazer História com imagens: arte e cultura visual. *Revista ArtCultura*, v. 8, n.12, p. 97-115, jan./jun. 2006.

vadiagem”³⁶.

Nessas duas charges acima (Figuras 4 e 5), de 1920, representando uma manhã pós-carnaval, percebemos a condição submissa das mulheres: enquanto os homens vão às festas, as mulheres ficam restritas ao lar. Na Figura 4, um homem bêbado, dormindo ou desmaiado, está sendo carregado; não se sabendo onde ele mora, o guarda manda deixá-lo em qualquer casa que tenha uma mulher na porta com um pão, demonstrando uma visão submissa das mulheres.



Fig.4. *Revista Careta*, fevereiro de 1920. Ed.609

Legenda

- O carregador: mas afinal, para onde é que vamos?
- Pierrot: vá andando, vá andando; e pare na casa em que houver à porta uma mulher e um pão.



Fig. 5. *Revista Careta*, fevereiro de 1920. Ed.609

Legenda

- Ao romper do dia
- O que é isso patrão?
- Não é nada, não, Francisco. Não diga nada à senhora, para não assustá-la, e ao meio dia bata aqui a porta para me acordar.

Esta imagem pode também ser compreendida como uma representação social das mulheres à procura de um homem para o casamento, já que em várias passagens a revista insinua que muitas mulheres são “caçadoras de marido” e que têm medo de ficar sozinhas. A mulher na porta de casa pode ainda representar uma mulher solteira que aceitará qualquer homem que aparecer.

Considerações finais

A passagem do século XIX para o XX no Brasil não marca apenas uma transformação temporal, mas também a efervescência de mudanças sociais, urbanísticas e culturais que culminam no auge da *Belle Époque*, e é justamente nesse ápice que surgiu a revista *Careta*. Era uma publicação que ia muito além de um mero veículo de comunicação, pois ela transformou nos meios de pensar, agir e principalmente na estética e nos padrões de impressão, estabelecendo-se como a mais luxuosa e umas das principais revistas ilustrada do início do século XX no Brasil. Representou um grupo social que desejava uma sociedade europeizada, mas que vivia nos trópicos.

³⁶ MARTINS, Sílvia Helena Zanirato. Homens pobres, homens perigosos, a repressão à vadiagem no primeiro governo de Vargas. In: *História*, São Paulo, nº 12, p. 283, 1993.

No entanto, mesmo com a busca por uma sociedade réplica da europeia, não podemos pensar em uma simples transplantação cultural. Essa importação cultural cria o que Canclini define como “hibridismo cultural”³⁷, pois acreditamos que para a cultura não existem barreiras, ela cruza os oceanos e vai se mesclando com as mais diversas culturas, reelaborando-se e sendo interpretada em cada lugar de uma maneira diferente e própria.

Entre as suas mais variadas representações, as mulheres ganham destaque, já que a revista tentou criar um tipo ideal de mulher, a qual era moderna, pois ocupava os novos espaços urbanos criados pela fase da *Belle Époque*. A mulher moderna ideal era aquela que usufruía dos espaços públicos, mas que não contestava as hierarquias sociais existentes. Em contraposição, encontramos na revista outra representação social atribuída à mulher. Esta era independente, questionava as hierarquias sociais existentes, estava “a frente do seu tempo” na forma de se vestir e de agir. Todavia, esta mulher independente deveria ser combatida, pois não aceitava o papel de mãe e esposa. Percebemos também que a revista construiu um perfil masculino para os homens. Este deveria ser rico, culto e bem sucedido.

Recebido: 18/04/2012
Aprovado: 06/06/2012

188

³⁷ CANCLINI, Nestor García. *Culturas Híbridas*. São Paulo: EDUSP, 2000.

Integração e Desenvolvimento. As relações entre Brasil e Argentina (1822-2012)

Iuri Cavlak

Professor Adjunto da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)
Doutor em História e Sociedade pela Universidade Estadual Paulista – Júlio de Mesquita Filho
iuricavlak@yahoo.com.br

RESUMO: A história das relações diplomáticas entre Brasil e Argentina se caracterizou pela diade aproximação – distanciamento, com uma característica singular: os maiores ganhos na geopolítica mundial tornaram-se possível quando ambos tenderam para a união. Refletir sobre essa assertiva, de um ponto de vista histórico, é o objetivo deste artigo.

PALAVRAS-CHAVE: Diplomacia, Integração, Política.

ABSTRACT: The history of diplomatic relations between Brazil and Argentina was characterized by the pair approach - distance, with a unique feature: the biggest gains in geopolitics of world became possible when both tended to unity. Reflect on this statement, from a historical point of view, is the purpose of this article.

KEYWORDS: Diplomacy, Integration, Politics.

Introdução

A história das relações entre Brasil e Argentina está umbilicalmente ligada à questão da interação diplomática. Diferentemente de outros países limítrofes, os dois passaram por processos históricos semelhantes com permanente contato econômico e político. Ambos foram colônias de potências ibéricas e vivenciaram experiências de separação das respectivas metrópoles, sem que o caráter semi-periférico de suas economias frente ao mercado mundial tivesse sido questionado. Em 1930, muito por conta da crise que eclodiu ano antes na bolsa de Nova York, tiveram rupturas políticas significativas, abrindo um ciclo histórico que levaria à industrialização e à constituição de uma sociedade moderna. Brasil e Argentina passaram pela fase do nacional populismo, com Getúlio Vargas e Juan Perón, e desenvolvimentismo, com Juscelino Kubitschek e Arturo Frondizi, até sofrerem intervenções militares nos anos 1960. No novo ciclo aberto a partir dos anos 1980, elegeram e reelegeram governos neoliberais, tão significativos que relegaram suas respectivas agendas macroeconômicas para o período de Lula e Kirchner nos anos 2000.

Outrossim, a balança de poder regional esteve sempre marcada pelo relacionamento dessas nações, por conta da disparidade estrutural sobre os demais países sul-americanos. Durante o século XX, as economias brasileiras e argentinas tenderam para a complementação, com a primeira marcada por uma industrialização com o eixo nas indústrias pesadas e na exportação de produtos primários de clima tropical, e a segunda na indústria leve e exportação de

alimentos de clima temperado. Parafrazeando Richard Nixon, “para onde Brasil e Argentina vão, a América vai atrás”¹.

Interessante notar que o movimento aproximação – distanciamento esteve enfeixado pela competição econômica e militar conforme a correlação de forças predominantes historicamente. Entre 1822 e 1889, com o Brasil imperial e a Argentina fragmentada, o movimento ficou restrito entre alianças estratégicas do Estado brasileiro com províncias que iriam compor a Argentina atual (como na Guerra da Tríplice Aliança, que evidenciou o interesse militar e contingencial da parceria). Na coincidência dos regimes republicanos oligárquicos, de 1889 a 1930, algumas tentativas de alianças políticas foram feitas, com destaque para o Pacto ABC (Argentina, Brasil e Chile) em 1914. Todavia, o fato de a economia argentina crescer muito mais que a brasileira obstou vínculos aprofundados, cenário que se transformou entre 1930 e 1960, quando a economia brasileira se emparelhou com a Argentina. Veremos que nesses anos vários acordos, quiçá os mais importantes até aqui, foram executados.

A partir de 1964 a economia brasileira deslanchou em relação aos platinos, cenário relativizado com a recessão mundial dos anos de 1980 e a crise da dívida, que selou o estilo de industrialização que vinha sendo tentado até então em ambos os países. O neoliberalismo dos 1990 sublinhou o caráter periférico dos mesmos, recolocando na ordem do dia a união diplomática, incontornável se tivermos em vista qualquer possibilidade de ascensão de brasileiros ou argentinos em direção às mais altas posições na economia de mercado.

Historicizar toda essa relação e refletir sobre o momento atual são os objetivos que intentaremos realizar neste artigo.

Os primórdios

A idéia de integração no subcontinente vem de longa data: “Artigas, San Martín, O’Higgins, Bolívar, Sucre – por mencionar solo a los más notorios – no admitía otro concepto que el de la unidad subcontinental como forma de organización política”².

Durante grande parte do século XIX, sem embargo, Brasil e Argentina se viram distantes por causa de regimes políticos distintos. Havia uma monarquia de cunho português, em território brasileiro, e a república ainda em formação, devedora da herança da colonização espanhola, em território platino. O aparato estatal – burocrático, após 1822, já estava instalado e

¹ Em 7 de dezembro de 1971, na Casa Branca, recebendo o ditador brasileiro de então, Emilio Garrastazu Médici, o presidente dos Estados Unidos Richard Nixon pronunciou a célebre sentença: “We know that as Brazil goes, so will go the rest of that Latin American continent”.

² PARADISO, Jose. *Debates y Trayectorias de la Política Exterior Argentina*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1993, p. 110.

em funcionamento no Brasil, enquanto a Argentina vivenciaria uma série de guerras civis até constituir um território unificado.

Após o enfrentamento entre Brasil e Argentina em 1828, acordos foram estabelecidos entre o império e algumas províncias platinas, em sua maioria restritos aos aspectos militares, nos quais o elemento comercial esteve pouco presente. Após a ajuda brasileira ao líder Justo José de Urquiza na derrubada de Rosas, o grande empreendimento conjunto ocorreu na ocasião da guerra contra o Paraguai, entre 1864 e 1870. Depois dela, não obstante, se tornara visível a decadência do Império, fruto de contínuos déficits na economia e do crescimento de movimentos organizados descontentes, como setores das forças armadas, o movimento abolicionista, as revoltas escravistas e o movimento republicano. O avanço da revolução industrial e das relações salariais colocou na berlinda a escravidão, outro ponto que iria selar a sorte da dinastia de D. Pedro II. Em 1880, quando o presidente da Argentina, Nicolas Avellaneda, federalizou a cidade de Buenos Aires – transformada em capital do país –, ocorreu um enfraquecimento das revoltas internas, que, embora recorrentes, não tiveram força para abalar o poder central.³ Até 1930, a ordem constitucional conseguiu ser mantida através da forte repressão aos levantes militares e outros movimentos de oposição. Dentro do arcabouço democrático–representativo, vários governos se sucederam, logrando a manutenção do sistema político que, pressionado pela classe média e o movimento operário, teve que se abrir para a instituição do sufrágio masculino e secreto, fator de monta para a subida ao poder da União Cívica Radical (UCR) em 1916.

191

No Brasil, um golpe militar deu cabo do moribundo império, instaurando o regime republicano em 1889. Depois de muitas décadas, o expansionismo imperial brasileiro - português não poderia mais ser a alegação para que a Argentina mantivesse um permanente estado de desconfiança. Como no país platino, o Brasil manteve uma estrutura de poder sem rupturas, até o significativo ano de 1930. Como lá, a elite dirigente também se viu na contingência de reprimir movimentos autonomistas ou de contestação da ordem oligárquica, começando com a Revolução Federalista no extremo sul do país (anos 1890), passando pelas greves operárias e os levantes militares de 1922, no Rio de Janeiro, e 1924, em São Paulo. Diferentemente da Argentina, no Brasil não houve uma abertura política para a participação mais ampla da sociedade, o que talvez explique o descompasso do processo de mudança pós-1930. Aqui, com a derrubada da República Velha, alcançou o poder uma elite renovada, simpática a certas mudanças econômicas que se

³ Nas presidências de Bartolomé Mitre (1862-1868) e Domingo Sarmiento (1868-1874), o Exército Nacional foi formado, possibilitando o desbaratar das *montoneras* e das oposições federalistas, sustentadas pelas oligarquias rurais das outras províncias. Após 1880, ainda duas revoltas político-militares foram vencidas pelo poder central, ocorridas em Buenos Aires (1890) e nas províncias de Córdoba, Mendoza, San Luis e Santa Fé (1893).

encaminhassem para a industrialização. Na Argentina, os primeiros anos após a quebra das bolsas assinalaram o retorno ao comando do Estado de velhos políticos articulados aos interesses da agro-exportação. Interesses que, mesmo sendo acolhidos pela classe dirigente, disputaram espaço com algumas diretrizes mais industrialistas e voltadas ao mercado interno.

No período entre 1890 até o final da República Velha e o golpe militar comandado por Urriburu, Brasil e Argentina participaram do mercado mundial de forma parecida. Eram exportadores de matérias-primas e alimentos e importadores de produtos manufaturados, sendo os argentinos especializados em carne, soja, couros e lãs, e os brasileiros bastante dependentes da venda do café. Assim, a Argentina produziu um desenvolvimento que ultrapassou em muito o desenvolvimento brasileiro, eliminando a desvantagem presente em quase todo o século XIX e desfrutando de grande superioridade. Mediante uma ligação especial com a Inglaterra, que comprava a maior parte de suas *commodities*, e, em troca, investia capitais e concedia empréstimos, a Argentina inseriu-se no sistema internacional de circulação de capital auferindo ganhos excelentes para sua economia, para os padrões da época. O PIB argentino, entre os anos de 1886 e 1914, aumentou 15 vezes, gerando uma renda *per capita* que se multiplicou cinco vezes em apenas 30 anos, superando países como a Suécia, Itália e Espanha. O país platino, no início do século XX, respondia por 1/3 de todo o comércio exterior da América Latina.⁴

192

Com a forte corrente imigratória europeia ocupando os espaços do território, se constituiu um mercado interno que impulsionou a industrialização leve. Resultado do extermínio da população nativa e da baixa utilização da escravidão negra, a exclusão de setores sociais importantes do mercado consumidor foi menor em relação aos demais países da região. Na visão de Fausto e Devoto:

Como a origem étnica era também uma barreira para a ascensão social, podemos inferir que havia na Argentina uma sociedade civil comparativamente mais extensa, maior igualitarismo social e maiores possibilidades de ascensão, já desde princípios do século XX.⁵

Desse processo decorreu o crescimento da renda e o estabelecimento de uma pequena burguesia articulada aos serviços e ao comércio, com Buenos Aires rapidamente se tornando a mais moderna metrópole regional. A malha ferroviária argentina alcançou, em 1915, 33.709 km – 7.000 km a mais do que a brasileira –, dinamizando a circulação de mercadorias e barateando os fretes. “Às vésperas da grande crise, em 1929, a indústria na Argentina já produzia 90% dos bens

⁴ BANDEIRA, Moniz. *Brasil, Argentina e Estados Unidos: Da Tríplice Aliança ao Mercosul (1970-2003)*. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 2003, p. 632-633.

⁵ FAUSTO, Boris e DEVOTO, Fernando. *Brasil e Argentina: Um ensaio de história comparada (1850-2002)*. São Paulo: Editora 34, 2004, p. 44.

de consumo e sua participação no PIB atingia o índice de 22,8%, enquanto, no Brasil, era da ordem de 11,7%”⁶.

Porém, a elite política argentina não logrou equacionar de forma positiva o incentivo à industrialização e o atendimento das demandas dos exportadores de matérias primas. O saldo favorável de sua balança de pagamentos, que permitia investimentos internos para o crescimento econômico era justamente gerado pela exportação de alimentos. Ora, a díade agropecuária *versus* indústria tinha que ser resolvida, para que uma variável, sem descurar da outra, comandasse todo o processo. “Nem a primeira perdeu a importância para a economia do país nem a segunda conseguiu consolidar uma base sobre a qual seu crescimento auto-sustentasse”⁷. O sistema representativo argentino, por mais que abrisse espaço para a UCR, não absorveu as demandas de setores díspares e combativos, como o movimento sindical, tornando insatisfatória uma unidade e coesão social que alicerçasse a implementação de um projeto nacional conduzido pelo Estado. A classe latifundiária se assustou com as mudanças adjacentes à Primeira Guerra Mundial, e bloqueou como pôde as medidas dos políticos radicais visando a atenuar a dependência do mercado mundial e da Inglaterra. Assumiu o controle do aparato estatal em 1930 e manteve o desenvolvimento desigual e combinado, exportando produtos inelásticos e importando mercadorias de maior valor agregado, boicotando ou atrasando medidas industrialistas e reprimindo com violência o movimento dos trabalhadores e dos estudantes.

Por mais que os capitais acumulados na atividade agrário-exportadora migrassem periodicamente para o setor industrial, não seria possível o desenvolvimento de uma industrialização auto-sustentada, pela dependência estrutural que a exportação alimentícia possuía com a importação de produtos de maior valor agregado. Além disso, o conservadorismo das classes latifundiárias em relação às novas classes sociais surgidas do desenvolvimento da economia interna impedia uma reformulação da dependência e das estruturas arcaicas dos dois países.

O Brasil, devedor da exportação do café para acumular divisas, não alcançou o desenvolvimento argentino; porém, com as repetidas crises de superprodução e queda de preço, a desvalorização da moeda se tornou um expediente bastante usado pelas elites cafeicultoras para “socializar os prejuízos”, visando aumentar o preço exportável e, por efeito colateral, encarecer a importação de outros produtos. Diversas mercadorias importadas necessitaram ser produzidas domesticamente. Assim, muitos cafeicultores também passaram a investir em atividades

⁶ BANDEIRA, Moniz. *Brasil, Argentina e Estados Unidos...*, p. 634.

⁷ _____. *Brasil, Argentina e Estados Unidos...*, p. 634.

industriais, evitando uma cesura no seio das classes dominantes e facilitando, após a ascensão de Getúlio Vargas, a unidade nacional para a consecução de políticas industrializantes.

Em desvantagem militar, ao Brasil coube se aproximar dos Estados Unidos, fato que já sucedia desde o final do Império, sobretudo pela potência do norte se transformar em nosso principal mercado, comprando café e borracha. Embora não incorresse na mesma relação da Argentina com a Inglaterra, estabeleceu-se importante relação econômica e política; novamente, os dois vizinhos, agora republicanos, se viram devedores do comércio e da política de duas metrópoles diferentes. Se economicamente os norte-americanos não estiveram tão presentes quanto os ingleses, politicamente cederam, como mediadores, ganho de causa ao Brasil em importantes litígios fronteiriços, como o ocorrido no sul do país pela posse do território das Missões, na demarcação definitiva das fronteiras no Mato Grosso e no reconhecimento do Acre como território brasileiro, conquistado graças à competência da diplomacia comandada por Rio Branco.⁸

Com a estratégia do Barão, chanceler brasileiro de 1902 até 1912, de barganha com os Estados Unidos visando a melhores condições de inserção do Brasil no cenário internacional, em contraponto ao desenvolvimento econômico e militar argentino aliado aos ingleses, alguns atritos se tornaram quase inevitáveis com o Palácio San Martín. O principal deles ocorreu quando o chanceler argentino Estanislau Zeballos acusou o Brasil de se armar para agredir a Argentina. Receoso da amizade entre Rio de Janeiro e Washington, Zeballos tentou aproveitar da supremacia bélica argentina para precipitar seu país à guerra, chegando a falsificar, em junho de 1908, um telegrama que Rio Branco havia expedido para Santiago, alegando que neste telegrama o Brasil instigava os militares chilenos contra os argentinos. O chanceler brasileiro publicou a chave para decifrar tal mensagem, demonstrando a farsa do diplomata argentino, imediatamente retirado de sua função. Aparentemente, fortalecidos os laços entre Washington e Rio de Janeiro, pairou sobre alguns setores do governo platino o receio de que o Brasil estivesse recebendo armamento dos norte-americanos para representar, na América do Sul, o papel de *gendarme* dos Estados Unidos, isto é, os fiscais da política do *Big Stick*. A diplomacia brasileira tinha na aliança com os Estados Unidos seu grande trunfo, o que não significava propósitos agressivos contra seus vizinhos, até porque o imenso território brasileiro era ainda pouco povoado. Para Rio Branco, importava “[...] a busca da supremacia compartilhada na área sul-americana, restauração

⁸ Em relação à incorporação do Acre, ainda hoje alguns críticos questionam o modo como o Itamaraty resolveu o problema, na medida em que o Brasil pagou uma indenização a empresários estrangeiros e depois mais uma quantia a Bolívia, sendo que, com as revoltas de Luiz Galvez e Plácido de Castro, o território do Acre, povoado por brasileiros, *de facto* já era considerado do país.

do prestígio internacional do país, intangibilidade de sua soberania, defesa da agro-exportação e, sobretudo, a solução de problemas lindeiros”⁹.

Ao refletir a respeito dessas desavenças, e tentando uma união de interesses políticos no Cone Sul, Rio Branco lançou a idéia do Pacto ABC (das iniciais de Argentina, Brasil e Chile). Logrando maior destaque nos anos de 1910, significou a articulação em comum de uma esfera de discussões entre os principais governos do Cone Sul para intermediar o conflito entre México e Estados Unidos, no bojo da Revolução Mexicana, e dirimir desentendimentos que, oriundos da corrida armamentista europeia que antecedeu a Primeira Guerra Mundial, pudessem respingar na região. Se não ocorreu um desenvolvimento imediato dessa aliança, as discussões serviram como inspiração para o futuro. Dessa forma, o presidente argentino Roque Sáenz Peña, ao lograr seu segundo mandato em 1910, executou uma política externa que objetivou entendimento solidificado com o Brasil. Tanto que, neste mesmo ano, antes de assumir o cargo, foi ao Rio de Janeiro, onde conferenciou longamente com os governantes brasileiros e pronunciou a famosa frase “Todo nos une; nada nos separa”¹⁰.

Por outro lado, os Estados Unidos consideraram a aproximação de Brasil e Argentina, bem como o Pacto ABC, como atos “inamistosos”, boicotando tais entendimentos.¹¹ Enquanto ambos não alcançassem o desenvolvimento industrial, e enquanto prevalecesse uma superioridade de desenvolvimento econômico tão acentuado, como o argentino sobre o brasileiro, dificilmente haveria possibilidades para um ajuste fino entre ambas as diplomacias.

O Início efetivo da integração: o fim das assimetrias de poder

A partir dos movimentos militares ocorridos na Argentina e no Brasil no ano de 1930, um novo processo político econômico passou a vigorar nas duas nações. Tratando-se basicamente de países exportadores de matérias primas e produtos primários e importadores de manufaturas, foram obrigados a gerar respostas comuns para a crise do comércio mundial. Diferenças históricas na configuração econômica também obrigaram cada país a agir particularmente na resolução da crise. Para Moniz Bandeira,

⁹ CERVO, Amado e BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília: Ed. da UNB, 2002, p. 177.

¹⁰ Uma frase parecida foi dita pelo presidente argentino Julio Roca quando visitou São Paulo em 1907. In: BUENO, Clodoaldo. *Política Externa da Primeira República*. Os anos de apogeu (1902-1918). São Paulo: Paz e Terra, 2003, p. 283.

¹¹ O Pacto ABC, neste período, teve dois momentos: em 1905-1906, quando Rio Branco, ao tentar apaziguar os ânimos em razão da iminente aquisição de vasos de guerra pelos governos de Brasil e Argentina, propôs um “condomínio oligárquico” dessas nações na região e em 1914, na gestão de Lauro Muller, visando aos motivos citados na página anterior. No livro de Bueno, a versão é que os Estados Unidos apoiaram o ABC em ambos os momentos. Por outro lado, Moniz Bandeira acredita que os EUA sempre consideraram esse tratado como hostil, *unfriendly*. In: BUENO, Clodoaldo. *Política Externa da Primeira República...*, p. 300. BANDEIRA, Moniz. *Brasil, Argentina e Estados Unidos...*, p. 111.

Na Argentina, o golpe militar devolveu o poder aos conservadores e restaurou o predomínio dos interesses agro-exportadores contra as aspirações das classes médias urbanas e do proletariado, e ela revigorou sua dependência em relação à Grã-Bretanha, com a assinatura do Tratado Roca-Runciman (1933). Ao contrário do que ocorreu na Argentina, a revolução no Brasil afastou do poder os conservadores e, abatendo e quebrando a hegemonia dos interesses agrário-exportadores, dos fazendeiros de café, permitiu que os anseios das massas urbanas se impusessem e conformassem novo pacto político, que aliou o estamento militar, as classes médias e o proletariado aos pecuaristas do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais, produtores de carne e leite para o mercado interno.¹²

O governo de Getúlio Vargas conseguiu atenuar a dependência do mercado norte-americano, diminuindo as importações daquele país, reflexo da grande depressão, auferindo assim certa autonomia na política externa. Assinou, em 1934, o Tratado de Comércio e Reciprocidade com Washington, ao mesmo tempo em que firmou o acordo de compensações com a Alemanha, que progressivamente, até 1938, se tornara a maior fornecedora de manufaturas ao Brasil e a segundo maior importadora das mercadorias aqui produzidas. Diversificando parceiros e mercados, o país alcançou significativo desenvolvimento industrial, selado pela ajuda militar norte-americana, que não queria ver a sociedade brasileira sob influência germânica, e pelo financiamento da primeira grande siderúrgica do subcontinente. A Argentina não articulou essa barganha, permanecendo distante dos Estados Unidos e ainda apostando em seu comércio e seus vínculos estreitos com a Inglaterra e o restante da Europa Ocidental. Sem receber o auxílio bélico dos norte-americanos, as forças armadas argentinas foram se defasando e se emparelhando novamente ao Brasil. Isso significou um afrouxamento significativo das desconfianças e receios de setores castrenses, o que refletiu na política: ambos participaram da mediação entre Paraguai e Bolívia na Guerra do Chaco e a Questão de Letícia que envolveu Peru e Colômbia. Mais que isso, assinaram em 1933, no Rio de Janeiro, o Tratado Anti-Bélico de não Agressão e de Conciliação, e entraram em boa sintonia na Conferência Sul-Americana de Consolidação da Paz, ocorrida em Buenos Aires em 1935.¹³

O presidente argentino Augustin P. Justo visitou o Brasil em 1933, sendo retribuído pela visita de Getúlio Vargas dois anos depois.¹⁴ A essa altura, tornavam-se inevitáveis as propostas para o acercamento de mercados. Prova disso foi o tratado de 1941 para a formação de uma união econômica. Não obstante o crescente entrosamento comercial, as duas nações se viram separadas politicamente após a adesão do Brasil à luta contra a Alemanha e a permanência da neutralidade argentina. No final da Segunda Guerra, o comércio entre as duas nações já era

¹² BANDEIRA, Moniz. *Brasil, Argentina e Estados Unidos...*, p. 635.

¹³ Por conta da mediação e das negociações de paz na Guerra do Chaco, o chanceler argentino Carlos Saavedra Lamas seria agraciado com o Prêmio Nobel em 1936.

¹⁴ Nesta viagem, Vargas ainda passou pelo Uruguai. Nos dezenove anos como presidente, foi a única vez em que se ausentou do território brasileiro.

intenso, e os movimentos peronistas e getulistas novamente aproximaram os países. A derrubada de Getúlio Vargas e o fim do Estado Novo encerraram esta conjuntura.

Nesse sentido, a dicotomia que marcou a Guerra Fria se expressou fortemente, na medida em que, na Argentina, o peronismo conquistou o poder, tendo como líder Juan Domingo Perón, de plataforma política nacionalista e pró-trabalho, em total atrito com a potência hegemônica do continente. No Brasil, pelo contrário, um movimento antiliberal fora vencido, contribuindo para a ascensão de políticos ligados à agro-exportação e à implementação de uma diplomacia ao compasso dos norte-americanos, derivada da participação brasileira no recém terminado conflito.

Em 1947, a Terceira Posição argentina causou preocupação em Washington, caracterizada pela maioria dos políticos norte-americanos como uma postura pró-soviética, anti-panamericana e voltada à hegemonia na América do Sul. Na verdade, nada disso procedia. A Argentina apenas se aproveitava dos atritos entre Leste e Oeste para negociar melhores posições políticas e insumos industriais, declarando um não alinhamento automático. Como se intentava um processo com maior autonomia de desenvolvimento nacional, articulado ao crescimento da indústria e uma política de distribuição de renda, a variável externa teve que ser utilizada com ousadia, uma vez que esse processo tendia a descontentar investidores e a política externa norte-americana. Para a especialista argentina nas relações internacionais, Leonor Devoto, apesar dessas ressalvas, é certo que Perón pleiteou de alguma maneira uma “alianza bolivariana” com a exclusão dos Estados Unidos, destacando o “principismo” e uma luta incessante para reduzir a dominação dos Estados Unidos como principais atributos de sua política hemisférica.¹⁵

Por seu lado, a chancelaria brasileira esteve influenciada pela visão norte-americana, de que um mundo ideal seria construído por mercados sem proteção, por economias com a mínima intervenção do Estado, pelo fomento dos capitais privados e pela desregulamentação dos direitos trabalhistas, gerando uma imagem e uma prática diplomática em relação a Buenos Aires que tenderam a defenestrar o peronismo, prejudicando as relações *vis a vis* entre os dois vizinhos. A campanha de Perón à presidência foi marcada por um profundo sentimento anti-norte-americano, galvanizado na palavra de ordem “Braden ou Perón”, ou seja, a intervenção norte-americana, junto com as forças oligárquicas, ou a soberania do país.¹⁶ Foram inúmeras as tentativas do governo peronista de se aproximar do Brasil de Dutra, todas elas infrutíferas.¹⁷

¹⁵ DEVOTO, Leonor Machinandiarena. *Las Relaciones con Chile durante el Peronismo (1946 – 1955)*. Buenos Aires: Lumière, 2005, p. 31.

¹⁶ Quando o movimento peronista se fortalecia, durante o ano de 1945, a Embaixada dos Estados Unidos, sob o comando do diplomata Spruille Braden, publicou na mídia vários documentos que supostamente provavam o

Os peronistas sabiam que, de todos os acordos selados com os países da região, nenhum seria mais importante que os eventuais acordos com o Brasil. Se o Rio de Janeiro aderisse à política de blocos econômicos pleiteados pela Terceira Posição, a correlação de forças no Cone Sul transformar-se-ia, no sentido de maior prestígio e poder de barganha para a Argentina e os demais países. Daí uma grande mágoa em relação ao Itamaraty.

Na Argentina, o processo de industrialização substitutiva de importações, com ênfase nas indústrias têxteis e de alimentos, entrou em fase de esgotamento na metade dos anos 1940. A ditadura instalada em 1943 tentou investir na metalurgia e nas indústrias de material pesado. O I Plano Quinquenal, já no governo peronista, expandiu o setor de máquinas e equipamentos objetivando o alcance da auto-sustentação do desenvolvimento industrial. Porém, a nação platina, possuindo pouco aço, carvão e demais recursos não alcançou essa meta, tornando-se cada vez mais dependente da importação de material pesado.

No Brasil, a situação era distinta, em razão de importantes fatores como a existência de grandes jazidas de minério de ferro e a existência de um parque manufatureiro de bens de consumo. A produção de aço em grande escala em Volta Redonda sustentava o crescimento de indústrias ligadas ao processo de substituição, em largas faixas de bens de produção que possibilitaria uma base material capaz de atender às demandas do desenvolvimento.¹⁸

Assim, não restou alternativa ao Palácio San Martín senão uma aliança significativa com o Brasil, dado o desgaste político oriundo da competição argentina com os norte-americanos por mercados semelhantes e o discurso peronista anti-Estados Unidos; aliança frustrada no período Dutra, mas revigorada com o retorno de Getúlio Vargas ao poder.

O Pacto ABC de Vargas e Perón

A partir da segunda metade de 1949 e durante o ano de 1950, uma intensa campanha foi difundida na mídia portenha em favor da eleição de Vargas para a presidência do Brasil. Tratava-se de influenciar não só a opinião pública argentina, mas também a restante do continente, onde o aparato de propaganda peronista tinha alcance. Estatísticas, conquistas e acontecimentos positivos dos quinze anos em que Getúlio governou o Brasil foram diariamente publicados nos principais jornais. Por seu turno, em discursos de campanha, Vargas afirmava ser favorável a uma união econômica no Cone Sul, defendendo a idéia do Itamaraty lutar nos fóruns internacionais

envolvimento de Juan Perón com o nazismo. Essa documentação ficou conhecida como Livro Azul. Contra-atacando, Perón se defendeu divulgando um manifesto chamado Livro Azul e Branco, em que expunha sua plataforma nacionalista, estadista e pró-trabalho e acusava os Estados de Unidos de sabotagem a sua campanha.

¹⁷ CAVLAK, Iuri. As Relações entre Brasil e Argentina no Início da Guerra Fria. In: *Revista História: Debates e Tendência*, Passo Fundo: EDIUPF, v. 6, p. 83-111, 2007.

¹⁸ BANDEIRA, Moniz. *Brasil, Argentina e Estados Unidos...*, p. 638- 639.

para que as ilhas Malvinas voltassem para a soberania argentina, o que “soava como música” aos ouvidos de Perón e seu movimento. Sobre o Itamaraty, Vargas chegou a dizer que levaria este órgão em direção à Terceira Posição brasileira.¹⁹

Por meio de seus enviados, como deputados do PTB e João Goulart, doações financeiras foram amealhadas dos cofres argentinos para a eleição de Getúlio. Durante a apuração desse pleito, Perón chegou ao ponto de enviar uma comitiva, liderada pelo vice-presidente Hortencio Quijano, à fazenda de João Batista Lusardo em São Pedro, interior do Rio Grande do Sul – local em que Vargas e seus assessores mais próximos aguardavam o resultado final. Foi oferecida ajuda militar argentina, caso a oposição não aceitasse uma eventual vitória trabalhista e desencadeasse um processo de guerra civil no território brasileiro.²⁰ Desses fatos, pode-se imaginar as expectativas e as esperanças depositadas no novo governo para a convergência política. Vários diplomatas brasileiros já se encontravam descontentes com o Itamaraty, pelo fato de o Brasil nada auferir em troca do apoio incondicional hipotecado pela administração de Dutra aos Estados Unidos.

No contexto da diplomacia brasileira, Vargas armou sua barganha com os Estados Unidos articulando sua política em dois sentidos. Para o Ministério das Relações Exteriores, nomeou João Neves da Fontoura, udenista e ex-presidente da Ultragás, partidário de uma aliança incondicional com os Estados Unidos. Para a Embaixada Brasileira na Argentina, João Batista Lusardo, amigo de Perón, que já havia, por duas vezes, trabalhado nesta função, abertamente favorável à aproximação brasileira com o peronismo.²¹

Conseqüentemente, em fevereiro de 1953, Perón e o presidente chileno, Carlos Ibañez del Campo, acertaram um notável acordo comercial e político, conhecido como “Ata de Santiago”. Previa-se a liberação de impostos para vários produtos, abertura de linhas de crédito, comércio compensado para diversas mercadorias e o relaxamento de restrições ao trânsito de pessoas nas fronteiras. Os dois presidentes prometeram votar em conformidade nos fóruns internacionais. Nesse encontro no Chile, o líder argentino, entusiasmado, acabou divulgando que havia recebido do Rio de Janeiro uma “carta branca” para a formação do ABC, isto é, uma autorização pessoal de Getúlio para iniciar primeiramente as tratativas com os chilenos visando à

¹⁹ Em nossa dissertação de mestrado tivemos contato com os recortes de jornais portenhos que eram anexados aos ofícios que a Embaixada Brasileira em Buenos Aires remetia ao Ministério no Rio de Janeiro. São várias as afirmações de Vargas nesse sentido quando em campanha. In: CAVLAK, Iuri. *A Política Externa Brasileira e a Argentina Peronista*. São Paulo: Annablume, 1998, p. 134-140.

²⁰ ALMEIDA, Hamilton. Sob os olhos de Perón. O Brasil de Vargas e as Relações com a Argentina. Rio de Janeiro: Record, 2005, p. 25-26.

²¹ RECKZIEGEL, Ana Luiza. *O Pacto ABC: As Relações Brasil-Argentina na Década de 50*. Passo Fundo: EDIUPF, 1996, p. 46.

montagem da zona de livre comércio. De fato, Vargas, confidencialmente, comunicara a Perón que poderia contar com sua aprovação para a política integracionista, lamentando a impossibilidade momentânea de transformar tal postura em posição oficial da diplomacia brasileira, pois temia a desaprovação da opinião pública e de setores importantes do Itamaraty. A notícia caiu como uma bomba na imprensa brasileira.

Desde o final do ano de 1952 estavam sendo confeccionadas listas de produtos para serem intercambiados em regimes especiais de condições e preços, sendo constantes os acordos para multiplicar as vendas de trigo e café. Durante este mesmo ano, “bateu recorde” o número de viagens de “turistas culturais” brasileiros, que passaram semanas em Buenos Aires com todas as despesas pagas pelo governo argentino. Sindicalistas, estudantes do ensino secundário e superior e grupos de teatros, a todo momento, desfrutaram dessa prática. No sistema de ensino argentino, foi criado o “Prêmio Brasil”, contemplando mensalmente com uma viagem a São Paulo alunos que realizassem a melhor dissertação sobre um tema da história do Brasil.²² Ainda em dezembro, ambos assinaram um acordo comercial de grande porte, para entrar em vigor em janeiro de 1953, com validade prevista até 31 de dezembro de 1956, em caráter provisório, até obter aprovação nos respectivos parlamentos.²³

No momento especial pelo qual passava a diplomacia, o presidente argentino, novamente numa oratória exaltada, imprimiu outra nódoa na relação. Impaciente, tentando à sua maneira apressar o Pacto ABC, Perón resolveu atacar o Itamaraty, em discurso pronunciado na Escola Nacional de Guerra, em novembro de 1953. Seus argumentos, divulgados no Brasil em janeiro de 1954, transformaram-se em mais um elemento utilizado a favor da derradeira ofensiva antivarguistas, nova munição para as velhas acusações de traição nacional e montagem de uma república sindicalista à revelia do legislativo e do judiciário.

Em 25 de junho de 1954, a Comissão Mista de Comércio de Brasil e Argentina assinou novos acordos, em regime especial de preços, que envolviam a compra de 700 mil toneladas de trigo, 25 mil toneladas de farinha de trigo, e uma quantidade não divulgada de carne argentina por parte do Brasil, e a venda de 300 mil toneladas de café, 8 mil toneladas de cacau, 12 mil toneladas de erva-mate e 250 milhões de metros quadrados (sic) de madeira brasileira. A balança comercial

²² Ofício “Mês político e cultural” de dezembro de 1952. “Balanço dos acontecimentos do ano”. Arquivo Histórico do Itamaraty. Missões Diplomáticas no Estrangeiro. Buenos Aires. Pasta de Ofícios: 1955 – 1960.

²³ Nota reversal, dezembro de 1952. Arquivo Histórico do Itamaraty. Missões Diplomáticas no Estrangeiro. Buenos Aires. Pasta de Ofícios: 1955 – 1960.

em 1955 fecharia com os seguintes valores: produtos brasileiros importados pela Argentina, US\$ 100 milhões; produtos argentinos importados pelo Brasil, US\$ 152 milhões.²⁴

Entretanto, a situação política no subcontinente não permitiu a sequência desse movimento. Os presidentes de Chile, Equador e Paraguai ficaram aguardando a força e a polêmica que adviriam da declaração pública de adesão ao ABC feita pelo Brasil. Este último, o membro mais importante, não reuniu condições para participar, pois, em agosto, Getúlio Vargas cometera o suicídio.

A Aliança no desenvolvimentismo

Com a queda de Vargas no Brasil e de Perón na Argentina, houve um interregno na aproximação diplomática que perpassara a primeira metade da década de 1950.²⁵ Em contrapartida, esse movimento retornou significativamente com a vitória de Juscelino Kubitschek nas eleições majoritárias de 3 de outubro de 1955, refazendo a aliança PSD-PTB, com João Goulart eleito vice-presidente. Temendo a volta do nacionalismo ao poder, setores mais conservadores da UDN (União Democrática Nacional) e da elite brasileira influenciaram parte das forças armadas para um movimento que impedisse a posse dos eleitos. O então Ministro da Guerra, Marechal Henrique Teixeira Lott, adiantou-se aos acontecimentos e ele próprio desfechou um golpe para garantir que Juscelino Kubitschek e João Goulart assumissem seus respectivos mandatos.

Na Argentina, a chamada Revolução Libertadora assumiu o poder após a queda de Perón, reprimindo a classe trabalhadora, congelando direitos sociais e inserindo o país nas instituições financeiras e de comércio, visando à forte participação do capital internacional. Seguiu com algumas obras iniciadas no governo passado e manteve um bom entendimento político com o Brasil.

Para ambos os países, era impossível o retorno às políticas ligadas ao setor agrário que desconsiderassem o pujante setor industrial. As massas populares e a necessidade de produzir em grande escala produtos estratégicos outrora importados impulsionou politicamente forças parecidas com aquelas do início dos anos 1950. Assim, se no Brasil retornou ao poder o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), coligado com os setores mais dinâmicos do PSD (Partido Social

²⁴ CISNEROS, Andrés e ESCUDÉ, Carlos (org.). *Historia General de las Relaciones Exteriores de la Republica Argentina: Las Relaciones Exteriores de la Argentina Subordinada. Parte III, Tomo XI. Las Relaciones Económicas Externas (1943-1989)*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1999, p. 111. Em 1955, o Brasil exportou US\$ 601 milhões para os Estados Unidos e US\$ 60 milhões para a Inglaterra, importando, respectivamente, US\$ 537 milhões e US\$ 17 milhões. A Argentina exportou US\$ 118 milhões para os Estados Unidos e US\$ 201 milhões para a Inglaterra, importando, respectivamente, US\$ 154 milhões e US\$ 76 milhões.

²⁵ RECKZIEGEL, Ana Luíza. *O Pacto ABC: As Relações Brasil-Argentina na Década de 50*.

Democrático), na Argentina, após dois anos de ditadura, venceu as eleições a ala mais extremada da UCR (União Cívica Radical), os chamados Intransigentes (UCR I), que receberam apoio de Perón no exílio e prometeram industrialização, controle do Estado nos investimentos estrangeiros e aumento do mercado interno. A UCR I tinha na integração sul-americana e na parceria com o Brasil uma de suas principais bandeiras, a ponto de Frondizi ser acusado pela oposição de excessivo “brasilianismo”. Por seu lado, os anos JK “foram certamente os que registraram os momentos de maior tensão no relacionamento bilateral entre Brasil e EUA”, equiparados de certa forma ao pré-1964.²⁶ Ou seja, os argentinos buscando o Brasil e esse, em dificuldade com a potência do norte, tendo que buscar o principal vizinho.

Na Argentina, o desenvolvimento econômico esteve mais truncado, em virtude da alternância de políticas recessivas e industrialistas, fruto da alta tensão entre o peronismo na ilegalidade e os militares, bastante próximos do poder. Mesmo tendo que tergiversar nessas questões, o governo de Frondizi alcançou significativas metas na economia, obtendo a manutenção de um importante nível de desenvolvimento social, se tivermos em mira a situação dos demais países sul-americanos à época. José Luis Beired, sobre o período, afirma:

A Argentina possuía a mais elevada renda per capita da América Latina, altos índices de escolaridade, ampla classe média, baixas taxas de mortalidade e outros indicadores sociais superiores àqueles encontrados na maioria dos países da Europa mediterrânea na década de 1960.²⁷

No governo frondizista destacou-se a construção e a modernização do parque industrial, sendo a integração nacional – das regiões atrasadas e do movimento peronista – um aríete para dinamizar o desenvolvimento econômico e social.²⁸

Destarte, na política, os governantes e os especialistas projetaram possibilidades de construir uma macro-economia planejada, capaz de negociar com as multinacionais no sentido de essas últimas trabalharem subordinadas mais à realidade interna das trocas desses países do que às diretrizes enviadas pelas matrizes. Convicções – ou ilusões – enfeixadas no movimento de união diplomática.

No Brasil, Kubitschek se elegeu visando a justamente essa política econômica e a participação do capital externo, uma vez que a poupança nacional e o Estado brasileiro não tinham como arcar sozinhos com uma tarefa de tal magnitude. Assim, o Brasil novamente

²⁶ MELLO e SILVA, Alexandra. Desenvolvimento e Multilateralismo: Um Estudo sobre a Operação Pan-Americana no Contexto da Política Externa de JK. In: *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 224, jul./dez. 1992. Sobretudo os anos de 1958-1959.

²⁷ BEIRED, José Luis. *Breve Historia da Argentina*. São Paulo: Atica, 1996, p. 61.

²⁸ JAMES, Daniel (Dir.). *Nueva Historia Argentina: Violencia, Proscripción y Autoritarismo (1955-1973)*. Buenos Aires: Ed. Sudamericana, 2003, p. 189.

pleiteou a ajuda dos Estados Unidos, que novamente lhe foi negada, por meio de evasivas e tergiversações. Tentou-se a colaboração com países da Europa, resultando, sobretudo, na instalação das primeiras montadoras de automóveis. No intento de pressionar os Estados Unidos, JK construiu uma política externa regional de parceria com Buenos Aires, percebendo o momento de desgaste no qual padecia a maior nação ocidental em relação à opinião pública latino-americana. Depois de 1945, os Estados Unidos não efetivaram uma colaboração econômica com o subcontinente, diferentemente do ocorrido em relação à Europa. Muito por essa razão, em junho de 1958, o vice-presidente Richard Nixon viajou pelos principais países da América do Sul recebendo vaias e ataques de populares, a ponto de ser concebido um plano de emergência para sua retirada da Venezuela pelas forças armadas norte-americanas baseadas na América Central.

Nessa conjuntura, JK enviou uma carta ao presidente dos Estados Unidos, Dwite Eisenhower, em maio de 1958, enumerando uma série de fatores que gerava o descontentamento da maioria das nações sul-americanas, e um programa de desenvolvimento, contemplando problemas comuns ao atraso dos países da região, que gostaria de ver executado com o aporte de dólares estadunidenses. Era a chamada Operação Pan-Americana (OPA). Eisenhower respondeu à missiva, naquele momento já com bastante publicidade na mídia latina, prometendo a ajuda, todavia através dos canais tradicionais como a OEA (Organização dos Estados Americanos), o *Eximbank* e o FMI, instituições que exigiam uma contrapartida inviável para um governo industrialista periférico. Assim, Kubitschek teve que endurecer o discurso, ameaçando com a aproximação ao bloco socialista e a União Soviética.

Os movimentos da política externa alimentaram o debate interno sobre os problemas da industrialização e do subdesenvolvimento. Depois de romper com o FMI (fins de 1959), que exigia contenção dos gastos públicos e o combate a inflação para continuar emprestando dinheiro ao Brasil, JK incentivou um resguardo por parte do Itamaraty à imposição da política dos Estados Unidos. Além disso, obrigou os candidatos a sua sucessão, Jânio Quadros e o General Henrique Teixeira Lott, a pautarem os problemas de política externa como um dos principais conteúdos programáticos de suas candidaturas. Na visão de Moniz Bandeira, “Mais do que qualquer outra época, o antiimperialismo dominou a campanha eleitoral. As duas candidaturas, de uma forma ou de outra, tomaram o sentido de contestação aos Estados Unidos”.²⁹ Jânio Quadros, antes de vencer as eleições majoritárias, com Goulart novamente eleito vice-presidente, viajou a Cuba e conversou com Fidel Castro, num momento já de deterioração do relacionamento da ilha com os norte-americanos.

²⁹ BANDEIRA, Moniz. *Brasil, Argentina e Estados Unidos...*, p. 402.

Eleito, Quadros dinamizou as premissas da OPA, por meio da chamada Política Externa Independente (PEI). No seu curto período presidencial, contribuiu para que a diplomacia brasileira aprofundasse concepções críticas à divisão internacional do trabalho, sob o comando de políticos avessos à subserviência as grandes potências, como Afonso Arinos de Melo e Franco e Francisco Clementino de San Tiago Dantas. A situação econômica do Brasil abriu possibilidades para a reformulação do caráter de relacionamento com a América do Norte.³⁰

O auge do processo foi o encontro de Arturo Frondizi e Jânio Quadros na cidade gaúcha de Uruguaiana, fronteira com Passo de Los Libres, província de Corrientes, entre 20 e 23 de abril de 1961. Na medida em que o capital internacional, os EUA e setores burgueses tensionavam contrariamente, os governos buscavam através da pressão política o contrabalançar de tendências, alimentando os pólos que aufeririam ganhos com o incremento da união.

Entretanto, tanto no Brasil quanto na Argentina as oposições domésticas e externas impediram o avanço do processo. No início de 1962, militares argentinos se mostraram insatisfeitos com o apoio que a diplomacia frondizista vinha apresentando a Cuba. Quando, nas eleições provinciais de março os peronistas saíram vitoriosos em alguns estados, Frondizi não resistiu e acabou apeado do poder por um golpe militar.

No Brasil, o governo de esquerda de João Goulart, o vice-presidente que assumiu o poder após a renúncia de Jânio Quadros em agosto de 1961, se viu limitado pelo regime parlamentarista, imposto ao mesmo como condição para sua assunção ao cargo de presidente. Porém, com o apoio de vários movimentos sociais, Goulart teve forças para dinamizar ainda mais a diplomacia brasileira através da PEI (Política Externa Independente), praticada em seu governo sob a liderança de políticos como Francisco Clementino de San Tiago Dantas. Reafirmou varias posições contrárias aos Estados Unidos, além de incrementar o diálogo com os países africanos, asiáticos e pertencentes ao bloco soviético. Em 1963 conseguiu importante vitória política quando o presidencialismo venceu o plebiscito contra o então regime parlamentar.

Com a subida da temperatura das lutas sociais, os militares também no Brasil intervieram no poder civil, desfechando um golpe em abril de 1964 que derrubou Goulart do poder e inaugurou os anos ditatoriais.

Os afastamentos no período militar

³⁰ Em agosto de 1961, Quadros condecorou Ernesto “Che” Guevara com a mais alta honraria do Estado brasileiro, a Medalha da Grã-Ordem do Cruzeiro do Sul. Em que pese seu significado teatral, o fato em si reflete as peculiaridades desse processo.

Com a subida dos militares ao poder no Brasil desapareceu o estilo de desenvolvimento econômico que propiciava a diplomacia da integração com a Argentina. Por outro lado, nessa última, os golpes militares de 1962, 1966 e 1976 igualmente prejudicaram o movimento.

No Brasil, um novo projeto de desenvolvimento foi levado a cabo. Pela insuficiência do mercado interno, sempre prejudicado pelo arrocho salarial e altíssimas taxas de exploração do trabalho, os militares tiveram que projetar a diplomacia de forma agressiva para a conquista de novos mercados externamente. O combate ao que se imaginava ser a expansão comunista ganhou destaque, logo evidenciado pelo rompimento de relações com Cuba, ainda em 1964. Mesmo o Itamaraty continuando hegemônico na formulação da política externa brasileira, abandonou-se, sobretudo no governo de Castelo Branco, as aspirações integracionistas e terceiro-mundistas, bem como a multilateralização praticada nos anos anteriores. Declarou-se uma aliança automática com os Estados Unidos (o lema chegou a ser: o que é bom para os EUA é bom para o Brasil) e as teorias inspiradas na Guerra Fria formuladas pela ESG (Escola Superior de Guerra) tornaram-se predominantes.

A partir de 1969, estabeleceu-se o novo tripé econômico: as empresas estatais ficariam a cargo do investimento em infra-estrutura, como energia e bens de capital (aço e máquinas-ferramentas), as multinacionais encarregar-se-iam de desenvolver o setor de bens de consumo duráveis (automóveis e eletrodomésticos) e o capital privado nacional especializar-se-ia nos insumos industriais (autopeças) e bens de consumo popular.³¹ A política externa foi despolitizada.

Na Argentina, a instabilidade política foi perene, impedindo a estruturação de uma política externa coerente e com um sentido claro. O fato do peronismo permanecer ilegal e, ao mesmo tempo, desfrutar de prestígio junto aos sindicatos, causou uma situação em que os militares não permitiam abertura e política e, em troca, os trabalhadores obstavam os planos de estabilização e/ou crescimento. O chamado “Processo de Reorganização Nacional”, inaugurado com o golpe militar de 1976, conferiu a diplomacia uma postura inercial, na medida em que aplicavam internamente uma política de desindustrialização, abrindo seus mercados para a importação de manufaturas, na esperança de esterilizar a luta dos trabalhadores extinguindo os empregos industriais. Para os militares, a melhor maneira de desenvolvimento econômico eram as “vantagens comparativas”, isto é, os países da periferia deveriam se restringir a venda somente de produtos alimentícios, limitando a necessidade de tecnologia através da compra das nações do centro.³² Esta desastrosa política econômica levou rapidamente a perda de legitimidade,

³¹ VIZENTINI, Paulo Fagundes. *Relações Internacionais do Brasil. De Vargas a Lula*. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2003, p. 46.

³² BANDEIRA, Moniz. *Brasil, Argentina e Estados Unidos...*, p. 642.

instigando os militares a Guerra das Malvinas, em 1982. Perdida a guerra para a Inglaterra, os militares se retiraram do poder e o país demonstrou-se devastado social e economicamente.

Nos anos 1970, o crescimento da economia brasileira alcançava 10% ao ano, enquanto a Argentina chegou a apresentar crescimento negativo, ou seja, abriu-se novamente, como nos anos 1889-1930, uma imensa distância entre os dois, todavia agora com o sinal trocado. Construindo estradas, aumentando estatais e incrementado a estrutura exportadora, o Brasil passou a atrair outros países do entorno para sua influência, como Paraguai, Uruguai e Chile. Pode-se dizer que a única esfera de inteligência entre Buenos Aires e Brasília foi a Operação Condor, acordo entre militares para caçar comunistas continente afora. Aos argentinos restou cunhar o desenvolvimento econômico brasileiro como “agressão externa”, reclamando na ONU sobre a construção de hidrelétrica que atingia indiretamente águas platinas. Para os vizinhos, os brasileiros praticavam o *subimperialismo*.

Com a revolução microeletrônica desenvolvida nesses anos, a crise do petróleo e a crise da dívida, tanto Brasil quanto Argentina viram os países do primeiro mundo multiplicarem ainda mais a distância econômica e tecnológica já existente. As ditaduras entraram em crise e foram todas substituídas por governos civis durante os anos 1980. Em crise, os governos de José Sarney e Raul Alfonsín lançaram um novo empreendimento integracionista, com os acordos de Foz do Iguaçu, em 1986. Em um cenário internacional extremamente adverso, a união de Brasil e Argentina mais uma vez era proposta pelos governos.

O Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)

Quando a crise dos regimes militares já se fazia presente, em 1980, fundou-se em Montevideu a ALADI (Associação Latino Americana de Integração), num esforço de retomar as energias do passado para a integração regional tornar-se realidade futura. Foram 13 os integrantes fundadores (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela).

A disparidade e a quantidade dos países sinalizava para uma instituição provisória, que centralizasse esforços para o afinamento futuro de políticas comerciais. Assim, a ALADI inspirava uma necessidade de práticas conjuntas visando o enfrentamento dos novos desafios colocados internacionalmente. A Guerra Fria estava terminando e não se tinha no continente a efervescência social e a busca de reformas típicas do início dos anos 1960. As prioridades haviam mudado.

Em 1985, do ponto de vista institucional, terminou o regime ditatorial no Brasil. José Sarney, antigo líder civil dos próprios militares assumiu a presidência, eleito de forma indireta na

chapa de Tancredo Neves, esse último político experiente do *stablishment*, morto, momentos antes de assumir o cargo, em função de problemas de saúde.

Na Argentina, o civil Raul Alfonsín já governava desde 1983 com enormes problemas para lidar com a inflação, os militares derrotados na Guerra das Malvinas, o movimento social que exigia punição para os crimes cometidos pelo regime autoritário e as questões econômicas, com a dívida externa aumentando e o país perdendo competitividade e capacidade de importar.

De todos os países da ALADI, foi Brasil e Argentina a estreitarem significativamente seus laços. Alfonsín para tentar sanar problemas internos e Sarney, cômico de que o Brasil já alcançara o status de potência média e tinha muito a ganhar com acordos que elevassem sua hegemonia regional. O ano de 1986 foi permeado de encontros e acordos, com destaque para o de julho, em que ambos os líderes criaram o Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE).

O problema foi que, encerrado os anos 1980, uma onda neoliberal atingiu ambos os países. No Brasil, eleito Fernando Collor de Melo e, posteriormente, Fernando Henrique Cardoso. Na Argentina, Carlos Saul Menem, conferindo um novo desenho para o recém iniciado movimento integracionista. De defesa da economia nacional via alianças regionais para uma abertura do país a uma economia global, sendo a pacto regional um aríete para uma inserção mais qualificada no movimento predominantemente financeiro do capital internacional.

No Brasil, a partir de 1990, o Itamaraty foi relegado a um segundo plano na elaboração da política externa, ombreado pelo Ministério da Economia e pela diplomacia presidencial. Fernando Henrique Cardoso, com formação de professor de sociologia e poliglota, viajou mundo afora promovendo a abertura comercial brasileira, mecanismo para conter a inflação e, por conseqüência, diminuir o poderio da indústria nacional.

Na Argentina, Menem foi ainda mais radical, postulando “relações carnavais” com os Estados Unidos e “realismo periférico”, donde a afirmação que um país deve se contentar com a estrutura contemporânea de poder e tirar a máxima vantagem possível através de alianças com a potência hegemônica do continente. Ambos os países seguiram o Consenso de Washington, que em sua essência obrigou: 1) disciplina fiscal; 2) mudanças de prioridade no gasto público; 3) reforma tributária; 4) taxas de juros positivas; 5) taxas de câmbio em conformidade com as leis do mercado; 6) liberalização do comércio; 7) fim das restrições aos investimentos estrangeiros; 8)

privatização das empresas estatais; 9) desregulamentação das atividades econômicas; 10) garantia dos direitos de propriedade.³³

Na prática, essas exigências da política externa norte-americana geraram: 1) diminuição de gastos com educação e saúde e arrocho salarial; 2) paralisação nas contratações de funcionários públicos; 3) desoneração dos ganhos de capital e aumento da carga tributária sobre o salário e o consumo; 4) transferência de recursos do fundo público para o pagamento mensal dos credores da dívida externa; 5) sobrevalorização da moeda, encarecendo as exportações; 6) aumento das importações de produtos industrializados, prejudicando as indústrias nacionais; 7) abertura de possibilidades para os investidores externos participarem de setores estratégicos do Estado; 8) transferência de gigantescos patrimônios empresariais pertencentes ao Estado para o empresariado; 9) redução da fiscalização governamental em relação as grandes transações financeiras; 10) repressão sobre os movimentos sociais, como os sem terra e os sem teto.

Assim, ao MERCOSUL foi conferido um caráter livre cambista, incrementando as transações comerciais ao mesmo tempo fragilizando as economias regionais frente o mercado mundial. Em 26 de março de 1991 foi assinado em Assunção, capital do Paraguai, o tratado que deu origem oficial ao Mercado Comum do Sul (Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai), sendo complementado com o Tratado de Ouro Preto de 1994. O MERCOSUL entrou definitivamente em atividade em 1 de janeiro de 1995.

O crescimento das transações comerciais que o bloco promoveu não compensou a recessão regional pela qual a América do Sul atravessou na década de 1990. Tanto que, no início dos anos 2000, vários presidentes foram derrubados do poder por pressões populares. No Brasil, via eleições, chegou ao poder o candidato da esquerda, Luis Inácio “Lula” da Silva, que de saída deu continuidade as diretrizes macro-econômicas de seu antecessor. Na Argentina, a crise social foi tamanha que derrubou 5 presidentes no intervalo de 2 semanas, na virada de 2001 para 2002.

Ora, os 10 anos seguintes não demonstraram avanços significativos na união de Brasil e Argentina e os demais países limítrofes. A moeda única, a política econômica em comum e a diminuição das desavenças comerciais parecem longe de se tornarem realidades. A economia brasileira se mantém articulada no esforço de exportar *comodities* para a China e a Índia, enquanto o cada vez mais problemático mercado interno argentino não oferece atrativos para seu principal vizinho. As multinacionais respondem pela imensa maioria das trocas comerciais na zona do MERCOSUL, minando o poder de barganha e planejamento dos Estados.

³³Apud: BANDEIRA, Moniz. *Brasil, Argentina e Estados Unidos...*, p. 476.

Enfim, se a próxima década demonstrar um recuo comercial do Brasil em termos mundiais ou uma transformação na correlação de forças da política interna talvez tenhamos nova etapa nesta eterna relação de proximidade, com a diminuição das disparidades que hoje pesam fortemente em favor do Brasil.

Conclusão

Dentro das semelhanças entre as formações sociais de Brasil e Argentina ocorreram e ocorrem as particularidades que configuraram e configuram o relacionamento desses países, tão próximos e distantes ao mesmo tempo.

No século XIX, o processo de independência política transcorreu diferenciado para ambos, na medida em que a América hispânica envolveu-se em guerras civis capitaneadas pelas elites locais, impulsionando a divisão dos antigos vice-reinados e regiões econômicas que formavam o império espanhol de ultramar. Na luso-América a transição foi de outro tipo, negociada entre as elites dirigentes portuguesas europeias e as elites portuguesas radicadas no Brasil. Donde a quase nenhuma afinidade na geopolítica regional entre os povos, também nas esferas políticas, econômicas e culturais.

Entre 1825 e 1828 houve um curto e intermitente conflito pela Colônia de Sacramento ou Província Cisplatina, concluído com esse território não sendo anexado a nenhum beligerante, senão transformado, com a concórdia da Grã-Bretanha, em novo Estado nação soberano, atual Uruguai. E mesmo nessa guerra percebeu-se o diminuto interesse da opinião pública da época, resumida nas poucas pessoas que eram alfabetizadas e se interessavam pelo que ocorria no entorno.

Assim, a aliança que se constituiu em 1850, entre D. Pedro II e Justo José de Urquiza, contra Juan Manuel de Rosa, também padeceu dessa falta de interesses orgânicos e de uma participação significativa das populações. A Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, nos anos de 1860, que poderia gerar um incremento nas ligações brasileiro-argentinas, acabou ofuscada tanto por problemas externos quanto internos: disputas pelo espólio de guerra, novas fronteiras, e grupos políticos emergindo no cenário doméstico, como abolicionistas e republicanos no Brasil. Enquanto na Argentina a campanha contra os últimos indígenas e um novo patamar na disputa entre federalistas e centralistas não ensejava necessidade prementes no estreitamento de relações diplomáticas. Ou seja, o século terminou com Brasil e Argentina muito voltados para seus problemas internos, expressando uma configuração política e econômica distante da necessidade do acercamento na esfera internacional.

O cenário se transformou na entrada do século XX, sobretudo pela corrida armamentista entre a jovem república brasileira e a “européia” república argentina. O chanceler brasileiro Rio Branco encarou a questão com muita pertinácia e, mirando arrefecer as tensões, gradativamente contribuiu para que a política externa brasileira pautasse o relacionamento com os argentinos de forma estruturada e contínua. Por seu lado, os argentinos, apegados à economia inglesa e com uma composição social predominante de imigrantes europeus, não puderam ignorar que um salto qualitativo era necessário nas relações com o grande vizinho, ainda que não significasse necessidade de alianças políticas e acordos comerciais de monta. Enfim, uma relação satisfatória para os padrões da época foi estabelecida, tendo seus pontos de maior tensão em 1906, com o problema da falsificação do telegrama diplomático pelo chanceler Estanislau Zeballos – rapidamente removido de suas funções, e de maior estreitamento em 1910, com as gestões para o Pacto ABC.

Todavia, somente com o novo ciclo histórico aberto em 1930 os países encarariam seu relacionamento com maior responsabilidade e importância. Nessa década, as mediações de conflitos entre pequenos países vizinhos renunciariam a aliança que viria a ser construída nos próximos anos. Na primeira metade dos anos 1940, com a participação na Segunda Guerra gerando sérios atritos, contornados pela ditadura do Estado Novo e a nova elite política que galgou o poder em Buenos Aires. O nível das trocas comerciais atingido, o maior da história até então, e a percepção de Vargas e dos militares argentinos sobre a diplomacia inaugurou uma sintonia fina, que doravante iria atingir corações e mentes na classe dirigente e diversos setores da vida social de ambas as nações.

Na primeira metade da década de 1950 e na virada para os anos 1960 se deu o grande empreendimento integracionista. Como vimos, as tratativas impulsionaram o comércio e construíram uma agenda política apontando para a progressiva (e na aparência definitiva) união diplomática. Como se tratasse de uma era de ouro da convergência no Cone Sul, desfeita pela própria incapacidade de se auto-sustentar frente aos desafios da secular estrutura econômica mercantil e das peculiaridades da Guerra Fria. O tamanho das esperanças colocadas em jogo foi proporcional ao fracasso atingido, fruto das novas condições econômicas e políticas advindas na segunda metade dos anos 1960 e na década de 1970. A modernização da economia brasileira demonstrou ser antagônica à parceria com os argentinos, ao passo que os problemas da economia argentina mostraram-se igualmente incompatíveis a uma diplomacia sul-americanista.

Após a crise dos anos 1970 ressurgiu nos anos 1980 a conjuntura propícia para a união diplomática, não obstante dentro de um contexto novo e de múltiplas determinações. A necessidade era de abertura comercial frente a nova rodada de expansão do capital financeiro

internacional, e uma inteligência política e econômica era necessária para coordenar esse avanço na região. Em outras palavras, uma regionalização para implementar uma globalização, sem que problemas estruturais e pontos de estrangulamentos locais fossem sanados. Ao contrário, aspirações para a construção de um parque produtivo com alguma autonomia e um mercado interno dinâmico foram abandonados, sendo a economia no Cone Sul ainda mais internalizada e a população mais excluída das macro decisões.

Assim, o MERCOSUL foi um avanço e um retrocesso: avanço, na medida em que finalmente, depois de quase dois séculos, a integração entre Brasil e Argentina foi oficializada, agregando a parceria de outros países vizinhos. Retrocesso, pois o caráter de oposição ao mercado mundial, estruturado na crescente assimetria de poder, desapareceu. A integração regional, tão presente para Bolívar, Rio Branco, Vargas, Perón, Kubitschek, Frondizi e Goulart, hoje segue comandada pela força das economias centrais do sistema, com o Estado brasileiro e argentino secundários em relação aos organismos internacionais, como FMI e Banco Mundial, e fundos de investimentos e conglomerados empresariais.

Cabe a indagação: em épocas passadas, a integração, se conseqüentemente implementada, poderia proporcionar um cenário completamente oposto? Na dialética da aproximação e distanciamento, não obstante, podemos observar que, historicamente, quando a primeira variável tendeu a predominar, os Estados angariaram maior poder de barganha na geopolítica mundial, o oposto ocorrendo quando a segunda se fez hegemônica.

A construção do sertão de Padre Cícero a partir de um discurso urbano-moderno¹

Harley Abrantes Moreira

Professor efetivo da Universidade Estadual de Pernambuco – Campus Petrolina

Mestre em História pela UFRN

harleyabrantes@hotmail.com

RESUMO: Este texto tenta discutir o discurso urbano, moderno e intelectual, através de um livro de Lourenço Filho, escrito no início do século XX, dirigido a um “outro” geográfico e anti-moderno: o sertão do estado do Ceará, representado aqui pelo fenômeno místico, social e religioso que ali se desenvolveu em torno do povoado de Juazeiro e da personalidade de Padre Cícero. Desse modo, pode-se afirmar como problema central do artigo a questão das alteridades, a construção histórica do espaço através da eficiente atuação das formações discursivas, reveladoras de relações de poder presentes nas políticas dos espaços que hierarquizavam a relação sertão-litoral no início do Brasil moderno.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso, Sertão, Alteridade.

ABSTRACT: This paper attempts to discuss an urban, modern and intellectual speech, through Lourenço Filho's book, written in early twentieth century and led to a geographic and anti-modern "other": the interior of Ceará, represented here by the mystical phenomenon, social and religious, developed around the town of Juazeiro and the personality of Father Cicero. Thus, it can be stated as the central problem of the article the question of otherness, the historical construction of space through the efficient performance of discursive formations, that reveal power relations presents in the spaces' politics that hierarchized the relationship hinterland-coast at the beginning of modern Brazil era.

KEYWORDS: Speech, Wilderness, Otherness.

Introdução

Neste texto quero pensar o sertão, mas não como um *a priori*, um já dado, um espaço naturalizado ou um local-cenário dentro do qual os acontecimentos da história se desenrolam como atores que apenas usam o palco para apresentar a peça. O sertão pensado aqui é vivo, é construído e reconstruído junto a sujeitos sociais autores dos discursos que lhe caracterizam.

Parto da suspeita da existência de uma rachadura espacial entre sertão e cidade. No Brasil do século XXI ainda é possível perceber a divisão do território e da cultura nacional em litoral (ou cidade) e sertão (ou campo). Isso acontece em telenovelas, nos discursos políticos partidários, nos seriados televisivos e em músicas (sertanejas?) reprodutoras de chavões que tentam explicar o sertão, o qual aparece sob o signo de certa naturalidade, sempre oposta a das

¹ Este texto é um desdobramento de pesquisa realizada entre os anos de 2007 e 2009, no curso de mestrado em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, com financiamento da CAPES.

idades. Gilmar Arruda inicia seu livro *Cidades e Sertões*² destacando uma reportagem de determinado jornal paulista sobre as eleições municipais de 1996, o qual dizia: “No vale tudo eleitoral, candidatos transformam São Paulo em Sertão”³. Nesta matéria, enfatizavam-se as denúncias de práticas políticas na periferia de São Paulo (cidade concebida como a mais moderna do país) que seriam comuns aos sertões das regiões Nordeste e Norte, apresentadas como atrasadas, em uma contraposição que dividiria a nação colocando de um lado as cidades e de outro os sertões.

Motivado pelos problemas que incidem na polarização cidade-sertão é que lanço um olhar sobre o início do século XX. Nesse período, fortes ideias e formas de representar a região sertaneja eram construídas na capital Fortaleza, a qual vivia o impacto da modernização e, através de suas elites letradas, se esforçava para elaborar uma auto-imagem civilizada e urbana, contraposta à que estes mesmos grupos produziam acerca de Juazeiro, no interior do Ceará, seu reverso controverso.

Compreender os discursos elaborados por essa elite urbana acerca do sertão do Ceará, os quais construíam na capital um imaginário urbano para essas localidades interiores do Estado, nos leva a afirmação de que um dos problemas teóricos centrais para a reflexão deste trabalho é o da produção dos espaços que, para nós, não são dados da natureza, mas elaborações ideológicas, construídas a partir das motivações e de manifestações culturais de sujeitos históricos.

O espaço como categoria se faz presente em diversas áreas do conhecimento e nosso dever aqui será relativizá-la, problematizá-la, colocá-la no rol das coisas forjadas no calor e nos embates da história, daquelas que se constroem pelos homens e mulheres, que são inventadas pelos mesmos. Ao fazermos isso, estaremos retirando essa categoria da companhia de tudo o que é evidente, do que é óbvio, do que sempre esteve lá, do que existe em si como um dado da natureza a ser apenas percebido em sua pureza, retratado em sua existência *a priori*. O espaço que nos propomos pensar é um substantivo de múltiplos significados e possibilidades, irmanado ao tempo, é mais que um ponto de partida para todo e qualquer tipo de história, mas, sobretudo, o próprio caminho construído nela com seus agentes. Pensar o espaço dessa forma é tarefa essencial para este texto que procura enxergar uma das camadas de discurso que constroem o sertão enquanto espacialidade.

O sertão nunca esteve “pronto” ou “sempre lá”, em forma de descrição geográfica e, apesar de existirem climas e relevos diversos em nosso planeta, o que transforma estes locais em regiões são as ações dos homens dentro deles, os embates sociais travados em seu interior, as

² ARRUDA, Gilmar. *Cidades e Sertões*. Bauru: EDUSC, 2000.

³ _____. *Cidades e Sertões*, p. 13.

coisas que são ditas ao seu respeito e a maneira como os mesmos são subjetivados pelas pessoas, como são sentidos e pensados por uma coletividade. Além disso, as relações espaciais devem ser tomadas como as “relações políticas e os discursos sobre o espaço como discursos da política dos espaços, resgatando para a política e para a História o que nos aparece como natural”⁴. No caso do espaço discutido neste texto, o sertão do Ceará, trata-se de um tipo de invenção discursiva que estamos chamando de reinvenção, pois o início do século XX não foi a inauguração desse termo, e sim um momento especial em que ele foi ressignificado de acordo com os novos paradigmas e sentidos da modernidade.

Duas obras estão sendo importantes para pensarmos a invenção do sertão pelo litoral no Ceará, a primeira delas é *A Invenção do Nordeste e outras artes*, de Durval Muniz de Albuquerque Júnior. Nela, o autor tenta compreender o processo histórico (recente, a partir de 1910) de construção do Nordeste, no qual discursos e imagens formadas sobre este espaço são discutidos, não no intuito de denunciar/confirmar os estereótipos desta região, mas de perceber porque e com quais interesses estas imagens e estes discursos foram formados, dentro de relações de poder de diferentes grupos sociais que atuam no interior da nação, protagonizando lutas que resultam em recortes espaciais.

Para esse autor, o Nordeste é produto de uma operação que visou inventá-lo de forma homogênea através de discursos, por isso a preocupação em estudar a luta entre os conceitos em torno da ideia de identidade nacional e regional. Estas identidades não são fixas e Albuquerque discute isso utilizando “representações” deste espaço regional em diversas camadas discursivas. Estuda a região na perspectiva de questionar a própria história regional que seria mais uma participante da construção imagético-discursiva do espaço regional.

Por todas essas questões, *A Invenção do Nordeste* se constitui em uma importante referência neste trabalho, na medida em que o livro procura desnaturalizar a região e problematizar sua invenção, buscando sua historicidade no campo das práticas e discursos. Em nosso trabalho, também entendemos que nosso espaço foi inventado em determinado momento histórico e procuramos nos dizeres sobre a religiosidade sertaneja de Juazeiro, discutir a construção do sertão cearense pelo litoral urbanizado de sua capital.

Em outra referência, próxima à reflexão do livro acima destacado, Edward Said pensa na invenção de um espaço: o Oriente, o qual é construído por camadas de discursos produzidos no Ocidente através de uma cultura intelectual entrelaçada por diversos tipos de poderes, os quais possuíam interesses diretos na criação de um campo discursivo capaz de agregar valores e

⁴ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A Invenção do Nordeste e outras artes*. 3. ed. Recife: FJN. Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2006, p. 25.

significados úteis no Ocidente a respeito de um Oriente cada vez mais depreciado. No livro *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*⁵, o autor parte de grandes inquietações do presente político para investigar a construção histórica do que ele chama de uma teia de racismo, estereótipos culturais, imperialismo político e ideologia desumanizadora que reprime os árabes ou os muçulmanos.

As fontes utilizadas por Said são textos estéticos, eruditos, econômicos, sociológicos, históricos e filológicos que, em seu conjunto, formam uma distribuição de consciência geopolítica chamada de orientalismo, um discurso que divide o mundo em duas regiões, o Oriente e o Ocidente, atuando no cruzamento de diversos poderes como o poder cultural, o intelectual, o linguístico e o moral. A marcante erudição do autor leva-o a analisar não apenas o fato evidente de que, para alguns dos construtores do Orientalismo, o Ocidente era superior ao Oriente, mas as marcas profundamente elaboradas e moduladas de seu trabalho no interior do espaço amplo aberto por essa verdade.

Entre as influências da obra de Edward Said em nosso trabalho há ainda a importante noção de que aqueles escritores que falavam sobre o espaço oriental, ou seja, os orientalistas, estavam fora do Oriente que, portanto, era um espaço construído a partir de discursos acerca do outro, uma alteridade que, para o autor, caracterizava um fato moral e existencial.

A historicidade discursiva do termo *sertão*

Nossos discursos de alteridade eram dirigidos ao espaço sertanejo cearense. É certo que, no imaginário de Fortaleza, o sertão já se fazia presente no período que estamos estudando. Camadas anteriores de discursos já o haviam fundado na memória litorânea. Vários sertões, cada qual filho de seu tempo e ideologicamente ligados ao grupo social que sobre eles elaborava determinado discurso, já tinham sido construídos quando o tempo deu a luz ao século XX, no Estado do Ceará.

Todo discurso remete a outro que lhe é anterior, um já-dito, um conjunto de formulações feitas e que permanecem na ordem do dia, as quais condicionam o que dizemos, sustentando mesmo a possibilidade do dizer.⁶ Por isso é necessário historicizar a configuração do sertão no espaço social brasileiro, apontando para as tradições que carregavam esta palavra para a Fortaleza do vigésimo século.

Segundo Ivone Cordeiro Barbosa, o termo sertão teve seus primeiros registros em Portugal, quando serviu para designar terras distantes de Lisboa. Este sentido se amplia com o

⁵ SAID, Edward. *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

⁶ ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. *Análise de Discurso*. Campinas: Pontes, 2005.

processo de expansão marítima do Império Português e as terras conquistadas pelos portugueses em outros continentes também passam a se chamar sertão.⁷

Ainda seguindo a pesquisa da mesma autora que, na primeira parte de seu livro *Sertão: um lugar incomum*, tenta entender a construção do sertão como resultante de experiências concretas dos homens, chegamos à idéia de fronteira no período colonial. Esta noção seria a principal associação da palavra em questão. No Brasil colônia, não se sabia ao certo onde terminava o mundo português e onde iniciava o mundo espanhol na América, o que provocava uma indecisão que empurrava pessoas para um sertão obscuro e incerto quanto às suas fronteiras, sempre inseguras e flexíveis no que dizia respeito a sua legalidade e ilegalidade. O termo, no período, conquista a conotação de limite entre o permitido e o não permitido, o conhecido e o desconhecido. O sertão, nesse caso, passava a ser esta linha simbólica representante de um espaço fronteiro.

Outros significados para o termo sertão passam a se desenvolver no Brasil. Um deles é o de espaços vastos, vazios ou pouco habitados, desconhecidos, inacessíveis, não-civilizados devido à ausência dos súditos do Rei. Dessa maneira,

O litoral é o lugar da colonização e do colonizador, o lugar do poder, onde se instalam aqueles que se apropriam das terras (inclusive as do sertão) por doação do rei de Portugal. O sertão é o lugar das gerais, das terras de ninguém; é inculto por não ser cultivado, mas também por ser o lugar dos animais, dos homens de segunda classe, dos índios bárbaros e selvagens e de negros rebeldes, em fim dos “sem poder. É também o lugar do desconhecido, da permanência, do exótico, do mágico, das “drogas de minas”. O sertão é o espaço da exclusão.⁸

No início do vigésimo século, período em que várias cidades vivem o surto da urbanização, outras representações dicotômicas relacionadas a esta de litoral como centro de poder e sertão como espaço de exclusão reforçam a explicação da sociedade brasileira a partir de pares opostos. Para Gilmar Arruda, algumas importantes dicotomias como moderno/arcaico ou progresso/atraso, marcavam a divisão do espaço sublinhando as características que se atribuíam ao sertão e, dentro deste processo, o espaço sertanejo assume a condição de contraponto das cidades modernas recebendo novos contornos no seu desenho espacial.⁹

A partir de uma carga histórica a transportar diversos significados da palavra sertão, reafirmamos que a significação por nós procurada foi construída por alguns letrados de Fortaleza (ou a eles ligados), no período de urbanização e modernização desta cidade, de onde o sertão era

⁷ BARBOSA, Ivone Cordeiro. *Sertão: Um Lugar Incomum*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2000.

⁸ _____. *Sertão: Um Lugar Incomum*, p. 36.

⁹ A esse respeito, ver: ARRUDA, Gilmar. *Cidades e Sertões*, p.14.

olhado sob um ponto de vista de superioridade e reconstruído para e com um imaginário na cidade.¹⁰

É importante observar que, a própria palavra sertão, possivelmente, já era própria de um imaginário social urbano no início do século XX, porém, é na especificidade deste período que ela passa a agregar novos sentidos construídos por discursos próprios de um novo tempo e espaço: o moderno e o urbano. As interpretações advindas de sujeitos ligados à ideia de cidade civilizada para o sertão lhes ressignificava de tal forma que, em grande medida, esta camada discursiva, própria daquele momento, pode ser responsável pela ideia clássica, contemporânea, a respeito do sertão nordestino.

Essa ideia vitoriosa do que seria o sertão, na cidade, nos leva a eleger como um ponto relevante para nosso problema, a atual definição presente em um imaginário hodierno acerca da região. Atualmente, a articulação mais imediata da palavra sertão provavelmente é aquela que se refere a um determinado espaço geográfico distante do litoral e pertencente ao interior. Culturalmente o vocábulo evoca um espaço de tradições e costumes antigos, sendo este o significado a ele atribuído pelo atual dicionário Aurélio, onde os verbetes sertão e sertanejo aparecem com as seguintes definições:

Sertão: 1. Região agreste, distante das povoações ou das terras cultivadas. 2. Terreno coberto de mato, longe do litoral. 3. Interior pouco povoado. 4. Bras. Zona pouco povoada do interior do país, em especial do interior semiárido da parte norte ocidental, mais seca do que a caatinga, onde a criação do gado prevalece sobre a agricultura e onde perduram tradições e costumes antigos [...].¹¹

Para o termo sertanejo a definição é: “Sertanejo: 1. Do sertão. 2. Que habita o sertão. 3. Rústico, agreste e rude [...]”¹².

Ao destacarmos a definição de um dicionário acerca de nosso objeto, continuamos pautados no livro de Ivone Cordeiro Barbosa, e tomamos a definição também como discurso de uma época, sabendo que não cabe a esta enciclopédia de vocábulos compreender o processo de formação (sempre histórico) dos sentidos e significados das palavras, mas as maneiras clássicas pelas quais são identificadas no período em que o dicionário é escrito e circula em determinada sociedade.

¹⁰ A propósito desse conceito, utilizo o termo imaginário, não no sentido de uma faculdade produtora de ilusões, sonhos e símbolos. Neste trabalho, destacamos o fato de que qualquer poder, inclusive o político, está cercado de representações coletivas e, “para tal poder, o domínio do imaginário e do simbólico é um importante lugar estratégico” (BACZKO, Bronislaw. “Imaginação Social”. In: ROMANO, Ruggiero (org.) *Enciclopédia Einaudi*. Portugal: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, v. 5, 1985).

¹¹ SERTÃO. In: FERREIRA. Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário Básico da Língua Portuguesa*. São Paulo. Folha de São Paulo, 1995, p. 1577.

¹² SERTANEJO. In: FERREIRA. Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário Básico da Língua Portuguesa*, p. 1577.

Nesse sentido, destacamos esta definição de sertão e, a partir dela, tomamos não apenas o aspecto preconceituoso no qual poderíamos inicialmente perguntar: “rude e rústico para quem?”, como também duas outras questões importantes para nossa reflexão e, em última análise, para qualquer trabalho historiográfico. A primeira delas diz respeito ao espaço, pois o próprio conceito de sertão dependeria do litoral para existir (afinal é a região “distante do litoral”); a segunda diz respeito ao tempo, pois lá seria o lugar das “tradições e costumes antigos”; o que pressupõe para o litoral uma essência ligada à dinamicidade dos tempos, às transformações dos hábitos e costumes e à determinada ideia de atual ou moderno.

A partir dessa definição formal do Dicionário Aurélio, torna-se possível visualizar um imaginário acerca do sertão vivente na cultura urbana e que nos parece encontrar, no início do século XX, um momento essencial para sua formulação. Neste imaginário, o sertão se constitui naquele espaço composto por um conjunto de características físico-culturais, uma vez que a expressão “longe do litoral” pode ser interpretada de diversas formas. Certamente, um lugar de modos rudes não é apenas quilometricamente distante do litoral, mas longe deste nos hábitos, nas edificações, nos avanços tecnológicos e na cosmovisão trazidos pela ideologia da civilização moderna.

Um dicionário, ao apresentar uma definição de sertão na qual a rusticidade, o atraso, a cultura arcaica e a pobreza (me refiro ao significado “terras não cultiváveis”) se fazem presentes, acaba congelando, em uma espécie de página oficial, um sentido construído historicamente por sujeitos que viveram em uma época e que se lançaram no trabalho desta construção movidos por necessidades ideológicas, culturais e desejos políticos. Tal definição seria a comprovação de que estes atores sociais foram bem sucedidos na tarefa de construir o sertão enquanto categoria espacial, de certa forma, inferiorizada quando comparada ao litoral. A este respeito Janaína Amado pensa que:

No conjunto da história do Brasil, em termos de senso comum, pensamento social e imaginário, poucas categorias tem sido tão importantes para designar uma ou mais regiões, quanto a de “sertão”. Conhecido desde antes da chegada dos portugueses, cinco séculos depois “sertão” permanece vivo no pensamento e no cotidiano do Brasil, materializando-se de norte a sul do país como sua mais relevante categoria espacial: entre os nordestinos, é tão crucial, tão preta de significados, que, sem ele, a própria noção de “Nordeste” se esvazia, carente de um de seus referências essenciais. [...] “Sertão” é, também, uma referência institucionalizada sobre o espaço no Brasil: segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), designa oficialmente uma das subáreas nordestinas, árida e pobre, situada a oeste das duas outras, a saber: “agreste” e “zona da mata”.¹³

¹³ AMADO, Janaína. Região, Sertão, Nação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 5, p. 145-151, 1995. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/169.pdf>>. Acesso em: 14 mai. 2008.

A propósito da definição do IBGE trazida por Janaína Amado, é interessante observar sua aproximação com a apresentada por Aurélio na medida em que o sertão é relacionado à pobreza. Dessa maneira, o espaço sertanejo, por natureza, é destacado como uma região aberta para a intervenção litorânea, uma vez que é carente. A civilização litorânea, portanto, teria por direito interferir politicamente no sertão ou ocupá-lo simbolicamente, de modo a desenvolvê-lo e corrigi-lo.

Inquieta-nos, portanto, o questionamento: em que período histórico essa ideia litorânea de sertão como algo distante não só no espaço como atrasado no tempo toma sua forma? Quando e como o sertão passa a ser compreendido no litoral como um lugar atrasado e oposto a valores modernos e a formas de vida modernas? No intuito de discutir tais questões, passamos a análise de um importante livro escrito nas primeiras décadas do século XX e que nos auxilia em um estudo de caso fazendo um recorte espacial mais específico: o sertão do Ceará.

A cidade moderna e o sertão fanático

*Juazeiro do Padre Cícero: Scenas e quadros do fanatismo no Nordeste*¹⁴, foi publicado em setembro de 1926 com uma expressiva tiragem de três mil exemplares, sendo premiado pela Academia Brasileira de Letras em 1927 e reeditado em 1929 com dois mil e duzentos exemplares, ganhando ainda uma terceira edição em 1959 e quarta em 2002. Este livro conquistou uma importante repercussão, sendo discutido por intelectuais e outros escritores em um momento em que o país passava por um esforço de reflexão e quando os homens de letras se imbuíam da missão política de revelar uma nação.¹⁵ Portanto, foi dentro de um ambiente fértil que as observações do autor Lourenço Filho acerca de uma região sertaneja distante, no Ceará, caíram como uma semente que logo germinou atraindo atenção de pensadores em âmbito nacional.

A clara divisão do território em dois mundos distintos, o sertão e as modernas cidades, começa a ser percebida quando o autor, que escreve o livro como fruto de uma viagem que fez a Juazeiro, durante sua permanência em Fortaleza por quase dois anos no início da década de vinte¹⁶, descreve sua visão acerca do afastamento entre a civilização do litoral e os povos sertanejos. A impressão do viajante quando entra nos interiores do Nordeste é de que a vida desanda, recua no tempo.

¹⁴ LOURENÇO FILHO, Manuel Bergström. *Juazeiro do Padre Cícero: Scenas e quadros do fanatismo no Nordeste*. 4. ed. Brasília: Inep/Mec, 2002.

¹⁵ Sobre a ampla repercussão do livro, ver o prefácio da quarta edição escrito por Carlos Monarcha e Ruy Lourenço Filho, biógrafos do autor.

¹⁶ MONARCHA, Carlos e FILHO, Ruy Lourenço. *Por Lourenço Filho: Uma biobibliografia*. In: LOURENÇO FILHO, Manuel Bergström. *Juazeiro do Padre Cícero...*, p. 28-29.

A luz elétrica torna-se gás acetileno; depois, lampião belga; em seguida, candeeiro; mais tarde, candeia de óleo de mamona [...] Os muros se tornam sucessivamente cercas de arame, divisões de varas pacientemente trançadas, valados singelos, desaparecendo por fim, de todo, para deixar em comum valados e serras. É o “mundo velho sem tranqueira” [...] Aí, o sistema tributário chega ao imposto do dízimo in natura; a medicina, ao “chá de pinto”; a linguagem sustenta formas quinhentistas e denominações tapuias das raças primitivas. Raro nessas alturas, o estrangeiro é chamado ainda, colonialmente, de “marinheiro”; a capital assinala com o nome de origem, o “Forte”. O diabo é o “cão” ou o “capiroto”; [...]Mil reminiscências, que marcam, pela constância, como que estranha parada no tempo.¹⁷

Podemos dizer que é de dentro de uma configuração histórica “moderna” que Lourenço Filho lança seu olhar sob a travessia que percorre do litoral ao sertão, do mundo “moderno” ao “mundo velho sem tranqueira”. Boa parte das transformações científico-tecnológicas que revolucionaram os países mais desenvolvidos da Europa e os Estados Unidos começavam alcançar as principais cidades brasileiras no momento em que o autor escreve estas linhas. Todavia, é importante destacar que, volumosa faixa populacional da Fortaleza que encantou Lourenço Filho não gozava das benesses modernas e vivia de modo semelhante às populações do sertão que, para o autor, permaneciam no atraso. A lamparina, os abarracamentos e os velhos hábitos de higiene presentes no espaço sertanejo também existiam na capital que, através do projeto de reformas urbanas, acabou redesenhando suas segregações sociais, isolando e escondendo a resistente pobreza local.

220

Entre eventos da modernidade, podem ser citados os veículos automotores, os telégrafos, telefones e eletrodomésticos, a fotografia, o cinema, o raio X, as seringas hipodérmicas, a anestesia, os vasos sanitários com descarga automática e o papel higiênico, a escova de dentes, o sabão em pó, a caixa registradora e a iluminação elétrica. Estes são alguns dos desdobramentos trazidos pela revolução do final do século XIX.¹⁸ Todas estas novidades inauguraram profunda mudança na forma de ver as coisas, de usar objetos ou na velocidade de vivenciar os acontecimentos. As inovações tecnológicas do período representavam um elo entre a Europa civilizada e o discurso das elites na Fortaleza do século XX, de onde Lourenço Filho saiu, iluminado pela luz elétrica, em direção ao Juazeiro das candeias.

Quanto mais se distanciava da eletricidade e ia adentrando o interior do Estado, Lourenço Filho entende se afastar da civilização em uma espécie de máquina do tempo, na qual o autor vai retroagindo no relógio da história, de onde parte do progresso em direção ao atraso. Do veloz rumo ao lento. Do moderno para o arcaico. Do dividido e organizado em direção ao aberto. Do culto ao tosco. Do são ao doente.

¹⁷ LOURENÇO FILHO, Manuel Bergström. *Juazeiro do Padre Cícero...*, p. 33.

¹⁸ SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: *História da Vida Privada no Brasil*, v. 3. São Paulo, Cia das Letras, 2006.

Quando sai do litoral sadio rumo ao interior enfermo, o viajante denuncia que a medicina litorânea, no sertão, transformara-se em “chá de pinto”. Tal banalização dos saberes populares se dava em um momento em que o discurso da medicina social conquistava força e que as principais cidades do país sofriam modificações urbanas a partir das idéias de disciplinarização e higienização do espaço.

Nesse período, a medicina se colocava como instrumento de modernização brasileira através de várias ações intervencionistas que iam desde o alargamento das ruas e realocação de famílias moradoras de áreas insalubres até a mudança de hábitos na vida privada dos cidadãos como a fervura da água ou escovação dos dentes, em determinadas cidades. O discurso médico se arrogava detentor da verdade, uma vez que representava o científico e, na medida em que os diplomas passavam a ser entregues nas universidades, desqualificava-se a figura do rezador e do curandeiro, contra as quais pesavam as acusações de superstição e ignorância.

Em Fortaleza, o campo de atuação médica se ampliava sobremaneira e conquistava cada vez mais força. Segundo Sebastião Rogério Ponte, ainda no século XIX, oitenta médicos cearenses foram diplomados nas faculdades de medicina da Bahia e do Rio de Janeiro e, destes, trinta voltaram à capital para se empenhar no trabalho que lhes rendeu o status de heróis na historiografia médica local da época.¹⁹

Exemplificando essa atuação médica, Castro Carreira é apresentado como um destes doutores. Nomeado “médico da pobreza”, em meados do século XIX, se preocupou com medidas profiláticas na água, nas ruas e até mesmo na atmosfera de Fortaleza. Denunciou o costume de jogar ou enterrar lixo e detritos nas ruas e quintais residenciais, recomendou a limpeza das ruas, chafarizes e poços, exigia o arejamento e limpeza de armazéns de couro, peixe e carne.

No Código de Postura de 1865, as medidas disciplinadoras da cultura, da circulação e da espacialidade urbana chegavam a ameaçar com multas os proprietários de boticas que não tivessem licença ou que vendessem medicamentos não autorizados para combater o “charlatanismo” no âmbito da cura.

O conjunto de intervenções médicas na cidade, através do poder público, foi grande no final do século XIX e início do XX. Quando o paulista Lourenço Filho veio morar em Fortaleza, em 1922, encontrou uma cidade afetada pelo discurso médico e “quis enxergar” a porção da

¹⁹ PONTE, Sebastião R. *Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social (1860-1930)*. 2. ed. Fortaleza-CE: Fundação Demócrito Rocha, 1999.

cidade que se antenava com seus pares europeus, modelos de civilização que serviam de referência para a capital litorânea.

Quando o autor, com ares de denúncia, exclama que no interior a medicina se transformava em “chá de pinto”, evidencia uma relação com determinada formação discursiva que desde o período da campanha republicana buscou pelos parâmetros técnico-civilizatórios europeus que incluíam, de maneira essencial, o cientificismo do qual, no Brasil, os intelectuais urbanos eram porta-vozes. A partir do interior desta intelectualidade urbana que se ancorava, também, no positivismo e no evolucionismo, notamos o discurso de Lourenço Filho acerca do sertão do Ceará, espaço antagônico aos contornos da modernidade que davam forma a Fortaleza.

Partindo dessa formação discursiva, o autor vive sua expedição rumo ao sertão como uma viagem no tempo na qual, após retroceder diversas gerações, em um processo paulatino, que tem nas inovações tecnológicas, científicas e culturais, (além das atualizações da própria língua portuguesa) os seus marcos cronológicos, estaciona no espaço do arcaico e do imóvel. A passagem do tempo não teria conseguido mover o estático sertão cearense, atrasado, preso em si mesmo, resistente ao moderno e ao processo civilizador que era considerado a “marcha da história”.

222

Esse atraso se manifestaria no aspecto das vilas e cidades, no povo, nas habitações, no transporte, nas manifestações sociais e políticas, nos modos de falar e vestir e, é claro, na religião, tema principal do livro. A seu respeito, algumas palavras e expressões são reveladoras de um modo urbano de enxergar a religiosidade sertaneja que, na ótica de grupos consumidores de um dado saber científico, ligava-se mesmo à doença psíquica e ao atraso. Entre estas palavras, a mais recorrente é “fanatismo”.

O fanatismo era apresentado por Lourenço Filho como um grave sintoma de atraso do sertão que resistia em descompasso à ideia de nação pensada por políticos, intelectuais, pedagogos e cientistas da época.

A variedade da simbolização mal resume os graus da estreita mentalidade dos seus autores, submetida à mesma superstição grosseira, ao mesmo fanatismo cego e doentio, que aí ressurgem numa dolorosa expressão de atraso.²⁰

A explosão religiosa que modifica a vida da, até então, Vila do Tabuleiro (somente após a conquista da condição de município a cidade passa a se chamar Juazeiro) consistiu no fato de uma hóstia ter, supostamente, transformado-se em sangue na boca de uma beata quando Padre Cícero celebrava a eucaristia. Isso ocorreu em 1889, a notícia rapidamente se espalhou e, mesmo apesar dos pedidos do sacerdote para que o povo fosse discreto, chegou até São Paulo. Uma

²⁰ LOURENÇO FILHO. Manuel Bergström. *Juazeiro do Padre Cícero...*, p. 33.

comissão foi mandada pela diocese, a pedido do próprio padre, para investigar o caso e seu parecer dizia que o ocorrido não se explicava de maneira natural, restando apenas a hipótese de que sua autoria fosse divina. Nova comissão foi enviada, desta vez, concluindo que o fenômeno tratava-se de uma farsa. Após este desfecho, o bispo Dom Joaquim mandou enclausurar a beata e suspendeu as ordens sacerdotais de Padre Cícero.

A sucessão de acontecimentos envolvendo a figura do Padre e a hierarquia católica que, até hoje, desconsidera a santificação de Cícero confirmada pelo povo da região, é extensa. Contudo, após a primeira polêmica da hóstia e da beata, o número de casos ou estórias contadas pelos populares sertanejos sobre milagres e acontecimentos sobrenaturais envolvendo a Padre Cícero não parou de crescer, o que, aos poucos, foi elevando a condição da vila, um entreposto comercial subordinado à cidade do Crato, a um protagonismo na região que dura até os dias de hoje, em virtude da cena religiosa com suas romarias e diversos eventos.

Para Lourenço Filho, aqueles sertanejos, por serem capazes de crer que uma hóstia na boca de determinada beata tornara-se sangue e que santo era o Padre através do qual tal milagre se fizera, eram tidos por seres de “estreita mentalidade”, sujeitos de um mundo mental antiquado, pois, nele, não se fizera presente a ciência, a razão e a modernidade. Com estes valores rabiscava-se, por dedução, o desenho de uma fisionomia para o ser urbano de Fortaleza no início do século XX, em contraposição ao perfil do ser sertanejo.

Naquelas circunstâncias, o habitante da capital era visto por Lourenço Filho (que nada falou sobre os focos de pobreza existentes em Fortaleza) como sujeito afinado com a modernização e integrado ao ideal de nação, o oposto do devoto sertanejo, o qual pertencia a comunidades primitivas que congelavam o sertão no tempo, impedindo-o de acompanhar a pretensa homogeneidade nacional.

Sobre a capital do Ceará, a impressão deixada no psicólogo e educador paulista compõe o antagonismo que no período se colocava entre a cidade e o sertão cearense. Fortaleza é descrita como formosa e viva, acompanhando a “estonteante modernidade das civilizações do litoral”.

A capital cearense é hoje uma cidade moderna, comparável por muitos aspectos a qualquer das melhores do País, desde o excelente traçado das ruas e bulevares até a viação urbana, as casas de educação e assistência, os templos, os teatros, os jornais, os jardins, a vida social e política.²¹

A Fortaleza que causara tamanha impressão em Lourenço Filho, vivia sua *Belle Époque* entre os anos de 1860 e 1930. Durante este período novos prédios foram construídos, um novo traçado urbano foi aplicado à cidade por Adolfo Herbster (1875), arquiteto pernambucano que

²¹ LOURENÇO FILHO. Manuel Bergström. *Juaçeiro do Padre Cícero...*, p. 27.

ampliou a planta em xadrez construída por Silva Paulet (1823). Também foram realizadas reformas de ‘regeneração’ das praças, não só para o aformoseamento como para a aplicação de novas regras de utilização do espaço público. Os meios de comunicação, a partir dos anos 80 do século XIX, sofreram atualizações com a chegada do serviço telefônico e caixas postais. Os bondes, o telégrafo, o passeio público, a reforma da Praça do Ferreira na década de 20, o novo porto, a fábrica de tecidos, a construção do Asilo de alienados e do Asilo de mendicidade, a campanha de casamento de amasiados, os melhoramentos da cadeia pública... Todas estas transformações na cidade causavam certo encanto nas elites locais que, entusiasmadas com a chegada das novidades, ocultavam a presença da pobreza em seus discursos, assim como a permanência de hábitos antigos e costumes tradicionais na grande faixa da população que não gozava dos benefícios dos novos tempos.

Contrastando com a moderna Fortaleza, a qual parecia desenvolver-se no compasso da idéia de nação, o reformador educacional do Ceará se depara com a distante Juazeiro. A Meca do Cariri lhe parecia descansar em tempos primitivos e caducos, mas não pela enorme distância do litoral em si, e nem mesmo pelas secas que na virada do século XIX para o XX passam à utilização de elites nacionais que as remodelavam em forma de um discurso que inventa o Nordeste como região vítima de seu flagelo²². Em Lourenço Filho, a responsável pelo atraso do sertão nordestino parecia ser de fato, a religião. A respeito da então pequena cidade sertaneja e de seus habitantes, assim se refere o autor:

[...] um estranho aglomerado humano: o Juazeiro, do padre Cícero. Como que todo o atraso dos sertões aí se condensou, para condicionar maior retrocesso e estabelecer condições propícias de desajustamentos, em que repontam mentalidades atrasadas por séculos. Havemos de fixar algumas das impressões dessa famosa Meca sertaneja – arraial e feira, antro e oficina, centro de orações e hospício enorme [...].²³

“Religiosidade de loucos”, “cidade de fanáticos” e “grande hospício”. Dentro do universo de um homem de ciência dos anos vinte - pedagogo ligado ao movimento que agitava a educação brasileira propondo um ensino mais moderno, democrático e científico, psicólogo identificado com as escolas norte-americanas influenciadas pelo princípio da determinação biológica - a fé, tal qual experimentada pelos devotos de Juazeiro, era sintoma de doença psíquica e desafinava com a nação saudável, moderna e bem educada que precisava, naquele instante, romper com o passado.

²² Para melhor compreensão sobre a utilização do tema da seca no discurso dos representantes políticos do Norte, criando “quadros de horrores” na composição da imagem de uma região abandonada pelos poderes públicos, ver: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A Invenção do Nordeste...*, p. 58-59.

²³ LOURENÇO FILHO. Manuel Bergström. *Juazeiro do Padre Cícero...*, p. 29.

A ruptura com os hábitos sertanejos considerados antigos pelas elites do litoral, também com os costumes que, naquele instante, eram tidos por arcaicos e com a religiosidade daqueles a quem Lourenço Filho chamava de Fanáticos era uma condição inexorável de uma faixa social que se considerava esclarecida e consumia teorias sociais européias marcadas pelo cientificismo. A propósito, um dos grandes problemas do sertão seria a ausência da própria ciência, única capaz de diagnosticar a realidade daquela região que, para o psicólogo Lourenço Filho, não passava de um enorme hospício a abrigar grande número de paranóicos.

É realmente impressionante a identidade entre os elementos do delírio paranóico e os das aberrações individuais e coletivas, de que está pontilhado o caminho da história e que, ainda hoje, se repetem entre os selvagens e os civilizados. [...] Os paranóicos são formalmente os místicos do vulgo e dos selvagens; na realidade são, porém, mais místicos do que aqueles que o cercam, porque muitas vezes o seu misticismo nasce, desenvolve-se e persiste, a despeito da oposição ambiente... sobre o que parece não haver dúvida é em serem as manifestações do misticismo paranóico inteiramente semelhantes à da tendência mística do homem primitivo: O ardor fanático do paranóico é uma explosão audaz, violenta, individual, duma mentalidade retrógrada e anti-social.²⁴

Neste trecho, o autor apresenta um quadro muito exemplar do discurso que representava quando se refere ao sertanejo de Juazeiro como “paranóico”, “místico” e ao misticismo como sendo um sinal de “primitivismo”. Entendemos aí que, para cada termo representante dos referenciais teóricos de Lourenço Filho, exista um contraponto, como no caso da expressão “paranóico”. Para o psicólogo, a paranóia era uma doença que indicava a ausência da medicina (tão presente na capital) naquela região.

Semelhante ao caso da palavra “paranóico”, o contraponto da palavra “místico” seria a ciência, capaz de iluminar a ignorância dos sertanejos “fanáticos” levando-os ao progresso, claramente ausente do sertão que, segundo o autor, devido à forte presença do misticismo, era uma região “primitiva”, expressão esta que, por sua vez, compunha o antagonismo com a palavra civilização.

É possível perceber então, a formação das dicotomias paranóia/medicina (ou doença e sanidade), misticismo/ciência e primitivismo/civilização (ou progresso). Estas polarizações de opostos simplificavam-se nas “ideias força” que faziam parte de um projeto de nação, o qual tentava atualizar o Brasil tomando por base os discursos assentados nas oposições entre Civilização e Barbárie, Progresso e Atraso.

Essa atualização do espaço nacional contava com as representações e discursos produzidos sobre o sertão para alavancar as ideologias de civilização e progresso. Nesse processo, estudado por Gilmar Arruda, os discursos produzidos sobre os “terrenos desconhecidos”,

²⁴ LOURENÇO FILHO. Manuel Bergström. *Juazeiro do Padre Cícero...*, p. 46.

legitimavam o mapeamento e a transformação do espaço que agregava representações sobre a palavra sertão.²⁵

Dentro das oposições entre civilização e barbárie ou progresso e atraso, a denúncia de Lourenço Filho de que a população mística de Juazeiro sofria de paranóia evidenciava o poder do discurso científico, dentro do qual o psicólogo se aproximava da medicina para evocar o saber que “curava” a população urbana de Fortaleza de seus maus hábitos e costumes. Este saber legitimava o diagnóstico que rotulava a população juazeirense de paranóica colocando a religiosidade popular em evidência.

É interessante notar que, quando o autor afirma serem os paranóicos os místicos do vulgo e do selvagem, a palavra “vulgo” passa a acrescentar outro elemento à explicação das causas da paranóia e do misticismo, seria ele a própria condição socialmente pobre de um povo que habitava a outra margem de um mundo que o autor parecia dividir entre “o selvagem e o civilizado”. O paranóico, com todo o seu ardor fanático, seria inerente ao povo, aos pobres habitantes do sertão. Portanto, para Lourenço Filho, a pobreza seria uma das condições cenográficas que faziam emergir no “palco” do sertão os delírios da população local.

Paranóia e misticismo, elementos que se uniam pelo elo da pobreza, faziam parte de uma mesma realidade diagnóstica dentro da qual a busca pela superação das dificuldades através de uma experiência religiosa independente da razão era tida, imediatamente, por loucura ou doença mental. Estas ideias de religiosidade doentia ligadas ao atraso do sertão cearense perpassam todo o restante da obra, da qual a percepção de algumas palavras, reforçam nossa impressão de que a formação de um discurso atuava na construção de um “outro” lugar e de uma outra identidade a confirmar o que era ser urbano, moderno e pertencente à nação.

Termos como “fanatismo” “inferioridade de consciência”, “(a)normalidade”, “malucos”, “alucinados”, “paranóicos”, “místicos” e “atraso” sinalizam a existência de um núcleo discursivo o qual, em conjunto com os meios intelectuais, políticos e científicos, formava um campo discursivo que parecia entender por religião: misticismo e, por misticismo: paranóia e loucura. Todos estes responsáveis pelo atraso e pela falta de integração nacional.

O conceito de fanatismo estava presente nos diversos pares discursivos que cercavam a obra de Lourenço Filho. Em artigo do jornal *O Cearense*, escrito em 1926, ao escrever sobre uma possível reaproximação de padre Cícero com a Igreja Católica, o autor (anônimo) do texto afirma que: “A Igreja hostilizava abertamente o sacerdote joazeirense. O Nordeste, que é seu órgão na

²⁵ ARRUDA, Gilmar. *Cidades e Sertões*, p. 21.

imprensa, fez campanha contra o fanatismo”.²⁶ Após continuar o texto escrevendo sobre a fortuna que Padre Cícero supostamente pensava em deixar para a Igreja, o autor conclui que: “O que pode acontecer é que a Igreja não queira entrar na posse do dinheiro do honrado sacerdote por ter tido sua origem em um fanatismo que O Nordeste durante muito tempo condenou valentemente”²⁷.

Outro importante autor contemporâneo de Lourenço Filho, Rodolfo Teófilo, dentro do livro *A sedição do Joazeiro*, publicado em 1922, ao escrever a respeito de padre Cícero, se refere a ele como um “psicopata que desde a época do seminário em Fortaleza havia se revelado um doente”²⁸. À cidade de Juazeiro, Teófilo se refere como “terra dominada pelo mais grosseiro fanatismo”²⁹, “valhacouto de fanáticos e facínoras”³⁰. Aos que lutaram nas milícias da Sedição de Juazeiro, e que foram chamados pelo *Jornal Unitário* de “libertadores do Ceará”, nosso autor chamou de “bandidos”³¹.

Os homens da milícia governista, vindos em sua maioria da região do Cariri, eram chamados por Teófilo de “gente supersticiosa e ignorante”³² que, por originarem-se daquele sertão que tinha o padre Cícero por santo, não poderia compor as forças legais e seriam incapazes de invadir Juazeiro.

Os termos fortes para se referir à religiosidade sertaneja, usados tanto por Lourenço Filho quanto por Rodolfo Teófilo, indicam o desejo de construir uma grande diferença entre o sertão e a proposta civilizadora e modernizadora que remodelava a cidade de Fortaleza em seu traçado urbano, nos hábitos de lazer e higiene, na cultura e no consumo dos cidadãos de classe média.

Considerações finais

Os discursos movimentam a história, atravessam e são atravessados pelo tempo, criam significados para acontecimentos que conquistam novos sentidos, cristalizam conceitos, pré-conceitos, estereótipos, atuando na ordenação do mundo com suas coisas, com seus espaços. Compreender o poder e a maneira de atuação do discurso é pensar, também, a construção do próprio sentido. O que existe está à espera de um sentido, o qual faz daquilo que existe algo

²⁶ Editorial. *O Cearense*, Fortaleza, p. 2, set. 1926.

²⁷ Editorial. *O Cearense*, Fortaleza, p. 2, set. 1926.

²⁸ TEÓFILO, Rodolfo. *A Sedição do Joazeiro*. *Revista do Brasil*, São Paulo, p. 32, 1922.

²⁹ _____. *A Sedição do Joazeiro*, p. 29.

³⁰ _____. *A Sedição do Joazeiro*, p. 32.

³¹ _____. *A Sedição do Joazeiro*, p. 64.

³² _____. *A Sedição do Joazeiro*, p. 46.

existente, e isso só é possível através da linguagem, é ela que faz nascer a vida fecundada e o próprio espaço.

Neste texto, procurou-se, a partir de um recorte específico que foi o sertão do Ceará, discutir a idéia de sertão como uma criação, uma constante elaboração discursiva que parte, muitas vezes, de um litoral que, para se construir enquanto espaço de poder, constrói sobre o outro, discursos de inferiorização, a partir dos quais as identidades não estão desde o início asseguradas e preservadas, ao contrário, vão se refazendo em meio a essas alteridades.

Procurou-se argumentar que o discurso de um sertão fanático e atrasado era poderoso para ressignificar aquele espaço, já existente no imaginário das cidades, mas que adquiria novos sentidos nos dizeres que partiam da modernidade.

Através do estudo de uma formação discursiva que reinventava o sertão a partir da cidade moderna, gostaria, também, de provocar uma reflexão sobre a maneira como um tipo de preconceito se desenvolve dentro de determinadas sociedades: o preconceito espacial, construído mediante um discurso sobre o outro que, muitas vezes assume a função de estabelecer formas identitárias ao grupo que, através da inferiorização do “espaço alheio” vai erguendo sua hegemonia cultural e política.

Trata-se de um modo de controle, inventar um espaço na medida em que se deseja possuí-lo através da afirmação de uma cultura superior e da legitimação de uma ocupação simbólica, muitas vezes realizada mediante a atuação do próprio Estado que, ao se fazer presente naquele território, finca a bandeira de um espaço dominante no solo de um “outro”, inventado para ser possuído e, também, para que os vitoriosos se ergam na medida em que se formula a crença de que sua identidade existe e é superior.

Recebido: 14/05/2012
Aprovado: 28/06/2012

Liberdade Religiosa em um Estado Religioso: liberalismo e catolicismo nos debates da Assembleia Constituinte de 1823

Françoise Jean de Oliveira Souza
Doutora em História pela UERJ
francoisejean@ig.com.br

RESUMO: O presente artigo tem como objeto de análise os debates transcorridos na Assembleia Constituinte de 1823 que trataram de temas referentes à religião do Estado e que acabaram por denunciar uma tentativa de compatibilização do catolicismo com o universo intelectual do liberalismo. Com isto, busca-se refletir acerca das relações entre a tradição e a modernidade na dinâmica da construção do nosso Estado nacional, compreendendo melhor em que medida a religião, enquanto um dos aspectos estruturantes da cultura política daquela sociedade, influenciou no processo inicial de elaboração das nossas bases jurídico-políticas.

PALAVRAS-CHAVE: Constituinte de 1823, Catolicismo, Liberalismo, Religião.

ABSTRACT: This article has as object of analysis the debates in the Constituent Assembly of 1823 about the state religion and who show the attempt to reconcile Catholicism with the intellectual universe of liberalism. So, we try to reflect about the relationship between tradition and modernity in the dynamics of building our State, to understand how religion, as one of the fundamental aspects of political culture of that society, influences on the process of elaboration of our legal and political bases.

229

KEYWORDS: Constituent Assembly of 1823, Catholicism, Liberalism, Religion.

Introdução

No dia 17 de abril de 1823, a Assembleia Geral Constituinte e Legislativa reuniu-se pela primeira vez a fim de elaborar as bases sobre as quais se pretendia constituir o Brasil independente. O primeiro trabalho daquela Assembleia, ainda em sessão preparatória, foi o de escolher o seu presidente. Por aclamação, saiu vencedor o bispo do Rio de Janeiro, d. José Caetano da Silva Coutinho. Com isto, o comando da província episcopal do Rio de Janeiro e a condução dos trabalhos legislativos do Império do Brasil encontraram-se, por algum tempo, nas mesmas mãos.

Em 1º de maio, dois dias antes da abertura oficial dos trabalhos, d. José Caetano rezou a missa do Espírito Santo. Os deputados que se encontravam reunidos no salão da Assembleia, em uma das sessões preparatórias, chegaram à Capela Imperial por volta das 11 horas. À porta da Capela encontrava-se postada uma guarda de honra a qual na passagem do corpo legislativo fazia as devidas continências militares. Após a missa, também assistida pelos monsenhores e pelos

membros do Cabido¹ do Rio de Janeiro, o bispo entoou o hino *Veni Creator Spiritus*. Em seguida, procedeu-se o ritual do juramento sobre os evangelhos. A festa foi encerrada por um *Te Deum Laudamus*.² Com isto, a primeira experiência legislativa, genuinamente brasileira, nascia, significativamente, sob o auspício da fé católica, numa demonstração da força com que a cultura religiosa se fazia presente na nossa sociedade.

Também representativo do peso da religião, no Brasil, naquele contexto histórico, foi a grande presença numérica do clero católico entre os membros da Constituinte de 1823, assembleia para a qual 22 padres saíram eleitos deputados em um total de 100 cadeiras. Este fenômeno eleitoral, aliás, já havia se manifestado anteriormente. Dos deputados eleitos para as Cortes de Lisboa, 26 eram sacerdotes, o correspondente de 29,2% do total, constituindo o segundo grupo mais votado entre os brasileiros naquela Constituinte.³

1	Antônio da Rocha Franco
2	Antônio Manuel de Sousa (não tomou assento)
3	Belchior Pinheiro de oliveira
4	Francisco Agostinho Gomes (não tomou assento)
5	Francisco Ferreira Barreto
6	Francisco Muniz Tavares
7	Francisco Pereira de Santa Apolônia (não tomou assento)
8	Inácio de Almeida Fortuna
9	José Antônio Caldas
10	José Caetano da Silva Coutinho
11	José Custódio Dias
12	José Ferreira Nobre
13	José Joaquim Xavier Sobreira
14	José Martiniano Pereira de Alencar
15	Luís Inácio de Andrade Lima
16	Manoel Pacheco Pimentel
17	Manoel Ribeiro Bessa de Holanda Cavalcante
18	Manoel Rodrigueus da Costa
19	Nuno Eugênio Lóssio e Seiblit
20	Silvestre Álvares da Silva
21	Venâncio Henrique de Resende
22	Virgínio Rodrigues Campelo (não tomou assento)

Quadro 1 - Padres Eleitos para a Assembléia Constituinte de 1823⁴

Pelos números descritos acima se observa que o clero brasileiro ajudou a conformar a elite dirigente do Império, em um momento crucial para a organização das bases do nosso Estado independente. É, pois, muito significativo o fato de que na primeira oportunidade em que os habitantes do Brasil tiveram de se manifestar politicamente, por meio de uma eleição geral –

¹ O Cabido ou Capítulo correspondia ao conjunto de clérigos responsáveis por auxiliar os bispos no governo das dioceses. Este órgão era responsável por aconselhar o bispo e por governar a diocese, durante seu estado de vacância, elegendo um dos seus membros para exercer o governo eclesial. Ver: SILVA, Cândido da Costa e. *Os Segadores e a Messe: O clero oitocentista na Bahia*. Salvador: EDUFBA, 2000.

² BRASIL. *Diário da Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brasil – 1823/* Introdução Pedro Calmon. Ed. Fac-similar. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.

³ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corundas e Constitucionais*. A Cultura Política da Independência. (1820-1822). Rio de Janeiro: Revan; FAPERJ, 2003, p. 62.

⁴ BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. *O Clero no Parlamento Brasileiro*. v. 1. Brasília; Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1979.; NOGUEIRA, Otaciano e FIRMO, João Sereno. *Parlamentares do Império*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1973.

dentro dos limites impostos à verdadeira representatividade da opinião pública no resultado dos pleitos – foi, em grande medida, no clero que eles depositaram sua confiança.⁵

Fenômenos como o descrito acima nos levam a questionar em que medida a filiação a uma crença religiosa modela as atitudes políticas dos indivíduos e por quais vias as forças religiosas intervêm no domínio do político a ponto de constituir uma dimensão deste. Particularmente no estudo ora proposto, somos instigados a analisar em que medida a religião, enquanto um dos aspectos estruturantes da cultura daquela sociedade, influenciou no processo inicial de construção do Estado brasileiro e na fundamentação de uma “comunidade imaginada”, tal como nos termos apresentados por Benedict Anderson.⁶ Para tanto, voltamo-nos para a leitura dos anais da Assembleia Constituinte de 1823, a fim de recuperar as discussões estabelecidas em torno da religião, sobretudo no que se refere aos termos sob os quais se procurou estabelecer uma religião oficial para o Estado brasileiro. Afinal, apesar da curta existência e da dissolução violenta daquela Constituinte, as discussões que nela transcorreram não deixaram de representar, tal como nas palavras de Celso Rodrigues, “uma importante etapa no processo de montagem do aparelho político institucional da jovem nação”, consubstanciando “o momento crítico de introdução da modernidade no Brasil”⁷.

231

Finalmente, lembramos que a proposta de estudo ora apresentada só é possível graças à renovação historiográfica ocorrida em meados dos anos de 1970, denominada de Nova História Política. A partir desta época, observa-se a abertura dos estudos de história política para novos objetos e novos enfoques que, até então, não eram encarados e nem tratados como parte do político⁸, tais como os poderes, os saberes como poderes, as instituições supostamente não políticas e as práticas discursivas.⁹ A história política aprendeu que “o político tem relações com os outros domínios: liga-se por mil vínculos, por toda espécie de laços, a todos os outros aspectos

⁵ Para um maior aprofundamento acerca do fenômeno eleitoral do clero, na primeira metade do século XIX ver: SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. *Religião e Política no Primeiro Reinado e Regências: a atuação dos padres-políticos no contexto de formação do Estado imperial brasileiro*. *Almanack Brasileiro*, São Paulo n. 8, p. 127, nov. 2008. Disponível em: <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?pid=S1808-81392008000800010&script=sci_arttext> Acesso em: 03 mai. 2012; _____. *Sotainas políticas do Império: breve análise do fenômeno eleitoral do clero e de sua atuação no parlamento brasileiro (1823 a 1841)*. In: SIMPÓSIO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE HISTÓRIA DAS RELIGIÕES, 12., 2011, Juiz de Fora. *Anais... Juiz de Fora: UFJF, 2011*. Disponível em: <<http://www.abhr.org.br/plura/ojs/index.php/anais/article/view/131>>. Acesso em: 03 mai. 2012.

⁶ ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

⁷ RODRIGUES, Celso. *Assembleia Constituinte de 1823. Ideias Políticas na Fundação do Império Brasileiro*. Curitiba: Juruá Editora, 2002, p. 26

⁸ LE GOFF, Jacques. *A Política será ainda a ossatura da História?* In: _____. *O Maravilhoso e o Quotidiano no Ocidente Medieval*. Lisboa: ED, 1990, p. 221.

⁹ FALCON, Francisco José Calasãs. *História e Poder*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 75.

da vida coletiva”¹⁰. Em decorrência disto, “hoje, as forças religiosas são levadas em consideração como fator de explicação política em numerosos domínios. Elas fazem parte do tecido político, relativizando a intransigência das explicações baseadas nos fatores sócio-econômicos”¹¹.

Consideramos que o desafio de pensar sobre o papel da religião no processo de formação do Estado nacional brasileiro, passa pela compreensão do conceito de cultura política. Segundo Berstein¹², a cultura política corresponde a um sistema de representações compartilhadas por um grupo, que, interiorizada, determina as motivações do ato político. Considerando que as religiões e os religiosos difundem um ensinamento que não se limita às ciências do sagrado, mas que, ao contrário, proferem julgamentos em relação à sociedade, impõem advertências, interdições e normas de comportamento, conclui-se que a religião é um importante agente conformador de determinadas identidades políticas. Nas palavras de Aline Coutrot, “socializados por práticas coletivas [...] os cristãos adquirem um sistema de valores muito profundamente interiorizado que subentende suas atitudes políticas”¹³.

Entretanto, o catolicismo brasileiro, no período imperial, não foi capaz de construir uma cultura política própria. Isto explica o fato de que muito embora compartilhem da mesma crença religiosa, os católicos, leigos ou clérigos, assumiram posturas políticas diversas. Esta constatação não diminui, de modo algum, a influência da religião na constituição de uma determinada cultura política, mas demonstra que os princípios básicos do catolicismo comportam, segundo a conjuntura, diferentes tendências políticas. Aline Coutrot, em seu estudo sobre o catolicismo francês, percebeu que “se o princípio da direita é a hierarquia natural e o princípio da esquerda é a fraternidade, vemos as afinidades que os cristãos podem manter com uma ou com outra dessas grandes tendências da vida política francesa”¹⁴. No caso do Brasil, foi possível perceber que princípios religiosos estiveram na base das mais diferentes batalhas travadas pelos Constituintes de 1823, muitas das quais opostas entre si, tal como veremos adiante.

O Contexto ideológico: um liberalismo de “coloração” cristã

A temática da religião foi largamente discutida nos últimos meses da Assembleia Constituinte de 1823. Afinal, o Brasil de então se mostrava herdeiro da cristandade colonial, isto é, de uma organização na qual Igreja e sociedade se interpenetravam e se confundiam e onde os

¹⁰ REMOND, René. Uma História presente. In: _____. *Por uma História Política*. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora FGV, 1996, p. 36.

¹¹ COUTROUT, Aline. Religião e Política. In: REMOND, René. *Por uma História Política*, p. 331.

¹² BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François. *Para uma História Cultural*. Trad. Ana Moura. São Paulo: Estampa, 1998.

¹³ COUTROUT, Aline. *Religião e Política*, p. 336.

¹⁴ _____. *Religião e Política*, p. 339.

poderes jurisdicionais da Igreja Católica ultrapassavam o domínio exclusivo do campo religioso.¹⁵ Por conseguinte, durante a Constituinte de 1823, os assuntos relacionados à religião acabaram por se situar como ponto de confluência de várias outras questões que desafiavam os deputados, tais como a definição dos direitos individuais, a capacidade de promoção da mão de obra livre, a da identidade católica como instrumento de controle da população e como elemento constitutivo da consciência nacional.

A resolução das questões que perpassavam direta ou indiretamente o tema da religião não era, contudo, uma tarefa simples. Não por acaso, as discussões referentes à religião e sua vinculação com o Estado não estavam sendo colocadas somente aos Constituintes do Brasil, mas, ao contrário, faziam-se pungentes em grande parte do mundo cristão ocidental e, particularmente, nos países de credo católico.

Nos primeiros decênios do século XIX, os reinos europeus e suas dominações ultramarinas depararam-se com a difícil tarefa da reorganização política dos Estados, após a experiência da Revolução Francesa e da posterior expansão napoleônica. O ponto de partida deste processo foi o Congresso de Viena (1815) que tentou restaurar o mapa da Europa, segundo a situação anterior à revolução de 1789, e os efeitos desta restauração fizeram-se sentir fortemente no campo religioso. O Papa recuperou seus Estados. Os soberanos, representantes das várias religiões cristãs, se comprometem “em nome da santíssima e indivisível trindade” a defenderem os princípios cristãos, abalados pelas “famigeradas” idéias francesas. Vivia-se em um clima de renascimento do catolicismo. Este renascimento, por sua vez, foi incrementado por uma corrente espiritual do romantismo contemporâneo que, diante da aridez do iluminismo, despertou a nostalgia pela religião e pela Igreja.¹⁶ Deste contexto, emergiu um movimento de idéias conhecido pela designação de conservadorismo.

O termo conservadorismo comporta dois significados. Um primeiro, mais amplo, refere-se a um fenômeno mais ou menos universal, que pode ser entendido, também, como tradicionalismo, ou seja, a tendência a apegar-se a padrões e modos de vida já consolidados, antigos. O tradicionalismo pode ser considerado, portanto, como uma reação deliberada às todas as tentativas de reforma. O segundo significado – que é o utilizado no presente texto – refere-se a um fenômeno político claramente moderno, produzido por circunstâncias históricas específicas.¹⁷ Em linhas gerais, o conservadorismo foi um pensamento desenvolvido como tentativa dos

¹⁵ AZZI, Riolando. *A Crise da Cristandade e o Projeto Liberal*. História do Pensamento Católico no Brasil. v. 2. São Paulo: Edições Paulinas, 1991.

¹⁶ BIHLMEYER, Karl. *História da Igreja*. Idade Moderna. v. 3. São Paulo: Edições Paulinas, 1965.

¹⁷ MANNHEIM, Karl. O Significado do Conservadorismo. In: FORACCHI, Marialice Mencarini (Org.). *Karl Mannheim*. Sociologia. São Paulo: Ática, 1982. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, 25).

setores mais abalados pela Revolução Francesa de deter o processo desintegrador dos antigos valores. Em pleno século da ciência e do progresso, os conservadores defenderam a compreensão dos direitos como determinados pela tradição e não como dados naturais. Neste sentido, negaram a ideia de homem natural, de direitos naturais, respeitando-se tão somente os valores historicamente construídos. Propugnou-se ainda a crítica à razão, ao individualismo e defendeu-se o coletivismo, a ideia da subordinação das relações sociais ao princípio da ordem e disciplina, a obediência e a submissão às autoridades constituídas, a crença na origem divina do mundo e a importância do mistério e do obscuro como base da vida social e política.¹⁸ Em sua vertente católica, o movimento afirmou a infalibilidade do Papa e exaltou a monarquia como uma instituição de “origem divina”. Consequentemente, defendeu a união entre “trono e altar” como uma aliança intocável, vendo na monarquia e no catolicismo uma associação indissolúvel, na qual uma instituição não poderia viver sem a outra.

Mas a “restauração” não se impôs de maneira homogênea. Ainda vivia-se naqueles tempos, uma geração, crescida em época revolucionária, que permanecia embebida das ideias liberais. No campo político-religioso, a *episteme* liberal definia três grandes princípios normativos: o de que os assuntos e convicções religiosas diziam respeito às esferas privadas dos grupos e indivíduos; a neutralidade do Estado diante das disputas pela veracidade das questões religiosas; e a separação entre Igreja e Estado, no sentido da autonomia institucional de um domínio em relação ao outro.¹⁹ Todavia, os princípios liberais assumem uma dimensão histórica, e, não obstante o fato deles se orientarem fundamentalmente pela ideia da liberdade, acabam sujeitos a variações e ambiguidades.²⁰ De maneira que outro conjunto de intelectuais católicos – minoritário entre aqueles que professavam tal credo – procurou reabilitar o cristianismo aos olhos dos seus contemporâneos, conformando o que ficou conhecido por catolicismo liberal. Este movimento compactuava com algumas conquistas da Revolução Francesa e propunha uma modernização da Igreja no sentido de colocá-la em sintonia com as aspirações da época. Em síntese, defendiam a integração do cristianismo aos princípios da liberdade e igualdade, dando-lhes uma maior fundamentação evangélica. A defesa da liberdade em suas diversas manifestações – de consciência, de expressão, de ensino e de associação etc. – fizera dos católicos liberais, críticos da intolerância religiosa e defensores da liberdade de credo. Paulatinamente, também, chegaram à conclusão de que o único relacionamento entre a Igreja e o Estado, verdadeiramente compatível

¹⁸ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Dicionário Crítico do Pensamento da Direita*. Rio de Janeiro: FAPERJ/Mauad, 2000.

¹⁹ BURITY, Joanildo A. Religião e Política na Fronteira: desinstitucionalização e deslocamento numa relação historicamente polêmica. *Teoria & Sociedade*, Belo Horizonte: UFMG, n. 8, p. 98-115, dez. 2001.

²⁰ REMOND, René. *O século XIX. 1815-1914*. Trad. Frederico Pessoa de Barros. São Paulo: Cultrix, 1990.

com o Evangelho, era o da radical separação entre os dois poderes.²¹ Para que a Igreja fosse verdadeiramente livre na sua missão evangelizadora, ela deveria iniciar um sincero diálogo com a sociedade, rompendo os incômodos laços com um regime de privilégios e dependência. A ingerência do Estado em assuntos religiosos era entendida como um empecilho à união da Igreja com os povos.

Apesar dos dois movimentos presentes no interior da Igreja que, por caminhos opostos, defendiam a fé católica perante o século, esta última não se livrou dos ataques daqueles que, também embebidos de ideias liberais, a olhavam com desprezo e viam-na como baluarte do absolutismo, do atraso e como freio do desenvolvimento político, cultural e econômico da humanidade. O sentimento antirreligioso e anticlerical não havia se extinguido com a restauração. Para muitos, a religião era considerada como instrumento de legitimação da tirania sob a natureza humana, sendo premente, portanto, a secularização da sociedade e o estabelecimento de Estados laicos.

A modernidade trazia assim, entendimentos diferentes acerca da religião, da Igreja e da sua vinculação aos Estados. E, como não poderia deixar de ser, o Brasil foi afetado pelas diferentes proposições advindas destes entendimentos, colaborando para as divisões estabelecidas no interior da Constituinte de 1823, como entre os presbíteros católicos. Contudo, os projetos forjados para a religião no Brasil, no interior deste contexto intelectual, foram elaborados em termos relativamente diferentes. Enquanto em muitos países o movimento liberal teve uma conotação tipicamente anticlerical, no Brasil, o liberalismo recebeu uma coloração cristã, rechaçando a ideia de total separação entre Igreja e Estado. Não houve no Brasil das primeiras décadas dos oitocentos, um manifesto sentimento antirreligioso. Tampouco o anticlericalismo se impôs de maneira incisiva, como bem prova o grande número de padres eleitos para a Assembleia Constituinte. Apesar das manifestações contra o clero regular e as congregações religiosas, o clero secular brasileiro não foi objeto de ataques violentos, ao menos não tanto quanto se deu na Europa, onde foram abertamente acusados de corruptos, hipócritas e apartados dos princípios do evangelho. Afinal, o anticlericalismo, no plano político, pressupunha a laicização do Estado, e, isto, por sua vez, não foi objeto de desejo de nenhum dos construtores do Estado imperial brasileiro durante a Assembleia Constituinte de 1823.

Um rápido passar de olhos pelos membros da Assembleia Constituinte ajuda-nos a compreender as razões pelas quais, no Brasil, o nosso liberalismo não prescindiu dos princípios

²¹ MATOS, Henrique Cristiano José. *Caminhos pela História da Igreja: uma orientação para iniciantes*. v. 3. Belo Horizonte: Editora O Lutador, 1996.

religiosos como elemento constitutivo da modernidade política, ou seja, como um dos esteios do Estado que se queria forjar. Segundo Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves, os homens que constituíram a elite intelectual e política do Brasil, entre 1821 e 1823, pertenceram a uma geração que vivenciou as reformas pombalinas, recebendo uma educação formal marcada pelo iluminismo característico do projeto político de regeneração do Estado português.²² Do mesmo modo, Ruth M. Chittó Gauer destaca a grande presença numérica, na Assembleia Constituinte de 1823, de bacharéis egressos da Universidade de Coimbra, espaço de difusão do iluminismo português²³, de onde se conclui que “a construção do pensamento brasileiro foi mediada por Coimbra”²⁴.

O Reformismo ilustrado português, difundido por Coimbra, consistiu na absorção de alguns princípios iluministas que levaram à adoção de uma política de reformas em questões pontuais, visando a evitar o abalo das estruturas vigentes. Os teóricos executores do programa reformista acreditavam que, mais do que nunca, o poder deveria centrar-se no governante, o que tornaria possível a efetiva promoção do desenvolvimento do Estado.²⁵ Propugnavam, portanto, a modernização do Estado português sem um rompimento radical com as suas formas tradicionais.

As reformas pombalinas orientaram-se no sentido de eliminar todas as formas de contestação da autoridade estatal. Para tanto, foi imprescindível submeter a Igreja à autoridade central, pondo termo à hegemonia eclesiástica sobre a sociedade civil. Inicia-se um processo de secularização, isto é, a emancipação da sociedade em relação à religião que, por sua vez, é colocada sob a tutela do Estado, como instância suprema do poder. Consagrou-se, portanto, a política do regalismo e a ideia de que a religião e a Igreja deveriam ser “nacionalizadas” e subordinadas aos interesses do Estado, transformando-os em verdadeiros “serviços públicos”²⁶.

No entanto, o iluminismo adotado em Portugal foi essencialmente católico e cristão, tendo sido promovido, não por livres pensadores, como o foi na França, mas por homens “ilustrados” da própria Igreja, particularmente, pelos Oratorianos.²⁷ A influência religiosa naquela cultura era forte o bastante para rechaçar qualquer pensamento secularizado mais radical. Neste sentido, o que se realizou foi uma transformação que pretendeu, simultaneamente, preservar a fé

²² NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e Constitucionais*. A Cultura Política da Independência. (1820-1822). Rio de Janeiro: Revan; FAPERJ, 2003, p. 62.

²³ GAUER, Ruth Maria Chittó. *A Modernidade portuguesa e a reforma pombalina de 1772*. Porto Alegre: Edipucrs, 1996.

²⁴ _____. Violência e medo na fundação do Estado-Nação. In: *Civitas* - Revista de Ciências Sociais, Porto Alegre, a. 1, n. 2, p. 95, dez. 2001.

²⁵ LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A Utopia do Poderoso Império*. Portugal e Brasil: bastidores da política. 1798-1822. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994, p. 33.

²⁶ FALCON, Francisco José Calasãs. *A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*. São Paulo: Ática, 1982.

²⁷ CARRATO, José Ferreira. *Igreja, Iluminismo e Escolas Mineiras Coloniais*. (Notas sobre a cultura de decadência mineira setecentista). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968, p. 125.

católica, porém, desvencilhando-a da filosofia escolástica. Implantou-se uma cultura moderna, sob a égide do Estado secular, mas sobre uma base espiritual e religiosa. Preservou-se, portanto, a visão litúrgica do mundo na qual o conjunto de crenças e valores religiosos era entendido como indispensável à conservação da sociedade.²⁸ Nas palavras de Francisco Falcon: “a Igreja, uma vez conservada nos seus verdadeiros limites, não devia ser considerada apenas como permitida, mas como absolutamente necessária”²⁹.

Herdeiros da cultura política difundida pelo reformismo ilustrado português, os membros da Constituinte de 1823 não puderam abrir mão do elemento religioso, no momento de elaborar, com base no pensamento político moderno, o arcabouço político-jurídico para o Estado brasileiro. Com esta constatação, abre-se um campo para reflexões acerca das relações entre a tradição e a modernidade na dinâmica da construção do nosso Estado nacional.

Liberdade Religiosa *versus* Tolerância

Partindo do pressuposto de que a religião possuía uma forte função pública, visto ser ela o sustentáculo moral da sociedade, os Anais da Assembleia Constituinte de 1823 relatam que a união entre Estado e Igreja foi um ponto pacífico entre os deputados. O artigo 16 do projeto de constituição que estabelecia a religião católica como “a religião do Estado por excelência e única mantida por ele”³⁰ não foi objeto de polêmicas, sendo acatado por unanimidade.

Das inúmeras falas registradas nos anais da Constituinte pode-se concluir que a religião era entendida como um importante instrumento de controle social e que, portanto, não deveria estar apartada do Estado. O Padre Muniz Tavares, por exemplo, afirmava querer sempre que o homem tenha uma religião porque “da sua observância pende a boa moral e com ela formam-se bons cidadãos”³¹. Já Carneiro de Campos entendia que o Estado e a Igreja eram coisas muito distintas e que um não poderia ter ingerência sobre o outro, devendo o Estado permanecer absolutamente imparcial aos dogmas dos diferentes cultos. No entanto, acreditava que aquele mesmo Estado, religiosamente imparcial, não poderia ser indiferente à falta total de religião. Ao contrário, achava essencial que um “espírito verdadeiramente religioso anime toda a nação”. Isto porque “os meios que possui o governo para reprimir os crimes são limitados” e, portanto, torna-se indispensável “que haja um meio de prevenir que eles se formem no coração, e aí só pode entrar a religião”. Só na religião, segue dizendo Carneiro de Campos “se encontrará o suplemento

²⁸ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e Constitucionais*, p. 27.

²⁹ FALCON, Francisco José Calasãs. *A época pombalina*, p. 430.

³⁰ BRASIL. *Diário da Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brasil – 1823*. Sessão de 1 de setembro de 1823, p. 689. /Introdução Pedro Calmon. T. 3. Ed. Fac-similar. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.

³¹ BRASIL. *Diário da Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brasil – 1823*. Sessão de 1 de setembro de 1823, p. 191.

necessário às Leis civis e a uma moral sempre incompleta”³². Em síntese, era unânime a crença de que a religião era um instrumento moral que dava uma imprescindível sustentação ao Estado, já que só teríamos bons cidadãos se houvesse bons cristãos.

Nota-se, portanto, que no contexto da Constituinte de 1823, além de um ausente sentimento antirreligioso, também não havia um catolicismo liberal, expresso da maneira como se dera na Europa, isto é, defensor de um Estado laico. Não se queria isto e nem seria possível. O que se queria, antes, era uma necessária compatibilização entre o liberalismo e o catolicismo, casando a nova ideologia com o quadro mental religioso profundamente enraizado na nossa cultura. Tampouco havia se consolidado um movimento que, baseado em princípios liberais, intentava renovar o catolicismo no Brasil, fato este que só viria a se manifestar a partir da primeira legislatura do Império, iniciada em 1826.

Havia, no entanto, um conjunto de deputados, clérigos ou leigos que, realizando uma leitura particular do pensamento católico desenvolvido na Europa, mostrou-se mais afeito às ideias de liberdade de consciência, não possuindo tanto escrúpulo quando do questionamento de determinados preceitos da Igreja. Também, esse grupo de tendência mais liberal compartilhava do entendimento de que ao Estado caberia intervir nos assuntos da Igreja que tocassem diretamente nas questões morais, responsáveis por guiar a conduta do homem em sociedade. Contudo, excetuando as questões religiosas que se relacionassem ao interesse público, tudo o mais era entendido como um assunto de natureza privada, de consciência individual, não devendo sofrer a ingerência do Estado. É neste sentido que defendiam a convivência entre o moderno preceito da liberdade de religião no interior do tradicional modelo de Estado religioso.

As divergências religiosas existentes no interior da primeira Assembleia Constituinte do Brasil fizeram-se evidentes no momento da apreciação do artigo 7º do projeto da Constituição, referente aos “Direitos Individuais dos Brasileiros”. Além da liberdade pessoal, do juízo por jurados, da liberdade de indústria, da inviolabilidade da propriedade e da liberdade da imprensa, o artigo consagrava, também, a liberdade religiosa como um direito individual a ser preservado. Já os artigos 14 e 15 do mesmo capítulo, explicavam a quem, de fato, cabia o referido direito:

Art. 14. A liberdade religiosa no Brasil só se estende às comunhões cristãs; todos os que as professarem podem gozar dos direitos políticos do Império.

Art. 15. As outras religiões, além da cristã, são apenas toleradas e a sua profissão inibe o exercício dos direitos políticos.³³

³² BRASIL. *Diário da Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brasil – 1823*. Sessão de 1 de setembro de 1823, p.197.

³³ BRASIL. *Diário da Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brasil – 1823*. Sessão de 1 de setembro de 1823, p. 689.

Dentre as liberdades individuais elencadas pelo projeto constitucional, a religiosa foi a que mais causou polêmica, tendo sua discussão se estendido por muitas sessões. Por conseguinte, a Assembleia dividiu-se em dois grupos: o primeiro, favorável ao projeto de lei e, um segundo, que, embora não negasse por completo a necessidade da liberdade de crença, exigia limites bem claros à mesma.

Muito significativo é o fato de, no primeiro grupo, encontrar-se a maior parte dos padres Constituintes. Aliás, a causa da liberdade religiosa foi a que mais conseguiu aglutinar os padres deputados, visto que estes não conformaram uma “bancada clerical” naquela Assembleia. Foi esta proposta que, por exemplo, conseguiu reunir em um mesmo “campo de batalha” os religiosos mais influentes da Constituinte como Custódio Dias, Muniz Tavares, Henrique de Resende e Martiniano de Alencar, além de outros sacerdotes como Rocha Franco e Antônio Caldas. Esta constatação, por um lado, demonstra a força da orientação político-religiosa baseada na compatibilização entre liberalismo e catolicismo, capaz de deixar marcas profundas até mesmo no corpo da Igreja. Por outro lado, no entanto, acreditamos ser possível perceber no posicionamento do clero ante à questão da liberdade religiosa, a manifestação de uma sensibilidade religiosa mais moderna, que valoriza a devoção sincera e espontânea.

239

O argumento elaborado pelos defensores da liberdade religiosa, tal qual esta se apresentava no projeto constitucional, era baseado em um princípio caro ao pensamento político moderno. Tomando como referência a doutrina jusnaturalista, defendia-se a liberdade de crença como sendo um direito natural, ou seja, um direito anterior e superior ao direito positivo, não estando, portanto, sob a tutela do Estado. Esse entendimento é bem demonstrado quando os próprios redatores do projeto constitucional saem em defesa de suas proposições. O primeiro a fazê-lo foi Antônio Carlos, para quem a liberdade de crença não fazia parte daquele conjunto de liberdades das quais os homens abriram mão quando forjaram o pacto social; ao contrário, entendia que liberdade de adorar o ente supremo da forma que melhor lhe parecesse, dizia respeito a algo tão íntimo entre a criatura e o criador que nem deveria entrar no catálogo dos direitos garantidos. Justificava, no entanto, a presença deste direito no texto constitucional, como forma de protegê-lo do risco iminente de vê-lo usurpado.³⁴

Na mesma linha de raciocínio, José Joaquim Carneiro de Campos explicava que no tocante à questão religiosa, cabia ao Estado somente a parte de policiamento externo, ou seja, de evitar que, a pretexto da crença, perturbassem a ordem pública. A opção religiosa, por sua vez, não poderia ser administrada pelo Estado porque “este não tinha direito de regular um artigo que

³⁴ BRASIL. *Diário da Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brasil – 1823*. Sessão de 7 de outubro de 1823, p. 185.

não entrou, nem podia entrar no Pacto Social”. A liberdade era um direito inalienável do homem – que não poderia ser cedida no pacto – devendo este direito “ser conservado ileso tão integralmente como o possuía antes da Associação Política”³⁵. Era dessa maneira, portanto, que justificavam a liberdade de crença a todas as religiões, fossem elas cristãs ou não. Já a vedação do direito ao culto público de religiões não cristãs é explicado pelo fato destas últimas possuírem costumes morais muito diferentes dos nossos, o que poderia atrapalhar a ordem pública. Estavam claras, portanto, as bases jurídico-políticas sobre as quais se propunha a liberdade de crença e de culto no Brasil.

Todavia, os que defenderam o projeto de liberdade religiosa buscaram ampliar sua argumentação para além do campo político. A estratégia era demonstrar em que medida a liberdade de religião poderia ser positiva para a própria Igreja Católica.

Dos padres deputados, Francisco Muniz Tavares, um dos redatores do projeto constitucional, foi o que mais saiu em defesa do princípio da liberdade religiosa. Utilizando seus conhecimentos sobre a história da Igreja, fez uma dura crítica aos tempos obscuros do catolicismo, relatando os principais momentos de intolerância da Igreja e perguntando “aos mais intransigentes” se, por acaso, gostariam de “renovar entre nós os dias de S. Bartolomeu; se querem que se restabeleça esse horrível tribunal chamado por insolência de Santo Ofício”³⁶. Em seguida, disse que faria a defesa de suas ideias, pois acreditava não estar vivendo mais no tempo em que se receava ser queimado vivo como herege ou heterodoxo só por discordar da opinião de teólogos.

Ao longo dos debates, Muniz Tavares explicou que seguia a religião católica, reconhecia que ela era a única verdadeira, mas sabia que a sua convicção íntima da verdade não o dava o direito de proscriver os que erravam. Argumentou que se a religião tivesse sido sempre perfeitamente livre, ela só teria sido objeto de amor, nunca instrumento de déspotas, e alegou que “a intolerância colocando a força ao lado da fé, colocou igualmente a coragem ao lado da dúvida”³⁷. Além de enfraquecer a fé dos crentes, aquele padre argumentou que as perseguições sempre provocaram resistência, pois “há no homem um princípio de revolta contra todo o constrangimento intelectual; este princípio pode degenerar em furor”³⁸. Neste sentido, entendia

³⁵ BRASIL. *Diário da Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brasil – 1823*. Sessão de 8 de outubro de 1823, p. 198.

³⁶ BRASIL. *Diário da Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brasil – 1823*. Sessão de 8 de outubro de 1823, p. 191.

³⁷ BRASIL. *Diário da Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brasil – 1823*. Sessão de 8 de outubro de 1823, p. 190.

³⁸ BRASIL. *Diário da Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brasil – 1823*. Sessão de 8 de outubro de 1823, p. 190

que a ausência de liberdade religiosa só geraria perdas para a verdadeira Igreja de Roma, além de causar reações negativas entre o povo.

Seguindo a mesma linha de argumentação, padre Henrique de Resende diz acreditar que “o zelo acre, intolerante e inquisitorial tem feito mais males do que bens ao catolicismo; ele teria adquirido muitos filhos e outros se não teriam segregado de seu seio, se os ministros de culto tivessem sido tolerantes”³⁹. Em seguida, utiliza-se da história da Igreja e dos reinos para comprovar a tese de que em um ambiente de tolerância religiosa, o catolicismo só tende a crescer. Já em outro momento, Henrique de Resende voltou a sustentar que, ao contrário de enfraquecer o catolicismo, a tolerância religiosa só tendia a fortalecê-lo, acreditando que os protestantes, em contato com a verdadeira fé, seriam certamente convertidos. E como que falando aos não católicos chamou-os: “venham ver o nosso culto, que a força da verdade os atrairá”⁴⁰.

Outro argumento bastante utilizado pelos padres para obter a aprovação da liberdade religiosa foi o da necessidade de se estabelecer uma relação de sinceridade entre os fiéis e Deus, extirpando da Igreja a hipocrisia originada da imposição religiosa. Curioso perceber como um argumento tido, aos nossos olhos contemporâneos, como de interesse exclusivo da Igreja (a obtenção de fiéis verdadeiramente devotos) foi apresentado naquela Constituinte como justificativa para determinadas decisões políticas, demonstrando a imbricação em que ainda se encontravam as esferas política e religiosa, o tradicional e o moderno. Nesse sentido, Muniz Tavares dizia, quase em tom de pregação: “o Deus a quem adoro, não quer ser adorado à força, quer, segundo o salmista, que voluntariamente se lhe sacrifique”⁴¹. Também Custódio Dias lembrava que “Deus não quer coisas obrigadas, é livre ao homem escolher esta ou aquela religião; se errar na escolha, ele pagará”,⁴² e o padre Rocha Franco dizia-se persuadido de que “o autor da religião, Deus, só quer adoradores em espírito e em verdade”⁴³. Tratava-se, portanto, da defesa da autenticidade religiosa. Esta era, sem dúvida, uma formulação bem avançada para o campo da consciência religiosa dominante na época, principalmente se lembrarmos que preocupações como estas só foram verdadeiramente tratadas pela Igreja Romana no Concílio do Vaticano II (1961-1965).

³⁹ BRASIL. *Diário da Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brasil – 1823*. Sessão de 7 de outubro de 1823, p. 192.

⁴⁰ BRASIL. *Diário da Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brasil – 1823*. Sessão de 29 de outubro de 1823 p. 331.

⁴¹ BRASIL. *Diário da Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brasil – 1823*. Sessão de 8 de outubro de 1823, p. 191.

⁴² BRASIL. *Diário da Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brasil – 1823*. Sessão de 9 de outubro de 1823, p. 213.

⁴³ BRASIL. *Diário da Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brasil – 1823*. Sessão de 29 de outubro de 1823, p. 330.

É interessante observar que, embora defendessem abertamente a ideia da liberdade religiosa, os sacerdotes apresentaram certo desconforto com a discussão daquela lei, temendo serem mal interpretados pela população. E este receio não carecia de fundamentação. Afinal, os adversários do projeto de lei procuraram mexer com a opinião pública ao denunciarem, constantemente, os intentos de “destruição” da religião católica.

O padre Rocha Franco, por exemplo, admitiu que procurou evitar colocar suas opiniões em função do seu estado eclesiástico, mostrando-se preocupado com o que o povo estaria entendendo de toda aquela situação, isto é, de padres votando em favor da liberdade religiosa: “porque pertencendo ao estado eclesiástico emitimos nossa opinião à face do povo, onde não falta quem confunda a liberdade religiosa com ateísmo, e assente consigo que dizer liberdade de religião tanto monta como dizer religião nenhuma, como se fora incompatível a liberdade com a religião”⁴⁴. Na sessão do dia seguinte, quando então resolveu falar, Rocha Franco não se furtou a, antes, realizar uma profissão pública da sua fé católica: “depois de protestar à face desta assembléia minha íntima convicção de que a religião Católica Apostólica Romana é a única verdadeira [...] julgo não estar em contradição com estes meus sentimentos...”⁴⁵. O mesmo cuidado tomou Muniz Tavares ao declarar: “Sou ministro da Religião Católica Romana que adoro em espírito e verdade; e se preciso mais a vista da presente questão, que nunca pensei, se suscitasse, farei publicamente a minha protestação (sic) de fé, declararei que creio e professo tudo quanto crê e professa a Igreja Romana”⁴⁶. Já Henrique de Resende chegou a dizer-se preocupado com a reação popular, visto que existiriam muitos fanáticos no Brasil que incitavam os povos, dizendo que se quer plantar o ateísmo e incentivar a abjuração da fé católica por parte dos brasileiros. Dizendo-se forçado a ir contra os seus princípios para aplacar o receio dos mais conservadores, ele apresentou uma emenda que restringia liberdade religiosa ao estabelecer que: “o católico que apostar abraçando outra seita ficará provado dos direitos políticos”⁴⁷. A todo o momento, portanto, os padres mais liberais procuraram demonstrar que, como sacerdotes, zelavam pelo catolicismo no Brasil e que a defesa de que faziam da liberdade de religião não representava riscos para a fé comungada pela maioria da população. Percebe-se, portanto, que ao

⁴⁴ BRASIL. *Diário da Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brasil – 1823*. Sessão de 29 de outubro de 1823, p. 330.

⁴⁵ BRASIL. *Diário da Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brasil – 1823*. Sessão de 30 de outubro de 1823, p. 342.

⁴⁶ BRASIL. *Diário da Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brasil – 1823*. Sessão de 15 de setembro de 1823, p. 4.

⁴⁷ BRASIL. *Diário da Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brasil – 1823*. Sessão de 29 de outubro de 1823, p. 332.

contrário do que apontam muitos estudos⁴⁸, para os quais os padres políticos ostentaram sempre um indiferentismo religioso, o que se viu na Constituinte foram padres muito zelosos de sua imagem sacerdotal e cômicos da influência que tal sacerdócio exercia.

Além das questões jurídico-políticas e das suas implicações para o culto católico, a defesa da questão da liberdade religiosa também passava por um ponto importante da economia brasileira: a necessidade de redução gradativa do comércio de escravos a partir da migração de colonos europeus para o Brasil. Havia, pois, uma visão utilitarista da tolerância religiosa, posto que a mesma era entendida como condição *sine qua non* para a vinda de imigrantes estrangeiros. É válido registrar que naquele contexto era quase unânime entre os constituintes a crença de que a prosperidade do Brasil dependia de dois fatores primordiais: o desenvolvimento da agricultura e o aumento da população a fim de povoar o nosso enorme território. Majoritária era, também, a certeza de que os imigrantes só viriam ao Brasil se tivessem a garantia de que seus direitos individuais seriam resguardados. Nesse sentido, o deputado Carvalho e Melo falava da liberdade religiosa como “o meio de convidar estrangeiros para aumentar a nossa povoação, que tão minguada está, e tão desproporcionada a grande extensão do território que possuímos”, lembrando que “ninguém se expatria sem a certeza que há de encontrar garantias de seus direitos individuais”⁴⁹; e Ferreira França apelava aos mais conservadores: “não sejamos maus políticos a custa de parecermos mui católicos. O Brasil necessita de povoação, de homens industriais[...]”⁵⁰. Vê-se, portanto, que a necessidade de mão de obra foi o ponto chave que fez com que a liberdade religiosa ganhasse muitos defensores.

Se, por um lado, os padres defensores da liberdade religiosa temiam ser confundidos com inimigos da religião, por outro, os opositores daquela proposta evitavam serem tidos como inimigos da ilustração e dos valores liberais tão em voga naquela Assembleia. De maneira que estes últimos, em geral, não questionaram a liberdade de crença como um princípio, mas entendiam que ela não poderia impor-se irrestritamente. Havia, naquele contexto, um pudor em questionar as liberdades individuais, visto que qualquer crítica a estas era vista como atraso e intolerância. Além disto, os deputados mais conservadores em matéria de religião sabiam da importância da liberdade de credo como incentivo à imigração. Assim, eles concordavam com a necessidade de conceder aos estrangeiros a liberdade de crença, mas não aceitavam que o seu

⁴⁸ Cf. ALMEIDA, Cónego Luis Castanho de. *O Sacerdote Diogo Antônio Feijó*. Rio de Janeiro – São Paulo: Vozes, 1951; MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. *Evolução do Catolicismo no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1972; VIEIRA, David Gueiros. *O Protestantismo, A Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1980.

⁴⁹ BRASIL. *Diário da Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brasil – 1823*. Sessão de 29 de outubro de 1823, p. 334.

⁵⁰ BRASIL. *Diário da Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brasil – 1823*. Sessão de 29 de outubro de 1823, p. 332.

culto fosse realizado publicamente. Além disto, abominavam a ideia de que a liberdade religiosa fosse concedida aos naturais da terra, temendo que, com ela, nossa população se apostasse da “verdadeira fé”, diminuindo o número de católicos no Brasil. Em síntese, defendiam unicamente a tolerância de crença para os estrangeiros, vedando-lhes, porém, a liberdade de culto.

Os padres que mais rejeitaram a proposta de liberdade religiosa foram o bispo d. José Caetano da Silva Coutinho e o ex-inconfidente Manoel Rodrigues da Costa. Das falas do primeiro, entretanto, não restaram muitos registros, visto que os taquígrafos da Assembleia não conseguiram acompanhá-las. Quanto ao segundo padre, este iniciou suas intervenções dizendo-se escandalizado com a proposta de que fosse livre ao homem adorar a Deus no seu coração como bem lhe aprouver. Contrapondo-se ao projeto, sustentou sua postura a partir de um argumento de natureza religiosa: não restaria aos brasileiros a plena liberdade religiosa uma vez que Deus já haveria se revelado, fazendo-se conhecer como Ele gostaria de ser adorado. Ou seja, a liberdade religiosa só seria possível se não existisse uma religião revelada, o que não era o caso do Brasil. Entendia, portanto, que uma vez que os católicos foram ilustrados pela revelação, a aceitação do livre convívio com outras religiões era uma introdução do demônio.⁵¹

Contudo, foi trazendo a discussão para o campo da política que Rodrigues da Costa e os demais opositores do projeto construíram sua principal argumentação. A justificativa mais utilizada para se negar a liberdade religiosa aos brasileiros foi a de que esta proposta de lei não representava os interesses da maioria da nação, majoritariamente católica, ou seja, era um projeto “antipolítico” porque não representava o sentimento geral dos povos. As leis, dizia Rodrigues Costa, “devem seguir sempre o espírito dos povos e não há nem pode haver razão alguma para o contrário; ora legislando nós para um povo inteiramente católico [...] vamos contra a sua vontade e atacamos os sentimentos que ele tem ampla e energicamente manifestado”⁵².

Elaborando melhor esta argumentação, Severiano Maciel da Costa dizia ser uma grande incoerência estabelecer a liberdade de religião em um Estado cujos membros eram inteiramente católicos, ou seja, para um “povo católico, que legisla para um Estado católico, onde não há seitas”. Este mesmo povo defenderia a religião de seus pais, com a qual está todo identificado e teria colocado como “condição *sine qua non*” do pacto social a manutenção da Religião Católica⁵³, ou seja, a mesma ideia de pacto social era utilizada simultânea e diferentemente pelos dois campos em oposição: enquanto para uns a escolha do indivíduo por uma religião em particular

⁵¹ BRASIL. *Diário da Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brasil – 1823*. Sessão de 8 de outubro de 1823, p. 189-190.

⁵² BRASIL. *Diário da Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brasil – 1823*. Sessão de 5 de novembro de 1823, p. 356.

⁵³ BRASIL. *Diário da Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brasil – 1823*. Sessão de 7 de outubro de 1823, p. 186.

estaria fora das imposições previstas pelo pacto social, para outros, a defesa do catolicismo como credo nacional era uma condição básica da existência desse mesmo pacto. É forçoso admitir que este último entendimento não era completamente infundado, afinal, todo o processo eleitoral para a escolha dos Constituintes, assim como a posse dos deputados e mesmo a abertura da Assembléia, desenrolaram-se em meio a rituais permeados de elementos da fé católica, rituais estes que concediam legitimidade aos atos políticos que por meio deles se fundavam.

Quem melhor percebeu as implicações políticas da liberdade religiosa e melhor as expressou naquela Assembleia foi José da Silva Lisboa, um dos mais conservadores deputados constituintes. Foi este leigo quem mais se interpôs aos intentos liberais relativos à condição religiosa no Brasil.

Demonstrando toda sua perspicácia política, Silva Lisboa procurou convencer os colegas constituintes que a instauração da liberdade religiosa tinha conseqüências diretas no plano político. Utilizando a Revolução Francesa como contra-exemplo, demonstrou em que medida a tolerância religiosa nela propugnada acabou desvirtuando-se para outros campos. Dizia ele que, através de simples declarações contra a intolerância, “os cabalistas abusaram logo das sucessivas concessões da tolerância e derrubaram o governo estabelecido e as suas próprias constituições, aliás, cheias de Declarações dos Direitos do Homem”⁵⁴. Vê-se que aquele conservador foi um dos poucos a atentar para o fato de que, se o valor fundamental da liberdade religiosa não admitia coerção na aceitação de uma verdade ou de uma instituição religiosa, o mesmo poderia ser pensado no que se refere à aceitação de uma solução política que se queira estabelecer como sendo a verdadeiramente melhor. Em outras palavras, era preciso evitar o pluralismo religioso para que o seu princípio não fosse utilizado como embasamento para um possível pluralismo político, o que, por sua vez, poderia afetar o princípio monárquico do Estado brasileiro.

Também foi Silva Lisboa quem melhor chamou a atenção para a importância da unidade religiosa no processo de construção do Estado brasileiro, então carente de uma verdadeira nação. Para ele, era claro “o quanto contribui para a unidade e força do governo a tranqüilidade do povo, a uniformidade da religião, que se acha entrelaçada com a constituição do Estado”⁵⁵. Em outra passagem, ele declara que “a uniformidade da religião dominante e a conformidade de todos os naturais do Estado a ela, concorrem muito para dar caráter à Nação”⁵⁶; e, lembrando das

⁵⁴ BRASIL. *Diário da Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brasil – 1823*. Sessão de 8 de outubro de 1823, p.194.

⁵⁵ BRASIL. *Diário da Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brasil – 1823*. Sessão de 9 de outubro de 1823, p. 207.

⁵⁶ BRASIL. *Diário da Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brasil – 1823*. Sessão de 9 de outubro de 1823, p. 209.

adversidades pelas quais o Brasil passava, em função da multiplicidade de projetos políticos que se digladiavam, argumentou:

[...] já vemos tristes sintomas de divisões em objetos de governo, pelas reclamações de ilimitadas liberdades políticas: em que abismo cairemos, se também acrescentamos divisões de opiniões e comunhões a pretexto de direito individual da liberdade religiosa e de tolerância de seitas, ainda fora das comunhões cristãs. Era por ventura este o melhor momento escolhido para tão inopinada inovação na Lei Fundamental do Império?⁵⁷

Para Silva Lisboa, o momento pelo qual o Brasil passava não se mostrava oportuno para a aprovação daquele projeto, tendo em vista que diante da falta de identidade entre as províncias e de consenso político entre os dirigentes, o catolicismo apresentava-se como o único elemento que, de alguma maneira, poderia conferir uma unidade aos habitantes do território do novo Império. Assim, diante da complexa missão de criar uma unidade nacional a partir de uma realidade bastante diversa: escravos, índios, portugueses, negros, pobres ricos estrangeiros, mulheres etc, o catolicismo era tido, portanto, como um dos poucos elementos, senão o único, capaz de cimentar a nossa identidade nacional.

Silva Lisboa será o responsável, ainda, por desnudar os problemas práticos inerentes a um projeto de lei que prevê a liberdade religiosa dentro de um Estado confessional, ou seja, que assume e se faz mantenedor de uma religião oficial. A contradição frente à qual se colocava a Assembleia foi denunciada por aquele deputado ao levantar os seguintes questionamentos: como a Constituição poderia obrigar o imperador a jurar e manter a religião católica se os brasileiros teriam a liberdade de não observá-la? Como ficaria a nação se o imperador, que jurou defender o catolicismo, resolver utilizar-se de sua liberdade individual para mudar de crença? Ou ainda, se os legisladores do Império, que também juraram proteger a religião católica, resolverem também abjurarem a sua fé?⁵⁸

De fato, Silva Lisboa não se equivocava ao ver dificuldades em compatibilizar a liberdade de religião com um Estado confessional. Afinal, o princípio liberal que se encontrava por trás da defesa da liberdade religiosa, embora não necessariamente seja antirreligioso, rejeita a tutela da religião e afirma para a razão o direito de examinar tudo, contrariando o método da autoridade. Reivindicando a autonomia da sociedade civil em termos de consciência, este princípio exigia a laicização do Estado. Neste sentido, pode-se afirmar que os artigos do projeto de lei referentes à liberdade religiosa e ao catolicismo como religião oficial do Estado criavam uma situação, aos nossos olhos contemporâneos, de contradição. Eram, contudo, contradições

⁵⁷ BRASIL. *Diário da Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brasil – 1823*. Sessão de 8 de outubro de 1823, p. 195.

⁵⁸ BRASIL. *Diário da Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brasil – 1823*. Sessão de 29 de outubro de 1823, p. 335.

inerentes ao próprio processo de transição de uma sociedade regida pelas regras do Antigo Regime para uma de preceitos mais modernos. Neste contexto, os deputados, sob a liderança de muitos padres, foram capazes de unir a defesa da liberdade de consciência, ou seja, de uma moral individual, com a necessidade de imposição de uma moral social, baseada em princípios religiosos, capazes de unir um homem a outro homem na sociedade, garantindo a manutenção da ordem pública. Era essa moral que, por ser social, criava a necessidade da manutenção do vínculo da religião ao Estado.⁵⁹ Ademais, esta solução de meio termo não foi uma exclusividade brasileira; ao contrário, fez-se presente em grande parte do mundo cristão.

Nas décadas iniciais do século XIX, a noção moderna de liberdade religiosa associada ao princípio da laicidade do Estado não foi levada a termo pela maioria dos Estados cristãos, sejam os europeus, sejam os novos que se formavam no continente americano. Tanto estes como aqueles não foram capazes de dispensar a religião, oficial ou extra-oficialmente, como elemento conformador de sua nacionalidade e garantidor da ordem pública.

A Constituição liberal de Cádiz (1812), por exemplo, que tanto serviu de modelo a Portugal, ao Brasil e aos demais países recém independentes da América latina, estabelecia em seu capítulo II, Artigo 12 que “A religião da nação espanhola é e será perpetuamente a católica, apostólica, romana, única e verdadeira. A nação a protege por leis sábias e justas e proíbe o exercício de outra qualquer”.⁶⁰ Por esta carta, exclui-se, portanto, a liberdade de crença e de culto. Já a Constituição portuguesa promulgada em 23 de setembro 1822, estabeleceu em seu artigo 25 que a “religião da Nação Portuguesa é a católica apostólica romana. Permite-se, contudo, aos estrangeiros o exercício particular de seus respectivos cultos”.⁶¹ Neste caso, percebe-se que não há nenhuma menção à liberdade religiosa, embora se tenha avançado no sentido da tolerância aos demais credos, que também não possuiriam liberdade de culto. O mesmo se deu com as Constituições dos Estados latino-americanos, nas quais se estabelecia a religião Católica como sendo oficial do Estado, adotando, quando muito, o princípio da tolerância religiosa.⁶²

Vê-se que o Brasil, no quadro geral das nações católicas, situava-se em uma posição de relativa vanguarda no que se refere às discussões atinentes à liberdade religiosa. Este direito, previsto no projeto de constituição e que fora amplamente defendido por um grande número de

⁵⁹ CORREIA, José Eduardo Horta. *Liberalismo e Catolicismo*. O problema Congreganista (1820-1823). Coimbra: Universidade de Coimbra, Publicações do Seminário de Cultura Portuguesa, 1974.

⁶⁰ BIBLIOTECA Virtual Miguel de Cervantes. Disponível em: <<http://www.cervantesvirtual.com>>. Acesso em: 1 jun. 2009.

⁶¹ BIBLIOTECA Virtual Miguel de Cervantes. Disponível em: <<http://www.cervantesvirtual.com>>. Acesso em: 1 jun. 2009.

⁶² BETHEL, Leslie. *História da América latina*. Da independência a 1870. v. 3. São Paulo: EDUSP; Imprensa Oficial do Estado. Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2001.

padres, apresentou-se como uma grande ousadia para a sua época, podendo ser entendida como um avanço na compreensão da garantia dos direitos individuais. Aliás, os opositores do projeto cansaram-se de denunciar tal avanço. Silva Lisboa, por exemplo, foi um dos que mais alertou a Assembleia para o fato de que “nenhuma” constituição tinha reconhecido amplamente aquele direito, como o se queria fazer no Brasil: “Que dirá de nós o povo de Portugal, onde os arquitetos da sua constituição, publicamente anunciando que queriam fazê-la, se fosse possível, mais liberal que a da Espanha, não concederam a liberdade religiosa [...]?”⁶³, perguntou o deputado. Tais constatações ajudam-nos, tal como sugere Celso Rodrigues⁶⁴, a refutar análises tradicionais em nossa historiografia segundo a qual a modernidade, no Brasil, seguiu sempre um padrão retardatário (em relação à Europa), no qual o repertório do pensamento liberal não teria sido suficientemente cumprido.

É fato que o modelo religioso, consolidado pela Constituição de 1824, perdeu muito dos avanços apresentados no ano anterior, visto que tão somente tolerava as religiões não católicas, não permitindo a liberdade de culto. Todavia, ainda que o texto constitucional de 1823 não tenha chegado a ser promulgado, não é menos significativo o fato de que o seu artigo 7º, que estabelecia a “liberdade religiosa”, chegou a ser votado e aprovado pela Assembleia, indicando, portanto, os caminhos que esta seguiria se suas atividades não fossem interrompidas por ordem do monarca.

Considerações Finais

Por meio das discussões da Assembleia Constituinte de 1823 foi possível observar que a manutenção do catolicismo como religião oficial do Estado era um ponto pacífico para a elite dirigente do Brasil. Não obstante as divergências acerca da liberdade religiosa e de culto, os deputados constituintes mostraram-se cômicos da importância da religião do Estado como instrumento de manutenção da ordem social, de reforço e legitimação do poder estabelecido, da idéia de nação, em suma, de organizar da vida pública. Afinal, no Brasil de então, não havia uma clara cisão entre o mundo da política e o da religião. Estas duas esferas ainda não haviam sido identificadas como completamente distintas, não haviam se dissociado e se tornado plenamente autônomas. Ao contrário, o Brasil independente herdou da antiga metrópole uma cultura política

⁶³ BRASIL. *Diário da Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brasil – 1823*. Sessão de 8 de outubro de 1823, p. 194.

⁶⁴ RODRIGUES, Celso. *Assembleia Constituinte de 1823*. Ideias Políticas na Fundação do Império Brasileiro. Curitiba: Juruá Editora, 2002.

marcada por uma forte visão litúrgica do mundo, “corporificada na religião como conjunto de crenças e valores indispensáveis à conservação da sociedade”⁶⁵.

Por conseguinte, o Estado brasileiro que então se desejava construir não poderia, de imediato, substituir a perspectiva religiosa que dava sentido à existência de seus habitantes por uma ideologia estritamente secular. A consequência disto foi o surgimento de projetos que visavam compatibilizar o catolicismo com o universo intelectual do liberalismo, gerando um pensamento híbrido, sustentado por homens que, vivendo em um período de transição – da transcendência à imanência⁶⁶ – procuravam estruturar um Estado moderno, lançando mão de instrumentos típicos do Antigo Regime, tal com a religião. Longe estávamos, portanto, do fim da estruturação religiosa da sociedade.

Em suma, no momento de se elaborar o arcabouço político-jurídico para o Estado brasileiro, com bases no pensamento político moderno, a religião, enquanto elemento constitutivo da cultura política daquela sociedade, foi tomada como um dos elementos norteadores daquele processo histórico. Tal como observou Celso Rodrigues, a modernidade brasileira não se realizou pela brusca eliminação das formas sociais e políticas típicas do regime anterior, substituindo-as por modelos modernos. A construção do nosso Estado “não correspondeu a uma ruptura abrupta com a tradição e a implantação do modelo civilizatório moderno”⁶⁷. Esta constatação, de maneira nenhuma, denuncia a natureza retardatária do processo de organização do nosso Estado em bases modernas, mas, tão somente, demonstra as singularidades do nosso processo histórico, “dotando-lhe de uma especificidade impossível de ser apreendida por esquemas teóricos ortodoxos”⁶⁸, tomados como parâmetros para as mais diversas realidades.

Recebido: 17/09/2011
Aprovado: 25/05/2012

⁶⁵ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e Constitucionais*, p. 27

⁶⁶ FERRY, Luc; GAUCHET, Marcel. *Depois da Religião*. O que será do homem depois que a religião deixar de ditar a lei? Rio de Janeiro: Difel, 2008.

⁶⁷ RODRIGUES, Celso. O Tempo do Direito: patrimonialismo e modernidade na ordem jurídica e política brasileira. In: *Novos Estudos Jurídicos*, [Itajaí], v. 12, n.1, p. 92, jan./jun. 2007. Disponível em: <<http://siaiweb06.univali.br/seer/index.php/nej/article/view/455/397>>.

⁶⁸ RODRIGUES, Celso. O Tempo do Direito, p. 93.

Artigos

Tema Livre



Autores

Milton Joeri Fernandes Duarte

Leonara Lacerda Delfino

Flávio Raimundo Giarola

Keila Auxiliadora Carvalho

Representação, memória e consciência histórica através da música [*]

Milton Joeri Fernandes Duarte

Colégio Marista Arquidiocesano de São Paulo

Doutor pela Faculdade de Educação da USP

mjoeri@terra.com.br

RESUMO: O principal objetivo deste artigo é demonstrar a importância da música para a construção do conhecimento histórico de alunos e professores. A consciência histórica mediada pela linguagem musical revela uma forte carga afetiva, pois faz parte de uma memória pessoal e atua como modelo de referência para a apreensão e assimilação das novas audições, similares ou não as anteriores. Assim, revela-se o que podemos chamar de consciência musical dos sujeitos envolvidos. A importância da música em sala de aula encontra-se principalmente relacionada à própria natureza da linguagem musical, pois só pode ser percebida única e exclusivamente em e mediante o tempo, alimentando-se de uma memória afetiva que se transforma em uma consciência musical no presente, facilitando as narrativas, reflexões, práticas ou interpretações históricas dos alunos e da professora.

PALAVRAS-CHAVE: Consciência histórica, Linguagem musical e Memória.

ABSTRACT: The main objective of this article was to demonstrate the importance of music to building historical knowledge in students and teachers. The historical awareness mediated by musical language reveals a strong affective load, because it is part of a personal memory and acts as a reference to the apprehension and assimilation of new listening, similar or not to the ones mentioned before. Therefore, it is revealed what we can call musical awareness of the involved subjects. The importance of music in class is mainly related to the nature of the musical language itself, as this can only be noticed in and through time, feeding itself from an affective memory that transforms itself in a musical awareness in the present, facilitating the narratives, thoughts, practices or historical interpretations of the students and the teacher.

KEYWORDS: Historical awareness, Musical language and Memory.

A pesquisa intitulada *A música e a construção do conhecimento histórico em aula*, que também foi incentivada por experiências anteriores como professor do Ensino Médio e coautor de um livro paradidático¹, teve como objetivo estudar o processo de construção do conhecimento histórico dos alunos e do professor através da música, inserida no contexto de uma cultura escolar, para que possamos compreender até que ponto a linguagem musical pode ou não interferir na construção do conhecimento histórico em aula.

*Esse artigo é a adaptação de parte das reflexões da tese *A música e a construção do conhecimento histórico em aula*, defendida na Faculdade de Educação da USP em 2011 sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Katia Maria Abud.

¹ BRANDÃO, Antonio Carlos & DUARTE, Milton Fernandes. *Movimentos Culturais de Juventude*. São Paulo: Moderna, 1990. (Coleção Polêmica).

As representações históricas construídas por alunos e professora incentivadas pela música foram estudadas de maneira diagnóstica, através de uma pesquisa de inspiração etnográfica de observação e entrevistas. Procurou-se identificar as relações estabelecidas pelos sujeitos entre a realidade atual e o passado histórico, formando, assim, a chamada consciência histórica.

Mediada pela linguagem musical, essa consciência histórica possui uma forte carga afetiva elaborada pelos alunos e pela professora, transformando-se em memória pessoal e modelo de referência para a apreensão e assimilação das novas audições, similares ou não às anteriores, revelando assim o que podemos chamar de consciência musical dos sujeitos envolvidos. Portanto, questões essenciais deverão ser respondidas por esta pesquisa, entre elas, como se forma essa consciência musical? E qual a importância dela na formação da consciência histórica e na construção do conhecimento histórico de alunos e professor?

As experiências do passado representam, no relato dos entrevistados, mais que a matéria-prima bruta de histórias produzidas para fazer sentido. Trata-se de algo que já possui, em si, a propriedade de estar dotado de sentido, de modo que a constituição consciente de sentido da narrativa histórica se refere diretamente a ela e lhe dá continuação, engendrando vários ingredientes das operações conscientes do pensamento histórico.

O passado passa a ser articulado, como estado de coisas, com as orientações presentes no agir contemporâneos dos alunos e da professora. Assim, as representações históricas dessas narrativas têm de ser pensadas como algo que emerge de determinados processos da vida prática desses sujeitos que fazem parte dos processos de constituição de sentido estabelecido pela consciência histórica.

A consciência histórica é, antes de tudo, uma mediação entre os valores morais (orientadores de comportamento) e a ação dos alunos e da professora dentro e fora do ambiente escolar. A maior parte das representações dos entrevistados, durante esta pesquisa, demonstrou a necessidade da consciência histórica para tratarem de valores morais e de argumentação moral (razão) e de como essa consciência pode ser estimulada pela linguagem musical.

A linguagem musical e suas dimensões histórico-pedagógicas

A música não é apenas uma combinação de notas dentro de uma escala, mas também ruídos de passos e bocas, sons eletrônicos, ou ainda uma vestimenta e gestos do cotidiano de determinados indivíduos que gostam de um tipo de som. É tudo isso e mais o produto de longas e

incontáveis vivências coletivas e individuais com as experiências de civilizações diversas ao longo da história. Dessa forma, a música como fenômeno cultural e social apresenta várias facetas concretas e abstratas que estimulam várias representações sobre a linguagem musical e que, necessariamente, demandam uma integração teórica e metodológica de várias áreas do conhecimento.

[...] o antropólogo americano Alan P. Merriam formulou uma ‘teoria da etnomusicologia’, na qual reforçou a necessidade da integração dos métodos de pesquisa musicológicos e antropológicos. Música é definida por Merriam como um meio de interação social, produzida por especialistas (produtores) para outras pessoas (receptores); o fazer musical é um comportamento aprendido, através do qual sons são organizados, possibilitando uma forma simbólica de comunicação na interrelação entre indivíduo e grupo.²

Essa relação torna-se evidente quando falamos em ouvir e entender música, ou seja, em percepção musical. Entende-se como percepção o processo pelo qual o ser humano organiza e vivencia informações, basicamente de origem sensorial. Longe de existir um consenso, música e sua percepção cognitiva são assuntos que já causaram polêmica entre representantes de diversas disciplinas. Assim, há psicólogos que acreditam em processos cognitivos como universais de natureza, pois cada ser humano dispõe de um sistema nervoso. A visão oposta que essa pesquisa procurará seguir, já enxerga na diversidade cultural a predisposição para uma preferência e seleção naturais dos padrões visuais e auditivos, fazendo de cada processo cognitivo um caso específico e culturalmente impregnado.³

Todas essas questões sobre a essência da linguagem musical são respondidas a partir das especificidades culturais de cada povo, grupo social e indivíduos. De acordo com essa visão, é como arte e conhecimento sociocultural que a música deve ser entendida. Essa foi a pretensão de desenvolvimento deste trabalho de pesquisa.

Qualquer que seja nosso comportamento, diante da música, de alguma maneira nos apropriamos dela e criamos algum tipo de representação sobre ela. Sabemos da alegria que os jovens encontram em se comunicar com outros jovens e demais pessoas, graças às suas músicas, executadas ou simplesmente ouvidas, pois vivem, acolhem e levam em conta a diversidade cultural, o que lhes parece, com frequência, ser o valor essencial na escuta e na atividade musicais. Com isso, conseguem dividir e se respeitar, pois cada um pode ter a sua parte de colaboração na música, como executor ou audiência, fazendo parte de um movimento cultural e criando uma identidade para o grupo.

² PINTO, Tiago de Oliveira. Som e música. Questões de uma antropologia sonora. In: *Revista de Antropologia*. São Paulo, v. 44, n. 01, p. 224, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77012001000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 abr. 2012.

³ PINTO, Tiago de Oliveira. Som e música. Questões de uma antropologia sonora, p. 236-237.

Outro aspecto fundamental na relação entre história, música e o processo de aprendizagem é a articulação entre texto e contexto para que a análise histórica não seja reduzida e se limite à própria importância da música, deixando em segundo plano a sua contextualização. O grande desafio do pesquisador é mapear os sentidos embutidos numa obra musical, bem como suas formas de inserção na sociedade e na história.

O problema da recepção cultural tem sido um dos grandes desafios dos estudos culturais, e se torna ainda mais difícil no caso da história cultural da música, na medida em que o objeto se encontra distante no tempo, construído a partir de uma diacronia que implica na impossibilidade de reconstruir ou mapear a experiência cultural dos agentes que tomaram parte no processo estudado. Como mapear e compreender os “usos e apropriações”⁴ que professores e alunos fazem da música foi um dos principais desafios desta pesquisa.

Professores e alunos, mesmo sem conhecimento técnico, possuem dispositivos emocionais para dialogar com a música. Tais dispositivos, verdadeiras competências de caráter espontâneo ou científico, não são apenas resultado da subjetividade do ouvinte diante da experiência musical, mas também sofrem a influência de ambientes socioculturais, valores e expectativas político-ideológicas, situações específicas de audição, repertórios culturais socialmente dados. No diálogo - decodificação - a apropriação dos ouvintes não se dá só pela letra ou só pela música, mas pelo encontro, tenso e harmônico a um só tempo, dos dois parâmetros básicos e de todos os outros elementos que influenciam produção e a apropriação da canção (vestimentas, comportamento e dança). Tudo isso gera o que pretendo definir como consciência musical.

A visão clássica que separa músicos e ouvintes em dois blocos estanques e delimitados deve ser revista. Um compositor ou músico profissional, por um lado, é, em certa medida, um ouvinte, e sua escuta é fundamental para a própria criação musical. Por outro lado, os ouvintes não constituem um bloco coeso, uma massa de manipulados pela indústria cultural e nem um agrupamento caótico de indivíduos irredutíveis em seu gosto e sensibilidade. O ouvinte opera num espaço de relativa liberdade, influenciado por estruturas objetivas (comerciais, culturais e ideológicas) que lhe organizam um campo de escutas e experiências musicais.⁵

⁴ DE CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano1: artes de fazer*. Trad. Ephraim Ferreira Alves. 5. ed. Petrópolis: vozes, 2000, p. 40.

⁵ NAPOLITANO, Marcos. *História e música: história cultural da música popular*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002, p. 82. (Coleção história e reflexões).

Na verdade, agentes e instituições formadoras do gosto e das possibilidades de criação e consumo musicais formam um contexto imediato, cujo pesquisador deve articular ao contexto histórico mais amplo do período estudado com as músicas apresentadas aos alunos. Trata-se de uma maneira de problematizar a “escuta” musical do aluno em relação ao processo de construção do conhecimento histórico.

Os sentidos enigmáticos e polissêmicos dos signos musicais favorecem os mais diversos tipos de escuta ou interpretações –verbalizadas ou não- de um público ou de intelectuais envolvidos pelos valores culturais e mentais, altamente matizados e aceitos por uma comunidade ou sociedade. A partir dessas concepções, a execução de uma mesma peça musical pode provocar múltiplas ‘escuta’ (conflitantes, ou não) nos decodificadores de sua mensagem, pertencentes às mais diversas sociedades, de acordo com uma perspectiva sincrônica ou diacrônica do tempo histórico.⁶

Todas essas questões de ordem histórica, sociológica e antropológica não negam o nível da experiência estética subjetiva da música. Colocam outra ordem de reflexões ligadas às questões cognitivas do processo de construção do conhecimento histórico em sala de aula.

Levando em conta a História Cultural, a relação entre conhecimento histórico e a música se resolve no plano epistemológico, mediante aproximações e distanciamentos, entendendo-as como diferentes formas de expressar o mundo, que guardam distintas aproximações com o real. Ambas são formas de explicar o presente, inventar o passado, imaginar o futuro. Valem-se de estratégias retóricas, estetizando em narrativa os fatos dos quais se propõem falar. Também são formas de representar inquietudes e questões que mobilizam os homens em cada época de sua história, e, nessa medida, possuem um público destinatário (leitor e ouvinte), atuando como aproximações que unem o conhecimento histórico e a música.

Nesse sentido, é salutar a utilização da linguagem musical no ensino de história com o objetivo de fazer com que os alunos compreendam os motivos pelos quais as pessoas atuaram no passado de uma determinada forma, e o que pensavam sobre a maneira como o fizeram. Uma das principais preocupações dessa pesquisa foi verificar como o professor e seus alunos utilizam modelos de explicação histórica e, ao mesmo tempo, averiguar se, no emprego de um desses tipos de noções, há possibilidade de extrair quais sentidos e influências estão por trás dessas explicações estimuladas pela linguagem musical e as representações sociais estabelecidas pelas mesmas.

⁶ CONTIER, Arnaldo Daraya. Música no Brasil: história e interdisciplinaridade algumas interpretações (1926-80). In: HISTÓRIA EM DEBATE: PROBLEMAS, TEMAS E PERSPECTIVAS. *Anais do XVI Simpósio da Associação Nacional dos Professores de História*. Rio de Janeiro: ANPUH, 22 a 26 de julho de 1991, p. 151.

A importância do saber do professor e as representações dos alunos

A professora, como sujeito desta pesquisa, tem sua existência como agente histórico-social firmado no âmbito de uma prática determinada condicionada pela trajetória de vida pessoal e profissional. Isso acaba produzindo um saber que lhe sustenta a representação histórica e a utilização da linguagem musical como mediação pedagógica em relação aos alunos.

Ao longo da observação e também através das repostas obtidas durante a entrevista, foi possível notar que a prática pedagógica com a utilização da linguagem musical encontra-se ligada a um saber-fazer da professora construído ao longo da sua trajetória de vida social e profissional. A análise da prática e do discurso da professora evidencia, no percurso profissional, as expectativas pessoais e familiares que se cruzam com as oportunidades e os constrangimentos institucionais e sociais ao longo da sua carreira profissional.

No ambiente escolar, a ação profissional da professora é estruturada por duas séries de condicionantes: os ligados à transmissão da matéria (condicionantes de tempo, de organização sequencial dos conteúdos, das mediações utilizadas - como no caso da música -, de alcance de finalidades, de aprendizagem por parte dos alunos como também de avaliação) e os condicionantes ligados à gestão das interações com os alunos (manutenção da disciplina, gestão das ações desencadeadas pelos alunos e a motivação da turma).

O trabalho docente no ambiente escolar consiste em fazer essas duas séries de condicionantes convergirem, em fazê-las colaborar entre si. Nesse sentido, a transmissão da matéria e a gestão das interações não só constituem elementos do trabalho docente, mas o próprio cerne da profissão. É por isso que o estudo dos conteúdos transmitidos, a maneira como o professor os compreende, os organiza, os apresenta, utilizando-os para interagir com os alunos faz parte integrante de qualquer pesquisa sobre a sala de aula.⁷

Outro ponto importante a ser destacado é o modo como os alunos interagem com os saberes disciplinares e curriculares por intermédio da ação do professor, constituindo um objeto essencial para esse tipo de pesquisa de campo, principalmente se levarmos em conta as representações históricas que os alunos possuem em relação a esses conteúdos. As representações históricas de professores e alunos, construídas pela audição de composições musicais, são eficazes auxiliares na construção do conhecimento histórico. Propiciam a identificação de diferentes

⁷ TARDIF, Maurice. *Saberes docentes e formação profissional*. 6ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2006, p. 219-220.

significados dos elementos definitivos e provisórios contidos nas representações históricas, que podem se transformar em uma ponte entre o presente e o passado histórico.

As mudanças, no presente, experimentadas como carentes de interpretação, são interpretadas em articulação com os processos temporais rememorados do passado; a narrativa histórica torna presente o passado, de forma que o presente aparece como sua continuação no futuro. Com isso a expectativa do futuro vincula-se diretamente à experiência do passado: a narrativa histórica rememora o passado sempre com respeito à experiência do tempo presente e, por essa relação com o presente, articula-se diretamente com as expectativas de futuro que se formulam a partir das intenções e das diretrizes do agir humano dos estudantes e professores entrevistados. Essa íntima interdependência de passado, presente e futuro é conhecida como uma representação histórica e serve à orientação da vida humana prática atual desses sujeitos.⁸

As transformações históricas ocorrem em diferentes momentos do social e o processo educativo não seria excluído e nem independente de todas essas mudanças. Elas envolvem um conjunto de relações existentes entre os significantes (imagens, palavras e sons) e os seus significados (as representações). Tratando-se das análises das representações construídas para atender às exigências educacionais, esta pesquisa procura refletir basicamente sobre duas situações: uma delas ligada à apreensão e construção do conhecimento em sala de aula, isto é, a relação de aprendizagem existente entre os professores e os alunos; e a outra, às múltiplas mercadorias produzidas pela indústria cultural, como as músicas utilizadas como material didático em sala de aula.

Se esta pesquisa tem como principal objetivo entender a importância da música para a construção do conhecimento histórico em sala de aula, obrigatoriamente tenho um propósito. Levo em conta que todas as práticas históricas dependem das representações utilizadas pelos alunos e a professora para darem sentido a sua realidade, contribuindo assim para a construção de uma “visão de mundo”.

O conceito de representação social, na verdade, retoma o conceito de “representação coletiva” de autores clássicos como Mauss e Durkheim, pois a noção de “representação coletiva” deles possibilita a articulação das três modalidades de relação com o mundo social: de início, o trabalho de classificação e de recorte que produz configurações intelectuais múltiplas pelas quais a realidade é contrariamente construída pelos diferentes grupos que compõem uma sociedade; em seguida, as práticas que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exhibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição; enfim, as formas

⁸ RÜSEN, Jörn. *História viva - teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico*. Trad. Estevão de Rezende Martins. Brasília: UNB, 2001, p. 64.

institucionalizadas e objetivas em virtude de quais “representantes” (instâncias coletivas ou indivíduos singulares) marcam, de modo visível e perpétuo, a existência do grupo, da comunidade ou da classe.⁹

Dessa maneira, uma dupla via de análise se abre. Nesse caso, uma deve pensar a construção das identidades sociais como resultado de relação de força entre as representações impostas pelos que detêm o poder de classificar, nomear e de definição de aceitação ou resistência que cada grupo social produz de si mesmo, como os estudantes e professores. Outra perspectiva é a que considera o recorte social objetivado como a tradução do crédito conferido à representação dá de si mesmo. Logo, surge a capacidade de fazer reconhecer a existência a partir de uma demonstração de unidade, que, no caso desta pesquisa, é representada por estudantes e professores de uma determinada escola.

Etapas da pesquisa

Inicialmente, a pesquisa se apoiou em leitura, resenhas e levantamento de categorias de análise em dois grupos de textos: 1) estudos sobre a música no processo de aprendizagem e sua relação com a História; 2) textos sobre as representações e a construção do conhecimento histórico de professores e alunos em sala de aula.

A segunda fase esteve vinculada à pesquisa de campo: observações das aulas de uma turma de 5ª série da escola pública da rede municipal de São Paulo (setembro a dezembro de 2007). Nesse local, a professora mantinha um projeto que envolvia a linguagem musical nas aulas de História.

Já a terceira fase foi composta por oito entrevistas com os alunos (junho de 2008) e com a professora (maio de 2009) que compõem uma amostragem qualitativa dos estudantes observados e da professora construindo a leitura de um objeto que valoriza o discurso e a experiência pessoal do entrevistado durante as aulas que foram observadas. As entrevistas com alunos foram selecionadas de acordo com os seguintes critérios: gênero (masculino ou feminino), faixa etária, processo ensino-aprendizagem (maior e menor rendimento, indiferença e comprometimento em relação ao curso em sala de aula), num trabalho de inspiração etnográfica. O roteiro das entrevistas com os alunos foi elaborado a partir das observações das aulas e da utilização de pequenos textos didáticos que serviram de estímulo para que os entrevistados estabelecessem relações entre as aulas e as músicas trabalhadas em sala de aula com a professora. Com isso, tentei estabelecer uma diversidade qualitativa dos sujeitos que formaram uma amostra qualitativa do universo do estudante e do

⁹ CHARTIER, Roger. O mundo como representação. Trad. Andrea Daher e Zenir Campos Reis. In: *Revista Estudos Avançados*, São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da USP, vol. 5, n. 11, p. 183, jan./abr. 1991.

professor, facilitando, assim, as associações e relações que propiciam uma análise da representação histórica desse aluno em relação aos conteúdos desenvolvidos em sala de aula.

A partir das descrições e observações feitas ao longo desse exercício etnográfico, acredito que três pontos deveriam merecer análise e reflexões aprofundadas: como a escola se configura em um campo político e legitimador de práticas pedagógicas; como essas práticas pedagógicas, no caso, baseadas na linguagem musical se encontram inseridas na cultura escolar; e finalmente como essa linguagem musical se relaciona a prática do ensino de história em sala de aula, procurando entender de que forma a linguagem musical contribui na construção do conhecimento histórico.

A terceira fase da pesquisa que foi composta por oito entrevistas com os alunos (junho de 2008) e uma entrevista com a professora Marli (maio de 2009). A amostragem qualitativa dos estudantes observados construiu uma leitura de um objeto que valorizou o discurso e a experiência pessoal do entrevistado durante as aulas que foram observadas durante o segundo semestre de 2007. Para que isso ocorresse efetivamente, foi estabelecido um roteiro baseado em quatro pequenos textos relacionados aos temas históricos desenvolvidos pela professora através da linguagem musical.

Os oito estudantes entrevistados foram selecionados de acordo com os seguintes critérios: gênero, como foi citado anteriormente, adotando-se algumas práticas da chamada microetnografia ou microanálise com gravações sonoras digitais como fonte primária. Distinguindo-se da etnografia em geral, o foco principal não é mais o que está acontecendo naquele momento, mas como está acontecendo. O texto-base não será apenas a narração, mas também a análise das reações dos entrevistados e a transcrição de partes das entrevistas consideradas essenciais para a pesquisa. A possibilidade de escutar várias vezes as gravações, discutir e confrontar diferentes interpretações tornou a análise cada vez mais refinada, até atingir uma aproximação mais precisa ao objeto pesquisado com suas representações.

Nesse caso, as representações sociais determinam tanto o caráter do estímulo, como a resposta que ele incita. Conhecer-las e explicar o que elas são e o que elas significam são o primeiro passo em toda análise de uma situação ou de uma relação social que envolve um objeto, constituindo-se assim um meio de prever a evolução das interações grupais, que nesse caso envolve professores e alunos.¹⁰

¹⁰ MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Trad. Pedrinho A. Guareschi. 3. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2005, p. 100.

Os resultados dessas entrevistas gravadas digitalmente estabeleceram um perfil qualitativo dos discentes em relação às aulas de história e à utilização das músicas, levando em consideração os seguintes aspectos: identificação dos temas através dos textos; a relação entre os textos e as músicas ouvidas em sala de aula; a relação entre os textos e outras músicas sugeridas pelos alunos; e a relação entre os textos, as músicas e outras linguagens trabalhadas em sala de aula. Também faz parte desse perfil qualitativo canções, para que possamos analisar a importância da utilização da linguagem musical em uma tabulação das representações dos alunos entrevistados em relação aos textos e à sala de aula na construção do conhecimento histórico.

Quanto à entrevista da professora (maio de 2009), foi feita praticamente dois anos depois da pesquisa de campo e um ano após as entrevistas com os alunos. Isso fez com que os resultados obtidos anteriormente em relação aos questionários, aplicados em novembro de 2007 e às entrevistas com os alunos, ocorridas em junho de 2008, interferissem na elaboração do roteiro final da entrevista da docente. Como no caso dos alunos, adotaram-se as mesmas práticas da microetnografia ou microanálise com gravação sonora digital como fonte primária para a elaboração de um perfil qualitativo da professora, levando em consideração os seguintes pontos em relação à trajetória de vida da profissional: a influência musical na infância, na adolescência, na escola, na época de faculdade e no início da carreira do magistério, procurando evidenciar as referências musicais definitivas e provisórias da docente em relação à linguagem musical, que podem fazer parte da consciência musical e histórica da professora.

Esse perfil qualitativo é complementado por uma tabulação das falas da professora em relação às canções, para que possamos analisar a importância da linguagem musical dentro e fora da sala de aula na construção do conhecimento histórico no ponto de vista do docente, levando em consideração os seguintes aspectos: a construção da aula utilizando a linguagem musical; a relação entre música e conteúdo; outras músicas que poderiam ser utilizadas na 5ª série; o “aprender” História através da linguagem musical; a utilização esporádica da música na sala de aula pelos professores; a relação entre a música e as demais linguagens na sala de aula; a música e a cultura escolar e os resultados profissionais da professora com a sua prática pedagógica.

Gosto musical, representação, memória e consciência

Se as práticas pedagógicas mediadas pela música interferem na cultura escolar, ela também é influenciada pelos gostos musicais dos alunos e da professora. O gosto musical, no contexto familiar se dá essencialmente de forma afetiva, pois, nessa esfera, o processo de mediação cultural dos jovens

encontra e participa de relações, cuja ligação afetiva (sentimentos e emoções) interligava-se também com a dimensão sonoro-musical.

O gosto musical se afirma, principalmente, nas esferas do cotidiano familiar e do lazer e da escola, onde ouvir música, principalmente em relação às duas primeiras esferas, é ouvir emotivamente, pois a música é utilizada para que a mesma desperte ou reforce algo já latente em nós mesmos em busca de uma identidade com o outro. Na escola, pelo contrário, a audição musical é apresentada, na maioria das vezes, como uma atividade formal com frequência, duração, objetivos e conteúdos pré-determinados. Mas quando o gosto musical, mesmo na escola, transforma-se em uma representação afetiva da mediação elaborada pelo aluno em relação ao mundo que o cerca, e que, devido ao seu caráter eminentemente afetivo transforma-se em memória pessoal e modelo de referência para a apreensão e assimilação das novas audições dos jovens, similares ou não as anteriores, revela o que podemos chamar de consciência musical.

Na pirâmide hierárquica estabelecida por Schopenhauer¹¹, a música encontra-se acima das demais artes. A música não expõe apenas uma ideia ou leva à abstração de algumas imagens, que identifiquei como “paisagens sonoras”, aplicando o conceito de Schafer.¹² A música é muito especial, pois é a linguagem em si mesma. A arte dos sons não reproduz uma intuição estética; ela é a mensagem direta e imediata do âmago das coisas. Para o autor de “*O mundo como vontade e representação*”¹³, as representações estimuladas pela linguagem musical são construídas através de uma memória que se utiliza essencialmente do tempo e é revelada, em grande parte, pelo gosto musical de cada um de nós. Portanto, como seria essa memória musical?

Basicamente seria composta por dois elementos interdependentes: a identificação e a afetividade. A memória de identificação seria a capacidade que temos, na maioria dos casos, de identificar músicas que ouvimos antes, processo semelhante à memória que temos de rostos, fotografias, sabores e cheiros, com certo grau de variação individual, mas todas, ao escutarem uma canção, estabelecem padrões de identificação a partir de experiências anteriores que são balizadas pela afetividade que, por sua vez, faz parte da memória do sujeito.

A memória musical existe e, como os outros tipos de memória, encontra-se enraizadas em

¹¹ SCHOPENHAUER, Arthur. O mundo como vontade e representação. In: *Schopenhauer / Kierkegaard*. São Paulo: Abril Cultural, 1974, p. 7-88. (Coleção Os Pensadores, v. 31).

¹² SCHAFER, Raymond Murray. *O ouvido pensante*. Trad. Marisa Trench de O. Fonterrada, Magda R. Gomes da Silva, Maria Lúcia Pascoal. São Paulo: UNESP, 1991.

¹³ SCHOPENHAUER, Arthur. O mundo como vontade e representação, p. 7-88.

diferentes contextos. A rememoração pessoal de uma música estabelece uma sincronia com a existência social atual de cada pessoa emergindo aquela forma que chamamos de lembrança. Para Halbwachs¹⁴, a lembrança é a intersecção de muitas correntes do “pensamento coletivo”. Algo que se torna mais fácil se tais fatos estiverem ligados a uma determinada música que nos faz lembrar o contexto e as emoções do passado. A construção dessas imagens, quando estimuladas pela afetividade da linguagem da música, forma uma memória que se transforma em consciência musical.

Por meio de imagens, sentimentos e pensamentos resultantes dos diversos ambientes sociais marcantes em nossa vida, significativamente por determinada trilha sonora que compõe história de cada um, essa consciência musical e individual vai balizar o nosso gosto e a nossa audição até o final de nossas vidas. Assim a consciência musical tem uma função prática que confere à realidade direção temporal, orientação que pode guiar intencionalmente a ação através da mediação da linguagem musical, auxiliando na construção da memória histórica e, conseqüentemente, na formação da consciência histórica dos alunos e da professora.

Consciência histórica e consciência musical

Parte das respostas da minha pesquisa passa pela forma como a consciência histórica é mediada pela linguagem musical, já que esta possui uma forte carga afetiva elaborada pelos alunos e o professor. Transforma-se em memória pessoal e modelo de referência para a apreensão e assimilação das novas audições, similares ou não as anteriores, revelando, assim, o que podemos chamar de consciência musical dos sujeitos envolvidos.

O processo de identificação da consciência musical se inicia com o reconhecimento dos gostos ligados aos gêneros musicais de alunos e da professora que, além de suscitarem uma busca de identidade por parte dos entrevistados, também estão profundamente ligados a algum uso social em algum momento da história pessoal. Nesse caso, o gosto musical transforma-se em uma representação afetiva da mediação elaborada por alunos e pela professora em relação ao mundo que o cerca. Isso é devido ao caráter eminentemente afetivo; transforma-se em memória pessoal e modelo de referência para a apreensão e assimilação das novas audições dos jovens, similares ou não as anteriores, revelando o que podemos chamar de consciência musical.

Para Schopenhauer¹⁵, o mundo como representação estaria no gosto musical de cada um de

¹⁴HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Trad. Beatriz Sidou. 2 ed. São Paulo: Centauro, 2006.

¹⁵SCHOPENHAUER, Arthur. *O mundo como vontade e representação*, p. 7-88.

nós, sujeito e objeto se misturam e são revelados através da memória musical. Em tal processo, o sujeito é ativo, uma espécie de artesão que possui *a priori* três formas puras de conhecimento, todas inatas, presentes nele desde o nascimento e que possibilitam a apreensão do mundo circundante. Essas formas são o tempo, o espaço e a causalidade, espécie de "óculos intelectuais" para se conhecer as coisas, vê-las tais quais aparecem, ou seja, de um exato jeito, não de outro e que vão compor a memória do sujeito, que se revela de forma mais aguçada quando estimulada pela linguagem musical.

Composta basicamente por dois elementos interdependentes, a memória musical remete à identificação e à afetividade. Ao escutarmos uma canção, estabelecemos padrões de identificação a partir de experiências anteriores que são balizadas pela afetividade que, por sua vez, faz parte da memória do sujeito. A lembrança fixada pela memória é uma imagem construída pelos elementos que estão à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência no presente.

Imagens, sentimentos e pensamentos resultantes dos diversos ambientes sociais de que fizemos e fazemos parte em nossa vida são significativos na consciência individual. Determinada trilha sonora que compõe a história de cada um vai balizar o nosso gosto e a nossa audição até o final de nossas vidas. Assim, a consciência musical tem uma função prática que confere à realidade direção temporal, orientação que pode guiar intencionalmente a ação por meio da mediação da linguagem musical, auxiliando na construção da consciência histórica.

Outro aspecto importante é que as representações históricas dos alunos e da professora estimuladas pela linguagem musical devem também ser pensadas como algo que emerge de determinados processos da vida humana prática, que nos faz inicialmente ouvir emotivamente. Nas esferas do cotidiano familiar, do lazer e da escola a forma emotiva é preponderante, pois ouvir música emotivamente é ouvir mais a si mesmo do que a própria música. É se utilizar da música para que ela desperte ou reforce algo já latente em nós mesmos em busca de uma identidade com o outro.

O conhecimento histórico só é assimilado pelos alunos quando compreendem os vestígios do passado como evidência no mais profundo sentido, ou seja, como algo a ser tratado não apenas como mera informação, mas como algo de onde se possam retirar respostas a questões nunca ali formuladas. Esse tipo de investigação aqui empreendido sugere, a partir de algumas representações históricas do que os estudantes construíram ao longo de sua experiência de vida. Motivados pela linguagem musical, conseguiram lembrar e fazer algum tipo de interpretação em relação aos textos

históricos propostos durante as entrevistas. Na maioria dos casos, auxiliou os alunos partirem de questionamentos do presente, refazendo, assim, o caminho das interpretações desenvolvidas em torno dos textos, acrescentando outro e retomando o repertório de significados possíveis em torno dos temas históricos propostos pela professora após um ano.

No caso da professora, um ponto merecedor de destaque foi a dimensão temporal do saber da professora ao longo de sua história de vida e do seu desenvolvimento ao longo da sua carreira profissional. Ihe afetaram a identidade profissional, e quais as características desse saber experiencial baseado na linguagem musical.

Esse saber-fazer da professora mediado pela linguagem musical é estruturado por duas séries de condicionantes: os ligados à transmissão do conteúdo e os relacionados à gestão das interações com os alunos, como as questões da manutenção da disciplina e da motivação da turma. Portanto, o trabalho da docente no ambiente escolar consistiu em fazer essas duas séries de condicionantes convergirem, em fazê-las colaborar entre si através da linguagem musical.

A professora revelou, a partir da sua prática e da sua narrativa, grande variedade de relações que se estabelecem entre identidade pessoal e identidade profissional. A docente, nesse caso, foi o elemento central, procurando a unificação possível, sendo instigada por múltiplas contradições e ambiguidades auxiliares na construção da sua consciência musical e histórica transformadoras, já que se tornaram referencial para a prática pedagógica da educadora em sala de aula.

Em suma, a música em sala de aula é importante no processo de aprendizagem. É fundamental para a construção, em sala de aula, do conhecimento histórico revelado, principalmente quando este se encontra relacionado à própria natureza da linguagem musical, que pode ser percebida única e exclusivamente em e mediante o tempo, alimentando-se de uma memória afetiva que se transforma em uma consciência musical no presente, facilitando as narrativas, reflexões, práticas ou interpretações históricas dos alunos e da professora, auxiliando decisivamente na construção da consciência histórica dos principais sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem.

Recebido: 06/05/2012
Aprovado: 14/07/2012

O agenciamento no cativo: estudos de caso como ferramenta metodológica para o entendimento da dimensão da subjetividade nos processos decisórios numa sociedade escravista

Leonara Lacerda Delfino

Mestre em História (UFJF) e doutoranda em História (UFJF)

leonaralacerda@yahoo.com.br

RESUMO: Este artigo visa tecer algumas reflexões teóricas acerca dos processos de individuação no cativo, bem como algumas considerações sobre os elementos imperativos e subjetivos vinculados aos *processos decisórios* e à efetuação de escolhas de indivíduos escravizados e libertos. Através dos aportes teórico-metodológicos oferecidos pela *micro-história italiana*, associada à análise sociológica de Norbert Elias, este artigo procura explorar os potenciais analíticos de categorias como: *incerteza*, *racionalidade limitada*, *modelos generativos*, *maximização de ganhos*, *rede social*, *identidades*, para o entendimento dos limites e alcances do agenciamento escravo e de grupos subalternos na sociedade escravista.

PALAVRAS-CHAVE: Agenciamento escravo, Contingência histórica, Identidades de grupo.

ABSTRACT: This article aims to make some theoretical reflections about the process of individuation in captivity, as well as some considerations about the requirements and elements linked to the subjective decision-making processes and choices of individuals effecting slaves and freedmen. Through the theoretical and methodological contributions offered by Italian micro-history, coupled with the sociological analysis of Norbert Elias, this article seeks to explore the potential of analytical categories such as: uncertainty, bounded rationality, generative models, maximizing profits, social networking, identity, for understanding the limits and scope of the agency subordinate groups and slave in a slave society.

KEYWORDS: Slave agency, Historical contingency, Group identities.

“Escalas, Indícios e Singularidades”: a microanálise e o redimensionamento da experiência do cativo

Os *estudos de caso* em espaços circunscritos ou análises longitudinais de percursos individuais e de grupos vêm constituindo-se como ferramentas metodológicas cruciais para o entendimento dos processos de individuação no cativo. Deste modo, refletir sobre os mecanismos impositivos em confronto com as margens de manobras de escolhas, nos chamados momentos de tomada de decisões, ou como bem quis Giovanni Levi¹, nos “sistemas de processos decisórios”, vem se estabelecendo como caminhos provocativos na apreensão da

¹ LEVI, Giovanni. *Herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Trad. Cynthia Marques de Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 227-250.

dimensão da *incerteza*², da possibilidade e da contingência das ações históricas, antes relegadas ao segundo plano em discussões macroanalíticas, que por aceitarem categorias explicativas de antemão, não recorriam de forma construtivista ao seu objeto, nem conseguiam dar conta de processos que fugiam da regularidade, do estável, de tudo que fosse mensurável e passível de leis explicativas.

Nesse sentido, a abordagem microanalítica remete, necessariamente, ao método de *redução de escala* do objeto, para que desse modo seja possível a decodificação da experiência do vivido. Esta, tomada sempre em consonância com o sistema normativo de valores e com outros mecanismos impositivos, que dizem respeito tanto à *distribuição de recursos*³, ou seja, da posição social ocupada por um dado indivíduo na sociedade, bem como à *racionalidade limitada*⁴ que aquele dispõe, isto é, sua percepção particular de mundo, baseada numa suposta cadeia de respostas e reações encadeadas por outros agentes, com quem compartilha uma mesma teia de convívio, permeada por conflitos abertos, negociações, alianças e uma série de ambigüidades e fissuras que impedem qualquer tipo de imposição de leis regulares para o entendimento de seu funcionamento. Nessa perspectiva, o *comportamento interacional* é incisivamente colaborador na edificação de idiosincrasias dos seus atores.

Deste modo, superado o paradigma da *reificação escrava*, defendido de forma tão contundente pela *Escola de Sociologia Paulista*⁵, o desafio que se abre na historiografia da escravidão

² A noção de “incerteza” é um conceito chave na obra de Levi, tanto por devolver o estado de contingência histórica à experiência dos indivíduos, quanto por complexificar o sistema de normas numa sociedade, tido nesta análise, como um processo inacabado, protagonizado por indivíduos, não como um sistema de regras fechado, onde não há mobilidade para leituras próprias elaboradas por seus agentes. Segundo o autor era justamente o fator incerteza que impulsionava aqueles homens a buscarem estratégias capazes de fornecerem o aprimoramento da previsibilidade e do estado de segurança. Sendo assim: “Não se tratava, contudo, de uma segurança derivada da imobilidade [...] A tentativa de simplificar o mundo, de torná-lo mais previsível, que parece notável nesse episódio devia possuir alguma relação com os comportamentos que dominavam as práticas cotidianas”. Cf.: LEVI, Giovanni. *Herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*, p. 83-84. Em relação a este mesmo conceito utilizado por Levi, Rosental assevera que o resultado das ações sociais “dependem das ações paralelas, ou da reação de outras pessoas. Resulta daí uma incerteza quanto às conseqüências de todo comportamento a qual é levada em conta pelos indivíduos: ela os impede contar abstratamente com um sistema de normas para ajudá-los a prever sem ambigüidade os efeitos dos seus atos. Cf.: ROSENTAL, Paul-André. Fredrik Barth e a Microstoria. In: REVEL, Jacques. *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p. 157.

³ Sobre o conceito antropológico “distribuição de recursos”, Rosental menciona: “Cada indivíduo age em função de uma situação que lhe é própria e que depende dos recursos que ele dispõe – recursos materiais, decerto, mas também cognitivos e culturais. Cf.: ROSENTAL, Paul-André. Fredrik Barth e a Microstoria, p. 155-156.

⁴ Para G. Levi, “racionalidade limitada” consiste numa “quantidade limitada de informações [que possibilita] a utilização consciente das incoerências entre os sistemas de normas e sanções. Uma racionalidade seletiva ou limitada explica os comportamentos individuais subjetivamente desejados e aquele socialmente exigidos, entre liberdade e constrição.” LEVI, Giovanni. *Herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*, p. 46.

⁵ Anomia social e a reificação escrava foram conceitos que previam a despersonalização do indivíduo cativo, desenvolvidos por Florestan Fernandes, principal integrante da “Escola de Sociologia Paulista”, seguimento de pesquisas sobre a escravidão fundada por um grupo de sociólogos e historiadores da USP, nos anos 60, que pretendia “rever” a “história da benevolência” de Freyre. Esta tendência identificou no *materialismo histórico* seu principal fundamento de análise. Ao enfatizar a violência como elemento cerne das relações escravistas, afirmava que os escravos chegaram assumir para si, um estado de coisificação que a sociedade os impunha juridicamente. Desta

consiste em lidar com temas como: processos identitários, *sociabilidades*⁶, comunidades escravas e seus papéis políticos, bem como as múltiplas formas de agenciamento e de conflitos hierárquicos na disputa de recursos materiais e simbólicos na sociedade estratificada do *Antigo Regime nos Trópicos*⁷, que adquiriu entonações próprias de uma sociedade eminentemente escravista.

Entender o agenciamento cativo nos processos decisórios, de escolhas - sendo que essas, mesmo que restritas, fragmentadas, submetidas aos espaços nem sempre hermeticamente estabelecidos - constitui um passo inovador para o entendimento da multiplicidade de comportamentos e de *vivências escravas* numa sociedade que tinha como *constructo* do seu sistema normativo de valores, o estabelecimento de regras, deveres e obrigações recíprocas que agregavam a cada indivíduo, um papel a desempenhar e expectativas que cada um poderia ter em relação aos seus pares iguais ou a ocupantes de outras escalas sociais, com que teriam que se adequar a uma relação de mando.⁸

aceitação teriam perdido qualquer capacidade de atuação histórica, reconquistada somente com atos de rebeldia. Outros nomes importantes foram: Otávio Ianni, Roger Bastide, Fernando Henrique Cardoso e outros. Cf.: GOMES, Ângela. Questão social e historiografia no Brasil do pós-1980: notas para um debate. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 34, p. 157- 183, jul./dez. 2004.

⁶ Sobre o conceito de *sociabilidades*, conferir: AGULHON, M. *Penitent Et Frances-maçons de l'aancienne Provence*: essai sur La sociabilité marionale. Paris: Farard, 1984; _____. *El círculo burgués*: la sociabilidad em Francia, 1810-1848. Buenos Aires: Siglo Veintuno, 2009; SIMMEL, Georg. Sociabilidades - um exemplo de sociologia pura ou formal. In: MORAIS FILHO, Evaristo. (Org.). *Georg Simmel*: Sociologia. São Paulo: Ática, 1983; _____. *Sociologia*, 1: estudos sobre lãs formas de socialización. Madrid: Alianza Editorial, 1986; SOIHET, Rachel. (Org.). *Culturas políticas*: ensaios de história cultural, história política e ensino de história. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

⁷ Uma alusão à obra: FRAGOSO, J. L., GOUVÊIA, M. F. & BICLAHO, M.F. *O Antigo Regime nos trópicos*: a dinâmica imperial portuguesa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. Esta obra considera que a sociedade de Antigo Regime se baseava numa concepção corporativa de poder, em que a metáfora do corpo articulado, “naturalmente ordenado e hierarquizado por vontade divina” era utilizada como veículo para entender o funcionamento desta sociedade. Baseando-se neste modelo, o Rei, entretanto, corresponderia a *cabeça do corpo*, cuja função constituía-se na distribuição de honrarias e mercês conforme as “funções, direitos e privilégios de cada um de seus membros do Reino, podendo exercer, dessa forma a justiça em nome de um bem comum. Vale ressaltar, que a nova abordagem historiográfica, inaugurada por Charles Boxer acerca do redimensionamento da concepção de Império Português, contribuiu para a revisão do conceito do Antigo Sistema Colonial, que baseava-se na clássica oposição entre metrópole e colônia. Nessa aceção, passou-se a considerar a existência de relações mutualistas ou simbólicas entre os poderes locais e o poder central da Coroa, valorizando, portanto, o processo de periferização do poder, apesar do estabelecimento de identidade e pertença com o Império Português. Cf.: MATTOS, H. M. A escravidão moderna nos quadros do Império Português: O Antigo Regime em perspectiva atlântica. In: FRAGOSO, J. L., GOUVÊIA, M. F. & BICLAHO, M.F. *O Antigo Regime nos trópicos*: a dinâmica imperial portuguesa, p. 144.

⁸ Referimo-nos à apropriação do conceito de *economia moral* de E.P. Thompson nos estudos da escravidão, mais especificamente aqueles que se dedicaram ao redimensionamento da experiência de cativo durante o debate que se estabeleceu na década de 1980. Cf.: MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a história social da escravidão. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 8, n.16, p.143-160, mar./ago. 1988; LARA, Sílvia Hunold. *Campos da violência*. Escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro - 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; _____, Sílvia Hunold. Blowin' In The Wind: Thompson e A Experiência Negra No Brasil. *Projeto História*, São Paulo, v. 12, p. 43-56, 1995; GOMES, Ângela de Castro. Questão social e historiografia no Brasil do pós-1980: notas para um debate (Ensaio bibliográfico). *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 34, jul./dez. 2004; REIS, João José & SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito*: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Cia das Letras, 1989; MATTOS [Castro], Hebe Maria. *Das cores do silêncio*: os significados da liberdade no sudeste escravista - Brasil, século XIX. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998; CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

Deste modo, admitir a diversidade de comportamentos como norma social, equivale encarar a exigência de buscar entender as significações das experiências a partir das intenções e representações evocadas por seus próprios agentes. Em se tratando do estudo da escravidão, em que as *falas* são sempre indiretas, perpassadas pelo crivo institucional de poder, encarnada no filtro da pena do escrivão, este desafio se torna ainda mais contundente, em vista dos poucos recursos que nós, investigadores dispomos nos arquivos. Diante deste problema, quais seriam as saídas metodológicas? A utilização de depoimentos de testemunhos em processos criminais, de relatos testamentários de libertos, ou processos de devassas eclesiásticas, em que a *fala* dos depoentes, nesses casos, era transcrita sempre na primeira pessoa e a intenção do escrivão era representar uma encenação com certo tom de realismo parece nos aproximarmos desse propósito.

Esbarrando nessas limitações metodológicas é que precisamos, parafraseando J. Revel “inserir as regras do jogo na própria narrativa do jogo”⁹. Lidar com o estado de incertezas no campo da história não significa assumir somente o espaço de contingência de seus agentes, mas encarar as dificuldades metodológicas em que nos são colocadas, dialogando e nos inserindo sempre como co-partícipes do processo epistemológico de construção do conhecimento histórico.

Neste caso, o *método indutivo*, ou seja, aquele que parte sempre da realidade microscópica e cria generalizações a partir de experimentos observados, inversamente ao método dedutivo, procura elaborar suas categorias explicativas no percurso e no interior da própria análise, fazendo com que suas chaves explicativas se fundem na “própria variabilidade dos dados empíricos”¹⁰, não em categorias pré-estabelecidas e externas à natureza do objeto estudado. Nesse caso, longe de escamotear a diversidade de comportamentos observados, este método reassume o aspecto de dispersão, incongruências, ambigüidades e descontinuidades imanentes à própria realidade histórica vivenciada pelos agentes.

Uma das formas mais consistentes para se apreender a mencionada dimensão contingente da experiência histórica se dá através do que os “microhistoriadores” denominaram de *modelos generativos*, esses tributários de uma reapropriação do método da antropologia social na produção historiográfica. Elaborar *modelos generativos*¹¹ consiste em inserir conjecturas explicativas,

⁹ Cf.: REVEL Jacques. A História ao rés-do-chão. In: LEVI, Giovanni. *Herança imaterial...*, p. 7.

¹⁰ Cf.: GRIBAUDI, M. Escala, pertinência e configuração. In.: REVEL, J. (Org.). *Jogos de escalas...*, p. 138.

¹¹ Para Gribaudi, a elaboração de modelos generativos “observam-se dinâmicas complexas e aparentemente irregulares. Assume-se essa irregularidade, colocando-a no centro da análise, e constrói-se um conjunto de hipóteses sobre os mecanismos subjacentes que a geram. A partir desses, definem-se as formas e as ligações pertinentes [...] a generalizações decorrentes estão essencialmente baseadas na volta às fontes”. Cf.: GRIBAUDI, M. Escala, pertinência e configuração, p. 134.

fundamentadas num processo de exploração intensiva do corpo documental disponível, seja do indivíduo ou de uma pluralidade de destinos particulares, a fim de entender ou de reconstituir uma cadeia de causalidades, capaz de sustentar uma compreensão acerca dos mecanismos imperativos e subjetivos que levaram o sujeito a efetuar uma escolha e não outra, numa dada configuração histórica. Nessa perspectiva, a elaboração de conjecturas explicativas, através dos modelos generativos, procura “devolver” ao sujeito histórico seu estado de contingência, reposicionando-o no seu respectivo universo de possibilidades finitas, que lhe estava, circunstancialmente, ao seu alcance.

Este método, vale ressaltar, tem como prerrogativa uma postura assumida no tocante ao caráter dinâmico e inusitado da experiência histórica, quando procura salientar a relevância de se reconstituir o espaço de manobras dos sujeitos. Entender as variantes comportamentais, através de uma perspectiva interacional de agenciamento dos seus atores, equivale aplicar não só a metáfora da “teoria dos jogos”¹², onde cada escolha é acionada por meio de um cálculo prévio do potencial de respostas mobilizadas por terceiros, mas também de dispor uma nova estrutura narrativa, referente à exposição do objeto investigado. Nesse sentido, a redução de escala, acompanhada da multiplicação dos ângulos de abordagem, abre espaço para narrativas não lineares, onde há valorização das descontinuidades inerentes ao campo da experiência, bem como do estado de *incoerência do sistema de normas*, em que a assimilação e a atribuição de significados de um corpo normativo de valores não são feitas de forma direta e mecânica, mas perpassam pelo crivo singular de seus atores.

269

Não obstante, a proposta em reconstituir cadeias de causalidade em circunstâncias específicas, levando-se em conta a série de imperativos psicológicos e dos recursos heterogêneos em que eram oferecidos diversificadamente aos indivíduos, dispõe ao alcance do investigador, o universo de possibilidades de manobras individuais possível de ser reconstruído. Deste modo, as hipóteses elaboradas a partir da observação intensiva dos possíveis comportamentos e escolhas proferidas pelos agentes, fazem da microanálise um procedimento prático de investigação, que prima, sobretudo pelo seu aspecto experimental e pela capacidade de colocar seus modelos explicativos à prova, ou seja, a serviço da *empíria*.

No item que segue procuramos analisar o fator das racionalidades individuais para o entendimento dos processos decisórios. A partir de uma perspectiva interacional dessas escolhas

¹² Sobre a “teoria dos jogos”, menciona Rosental: “Ela faz do indivíduo um ator, ou mais precisamente, ela o percebe no momento de efetuar uma escolha, de tomar uma decisão. Esta depende não apenas de seus recursos e das suas obrigações, mas também da sua previsão (em estado de incerteza) das ações ou das reações paralelas dos outros atores. Os comportamentos individuais não são mecanicamente determinados: eles refletem o uso que cada um faz da margem de manobra de que dispõe numa situação dada, do seu universo dos possíveis”. Cf.: ROSENTAL, Paul-André. Fredrik Barth e a Microstória, p. 159.

e decisões, procuramos inserir nesta análise, algumas reflexões sobre o processo de individualização dos agentes no corpo da sociedade, tomando por base os estudos sociológicos de Norbert Elias. Considerando que toda atuação individual é subjetiva e social ao mesmo tempo. Subjetiva, porque marcada pela percepção de mundo e leitura de experiências própria a cada ator histórico. Social, porque é desenvolvida na rede interacional compartilhada com outros agentes, procuramos entender os processos de tomada de decisões efetuados por indivíduos imersos numa cadeia sucessiva de dependências.

“A sociedade dos indivíduos”: o papel das redes sociais no processo de construção identitária coletiva e singular dos atores históricos

Norbert Elias, ao refletir sobre como se dava a relação entre *indivíduos* e *sociedade* e como a coesão de grupos incidia nas decisões tomadas pelos indivíduos, oferece algumas respostas explicativas para entendermos o processo de agenciamento dos atores sociais. Para o primeiro ponto, o teórico responde que não há oposição entre indivíduo e sociedade e a composição desta última não se dá como simples soma de indivíduos isolados. Sendo assim, a subjetividade é construída na inter-relação com outros agentes. E as respostas ou ações individuais são sempre constituídas na reciprocidade das relações. Em trecho da obra *A sociedade dos indivíduos* o autor menciona que o “indivíduo é ao mesmo tempo, moeda e matriz”¹³, deste modo, cada “eu está irrevogavelmente inserido num nós”¹⁴.

Este raciocínio nos auxilia a indagar sobre como se dava os processos de individuação no cativo, quais os alcances e os limites do agente, enquanto indivíduo inserido numa situação de subjuogo. A subjetividade do cativo pode ser pensada como construção articulada entre a estrutura *sui generis* de personalidade do agente - isto é, a forma singularizada com que cada ator respondia aos problemas vivenciados, de acordo com espaços bem estabelecidos, impostos por sua posição social ocupada – e a experiência de grupo, construída a partir de valores, memórias e expectativas compartilhadas com seus pares de convívio. Como as identidades eram definidas a partir de reorganizações étnicas, conflitos intra e inter grupais, alianças horizontais e verticais, práticas associativas, vivências religiosas e outros espaços de re-significação cultural, o desmembramento de significados da multiplicidade de experiências, apresenta-se com grande potencial analítico para compreendermos o multifacetado processo de construção identitária, que perpassava por uma dinâmica interacional em que diferentes círculos de sociabilidades intercediam, necessariamente, no espaço de escolhas e de decisões daquele indivíduo. Isso sem escamotear que a posição ocupada e o papel de poder representado por aquele, podem,

¹³ Cf.: ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1994, p. 52.

¹⁴ Cf.: _____. *A sociedade dos indivíduos*, p. 57.

evidentemente, oferecer níveis de manobras diferenciados, dependendo também da disponibilidade de recursos materiais, hierárquicos e habilidade pessoal, podendo garantir ou não, respostas bem sucedidas nas tramas e desafios em que lhes eram colocados.

Pensando no processo de estratificação do cativo e nos níveis distintos de poder em que o cativo poderia assumir naquele espaço, podemos considerar que o primeiro indício de aquisição de capital simbólico e vantagens auferidas no campo de possibilidades materiais poderia estar na sua capacidade de tecer alianças com seus superiores, assegurando assim, maior diferenciação frente aos seus pares. Não obstante, a aquisição de prestígio de se manter numa confraria ou mais que isso, alcançar e preservar um cargo de poder na *Mesa Diretora* ou assumir um cargo de elevado peso simbólico, como o de rei ou rainha durante o reisado, significava não só assumir insígnias de diferenciação perante a comunidade de escravos, mas, sobretudo, a capacidade de sustentar um posto de elevação, sem que com isso pudesse solapar a aliança com seus pares. Deste modo, a hierarquização de poder no cativo não excluía o processo de coesão grupal e o reconhecimento mútuo da existência de níveis distintos de poder na senzala.

Com isso consideramos que a experiência de decisão individual - numa sociedade altamente estratificada como a de *Antigo Regime nos Trópicos*, nunca se processava de forma isolada ou alheia ao grupo. Ou melhor, o espaço de escolhas subjetivas perpassava, necessariamente, pelo código comum que regia o comportamento coletivo do grupo, possibilitando, dessa forma, uma cadeia interacional de sociabilidades, que direcionava, mas não determinava, de forma fechada, caminhos possíveis para o estabelecimento da tomada de decisões e escolhas dos agentes.

Norbert Elias entende essa teia interacional, entre indivíduos e grupos como uma *rede* ou *complexo funcional*, onde as funções desempenhadas pelos agentes em interação são interdependentes e suas determinações não completamente definidas, constituindo uma espécie de estrutura elástica e flexível, em que o espaço de manobras para as decisões individuais se entrelaça com os feixes pré-condicionados. Para o teórico:

A ordem invisível dessa forma de vida em comum, que não pode ser diretamente percebida, oferece ao indivíduo uma gama mais ou menos restrita de funções e modos de comportamentos possíveis. Por nascimento ele está inserido num complexo funcional ou estrutura bem definida, deve conformar-se a ele, moldar-se de acordo com ele e talvez, desenvolver-se mais, com base nele.¹⁵

Nesse sentido, de acordo com este *complexo funcional* há uma rede de funções interdependentes, em que cada ação social tomada pelo indivíduo está relacionada a uma cadeia de funções desempenhadas por terceiros. Deste modo, é esclarecedor outro trecho, em que o autor menciona:

¹⁵ Cf.: ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*, p. 21.

Em virtude dessa inerradicável interdependência das funções individuais, os atos de muitos indivíduos distintos [...] precisam vincular-se ininterruptamente, formando longas cadeias de atos para que as ações de cada indivíduo cumpram suas finalidades. Assim cada pessoa singular está presa por viver em permanente dependência funcional de outras, ela é um elo nas cadeias que ligam outras pessoas, assim como todas as demais, direta ou indiretamente são elos nas cadeias que as prendem.¹⁶

Como resultante desse processo de interação contínua de relacionamentos, Elias designou como *fenômeno reticular*, a capacidade dos agentes de se definirem a partir da referência externa dos outros, ou melhor, através da relação mútua entre o *eu* o *outro*, durante o processo de construção da identidade subjetiva.¹⁷ Este conceito será fundamental para o entendimento da formação de identidades de grupos desenvolvida na obra *Os Estabelecidos e os Outsiders*.¹⁸ Para o autor, a formação do processo identitário depende, efetivamente, do que foi por ele designado por *carisma grupal*, considerado elemento *sine qua non* para assegurar o sentimento de pertença coletiva e, conseqüentemente, conferir afirmação de superioridade do grupo em relação aos demais. A sustentação desta experiência de sociabilidade, denominada por carisma grupal, assentava-se, sobretudo, no elevado nível de coesão de normas comuns, práticas, símbolos e rituais compartilhados, capazes de estabelecer uma forte consciência de pertença, sempre em interface e oposição a outro(s) grupo(s).

Deste modo, a identidade construída pelo grupo estabelecido firma-se no processo de desintegração e desmobilização do *outro*, pela arma com que aquele dispunha de ‘estrangeirizar’, acentuando ainda mais o nível de estranhamento do *outsider*. Essas noções de *establishment* e *carisma grupal*, enquanto vetores de construção de identidades de grupos, foram fundamentais para o embasamento do leque de discussões que se estabeleceu em torno dos processos identitários de africanos e afrodescendentes no contexto da diáspora-atlântica. Sendo assim, temas como a família escrava, as redes de compadrio, as revoltas cativas, os agrupamentos quilombolas e irmandades em torno de devoções negras funcionam como “termômetros” cruciais para a verificação do nível de coesão e dissensão étnica na senzala. A questão basilar era: houve formação de comunidades na senzala capazes de gestar identidades culturais próprias ou a condição de cativo e as disputas por recursos suprimia essa possibilidade, fazendo da dissensão uma regra das relações no quadro multiétnico da escravidão?

Inaugurando um diálogo fecundo de Norbert Elias com a historiografia da escravidão, Florentino e Góes consideram que a escravidão assentava-se numa “contínua produção social do

¹⁶ Cf.: ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*, p. 23.

¹⁷ Cf.: _____. *A sociedade dos indivíduos*, p. 31.

¹⁸ Cf.: _____. & SCOTSON, J. *Os Estabelecidos e os Outsiders*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

estrangeiro”¹⁹, em função do movimento maciço de entrada de africanos gerado pelo tráfico transatlântico. Era justamente este movimento responsável pela fronteirização de grupos entre *estabelecidos* (crioulos e africanos ladinos) e *outsiders* (estrangeiros cativos, recém-chegados), sendo que estes procuravam ultrapassar seu estado de estrangeiros-capturados para tornarem-se, efetivamente, escravos integrados, processo este que se estabelecia no decorrer das relações de socialização em que estariam submetidos no cativo. Para os autores, o *estado de guerra* generalizado estabelecido no cativo, por conta da pressão do tráfico e constante desequilíbrio e estranhamento provocado pela multiplicidade étnica de estrangeiros, obrigava a senzala a buscar mecanismos compensatórios, baseados na criação e recriação de laços comunitários, propiciando condições minimamente suportáveis de convivência. Mas isso acontecia prioritariamente pela busca de seu *igual*, seletividade esta que pode ser observada na reprodução da prática endogâmica por origem nos casamentos escravos. Para os autores, a constituição de um “nós” – viabilizado pelos laços comunitários e a recusa do outro provocado pela reprodução recorrente do dessemelhante estrangeiro – constituíam duas faces do mesmo fenômeno.

Numa outra frente de abordagem, Slenes se opõe quanto à existência de um estado de guerra latente, inerente à comunidade escrava, como também ao direcionamento político tomado pelas organizações familiares, mencionados pelos autores. Deste modo, o potencial de sociabilidade alcançado pelos vínculos comunitários seria maior que o estado de dissensão, ao promover e sustentar identidades de grupos, que não estariam, a seu ver, em frontal oposição uns com os outros. Em se tratando de procedências étnicas de origem *banto*, esses grupos poderiam identificar elementos comuns, capazes de explicar a estrutura de uma gramática profunda subjacente à multiplicidade etno-linguística cultural. Nesse sentido, as *heranças africanas*, de tronco cultural comum, fundariam as *esperanças e recordações* das experiências escravas do lado oposto do Atlântico.²⁰

Outro posicionamento neste debate será tomado por Hebe Mattos, que considera que a gestação de relações comunitárias no cativo não foi capaz de sustentar uma identidade cultural ampla generalizada, nos termos apresentados por Slenes, como a *Proto-nação Banto* no sudeste. A disputa maciça por recursos incitava o permanente conflito e, conseqüentemente, o processo de estratificação social na senzala. Aqueles privilegiados na inserção dos processos de socialização – como a família consanguínea ou a adesão em uma irmandade religiosa, por exemplo – estariam

¹⁹ Cf.: FLORENTINO, M. & GÓES J. R. *A paz das senzalas: Famílias escravas e tráfico atlântico*, Rio de Janeiro, c. 1790 - c. 1850. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1997, p. 36.

²⁰ Cf.: SLENES, Robert. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações da família escrava*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

mais próximos, culturalmente falando, dos valores e concepções de vida do *mundo dos livres*, afastando-se, portanto, de seus pressupostos culturais antecedentes à travessia.²¹

Aprofundando o nível do debate, quanto às possibilidades de emergência de vínculos comunitários no interior do cativo, Carlos Engemann considera que esse processo foi possível somente nas grandes unidades escravistas. Nesse sentido, o ato de compartilhar o mesmo espaço, acompanhado de uma temporalidade contínua de convivência foram tidos como fatores cruciais para a gestação de regras, valores, códigos de condutas comportamentais capazes de assentar uma identidade de grupo no tempo.²²

Outros estudos focados em espaços de sociabilidade, como as relações compadrescas²³ e a filiação de escravos e libertos nas irmandades²⁴, demonstram como os vínculos comunitários poderiam ultrapassar, efetivamente, as fronteiras da unidade, assentando, dessa forma, alianças identitárias não subordinadas ou ditadas pelo tamanho e pelo espaço restrito da escravaria. O espaço de sociabilidades, gestado no interior das irmandades negras, é o exemplo mais esclarecedor de como a dinâmica interacional de grupo apresentava potencial de ultrapassar, efetivamente, as fronteiras da unidade, sem que com isso, pudesse agregar projetos de ruptura ou desmontagem da instituição escravista. Em muitas ocasiões, seus estatutos de regimento se posicionaram frente ao que poderia ser definido como *cativo justo* ou *injusto*.

²¹ Cf.: MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil, século XIX*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

²² Cf.: ENGEMANN, C. *De laços e de nós*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

²³ Sobre a sociabilidade do compadrio no cativo ver: GUEDEMAN, S. & SCHWARTZ, S. Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII. In: REIS, João José (org.), *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*, São Paulo: Brasiliense, Brasília CNPq, 1988; KJFERVE, Tânia Maria G. & BRUGGUER, Silvia Maria. Compadrio: relação social e libertação espiritual em sociedades escravistas (Campos, 1754-1766). *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro: Cadernos Cândido Mendes, n. 20, 1991; SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001; _____. *Segredos internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005; GUEDES, Roberto. *Na pia batismal família e compadrio entre escravos na freguesia de São José do Rio de Janeiro (primeira metade do século XIX)*. 2000. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói.; RIOS, Ana Maria Lugão. *Família e transição (Famílias negras em Paraíba do Sul, 1889-1920)*. 1990. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói.

²⁴ Sobre as irmandades negras ver: AGUIAR, M. M. *Vila Rica dos Confrades: a sociabilidade confrarial entre negros e mulatos no século XVIII*. 1993. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo: Universidade de São Paulo. _____. *Negras Minas Gerais: uma história da diáspora africana no Brasil Colonial*. 1999. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo.; BORGES, C.M. *Escravos e Libertos nas Irmandades do Rosário: Devoção e solidariedade em Minas Gerais, séculos XVIII e XIX*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005; OLIVEIRA, A. *Devoção negra: santos pretos e catequese no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Quartet\FAPERJ, 2008; QUINTÃO, A. A. *Lá vem meu parente: as irmandades de pretos e pardos no Rio de Janeiro e Pernambuco*. 1997. Tese. (Doutorado em História). Universidade de São Paulo.; REIS, J.J. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Cia das Letras, 1991; SCARANO, J. *Devoção e Escravidão: A Irmandade de N. Sra do Rosário dos Homens Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII*. São Paulo: Nacional, 1976. (Coleção Brasileira, 357).; SOARES, M. *Devotos da cor: Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

Em termos gerais, o escravo precisava da *licença* do senhor para que pudesse filiar-se à agremiação, por sua vez, seu senhor, uma vez autorizado seu ingresso, não poderia inibir sua participação nas atividades confrariais. Caso o escravo ocupasse algum cargo administrativo, o senhor ainda não poderia coibi-lo de se dedicar a uma vida intensa na confraria, que lhe exigiria a participação efetiva em reuniões e compromisso assíduo na organização da festa do santo padroeiro, bem como nas práticas de caridade com os irmãos necessitados, etc. Em casos em que essas normas costumeiras – não só de âmbito interno da irmandade, mas também de foro íntimo e cotidiano da vida do confrade cativo – fossem rompidas, burladas ou violadas, era possível que a irmandade intercedesse em favor de seu filho, seja através do patrocínio coletivo de sua alforria, ou até mesmo por meio de *Petições de Resgate de Irmãos Cativos* enviados à Coroa, baseado no privilégio real que questionava a autoridade do “mau-senhor”, colocando-lhe empecilhos para que vendesse seu cativo confrade para fora dos limites de sua comunidade. Tudo isso serviria de base para o fortalecimento ideológico do que poderia ser definido como cativo legítimo.

Vale ressaltar que a Irmandade de N. Sra. do Rosário teve sua origem vinculada ao combate de heresias modernas, por isso obteve uma propagação tão forte no projeto expansionista do Império Português. Divulgada pela ordem dominicana e por jesuítas, sua devoção atingiu pontos estratégicos dos três continentes – América portuguesa, África e Europa. Destacando o contato prévio em que os povos *bantos* tiveram com o catolicismo, antes mesmo da travessia, John Thornton²⁵ afirma ter se estabelecido no Reino do Congo, o que ele denominou por *catolicismo africano*, ou seja, uma nova experiência religiosa resultante de uma combinação de mitos, ritos e valores, justamente por ter havido estruturas comunicativas, dialógicas e pontos comuns entre os dois sistemas culturais de crenças. Por isso é que podemos considerar o espaço das Irmandades do Rosário, como um *locus* privilegiado para a negociação de símbolos e códigos culturais, bem como para a reorganização cultural de várias procedências étnicas, podendo ou não ser capaz de elaborar um denominador comum de entendimento, propiciador de aceitação recíproca das diferenças entre os membros, como postulou Slenes.

Deste modo, para entendermos o processo de construção de identidades de grupo, a partir da experiência da diáspora-atlântica, fecundo tem sido o diálogo da historiografia da escravidão com o conceito de *identidade cultural* proposto pelo antropólogo norueguês F. Barth, que a meu ver, traz paralelos com a leitura de Norbert Elias, ao enfatizar o aspecto contrastivo e interacional no processo de definição do grupo. Para o teórico, a forma como os agentes se autodefinem e são definidos pelo “olhar” externo dos *outros* é um traço marcante para a

²⁵ THORNTON, J.K. *A África e os africanos na formação do mundo Atlântico – 1400 a 1800*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

fronteirização de grupos étnicos, numa sociedade culturalmente diversificada. Sendo assim, não há uma circulação cultural indiscriminada e sim a constituição de regras e prescrições próprias que governam as situações de contato, permitindo, portanto, a interação em alguns setores e a interdição em outros. Essas regras são vetores relevantes para assegurar, de certa forma, algum nível de estabilidade no processo de fronteirização. Deste modo, a incorporação do que podemos entender como *outsiders* pelo *grupo estabelecido* pode ser entendida a partir da disponibilidade do primeiro em assumir as regras de adesão propostas pelo segundo. Consoante Barth: “a existência de critérios para a determinação do pertencimento” está subordinada ao “compartilhamento de critérios de avaliação e julgamento” do estrangeiro.²⁶

Deste modo, regras de pertencimento e exclusão foram observadas em *Compromissos* (estatutos que regiam as confrarias) em associações como a Irmandade de N. Sra dos Remédios na Igreja de Santa Ifigênia do Rio de Janeiro, no século XIX, que previa a admissão somente de *pretos-minas*. Assim como na *Venerável Ordem Terceira do Rosário de N. Sra das Portas do Carmo* da cidade de Salvador, que apresentou como critério de admissão, o acesso exclusivo de angolanos.²⁷ Outra forma de analisar as clivagens étnicas no interior das irmandades que, a primeira vista, não apresentaram critérios étnicos de seletividade de adesão, é através da análise da distribuição de cargos de poder da *Mesa Diretora*, bem como a formação de devoções internas, conhecidas como *Irmandades de Altar Lateral*, que por não possuir um espaço religioso próprio, se submetiam às regras e condições impostas pela agremiação principal. Segundo Oliveira, a distribuição das devoções entre diferentes grupos no interior da irmandade consiste num método eficaz para apreendermos o processo de fronteirização cultural estabelecido no interior da confraria.²⁸

276

Considerações Finais:

Traçar paralelos entre a *microhistória italiana* com a sociologia de Norbert Elias, no que diz respeito à forma de pensar as relações entre indivíduo-sociedade, contingência-imperativos sociais, agenciamento individual-redes sociais, nos possibilita o amadurecimento analítico referente aos fatores, que somados, pesam na realização de escolhas e tomada de decisões dos indivíduos. Levando-se em consideração que o teórico alemão desenvolveu essa discussão com no mínimo 30 anos de antecedência em relação ao grupo heterogêneo de pesquisadores italianos, mais preocupados com procedimentos metodológicos práticos do que com matrizes teóricas propriamente, vale ressaltar que o primeiro foi pioneiro em perceber um indivíduo menos

²⁶ BARTH, F. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Tomke Lask (Org.). Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000, p. 34.

²⁷ Cf.: SOARES, M. *Devotos da cor*. Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII; REIS, J.J. *A morte é uma festa*: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX.

²⁸ Cf.: LIVEIRA, A. *Devoção negra*: santos pretos e catequese no Brasil Colonial. Rio de Janeiro.

imóvel, de forma mais elástica no seu potencial de decisões e de atuação numa sociedade. Nesse sentido, acreditamos ser possível tecer aproximações conceituais entre ambos os seguimentos, principalmente no que se refere ao conceito de *rede social* ou *complexo funcional* com forte relevância do fator interacional, tão presente no primado da microhistória, personificada na metáfora da “teoria dos jogos”.

Recebido: 23/09/2011
Aprovado: 26/01/2012

Trabalho e combate à vadiagem: representações da mão-de-obra nos discursos dos periódicos de São João del-Rei (1871-1888)¹

Flávio Raimundo Giarola

Mestre em História (UFJS) e Doutorando em História (UFMG)

flaviogiarola@yahoo.com.br

RESUMO: O artigo tem como proposta entender as representações em torno de nacionais, negros e imigrantes, decorrentes de uma mudança da visão do trabalho no Brasil a partir de meados do século XIX. Para isso, utilizamos como fonte a imprensa da cidade de São João del-Rei, buscando demonstrar como as representações em torno das alternativas de mão de obra no período de crise do escravismo tenderam a valorizar os imigrantes de origem europeia como trabalhadores natos, enquanto negros e nacionais foram tidos como vadios. Por conta disto, os periódicos passaram a exigir que o combate à vadiagem fosse política prioritária dos governos provincial e imperial.

PALAVRAS-CHAVE: Mão de obra, Vadiagem, Representações.

ABSTRACT: The article aims to understand the representations about national peoples, immigrants and blacks, arising of a change of vision of labor in Brazil since the mid-nineteenth century. For this, we used as source the press in Sao Joao del Rei city, to demonstrate how the representations about the alternatives of manpower, in the slavery final period in Brazil, valorized the European immigrants as native workers, in the same time which blacks and national peoples were identified as vagrants. Because of this, the journals started demanding that the fight against vagrancy was a priority policy of the provincial and imperial governments.

KEYWORDS: Manpower, Vagrancy, Representations.

Repressão à ociosidade e a visão do trabalho no ocaso do Império

Por volta de meados do século XIX, a visão que se tinha diante do trabalho no Brasil começou a ser alterada, em grande parte, devido às transformações que anunciavam o fim do escravismo no país, como a interrupção do tráfico negreiro (1850), a Lei do Ventre Livre (1871), entre outros. De acordo com Sidney Chalhoub, a transição do trabalho escravo para o trabalho livre colocou as elites da época diante da necessidade premente de realizar reajustes no seu universo mental, de adequar sua visão de mundo às transformações socioeconômicas que estavam em andamento.² Deste modo, o trabalho, sobretudo o manual, que até então era tido como repulsivo por ser ligado ao escravo, começou a ser mais bem visto entre estas elites, que

¹Artigo resultante de pesquisa intitulada “As representações da mão de obra: escravos, imigrantes e trabalhadores nacionais nos discursos dos políticos sanjoanenses (1871-1889)”, desenvolvida durante o mestrado em História pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), sob a orientação do professor Dr. Danilo José Zioni Ferretti, com bolsa CAPES/Reuni.

² CHALHOUB, Sidney. Vadios e Barões no Ocaso do Império: O debate sobre a repressão da ociosidade na câmara dos deputados em 1888. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, vol. IX, nºs 1 e 2, p. 53, jul./dez. 1983.

precisavam de novos aparatos discursivos para manter o controle sobre a mão de obra no regime de trabalho livre.

Márcia Regina C. Naxara chama a atenção para a relação entre trabalho, progresso e civilização que se torna patente em fins do século XIX, aparecendo o primeiro como condição para que houvesse os outros dois. Com isso, o Brasil, visto pelos olhos das elites e dos estrangeiros que aqui estiveram, foi interpretado como um lugar onde o potencial de trabalho e o consequente aproveitamento dos recursos naturais mantinham-se à margem do processo produtivo, entretendo o desenvolvimento material da sociedade e, portanto, dificultando a marcha para o progresso e a civilização.³

A autora afirma também que, no período de crise do sistema escravista, ocorreu uma desqualificação do brasileiro pobre que serviu para que houvesse a valorização do imigrante e para a justificação de uma determinada política de imigração impregnada de preconceitos, definida ou resultante de uma tensão permanente, provocada não só pelo processo que levou à escolha do branco europeu, mas também pela preocupação de como controlar e submeter a um trabalho árduo, contínuo e disciplinado, amplas parcelas da população, fosse ela imigrante, nacional, branca, mestiça ou negra.⁴

Apesar da preferência pelo imigrante europeu como substituto do trabalho escravo, os políticos e intelectuais do Império defendiam o estabelecimento de medidas que obrigassem os egressos do cativo ao trabalho. Esta perspectiva era tida como uma forma de evitar que os libertos comprometessem a ordem, já que estavam, segundo a visão das elites, despreparados para a vida em sociedade. Deste modo, pretendia-se reprimir os seus vícios, trazidos de seu estado anterior, que seriam vencidos através da educação, que buscava criar o hábito do trabalho por meio da repressão e da obrigatoriedade.⁵

Por outro lado, de acordo com Peter Eisenberg, os entusiastas do trabalhador livre nacional no Congresso Agrícola do Rio de Janeiro em 1878 consideravam que ele poderia ser um importante fornecedor de mão-de-obra. Afirmavam que estes viviam na ociosidade, estando desempregados ou subempregados, e por isso podiam ser melhor aproveitados pela grande

³ NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Estrangeiro em sua própria terra: Representações do brasileiro (1870/1920)*. São Paulo: Annablume, 1998, p.48.

⁴ _____. *Estrangeiro em sua própria terra...*, p. 49.

⁵ CHALHOUB, Sidney. *Vadios e Barões no Ocaso do Império...*, p. 56.

lavoura.⁶ Apesar da concordância a respeito da ociosidade do trabalhador livre nacional, os congressistas discordaram quanto às causas e curas dessa inatividade:

As causas foram encaradas como falta de repressão, politicagem e ausência de incentivos positivos. Quem identificava a ociosidade como resultado da falta de repressão apelou para a “correção e polícia que moralize e sujeite ao trabalho a classe jornaleira”. Muita gente pediu uma maior repressão da vagabundagem, “uma boa lei de locação de serviços” e “sumaríssimo processo” [...].⁷

Com o intuito de controle e “direção previdente” da força de trabalho, a Câmara de Deputados, em dezembro de 1878, aprovou uma nova lei de locação de serviços. Maria Lúcia Lamounier afirma que o texto era extenso e minucioso, regulamentando os contratos efetivados especificamente na agricultura, com trabalhadores nacionais, libertos e estrangeiros, nas mais distintas condições dos sistemas de parceria agrícola e pecuária e locação dos serviços⁸:

Cuidando principalmente das garantias necessárias para o cumprimento dos contratos, a nova lei de locação de serviços previa com acuidade as faltas e negligências dos contratantes e dispunha detalhadamente do processo e das penalidades competentes.⁹

Com relação aos trabalhadores nacionais livres, costumeiramente taxados de indolentes e vadios, a lei tinha o intuito de restringir a limites definidos e previsíveis as relações de trabalho, oferecendo aos fazendeiros de café e proprietários de engenhos as garantias necessárias para o uso de seus serviços e o cumprimento dos contratos.

A diferença dos prazos dos contratos para os nacionais e para os estrangeiros e os artigos referentes à renovação dos contratos, também diferentes para uns e outros, indicam as condições que eram reservadas para o trabalhador nacional: a obrigação de contratar os seus serviços por seis anos – período mínimo, já que a renovação poderia ser requerida sem a expressa vontade do contratado – e penas de prisão para aqueles que não cumprissem as obrigações ajustadas.¹⁰

Ao analisar os debates no parlamento com relação à repressão à ociosidade, Sidney Chalhoub percebe a procura por uma justificativa ideológica para o trabalho, ou seja, de razões que pudessem justificar a sua obrigatoriedade para as classes menos favorecidas da estrutura social. Com isso, nota-se uma mudança de perspectiva com relação à imagem do trabalho na mentalidade da elite imperial, pelo menos ao nível dos discursos. Se antes o trabalho braçal era indigno, por se relacionar ao escravo, agora ele era representado como o elemento ordenador da

⁶ EISENBERG, Peter. *Homens Esquecidos: Escravos e trabalhadores livres no Brasil – Séc. XVIII e XIX*. Campinas: Editora da Unicamp, 1989, p.144.

⁷ EISENBERG, Peter. *Homens Esquecidos...*, p. 145.

⁸ LAMOUNIER, Maria Lúcia. *Da escravidão ao trabalho livre* (A lei de locação de serviços de 1879). Campinas: Papirus, 1988, p.09.

⁹ _____. *Da escravidão ao trabalho livre...*, p. 09.

¹⁰ _____. *Da escravidão ao trabalho livre...*, p. 127.

sociedade: “O cidadão, portanto, está permanentemente endividado com a sociedade e deve retribuir o que dela recebe com o seu trabalho”¹¹.

Outro ponto fundamental, para Chalhoub, é a relação que se estabelece entre trabalho e moralidade. Segundo o autor, uma das justificativas ideológicas do projeto de repressão à vadiagem de 1888 - elaborado pelo Ministro da Justiça, Ferreira Viana, e apreciado pela *Câmara dos Deputados* em julho – era a intenção de moralizar o indivíduo pelo trabalho. Seria preciso inculcar nos cidadãos o hábito do trabalho, única forma de regenerar a sociedade, protegendo-a dos efeitos nocivos trazidos por centenas de milhares de libertos.¹²

Assim sendo, o trabalho ganha aspectos positivos a partir do momento em que a abolição torna-se iminente e a introdução de imigrantes passa a ser viável:

Por um lado, esse problema tinha seu aspecto prático que se traduzia na tentativa de propor medidas que obrigassem o indivíduo ao trabalho. Por outro lado, era preciso também um esforço de revisão de conceitos, de construção de valores que iriam constituir uma nova ética do trabalho. [...] o conceito de trabalho precisava se despir do seu caráter aviltante e degradador característico de uma sociedade escravista, assumindo uma roupagem nova que lhe desse um valor positivo, tornando-se então o elemento fundamental para a implantação de uma ordem burguesa no Brasil.¹³

Nesse contexto, o imigrante passa, portanto, a representar o símbolo do trabalho ordeiro e pacífico, disciplinado pelas transformações sofridas na Europa após a Revolução Industrial.

Dito isto, investigaremos nos parágrafos que se seguem como se deu esse debate na cidade de São João del-Rei. Nossa intenção é identificar a introdução dessas ideias de positividade do trabalho e combate à vadiagem na cidade e a forma como elas contribuíram para a formação de diferentes representações em torno de negros, imigrantes e nacionais livres, principalmente a partir da década de 1880. Acreditamos que a análise em particular deste município pode ser esclarecedora da popularização e penetração destas ideias pelo interior de Minas Gerais. Desta forma, representações externas a esta sociedade, forjadas, sobretudo, em São Paulo e na Corte, eram interiorizadas pela elite sanjoanense e divulgadas pela imprensa na forma de constatação óbvia.

Dos males da “vagabundagem”: a representação do nacional vadio

A imagem do trabalhador nacional - indivíduos pobres, em sua maioria, de origem mestiça e que, quando não eram agregados nas fazendas, exerciam trabalhos com vista à sua

¹¹ CHALHOUB, Sidney. *Vadios e Barões no Ocaso do Império...*, p. 58.

¹² CHALHOUB, Sidney. *Vadios e Barões no Ocaso do Império...*, p. 58.

¹³ _____. *Trabalho, Lar e Botequim: O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001, p.65.

subsistência – era constantemente relacionada, na imprensa de São João del-Rei, à vagabundagem. No entanto, nenhum periódico preocupou-se tanto com a repressão aos ociosos como a *Gazeta Mineira*, impresso que teve como seus redatores João Salustiano Moreira Mourão e Francisco de Paula Moreira Mourão e que se identificava como órgão isento dos conflitos partidários, apesar da afiliação de seus redatores ao partido conservador. O tema tinha tanta importância para este jornal que, em 1884, publicou uma série de artigos que apresentavam os males da vadiagem, buscava suas origens e, por fim, expunha soluções.

O periódico justificava a sua insistência na crítica à vadiagem dizendo que seria direito dos que trabalham exigirem que não haja vagabundos, visto que estes, não podendo deixar de consumir, participavam dos capitais e benefícios sociais, sem para eles contribuírem com recursos morais, intelectuais, de capital ou de trabalho.

Há pois na parte da sociedade que trabalha o *direito* de exigência à entrada no caminho do labor da outra parte parasitária. É em virtude desse indestrutível direito, resultando ainda da solidariedade social, que solicitamos da sociedade e dos indivíduos laboriosos, assim como dos poderes públicos, as mais severas medidas para a cessação da vagabundagem em nosso país.¹⁴

Na edição de 07 de agosto de 1884, a *Gazeta Mineira* dava início à publicação de diversos escritos com o título sugestivo: “Organização Moral e Econômica do Trabalho”. O primeiro tema a ser tratado era a vadiagem e logo no primeiro parágrafo já se lia o seguinte:

A vagabundagem é sempre um fenômeno geral e característico dos países mal constituídos. Ao contrário, numa sociedade bem organizada, ela é um fato bastante anormal: é como um espinho num organismo são, trazendo supurações locais e mal-estar geral. Por isso os povos laboriosos, sóbrios e econômicos não a podem tolerar em seu seio. Entre nós, porém, a vagabundagem é doença crônica que tem penetrado fundo no organismo imperfeito e enfermo do país, ora identificando-se com sua economia, ora provocando nesta, singulares atrofiações ou ameaçando-a com desastrosas congestões.¹⁵

O impresso vê, portanto, o Brasil como uma sociedade mal organizada e, por isso, sujeita aos males da vagabundagem. Por outro lado, os povos laboriosos, aos quais o jornal se refere, devem ser os países europeus com a inclusão, talvez, dos Estados Unidos. Nestes últimos, as ações correcionais da polícia local ou leis severas dirigidas contra os vadios seriam suficientes para acabar com essa “doença social”. No Brasil, no entanto, a questão era mais complexa, já que nele a vadiagem é “uma lepra que tem, como o escravismo, donde em grande parte deriva, contaminado o organismo nacional inteiro”¹⁶. Assim, dever-se-ia inquirir a respeito das

¹⁴ *Gazeta Mineira*, São João del-Rei, ano I, n. 45, p. 2, 01 de setembro de 1884. Todas as fontes citadas neste artigo encontram-se no Arquivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) de São João Del-Rei.

¹⁵ *Gazeta Mineira*, São João del-Rei, ano I, n. 41, p. 1, 07 de agosto de 1884.

¹⁶ *Gazeta Mineira*, São João del-Rei, ano I, n. 41, p. 1, 07 de agosto de 1884.

manifestações da vagabundagem, de sua natureza e de suas verdadeiras causas e efeitos, para que se pudesse aplicar os remédios adequados à realidade do país.

A *Gazeta Mineira* explicava também que havia duas causas principais para a vagabundagem: uma social ou do meio, outra individual ou íntima. A primeira era a que ocorria com os países europeus naquele período, onde o número excessivo da população não permitia a total inserção dos indivíduos no mercado de trabalho. “É óbvio que, faltando trabalho não poderá o indivíduo trabalhar... Isso é um fato social que acarreta o pauperismo e a vagabundagem”.¹⁷ Seria, de acordo com o impresso, o grande impulsionador da imigração em massa de países como a Irlanda.

Fica evidente que o autor do artigo pretende amenizar as possíveis ocorrências de vadiagem nos países europeus e nas populações imigrantes. O imigrante migra porque quer trabalhar, não porque é vadio. Devemos ressaltar que a *Gazeta Mineira* foi umas das maiores defensoras da causa imigrantista na cidade. Voltaremos a este assunto no item 5 deste artigo, quando trataremos da idealização dos imigrantes enquanto trabalhador nato.

Já no Brasil, a vagabundagem seria um fato individual, “pois não há neste país, do mesmo modo que na Europa, falta de trabalho”¹⁸. Apesar disso, o periódico faz referência à má constituição agrária e econômica do país, à exiguidade de sua indústria, às desastrosas condições políticas, à lassidão dos costumes, à fraqueza das leis e à imprestabilidade da maioria de seus executores, como fatores fundamentais para a persistência da vadiagem.

Segundo o impresso, a vadiagem apresentava-se por dois aspectos diferentes: um inofensivo e outro ofensivo. O primeiro aparecia na forma do caboclo de vida livre e independente do interior: “O indivíduo habita numa choça de palha, à beira de um rio, em roda da qual planta umas bananeiras e uns pés de mandioca e vive disso e da pesca”¹⁹. Interessante notar que, ainda que seja considerado inofensivo, o nacional livre é tido pelo jornal como um vadio e, por isso, a ele deveriam ser direcionadas medidas que o levassem ao trabalho digno e produtivo. O problema destes indivíduos é que não contribuía para o desenvolvimento social, “pouco da sociedade auferem também e pouco consomem do capital social”²⁰.

Deveriam ser antes chamados de “ociosos”, pois eram mais inúteis do que “prejudiciosos”. Necessitava-se, portanto, que lhes dirigissem ações civilizatórias, criando-lhes novas necessidades, “para cuja satisfação terão eles de empregar maiores esforços, ou desperta-

¹⁷ *Gazeta Mineira*, São João del-Rei, ano I, n. 41, p. 1, 07 de agosto de 1884.

¹⁸ *Gazeta Mineira*, São João del-Rei, ano I, n. 42, p. 1, 10 de agosto de 1884.

¹⁹ *Gazeta Mineira*, São João del-Rei, ano I, n. 43, p. 1, 14 de agosto de 1884.

²⁰ *Gazeta Mineira*, São João del-Rei, ano I, n. 43, p. 1, 14 de agosto de 1884.

lhes novos interesses”²¹. A presença de um engenho central, a doação de um lote de terra ou a vizinhança de núcleos coloniais seriam interessantes escolas práticas para sua transformação social. “Como meio de repressão achamos ser suficiente a obrigação do pagamento do imposto pessoal ou de profissão, sob pena de colonização em núcleos civis”²².

Já a vagabundagem com aspecto ofensivo, quando os indivíduos não são apenas “inúteis” não produzindo, mas prejudiciais, consumindo o que outros produzem, era o caso dos “capangas do interior e da cidade”. Nestes o jornal não prolongou muito em sua descrição, apenas afirmava que era contra eles que deviam “ser dirigidas as severidades das medidas que propomos no correr deste trabalho”²³.

Também a tentativa de colonizar o Brasil com nacionais, segundo o impresso, tornava-se problemática na medida em que o colono brasileiro é, “por si só, dado ao descanso e descuidoso do futuro”²⁴. Por outro lado, dever-se-ia dar cabo dos agregados que “são uma das causas principais da falta de braços à lavoura, e mesmo o seu maior atraso”²⁵. A *Gazeta Mineira* considerava que estes eram verdadeiros parasitas, e, somente com sua exclusão, a lavoura poderia prosperar, pois “essa imensidade de pessoas, no caso de prestarem serviços, e que no entanto vive na mais completa ociosidade, procuraria um meio qualquer de subsistência”²⁶.

Fica evidente a presença no impresso de um imaginário comum à elite do período diante da população livre nacional. Como afirma Naxara, no *Congresso Agrícola* de 1878 já se colocava a questão da necessidade da educação e, eventualmente, da repressão, como forma de encaminhar ao mundo do trabalho a maioria dos brasileiros livres pobres que, de acordo com a imagem que deles faziam as elites, não o fariam por vontade própria.²⁷ Sobre Minas Gerais, Fábio F. de Almeida Castilho mostra que, em 1870, o então presidente da província, José Maria de Sá Benevides, ponderava que a colonização e o aproveitamento dos braços nacionais, que “vivem ociosos”, eram necessidades administrativas da província, que atendidas dariam enorme impulso à prosperidade “material e moral” de Minas.²⁸

²¹ *Gazeta Mineira*, São João del-Rei, ano I, n. 43, p. 1, 14 de agosto de 1884.

²² *Gazeta Mineira*, São João del-Rei, ano I, n. 43, p. 1, 14 de agosto de 1884.

²³ *Gazeta Mineira*, São João del-Rei, ano I, n. 43, p. 1, 14 de agosto de 1884.

²⁴ *Gazeta Mineira*, São João del-Rei, ano I, n. 50, p. 1, 23 de setembro de 1884.

²⁵ *Gazeta Mineira*, São João del-Rei, ano I, n. 50, p. 1, 23 de setembro de 1884.

²⁶ *Gazeta Mineira*, São João del-Rei, ano I, n. 50, p. 2, 23 de setembro de 1884.

²⁷ NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Estrangeiro em sua própria terra...*, p. 47.

²⁸ CASTILHO, Fábio Francisco de Almeida. *Entre a locomotiva e o fiel da balança: a transição da mão-de-obra no Sul de Minas (1870-1918)*. 2009. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, p. 62.

Ana Lúcia Duarte Lanna, por seu turno, percebe nos discursos dos proprietários de fazendas em Minas Gerais a insistência na necessidade de controle e repressão aos trabalhadores taxados de ociosos e vagabundos:

A questão não é uma ausência quantitativa de braços para a lavoura. É antes de tudo uma questão política de transformação desses trabalhadores em mão-de-obra adequada para a exploração da terra.²⁹

Assim, a *Gazeta Mineira* reiterava, em São João del-Rei, uma série de discursos mais amplos que interpretavam o nacional livre como ocioso e vagabundo. O caboclo independente, principalmente, era visto como vadio por não contribuir, segundo o periódico, para o desenvolvimento do Brasil, que só seria alcançado através do trabalho.

Outro jornal que discutiu o assunto na cidade foi o órgão conservador *O Arauto de Minas*, que tinha como seu redator e proprietário Severiano Nunes Cardozo de Rezende, professor, advogado provisionado, escritor e importante político da região. Menos explicativo e detalhista que a *Gazeta Mineira*, acreditava que a indolência no Brasil tinha uma causa bem específica, a escravidão. Explicava seu ponto de vista da seguinte forma:

Desenganam-se os estadistas, não se desarraigam de um dia para outro hábitos inveterados, efeitos de uma viciosa organização social; não se altera, não se muda facilmente o estado de uma nação. Nos países onde dominou por muito tempo a instituição da escravatura, a indolência substituiu o amor ao trabalho, e toda a profissão manual, considerada como vil e degradante, por ser exclusiva do escravo, foi deixada em abandono.³⁰

O artigo seguia dizendo que a escravidão teria acomodado os proprietários, que não procuravam meios para substituir a “máquina de trabalho” que era o negro. Também apresentava um projeto de educação dos libertos pela lei de 1871, que trataremos com mais atenção no item 4 deste artigo.

O impresso conservador voltava a expor sua preocupação com relação à vadiagem em artigo de 10 de novembro de 1883. O periódico afirmava que nas ruas da cidade e pelos subúrbios “a vagabundagem audaciosa entrega-se aos vícios e para alimentá-los conseqüentemente atira-se ao roubo”³¹. Nota-se a intrínseca relação feita pelo jornal entre o não trabalhar e a imoralidade. Desta maneira, seguia criticando as autoridades pela ineficiência no combate aos crimes efetuados por tais indivíduos.

²⁹ LANNA, Ana Lúcia Duarte. *A Transformação do Trabalho: a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata mineira (1870-1920)*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988, p.90.

³⁰ *O Arauto de Minas*, São João del-Rei, ano VI, n. 19, p. 1, 02 de setembro de 1882.

³¹ *O Arauto de Minas*, São João del-Rei, ano VII, n. 33, p. 1, 10 de novembro de 1883.

A *Tribuna do Povo*, jornal liberal que atuou na cidade entre os anos de 1881 e 1882³² e cujo proprietário era Alberto Besouchet, fez o mesmo clamor ao falar das obrigações da *Câmara Municipal*:

É da atribuição da câmara municipal providenciar de modo que se evite a divagação de loucos pelas ruas; que homens embriagados se ponham a fazer corridas a cavalo no centro da cidade; que vadios façam vozerias em horas de silêncio, mormente proferindo injúrias e obscenidades contra a moral pública.³³

As afirmações d'O *Arauto de Minas* e da *Tribuna do Povo* demonstram que, para além de uma simples reabilitação da imagem do trabalho, a vadiagem passou a ser tomada como algo perigoso, que feria os princípios morais e potencializaria a possibilidade de sujeição dos indivíduos ao crime. Obviamente, aqueles que estariam mais expostos aos “vícios” inerentes à vagabundagem seriam os membros das classes baixas, vistos, pelos olhos da elite, como delinquentes e arruaceiros.

Em estudo sobre a cidade de Campinas, Denise A. Soares de Moura explica que esta visão da elite provinha, em parte, da estranheza diante das práticas de trabalho, lazer e convívio social das camadas mais baixas, que ensejavam comportamentos muitas vezes vistos como exóticos, mas que nada mais era do que uma maneira muito própria de organizar o teor de suas vidas³⁴. Deste modo, a autora argumenta que a noção de vadiagem, componente desqualificador e definidor das camadas pobres da época, nomeava aspectos da pobreza: comportamentos, hábitos, escolhas, formas de divertir-se, morar, vestir e trabalhar.

Deste modo, no ano de 1887, segundo descrição de Liana Maria Reis³⁵, a *Postura de São João del-Rei*, no Título XI, artigo 24, definia em seus quatro primeiros parágrafos, como “ofensas aos bons costumes”, respectivamente: “negar-se absolutamente ao trabalho”, “vagar pelas ruas e estradas”, “viver vida desenvolta” e “deixar de dar educação moral e intelectual aos filhos e pupilos”³⁶. Segundo a autora, percebe-se que a ideologia do trabalho, o combate à vadiagem e o incentivo à instrução aparecem, no discurso oficial, como indispensáveis na formação do cidadão

³² Contrastando com a longevidade do conservador *O Arauto de Minas*, a cidade de São João del-Rei teve diversas folhas liberais que tiveram, em sua maioria, duração efêmera. Entre os anos de 1876 e 1889, existiram 8 periódicos que reivindicavam o título de Liberais: *São-Joanense*, 5 de Janeiro, *Situação*, *Tribuna do Povo*, *Luzzeiro*, *São João D'El-Rei*, *Opinião Liberal* e *A Verdade Política*. Destes, somente a *Tribuna do Povo* e *A Verdade Política* possuem um número razoável de edições conservadas para análise.

³³ *Tribuna do Povo*, São João del-Rei, ano I, n. 27, p. 1, 09 de outubro de 1881.

³⁴ MOURA, Denise A. Soares de. *Saindo das Sombras: Homens livres no declínio do escravismo*. Campinas: Área de publicações CMU/ Unicamp, 1998, p.159.

³⁵ REIS, Liana Maria. *Poder, Vadiagem e Marginalização Social em Minas Gerais (1850/1888)*. Trabalho apresentado no II Colóquio Brasil-Portugal, Porto, 1995, p. 14.

³⁶ Postura da Câmara Municipal de São João del-Rei. Resolução nº 3413 de 30/07/1887. In: *Livro das Leis Mineiras*. Ouro Preto: Tup. De J. F. de Paulo Castro, 1887, p. 483, *apud* REIS, Liana Maria. *Poder, Vadiagem e Marginalização Social em Minas Gerais (1850/1888)*, p. 14.

que se desejava criar: civilizado, disciplinado e amante do trabalho, pois não trabalhar constituía ofensa aos “bons costumes”.

Liana M. Reis diz, ainda, que na visão dos dirigentes imperiais havia uma nítida distinção entre as classes que compunham a sociedade: a dos brancos (“boa sociedade”) que possuíam propriedade e liberdade; e a do povo, ao lado dos escravos. Com base no trabalho de Ilmar Rohloff de Mattos³⁷, a autora segue dizendo que a “boa sociedade” constituía o “mundo do governo”, ou seja, era incumbida de ordenar o conjunto da sociedade, sendo composta pelos cidadãos ativos, proprietários de si e de outrem, representantes da sociedade política. Por outro lado, a plebe compunha-se de agregados ou moradores que viviam na posse de pequenos lotes de terras concedidas pelos grandes proprietários, de vadios, de pobres que viviam de caridade; enfim, indivíduos que constituíam potencialmente o mundo da desordem.³⁸

Segundo Ilmar Rohloff, essa população livre e pobre, que não pertencia nem ao “mundo do governo” nem ao “mundo do trabalho” (escravos), ocupavam as ruas da Corte e de outros núcleos urbanos do Império:

No entender de muitos dos componentes do mundo do governo, a desordem das ruas contrastava vivamente com a ordem da casa. Por meio dos vadios, indolentes e desordeiros, as ruas pareciam desferrar-se do menosprezo que as casas sempre lhes haviam votado, nelas escoando as águas de que se serviam e lançando os dejetos e restos de comidas, fazendo das calçadas picadeiros de lenha, as janelas servindo para os homens escarrarem na rua.³⁹

Nesse sentido, a *Gazeta Mineira* falava, em artigo de 05 de setembro de 1884, da importância de se combater as habitações insalubres, “antro de preguiça e de devassidão”:

Basta lançar-se um golpe de vista para nossas ruas, e ver-se como se acham sempre ocupadas as janelas de quanta casinha há por aí, para ver-se que a ociosidade e a prostituição ocupam os lugares que só devem ser acessíveis à economia doméstica.⁴⁰

Segundo o impresso, os grandes inimigos da economia doméstica, da moral e do trabalho acham-se nesses receptáculos constantes da ociosidade e prostituição feminina, asilo de vagabundos, bêbados e gatunos. “A uma polícia séria e severa não escapariam por certo os meios de pôr cabo a um semelhante estado de coisas”⁴¹.

³⁷ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema: A formação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 1987.

³⁸ REIS, Liana Maria. *Poder, Vadiagem e Marginalização Social em Minas Gerais (1850/1888)*, p. 09-10. Os escravos, por outro lado, compunham o “mundo do trabalho”. Para mais detalhes desta divisão “mundo do governo”, “mundo da desordem” e “mundo do trabalho” ver MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema: A formação do Estado Imperial*.

³⁹ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema...*, p. 115-116.

⁴⁰ *Gazeta Mineira*, São João del-Rei, ano I, n. 46, p. 2, 05 de setembro de 1884.

⁴¹ *Gazeta Mineira*, São João del-Rei, ano I, n. 46, p. 2, 05 de setembro de 1884.

O liberal *A Verdade Política*, redigido por Carlos Sanzio, no entanto, ao falar do uso do recrutamento militar como forma de enfrentar o problema da ociosidade, criticou as injustiças que poderiam fazer por tais meios:

Nem se diga, (e dizem os falhos de bom senso, de sentimento de justiça e de coração) que o recrutamento é medida necessária para compelir o vadio ao trabalho e expurgar a sociedade de vagabundos.

Para isso façam-se leis que punam os verdadeiros ociosos e vagabundos, sem excetuar os que usam gravatas e calçam botinas: leis que perseguindo a vadiagem, garantam ao mesmo tempo ao cidadão por fraco, por pobre, por descalço que seja das prepotências dos *mandões*.⁴²

Para esta folha liberal, a vadiagem não estava apenas entre os pobres, por isso, apenas uma legislação rigorosa poderia punir os ociosos sem que se cometessem injustiças. Devemos destacar, no entanto, que o artigo em questão era uma crítica ao “gabinete 10 de Março”. O jornal se perguntava como, após terem aprovado uma lei tão gloriosa como a de 13 de maio, poderia o referido Ministério querer desenterrar uma lei como a do recrutamento, contrária a liberdade individual, “uma das mais belas garantias do cidadão”⁴³. Assim, o texto acima deve ser entendido mais como uma tentativa d’*A Verdade Política* atacar a imagem de libertador atribuída ao “gabinete 10 de março”, após a abolição, do que como uma iniciativa de protesto do impresso contra as iniquidades cometidas no combate à ociosidade.

288

Todos os impressos concordavam, portanto, que a vadiagem era um mal inerente ao nacional e que esta deveria ser combatida pelas autoridades através da legislação ou de incentivos que levassem os vadios ao trabalho. A abolição da escravidão, todavia, dilatou os temores das elites, apontando os negros libertos, longe de seus senhores, como vadios em potenciais, e conseqüentemente, ameaças para a sociedade.

A abolição da escravidão e a ameaça negra

O fim da escravidão apresentava para as elites um problema a ser resolvido, a inserção de um grande número de desocupados na sociedade livre. A elite imperial acreditava que, após a abolição, os ex-escravos não se importariam em procurar trabalho, aumentariam o número de ociosos do país e, conseqüentemente, proveriam suas necessidades através de assaltos e rapinagens às propriedades privadas.

Como afirma Chalhoub, com a libertação dos cativos, as classes possuidoras não mais poderiam garantir o suprimento de força de trabalho aos seus empreendimentos econômicos por meio da propriedade de trabalhadores escravos. O problema que se apresenta, então, é de que o

⁴² *A Verdade Política*, São João del-Rei, ano I, n. 7, p. 1, 01 de novembro de 1888.

⁴³ *A Verdade Política*, São João del-Rei, ano I, n. 7, p. 1, 01 de novembro de 1888.

liberto, dono de sua força de trabalho, torne-se um trabalhador, isto é, disponha-se a vender sua capacidade de trabalho ao capitalista empreendedor. Tomava-se como ponto de partida o suposto de que todos os libertos eram ociosos, o que visava garantir, de início, o direito da sociedade civilizada em emendá-los.⁴⁴ O autor mostra que, no parlamento, a lei de 13 de maio era percebida como uma ameaça à ordem porque nivelava todas as classes de um dia para o outro, provocando um deslocamento de profissões e de hábitos de consequências imprevisíveis.⁴⁵

Por outro lado, Naxara diz que a superação da escravidão implicava a substituição completa do trabalhador. Isto porque o escravo, da forma como era visto e na situação em que se encontrava, não correspondia ao ideal do trabalhador livre e não tinha condições para preencher o espaço que viria a se abrir com a abolição – faltavam-no requisitos básicos: mentalidade e preparo para o exercício do trabalho livre e da cidadania.⁴⁶

Tal imagem pode ser percebida nas ideias do viajante francês Louis Couty, em seu relato sobre o Império do Brasil em 1884, onde afirmava que o negro era incapaz de produzir em um regime de trabalho livre:

[...] o africano liberto poderá tornar-se empreiteiro, carregador ou artesão razoável; mas, em nenhuma parte, em nenhum tempo, em nenhum lugar, ele foi um trabalhador agrícola sério, persistente, útil, capaz de se dirigir, de produzir e de economizar.⁴⁷

289

O grande problema tanto dos negros libertos como dos caboclos, segundo Couty, era que eles não tinham necessidades. Sobre os nacionais, dizia que milhares ocupam os campos de São Paulo, de Minas, do Rio de Janeiro e, no entanto, todas as exportações úteis são fornecidas por bandos de escravos, menos numerosos, obrigados a trabalhar: “os melhores camponeses, os mestiços índios, não se sujeitam aos trabalhos prolongados. Trabalham 15 a 20 dias, depois desaparecem”⁴⁸. Com relação aos negros, dizia que o contato com a civilização causava efeitos inversos aos que se esperavam: “Todos os grandes proprietários sabem que as revoltas são quase sempre provocadas pelos escravos mais bem tratados; e uma vez libertos, os negros tornam-se os patrões ou os vizinhos mais cruéis para os seus irmãos servos ainda”⁴⁹.

Para o viajante, apenas a substituição do trabalhador escravo pelo imigrante estrangeiro poderia mudar a situação do país, visto que este era “melhor e mais econômico” que os negros. Deste modo, defendia o fim da escravidão, por considerá-la prejudicial, mas recusava qualquer

⁴⁴ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim...*, p. 69.

⁴⁵ _____. *Trabalho, Lar e Botequim...*, p. 69.

⁴⁶ NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Estrangeiro em sua própria terra...*, p. 50.

⁴⁷ COUTY, Louis. *O Brasil em 1884: Esboços sociológicos*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa; Brasília: Senado Federal, 1984, p. 195.

⁴⁸ _____. *O Brasil em 1884: Esboços sociológicos*, p. 201.

⁴⁹ _____. *O Brasil em 1884: Esboços sociológicos*, p. 201.

proposta de inserção dos nacionais e dos negros libertos no mercado de trabalho livre, pois estes não conseguiriam seguir um regime de trabalho diário sem a coerção.

A citação da obra de Louis Couty é interessante, na medida em que ela pode ser tomada como um exemplo, dentre os vários possíveis, das representações que colocavam negros e trabalho livre como dois elementos irreconciliáveis. A incapacidade dos libertos em se adequar derivavam de seus vícios, de seu ócio, e de sua propensão ao crime, inerentes à própria raça. Tal imagem foi comum entre os impressos de São João del-Rei, constituindo uma das grandes preocupações da elite com relação ao fim da escravidão.

O *Arauto de Minas* constantemente fez uso da ideia de ameaça dos negros, argumentando que os abolicionistas eram os instigadores dos instintos ferozes de uma “raça embrutecida”. De fato, é na década de 1880 que aparecem com maior frequência nos periódicos as notícias de crimes de escravos, apresentando a população negra como propensa a transgressões como assassinatos e roubos.

Tais crimes cometidos por escravos eram expostos nos periódicos de forma a parecerem ridículos, mostrando os negros como indivíduos que poderiam praticar os atos mais hediondos, pelos motivos mais insignificantes. É o caso de uma notificação de homicídio, onde um escravo aprisionado teria matado o seu companheiro de cela para se tornar galé e não ter que voltar a servir ao seu senhor. O texto era concluído com a frase: “O nhônô Nabuco, chefe dos abolicionistas, não nos dirá que pena deve o júri aplicar a este galé espontâneo?”⁵⁰.

Assim, uma das preocupações do periódico conservador era com os resultados catastróficos que a abolição imediata poderia trazer. Falava-se n’O *Arauto de Minas* que “nas estradas bandos de libertos pela lei liberal assaltarão o viandante e levarão a desolação e o luto ao seio das famílias”⁵¹. Na edição de 27 de setembro de 1884, o jornal transcreveu um artigo do *Diário do Brasil*, órgão liberal na Corte, intitulado “Abolição contra abolição”. Neste, ficava evidente a preocupação com as forças policiais após a abolição, resumida pela interrogação: “Onde há força que possa conter um milhão de escravos entregues ao roubo e ao assalto em plena estrada?”⁵².

Apesar da relação entre escravos e perigo de desordem também ter sido mobilizada pelos abolicionistas, como demonstra Célia Maria Marinho de Azevedo ao afirmar que vários discursos em defesa do fim do trabalho servil estavam ligados à ideia de que a escravidão

⁵⁰ O *Arauto de Minas*, São João del-Rei, ano V, n. 18, p. 2, 14 de julho de 1881.

⁵¹ O *Arauto de Minas*, São João del-Rei, ano V, n. 32, p. 1, 22 de outubro de 1881.

⁵² O *Arauto de Minas*, São João del-Rei, ano VIII, n. 22, p. 2, 27 de setembro de 1884.

transformava os negros em ameaças potenciais⁵³, nos impressos de São João del-Rei esse tipo de argumento foi constantemente utilizado para questionar a abolição e criticar o abolicionismo.

Nesse sentido, a *Gazeta Mineira*, em 10 de dezembro de 1884, dizia que: “O Governo quer abolir a instituição servil por ódio a esta e não por amor do escravo, a quem irão condenar à fome ou à cadeia”⁵⁴. O impresso, portanto, reproduz a ideia de que o liberto, longe da tutela do seu senhor, não trabalharia e, por isso, seria condenado à miséria ou se entregaria ao crime. Assim, o jornal, que era emancipacionista, expunha o seu temor diante de uma abolição do trabalho forçado “sem transição nem preparo”.

O republicano *A Pátria Mineira*, redigido por Altivo e Sebastião Sette entre 1889 à 1894, por sua vez, publicou em 30 de maio de 1889 a descrição feita pelo fazendeiro Sr. Silvio Paiva ao seu irmão fazendeiro sobre o estado da lavoura em Cachoeira do Funil, local onde residia o primeiro. Em uma longa lamentação sobre a crise que tomara a lavoura após a libertação dos escravos pelo Império, o fazendeiro dizia: “O governo faz festas, os libertos bebem e dançam, e viva o folia! Se a velhice não me tolhesse, fazia como eles, dançava e cantava”⁵⁵. Para além da clara ironia presente na citação, o texto em pauta constituía um protesto onde os fazendeiros eram representados como verdadeiros trabalhadores, enquanto os libertos, indivíduos sem interesse pelo trabalho honesto e digno e, por isso, injustamente tirados de seus senhores. Desta maneira, o escrito era finalizado da seguinte forma:

Os tempos estão para isso. De que serve trabalhar, amotinar-se, sofrer privações, se o governo de repente nos tira tudo por um decreto!... Toca a folgar que a vida é curta, e quando a fome vier, tanto sofre quem folga como quem trabalha.⁵⁶

Fica evidente que os homens considerados verdadeiramente laboriosos eram os proprietários, que, no entanto, sofriam com um Império que não valorizava os princípios virtuosos do trabalho, ao contrário, incentivava a ociosidade. Assim, o texto representava o desalento dos fazendeiros, que, ao sentirem-se prejudicados, se entregariam ao desânimo, manifestado pela expressão “toca a folgar”.

⁵³ AZEVEDO, Célia Maria Marinho. *Abolicionismo: Estados Unidos e Brasil, uma história comparada* (século XIX). São Paulo: Annablume, 2003, p. 45-51. A autora analisa as diferenças entre os tons do discurso abolicionista nos Estados Unidos e no Brasil. Para Azevedo, a linguagem do abolicionismo americano assume o tom de quem fala de fora e de longe sobre uma realidade vergonhosa. “Lá longe havia o sul, onde os escravos carregavam uma cruz insuportável por imposição de senhores cruéis, os maiores dentre todos os pecadores” (p. 50). Os escravos, as vítimas, eram os irmãos a serem redimidos. No Brasil, o tom era bem distinto, pois se tratava de uma voz de dentro, onde não só se via, mas sentia o espetáculo diário da escravidão, os escravos sendo vitimados pelos senhores, os quais, por culpa de sua própria imprevidência, terminaram sendo as maiores vítimas. “Os pobres escravos, as vítimas, têm também o poder de contaminar e destruir a sociedade como um todo. O tom discursivo é um misto de medo e compaixão; a palavra ‘irmão’ não sai tão facilmente quando se fala de dentro da escravidão” (p. 51).

⁵⁴ *Gazeta Mineira*, São João del-Rei, ano I, n. 69, p. 3, 10 de dezembro de 1884.

⁵⁵ *A Pátria Mineira*, São João del-Rei, ano I, n. 3, p. 4, 30 de maio de 1889.

⁵⁶ *A Pátria Mineira*, São João del-Rei, ano I, n. 3, p. 4, 30 de maio de 1889.

O cenário de desordem e inversão de papéis do pós-escravidão continuava na mesma edição do periódico, logo em seguida ao texto supracitado, onde o jornal dizia que o Império fazia uso de libertos para atacar os republicanos. O artigo expunha diversas ocorrências de desordens, que, para *A Pátria Mineira*, teriam o apoio do próprio governo:

O país sabe bem dos meios que o governo de sua majestade tem se servido para impedir a propaganda republicana lançando mão de uma guarda negra na capital do Império; a atitude que tem tomado os libertos em Santo Antônio de [ilegível], os conflitos em São José de Além Paraíba e Valença, as ocorrências que se deram em Laje de Muriaé, provocadas pela polícia apoiando os libertos, as fanfarronadas de JOÃO DE CALAES, no Jaquary, com o da [ilegível], e ultimamente o espetáculo em São João del-Rei, representado pelas influências conservadoras, estão patentes, e entretanto a fala do trono diz – o País goza da tranqüilidade!⁵⁷

O jornal seguia dizendo que o regime monárquico, servindo destas armas, “provoca a guerra das raças e abrevia a revolução”⁵⁸.

Os dois textos d’*A Pátria Mineira*, além de deixarem claras as representações que a elite fazia dos negros, evidenciam a estratégia discursiva do impresso republicano no combate à monarquia. A intenção é mostrar uma inversão de situações que teria sido patrocinada pelo regime monárquico. Por um lado, a já supracitada ideia de que a libertação dos escravos seria um incentivo aos negros ociosos contra os homens verdadeiramente laboriosos. Por outro, a imagem de uma instabilidade pública, expressa por ocorrências de insubordinações de libertos, apoiadas pelas autoridades, colocando em risco a segurança da elite e a liberdade de expressão, no caso, dos republicanos. Ambas, no entanto, transparecem a ideia que a alta sociedade fazia dos negros: vadios, insubordinados, entregues à farra e festas, não se preocupando com o trabalho honesto.

Apesar destas visões negativas, *A Verdade Política*, que, como comentamos acima, já havia criticado as injustiças cometidas no combate à vadiagem, questionou os argumentos dos “descontentes, outrora escravocratas,” com a lei de 13 de maio. Segundo o impresso liberal, acusavam “a desorganização da lavoura pela carência de braços, porquanto os que nela até então se empregavam, diziam eles, abandonavam e iam servir a causa da vagabundagem, do roubo e do assassinio pelas estradas”⁵⁹. No entanto, o jornal afirmava que:

Cerca de sete meses, porém, são passados e não é isso o que se tem observado; os escravizados mantêm-se no serviço, muito embora não seja nas mesmas fazendas, onde não se podiam conservar, porque ou os maus tratos de outro tempo ou os hábitos de respeito para com os seus antigos senhores, eram empecilho a sua liberdade e contrariavam-nos.⁶⁰

⁵⁷ *A Pátria Mineira*, São João del-Rei, ano I, n. 3, p. 4, 30 de maio de 1889.

⁵⁸ *A Pátria Mineira*, São João del-Rei, ano I, n. 3, p. 4, 30 de maio de 1889.

⁵⁹ *A Verdade Política*, São João del-Rei, ano I, n. 12, p. 1, 06 de dezembro de 1888.

⁶⁰ *A Verdade Política*, São João del-Rei, ano I, n. 12, p. 1, 06 de dezembro de 1888.

O órgão do partido liberal prosseguia afirmando os benefícios do fim da escravidão como uma medida de “alto alcance econômico, que deu sempre aos países civilizados os melhores resultados”. Entretanto, até novembro daquele mesmo ano, o impresso fez críticas à abolição realizada pelos conservadores, chegando a falar do abandono dos fazendeiros pelo Estado.

Se nesse momento, *A Verdade Política* fugia à regra demonstrando uma situação inversa ao que se pensava, é certo, porém, que o impresso confirmava a tendência à descaracterização do negro em um regime livre, ao citar as preocupações que tinham os proprietários diante da possibilidade dos negros libertos se entregarem a vadiagem e ao banditismo. Percebemos, portanto, que nacionais e negros apareciam nos discursos da imprensa, quase sempre, como incapazes de serem inseridos em um mercado de trabalho remunerado, chegando, no caso dos negros, a representarem uma preocupação para a segurança das camadas mais altas da sociedade.

Todavia, isto não significa dizer que não houvesse propostas para mudar a pressuposta índole dos trabalhadores nacionais e dos libertos. Dentre tais projetos, a educação técnica destes trabalhadores pode ser considerada a mais importante, sobretudo nas páginas da *Gazeta Mineira*, e é sobre tal assunto que nos ateremos a seguir.

Educar para moralizar: educação e trabalho nas páginas da imprensa

Liana M. Reis, ao analisar os *Relatórios dos Presidentes das Províncias* e as *Posturas Municipais de Minas Gerais*, afirma que fica evidente a preocupação das autoridades provinciais e municipais em garantir a tranqüilidade pública. “Significava dizer que era preciso disciplinar a malta urbana, criando mecanismos capazes de integrar os vadios ao “mundo do trabalho”, tais como a educação, a religião e o respeito e obediência às leis”⁶¹.

A autora destaca ainda que, na visão das elites, o progresso econômico só seria possível com uma mão-de-obra preparada e enquadrada aos ditames do trabalho livre, e educada moral, religiosa e intelectualmente. Essa ideologia, intimamente ligada ao poder público, visava romper com a identificação do trabalho como coisa de escravo, criando uma nova mentalidade, na qual o trabalho seria percebido como virtude, sinal de bons costumes, de civilidade e de progresso.

Também Fábio Castilho, estudando a transição para o trabalho livre no sul de Minas, percebeu a importância da educação, sobretudo no que tange ao aproveitamento do nacional. Segundo o autor, duas questões que preocupavam a elite desta região eram as necessidades de

⁶¹ REIS, Liana Maria. *Poder, Vadiagem e Marginalização Social em Minas Gerais (1850/1888)*, p. 11.

educar a população, a fim de formar cidadãos regrados, e de realizar uma reforma criminal para impedir a ociosidade e punir os vadios, vagabundos e turbulentos.⁶²

Sidney Chalhoub, igualmente, fala da importância que a educação adquire nos discursos dos parlamentares da Câmara dos Deputados do Império. Considerava-se que a transformação do liberto em trabalhador não podia se dar apenas através da repressão, da violência explícita. Assim, apresentava-se a necessidade de educar os libertos, o que significava incutir nos indivíduos as qualidades que o tornam um “cidadão útil” e o fazem compreender os seus deveres e os seus direitos. “Para o liberto, tornar-se cidadão deve significar, acima de tudo, amar o trabalho em si, independentemente das vantagens materiais que possam daí advir”⁶³. Portanto, educar o liberto significava transmitir a noção de que o trabalho é o valor supremo da vida em sociedade; o trabalho é o elemento característico da vida civilizada.

Na cidade de São João del-Rei, as elites também se preocuparam com a educação tanto do liberto como do nacional livre. A imprensa da cidade, principalmente a *Gazeta Mineira*, colocava em suas páginas projetos que apontavam a educação como principal alternativa no combate à vadiagem, ao lado de uma legislação que reprimisse, através de punições, os hábitos da parcela da sociedade considerada ociosa.

Essa preocupação com a educação aparecia também na Postura Municipal de São João del-Rei de 30 de julho de 1887, conforme cita Liana M. Reis.⁶⁴ Ficava estabelecida a obrigatoriedade de os pais de família e tutores matricularem os filhos e tutelados nas escolas públicas ou subvencionadas do município, cabendo às câmaras ordenar os fiscais a fazer listagens anuais de meninos de ambos os sexos, órfãos de pais e mães pobres que não estivessem aprendendo a ler. Segundo a autora, o objetivo era profissionalizar a mão de obra dos menores, como reivindicavam os agricultores mineiros da Zona da Mata, e prepará-la para suprir as demandas do mercado de trabalho livre. “Entretanto, ao que tudo indica, essas tentativas, em grande parte, foram frustradas devido à falta de verbas públicas”⁶⁵.

O *Arauto de Minas*, em 02 de setembro de 1882, preocupado com os efeitos da Lei do Ventre Livre, proclamava que o Brasil deveria cuidar tanto em manter os libertos no trabalho, quanto em melhorar a sorte dos emancipados. Prosseguia afirmando que a fundação de escolas seria um dos grandes meios para manter o liberto agregado à habitação do ex-senhor:

⁶² CASTILHO, Fábio Francisco de Almeida. *Entre a locomotiva e o fiel da balança...*, p. 139.

⁶³ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim...*, p. 69.

⁶⁴ REIS, Liana Maria. *Poder, Vadiagem e Marginalização Social em Minas Gerais (1850/1888)*, p. 15.

⁶⁵ _____. *Poder, Vadiagem e Marginalização Social em Minas Gerais (1850/1888)*, p. 15.

Elevando-lhe o nível intelectual e moral pela educação civil, religiosa e profissional; esclarecendo-o sobre a consciência de sua dignidade e sobre o seu valor moral no grêmio da família e da sociedade, tereis no liberto, transformado pela instrução, um inapreciável auxiliar ao braço do emigrante para o trabalho de arroteação, cultura agrícola e das oficinas industriais.⁶⁶

O órgão do partido conservador, apesar de manter sua preferência pelo braço imigrante, viabiliza a utilização do trabalho do liberto, desde que este se transforme através da educação. Tal perspectiva pode ser entendida a partir das representações do negro como indolente, vadio e imoral. Somente a inculcação de princípios valorizados pela elite poderia eliminar estas características negativas, transformando o liberto em um trabalhador passível de ser aproveitado pelo proprietário, mesmo que como auxiliar da força de trabalho imigrante.

O impresso também expunha a imagem de uma escravidão paternalista no Brasil. Depois de educados, os libertos não resistiriam ao trabalho de seu antigo senhor, pois, no país, o trato do proprietário aos seus escravos era brando, se comparado a outros países, e o liberto se afeiçoara ao lar onde encontrara “paternal trabalho”:

Há, pois, aqui como razão de menos para o absenteísmo e para sua fixação nos estabelecimentos agrícolas, a amenidade de trato do brasileiro e o afeto que, por haver experimentado os efeitos dele, lhe consagrara o liberto.⁶⁷

Do lado liberal, Alex L. Amaral cita uma afirmação da *Tribuna do Povo*, onde o periódico elogiava os Estados Unidos pela educação conferida aos negros libertos. O artigo, segundo Amaral, intitulava-se “Educação dos Negros” e dizia o seguinte:

Nos EUA, quando rebentou a guerra, que pôs termo à escravidão, somente 9.000 negros sabiam ler, no entanto que hoje, diz Hippeao, cerca de 300.000 tem recebido educação. [...] Um paralelo com as coisas de cá, fica agente pensando na.... Beócia! [...] Contanto que os deputados recebam o subsídio, os senadores usem fardas bordadas, os ministros andem com ordenanças, tudo vai bem!⁶⁸

A citação acima sugere que também o impresso liberal acreditava na importância da educação dos negros libertos. Ainda que a imagem apresentada da escravidão nos EUA seja idílica, como afirma Amaral, é importante notar que a questão da educação dos alforriados foi elemento de discussão entre os redatores deste jornal.

No entanto, nenhum dos jornais estudados nesta pesquisa preocupou-se tanto com a questão da educação, principalmente com a educação técnica, como a *Gazeta Mineira*. Para o periódico, “Mede-se o grau de civilização e progresso de um país pelo estado de adiantamento

⁶⁶ *O Arauto de Minas*, São João del-Rei, ano VI, n. 19, p. 1, 02 de setembro de 1882.

⁶⁷ *O Arauto de Minas*, São João del-Rei, ano VI, n. 19, p. 2, 02 de setembro de 1882.

⁶⁸ *Tribuna do Povo*, São João del-Rei, ano II, n. 6, 16 de junho de 1882, *apud* AMARAL, Alex Lombello. *Cascudos e Chimangos: Imprensa e política pelas páginas dos periódicos de São João del-Rei (1876-1884)*. 2008. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Juiz de Fora, Programa de Pós-Graduação em História, Juiz de Fora, p. 114.

intelectual de seu povo”⁶⁹. Segundo o impresso, o homem em geral seria dotado de “maus instintos” e, se considerado em seu “estado bruto”, mais difícil de ser domado do que “as próprias feras bravias”. Somente através da instrução seria possível corrigir essa “tendência pronunciadíssima ao mal”. Deste modo, o jornal acreditava que na instrução popular se encontrava a base primordial para o engrandecimento do Brasil:

Além de elevar-se o senso moral dos indivíduos, dando-lhes noção exata do justo e do injusto, tornar-se-os-há aptos para bem compreenderem os direitos e deveres que lhes assistem, como membros de uma comunidade social civilizada.⁷⁰

Portanto, a *Gazeta Mineira* defendia que o desenvolvimento material e o progresso seriam conseqüências lógicas da educação e, por isso, chamava a atenção para a difusão do ensino através de escolas públicas e da obrigatoriedade do ensino primário.

Tal perspectiva estava de acordo com a “Falla” do então presidente da Província de Minas Gerais, Antonio Gonçalves Chaves (1840-1911), em 02 de agosto de 1883, onde se tratava da importância da educação pública:

À instrução popular está preso indissolavelmente o futuro político e econômico do país. É condição fundamental da liberdade, uma garantia social, o mais poderoso agente sociológico. Nenhuma reforma, porém, entre nós, será profícua sem que se atenda, principalmente, à constituição do magistério e ao alargamento do ensino obrigatório.⁷¹

296

Em 14 de fevereiro de 1884, a *Gazeta Mineira* publicou um artigo intitulado “Educação dos ingênuos”, onde falava da necessidade de transformar essas “máquinas automáticas” em cidadãos conscientes de seus deveres e direitos, dando-lhes, pela instrução, “a consciência do seu eu”, e através dela “despertando-lhes o amor ao trabalho e o respeito às leis”⁷².

“Amor ao trabalho” e “respeito às leis” contrastam com as representações que a elite tinha dos negros libertos. Deste modo, educá-los significava evitar que caíssem na ociosidade ou se entregassem ao banditismo, ou seja, funcionaria como uma forma de controle social. Segundo o impresso, caso não se procedesse da forma apresentada por ele, o Brasil passaria por horrorosas convulsões e seria inundado por “sangue e calamidades”. Curiosamente, umas destas calamidades seria o país ser absorvido pelo “socialismo, que, na velha Europa, corrói o organismo social”⁷³.

⁶⁹ *Gazeta Mineira*, São João del-Rei, ano I, n. 24, p. 1, 10 de maio de 1884.

⁷⁰ *Gazeta Mineira*, São João del-Rei, ano I, n. 24, p. 1, 10 de maio de 1884.

⁷¹ FALLA que o exm. sr. dr. Antonio Gonçalves Chaves dirigio á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes na 2.^a sessão da 24.^a legislatura em 2 de agosto de 1883. Ouro Preto: Tipographia do Liberal Mineiro, 1883, p. 10.

⁷² *Gazeta Mineira*, São João del-Rei, ano I, n. 10, p. 2, 14 de fevereiro de 1884.

⁷³ *Gazeta Mineira*, São João del-Rei, ano I, n. 24, p. 2, 14 de fevereiro de 1884.

Deste modo, o impresso considerava que o ensino técnico seria uma importante arma de combate à vadiagem, pois significava o “mais eficaz dos instrumentos da produção, trazendo pelo trabalho o progresso das profissões, o aumento da produção e o conforto material, essas bases do progresso intelectual e da elevação moral de um povo”⁷⁴.

O trabalho é, portanto, mais do que instrumento de ganhos materiais, é moralizador e civilizador, na medida em que torna os indivíduos em “úteis a si mesmos e à sociedade”. Por conta disto, o periódico insistia na reprodução de instituições voltadas para este tipo de ensino, e clamava para que estas pudessem ser oferecidas para toda a população, que devolveriam o dinheiro gasto pelo Estado nos estabelecimentos de educação com “seu trabalho de aprendizes”.

Assim, o problema de mão-de-obra e do desenvolvimento industrial no Brasil, segundo a *Gazeta Mineira*, passava diretamente pela questão da educação da população, incluindo os pobres e libertos. Deste modo, o periódico concluía que: “Para o bom aproveitamento, em bem próprio e da sociedade, da grande força popular mal dirigida e mal aproveitada, entre nós achamos que há muito ainda que fazer nesse sentido”⁷⁵.

Portanto, ainda que as representações expostas nos periódicos analisados caminhavam para a tendência geral de imputar aos nacionais livres e pobres e aos negros os atributos de ociosidade e criminalidade, havia a possibilidade de moralizá-los através da educação e com isso torná-los bons trabalhadores. Entretanto, a perspectiva de inserção dos imigrantes de origem europeia no Brasil deixou transparecer, nos discursos sobre a mão-de-obra nos jornais, um tipo de representação que contrastava com aquela que se tinha da população pobre, dos negros e libertos: a imagem do imigrante como trabalhador ideal e símbolo de disciplina e labor.

O modelo de imigrante desejado

Segundo Márcia Regina Capelari Naxara, no pensamento da elite de finais do século XIX, o progresso deveria estar em primeiro plano nas iniciativas de substituição da mão-de-obra e, supostamente, o imigrante estava mais próximo deste progresso, na medida em que, de acordo com o imaginário existente ao seu respeito, ele já viria disciplinado. “A população nacional só a muito custo, através da educação, que introjetaria os princípios da disciplina; e da repressão até que a disciplina fosse alcançada, poderia, um dia, talvez caminhar a seu lado”⁷⁶.

Naxara afirma também que havia todo um imaginário que transformava o imigrante no trabalhador ideal. Deste modo, a importação de europeus tornou-se pauta importante nas

⁷⁴ *Gazeta Mineira*, São João del-Rei, ano I, n. 45, p. 1, 01 de setembro de 1884.

⁷⁵ *Gazeta Mineira*, São João del-Rei, ano I, n. 45, p. 1, 01 de setembro de 1884.

⁷⁶ NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Estrangeiro em sua própria terra...*, p. 60.

discussões a partir da construção mítica de um determinado trabalhador imigrante que reunia em si, enquanto agente coletivo, de forma acabada, todas as qualidades do bom trabalhador – sóbrio e morigerado. “Elemento capaz de, por si só, promover a recuperação da decadente raça brasileira nos mais diversos aspectos: sangue novo, raça superior (branca), civilizado, disciplinado, trabalhador, poupador, ambicioso...”⁷⁷. No extremo oposto desse imaginário estava o brasileiro: vadio, indisciplinado, mestiço, racialmente inferior. “Foi, portanto, da depreciação do brasileiro como tipo social que emergiu a valorização do imigrante”⁷⁸.

O imigrante europeu também foi representado como trabalhador ideal nos discursos da imprensa da cidade de São João del-Rei. No entanto, havia a preferência por trabalhadores rurais, e, como era divulgado no “Extrato do Relatório do Sr. Hugo A. Gruber” à diretoria da *Sociedade Central de Imigração* e publicado na *Gazeta Mineira* em 05 de novembro de 1884, deveriam ser transportados e admitidos “somente indivíduos que se recomendem por sua moralidade e amor ao trabalho e que se achem em boas condições de saúde”⁷⁹. O relatório também falava que dever-se-ia preferir os que possuíssem algum capital, “mas também ao remediado e até ao pobre (não Pauper) deve a sociedade facultar os meios para a vinda e o estabelecimento no Brasil”⁸⁰.

Antes disso, em 28 de janeiro de 1884, a *Gazeta Mineira* já havia chamado a atenção para a importância de oferecer propriedades aos imigrantes, visto que “Conseguir fazer emigrar, em busca de simples salário, para alugar o braço e a inteligência é difícil, a menos que contentemo-nos apenas com alguns pouco milhares de homens, gota insignificante no mar de nossas necessidades”⁸¹.

Também existia a preocupação de que, caso se oferecessem apenas salários irrisórios, os imigrantes não seriam retirados das “classes educadas no trabalho”, mas proveriam da “vagabundagem das cidades”, onde eram recrutados por agentes pouco escrupulosos. “São do número dos que se acostumaram a viver aos dias, e que constituem um elemento deletério da ordem e da propriedade”⁸².

Segundo Giralda Seyferth, esse tipo de preferência demonstra que existia também uma espécie de hierarquização do europeu que, no entanto, não obedecia a critérios de natureza racial, já que todos eram brancos. Assim, empenhados na imigração destinada a projetos agrícolas, interessavam-se principalmente pelos camponeses e artesãos. “De modo geral, sendo todos

⁷⁷ _____. *Estrangeiro em sua própria terra...*, p. 63.

⁷⁸ _____. *Estrangeiro em sua própria terra...*, p. 63.

⁷⁹ *Gazeta Mineira*, São João del-Rei, ano I, n. 61, p. 3, 05 de novembro de 1884.

⁸⁰ *Gazeta Mineira*, São João del-Rei, ano I, n. 24, p. 3, 05 de novembro de 1884.

⁸¹ *Gazeta Mineira*. São João del-Rei, ano I, n. 6, p. 1, 28 de janeiro de 1884.

⁸² *Gazeta Mineira*. São João del-Rei, ano I, n. 6, p. 1, 28 de janeiro de 1884.

brancos europeus, a forma de desqualificação opera com critérios que remetem à posição de classe, como pode ser visto também em relatórios de diretores de colônias⁸³. Com isso, o termo usado para desqualificar era “escória” e os agenciadores eram acusados de trazer da Europa aventureiros, lumpen e comunistas, ao invés de camponeses morigerados.⁸⁴

Entretanto, a tendência predominante foi a de apontar as vantagens e qualidades do europeu, principalmente se comparado com o nacional. *A Verdade Política*, por exemplo, em 30 de abril de 1889, ao falar dos imigrantes da colônia de São João del-Rei, referia-se a sua índole ordeira e pacífica, “como não a tem os nossos próprios patrícios”⁸⁵.

O periódico liberal também valorizava os atributos obreiros dos imigrantes, retomando a ideia de progresso que seria inerente aos europeus:

Obras de arte, oficinas de ferreiro e de marceneiro e ultimamente a construção das casas, que parecem se erguer do solo por mágico poder e que entretanto só se levantam por esforço inteligente e ativo de braço humano, são belos atestados do seu amor ao trabalho e os anteseñanos do vasto progresso que há de se apresentar em pouco a colônia Bologna-Ferrara.⁸⁶ (grifo nosso)

No entanto, o mesmo artigo comprova que havia certos receios com relação ao imigrante, já que o periódico fazia um apelo para que se “esqueçam todos os preconceitos contra o estrangeiro e não o queira julgar toda uma nacionalidade por um ou alguns indivíduos”⁸⁷. Buscando justificar o seu argumento, o impresso dizia que os imigrantes italianos afixados na cidade, apesar de sofrerem diversas privações, tendo de viver em um ambiente de promiscuidade e miséria, longe da polícia, regendo-se pela própria vontade, não causavam nem um tipo de tumulto. Significativa é a afirmação que se segue: “De brasileiros obter-se-ia esse resultado? Confessemos que não”.

A oposição imigrante x nacional é, portanto, evidente no discurso do impresso. Mesmo que se tenha em mente um tipo ideal de imigrante, camponês e artesão, a sua superioridade moral em relação ao brasileiro é incontestável. Por isso, para que o Brasil desfrutasse dos benefícios que provinham da imigração, era necessário que a população nacional se unisse aos estrangeiros “como irmãos, como fatores comuns de progredimento nacional mutilando totalmente qualquer força de repulsão que de um lado ou de outro sem razão cabal os separe”⁸⁸.

⁸³ SEYFERTH, Giralda. Construindo a Nação: Hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Org.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996, p. 47.

⁸⁴ _____. Construindo a Nação..., p. 47.

⁸⁵ *A Verdade Política*, São João del-Rei, ano I, n. 27, p. 3, 30 de abril de 1889.

⁸⁶ *A Verdade Política*, São João del-Rei, ano I, n. 27, p. 3, 30 de abril de 1889.

⁸⁷ *A Verdade Política*, São João del-Rei, ano I, n. 27, p. 3, 30 de abril de 1889.

⁸⁸ *A Verdade Política*, São João del-Rei, ano I, n. 27, p. 3, 30 de abril de 1889.

Em 18 de novembro de 1880, o periódico conservador *O Arauto de Minas*, falando sobre a índole dos trabalhadores portugueses da Estrada de Ferro Oeste de Minas (EFOM), dizia que, nos dois meses em que havia se iniciado os trabalhos da estrada de ferro, não houve uma rixa entre os trabalhadores, nem sequer por embriaguez: “Isto muito abona aos trabalhadores portugueses, que primam especialmente pelo amor ao trabalho, que os engrandece [...]”⁸⁹.

Na seqüência do artigo, o impresso falava que tais estrangeiros traziam, “com seus braços de ferro”, este “grande melhoramento”. Por outro lado, falava que os “chins”, em ato de vandalismo, “arrancaram os trilhos da sua primeira estrada”. Assim, o impresso concluía dizendo que “só tivemos em vista pugnar em prol dos estrangeiros que tem por maior defeito o amor ao trabalho e por inimigos homens a quem o ócio torna entes inúteis na sociedade”⁹⁰.

Mesmo que o artigo acima tivesse um lado político, já que o impresso conservador acusava os liberais de perseguirem injustificadamente os trabalhadores portugueses, podemos perceber uma representação comum nos discursos relacionados ao europeu: a ideia de disciplina e amor ao trabalho inerente a este tipo de estrangeiro. No entanto, ainda que discretamente, fica evidente a imagem dos chineses como vândalos e atrasados, avessos ao progresso que tanto se buscava para o país em fins do século XIX.

Segundo Fábio Nelson Guimarães, *O Arauto de Minas*, em 31 de janeiro de 1889, relatava que Giuseppe Fantoni e José Antônio (sic), estabelecidos na fazenda do Brumado, distrito sanjoanense de Caburu, distinguiam-se “por serem muito trabalhadores, como muito morigerados e religiosos, o que é muito bom”⁹¹.

A superioridade do trabalho do imigrante em relação ao do nacional também aparece no folheto de propaganda da hospedaria de imigrantes da cidade, escrito por Severiano de Rezende, redator do *O Arauto de Minas*. O texto cita as palavras do fazendeiro Sr. Joaquim Dias Ferraz, publicadas no *Liberal Mineiro*, periódico de Ouro Preto:

Trouxe de Juiz de Fora para minha fazenda 24 imigrantes do norte da Itália, os quais trabalham de modo admirável e satisfatório. Estou contentíssimo com eles. São homens que trabalham por três dos nossos. [...] É tal o meu entusiasmo pelo serviço desses homens, que ainda desejo mais cem deles!! Os nossos colegas da lavoura façam

⁸⁹ *O Arauto de Minas*, São João del-Rei, ano VI, n. 19, p. 3, 18 de novembro de 1880. Destacamos que o artigo em questão era uma defesa feita pelo *O Arauto de Minas* aos trabalhadores portugueses, em virtude da acusação de insubordinação dos mesmos pela polícia da cidade.

⁹⁰ *O Arauto de Minas*, São João del-Rei, ano VI, n. 19, p. 3, 18 de novembro de 1880.

⁹¹ *O Arauto de Minas*, São João del-Rei, ano XII, 31 de janeiro de 1889, *apud* GUIMARÃES, Fábio Nelson. *Imigração de colonos italianos em São João del-Rei*, Vertentes: (Série 1). São João del-Rei: Assunção, 1989, p. 59.

aquisição de tais trabalhadores, e assim terão experimentalmente a prova do que afirmo.⁹² (grifo nosso)

Portanto, a imagem que se tinha e se divulgava nos periódicos com relação ao imigrante europeu era a de redentor do trabalho no país. Havia, obviamente, alguns receios e dúvidas, expressos pela preferência em um determinado tipo de imigrante. Entretanto, isto não foi suficiente para se sobrepor ao grande otimismo com relação à imigração, prevalecendo as imagens dos imigrantes como laboriosos, disciplinados, ordeiros e pacíficos.

Considerações finais

Percebemos, ao longo deste artigo, que a discussão em torno do fim da escravidão no Brasil trouxe consigo diversas representações que imputavam a negros e nacionais livres a condição de vadios, enquanto idealizavam imigrantes. A análise particular da cidade de São João del-Rei nos permitiu visualizar com maior clareza tais representações, que não se restringiam à elite da cidade, mas que estavam em voga por todo o Império nesse período. Isto porque, os grandes fazendeiros e proprietários, deste momento histórico, estavam preocupados com a organização da produção após a libertação dos cativos.

Utilizando as ideias do historiador Roger Chartier⁹³, podemos perceber que as representações da mão-de-obra no Brasil, durante a crise do escravismo, comandavam atos e práticas, visto que, as imagens que se tinham de determinados grupos sociais definiram aqueles indivíduos que deveriam ser aproveitados e aqueles que deveriam ser excluídos do processo produtivo. A imigração que foi direcionada para o país, e para a cidade de São João del-Rei em 1888, foi o exemplo mais claro de como a elite imperial transitou “entre práticas e representações”, no período final do trabalho servil.

Deste modo, as representações em torno do trabalho, ao lado de diversas outras de cunho racial e econômico, permitiram o prevalecimento de um projeto imigrantista para o Brasil, justificado pela exaltação do trabalhador imigrante de origem européia. Por outro lado, libertos e nacionais livres foram aos poucos rejeitados do sistema de trabalho, ao menos dentro dos discursos, vistos como vadios e perigosos. Apenas a educação e a repressão aos seus vícios poderiam fazer com que, um dia, tais elementos pudessem ser incorporados, rechassando, assim, o perigo imaginado pelas elites.

⁹² Propaganda de Severiano Nunes Cardoso de Rezende sobre a hospedaria de imigrantes de São João del-Rei direcionada aos fazendeiros, São João Del Rei, 30 de dezembro de 1888, Acervo particular do fazendeiro Geraldo José Rodrigues.

⁹³ CHARTIER, Roger. *A História Cultural: Entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

Recebido: 14/09/2011
Aprovado: 13/11/2011

A Organização do Trabalho Médico em Minas Gerais: a Sindicalização como Alternativa¹

Keila Auxiliadora Carvalho
Doutoranda pela UFF
keilahis2002@yahoo.com.br

RESUMO: O objetivo desse artigo é apresentar questões referentes ao processo de profissionalização da categoria médica em Minas Gerais, em curso nos anos de 1930. A intenção é entender como naquele contexto específico, a sindicalização se configurou como uma alternativa importante para delimitar o campo de atuação dos profissionais da medicina, bem como para legitimá-los como os únicos capazes de exercer a profissão, posto que habilitados pela ciência.

PALAVRAS-CHAVE: Medicina, Profissionalização, Sindicalização.

ABSTRACT: The aim of this paper is to present questions concerning the process of medicine professionalization in Minas Gerais, taking place in the 1930s. The intention is to understand how that particular context, the union took shape as a valuable alternative to define the field for the medical profession, and to legitimize them as the only able to practice the profession.

KEYWORDS: Medicine, Professionalization, Unionization.

No limiar do século XX a organização do trabalho médico no Brasil passou por um processo de inflexão, isto, pois, até o final do século XIX os médicos brasileiros eram necessariamente profissionais liberais. As transformações tiveram início no momento em que o Estado começou a assumir uma postura de gestor e promotor de variados ramos da produção e dos serviços, dentre os quais se destacava a saúde pública. Do ponto de vista da profissão médica, ocorreram alterações tanto no conhecimento quanto no mercado de trabalho, as diferenciações na maneira de exercer a profissão, bem como as variadas formas de “ser médico” podiam ser identificadas nos perfis profissionais que se delineavam. Conforme destacou André Pereira Neto,

No Brasil, no início do século XX, o mercado de trabalho e o conhecimento médico passaram a sofrer lentas e profundas transformações. O movimento de especialização do conhecimento e de tecnificação das atividades do mundo do trabalho, evidentes em outras áreas produtivas e de serviços começaram progressivamente a invadir a prática médica.²

Alternativas variadas eram utilizadas como instrumentos de profissionalização da categoria médica, no caso específico de Minas Gerais, podemos citar dois importantes periódicos da área médica que serviam a este propósito, quais sejam: *Revista Medica de Minas* e *Revista Minas*

¹ As discussões empreendidas neste artigo têm como base o segundo capítulo de minha dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em História da UFJF. Cf.: CARVALHO, Keila A. *A Saúde pelo Progresso: Médicos e Saúde Pública em Minas Gerais*. 2008. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Juiz de Fora, Programa de Pós-Graduação em História, Juiz de Fora.

² NETO, André de Faria Pereira. *Ser Médico no Brasil: o presente no passado*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001, p. 22.

Medica. Neste artigo será nosso objetivo analisar aspectos do processo de profissionalização médica presentes nestes periódicos, destacadamente trataremos da alternativa da sindicalização, questão muito discutida nas matérias publicadas nos referidos periódicos. As discussões apontavam para perspectivas controversas acerca do significado de ser médico no Brasil, o que nos levou à compreensão de que os interesses se diferenciavam de acordo com os perfis profissionais. Neste sentido, é preciso destacar que havia, pelo menos, três perfis diferentes, a saber: generalista, higienista e especialista. Daremos especial destaque ao último perfil, já que os especialistas propunham de forma mais efetiva a sindicalização como um meio de delimitar o campo médico. Entretanto, como poderemos observar existiam interesses que eram comuns a todo o grupo.

Para traçarmos um panorama geral do desenvolvimento da profissão médica é preciso, em primeiro lugar, considerar as significativas modificações que o desenvolvimento científico e tecnológico - ocorrido no campo da medicina a partir do início do século XX - provocou na prática médica. A primeira modificação refere-se ao processo de “compartimentalização”, criando as especialidades para tratar de cada parte do corpo, bem como de doenças específicas. Nesse sentido, o próprio currículo se transformou, tornando-se mais fragmentado e interdependente, exigindo, por diversas vezes, a intervenção de mais de um profissional. Outra modificação importante ocorreu com o aprimoramento tecnológico, o qual proporcionou o surgimento de equipamentos que tornaram os diagnósticos e os tratamentos mais precisos, aumentando, com isso, os custos dos serviços.

Nesse contexto, determinar o preço deste trabalho tornava-se cada vez mais difícil, pois os médicos não estavam mais lidando apenas com a intuição, a subjetividade e a individualização do paciente como faziam outrora, haviam se tornado mais racionalistas, os diagnósticos baseavam-se em princípios científicos, tudo isso elevava o valor de seu trabalho. Nessa nova fase, o paciente não pagaria apenas pelos cuidados médicos, mas pela ciência médica, cujo detentor era obviamente o profissional do campo da medicina, o que suscitou entre os médicos a perspectiva de que haveria que se estabelecer um preço – justo – por seu trabalho. Assim, como qualquer outro trabalhador, o médico passou a lutar pelo assalariamento, bem como por todas as prerrogativas advindas do processo de transformação de uma medicina – ofício humanístico – para uma medicina “profissão” científica e racional. Preciso destacar que, embora este artigo trate especificamente do processo de sindicalização como mecanismo de profissionalização da medicina em Minas Gerais, no contexto particular da década de 1930, a categoria médica no Estado se mobilizava em prol da organização profissional desde fins do século XIX. Conforme destacaram Santos e Sobrinho, as diferentes formas de associativismo médico encontradas em

Minas Gerais se remontam ao final do século XIX e início do XX, e foram materializadas pela fundação de duas sociedades médicas em Belo Horizonte: a “*Sociedade de Medicina, Cirurgia e Farmácia*, criada em 1899, e a *Associação Médico-Cirúrgica de Minas Gerais*, em 1908”³. Como o leitor irá perceber o próprio fato de os médicos mineiros possuírem um periódico no qual veiculavam conhecimentos médicos-científicos e questões referentes à profissionalização, já denotam uma organização desses profissionais. Portanto, ao me deter no contexto particular da década de 1930 estou tentando trazer à tona uma discussão que correlaciona a sindicalização médica ao processo de sindicalização de outras categorias profissionais ocorridos no mesmo período graças a disseminação dos sindicatos corporativos pelo governo de Getúlio Vargas.⁴

Cabem aqui, algumas considerações acerca do processo de delimitação desse campo de atuação profissional, pois, como bem destacou André Pereira Neto, a definição conceitual de profissão envolve três aspectos diferentes que se combinam e se completam: “o domínio de certo conhecimento, o monopólio do mercado de trabalho e a formalização de normas de conduta”⁵. O referido conhecimento deve conter em si determinadas características que o torne especial e acessível a poucos indivíduos, devendo ser: “complexo, inatingível e incompreensível por um leigo; sistematizado e institucionalizado em estabelecimentos de ensino; aplicável, contendo altos índices de resolutibilidade dos problemas relevantes para a sociedade”⁶. Além disso, também precisa ser acumulado através de longo treinamento e orientado por um currículo padronizado que pressupõe diversas etapas e exigências para sua conclusão. Com isso, a intenção é criar um conhecimento sólido, sistemático e, principalmente, inatingível para os leigos, pois assim o profissional pode reivindicar o monopólio sobre o mercado.

E o mercado de trabalho profissional, por sua vez, é delimitado e exclusivo. Para isso, “o profissional se organiza em instituições de representação de interesses para pressionar o Estado”⁷. Tal ação deve ser coletiva, por isso mesmo, requer que profissionais dediquem esforços, tempo e recursos para o grupo, a fim de conquistarem a autonomia econômica e técnica da profissão no mercado, ainda de acordo com André Pereira Neto, “a autonomia econômica

³ SANTOS, Regina Celia Nunes do; SOBRINHO, Délcio da Fonseca. O associativismo médico em Minas Gerais. *Revista Médica de Minas Gerais*, v. 18 (4 supl.4), 2008.

⁴ Para compreender as outras fases, bem como outras formas utilizadas para dar cabo do processo de profissionalização da categoria médica em Minas Gerais, cf.: SANTOS, Regina Celia Nunes do; SOBRINHO, Délcio da Fonseca e MIRANDA, Paulo Sérgio Carneiro. *Grupo de Estudos Médicos e o Movimento de Renovação Médica (REME)*. 2004. Dissertação (Mestrado em Medicina). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.; SANTOS, Regina Celia Nunes do; SOBRINHO, Délcio da Fonseca. O associativismo médico em Minas Gerais. *Revista Médica de Minas Gerais*, v. 18 (4 supl.4), 2008; OLIVEIRA, Gabriela Dias de. *Curar e remediar: a profissionalização médica nos processos-crime da capital mineira*. 2008. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

⁵ NETO, André de Faria Pereira. *Ser Médico no Brasil: o presente no passado*, p. 37.

⁶ _____. *Ser Médico no Brasil: o presente no passado*, p.37.

⁷ _____. *Ser Médico no Brasil: o presente no passado*, p. 37.

permite que o profissional tenha liberdade de se auto-regular e atuar em sua esfera de competência”⁸. Essa última se consolida quando o profissional é capaz de determinar as necessidades de seu cliente, ou seja, decidir o que é melhor para o outro. Já a autonomia técnica define que somente ele é capacitado “para julgar a si e aos procedimentos de seus pares”⁹, e, é por essa via, que ele pode invalidar o serviço do leigo, fazendo com que a sociedade distinga trabalho desenvolvido por um profissional daquele desempenhado por um indivíduo experiente, mas sem a devida formação. No caso da medicina há um elemento ainda mais marcante na composição do conhecimento referente à essa profissão, qual seja, a autoridade científica da qual os médicos foram revestidos. Para Pierre Bourdieu, existem dois aspectos inesperáveis que definem a autoridade científica: “habilidade técnica e poder social”¹⁰, desse modo, a competência científica seria a capacidade socialmente reconhecida que um indivíduo ou grupo tem para falar e atuar legitimamente, de forma autorizada e, muitas vezes, autoritária sobre questões científicas. No contexto do qual estamos tratando, o saber médico-científico se legitimava socialmente como responsável por definir as características biológicas das doenças, bem como as práticas profiláticas mais indicadas para combatê-las.

Assim, a legitimação também implicava em conseguir o arbítrio sobre o campo de atuação, isso, porque, o “Estado deixa nas mãos da profissão, constantemente, o controle sobre o aspecto técnico de seu trabalho. O que muda, segundo variem as relações com o Estado, é o controle sobre a organização social e econômica do trabalho”.¹¹ Ou seja, cabe aos profissionais demandarem junto ao Estado a regulamentação dos aspectos organizacionais e econômicos da atividade que executam. Mas para além dessas questões, é necessário que se estabeleça a auto-regulação do trabalho, pois toda profissão precisa de um código formal para regular as atividades e padronizar sua conduta. A maneira como o profissional deve estabelecer as relações com seus clientes e com seus concorrentes é fundamental para que a profissão conquiste prestígio diante da sociedade, para Paul Starr, “o consenso interno, firmado com essa normatização, facilita a articulação do interesse comum e a mobilização do grupo”¹².

Mas nem sempre é fácil promover a normatização; no caso específico da medicina, sua configuração como profissão ocorreu a partir do século XX, quando os médicos brasileiros iniciaram uma luta para terem a exclusividade no exercício da atividade. Esse processo, que chamamos profissionalização, deu-se em meio a grandes embates, de modo particular, no período

⁸ NETO, André de Faria Pereira. *Ser Médico no Brasil: o presente no passado*, p. 38.

⁹ _____. *Ser Médico no Brasil: o presente no passado*, p. 38.

¹⁰ BOURDIEU, Pierre. The Specificity of the Scientific Field and Social Conditions of the Progress of Reason. *Social Science Information*, Paris, vol. 14, n. 6, p. 19-47, 1975.

¹¹ NETO, André de Faria Pereira. *Ser Médico no Brasil: o presente no passado*, p. 38.

¹² STARR, P. *The Social Transformation of American Medicine*. Nova Iorque: Basic Books, 1982, p.18.

pós-1930, especialmente no contexto do Estado Novo, marcado pela política trabalhista de Getúlio Vargas. Em Minas Gerais esse processo pode ser acompanhado através de alguns periódicos médicos, nos quais as questões referentes à profissão foram amplamente debatidas.

A primeira edição de 1938 da *Revista Minas Médica*, trouxe uma discussão acerca da viabilidade de se criar um Instituto de Aposentadoria e Pensões para os médicos. O Dr. Alberto Cavalcanti, autor da matéria, iniciou a discussão argumentando que apesar de o médico ser um profissional reconhecido como “rico” pela sociedade, poucos conseguiam reunir algum pecúlio, uma vez que as despesas com consultório, anúncios, impostos e a própria subsistência e dos familiares consumiam todas as suas economias. Somando-se a isso, Cavalcanti ainda relata que era corriqueira a prática do atendimento gratuito aos pacientes carentes, o médico comovia-se com a situação e acabava fornecendo-lhes até os medicamentos, “sentindo no seu íntimo uma alegria imensa por ver que com isso a saúde poderá voltar a um seu semelhante”¹³. Sendo assim, esse “desprendimento material” levava os médicos à pauperização e quando vinham a falecer acabavam deixando suas famílias desamparadas.

No geral, porém, acredita-se que o médico cobra caro e ganha muito. Daí talvez a incompreensão por parte de alguns governos taxando com pesados impostos os médicos, cujos ganhos são avaliados arbitrariamente [...]

O governo federal, criando um Instituto de Aposentadoria e Pensões, deveria também legislar sobre o imposto de indústria e profissão do médico. [...]

O Instituto, um único nacional, com ramificações em todos os estados e seus municípios virá, no entanto, suprir a grande falta que a classe médica sofre.¹⁴

Alberto Cavalcanti relatou também que quando os médicos adoeciam e eram incapacitados de trabalharem, por serem profissionais liberais, não contavam com nenhum apoio. E o mesmo ocorria quando se encontravam em idade avançada, já sem forças para continuarem trabalhando. O médico fez questão de explicar a vulnerabilidade da profissão para pedir que o governo se posicionasse, obviamente, criando mecanismos de proteção para sua categoria profissional. Neste caso específico, a proteção se daria através da criação do *Instituto de Aposentadoria e Pensões* para os médicos brasileiros. Devemos lembrar que em 1938 a política trabalhista do governo de Getúlio Vargas estava a pleno vapor, e os profissionais da medicina também queriam participar do processo, isto é, regulamentar sua profissão a fim de terem assegurados todos os seus direitos de trabalhadores. Como salientou Maria Celina D' Araujo, “a Revolução de 1930 marcou o início da intervenção direta do Estado nas questões vinculadas ao

¹³ CAVALCANTI, Alberto. O Médico, o Instituto de Aposentadoria e Pensões e as Profissões liberais. *Revista Minas Médica*, Belo Horizonte, a. 4, n. 26, p. 269, jan./fev. 1938.

¹⁴ _____. O Médico, o Instituto de Aposentadoria e Pensões e as Profissões liberais, p. 270.

mundo do trabalho”¹⁵, por isso, alguns membros da categoria médica mostravam-se tão dispostos a se organizar, uma vez que as políticas trabalhistas se realizavam por intermédio dos sindicatos.

A fundação do *Sindicato Médico de Minas Gerais* aconteceu no dia 24 de fevereiro de 1934. A edição de abril da *Revista Minas Médica* contou com uma matéria cobrindo o evento; foram publicados discursos dos médicos Dr. Austregésilo Filho e Dr. Lineu Silva, respectivamente, representante do *Sindicato Médico Brasileiro* e recém-empossado presidente do *Sindicato Médico de Minas Gerais*. O Dr. Austregésilo Filho iniciou o discurso parabenizando a iniciativa dos médicos mineiros, e destacou que se agremiar em sindicatos era importante, pois, seria por meio desses órgãos que o grupo médico poderia se defender, garantir-se e reivindicar seus direitos. Para representante do *Sindicato Médico Brasileiro*, “os Sindicatos são órgãos de defesa de seus associados e de combate [...]. Cuida quase exclusivamente do interesse material dos médicos”¹⁶. Por questões materiais, entendiam-se interesses trabalhistas e, como salientou o Dr. Austregésilo Filho, para obtê-los os únicos caminhos eram o “cooperativismo e o sindicalismo”, haja visto o fato que essas “eram as únicas formas de resistência e de coesão da vida profissional no ambiente sociológico em que vivemos”¹⁷. A fala do médico revela-nos que ele estava consciente do contexto em que vivia, pois, conforme afirma Maria Celina D' Araujo, a partir de 1930 o movimento sindical perdeu sua autonomia, passando a haver uma “vinculação sistemática dos sindicatos ao governo através do Ministério do Trabalho, aliás, criado, ainda em novembro de 1930, com essa preocupação”¹⁸. Deste modo, para demandarem melhorias junto ao governo, era preciso que estivessem organizados em sindicatos, e estes, por sua vez, estavam subordinados ao Poder Executivo, que tomou para si a formulação e execução de uma política trabalhista. Além da regulação do Estado, os sindicatos também deveriam ser politicamente neutros, ter autonomia limitada e unicidade sindical, ou seja, cada categoria profissional poderia ter somente um órgão representativo.

Apesar da autonomia limitada, os médicos sabiam que o sindicato era o principal canal que garantiria o cumprimento do processo de profissionalização de sua categoria, posto que, seria por meio dele que conseguiriam levar ao governo suas demandas. Para o presidente do *Sindicato Médico de Minas Gerais*, o “proletariado” médico precisava se associar. Observemos com atenção o texto reproduzido a seguir:

¹⁵ D'ARAUJO, Maria Celina. Estado, classe trabalhadora e políticas sociais. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano*. O tempo do nacional - estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 223.

¹⁶ CAVALCANTI, Alberto. O Médico, o Instituto de Aposentadoria e Pensões e as Profissões liberais, p. 18.

¹⁷ _____. O Médico, o Instituto de Aposentadoria e Pensões e as Profissões liberais, p. 20.

¹⁸ D'ARAUJO, Maria Celina. Estado, classe trabalhadora e políticas sociais, p. 223.

“Proteção do Trabalho do Médico Brasileiro”

Exmo. Sr.

Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

O Sindicato Médico Brasileiro, no uso de sua atribuição privativa que aos sindicatos confere o art. 138 da Constituição da República, em nome da classe médica, vem pedir-vos a criação de CONDIÇÕES FAVORÁVEIS E OS MEIOS DE DEFESA para o trabalho dos médicos do Brasil, prometidos no art.136 da referida Carta.

A profissão médica atravessa a mais grave crise econômica de que há notícia na história das profissões liberais, como provam queixas angustiosas, cheias de amargor e desespero vindas de todos os pontos do país, e os inquéritos promovidos por alguns sindicatos médicos. As determinantes da crise estão exhaustivamente estudadas e apuradas, como estudadas e indicadas se acham as medidas capazes de debelá-la, com presteza e segurança.

No documento anexo, que se integra na presente petição, encontrareis síntese suficiente desses estudos e conclusões.

Em face do exposto, com a devida vênia, o S. M. B. Vos sugere a instituição de uma comissão para elaborar um projeto de lei de proteção do trabalho dos médicos do Brasil, à semelhança do que tens resolvido quanto ao de outros trabalhadores.

Os profissionais da medicina confiam na elevada cultura de estadista e sociólogo, que exorta vossa personalidade e, nas vossas mãos, entregam confiantes a sua causa.

De V. Excia.

a) Dr. Tavares de Souza

Presidente¹⁹

Esta petição, bem como o documento anexo a que faz referência foram divulgados integralmente na *Revista Medica de Minas*, ocupando nove páginas da mesma. A intenção era justamente divulgar os problemas enfrentados pela categoria profissional e angariar simpatizantes para a causa. Artigos desta natureza, visando conscientizar os médicos acerca da “realidade” vivenciada pela profissão, eram recorrentes na revista. Juntamente com a petição, os representantes do *Sindicato Médico Brasileiro* anexaram um documento no qual descreveram as “condições favoráveis e os meios de defesa para o trabalho dos médicos do Brasil”²⁰. Entretanto, essas alternativas à defesa da profissão somente foram apresentadas após a descrição minuciosa das “condições desfavoráveis e da ausência de meios de defesa”²¹ que acometia o campo da medicina.

Segundo o redator do documento – Dr. Abelardo Marinho - a crise enfrentada pela profissão se configurava pelos seguintes fatores: “não há trabalho para a generalidade dos

¹⁹ *Revista Medica de Minas*, Belo Horizonte, a. 7, n. 74, p. 67, out. 1939.

²⁰ Tal descrição foi realizada tendo por base o artigo 136 da Constituição da República, no qual estava explícito que: “O trabalho é um dever social. O trabalho intelectual, técnico e manual tem direito à proteção e às solitudes especiais do Estado. A todos é garantido o direito de subsistir, mediante o seu trabalho honesto e, este, como meio de subsistência do indivíduo, constitui um bem, que é dever do Estado proteger, assegurando-lhes condições favoráveis e meios de defesa”.

²¹ *Revista Medica de Minas*, Belo Horizonte, a. 7, n. 74, p. 67, out. 1939.

médicos; praticamente desapareceu a clientela e não se pagam honorários médicos, senão excepcionalmente”²². As causas determinantes para tal situação foram elencadas em nove tópicos, nos quais condenavam: as mutualidades de saúde formadas pelos serviços médicos das caixas de aposentadorias e pensões; o falseamento da assistência médica gratuita; a assistência clínica gratuita prestada pelas repartições de higiene e saúde pública; os anúncios-receitas de produtos e especialidades farmacêuticas - profundamente divulgados pela imprensa e pelas estações de rádio; a venda a varejo de medicamentos, remédios e especialidades farmacêuticas - independentemente da receita médica -; a improvisação e o funcionamento de escolas de medicina, sem aparelhamento satisfatório, corroborando para a decadência do ensino médico; o exercício ilegal da medicina, o espiritismo, o curandeirismo etc.; a inexistência de leis que assegurassem, efetivamente, o pagamento dos honorários médicos, bem como que regulassem a remuneração mínima do médico empregado; e, por último, a falta de um organismo profissional, órgão dotado de meios que lhes permitissem promover a defesa eficiente do trabalho do médico, enfatizando que, “este era um bem que o próprio Estado se comprometeu a proteger”²³.

A partir da exposição desses problemas, o médico Abelardo Marinho passou a relatar os motivos pelos quais essas ações levavam à degradação da profissão médica. Quanto às mutualidades, argumentava que forneciam toda a assistência médica, cirúrgica e especializada aos associados mediante uma contribuição extremamente módica. Sendo assim, criticava não apenas a constituição destas mutualidades, como também os médicos que se submetiam a trabalhar para as mesmas, posto que, com tal atitude corroboravam para a desvalorização do trabalho de toda a categoria profissional. Pois, “o preço vil do trabalho do médico, constitui o grande chamariz de clientes para os consultórios das mutualidades, a que afluem, em massa, toda uma população cuja situação financeira bem lhe permitiria remunerar os médicos, menos avaramente”²⁴. Alegava também que os médicos que prestavam serviços para essas mutualidades atendiam a um número excessivo de pessoas; afirma que chegavam a consultar 20 pacientes por hora, o que, por sua vez, acabava fazendo com que um único médico trabalhasse em lugar de, pelo menos, 3 profissionais. Segundo os argumentos do *Sindicato Médico Brasileiro*, esta prática comprometia também a qualidade da assistência prestada que, apesar de barata, era muito inferior.

A discussão não tinha como foco, necessariamente, a qualidade dos serviços prestados, mas sim, a desvalorização profissional em curso, uma vez que, de acordo com o documento, nas mutualidades os médicos trabalhavam excessivamente, eram mal remunerados e, além disto,

²² *Revista Médica de Minas*, Belo Horizonte, a. 7, n. 74, p. 68, out. 1939.

²³ *Revista Médica de Minas*, Belo Horizonte, a. 7, n. 74, p. 68, out. 1939.

²⁴ *Revista Médica de Minas*, Belo Horizonte, a. 7, n. 74, p. 69, out. 1939.

“roubavam” toda a clientela. Muitos desses médicos, afirma o redator, se submetiam a tal situação porque nas mutualidades tinham um ordenado fixo e certo, embora não se atentassem para o fato de que seu ordenado “não tinha qualquer proporcionalidade com o vulto de seu trabalho”²⁵. Segundo o documento, com tal prática os médicos eram explorados de maneira vil, viviam na pobreza e, muitas vezes, acabavam morrendo na miséria, enquanto isto, “a prestação de serviço médico constitui prodigiosa fonte de renda para as mutualidades”²⁶, hoje os planos de saúde. Sendo assim, o *Sindicato Médico Brasileiro*, por meio de seu redator, exigia que o governo tomasse providências a fim de corrigir tais “injustiças”, primeiro distribuindo de maneira mais equitativa o trabalho do médico e, em seguida, pagando o preço justo pelos serviços prestados. A proposta era de que isto fosse feito da seguinte maneira:

Mediante o estabelecimento para os médicos empregados das mutualidades, do salário profissional ou da remuneração mínima; da limitação das horas de trabalho e do número de pacientes a atender; de razoável participação dos médicos, nos lucros das mutualidades, oriundos dos respectivos serviços clínicos.²⁷

Tais medidas, segundo o redator do documento, visavam promover o respeito profissional para os médicos brasileiros que eram trabalhadores como quaisquer outros. Nesse sentido, o *Sindicato Médico Brasileiro* identificou a assistência médica gratuita como outra causa geradora da crise na profissão. O médico Abelardo Marinho destacou que, pela própria natureza, o serviço gratuito somente deveria ser propiciado aos indigentes, aos comprovadamente pobres, no entanto, nas instituições destinadas a esse tipo de assistência eram atendidos todos os que se apresentavam alegando pobreza e necessidade, não havia qualquer mecanismo de controle, a partir do qual se avaliasse a veracidade da alegação do paciente. E, com isso, desviavam-se dos consultórios médicos milhares de clientes, além do fato de que os “impostores” - aqueles que se passavam por necessitados - acabavam tomando o lugar dos que realmente careciam desta assistência. Mas, a preocupação não residia na falta de atendimento para o pobre, e sim, no “prejuízo” que causava à categoria médica. Pois, alegavam que no caso das mutualidades, apesar de toda exploração, ainda havia empregos para alguns poucos e mal-remunerados médicos, mas no caso da assistência gratuita a situação era muito pior, “salvo na que era prestada pelo Estado, associava-se o médico à distribuição de caridade, sem outra recompensa, além do prazer de bem fazer”²⁸. Como forma de reparar essa “outra injustiça” de que eram vítimas os médicos, o *Sindicato Médico Brasileiro*, propunha que o governo regulamentasse a assistência médica gratuita. Isto é,

²⁵ *Revista Médica de Minas*, Belo Horizonte, a. 7, n. 74, p. 69, out. 1939.

²⁶ *Revista Médica de Minas*, Belo Horizonte, a. 7, n. 74, p. 69, out. 1939.

²⁷ *Revista Médica de Minas*, Belo Horizonte, a. 7, n. 74, p. 69, out. 1939.

²⁸ *Revista Médica de Minas*, Belo Horizonte, a. 7, n. 74, p. 70, out. 1939.

Dever-se-à adotar a instituição do cadastro de indigente, articulado com um serviço de sindicância de caráter social; a fiscalização dos serviços clínicos, oficiais e privados pelos sindicatos médicos, órgãos de defesa da profissão; e a aplicação de sanções, aos que falsearem ou burlarem as leis relativas à matéria.²⁹

Essas iniciativas, segundo Abelardo Marinho, evitariam que os médicos sofressem com a ausência de clientela e, conseqüentemente, com a falta de dinheiro para promover sua subsistência e de sua família. Interessante, nesse sentido, é o apelo que se fazia para que fosse “resolvido um problema” que dizia respeito ao campo interno da categoria médica, qual seja estabelecer limites para as práticas dos higienistas que se ocupavam da saúde pública. De acordo com o redator, nos serviços de higiene e saúde pública mantidos pelos governos e, portanto, que prestavam assistência gratuita, os problemas eram os mesmos, porém, “neste agrava-se o caso porque, na espécie, não se pode compreender que repartições destinadas à prevenção e à profilaxia das doenças, invadam a seara da clínica e aproprie-se do trabalho a que os médicos têm direito e de que precisam, para viver”³⁰. Como medida para corrigir tal problema, o *Sindicato Médico Brasileiro* apelava para que fosse dado aos sindicatos médicos o direito de fiscalizar essas instituições de higiene e saúde pública, assegurando que as autoridades dos serviços públicos observassem rigorosamente as leis do código sanitário e, assim, não se ocupassem de tarefas que não lhes diziam respeito. Ou seja, os médicos higienistas deveriam se ocupar unicamente da prevenção, deixando que a medicação e o tratamento fossem tarefas exclusivas dos clínicos.

Outra causa apontada para a crise da profissão médica fora a propaganda de produtos e especialidades farmacêuticos. Segundo Abelardo Marinho, essa prática constituía-se como verdadeiro exercício ilegal da medicina, uma vez que pelas colunas dos jornais e páginas de revistas receitava-se abertamente para todas as doenças e sintomas. “O abuso já atingiu a ponto de dizer-se, sem reboços: “evite o médico tomando êste ou aquele remédio!”³¹. O representante do sindicato avaliava tal atitude como perigosa para a saúde do indivíduo, posto que nem o clínico estava apto a receitar para doente sem antes tê-lo examinado, quanto mais leigos, indivíduos sem nenhuma formação na área médica. Mas de fato, a preocupação recaía novamente sobre a profissão, pois questionavam “quanta gente deixa de procurar o médico, sugestionado por tais anúncios? Em virtude disso, quantos clientes são tirados aos médicos?”³². A proposta do *Sindicato Médico Brasileiro* para resolver a questão consistia no controle destas propagandas.

[As quais] só devem ser permitidas quando feitas junto aos médicos, pelos agentes de produtos, mediante bulas, e pelas revistas médicas e farmacêuticas. Nem mesmo nos rótulos de preparados, deveriam vir declarados sua composição e posologia, ou as

²⁹ *Revista Médica de Minas*, Belo Horizonte, a. 7, n. 74, p. 70, out. 1939.

³⁰ *Revista Médica de Minas*, Belo Horizonte, a. 7, n. 74, p. 70, out. 1939.

³¹ *Revista Médica de Minas*, Belo Horizonte, a. 7, n. 74, p. 70, out. 1939.

³² *Revista Médica de Minas*, Belo Horizonte, a. 7, n. 74, p. 73, out. 1939.

doenças para que servem.³³

Assim, evitar-se-ia a automedicação e, conseqüentemente, a desvalorização do conhecimento médico. De forma semelhante, “a venda a varejo, no balcão de drogarias e farmácias, independente de receitas, constitui outro motivo de evasão do trabalho próprio dos médicos”³⁴. O redator do documento afirmava que, no balcão da farmácia era vendida indiscriminadamente toda sorte de medicamento; substâncias venenosas, remédios cuja administração exigia cuidados especiais e acompanhamento médico, enfim tudo era fornecido àqueles que desejassem e pudessem pagar. Essa prática, igualmente, promovia a degradação da profissão médica, pois, muitos doentes preferiam recorrer à automedicação a frequentar os consultórios médicos. Na perspectiva do *Sindicato Médico Brasileiro*, acabar-se-ia com essa situação “restringindo a livre venda de medicamentos, pela exigência da receita médica. O Estado cumpriria o dever de proteger a saúde e a vida do povo, e nisso teria, automaticamente um colaborador em cada médico”³⁵. Essa iniciativa aumentaria as possibilidades de trabalho para os profissionais da medicina e, em contraponto, o governo teria a “colaboração” da classe médica, ou seja, a proposta era de interesse recíproco.

Outro fator que, de acordo com o documento, contribuía para o agravamento da crise profissional era o “aparecimento de escolas de medicina, insuficientemente aparelhadas, em material e pessoal, contribuindo-se assim para a progressiva decadência do ensino médico”³⁶. Segundo a argumentação do redator, a abertura desordenada de escolas de medicina provocava um “inchaço” no mercado de trabalho, fazendo com que dia-a-dia crescesse a massa de médicos poucos capazes, “que menosprezam a responsabilidade e concorrem para desprestigiar a profissão, e agravar a crise econômica que assoberba a classe, porque mercadejam seus serviços, oferecendo-os aos mais baixos preços”³⁷. Dessa forma, cumpria que o governo fosse mais rigoroso no que tangia à formação de instituições de ensino médico e, ainda, “era indispensável dar aos sindicatos médicos, a prerrogativa de fiscalizar o ensino da medicina”³⁸. Ao explicitar essas demandas e propor soluções para as mesmas, o *Sindicato Médico Brasileiro* estava, na verdade, requerendo do Estado autonomia para deliberar e, também, para zelar pelos interesses profissionais da categoria, muito embora os interesses não fossem os mesmos para todo o grupo, haja vista que os médicos não formavam uma categoria homogênea e, muitas vezes, possuíam interesses divergentes que levavam à disputas internas. Entretanto, existiam interesses comuns,

³³ *Revista Médica de Minas*, Belo Horizonte, a. 7, n. 74, p. 73, out. 1939.

³⁴ *Revista Médica de Minas*, Belo Horizonte, a. 7, n. 74, p. 73, out. 1939.

³⁵ *Revista Médica de Minas*, Belo Horizonte, a. 7, n. 74, p. 73, out. 1939.

³⁶ *Revista Médica de Minas*, Belo Horizonte, a. 7, n. 74, p. 73, out. 1939.

³⁷ *Revista Médica de Minas*, Belo Horizonte, a. 7, n. 74, p. 73, out. 1939.

³⁸ *Revista Médica de Minas*, Belo Horizonte, a. 7, n. 74, p. 73, out. 1939.

sobretudo no que se referia à profissionalização, e muitos dos que foram descritos até agora se constituem exemplo disso.

Nessa mesma perspectiva, o exercício ilegal da medicina, o espiritismo e o curandeirismo, também foram práticas condenadas pelo *Sindicato Médico Brasileiro* no documento analisado. De acordo com Abelardo Marinho, seria desnecessário mostrar como tais práticas subtraíam grande parte da clientela dos médicos. Para o redator, apesar de o Estado ter seus órgãos de repressão ao exercício ilegal da medicina, eles se mostravam rudimentares e insuficientes. A solução para a questão seria simples, “entregando-se aos sindicatos médicos, a fiscalização subsidiária e a repressão convincente do exercício ilegal da medicina, a questão estará praticamente resolvida”³⁹, os próprios profissionais se ocupariam de proteger seu campo de atuação.

Todas essas medidas, afirmou o Dr. Abelardo Marinho, não seriam capazes de retirar a profissão médica da profunda crise pela qual passava se, juntamente com elas não fosse instituído um órgão dotado de meios eficientes de defesa do trabalho médico. O que pretendiam, em última análise, era promover a sindicalização em massa dos profissionais médicos ou, ao menos, criar uma lei que obrigasse todos a prestarem contribuição às caixas dos sindicatos, pois, como alegava o *Sindicato Médico Brasileiro*, os benefícios conseguidos pela luta sindical se estenderiam à toda categoria.

Não se pode impor a quem não o queira, ser membro do Sindicato. Mas, da mesma forma que se força o funcionário público a concorrer para o montepio, bem se poderia tornar obrigatória a todos os profissionais, sindicalizados ou não, a contribuição para os cofres dos sindicatos respectivos.⁴⁰

Essa contribuição daria aos sindicatos maior autonomia econômica e, por conseguinte, maiores chances de obterem melhorias para a profissão e, ainda, evitar-se-ia um fato muito corriqueiro, a exclusão dos sindicalizados pelos empregadores que “discreta e silenciosamente” preferiam os não sindicalizados nas admissões e nas promoções dentro das empresas. Portanto, caberia ao Estado acabar com tal injustiça, invertendo a situação, ou seja, deixando claro na constituição que “o sindicalizado tem absoluta preferência sobre o não sindicalizado. Isto para todo o emprego, mesmo nos de empresas ligadas ao governo por contratos, subvenções, etc.”⁴¹ Abelardo Marinho sintetizou afirmando que “mediante a preferência absoluta e a contribuição universal, o sindicalismo daria ao Brasil todos os benefícios que dele é lícito esperar”⁴².

³⁹ *Revista Médica de Minas*, Belo Horizonte, a. 7, n. 74, p. 74, out. 1939.

⁴⁰ *Revista Médica de Minas*, Belo Horizonte, a. 7, n. 74, p. 75, out. 1939.

⁴¹ *Revista Médica de Minas*, Belo Horizonte, a. 7, n. 74, p. 75, out. 1939.

⁴² *Revista Médica de Minas*, Belo Horizonte, a. 7, n. 74, p. 75, out. 1939.

Atendendo a tais demandas o governo estaria contribuindo no processo de “formação de uma consciência de classe” entre os profissionais da medicina. O argumento era de que, fazendo isso, o governo poderia contar com os “benefícios que era lícito esperar” desses órgãos. Mas quais seriam tais benefícios? No documento já havia menção à vantagem que o Estado teria em contribuir para superação da crise profissional médica, ou seja, o Estado teria em cada médico “um colaborador”, era essa a lógica da reciprocidade que esteve presente na política governamental do Estado Novo, isto é, o governo “concedia” benefícios em troca da “fidelidade” por parte da classe trabalhadora. Nesse sentido, é notável como - ao longo de todo o documento elaborado pelo *Sindicato Médico Brasileiro* – fez-se uma comparação entre os médicos e os demais trabalhadores, que igualmente requeriam proteção. Muito embora, ao contrário de outros trabalhadores, os médicos também buscassem autonomia para equacionarem suas questões, queriam que o governo concedesse poderes aos sindicatos médicos para atuarem no controle e defesa de seu campo profissional.

A argumentação do *Sindicato Médico Brasileiro* na petição enviada ao Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, tinha como objetivo sensibilizar o poder público com suas questões e, por diversas vezes, deixar claro que os médicos podiam resolver suas demandas por eles mesmos, bastando que o Estado lhes concedesse o amparo necessário, criando leis que assegurassem aos sindicatos autonomia para deliberarem sobre determinados pontos. Dentre esses pontos, podemos citar como exemplo, a determinação dos profissionais aptos para exercerem a medicina, a fim de combater o exercício ilegal da mesma; e, além disso, quais e quantos estabelecimentos de ensino médico poderiam ser criados, evitando o inchaço no mercado de trabalho e a desqualificação profissional; ou então, como e onde deveriam ser feitas as propagandas de medicamentos, a fim de acabar com a automedicação. O Estado somente era acionado como órgão deliberador quando se tratava da criação de um arcabouço legislativo, como nos casos da fixação de um salário base para o médico e da obrigatoriedade das empresas em contratar os profissionais sindicalizados. Salvo estes casos específicos, que requeriam a imposição da “autoridade” governamental, o que os membros do *Sindicato Médico Brasileiro* desejavam era o aval do Estado para consolidarem seu campo profissional.

Conclusões

É, pois, partindo da análise das questões explicitadas até aqui, que podemos pensar a *Revista Médica de Minas* como importante instrumento de profissionalização, posto que, era através dela que os médicos de Minas Gerais, tanto da capital quanto do interior, tomavam conhecimento das demandas de sua categoria – representada pelo *Sindicato Médico Brasileiro* - junto

ao Estado. Além de informarem acerca dessas questões, os redatores do periódico também convidavam e exortavam seus pares a se organizarem como classe e se unirem na defesa de seus direitos. Para o Dr. Hilton Rocha, membro do *Sindicato Médico de Belo Horizonte*, os médicos no Brasil estavam desamparados, passando por um momento de crise e a “culpa é da própria classe”⁴³, que não se organizava e não se preocupava com as questões que eram de interesse geral. Esse tipo de afirmativa, atribuindo os problemas da categoria profissional ao desinteresse de seus membros é comum no periódico. Notamos também que havia uma tentativa de conscientizar e ganhar o apoio dos leitores da revista. Sobre a questão trabalhista, observamos que em 1939 havia um grande volume de matérias que discutiam a questão, isso, porque, foi o ano de promulgação da lei que organizava a justiça do trabalho.⁴⁴ Os médicos aproveitaram esse contexto para se posicionarem diante do governo como trabalhadores, e utilizaram o periódico mineiro para divulgarem internamente – para sua categoria profissional – as transformações que estavam ocorrendo no mundo do trabalho e quais as implicações das mesmas para a sua profissão.

As demandas presentes na petição que analisamos eram de caráter bastante genérico, ou seja, constituíam interesses do grupo como um todo, e podem ser consideradas como reflexo da luta pela profissionalização médica, em curso naquele período. Não obstante, havia também estratégias mais particularizadas que diziam respeito apenas a certos setores dentro da categoria médica. Como já explicitamos, existiam perfis profissionais variados e os médicos tendiam a se agrupar por especialidades e, conseqüentemente, por interesses comuns a cada uma delas.

Assim, entendemos que, de maneiras variadas, os médicos – independentemente do perfil – estiveram preocupados em delimitar o espaço profissional de sua categoria. Portanto, nesse artigo nossa intenção foi mostrar que um dos contornos assumidos pela organização profissional médica no país e, particularmente em Minas Gerais, deu-se no sentido de integrar a categoria em torno dos sindicatos. A estratégia da sindicalização foi adotada amplamente pelos médicos de perfil especialista. Outros contornos, bem como outras estratégias poderiam ser elencados, como é o exemplo dos médicos de perfil higienistas, que procuraram estreitar laços com o poder público e se integrar à burocracia estatal. Mas o que procuramos colocar em evidência é que, a despeito das diferenças de perspectivas, o que os médicos brasileiros almejavam naquele momento era a delimitação definitiva de seu campo de atuação, isso é, a concretização do processo de profissionalização da medicina no Brasil. E a sindicalização se

⁴³ *Revista Médica de Minas*, Belo Horizonte, a. 7, n. 78, p. 45, fev. 1940.

⁴⁴ A lei que organizava a justiça do trabalho fora aprovada pelo presidente Getúlio Vargas como parte das comemorações do 1º de maio de 1939, e foi publicada na íntegra na edição de novembro de 1939. Cf.: *Revista Médica de Minas*, Belo Horizonte, a. 7, n. 75, p. 51, nov. 1939.

configurou como uma alternativa interessante para dar cabo desse processo.

Recebido: 25/10/2011

Aprovado: 29/04/2012

Resenhas

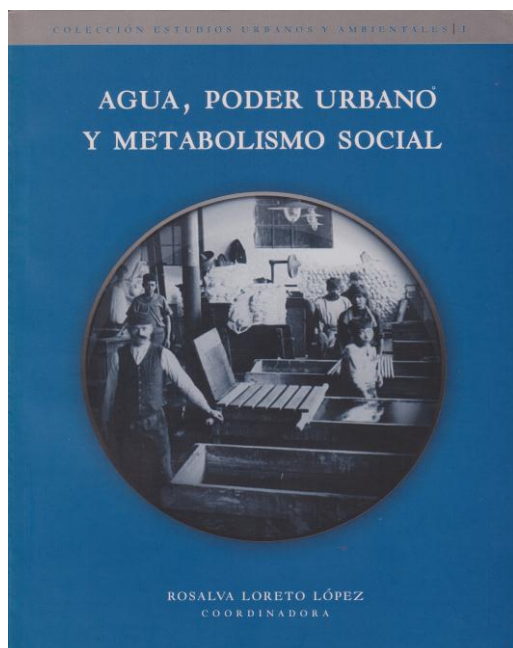
Obras de Rosalva Loreto López
(coord.) & Ricardo Oriá



Autores

Alexis Nascimento Araújo

Mariana Tavares Rodrigues Tavares



LÓPEZ, Rosalva Loreto
(coord.). *Agua, poder urbano y metabolismo social*. Puebla: Editora de La Benemerita Universidad Autónoma de Puebla, 2009. (Coleção Estudos Urbanos y Ambientales, v. 1).

Alexis Nascimento Araújo
Graduado em História pela UFMG
lefilks@gmail.com

319

O livro *Agua, poder urbano y metabolismo social*, organizado por Rosalva Loreto López, inaugura a coleção Estudios Urbanos y Ambientales. Loreto López é membro do Instituto de Ciências Sociais e Humanidades da Benemérita Universidade Autónoma de Puebla (México) e pesquisadora responsável pelo Corpo Acadêmico *Sociedad, Ciudad y Territorio, siglos XVI- XXI*.

A obra composta por seis artigos se propõe a tratar o tema da água na cidade de Puebla e seu entorno, assim como as relações sociais estabelecidas a partir de seu uso em diversas atividades, entre os séculos XVI e XX. Como pressupostos, privilegia a história ambiental e, mais especificamente, o conceito de metabolismo social. Este conceito é sistematizado por Manuel González de Molina no capítulo que fecha a coletânea, *Sociedad, naturaleza, metabolismo social: sobre el estatus teórico de la historia ambiental*. O metabolismo social apresenta-se como uma analogia ao metabolismo celular, com seus processos de absorção, transformação e excreção de materiais. O autor defende que o metabolismo social engloba o conjunto de processos em que os seres humanos - organizados em sociedade, independentemente da sua formação social e momento histórico - realizam ações que transformam, consomem e excretam materiais e/ou energias provenientes do mundo natural. Molina considera que a historia ambiental é o estudo histórico da evolução e da mudança das sociedades humanas, e os processos naturais e sociais agentes

ativos em permanente e mútua determinação. Ressalta também a importância de reconciliar sociedade e natureza. Entretanto, esse capítulo não se afina completamente aos outros que integram a coletânea, por ser estritamente teórico e não abordar o tema da água como acontece nos demais.

Nos outros capítulos do livro, diferentes pesquisadores descrevem situações do uso da água pela população de Puebla, em contextos históricos específicos. Apesar de esses estudos terem como objeto principal o tema água, a coletânea acaba por ter uma composição bastante diversa, com focos variados, como: a formação da bacia hidrográfica Alto Atoyac (local de onde nascem os principais cursos d' água que banham a cidade) estudada no primeiro capítulo *Topografía, geología y clima en La Cuenca Alto Atoyac: factores determinantes del funcionamiento de los sistemas de flujo de agua subterránea* por Esther Galicia Hernández; questões infraestruturais de captação, distribuição e escoamento tratadas por Mayra Gabriela Toxqui Furlong no quarto capítulo *Apropiación y distribución de agua potable en la ciudad de Puebla-Siglo XIX*; formas de uso da água pela população da cidade e, em alguns casos, nos setores agrícola, manufatureiro e industrial tratados por Loreto López em *Agua, acéquiás, heridos y molinos: Um ejemplo de dinámica ambiental urbana. Puebla de los Ángeles, siglos XVI-XIX* e Mariano Castellanos Arenas em *El agua, energía y la producción têxtil en la fábrica de Metepec, Atlixco, Puebla - 1898-1908*, respectivamente, segundo e quinto capítulos. Isso descortina ao leitor um diversificado panorama sobre o tema.

O autor Dirk Bühler, doutor em arquitetura, traz uma maneira diferenciada de abordar o tema, pois seu trabalho¹ se distancia das características dos estudos ambientais presentes na obra e se aproxima dos de arquitetura, por tratar de aspectos referentes à construção e estética das diversas pontes de Puebla.

Os rios São Francisco e Atoyac, oriundos do aquífero Alto Atoyac, são descritos como as principais fontes abastecedoras de água potável da cidade de Puebla e seus arredores. A partir da leitura, é possível inferir a grande importância desses cursos de água nas dinâmicas econômica e social da cidade. Com a exploração de suas potencialidades hídricas, diversas atividades econômicas foram realizadas, incluindo ampla utilização na indústria têxtil e movimentação de moinhos de trigo.

¹ BÜHLER, Dirk. Los puentes de la ciudad de Puebla. In: LÓPEZ, Rosalva Loreto (coord). *Agua, poder urbano y metabolismo social*. Puebla: Editora de la Benemerita Universidad Autónoma de Puebla, 2009. (Coleção Estudios Urbanos y Ambientales, v. 1).

Nos primeiros séculos da ocupação espanhola, os rios serviram como separação natural entre as diferentes partes da cidade, situação aproveitada pelos moradores de origem hispânica para se distanciarem dos indígenas. Em boa parte do período colonial até o início do século XX, os habitantes de Puebla enfrentaram acesso desigual à água, visto que certas regiões da cidade, onde residiam os administradores do período colonial, por exemplo, foram privilegiadas com maior quantidade do recurso natural nas fontes públicas. Por outro lado, durante esse mesmo período, obras como canalizações, represamentos e construção de pontes e chafarizes foram realizadas com o intuito melhorar a distribuição da água, a locomoção e as condições de vida da população.

Tanto por parte dos administradores locais quanto da população em geral não houve, ao longo dos séculos, muita preocupação com a preservação dos cursos d'água. Os rios foram locais de aglomeração de lixo. Receberam resíduos sem tratamento, a exemplo do despejo de substâncias altamente contaminantes provenientes da indústria têxtil, resultantes dos processos de produção de estampas e coloração dos tecidos. Em virtude disso, vários cursos d'água da cidade foram contaminados, acarretando graves danos ao ecossistema e à agricultura.

O livro, além de demonstrar as ações humanas estabelecidas em relação ao uso da água na região de Puebla, procura conscientizar o leitor sobre os impactos negativos das ações humanas em relação ao uso incorreto dos recursos naturais e ressalta a necessidade de proteção dos mesmos. Alguns dos autores argumentam a necessidade de uma boa interação entre os sistemas naturais e sociais.

A obra atende, em grande parte, aos objetivos propostos inicialmente, mostrando a importância da água como recurso natural essencial para os ecossistemas e principalmente para os seres humanos, através de seus usos e como objeto de poder social. O metabolismo social, apesar de compor o título do livro e proposto no capítulo inicial, é pouco abordado pelos outros autores. A estrutura do livro carece ainda de uma interligação mais clara entre os capítulos, pois cada autor analisou seu problema sem construir conexões com os outros textos.

O formato dos capítulos foi suficiente para que os pesquisadores expressassem suas idéias e pudessem fazer o uso de importantes recursos como cartografia e fotografias. Para a realização de seus estudos, os autores se valeram de fontes diversificadas, tais como: documentos oficiais, literatura, crônicas, plantas arquitetônicas, cartografia, fotografias e extensa bibliografia. Essas fontes são utilizadas, na maioria das vezes, a partir dos preceitos da história ambiental.

O livro traz importantes contribuições para a história ambiental. Aponta, através dos problemas de Puebla, questões que podem ser encontradas em diversas cidades da América Latina. Inova, pelo uso do conceito de metabolismo social. Reúne diferentes olhares históricos sobre o tema da água.

A leitura da obra é válida não apenas para historiadores, mas para o público em geral, por mostrar algumas possíveis consequências sobre problemas socioambientais originados pelo mau uso da água. Tais problemas devem ser objeto de preocupação dos leitores brasileiros, que possuem em seu território importantes concentrações de água potável em aquíferos e rios como o São Francisco e o Amazonas, evidenciando a grave ausência de políticas efetivas de preservação para a maioria de suas bacias hidrográficas.

Recebido: 08/11/2011

Aprovado: 17/01/2012



ORÍÁ, Ricardo. *O Brasil contado às crianças: Viriato Corrêa e a literatura escolar Brasileira (1934-1961)*. São Paulo: Annablume, 2011.

Mariana Rodrigues Tavares

Graduanda em História pela UFF

historia.mari@gmail.com

323

O Brasil contado às crianças: Viriato Corrêa e a literatura escolar Brasileira - 1934-1961 do historiador José Ricardo Oriá Fernandes traz um conjunto de ideias que aludem ao universo escolar de crianças e jovens dos anos 1930, através da revalorização da obra *História do Brasil para crianças*, de Viriato Corrêa, reeditada entre os anos de 1930 e 1960.

Os seis capítulos que integram o livro, divididos em três partes – “A literatura escolar para a infância brasileira: livros de leitura e ensino de História”; “Viriato Corrêa e a Companhia Editora Nacional” e “História do Brasil para crianças e o ensino primário” - têm por propósito explorar a produção historiográfica escolar brasileira. Inicialmente o historiador centra as análises nas propagandas feitas pela Companhia Editora Nacional e no processo de divulgação dos livros de História do Brasil para o público infanto-juvenil, com destaque para a *História do Brasil para as crianças*, sucesso entre os jovens leitores e assinado por Corrêa. Além disso, Oriá propõe discutir a denominação feita entre a literatura escolar e a literatura infantil ressaltando as dificuldades em se estabelecer as devidas diferenças. Referenciando-se nas análises realizadas por Leonardo Arroyo que destaca o exemplo de Monteiro Lobato, Oriá apresenta-nos o panorama editorial dos primórdios republicanos e o florescimento de uma literatura infantil, calcada nas “modernas” propostas educacionais da Escola Nova. Ainda no primeiro

capítulo intitulado *História do Brasil para crianças: que livro é esse?*, o autor traceja os contornos do aparecimento dos primeiros livros para crianças no Brasil, no início do século XX, com o advento da República, associado a uma preocupação veemente em modernizar o país.

O segundo capítulo da obra, *A Pátria impressa: os livros de leitura e a formação da infância brasileira*, discorre acerca da emergência do nacionalismo como um fenômeno comum em várias partes do mundo durante o século XIX. Esse nacionalismo patriótico pôde ser mais perceptível no desenvolvimento de uma literatura escolar que se ampliou no período inicial do regime republicano. De acordo com Oriá, os livros seriam o que Choppin denominou de “livros-instituição” – obras com grande circulação, com várias edições, lidos por crianças e jovens em idade escolar e que veiculavam valores morais, cívicos e patrióticos - imprescindíveis à criação e ao fortalecimento de uma identidade de Nação. O autor destaca os seguintes exemplos de obras pertencentes à categoria de “livros-instituição”, tais como *Coração* e *Cazuza* de Viriato Corrêa e *Por que me ufano do meu país* do conde Affonso Celso. Outro aspecto levantado pelo autor de *O Brasil contado às crianças* se refere às obras adotadas pela Escola brasileira encomendadas a poetas parnasianos como Olavo Bilac e Coelho Neto (*Contos Pátrios*, 1904 e *Pátria Brasileira*, 1909) e a membros da Academia Brasileira de Letras (ABL) como Sylvio Romero (*A História do Brasil ensinada pela biografia de seus heróis. Livro para as classes primárias*, 1890); João Ribeiro (*História do Brasil*, 1900); Afrânio Peixoto (*Minha Terra, minha gente*, 1915), Rocha Pombo (*Nossa Pátria*, 1917) e Manoel Bonfim (*Através do Brasil: prática da língua portuguesa. Narrativa*. 1910, lançado pela Livraria Francisco Alves). Todo esse panorama historiográfico levantado por Ricardo Oriá reforça a tese de que a segunda fase da literatura escolar brasileira contou com a autoria de renomados intelectuais membros das academias literárias e científicas, como o IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro) e ABL (Academia Brasileira de Letras).

No terceiro capítulo intitulado *A Companhia Editora Nacional e a Literatura Escolar*, Ricardo Oriá começa por traçar uma breve trajetória biográfica de Viriato Corrêa e o processo de “vulgarização histórica” desenvolvido por esse autor. Nascido no Maranhão em 1884, Corrêa chegou ao Rio de Janeiro no período da Belle Époque brasileira, ambiente de efervescência artística e intelectual. Em 1908 lançou seu primeiro livro intitulado *Era uma vez... contos infantis* em parceria com João do Rio e publicado pela editora Francisco Alves. Consagrou-se no gênero da escrita histórica com o objetivo de torná-la mais acessível e atraente ao grande público. De acordo com Oriá, Corrêa acreditava que a “culpa” pelo desconhecimento da História do Brasil não era do povo, mas dos historiadores que não sabiam divulgá-la de maneira interessante. O maior trabalho de divulgação histórica assinado por Viriato Corrêa se deu através da produção literária de cunho infantil, trabalhando a imagem do vovô que conta histórias às crianças numa chácara. Suas principais obras podem ser resumidas em *História do Brasil para crianças* (1934); *As belas histórias da História do Brasil* (1948) e *Curiosidades da História Brasileira para crianças* (1952).

Analisando o campo intelectual brasileiro da primeira fase da República, Ricardo Oriá salienta as transformações e o processo de modernização ocorrido no parque editorial, caracterizado principalmente pelo “empreendedorismo” do paulista Monteiro Lobato (1882-1948). Lobato iniciou suas atividades editoriais com a fundação da empresa Monteiro Lobato & Cia em 1919. Foi responsável pelo lançamento de autores que tinham pouco espaço no mercado editorial nacional do século XX, como Ribeiro Couto, Paulo Setúbal, Oliveira Viana, entre outros. Monteiro Lobato ficou conhecido como “editor revolucionário” ao montar uma estratégia de divulgação que consistia na escrita de uma carta dirigida aos comerciantes de bancas de jornal, papelarias, farmácias e armazéns pelo Brasil para propagar os livros que editava. Apesar dessas tentativas propagandísticas, a incapacidade de honrar com os compromissos financeiros conduziram Lobato a pedir falência em 1925. No entanto mais tarde mantendo ainda o viés de editor e juntamente com a parceria de Octalles Marcondes Ferreira, Monteiro Lobato fundou a Companhia Editora Nacional – CEN. Em 1931 a CEN criou a Biblioteca Pedagógica Brasileira e entregou para a direção, o educador escolanovista Fernando de Azevedo.

No quarto capítulo intitulado *História do Brasil para crianças: processo de elaboração*, Ricardo Oriá inicia a narrativa questionando qual seria a razão que motivara Viriato Corrêa a escrever um livro de História do Brasil destinado ao público infantil, tendo em vista que este último não fora professor na escola primária ou secundária nem tampouco membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Baseando-se em entrevistas concedidas aos jornais do Rio de Janeiro, Oriá destaca que Viriato resolvera escrever livros de História visando tornar a linguagem mais acessível ao universo infanto-juvenil dada a dificuldade que as crianças teriam em compreender os textos de história.

O objeto da análise de Ricardo Oriá é a obra *História do Brasil para crianças* assinado por Viriato Corrêa como já mencionado. No capítulo em questão, são analisadas a confecção dessa obra, sua circularidade e a receptividade que teve em meio ao público. No que concerne à estrutura física do livro, *História do Brasil para crianças* possui a capa e as ilustrações desenhadas pelo escritor, jornalista e caricaturista Benedito Carneiro de Bastos Barreto, também conhecido por Belmonte. Além desse livro em questão, Belmonte foi responsável pela ilustração de outras quatro obras infantis de Viriato Corrêa, todas publicadas pela CEN: *Meu Torrão*; *A Descoberta do Brasil*; *História de Caramuru* e *A Bandeira de Esmeralda*.

O capítulo 5, *O Ensino de História na Escola Primária (1934-1961)*, tem por objetivo analisar os currículos e programas escolares de História para a escola primária e de que maneira os conteúdos desses programas se fizeram presentes na obra de Viriato Corrêa. Procurando iniciar essa discussão, Ricardo Oriá nos leva a refletir sobre a constituição da disciplina “História” e sua ligação com a formação do Estado brasileiro na tentativa de forjar uma identidade nacional. O autor destaca que desde a formação do Estado Nacional brasileiro após a emancipação de Portugal em 1822, a História serviu de elemento de afirmação da nossa identidade e seu ensino já estava previsto na Lei de 15 de outubro de 1827. Conforme salienta

Oriá, Circe Bittencourt, ao examinar a trajetória do ensino de História no Brasil, conclui que este sempre esteve associado à constituição da identidade nacional, de um nacionalismo patriótico e do culto a heróis. Na intenção de construir uma identidade para o país, na qual o século XIX pôde ser considerado o momento crucial, foi necessário recorrer à pesquisa, ao ensino e à divulgação da História destacando-se as duas Instituições criadas em 1838 no Rio de Janeiro então capital federal, que assumiram essa função, o IHGB e o Colégio Pedro II.

No último capítulo de sua obra, *História do Brasil para crianças: entre textos e imagens*, Ricardo Oriá analisa minuciosamente o conteúdo da obra *História do Brasil para crianças* de Viriato Corrêa. Uma das primeiras características levantadas pelo autor se refere à forma de escrita adotada por Corrêa, tendo este optado por utilizar a narrativa para tecer os fatos da História do Brasil. Além disso, Viriato concentrou o desenrolar dos acontecimentos na figura do “vovô” que conta histórias às crianças cercado por uma paisagem campestre.

Por fim se faz necessário ressaltar que no âmbito da literatura infantil, os maiores destaques de Viriato Corrêa foram *Cazuzu* (1938) e o livro ainda hoje editado, *História do Brasil para crianças*, publicado em 1934. Em toda a sua obra, o objetivo principal de Corrêa era promover uma “vulgarização” da história pátria tornando acessível a crianças e jovens a produção acadêmica. Ricardo Oriá, num trabalho magistral e incansável resgata o gosto pela brasilidade de Viriato, autor que soube explorar vastamente o viés literário de grande aceitação junto ao público, por meio de crônicas históricas e livros infantis. Viriato Corrêa soube divulgar o conhecimento histórico de maneira agradável e simples às crianças, por considerar que a elas caberia a construção da Nação brasileira. Foi por meio da história e da produção literária de Viriato Corrêa que Ricardo Oriá teceu *O Brasil contado às crianças*, obra que valoriza a intelectualidade brasileira da Primeira República atualmente tão pouco tratada pela historiografia.

Recebido: 03/05/2012

Aprovado: 28/05/2012